

Plano
Mais Brasil
Mais Desenvolvimento
Mais Igualdade
Mais Participação

PPA
2012  2015

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015

ANO!BASE 2014

VOLUME II

PROGRAMAS TEMÁTICOS
Tomo II - Programas de Infraestrutura



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015

ANO-BASE 2014

VOLUME II
PROGRAMAS TEMÁTICOS
Tomo II - Programas de Infraestrutura

Brasília - DF
2015

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidenta da República
Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTROS:

Ministro de Estado da Advocacia-Geral da União
Luís Inácio Lucena Adams

Ministro de Estado-Chefe da Casa Civil
Aloizio Mercadante Oliva

Ministro de Estado-Chefe da Controladoria-Geral da União
Valdir Moysés Simão

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Kátia Regina de Abreu

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
José Aldo Rebelo Figueiredo

Ministra de Estado da Cultura
Juca Ferreira

Ministro de Estado da Defesa
Jacques Wagner

Ministro de Estado da Educação
Renato Janine Ribeiro

Ministro de Estado da Fazenda
Joaquim Levy

Ministro de Estado da Integração Nacional – Interino
Gilberto Magalhães Occhi

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Martins Cardozo

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
Helder Barbalho

Ministro de Estado da Previdência Social
Carlos Eduardo Gabas

Ministro de Estado da Saúde
Ademar Arthur Chioro dos Reis

Ministro de Estado das Cidades
Gilberto Kassab

Ministro de Estado das Comunicações
Ricardo Berzoini

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Mauro Luiz Lecker Vieira

Ministro de Estado de Minas e Energia
Carlos Eduardo de Souza Braga

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Patrus Ananias de Sousa

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Armando Monteiro Neto

Ministro de Estado do Esporte
George Hilton dos Santos Cecilio

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Nelson Barbosa

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Ministro de Estado do Turismo
Henrique Eduardo Lyra Alves

Ministro de Estado dos Transportes
Antônio Carlos Rodrigues

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Guilherme Afif Domingos

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – Interino
Roberto Mangabeira Unger

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Eliseu Padilha

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Gilberto José Spier Vargas

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Nilma Lino Gomes

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República
Edinho Araújo

Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Edinho Silva

Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Miguel Rosseto

Ministro de Estado-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
General-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira

Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini

CC-BY-NC Creative Commons 2015 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte.

Os endereços nos quais se encontram o original são:

<http://www.planejamento.gov.br>,

<http://bibspi.planejamento.gov.br> e

<http://ppamaisbrasil.planejamento.gov.br>.

Impresso no Brasil.

Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Gilson Alceu Bittencourt

Diretores da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

André Arantes Luciano

Bráulio Santiago Cerqueira

Débora Nogueira Beserra

Jorge Abrahão de Castro

Rodolfo Osorio de Oliveira

Projeto gráfico

Roberto Tavares Walkowicz

Jucildo Augusto da Silva Lima

B823r

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Relatório anual de avaliação do PPA 2012-2015: ano-base 2014 /
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de
Planejamento e Investimento Estratégicos. -- Brasília: MP, 2015.
2v.: il.

Conteúdo: v.1 – Dimensão estratégica v.2 – Programas Temáticos
1. Plano Plurianual - avaliação 2. Políticas Públicas I. Título

CDU 338.26"2012/2015"(81)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO GERAL.....	9
INTRODUÇÃO	11
PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA.....	13
2049 - MORADIA DIGNA.....	15
2068 - SANEAMENTO BÁSICO	29
2067 - RESÍDUOS SÓLIDOS	47
2040 - GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	54
2041 - GESTÃO ESTRATÉGICA DA GEOLOGIA, DA MINERAÇÃO E DA TRANSFORMAÇÃO MINERAL	78
2051 - OFERTA DE ÁGUA	113
2033 - ENERGIA ELÉTRICA	125
2022 - COMBUSTÍVEIS	147
2053 - PETRÓLEO E GÁS.....	166
2054 - PLANEJAMENTO URBANO.....	188
2048 - MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	209
2075 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO	245
2074 - TRANSPORTE MARÍTIMO	263
2073 - TRANSPORTE HIDROVIÁRIO.....	288
2072 - TRANSPORTE FERROVIÁRIO	297
2017 - AVIAÇÃO CIVIL.....	316
2025 - COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA.....	334
ANEXO I - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS	364

APRESENTAÇÃO GERAL

O Governo Federal tem a satisfação de apresentar ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o **Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012 – 2015**, ano-base 2014, contendo uma descrição dos principais resultados obtidos no exercício em questão, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos Programas Temáticos do plano vigente.

Além de cumprir a determinação legal contida no Artigo 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012–2015, o presente Relatório também auxilia na gestão e no aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA, de forma a possibilitar maior eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo País na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Com o objetivo de facilitar a leitura, este Relatório está organizado em dois volumes, sendo o primeiro (Volume I) relativo à Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA e o segundo (Volume II) relacionado à Avaliação dos Programas Temáticos constantes do Plano. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama geral do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

A Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA (Volume I) compreende uma análise geral do andamento do conjunto de políticas prioritárias, explicitando seus resultados e perspectivas no que se refere às potencialidades de geração de oportunidades e ao enfrentamento das desigualdades que ainda persistem na sociedade brasileira. Este texto conta com uma seção dedicada à estratégia nacional de desenvolvimento e outras seis referentes aos eixos de políticas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia e desenvolvimento inclusivo, que contempla o comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano; sistema de proteção e promoção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

O Volume II, que compreende a Avaliação dos Programas Temáticos do PPA, é organizado fundamentalmente a partir de informações fornecidas pelos Órgãos do Executivo Federal relativas ao ano-base 2014. Ele abrange os 65 Programas Temáticos do PPA e concentra-se nos campos do monitoramento destinados às análises situacionais dos Objetivos e das Metas de cada Programa. Este volume apresenta, para cada Programa Temático, a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às Iniciativas. Ele está organizado em quatro tomos: I – Programas Sociais; II – Programas de Infraestrutura; III – Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e IV – Programas de Soberania, Território e Gestão. Cada uma das partes contém informações específicas sobre o andamento das políticas nelas retratadas, especialmente na análise situacional dos objetivos e das metas.

Pode-se, assim, fortalecer análises que permitam a identificação da necessidade de ajustes no curso das políticas ainda neste último ano de implementação do PPA 2012–2015, bem como extrair aprendizados que orientem a elaboração e implementação do PPA 2016–2019.

Boa leitura!

Nelson Barbosa

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

INTRODUÇÃO

O presente volume (Volume II) do Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2012-2015, ano-base 2014, é dedicado à avaliação dos 65 Programas Temáticos que compõem o Plano e está organizado em 4 tomos:

TOMO I - Programas Sociais;

TOMO II - Programas de Infraestrutura;

TOMO III - Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental;

TOMO IV - Programas de Soberania, Território e Gestão.

A avaliação anual dos Programas Temáticos do Plano Plurianual 2012-2015 alinha-se ao processo de monitoramento centrado nos principais atributos do Plano. Como atividade contínua, o monitoramento temático aprimora o entendimento sobre o estágio de implementação das políticas públicas declaradas no PPA, contribuindo para a tomada de decisões na Administração Pública Federal. Desse modo, a gestão do Plano é exercício ativo de melhoria da atuação governamental.

Por outro lado, ao realizar a organização e registro de informações relativas à gestão do Plano, este Relatório possibilita a geração de conhecimento compartilhado, primordial para viabilizar a participação social no seu monitoramento.

Ao explicitar as principais realizações dos programas, esta parte do Relatório de Avaliação fornece os fundamentos para os resultados apresentados na avaliação da dimensão estratégica (Volume I do Relatório de Avaliação), uma vez que o conjunto dos programas temáticos – e das políticas públicas que eles incluem – é a expressão concreta da ação do Governo Federal que traduz de maneira operacional o modelo de desenvolvimento em curso no país.

Da mesma forma, o conjunto de informações disponibilizado neste documento enseja reflexões acerca dos desafios da operação do Estado, principalmente no que se refere à articulação e cooperação interinstitucional e ao fortalecimento do diálogo federativo. Essas questões são pontos estruturantes do modelo de planejamento que se adotou a partir das inovações introduzidas pelo PPA 2012-2015, com o fortalecimento do seu componente estratégico, participativo e territorial.

Para cada Programa Temático, apresenta-se a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira de todas as ações orçamentárias vinculadas às iniciativas. Com a análise situacional de cada Objetivo e Meta, o Governo promove a transparência do conjunto de ações realizadas e previstas no âmbito do PPA para alcançar os resultados almejados pela sociedade brasileira. Assim, espera-se qualificar ainda mais o diálogo do Governo Federal com a sociedade, Congresso Nacional e demais entes federados na construção de um País com mais desenvolvimento, mais igualdade e mais participação.

Boa leitura!

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO
DO PPA 2012-2015
ANO BASE 2014**

**VOLUME II - PROGRAMAS TEMÁTICOS
TOMO II - PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA**

PROGRAMA: 2049 - Moradia Digna

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Assentamentos subnormais	unidade	31/12/2010	3.224,529	-	-
Déficit habitacional absoluto	unidade	30/09/2008	5.572.313	31/12/2010	6.940.691
Déficit habitacional absoluto em áreas rurais	unidade	30/09/2008	942.481	31/12/2010	1.055.163
Déficit habitacional absoluto em áreas urbanas	unidade	30/09/2008	4.629.832	31/12/2010	5.885.528
Déficit habitacional qualitativo - adensamento excessivo	unidade	30/09/2007	1.500.709	31/12/2010	1.583.763
Déficit habitacional qualitativo - cobertura inadequada	unidade	30/09/2007	543.066	-	-
Déficit habitacional qualitativo - inadequação habitacional	unidade	30/09/2007	10.454.974	31/12/2010	13.007.952
Oferta de moradias	%	31/12/2011	1	-	-

Observações:

Assentamentos subnormais - Censo IBGE 2010

Déficit habitacional absoluto - Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010 - Fundação João Pinheiro - baseado nas informações do Censo Demográfico 2010, elaborado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Déficit habitacional absoluto em áreas rurais - Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010 - Fundação João Pinheiro - baseado nas informações do Censo Demográfico 2010, elaborado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Déficit habitacional absoluto em áreas urbanas - Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010 - Fundação João Pinheiro - baseado nas informações do Censo Demográfico 2010, elaborado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Déficit habitacional qualitativo - adensamento excessivo - Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010 - Fundação João Pinheiro - baseado nas informações do Censo Demográfico 2010, elaborado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Déficit habitacional qualitativo - cobertura inadequada - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

Não houve atualização do índice pelo Censo 2010, pois não havia a pergunta referente ao indicador no Censo.

Déficit habitacional qualitativo - inadequação habitacional - Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010 - Fundação João Pinheiro - baseado nas informações do Censo Demográfico 2010, elaborado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Oferta de moradias - Caixa Econômica Federal, Secretaria da Receita Federal, Contas Nacionais (IBGE), PAIC, Rais/CAGED do MTE - Oferta total de habitações e a produção de novas moradias no país

OBJETIVO: 0382 - Melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura e inclusão socioambiental.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Inicialmente, é preciso destacar que o conceito do programa de urbanização de assentamentos precários possibilita a aplicação dos recursos em diversas obras e serviços necessários à superação das precariedades existentes nas áreas beneficiadas. Estas, por sua vez, se caracterizam por serem irregulares, ambientalmente frágeis e com riscos, habitadas por população de baixa renda.

A política pública nacional de urbanização de assentamentos precários nasceu de práticas bem sucedidas, realizadas em nível local. Sua relevância se confirma com a inclusão da ação no rol do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o qual garante a alocação dos recursos necessários às favelas de maior porte e complexidade, situadas nas principais cidades e Regiões Metropolitanas do País.

Entre as dificuldades mais relevantes para implementação de um programa federal, cujas ações são executadas de forma descentralizada pelos entes subnacionais, está a promoção da articulação federativa necessária para, por meio de parcerias com governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, viabilizar a execução e potencializar a capacidade de investimento público. Destaca-se, também, que nem todos esses entes possuem estrutura institucional capaz de lidar com os desafios colocados.

Para a seleção dos principais territórios em que seriam alocados os recursos do PAC – Urbanização de Assentamentos Precários, o Governo Federal, baseado nos estudos fornecidos pelo Centro de Estudos da Metrópole – CEM/CEBRAP e outros indicadores de precariedade urbana e social, definiu o conjunto de cidades prioritárias para atuação:

- municípios integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico;
- capitais de estados que não integram as regiões metropolitanas;
- outros municípios de grande porte que, por sua atividade econômica ou infraestrutura logística, possuam raio de influência regional.

Contudo, o PAC - Urbanização de Assentamentos Precários pode atuar em todos os municípios brasileiros, a partir de demandas qualificadas que identifiquem a precariedade habitacional, na forma descrita nas normas que regem o programa, e apontem para a necessidade dos investimentos.

A distribuição de recursos alocados também seguiu a proporção da dimensão da precariedade habitacional em cada região.

O Governo Federal criou uma estrutura especial para monitorar as intervenções inseridas no PAC com o objetivo de assegurar o cumprimento de prazos e resultados; de gerenciar riscos, mediante identificação e solução de possíveis entraves na execução das intervenções; e de coordenar e articular ações dos governos Federal, municipais, estaduais e do Distrito Federal e demais atores envolvidos.

O Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, criou o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento – CGPAC para acompanhar e supervisionar sua execução, e instituiu, ainda, o Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento - GEPAC, vinculado ao CGPAC, com o objetivo de consolidar as ações, estabelecer metas e acompanhar os resultados de implementação e execução do PAC.

Nas Salas de Situação ocorrem reuniões periódicas para acompanhar o andamento do PAC, com o objetivo de identificar problemas e buscar alternativas de solução. Essas reuniões são coordenadas pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

Ao mesmo tempo, uma das importâncias desse monitoramento diferenciado é a prestação de contas à sociedade dos recursos que estão sendo aplicados. Por esse motivo, quadrimestralmente, são apresentados balanços de todas as ações inseridas no PAC.

É importante lembrar que as intervenções do PAC – Urbanização de Assentamentos Precários são planejadas e executadas pelos governos locais, cabendo à esfera federal o estabelecimento de diretrizes, bem como o apoio

orçamentário e financeiro com o correspondente acompanhamento e monitoramento. Ressalte-se, ainda, a grandiosidade do território brasileiro e a diversidade de realidades locais, que muitas vezes impedem a padronização de soluções e encaminhamentos.

Embora o monitoramento realizado pelo Ministério das Cidades seja distanciado da execução diária de cada intervenção, é importante lembrar que a Caixa Econômica Federal, mandatária da União, possui estrutura descentralizada que conta com a expertise de um corpo funcional multidisciplinar, assegurando a execução das intervenções sobre um arcabouço de normas e procedimentos técnicos que garantem que os recursos investidos alcancem seus verdadeiros objetivos. Dessa forma, é possível realizar o acompanhamento das obras contratadas in loco, viabilizando a liberação dos recursos financeiros por parcela de obras/serviços executados.

Esse modelo conta com a aprovação dos órgãos de controle interno e externo, Controladoria-Geral da União - CGU e Tribunal de Contas da União - TCU, respectivamente. Sobre a atuação desses órgãos, é importante relatar sua atuação na verificação da legalidade dos processos, inibindo ou impedindo eventuais desvios de finalidade dos recursos alocados.

MEDIDAS DE GESTÃO

A partir dos critérios estabelecidos por meio da Portaria nº 43, de 28 de janeiro de 2014, para repactuação de metas das operações que não apresentaram relatório de execução por mais de 12 meses, foram realizadas reuniões de pactuação cujo objetivo foi estabelecer o alcance das sanções e, com efeito, definir o conjunto de metas a ser mantido. Para tanto, a Secretaria Nacional de Habitação realizou reuniões específicas para discutir a reprogramação de 259 operações paralisadas há mais de 12 meses de um total de 277, perfazendo 94% do universo em questão.

Com relação às operações inseridas na segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), selecionadas em 2010, que não conseguiram obter Autorização de Início do Objeto (AIO), foi estabelecido, por meio da Portaria nº 550, de 10 de setembro de 2014, prazo até 30 de novembro de 2014 para obtenção da AIO. Essa mesma data foi estabelecida por meio da Portaria em questão para que as operações que já possuíam AIO tivessem o relatório de execução apresentados à mandatária, demonstrando o efetivo início das intervenções.

REALIZAÇÕES DO PERÍODO

Os dados a seguir foram extraídos do 11º balanço do PAC, referente ao período de abril de 2014 a outubro de 2014.

A carteira de obras e projetos de urbanização de assentamentos precários (945 operações que integram o eixo de infraestrutura social e urbana do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC) é de R\$ 23,6 bilhões, sendo R\$ 18,9 bilhões de termos de compromisso com recursos oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) e R\$ 4,7 bilhões de contratos de financiamento oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Desse total, R\$ 16,7 bilhões (530 operações) foram selecionados no PAC 1 e R\$ 12,2 bilhões (considera o valor PMCMV) foram selecionados no PAC 2 (415 operações).

Entre janeiro de 2011 e outubro de 2014 foram concluídos 88 empreendimentos de urbanização, perfazendo investimento de R\$ 892,2 milhões e beneficiando 85 mil famílias. Dentre as obras concluídas estão: Bairro Floresta em Rio Branco/AC, Urbanização – Vila Mutirão em Planaltina/GO, Urbanização – Abençoada por Deus em Recife/PE,

Urbanização – Bairros Guatupé e Borda do Campo em São José dos Pinhais/PR, Urbanização – Nova Esperança I em Macaé/RJ, Urbanização - Bairros Jardim Adalberto Roxo e Jardim das Hortências em Araraquara/SP.

Ressalta-se que, devido à diversidade das metas contidas num projeto de urbanização de assentamentos precários, a conclusão de etapas da intervenção geram benefícios à comunidade antes mesmo do término do objeto. Por exemplo, entrega de equipamentos públicos, de unidades habitacionais e conclusão de metas de infraestrutura como drenagem e pavimentação.

Entre janeiro de 2011 e dezembro de 2014 foram iniciadas 380 obras de urbanização, perfazendo investimento de R\$ 6,4 bilhões com previsão de beneficiamento, após a conclusão, de 616 mil famílias. Dentre as obras iniciadas estão: Urbanização - Sapucaia e Aguazinha em Olinda/PE, Urbanização - Jardim Santa Rita em Osasco/SP, Urbanização - assentamentos Capelinha e Cocaia em São Bernardo do Campo/SP, Urbanização - Bairro São José no Baixo Jaguaribe em João Pessoa/PB, Urbanização - faixa de domínio da rodovia RSC 453 em Caxias do Sul/RS.

Metas 2012-2015

• Disponibilizar R\$ 30,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para urbanização de assentamentos precários

Análise Situacional da Meta

Permanecem em andamento os procedimentos administrativos que visam à contratação das operações de crédito no âmbito do Programa Pró-Moradia dos municípios de São Bernardo do Campo (R\$ 96,5 milhões) e Santo André/SP (R\$ 23,5 milhões).

Contratada operação de Urbanização – Rocinha 3ª Etapa, com valor correspondente a R\$ 1.566,00 milhões, conforme proposta apresentada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e cuja seleção foi divulgada por meio da Portaria nº 152, de 01 de abril de 2014. Em andamento os procedimentos administrativos que antecedem o início das intervenções.

Em andamento os procedimentos administrativos que visam à contratação das operações de crédito, no âmbito do Programa Pró-Moradia, com o Estado do Rio de Janeiro/RJ (R\$ 815,00 milhões).

Foram contratadas 86 operações para conclusão das obras remanescentes dos contratos firmados pelo Banco Morada S/A, conforme divulgado por meio da Portaria nº 375, de 11 de julho de 2014.

O PAC 2 contratou 415 operações, totalizando investimentos de R\$ 12,2 bilhões (com o valor PMCMV vinculado), das quais 70% estão em obras, que beneficiarão 839 mil famílias, em 336 municípios.

Quantidade alcançada

12,2

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma

subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2014, a segunda etapa do programa Minha Casa, Minha Vida superou a marca de contratação de 2,75 milhões de unidades no período 2011-2014. Dessa forma, o programa, assim como em sua primeira etapa – 2009/2010 –, atingiu a meta de contratação estabelecida para o período. Desde o seu lançamento, o programa já contabiliza 3,76 milhões de unidades contratadas.

A segunda fase do programa foi iniciada em 2011, originalmente com a meta de contratar, até dezembro de 2014, 2 milhões de unidades habitacionais. Em 2012 essa meta foi ampliada para 2,4 milhões de unidades e, em 2013, para 2,75 milhões. Os resultados alcançados evidenciam o esforço realizado por parte dos diversos intervenientes – Governo Federal, governos locais, instituições financeiras, construtoras e entidades organizadoras.

Além da superação das metas de contratação, o programa já entregou mais de 2 milhões de unidades habitacionais, sendo mais de 1,6 milhão de moradias entregues a partir de 2011. Ao todo, 5.329 municípios possuem ao menos uma unidade habitacional financiada pelo programa, ou seja, o MCMV tem participação em mais de 95% dos municípios brasileiros.

Um grande desafio do programa é garantir a adequada distribuição, pelas Unidades da Federação, das unidades habitacionais contratadas, que deve guardar compatibilidade com o déficit habitacional. Em 2014, a distribuição das contratações conforme o porte populacional dos municípios e por região manteve a dinâmica observada em 2013, indicando maior dificuldade de contratação em municípios situados nas capitais e respectivas regiões metropolitanas de estados localizados nas regiões Sul e Sudeste. As contratações nesses municípios representaram 17% das contratações em 2014. Em 2013, o desempenho foi semelhante.

Para as famílias com renda mensal até R\$ 1.600,00– Faixa 1 –, o PMCMV contribui com resultados positivos para públicos específicos. Por exemplo, mais de 80% dos contratos foram firmados em nome das mulheres. Além disso, a partir de 2011, as unidades habitacionais do programa passaram a ser adaptáveis ao uso por famílias de que faça parte pessoa com deficiência: já foram entregues cerca de 11,6 mil unidades adaptadas, de um total de mais de 950 mil unidades habitacionais adaptáveis contratadas em 3.610 municípios. Acrescente-se que mais de 45 mil beneficiários do programa na Faixa 1 são idosos, o que corresponde a mais de 6% das famílias beneficiadas, ou seja, o dobro do que é exigido pelo estatuto do idoso.

No ano de 2014, com vistas a ampliar a sustentabilidade dos empreendimentos, o Governo Federal promoveu o aprimoramento dos processos de seleção de beneficiários, de realização do trabalho social e da gestão condominial junto a esse público. Ademais, foi criado um Grupo Executivo Interministerial para receber e apurar denúncias e propor medidas preventivas e corretivas de condutas ilícitas nos empreendimentos dos programas habitacionais do Governo Federal.

Em 2015 será lançada a terceira etapa do programa, com a meta de contratação ampliada para três milhões de unidades habitacionais. O detalhamento do programa está em discussão no Governo Federal e com os principais parceiros – movimentos sociais, empresários e poder local.

Metas 2012-2015

- **Disponibilizar 200 mil moradias para famílias com renda até R\$ 5 mil mensais na área urbana e até R\$ 60 mil anuais na área rural**

Análise Situacional da Meta

A meta de contratação de 200 mil moradias para famílias com esses limites de renda foi superada, com a contratação de 307.152 unidades habitacionais na segunda etapa do programa.

Quantidade alcançada

307.152

Data de Referência

31/12/2014

- **Disponibilizar 600 mil moradias para famílias com renda até R\$ 3,1 mil mensais na área urbana e R\$ 30 mil por ano na área rural**

Análise Situacional da Meta

O programa atingiu a marca de 1.113.687 unidades habitacionais contratadas para famílias com renda até R\$ 3.275,00 (aumento de renda conforme Decreto Nº 7.825/12) A meta inicialmente prevista para 600 mil unidades foi ampliada para 950 mil.

Quantidade alcançada

1.113.687

Data de Referência

31/12/2014

- **Instituir programa de moradia transitória com a finalidade de criar alternativas de atendimento habitacional adequado ao perfil da população vulnerável, como catadores e moradores de rua, alternativo ao albergamento e à propriedade definitiva**

Análise Situacional da Meta

Não houve avanços significativos em relação ao final do ano passado.

- **Produzir ou reformar 1,6 milhão de moradias para as famílias com renda até R\$ 1,6 mil por mês nas áreas urbanas e até R\$ 15 mil anuais na área rural**

Análise Situacional da Meta

O programa atingiu a marca de 1.337.632 unidades habitacionais contratadas para famílias com renda até R\$ 1,6 mil por mês nas áreas urbanas e até R\$ 15 mil anuais na área rural, superando a meta inicialmente estabelecida, de 1,2 milhão de unidades. Essa meta foi posteriormente ampliada para 1,6 milhão de moradias, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Quantidade alcançada

1.337.632

Data de Referência

31/12/2014

- **Promover a acessibilidade nas unidades habitacionais ofertadas no MCMV em áreas urbanas e municípios acima de 50 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta

No período de 2011 a 2014, foram contratadas 950.229 unidades adaptáveis contratadas através do programa Minha Casa, Minha Vida. O programa também já entregou 11.627 unidades adaptadas ao uso por pessoas com deficiência.

Quantidade alcançada

950.229

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0384 - Incentivar a expansão do crédito habitacional para construção, aquisição, ampliação e melhorias, por meio de medidas de facilitação do acesso ao financiamento imobiliário com estímulos ao crescimento da sua oferta pelos agentes financeiros.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

O desempenho observado ao longo do ano de 2014, relativo ao financiamento imobiliário com recursos do SBPE, apresentou resultado anual superior ao do ano anterior, em valor financiado e em quantidade de operações contratadas. No que se refere ao financiamento imobiliário com recursos do FGTS, o desempenho observado ao longo do mesmo ano apresentou resultados distintos para valor e quantidade financiados: aumento no valor e redução na quantidade de operações contratadas, sinalizando um aumento nos valores individuais financiados. Esses resultados nos financiamentos com recursos do FGTS esboçam uma tendência que vem se formando desde 2012, com redução na quantidade de imóveis financiados e elevação dos respectivos valores.

Durante o ano de 2014, os agentes financeiros do SFH contrataram 87.197 operações de crédito imobiliário com pessoas físicas, não enquadráveis nas condições do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Essa quantidade apresenta-se mais que 3% inferior ao total contratado em 2013, quando pouco mais de 90 mil operações foram formalizadas. Já os valores de financiamento cresceram 7,8% em relação ao ano anterior, saltando para R\$ 7,8 bilhões, mantendo a tendência de crescimento observada desde 2012. Os valores de subsídio recuaram dos R\$ 1,08 bilhão concedidos em 2013 para R\$ 944,9 milhões em 2014, mantendo oscilação sem tendência perceptível no período 2011-2014. O desempenho do mercado imobiliário na 2ª metade do ano, nesse tipo de operação de crédito, foi ligeiramente superior àquele observado nos primeiros seis meses, quando 41.655 operações de crédito foram formalizadas. O resultado acumulado no período 2012-2014, de 268.606 operações, representa pouco mais de 53% da meta plurianual de 500 mil operações de crédito.

No Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), vem sendo mantida a tendência de crescimento observada desde 2011, embora com redução da velocidade. Em todo o ano de 2014, foram financiados R\$ 105,8 bilhões em crédito imobiliário habitacional, o que representa crescimento de 3,5 % em relação ao ano de 2013, quando os financiamentos alcançaram R\$ 102,2 bilhões. Confirmou-se, desse modo, a expectativa desenhada desde o final do ano anterior, reforçada ao final do 1º semestre deste ano, de continuidade da tendência de crescimento das operações com recursos do SBPE. Quanto à quantidade de contratos realizados, observou-se comportamento semelhante, com crescimento de 1,4%, atingindo mais de 512 mil unidades financiadas. Entretanto, ao se comparar o desempenho por semestre, é possível observar sinais de desaceleração desse crescimento: no 1º semestre de 2014, houve crescimento de quase 7% do valor financiado, acompanhado de evolução de mais de 5% na quantidade de operações realizadas, comparando-se a período análogo de 2013; já no 2º semestre, o valor financiado cresceu 0,64% enquanto a quantidade de operações experimentou decréscimo de quase 2%, quando comparados ao 2º semestre de 2013. O resultado acumulado no período 2012-2014, de R\$ 284,5 bilhões, representa mais de 161% da meta plurianual de R\$ 176 bilhões.

Esses resultados se mantêm como consequência da mesma combinação de fatores que interferiu positivamente no desempenho observado em 2012 e 2013: do lado dos tomadores de crédito, contribuíram para o aumento na demanda por crédito imobiliário a continuação da elevação da renda real, a manutenção do baixo índice de desemprego e Índice Nacional de Expectativa do Consumidor - INEC - com tendência de crescimento no período de junho a outubro de 2014; do lado da oferta, a disponibilidade de recursos da poupança, a manutenção do baixo índice de inadimplência na modalidade e o prazo máximo de financiamento.

Para 2015, conforme expectativa da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança – ABECIP –,

está prevista tendência de estabilização das operações de crédito imobiliário com recursos do SBPE.

Para as operações com recursos do FGTS há também sinalização para manutenção dos patamares observados em 2014, tendo em vista que no orçamento aprovado para 2015, por meio da Instrução Normativa nº 36, de 19 de dezembro de 2014, do Ministério das Cidades, foi contemplado R\$ 1 bilhão para concessão de descontos nos financiamentos da espécie.

Fontes: Canal FGTS / BACEN / ABECIP / IBGE / CNI / CNC

Metas 2012-2015

- **Contratar 500 mil operações de financiamento imobiliário destinadas à construção, aquisição ou reforma de unidades habitacionais com recursos do FGTS**

Análise Situacional da Meta

Foram contratadas, no ano de 2014, 87.197 operações de financiamento imobiliário com recursos do FGTS, representando R\$ 7,765 bilhões em financiamentos e R\$ 944,9 milhões em subsídios (descontos), totalizando R\$ 8,710 bilhões. A contratação acumulada no período 2012-2014 é de 268.606 operações.

Fonte: Canal FGTS, arquivo MC20150130.rar, posição de 28/01/2015

Quantidade alcançada

268.606

Data de Referência

31/12/2014

- **Contratar R\$ 176 bilhões em operações de financiamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014 foram contratados R\$ 105,8 bilhões em operações de financiamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo. Esse valor apresenta-se 3,51% superior ao observado no período equivalente de 2013. A contratação acumulada 2012-2014 já atingiu R\$ 284,5 bilhões.

Quantidade alcançada

284,5

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0385 - Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social para implementação da política habitacional sob os princípios de descentralização, articulação intergovernamental e intersetorial, participação e controle social.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

O fortalecimento da capacidade técnica e institucional dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, desde 2012, foi marcado pela continuidade do desenvolvimento dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social –

PLHIS e no fomento à realização de estudos e pesquisas relacionados à habitação de interesse social. No que tange ao PLHIS, o Governo Federal focou no apoio a conclusão dos planos contratados em anos anteriores, assim como no monitoramento da adesão ao PLHIS simplificado, instituído no final do ano 2010, para ser utilizado como opção, inicialmente pensada para os municípios com população até 20 mil habitantes e localizados fora de Regiões Metropolitanas (Resolução no. 37 – CGFNHIS, de 8/12/2010) e, posteriormente ampliada para todos os municípios com população até 50 mil habitantes (Resolução N° 43, de 5 de julho de 2011).

Os Planos habitacionais com repasses do FNHIS, contratados entre os anos 2007 e 2010 contam, após alguns cancelamentos, com uma carteira ativa de 1.485 contratos, destes 86,2% foram concluídos até 31.12.2014 (Dados da Base Caixa). Para os municípios com menos de 50 mil habitantes, continuou-se a apoiar através da oferta de instruções, atualização do manual de elaboração do PLHIS-simplificado e a realização de oficinas regionalizadas para capacitação para elaboração do PLHIS e para a atuação de conselheiros.

Com relação ao apoio ao desenvolvimento institucional, particularmente em relação ao monitoramento dos programas habitacionais da Secretaria Nacional de Habitação (SNH), foram aplicados recursos para firmar Termo de cooperação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para contratação de estudos e pesquisas relativas à habitação de interesse social e, na área da cooperação técnica, foi firmado um termo de cooperação com a Universidade Federal do ABC (UFABC), para o apoio técnico-científico à atuação do Governo Brasileiro no Grupo de Trabalho de Assentamentos Humanos do Fórum de Diálogo IBAS (Índia – Brasil – África do Sul). Ainda destaca-se a continuidade do convênio firmado, em dezembro de 2011, com a Fundação João Pinheiro, cujo objetivo é realização de estudo do déficit habitacional no Brasil.

Foi realizada no mês de maio de 2014, a terceira reunião de ponto de controle, com apresentação e discussão de relatórios com os pesquisadores dos 38 projetos selecionados. Ressalta-se ainda a efetivação do termo de cooperação técnica com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC para a realização da segunda edição do EAD da área social.

Na avaliação da situação das pesquisas em 31.12.2014, foi solicitado ao CNPq o informe da situação das 38 pesquisas. Com os pedidos de prorrogação, 01 relatório final foi entregue (Equipe prof. Claudio Schüller – UNICAMP) e os demais foram prorrogados, com previsão de entrega entre 01 de fevereiro de 2015 a 19 de abril de 2015.

Metas 2012-2015

• 100% dos municípios com adesão ao SNHIS

Análise Situacional da Meta

O termo de adesão é o instrumento por intermédio do qual os estados, Distrito Federal e municípios expressam sua decisão em participar do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS. A criação do SNHIS introduz a uma nova sistemática de acesso ao repasse dos recursos da União, destinados à habitação de interesse social. Este contém os compromissos, previstos no Art. 12 da Lei 11.124/2005, em constituir e elaborar, no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios, os três elementos: o Fundo, o Conselho Gestor do Fundo e o Plano Local (ou Estadual ou Distrital) de Habitação de Interesse Social.

Apesar da meta desejável de 100% de adesão entre os entes federados, a liberdade de decisão destes entes sobre a sua participação no Sistema poderá dificultar que esta seja atingida em plenitude. No entanto, apesar desta liberdade, os níveis de adesão atualmente são bastante altos, chegando a 97,61 %, onde a maior parte dos municípios fez sua adesão entre os anos 2006 e 2008, reduzindo-se a intensidade de tais pedidos nos anos seguintes.

Durante o ano de 2014 nenhuma nova adesão ao SNHIS foi efetivada. No entanto, está sendo tramitado o pedido de adesão de 02 (dois) municípios.

Quantidade alcançada

97,61

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0755 - Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

De um modo geral, os resultados alcançados ao longo dos anos de 2012, 2013 e 2014 revelam um ambiente favorável para atingir o objetivo proposto. Contudo, para atingir algumas metas, especialmente a criação do Sistema Nacional para Capacitação Profissional e Certificação Profissional para a Construção Civil Habitacional (SiCaP), o tempo que se leva para pactuar alguns acordos e a dificuldade de contratação de serviços especializados representam desafios. Por outro lado, vale destacar os seguintes avanços:

- a) Nesse período houve aceitação, por parte das construtoras, do monitoramento dos indicadores da qualidade voltados à sustentabilidade do canteiro de obras das empresas, no acompanhamento da geração de resíduos, consumo de água e energia, bem como a avaliação positiva da fusão dos níveis C e B; a adequação dos referenciais técnicos às novas versões da NBR ISO 9001 e a integração do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC) aos outros sistemas (Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos - SiMaC e Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores - SiNAT) do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H. Em 2014 a Comissão Nacional do SiAC iniciou uma discussão para propor uma nova revisão do Regimento, com vistas a atender os requisitos da ABNT NBR 15.575 ("Norma de Desempenho");
- b) A realização de um Workshop com a participação de todos os atores envolvidos no SiMaC, que resultou na elaboração de uma minuta de documento com os requisitos gerais para subsidiar o processo de acreditação das Entidades Gestoras Técnicas - EGT's, bem como o fato de nove Programas Setoriais da Qualidade - PSQs, de um total de 24 monitorados, terem mantido a meta de 90% de conformidade com as normas técnicas brasileiras. Em 2014 foi publicada a Portaria nº 332, de 20 de junho de 2014, do MCIDADES, regulamentando os requisitos mínimos para habilitação técnica, para funcionamento e para o sistema de gestão do processo de acreditação de EGT's que operam PSQs, no âmbito do SiMaC do PBQP-H. Também, em 2014, no âmbito do Fórum dos Gerentes de PSQs, criou-se um grupo de trabalho envolvendo diversos PSQs com o objetivo de subsidiar as empresas construtoras que atuam no PMCMV para o atendimento à norma de desempenho, com a expectativa de alcançar os primeiros resultados no 2º semestre de 2015;
- c) Enquanto houve a publicação de 7 Documentos de Avaliação Técnica (DATec's) no ano de 2013, representando um número 40% maior do que aquele alcançado em 2012, em 2014 foram publicados 4 DATec's e 2 Diretrizes SiNAT, contribuindo para o processo de industrialização no âmbito dos empreendimentos habitacionais do PMCMV.

A expectativa para 2015, em relação ao SiAC, continua sendo a realização de acordos setoriais para implementação das certificações das especialidades técnicas de Gerenciamento de Empreendimentos e Elaboração de Projetos, bem como a regulamentação da certificação dos Serviços Especializados. Para o ano de 2015 pretende-se revisar o regimento do SiAC para atender os requisitos da ABNT NBR 15.575 ("Norma de Desempenho"). Quanto ao SiMaC, a expectativa para 2014 foi alcançada e, para 2015, espera-se que todas as EGT's que atuam no SiMaC estejam acreditadas junto ao INMETRO. Para o SiNAT, a expectativa é que se concretize a criação da Rede SIBRATEC de laboratórios para o setor da construção civil, de forma a induzir a capacitação profissional para atuar nesses laboratórios, principalmente para atuarem em avaliações técnicas com base no conceito de desempenho.

Metas 2012-2015

- **Alcançar e manter em 90% o percentual médio de conformidade com as normas técnicas no âmbito do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC), de todos os produtos que compõem a cesta básica de materiais de construção de uma habitação de interesse social**

Análise Situacional da Meta

Ao final do ano de 2014, 9 Programas Setoriais da Qualidade - PSQs atingiram a meta de 90% de conformidade e 15 PSQs ainda estão abaixo da meta, em função da heterogeneidade e grau de amadurecimento dos diversos setores que compõem a cesta básica dos materiais. Ressalta-se que 17 entidades setoriais nacionais mantêm os PSQs. Um aspecto positivo foi a realização de um Workshop com a participação de todos os atores envolvidos no Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC), no ano de 2013, que teve como resultado a elaboração de uma minuta de documento com os requisitos gerais para subsidiar o processo de acreditação das entidades gestoras técnicas - EGT's, publicada na Portaria nº 332, de 20 de junho de 2014, do MCIDADES. Dessa forma, a expectativa é que todas as EGT's estejam acreditadas pelo INMETRO até 2015. O aspecto negativo ficou por conta do descredenciamento do PSQ de Tubos de Aço-carbono.

Quantidade alcançada

75,55

Data de Referência

31/12/2014

- **Certificar 100% das empresas de serviços e obras que executem empreendimentos de habitação de interesse social, por meio do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC)**

Análise Situacional da Meta

A meta foi atingida, uma vez que desde 2013 foi incorporada a exigência da comprovação da certificação Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC) do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) nos empreendimentos habitacionais de interesse social para os municípios abaixo de 50.000 habitantes.

O número de empresas certificadas no âmbito do SiAC nos diferentes Níveis ("B" e "A") e na etapa de Adesão atingiu a marca de 2.870 empresas em 2014 (23,8% na etapa de adesão, 7,2% no Nível "B" e 69,0% no Nível "A"). Os organismos de avaliação da conformidade que certificam essas empresas têm avaliado positivamente o aperfeiçoamento do regimento do SiAC, especialmente em relação a inclusão de indicadores da qualidade voltados à sustentabilidade do canteiro de obras, que estão contribuindo para o monitoramento da geração de resíduos, consumo de água e energia. A expectativa para o ano de 2014, em relação ao aumento do número de empresas certificadas se confirmou, enquanto a realização de acordos setoriais para implementação das certificações das especialidades técnicas de Gerenciamento de Empreendimentos e Elaboração de Projetos, bem como a regulamentação da certificação dos Serviços Especializados ainda não foram implementadas. Para o ano de 2015 pretende-se revisar o regimento do SiAC,

principalmente, para atender os requisitos da ABNT NBR 15.575 ("Norma de Desempenho").

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

- **Conceder o Documento de Avaliação Técnica do Produto Inovador (DATec) para 100% dos produtos inovadores utilizados em empreendimentos de habitação de interesse social, por meio do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT)**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014 foram concedidos sete DATec's para empresas que utilizam sistemas construtivos inovadores no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), por meio do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT), número 20% maior que no ano de 2013, bem como o número de ITA's cresceu em 10%. Um aspecto positivo no ano de 2014 foi a concretização de uma parceria com a FINEP, visando ampliar a infraestrutura laboratorial que atende o setor da construção civil. Para o ano de 2015 espera-se, com essa parceria, a criação de uma rede de laboratórios destinados ao setor da construção civil, principalmente para atender a demanda de avaliações técnicas com base no conceito de desempenho.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

- **Criar um Sistema Nacional para Capacitação Profissional e Certificação profissional para a construção civil habitacional (SiCaP)**

Análise Situacional da Meta

O SiCaP ainda não foi criado devido a dificuldades para o estabelecimento de parcerias com o setor privado, bem como na formalização de acordos com o poder público. Contudo, espera-se que em 2015 sejam estabelecidas parcerias com a FINEP, MDIC, INMETRO e agentes do setor privado, representantes da cadeia produtiva da construção civil, que poderão contribuir para o alcance da meta.

OBJETIVO: 0756 - Contribuir para a elevação de qualidade da inserção urbana dos empreendimentos habitacionais, assim como, para a inserção socioeconômica das famílias beneficiadas por programas habitacionais e para a sustentabilidade social dos empreendimentos e articulação com as demais políticas públicas.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Com foco na disseminação da Política Nacional de Habitação, no que tange à efetividade da realização de ações voltadas para os beneficiários dos programas e ações da área habitacional de interesse social, o Governo Federal iniciou a preparação de uma segunda edição do curso a distância de trabalho social em projetos e programas habitacionais, destinados prioritariamente a entes federados que possuem contrato no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), na modalidade FAR, dado que o conteúdo do trabalho social presente no normativo do referido programa não foi abordado na primeira edição do curso em função de sua inexistência. A primeira edição deste curso atingiu a marca de 2000 participações, com representantes de todos os estados e dos mais diversos municípios, sendo esperada para esta edição a superação deste montante.

Em novembro de 2013 foi firmado o termo de cooperação técnica com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC para a realização da segunda edição do curso à distância. O objetivo é fomentar e disseminar nas equipes dos estados e

municípios brasileiros conhecimentos técnicos da área social, tendo em vista a obrigatoriedade de realização do Trabalho Social em todos os projetos habitacionais apoiados pelo Governo Federal.

Serão priorizados os participantes que sejam responsáveis pela supervisão e execução do Trabalho Social em empreendimentos do PAC - Urbanização de Assentamentos Precários e do PMCMV. Ao final do ano iniciou-se a transformação do EAD de Trabalho Social em Programas de Habitação de Interesse Social para o modelo auto instrucional por meio do Portal CAPACIDADES, com previsão de início para o final do 1º semestre de 2015

Ressalta-se ainda, que foi realizado workshop no dia 10 de julho de 2014, objetivando o aprimoramento da Integração do Cadastro Único com o Programa Minha Casa Minha Vida, com a participação da CAIXA, MDS e MCIDADES. Este workshop teve sua efetiva realização, estando programada a continuidade das ações conjuntas para o primeiro semestre de 2015.

Metas 2012-2015

- **Beneficiar 100% das famílias atendidas por programas habitacionais de natureza social com o desenvolvimento de trabalho social envolvendo mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de emprego e renda**

Análise Situacional da Meta

Durante o primeiro semestre de 2014, foram realizadas oficinas de capacitação quanto ao novo marco regulatório do trabalho social, em 03 municípios âncoras, com a participação de 322 pessoas, que representaram 86 municípios dos estados de SP, PR, MS, GO e o DF. Foram ainda distribuídos 322 conjuntos de manuais temáticos sobre o trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social.

Ao final do ano de 2014 foram realizadas oficinas de capacitação quanto ao novo marco regulatório do trabalho social, em 11 municípios âncoras, com a participação de 1.260 pessoas, que representaram 345 municípios de 25 unidades da federação e o DF. O Acre foi o único estado que não enviou representante. Foram ainda distribuídos 1.260 conjuntos de manuais temáticos sobre o trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

- **Criação e manutenção do cadastro nacional de beneficiários de programas habitacionais urbanos ou rurais e de regularização fundiária em áreas urbanas, promovidos pelo poder público**

Análise Situacional da Meta

De acordo com o Art. 14 da Lei nº 11.124/2005, é atribuída ao Ministério das Cidades a competência de instituir cadastro nacional de beneficiários das políticas de subsídios e zelar pela sua manutenção. Por força do Art. 11 da Lei 12.424/2011, fica instituído o cadastro nacional de beneficiários de programas habitacionais urbanos ou rurais e de regularização fundiária em áreas urbanas, promovidos pelo poder público, nos quais tenham sido concedidos, com recursos públicos, materiais ou financeiros, incentivos de qualquer natureza, que possam ser considerados como subsídio.

Até o momento são utilizados como fonte de registro de beneficiários habitacionais, o Cadastro Único mantido pelo MDS, e o Cadastro Nacional de Mutuários (CADMUT), mantido pela Caixa Econômica Federal.

Contudo, no primeiro semestre de 2013, o Ministério das Cidades promoveu uma primeira aproximação com o SERPRO, na busca de uma possível parceria para o desenho e desenvolvimento de tal instrumento, no que tange a concretude de uma ferramenta de tecnologia da informação. As tratativas técnicas, entre o SERPRO e o Ministério das Cidades para a concepção do cadastro nacional de beneficiários de programas habitacionais de interesse social, evoluíram durante os últimos meses do ano, chegando a um modelo final de proposta de trabalho.

Por meio do ofício SUNCE – 027344/2014, foi manifestado o declínio pelo SERPRO em realizar o desenvolvimento, implantação e gestão do sistema de cadastro nacional de beneficiários de programas habitacionais de interesse social. Assim as tratativas passaram, após manifestação favorável da CONJUR/MCidades a serem realizadas com a DATAPrev, que aceitou e manifestou a sua capacidade em realizar o intento. Atualmente, encontra-se aguardando a autorização da Secretaria Executiva para a consecução do processo administrativo de contratação.

- **Viabilizar a priorização da implementação de investimentos em infraestrutura social, financiados pelo Governo Federal em outros programas do PPA 2012-2015, nas áreas selecionadas pelo Programa Moradia Digna, para implementação de empreendimentos de habitação de interesse social.**

Análise Situacional da Meta

A intersetorialidade das ações de governo é a tônica principal da política nacional de habitação, buscando complementariedade de esforços entre os programas de governo.

Neste sentido, vêm sendo realizadas pelo Governo Federal reuniões de sensibilização com o poder público local sobre a importância de articular políticas sociais complementares, como educação, saúde e assistência aos empreendimentos habitacionais, a fim de propiciar plenas condições para uma moradia digna aos beneficiários.

Além disso, o Ministério das Cidades vem buscando parceria com outros ministérios para que suas carteiras prioritárias de investimento, em especial as relativas à implantação de infraestrutura socioeducacional e de saúde, sejam aderentes aos territórios impactados por produção habitacional.

De forma a possibilitar uma melhor visualização das ações sociais já desenvolvidas ou em desenvolvimento nas áreas de atuação de implementação de empreendimentos de habitação de interesse social, durante o primeiro semestre de 2014 foram iniciadas tratativas com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, pertencente ao Ministério do Desenvolvimento Social, para integrar as ações no âmbito de competência da SNH ao portal de gestão das informações. Localizado no sítio eletrônico <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/#>, da qual se espera resultar a formalização de cooperação técnica entre os órgãos.

Durante o segundo semestre de 2014, continuou-se as tratativas de integração do Portal do Ministério do Desenvolvimento Social, estando na dependência da compatibilidade de sistemas entre os Ministérios para a efetiva implantação, após firmado termo de cooperação técnica.

PROGRAMA: 2068 - Saneamento Básico

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Economias atingidas por intermitências no abastecimento de água	%	30/12/2010	31	31/12/2010	31
Índice de esgoto tratado referido à água consumida	%	31/12/2008	34,6	31/12/2013	39
Índice de perdas na distribuição de água	%	31/12/2009	41	31/12/2013	37
Percentual de domicílios rurais abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna	%	31/12/2008	65,9	31/12/2013	73,5
Percentual de domicílios rurais atendidos por coleta direta e indireta de resíduos sólidos	%	31/12/2008	30,2	31/12/2013	33,3
Percentual de domicílios rurais servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica	%	31/12/2008	25,1	31/12/2013	29,7
Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitários	%	31/12/2008	3,6	31/12/2013	2,4
Percentual de domicílios urbanos abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna	%	31/12/2008	97,1	31/12/2013	98,1
Percentual de domicílios urbanos atendidos por coleta direta de resíduos sólidos	%	31/12/2008	93,6	31/12/2013	93,6
Percentual de domicílios urbanos servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica	%	31/12/2008	81,9	31/12/2013	83,9
Percentual de municípios com plano de saneamento básico	%	31/12/2011	10,9	31/12/2013	39,55
Percentual de municípios com presença de lixões/vazadouros de resíduos sólidos	%	31/12/2008	51	-	-
Percentual de tratamento de esgoto coletado	%	31/12/2008	53	-	-
Proporção de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso simultâneo à abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos	%	31/12/2008	57,4	31/12/2013	62,7

Observações:

Economias atingidas por intermitências no abastecimento de água - Os resultados do SNIS 2011, 2012 e 2013 não divulgam o dado nacional.

Percentual de municípios com plano de saneamento básico - MUNIC 2013 - Bloco 5 (Gestão de Riscos e Respostas a Desastres) - Instrumentos de Planejamento: municípios que possuem como instrumento de planejamento Plano de Saneamento Básico contemplando pelo menos um dos seguintes serviços: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas

Percentual de municípios com presença de lixões/vazadouros de resíduos sólidos - Não houve nova edição da PNSB.

Percentual de tratamento de esgoto coletado - Não houve atualização do indicador tendo em vista que não foi lançada a nova Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, elaborada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

OBJETIVO: 0353 - Implantar medidas estruturantes que visem à melhoria da gestão em saneamento básico, compreendendo a organização, o planejamento, a prestação dos serviços, a regulação e fiscalização, e a participação e controle social.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

As ações estruturantes consistem em ações que dão suporte político e gerencial para a sustentabilidade da prestação dos serviços e se encontram tanto na esfera do aperfeiçoamento da gestão, em todas as suas dimensões, quanto na melhoria cotidiana e rotineira da infraestrutura física. É uma dimensão explorada pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), disponível no sítio eletrônico do Ministério das Cidades (www.cidades.gov.br).

Assim, o pressuposto é de que o fortalecimento das ações em medidas estruturantes assegurará crescente eficiência, efetividade e sustentação aos investimentos em medidas estruturais em aplicações através dos recursos disponibilizados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Esse desenho foi inserido no PPA 2012-2015, com as iniciativas e ações orçamentárias que fazem parte do escopo deste objetivo descritas como estruturantes, pois buscam enfrentar os problemas das funções de gestão descritas na Lei 11.445/2007, relacionadas ao planejamento, melhoria da eficiência e efetividade da prestação de serviços, educação ambiental, capacitação, participação, controle social e regulação.

Prosseguindo a implantação de medidas estruturantes, o governo federal tem atuado na elaboração dos Planos Regionais de Saneamento Básico das Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDES e na capacitação e apoio à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, no que tange um dos pilares da gestão expresso na Lei 11.445/2007 e Decreto 7.217/2010, que é o planejamento do setor e seus instrumentos.

Com relação aos Planos Municipais de Saneamento, cabe ressaltar que a Lei nº 11.445/2007, conhecida como a Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico, tornou obrigatória a elaboração da Política e do Plano de Saneamento Básico pelos titulares dos serviços Dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), conduzida pelo IBGE em 2011, dão conta de que havia, à época, 1.458 planos em elaboração no país. A pesquisa identificou, ainda, que 609 municípios já tinham o seu plano elaborado, dos quais, entretanto, apenas 261 contemplavam os quatro componentes que integram o saneamento básico, conforme preconiza a Lei 11.445/2007.

No período, deu-se prosseguimento à realização de atividades de capacitação dos membros de órgãos colegiados, prestadores e técnicos do setor. Tais atividades fomentam o debate e contribuem para aprimorar as políticas públicas voltadas para o setor. Entre estas, cabe destaque a cursos a distancia realizados, entre eles os cursos integrantes do Programa de Capacitação Acesso a Recursos de Saneamento, parceria com a ENAP – Escola Nacional de Administração Pública e o Curso sobre Planos Municipais de Saneamento, desenvolvido no âmbito da ReCESA - Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental.

Outra ação estruturante, executada no ano de 2014, no âmbito do Termo de Cooperação com o CDT/UnB – Centro de Desenvolvimento Tecnológico/Universidade de Brasília, é o desenvolvimento do Subsistema/Módulo – Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico (SIMISAB), que integrará o Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SINISA) e deverá ser finalizado no ano de 2015.

Além disso, no que tange a realização de estudos e pesquisas, foram contratados 6 (seis) consultores especialistas visando

à elaboração de estudos e projetos vinculados ao setor água, por intermédio do Programa Interáguas, cuja execução se iniciou no 2º semestre de 2014. Também, foram lançadas duas manifestações de interesse, visando futura contratação de empresa de consultoria: uma relativa à ação de Perdas de Água e Eficiência Energética e outra para a ação de Reúso de Efluentes Sanitários Tratados.

Por fim, no que tange às medidas estruturantes apoiadas pelo Governo Federal relacionadas à gestão e à melhoria da prestação dos serviços saneamento, cabe ressaltar as ações desenvolvidas na modalidade de desenvolvimento institucional, tendo sido contratados investimentos, com recursos onerosos, na ordem de R\$ 341.534.453,78.

Metas 2012-2015

• Apoiar 1.125 comunidades especiais com ações de controle da qualidade da água para consumo humano

Análise Situacional da Meta

A soma da atuação da área técnica em ações de apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano é de 2.649 comunidades especiais, rurais e indígenas ao longo de três anos (2012, 2013, 2014). Em análise ao quantitativo ressalta-se que o resultado apurado é relacionado ao quantitativo do trabalho executado pela área no período, e que pode ter havido a execução das atividades em uma mesma comunidade nos três anos.

Atividades executadas - visitas para a coleta e análises de amostras de água, capacitação, orientações técnicas e a realização de diagnóstico da situação das soluções alternativas coletivas de abastecimento de água.

Quantidade alcançada

2.649

Data de Referência

15/01/2015

• Apoiar 1.500 municípios sede com ações de controle da qualidade da água para consumo humano

Análise Situacional da Meta

Das atividades realizadas pra cumprimento da meta foram executadas a coleta e análise da água, capacitação, diagnóstico situacional de sistemas de abastecimento ou soluções alternativas coletivas. Foram apoiados 2.451 municípios ao longo de três anos (2012, 2013, 2014). Ressaltamos que o quantitativo expressa o trabalho produzido ao longo do tempo e que um mesmo município pode ter recebido o apoio da Funasa em ações de controle da qualidade da água durante todo o período de 3 anos.

Avanços encontrados no ano de 2014

Foram entregues nas Superintendências Estaduais do AM, AL, BA, MT, PR, PB e PE, 07 unidades móveis de tratamento de água - UMTA para consumo humano, equipamento destinado a apoiar o abastecimento emergencial de populações vitimadas por desastres naturais e/ou antropogênicos, e em localidades que sofrem com a drástica redução de água dos mananciais (utilizando-se de soluções alternativas como carros-pipa e cisternas), e em localidades afetadas com surtos de doenças diarreicas agudas.

Foi concluída a entrega de equipamentos para análise de água para consumo humano em todas as Superintendências Estaduais.

Foram publicados 3 manuais técnicos:

Manual de Controle da Qualidade da Água para Técnicos que trabalham em Estações de Tratamento de Água; Manual de Cloração de Água em pequenas comunidades - utilizando o clorador simplificado desenvolvido pela Funasa; e Capacitação em Controle da Qualidade da Água para os técnicos dos municípios - Modelo Metodológico.

Foram programados e executados 4 cursos de capacitação interna, ou seja, para os servidores técnicos da Funasa: Curso de Manejo da Unidade Móvel de Controle da Qualidade da Água para Motoristas;

Capacitação de multiplicadores das Superintendências Estaduais da Funasa em fluoretação para operadores de Estações de Tratamento de Água (ETAs); Curso de Operação da Unidade Móvel de Controle da Qualidade da Água (UMCQA); Capacitação em Ações de Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano.

Foram descentralizados os recursos financeiros necessários para as reformas de laboratórios nas Superintendências Estaduais do Acre, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte e para a construção do laboratório em Sergipe.

Foi firmado um Convênio entre a Funasa e o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental do Paraná - CISPARG, no valor de R\$ 500.000,00 cujo objeto é a aquisição de equipamentos para análise de água para consumo humano, conforme estabelecido na Portaria Funasa nº 190 de 27 de fevereiro de 2014, art. 4º - O Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano em consonância com o Subsistema Nacional de Saúde Ambiental do Ministério da Saúde, tem como diretrizes e competências: inciso XI - fomentar, por meio de convênio ou cooperação técnica, ou outro instrumento legal a estruturação de laboratórios de controle da qualidade da água.

Participamos das oficinas organizadas pelo Ministério da Saúde e realizadas nos Estados afetados pelo Surto de Doenças Diarreicas Agudas ocorrido com grande intensidade no ano de 2013 no Nordeste Semiárido.

Participamos das reuniões do COES (Centro de Operações de Emergência em Saúde) no Ministério da Saúde referentes aos Estados do Espírito Santo e Rondônia afetados por enchentes, onde a Funasa atuou em conjunto com as Vigilâncias Ambientais Estaduais realizando análises de água para consumo humano nas Unidades Móveis de apoio ao controle da qualidade da água (laboratórios móveis), também realizamos avaliação técnica dos danos causados aos sistemas de abastecimento de água e soluções alternativas coletivas das regiões afetadas.

Desafios encontrados no ano de 2014

Com relação ao Edital de Chamamento de Fluoretação das águas de abastecimento público, não houve nenhuma proposta por parte dos municípios em aderir ao proposto no referido edital. As empresas vencedoras do pregão que adquiriu os equipamentos destinados à análise de água trouxeram inúmeros problemas administrativos, os quais demandaram dedicação da equipe responsável por um longo período de tempo.

Quantidade alcançada

2.451

Data de Referência

15/01/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	225	município	291	15/01/2015
Região Nordeste	525	município	1.204	15/01/2015
Região Norte	450	município	365	15/01/2015
Região Sudeste	150	município	350	15/01/2015
Região Sul	150	município	241	15/01/2015

• **Apoiar 320 municípios na melhoria da gestão ou na estruturação dos serviços de saneamento**

Análise Situacional da Meta

O apoio à gestão dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico é uma ação estratégica por meio da qual possibilitará aos municípios o alcance da sustentabilidade prevista na Lei 11.445/2007 e Plano Nacional de Saneamento Básico-Plansab. A execução dessa ação é aplicada de forma pontual, por meio das superintendências Estaduais da FUNASA, com o apoio do nível central. Assim, foram contemplados com essa ação 440 municípios, superando a meta inicialmente prevista de 320, ou seja, 37,5% acima da meta do PPA.

Para o exercício 2015 pretende-se ampliar a atuação com o apoio técnico e financeiro aos municípios na gestão dos

serviços de saneamento, visto que em 2014 as ações se limitaram apenas à cooperação de natureza técnica.

Quantidade alcançada

440

Data de Referência

31/12/2014

• **Apoiar 450 municípios na elaboração do Plano de Saneamento Básico**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, a Funasa, por meio do Programa de Cooperação Técnica, investiu no financiamento de Planos Municipais de Saneamento, atingindo o total de 135 (cento e trinta e cinco) municípios beneficiados, distribuídos em todas as regiões do país. Como estratégia para ampliar o alcance da ação meta, esta Fundação atuou na priorização dos consórcios públicos, o que gerou um considerável ganho de escala, e, em razão disso, mais eficiência na utilização dos recursos orçamentários disponibilizados.

Em 2013 a atuação da Funasa foi voltada à capacitação dos municípios para elaboração de seus planos municipais de saneamento básico com vistas a ampliar o número de municípios atendidos com os recursos disponibilizados. As Superintendências Estaduais da Funasa buscaram parcerias para capacitação e elaboração dos planos. Foram celebradas parcerias nos Estados da BA, SC, MS e PI as quais atenderam mais de 174 municípios.

Em 2014, foram iniciados 12 (doze) procedimentos visando a identificação/formalização e celebração de Termos de Execução Descentralizada de apoio à elaboração de PMSB nos estados do AC, ES, GO, MA, MT, RR, RN, RO, RS, SE e TO. Entretanto, do total de processos iniciados foram efetivamente concluídos e celebrados, apenas 04 (quatro) nos estados do ES, MA, MT e SE. No total, foram beneficiados até 2014 326 municípios. Daí temos como resultado o percentual de 72,44% de execução se comparado com a meta prevista de 450 municípios.

Entende-se que a não definição da entidade parceira e/ou a não conclusão dos processos ainda em fase de celebração dos termos de execução nos estados do AC, GO, RR, RN, RO, RS e TO foram os principais fatores que contribuíram para o não cumprimento da meta estabelecida.

Portanto, considerando que o prazo para elaboração de PMSB vence em 31 de dezembro de 2015, pretende-se ampliar o universo de municípios atendidos mediante fomento para a execução dessa ação nos estados que ainda não identificaram os parceiros institucionais ou que ainda não concluíram os processos de celebração/formalização.

Quantidade alcançada

326

Data de Referência

31/12/2014

• **Apoiar 800 municípios com capacitação na gestão dos serviços de saneamento**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram previstos 64 cursos com as seguintes temáticas: Política e Plano Municipal de Saneamento, Estruturação e implementação de consórcios públicos de saneamento, Gestão econômico-financeira no setor saneamento e Redução de perdas em sistemas de saneamento. A previsão de atendimento foi ampliada para 1.500 municípios até 2015.

Como avaliação dos cursos realizados, temos que o público alvo apontou pela plena consecução dos objetivos e metas previamente estabelecidas. Os registros evidenciaram significativa satisfação do treinando, quer seja no tocante aos conteúdos programáticos, quer seja em relação ao perfil e qualificação do corpo de instrutores, visto que a proposta pedagógica buscou dar voz aos participantes e ao mesmo tempo valorizar sua experiência profissional. Como aspectos

positivos das avaliações de 2013 tivemos:

- Intercâmbio de experiências
- Qualificação do gasto público
- Otimização da gestão
- Difusão das diretrizes e princípios das Leis 11.107/2005 e 11.445/2007 e decretos regulamentares
- 1949 técnicos municipais e servidores da Funasa qualificados

Em 2014 foram realizados 14 cursos, contemplando 404 municípios e ainda existe a previsão de realização de mais uma etapa do Curso "Oficina de Política e Planos Municipais de Saneamento Básico", em março/2015.

Além disso, com a realização de mais 20 cursos de capacitação até o final do exercício 2015, espera-se superar a previsão ampliada para atendimento de 1.500 municípios.

Quantidade alcançada

1.433

Data de Referência

31/12/2014

• **Apoiar a elaboração de 20 estudos e/ou pesquisas para desenvolvimento científico e tecnológico de saneamento básico**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, no âmbito do Interágua, 8 (oito) termos de referência para contratação de consultor individual foram lançados. Destes, 6 (seis) consultores individuais foram efetivamente contratados, sendo 1 (um) para o desenvolvimento técnico-conceitual e institucional do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA); 1 (um) para apoio técnico especializado às ações de gestão das perdas de água e uso eficiente de energia elétrica em sistemas de abastecimento de água; 2 (dois) para ações relativas ao Sistema Integrado de Gestão em Saneamento (GSAN); 1 (um) para apoio técnico às ações de fomento à regulação em saneamento básico e 1 (um) para apoio técnico à ação de Planos Municipais de Saneamento Básico. Dois termos de referência ainda lograram a contratação: 1 (um) relativo à Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental (ReCESA) e outro relativo ao Sistema de Acompanhamento e Controle de Investimentos (SACI), cuja seleção ainda está em andamento.

Também, foram lançadas duas manifestações de interesse, visando futura contratação de empresa de consultoria: uma relativa à ação de Perdas de Água e Eficiência Energética e outra para a ação de Reúso de Efluentes Sanitários Tratados. Também foi contratada, por meio de 'shopping', empresa para a emissão de passagens aéreas, necessária ao regular andamento dos contratos de consultoria.

Assim, permanece a meta de 20 Estudos a ser alcançada no período do PPA de 2012 a 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Apoiar a realização de 10 atividades de capacitação dos membros dos órgãos colegiados, prestadores e técnicos do setor saneamento**

Análise Situacional da Meta

Considerando o envolvimento na organização e a participação direta em seminários, oficinas de trabalho e demais atividades do gênero, o Ministério das Cidades esteve presente em diversos eventos realizados nas diferentes regiões do território nacional.

De 2012 a 2014, foram realizadas diversas atividades de capacitação sobre política e plano de saneamento básico, sendo 15 seminários em 2012 e 18 em 2013. Além disso, a SNSA/MCidades também contribuiu para a realização de atividades de capacitação decorrentes do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado com o Estado de Minas

Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – SEDRU. Este ACT objetivou a cooperação técnica para apoiar a elaboração de políticas e planos municipais de saneamento básico, tendo sido realizadas 13 oficinas de capacitação, entre os anos de 2012 e 2013, todas com abrangência regional, resultando na capacitação de cerca de 800 técnicos e servidores municipais. Em 2014, não aconteceram capacitações com a participação de técnicos desta Secretaria no âmbito do ACT firmado com a SEDRU/MG.

Em parceria com a CAIXA, durante o ano de 2014, no 1º semestre, foram realizados seminários em: Goiânia/GO (27/03) e Salvador/BA (10/04), com a presença de cerca de 300 participantes; no 2º semestre, ocorreram outras duas capacitações, em Porto Velho/RO (07/08) e Porto Alegre/RS (15/08), que totalizaram durante o ano cerca de 407 participantes. O público alvo foram gestores, técnicos, prestadores de serviços, e sociedade civil, e totalizou 37 atividades de capacitação no período de 2012 a 2014. Então, a meta foi alcançada e superada conforme já registrado em monitoramento anterior.

Quantidade alcançada

37

Data de Referência

31/12/2014

• **Apoiar municípios com fomento de Educação em Saúde Ambiental voltados para a sustentabilidade sócio ambiental**

Análise Situacional da Meta

As ações de Educação em Saúde Ambiental foram realizadas pela Funasa atendendo as metas estabelecidas para o ano de 2014. Foram realizadas ações educativas em 164 municípios, tendo sido priorizados os que tinham cisternas entregues pela instituição e os detentores de comunidades rurais e especiais na sua área de abrangência. Além do trabalho diretamente nas localidades, a Coordenação de Educação em Saúde Ambiental também realizou apoio técnico e financeiro a 119 municípios, através do Programa de Fomento às Ações de Educação em Saúde Ambiental, conforme se demonstra a seguir.

a) atuação em municípios beneficiados com cisternas pela Funasa: - Número de Municípios contemplados com ações de Educação em Saúde Ambiental: 24 - Número de Comunidades beneficiadas: 62

b) Ações de Educação em Saúde Ambiental em comunidades rurais e especiais: - Número de Municípios: 139 - Número de Comunidades beneficiadas: 290

c) apoio técnico e financeiro a municípios em 2014, através do Programa de Fomento às Ações de Educação em Saúde Ambiental (Portaria Funasa nº 560/2012): - Edital de Chamamento Público de 2014: 7 municípios - Edital de Chamamento Público de 2013: 83 municípios - Edital de Chamamento Público de 2012: 29 municípios.

Desta forma, entendendo-se como fomento o apoio e estímulo para que os municípios se estruturam e sistematizem as ações de Educação em Saúde Ambiental no seu âmbito de competência, 283 municípios foram beneficiados pela Funasa com ações de Educação em Saúde Ambiental.

• **Contratar R\$ 2 bilhões para a execução de intervenções de redução e controle de perdas em sistemas de abastecimento de água**

Análise Situacional da Meta

Não ocorreram seleções de empreendimentos e, conseqüentemente, não houve novas contratações durante a vigência do plano.

• **Contratar R\$ 600 milhões para realização de projetos e planos de saneamento básico**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades possui sob sua gestão 374 contratos na esfera dessa meta que visam a realização de estudos, planos e projetos, totalizando de R\$ 515,4 milhões em valor de investimentos, beneficiando 336 municípios. Em 2014, foram contratadas 24 (vinte e quatro) operações de Estudos e Projetos, totalizando o valor de R\$ 66,87 milhões.

Apesar de terem sido cancelados 45 contratos de estudos e projetos no exercício de 2014, equivalentes a R\$ 64,31 milhões em investimentos, o valor contratado aumentou no período, de modo a atingir-se 86% da meta. As causas dos cancelamentos são diversas: perda de prazo para início de objeto, desistência do proponente, inviabilidade de execução do objeto.

Em 2014 foram iniciados 65 empreendimentos (financiamento e OGU) de Estudos e Projetos e Planos contratados, com ou sem liberação financeira, que beneficiam 79 municípios de 17 unidades da federação, totalizado o valor de investimento de R\$ 85,88 milhões.

Em relação aos Planos Municipais e Regionais de Saneamento Básico, em 2014 deu-se continuidade ao apoio aos municípios e consórcios na elaboração, com prosseguimento ao monitoramento dos contratos resultantes dos 89 selecionados em 2010 e contratados em 2011, cujos contratos estão ativos.

Quantidade alcançada

515,44

Data de Referência

31/12/2014

• **Elaborar 3 Planos Regionais de Saneamento Básico das Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDES)**

Análise Situacional da Meta

Somando-se as ações iniciadas em 2013, ao longo do ano de 2014 foram realizados empenhos orçamentárias de cerca de R\$ 1,937 milhão para o CDT/UNB - Centro de Desenvolvimento Tecnológico/Universidade de Brasília, visando a execução das ações do TC/RIDE nº 674746 – Estudo do Diagnóstico do Saneamento Básico nas Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDES, que abrange a RIDE DF e Entorno, RIDE Pólo Grande Teresina/PI, e RIDE Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA, abrangendo 45 municípios pertencentes a 6 Estados Federados (MG, GO, PE, BA, PI e MA) e o Distrito Federal, sendo as etapas executadas da parte I - “Diagnóstico Analítico” (técnico, social, econômico e institucional) da situação do saneamento básico nas RIDES”, foram: 1) detalhamento do Plano de Trabalho; 2) Formulação do Plano de Mobilização Social; 3) Definição de padrões, procedimentos e marca visual; 3) Desenvolvimento do sítio eletrônico e do banco de dados, e) início do levantamento dos dados secundários. O restante do projeto deverá ser desenvolvido ao longo do próximo ano. Portanto, os Planos Regionais de Saneamento Básico das RIDES estão em desenvolvimento. Todos os 3 Projetos/Planos Regionais de Saneamento Básico das RIDES estão em fase de elaboração, previstos para conclusão em 2015.

• **Estruturar e implantar o Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SINISA)**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, dentro do Termo de Cooperação com o CDT/UNB - Centro de Desenvolvimento Tecnológico/Universidade de Brasília, com recursos do GAP do PAC, no 2º semestre, foram selecionados 4 (quatro) consultores para o desenvolvimento do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico – SIMISAB, que deverá integrar o Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SINISA). A equipe restou dividida em duas frentes de trabalho: duas consultoras para as etapas conceitual e metodológica e dois consultores de TI para desenvolvimento do Banco de Dados. As atividades realizadas foram: 1) a revisão das bases de dados nacionais sobre saneamento básico, a saber: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISÁGUA) e Perfil dos municípios brasileiros (MUNIC); 2) a Organização e classificação das variáveis e indicadores do SNIS, da PNSB, SISÁGUA e MUNIC, assim como as novas variáveis e indicadores propostos, em categorias/núcleos analíticos, que caracterizam a gestão em saneamento; 3) Reuniões: em julho/14 e dezembro/14 foram realizadas 2 (duas) reuniões com equipe interna da SNSA e uma outra, também em novembro/2014, com convidados especialistas em diversas áreas

para apresentação e discussão dos módulos que compõem o Sistema; 4) a concepção de um formato web para o Módulo de auxílio aos municípios apoiados financeiramente pelo Ministério das Cidades; 5) a concepção de um formato web para o Subsistema I do SIMISAB. O projeto está em fase de consolidação dos diversos módulos e revisão dos seus conteúdos, bem como a estruturação dos questionários em formato eletrônico em plataforma web. A expectativa é de que a 1ª versão do SIMISAB seja testada com respondentes dos municípios durante o ano de 2015.

- **Fortalecer e ampliar a Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental (ReCESA), mediante o apoio a implantação de 5 núcleos regionalizados por macrorregião brasileira**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 ocorreu a finalização das atividades, apoiadas pelo Edital 43/2010, desenvolvidas por três núcleos regionais (nordeste, sul e sudeste). Foram produzidas plataformas de suporte tecnológico para cursos de capacitação à distância e revisão e atualização de materiais pedagógicos diversos. Assim, estima-se o pleno funcionamento dos cinco núcleos regionais, quer esteja instalados ou contemplados no escopo de outros núcleos, de forma a atender todas as regiões do país.

Em 2014, foram executadas duas edições do Curso de Ensino a Distância sobre Planos de Saneamento Básico, elaborado na vigência do 2º Ciclo da ReCESA. O conteúdo, organizado em 40h de estudos contemplou os principais aspectos a serem observados no processo de elaboração dos planos de saneamento, constituindo-se em ferramenta de apoio aos estados e municípios, em conformidade à Lei 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

- **Fortalecer e monitorar as ações do trabalho socioambiental**

Análise Situacional da Meta

Essa meta possui caráter transversal e é realizada com recursos disponibilizados para o apoio às intervenções físicas em saneamento financiadas pelo PAC. Entre 2013 e 2014, quanto às ações de educação ambiental e mobilização social com foco em saneamento – o denominado “Trabalho Social” –, deu-se continuidade às atividades que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do Programa desde o lançamento do PAC 1, com a adoção de alguns aperfeiçoamentos. Durante o ano de 2013, com o objetivo de melhor consolidar e subsidiar os executores do Trabalho Social foi concluído o processo de construção de um único manual para execução do Trabalho Social em intervenções de saneamento e habitação.

Em janeiro de 2014, foi publicada a Portaria nº 21, que aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades, normativo que contribui para o aprimoramento e o fortalecimento das ações do trabalho social. Ao longo do período, a SNSA/MCidades acompanhou a execução do trabalho social, visando, em parceria com a CAIXA, orientar os agentes executores na implementação das ações em conformidade ao novo normativo.

- **Implantar as atividades de monitoramento e revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB)**

Análise Situacional da Meta

A implementação do Plansab é uma ação importante para o alcance do objetivo, pois além de um amplo diagnóstico da situação do saneamento no País, propõe metas, macrodiretrizes e estratégias voltadas para a universalização dos serviços. O Plansab foi elaborado em amplo processo participativo, contou com 10 seminários regionais, 2 audiências públicas, foi submetido à consulta pública e apreciado e aprovado nos Conselhos Nacionais da Saúde, do Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e das Cidades, conforme prevê o Decreto 7.217/2010. Em 20/11/2013, foi publicado o Decreto 8.141, que dispõe sobre o Plansab, e institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da Implementação do Plansab. Em 06/12/2013, o Plano Nacional de Saneamento Básico foi aprovado pela Portaria Interministerial n.º 571.

Em 2014 iniciou-se a vigência do Plansab e conseqüentemente a necessidade de seu monitoramento, avaliação,

implementação e revisão. Deu-se início aos trabalhos do GTI que é composto por representantes do Ministério das Cidades, que o coordena, Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Fazenda, Ministério da Saúde, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Fundação Nacional de Saúde, Agência Nacional de Águas, Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Conselho das Cidades. Foram planejadas e realizadas quatro reuniões para 2014 e foi realizada uma no primeiro semestre, em 14 de maio de 2014 com o objetivo de nivelar o entendimento sobre o Plansab pelos órgãos integrantes do GTI, compartilhar informações sobre a avaliação anual do Plano prevista na legislação, planejar seminários para a divulgação do Plano, e aprovar o Regimento Interno do Grupo.

No primeiro semestre de 2014 iniciou-se também o levantamento de dados necessários para atualizar e compor o relatório anual de avaliação do Plansab, foi realizado um planejamento das atividades necessárias para a elaboração do relatório anual de avaliação, e foi elaborada uma proposta de detalhamento, categorização e hierarquização das macrodiretrizes e estratégias, tema este que foi objeto da segunda reunião do GTI realizada em julho de 2014. No 2º semestre de 2014, prosseguiu-se a implementação das ações. Além das discussões das macrodiretrizes e estratégias, podem ser citadas a realização de: 3 (três) reuniões GTI-Plansab, e de 2 (dois) seminários nacionais (Brasília – 04/12 e Rio de Janeiro – 10/12) para discussão do plano.

OBJETIVO: 0355 - Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, indígenas, dentre outras), e população rural dispersa, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

A Política Nacional de Saneamento Básico em áreas rurais, com destaque para comunidades tradicionais, quilombolas, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas e ribeirinhos, tem como objetivo o desenvolvimento de ações de saneamento básico, principalmente a implantação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nestas comunidades.

As ações de Saneamento Rural desenvolvidas principalmente em comunidades rurais quilombolas e assentamentos da reforma agrária tiveram suas metas estabelecidas até 2013 voltadas para atender principalmente ao programa “Água Para Todos”, mais especificamente ao Plano de Universalização do Acesso a Água para Consumo Humano no Semiárido, com vistas a atender ao Plano Brasil Sem Miséria.

As metas de contratação das obras foram atingidas até 2013 e no ano de 2014 os esforços foram concentrados no acompanhamento das ações nos estados do Semiárido, bem como na contratação de obras de saneamento para comunidades rurais e quilombolas no sentido de atendimento das metas do PPA 2012-2015.

Metas 2012-2015

- **Implantar obras de saneamento em 375 comunidades remanescentes de quilombos**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foi contratada 1 obra para comunidade quilombola e o acompanhamento das obras de exercícios anteriores. Foram beneficiadas 161 comunidades quilombolas com obras de saneamento nos últimos três anos.

Quantidade alcançada

161

Data de Referência

31/01/2015

- **Implantar obras de saneamento em 750 comunidades rurais, tradicionais e especiais**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram contratadas obras de melhorias sanitárias para 2 comunidades rurais, totalizando 298 comunidades rurais, tradicionais e especiais beneficiadas com obras de saneamento nos três últimos anos (296 comunidades com obras de abastecimento de água e 2 comunidades com obras de melhorias sanitárias). Além disso, foram contratados projetos técnicos para obras de abastecimento de água para 165 comunidades, projetos técnicos para obras de esgotamento sanitário para 30 comunidades e também foi realizado o acompanhamento das obras contratadas em anos anteriores.

Quantidade alcançada

298

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

O reconhecimento da importância do saneamento para a melhoria da qualidade de vida e de saúde da população e das elevadas carências que o Brasil ainda tem a enfrentar nessa área têm ampliado as atenções governamentais dirigidas ao setor nos últimos anos. Após períodos de instabilidade financeira e institucional, o saneamento básico tem experimentado um dos melhores momentos da trajetória recente do setor, que se traduz em aportes crescentes de investimentos para implantação e ampliação dos sistemas públicos urbanos.

A ampliação dos investimentos foi notável a partir de 2007, quando o Governo Federal incluiu no PAC importante montante de recursos para o desenvolvimento social e urbano, principalmente para grandes obras nos principais aglomerados populacionais. Em 2010, o Governo reafirmou o compromisso de continuar a investir em saneamento, lançando a segunda fase do Programa (PAC 2), com expressivos investimentos destinados aos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem para controle de cheias e inundações em áreas urbanas.

O público-alvo desses investimentos inclui entes federados ou prestadores de serviços com baixos índices de acesso aos serviços de saneamento, com prioridade para empreendimentos que visem ao atendimento de usuários ou municípios que não tenham capacidade de pagamento compatível com a auto-sustentação econômico-financeira dos serviços, para o caso de recursos do OGU; e para os empreendimentos localizados em áreas com maior capacidade de endividamento, para o caso dos empréstimos.

A carteira de obras e projetos de saneamento básico sob gestão do MCidades é composta por 1.252 operações incluídas no PAC 2, no valor de R\$ 39,98 bilhões. Desse total, foram contratadas, em 2014, 207 operações, contemplando investimentos de R\$ 10,44 bilhões, sendo 80 operações (R\$ 4,73 bilhões) em abastecimento de água; 84 operações (R\$ 3,85 bilhões) em esgotamento sanitário; 7 operações em manejo de águas pluviais (R\$ 755,59 milhões); 11 operações de saneamento integrado (R\$ 1,04 bilhões); 1 operação de desenvolvimento institucional (R\$ 1,33 milhão); e 24 operações de Estudos e Projetos (R\$ 66,87 milhões).

Além dos empreendimentos contratados no âmbito do PAC, referente ao período do PPA 2012-2015, cabe acrescentar informações relativas aos contratos firmados em períodos anteriores que contribuem, em grande medida, para o alcance

do objetivo. Entre os anos de 1995 e 2013, segundo informações do Gasto Público em Saneamento Básico, foram firmados 47.884 contratos sob gestão do Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional, Fundação Nacional da Saúde e Ministério do Turismo, no valor total de R\$ 110,24 bilhões, para investimentos em ações de saneamento básico. Do total de contratos, 40.273 estavam sob gestão do Ministério das Cidades (R\$ 101,40 bilhões); 242 contratos do Ministério da Integração (R\$ 2,94 bilhões); e 7.369 contratos da Funasa (R\$ 5,91 bilhões). Do montante total, em dezembro de 2013, 33.336 contratos já estavam concluídos (R\$ 31,64 bilhões), 10.334 estavam com obras em andamento (R\$ 54,82 bilhões) e 2.225 ainda não tinham obras iniciadas (R\$ 21,57 bilhões).

Cabe mencionar também a participação do setor privado, em especial nos últimos anos, na consecução de ações de saneamento básico. Tendo em vista o aumento da participação das empresas privadas no setor saneamento, com o consequente aporte de recursos onerosos da União, optou-se por incluir, na avaliação do exercício de 2014, informações sobre os investimentos dos prestadores privados de serviços de saneamento, o que contribuiu, em alguns casos, para um sensível incremento da contribuição do financiamento extraorçamentário para o atingimento das metas associadas a este Objetivo. As operações de mercado (OM) realizadas com o setor privado ou as correspondentes a emissão de títulos de debêntures de companhias estaduais corresponderam às seguintes modalidades: Redução e Controle de Perdas (R\$ 25,7 mi, em 2013); Desenvolvimento Institucional (R\$ 340,2 mi entre 2011 e 2013 e R\$ 1,3 mi em 2014); Manejo de Resíduos Sólidos (R\$ 636,7 mi entre 2011 e 2013); Saneamento Integrado (R\$ 123,0 mi entre 2012 e 2013 e R\$ 327,5 mi em 2014); Abastecimento de Água (R\$ 563,9 mi entre 2011 e 2013 e R\$ 2,5 bi em 2014); e Esgotamento Sanitário (R\$ 1,7 bi entre 2011 e 2013 e R\$1,2 bi em 2014).

O aumento dos investimentos promovido pelo PAC tem contribuído para a melhoria dos indicadores de acesso aos serviços de saneamento. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD aponta que o número de domicílios urbanos com acesso à rede geral de água com canalização interna aumentou em 31% entre 2004 e 2013. Nesse período, o acesso aos serviços aumentou de 39,75 milhões domicílios urbanos em 2004 (90,4% de cobertura) para 52,02 milhões em 2013 (93,1% de cobertura). Isso representa um acréscimo de 12,27 milhões domicílios urbanos com acesso à rede geral de água. As Regiões Sudeste e Nordeste foram as que apresentaram o maior aumento da quantidade de domicílios com acesso à água entre 2004 e 2013 (4,85 milhões e 3,45 milhões, respectivamente). Em relação à cobertura do esgotamento sanitário (rede e fossa séptica), 34,22 milhões domicílios urbanos possuíam acesso a rede geral de esgoto ou fossa séptica em 2004 (77,8% de cobertura), número que passou a ser 46,84 milhões em 2013 (83,9% de cobertura). Ou seja, 12,63 milhões domicílios passaram a ter acesso aos serviços entre 2004 e 2013. A Região Sudeste teve o maior incremento de domicílios à rede de esgoto entre 2004 e 2013 (6,33 milhões domicílios), enquanto a Região Norte teve o menor índice, incrementando somente 516 mil domicílios ao sistema no período.

Conforme resultados mencionados acima, avalia-se que o desempenho do Programa tem sido satisfatório embora ainda ocorram dificuldades para a redução dos ciclos dos projetos, ou seja, ainda há que se reduzir os tempos entre a contratação e a conclusão das obras.

No que diz respeito a estas dificuldades, pode-se sintetizar que estão relacionadas aos atrasos e paralisações nas obras, determinados em geral por fatores múltiplos e complexos, mas o acompanhamento regular das iniciativas empreendido rotineiramente pelo Ministério das Cidades revela que a principal causa continua sendo a qualidade dos projetos de engenharia. Neste particular, cumpre salientar que parcela de responsabilidade importante deve ser creditada ao próprio mercado de consultoria e elaboração de projetos que não tem conseguido cumprir tempestivamente o calendário de desenvolvimento das iniciativas contratadas, sem contar problemas de qualidade que, infelizmente, têm sido frequentemente detectados. Entre as demais causas importantes, destacam-se: a) deficiência na gestão da execução dos empreendimentos, motivados pela insuficiência de quadros técnicos nos entes públicos contratantes das iniciativas; b) abandono de obras e contratos pelas empresas executoras, notadamente nos trechos e etapas de obras de maior

complexidade técnica e menor atratividade financeira; c) desaparelhamento dos órgãos ambientais locais e limitada capacidade de resposta dos órgãos públicos contratantes; d) mudanças frequentes na legislação, combinadas com decisões de órgãos de controle, que exigiram revisão dos critérios de elaboração e aprovação dos orçamentos das obras, entre os quais destacam-se as inovações introduzidas pela Lei nº 12.844/2013, que desonera a contribuição previdenciária patronal da folha de pagamento, e o Acórdão TCU nº 2622/2013 que introduz novos parâmetros de admissibilidade para cálculo de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI.

Entretanto, o Governo Federal tem buscado contornar as dificuldades mencionadas atuando em diversas frentes para resolução ou amenização desses obstáculos. Uma primeira estratégia é a intensificação do monitoramento dos empreendimentos selecionados e contratados no âmbito do Programa. Para as operações com cronograma atrasado ou paralisado são realizadas reuniões presenciais no Ministério, participação, videoconferências e reuniões dos Gabinetes de Gestão Integrada – GGI nas dependências da CAIXA localizadas nos estados, nas quais se busca remover os entraves e promover a retomada das obras paralisadas ou melhoria do ritmo de execução. Para tanto são pactuados prazos para a realização de tarefas de diversas atividades pelos proponentes e pela CAIXA. Estes prazos são monitorados e eventuais atrasos discutidos e assim têm sido encontradas soluções para melhorar o andamento destes termos de compromisso.

Além disso, foram aperfeiçoados os procedimentos para seleção de propostas, exigindo a necessidade de apresentação e análise expedita do projeto básico de engenharia da intervenção pelo MCidades para a seleção do empreendimento, o que permite a identificação de propostas mais atualizadas, em estágio mais avançado de planejamento e com concepções técnicas adequadas. Quanto às licitações, é oferecido apoio institucional aos agentes do setor, por meio de cursos de capacitação e de ações de desenvolvimento institucional em diversas áreas.

Metas 2012-2015

- **Beneficiar 45 municípios com a implantação e melhorias de serviços de drenagem**

Análise Situacional da Meta

Apenas 2 municípios foram beneficiados, pois não houve novas seleções desde 2012. Os recursos aprovados no orçamento (R\$ 2.000.000,00 na LOA/2012, R\$ 2.100.000,00 na LOA/2013 e R\$ 2.100.000,00 na LOA/2014) foram utilizados na suplementação de termos de compromissos já celebrados, no sentido de ampliar o alcance dos projetos.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

- **Beneficiar 500 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos**

Análise Situacional da Meta

Análise situacional da meta pela Funasa/MS (data de referência: 31/12/2014):

Em 16 de dezembro de 2013, foi publicada a portaria nº 1.365 que tornou público o resultado da seleção das 48 propostas elegíveis, referentes à portaria nº 1.225, de 22 de outubro de 2013, sendo 43 propostas referentes a municípios e 5 propostas feitas por consórcios (totalizando 32 municípios), porém, até o momento não foi finalizada a aprovação técnica dos projetos selecionados, devido à existência de pendências técnicas ainda não solucionadas por parte dos proponentes.

Considerando o disposto no termo de Convênio, os proponentes deveriam apresentar o projeto básico/Termo de Referência no prazo de 9 meses a contar da assinatura do termo de Convênio. Após o extinção do prazo, providenciou-se a análise e foi constatado a existência de proponentes que não apresentaram o projeto no prazo estipulado. Dessa forma, a Funasa iniciou o cancelamento dos empenhos.

Análise situacional da meta pela Codevasf/MI (data de referência: 15/01/2015):

Os municípios com população abaixo de 50 mil habitantes que foram contemplados com sistemas de resíduos sólidos foram: no estado de Pernambuco (município de Ibimirim); em Minas Gerais (Nova Porteirinha, Congonhas, Ouro Branco e Inimutaba); na Bahia (Central, Gentio do Ouro, Ibititá, Itaguaçu da Bahia, Lapão, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique); em Alagoas (Olho d'Água das Flores, Carneiros, Senador Rui Palmeira, São José da Tapera, Olivença, Monteirópolis, Jacaré dos Homens, Batalha, Santana do Ipanema, Major Isidoro, Jaramataia e Pão de Açúcar).

Quantidade alcançada

106

Data de Referência

31/12/2014

• **Beneficiar 650 municípios com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares**

Análise Situacional da Meta

Análise situacional da meta pela Funasa/MS (data de referência: 31/12/2014):

Em 16 de dezembro de 2013, foi publicada a portaria nº 1.364 que tornou público o resultado da seleção das 212 propostas elegíveis, referentes à portaria Nº 1.226, de 22 de outubro de 2013. Todas as propostas selecionadas foram aprovadas após sofrerem ajustes no seu plano de trabalho, porém até o momento não foi finalizada a aprovação técnica devido à existência de pendências técnicas ainda não solucionadas.

Considerando o disposto no termo de Convênio, os proponentes deveriam apresentar o projeto básico/Termo de Referência no prazo de 9 meses a contar da assinatura do termo de Convênio. Após o extinção do prazo, providenciou-se a análise e foi constatado a existência de proponentes que não apresentaram o projeto no prazo estipulado. Dessa forma, a Funasa iniciou o cancelamento dos empenhos.

Análise situacional da meta pela Codevasf/MI:

Consiste na implantação de 77.532 ligações intradomiciliares de esgotos sanitários e módulos sanitários domiciliares na Bacia do Rio São Francisco e do Parnaíba, abrangendo os estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco, Sergipe e Piauí.

Em 2014, houve a conclusão de 1.407 ligações intradomiciliares em Catuti e Lagoa dos Patos, no estado de Minas Gerais.

Estão em execução, por meio da Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais – COPASA, 13.586 ligações intradomiciliares, que permitirão atender a população de 8 municípios do estado de Minas Gerais; por meio da EMBASA (Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.), 5.478 ligações intradomiciliares em 3 municípios da Bahia, e com AGESPISA (Águas e Esgotos do Piauí S.A.), 296 ligações intradomiciliares no município de Porto Alegre do Piauí.

Está em fase de conclusão pela AGESPISA a licitação para a execução das obras e serviços relativos à implantação de 22.560 ligações intradomiciliares.

Foi concluída a licitação e contratação para execução de 5.478 ligações intradomiciliares em Canápolis, Morro do Chapéu e Várzea Nova na Bahia.

Como fatores que dificultaram a celebração de mais Termos de Compromisso com as Concessionárias para implantação das obras, destacam-se a não conclusão da grande parte dos sistemas.

Quantidade alcançada

307

Data de Referência

31/12/2014

• **Contratar R\$ 1,28 bilhão para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada**

insatisfatória**Análise Situacional da Meta**

Análise situacional da Meta informada pela Funasa/MS (data de referência: 31/12/2014):

Em 2013, foram disponibilizados R\$ 707,9 milhões na LOA, dos quais R\$ 707,7 milhões foram utilizados na complementação dos termos de compromisso selecionados na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento conforme Portaria 808 de 07/12/2011 e emendas parlamentares, ou seja, execução de 99,9%.

Em 2014 foram contratados 349 empreendimentos selecionados por meio da Portaria n.º 372 de 05/05/2014, no valor total de R\$ 1,93 bilhões, para os quais foram empenhados R\$ 236,42 milhões. Ainda, foram contratados 3 empreendimentos selecionados por meio da Portaria n.º 808 de 07/12/2011, no valor total de R\$ 23,68 milhões para os quais foram empenhados R\$ 9,47 milhões.

Análise situacional da meta informada pela Codevasf/MI (data de referência: 15/01/2015):

Consiste na elaboração de projetos e implantação de obras de esgotamento sanitário, que incluem ligações intradomiciliares, unidades sanitárias, coleta, elevação, tratamento e destinação final de efluentes, em 157 municípios dos estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco, Sergipe e Piauí, com investimento total previsto de R\$ 1,580 bilhão no período de 2011 a 2014 (PAC).

Até o ano de 2014, foram concluídos 88 empreendimentos de esgotamento sanitário, beneficiando aproximadamente 875 mil pessoas de municípios localizados nas Bacias Hidrográficas dos rios São Francisco e do Parnaíba.

Em 2014, foram empenhados R\$ 211,6 milhões em obras e na elaboração de projetos de esgotamentos sanitários em diversos municípios das bacias do Rio São Francisco e do Parnaíba.

Foram concluídos 11 sistemas de esgotamento sanitário, sendo: 3/Minas Gerais (Santa Fé de Minas, Lagoa da Prata e São João do Pacuí); 5/Piauí (Ilha Grande, Murici dos Portelas, Oeiras, Ribeiro Gonçalves e Santa Filomena); 2/Maranhão (Alto Parnaíba e Brejo); e 1/Bahia (Glória), beneficiando mais de 110 mil pessoas.

Em 2014, estão em execução obras de esgotamento sanitário, sendo: 5/Alagoas; 3/Bahia; 19/Minas; 8/Pernambuco; 9/Piauí e 3/Sergipe.

No caso dos esgotamentos sanitários a maioria das obras foi conveniada com as empresas de saneamento dos estados, e os atrasos ocorreram principalmente por problemas fundiários, ambientais ou no projeto básico.

Quantidade alcançada

1,95

Data de Referência

31/12/2014

- **Contratar R\$ 14,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou tratamento insuficiente**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do PAC2, foram contratados 365 empreendimentos com vistas à execução de intervenções para implantação ou melhorias dos sistemas de esgotamento sanitário nos municípios com baixos índices de esgotamento sanitário, totalizando mais de R\$ 14,65 bilhões em valor de investimento. Esses empreendimentos beneficiam 246 municípios. Desse montante contratado, R\$ 6,45 bilhões correspondem a contratações com recursos do Orçamento Geral da União - OGU - e R\$ 8,20 bilhões a financiamentos (empréstimos públicos). Em relação ao montante contratado com recursos onerosos (R\$ 8,2 bi), R\$ 1,7 bi foi contratado entre 2011 e 2013 e R\$ 1,2 bi no ano de 2014 com o setor privado ou com a emissão de títulos de debêntures com companhias estaduais de saneamento, e passaram a integrar esta avaliação de 2014.

Até o presente momento, foi atingido 101% da meta prevista. Do valor contratado, R\$ 3,85 bilhões (84 empreendimentos) foram contratados em 2014. Dos empreendimentos contratados nesse período, 32 foram celebrados com recursos do OGU (R\$ 1,23 bilhão), beneficiando 30 municípios, e 52 empreendimentos com recursos de financiamento (R\$ 2,62 bilhões), beneficiando 33 municípios.

Do total de 365 empreendimentos, 88 foram contratados em 2013 (R\$ 6,17 bilhões), 82 empreendimentos contratados

em 2012 (R\$ 1,50 bilhão) e 111 empreendimentos contratados em 2011 (R\$ 3,13 bilhões).

Além disso, no período de referência, até dezembro de 2014, do montante total de recursos da carteira de investimentos contratados, 61 empreendimentos foram iniciados em 2014 (R\$ 2,45 bilhões); 210 empreendimentos estavam em fase de obras (R\$ 7,02 bilhões); e um empreendimento foi concluído.

Destaca-se que, do Monitoramento Temático de 2013 para o atual, 30 contratos foram cancelados, equivalente a R\$ 1,82 bilhão em investimentos. As causas dos cancelamentos são diversas: perda de prazo para aprovação do projeto, perda de prazo para efetivação do contrato de repasse, desistência do proponente.

Quantidade alcançada

14,65

Data de Referência

31/12/2014

- **Contratar R\$ 1,5 bilhão para apoio à execução de intervenções de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos em municípios com presença de formas inadequadas de disposição final**

Análise Situacional da Meta

AA análise situacional da meta pela SNSA/MCidades:

Não ocorreram seleções de empreendimentos no período deste PPA e, conseqüentemente, não houve novas contratações com o setor público. Entretanto, foram contratadas 6 operações entre 2011 e 2013 com o setor privado, totalizando R\$ 636,7 milhões, o que representa 42% da meta.

Análise situacional da meta pela Codevasf/MI:

Objetiva a prestação sustentável e universal dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, visando a salubridade ambiental e eliminação de lixões. A carteira atual é composta pela implantação, ampliação ou melhoria de 07 sistemas públicos de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos e elaboração de 2 projetos, a que atenderá a população de diversos municípios dos estados Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco e Sergipe.

Está prevista para 2015 a conclusão do aterro Sanitário de Cigres/AL - 12 Municípios: Olho d'Água das Flores, Carneiros, Senador Rui Palmeira, São José da Tapera, Olivença, Monteirópolis, Jacaré dos Homens, Batalha, Santana de Ipanema, Major Isidoro, Jaramataia e Pão de Açúcar realizado 94%. O Aterro está em fase de finalização, com previsão de encerramento para julho de 2015.

Até o ano de 2014, foram concluídos 6 empreendimentos para a coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, beneficiando 19 municípios das Bacias Hidrográficas dos rios São Francisco e do Parnaíba, com população urbana de 820 mil habitantes.

Foram concluídos: (i) Aterro sanitário, remediação do lixão e unidade de triagem, beneficiando os municípios de Janaúba e Nova Porteirinha (MG); (ii) Aterro sanitário dos municípios de Curvelo e Inimutaba (MG); (iii) Aterro sanitário do município de Ibimirim (PE); (iv) Aterro sanitário do Consórcio ECOTRES, beneficiando os municípios de Congonhas, Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco (MG); (v) Aterro sanitário do Consórcio Desenvolvimento Sustentável de Irecê, beneficiando 10 municípios do estado da Bahia: Central, Gentio do Ouro, Ibititá, Irecê, Itaguaçu da Bahia, Lapão, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibai, Xique-Xique; e (vi) Remediação ambiental do lixão do município de Juazeiro (BA).

Também foram concluídos 2 projetos básicos/executivos Moxotó/Itaparica e Moxotó/Agreste em Pernambuco.

Quantidade alcançada

636,7

Data de Referência

31/12/2014

- **Contratar R\$ 3 bilhões para apoio à execução de intervenções de saneamento integrado em municípios com baixos índices de acesso ou qualidade insatisfatória em dois ou mais componentes do saneamento**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA/MCid possui sob sua gestão 49 contratos na esfera dessa meta que visam a execução de intervenções para implantação ou melhorias de saneamento integrado em municípios com baixa cobertura dos serviços, totalizando mais de R\$ 2,64 bilhões em valor de investimento. Esses empreendimentos beneficiam 32 municípios. Desse montante contratado, R\$ 2,14 bilhões correspondem a contratações com recursos do Orçamento Geral da União – OGU - e mais de R\$ 500,7 milhões a financiamentos para entidades públicas e em operações de mercado com empresas privadas. Com relação às operações com o setor privado, foram contratados R\$ 122.966.000,00 em 2013 e R\$ 327.535.000,00 no ano de 2014.

Até dezembro de 2014, cerca de 88% da meta havia sido alcançada.

Do valor contratado acumulado, R\$ 66,9 milhões (24 empreendimentos) foram contratados em 2014, R\$ 639,5 milhões (6 empreendimentos) foram contratados em 2013; R\$ 69,9 milhões (2 empreendimentos) em 2012; e R\$ 894,0 milhões (30 empreendimentos) foram contratados em 2011.

Além disso, no período de referência (de janeiro a dezembro de 2014), do montante total de recursos da carteira de investimentos contratados, 5 empreendimentos foram iniciados em 2014 (R\$ 202,3 milhões); 36 empreendimentos estavam em fase de obras (R\$ 1,5 bilhão); e 1 empreendimento foi concluído.

Do Monitoramento Temático de 2013 para o atual, um contrato foi cancelado, equivalente a R\$ 5,72 milhões em investimento. Esse contrato foi cancelado devido à obra estar paralisada há mais de doze meses.

Quantidade alcançada

2,64

Data de Referência

31/12/2014

- **Contratar R\$ 6,5 bilhões para apoio à execução de intervenções de abastecimento de água em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA/MCid possui sob sua gestão 320 contratos na esfera dessa meta que visam a execução de intervenções para implantação ou melhorias dos sistemas de abastecimento de água nos municípios com baixos índices de saneamento, totalizando aproximadamente R\$ 11,28 bilhões em valor de investimentos. Esses empreendimentos beneficiam 278 municípios. Desse montante contratado, R\$ 3,71 bilhões correspondem a contratações com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e R\$ 7,57 bilhões a financiamentos (empréstimos públicos).

Até dezembro de 2014, a meta havia sido ultrapassada em cerca de 74%. Do valor contratado, R\$ 4,73 bilhões foram contratados em 2014, contabilizando 14 empreendimentos com recursos do OGU (R\$ 447,4 milhões) e 66 empreendimentos com recursos de financiamentos (R\$ 4,28 bilhões); R\$ 2,87 bilhões (54 empreendimentos) foram contratados em 2013; R\$ 1,92 bilhão (94 empreendimentos) em 2012; e R\$ 1,76 bilhão (92 empreendimentos) em 2011.

Em relação ao montante contratado com recursos onerosos (R\$ 7,57 bi), R\$ 564 mi foi contratado entre 2011 e 2013 e R\$ 2,5 bi no ano de 2014 com o setor privado ou com a emissão de títulos de debêntures com companhias estaduais de saneamento, e passaram a integrar esta avaliação de 2014.

Além disso, no período de referência, do montante total de recursos da carteira de investimentos contratados, 49 empreendimentos foram iniciados em 2014 (R\$ 1,65 bilhão); 190 empreendimentos estavam em fase de obras (R\$ 4,52 bilhões); e dois contratos foram concluídos.

Do Monitoramento Temático de 2013 para o atual, 23 contratos foram cancelados, equivalente a R\$ 671,8 milhões em investimentos. As causas dos cancelamentos são diversas: perda de prazo para Início de obra, perda de prazo para efetivação do contrato de repasse, vencimento de cláusula suspensiva, desistência do proponente.

Quantidade alcançada

11,28

Data de Referência

31/12/2014

- **Contratar R\$ 960 milhões para apoio à execução de intervenções de abastecimento de água em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram disponibilizados R\$ 233,5 milhões na LOA, dos quais R\$ 233,5 milhões foram utilizados na complementação dos termos de compromisso selecionados na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento conforme Portaria 808 de 07/12/2011 e emendas parlamentares, ou seja, execução de 100%.

Em 2014 foram contratados 286 empreendimentos selecionados por meio da Portaria n.º 372 de 05/05/2014, no valor total de R\$ 960.303.862,52, para os quais foram empenhados R\$ 161.544.642,18. Ainda, foi contratado 1 empreendimento selecionado por meio da Portaria n.º 808 de 07/12/2011, no valor total de R\$ 4.341.251,27 para os quais foram empenhados R\$ 1.736.500,51.

Quantidade alcançada

964,64

Data de Referência

31/12/2014

PROGRAMA: 2067 - Resíduos Sólidos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de catadores ligados a cooperativas ou associações	unidade	31/10/2008	30.390	-	-
Número de cooperativas ou associações de catadores	unidade	31/10/2008	1.175	-	-
Percentual de municípios com coleta seletiva organizada através de cooperativas ou associações	%	31/10/2008	8	-	-
Percentual de municípios com iniciativas de coleta seletiva	%	31/10/2008	17,8	-	-
Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros controlados	tonelada por dia	31/10/2008	40.695	-	-
Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros sanitários	tonelada por dia	31/10/2008	167.636	-	-
Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em lixões	tonelada por dia	31/10/2008	45.710	-	-
Taxa de recuperação de materiais recicláveis (exceto matéria orgânica e rejeitos) em relação à quantidade total (rdo+ rpu) coletada	%	31/12/2008	0,96	31/12/2013	1,8

Observações:

Número de catadores ligados a cooperativas ou associações - Não houve atualização do indicador tendo em vista que não foi lançada a nova Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, elaborada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Número de cooperativas ou associações de catadores - Não houve atualização do indicador tendo em vista que não foi lançada a nova Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, elaborada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Percentual de municípios com coleta seletiva organizada através de cooperativas ou associações - Não houve atualização do indicador tendo em vista que não foi lançada a nova Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, elaborada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Percentual de municípios com iniciativas de coleta seletiva - Não houve atualização do indicador tendo em vista que não foi lançada a nova Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, elaborada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros controlados - Não houve atualização do indicador tendo em vista que não foi lançada a nova Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, elaborada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros sanitários - Não houve atualização do indicador tendo em vista que não foi lançada a nova Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, elaborada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em lixões - Não houve atualização do indicador tendo em vista que não foi lançada a nova Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, elaborada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

OBJETIVO: 0319 - Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Os indicadores publicados pelos órgãos governamentais e por organismos de representação da sociedade civil apontam para um crescimento na cobertura dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos. O último Panorama da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE), publicado em agosto de 2014, demonstra que a cobertura do serviço regular de coleta domiciliar já alcança mais de 98% da população urbana. Dados obtidos junto às unidades da federação apontam para a disposição final ambientalmente adequada (aterro sanitário) em cerca de 2,2 mil municípios, ao passo que em 2008, a Pesquisa Nacional do Saneamento Básico (IBGE) apontou para somente 1.092 municípios dispendo adequadamente seus resíduos sólidos e rejeitos. Sobre os consórcios públicos, o Sistema Nacional de Informações em Saneamento - SNIS/MCID - constatou um aumento substancial no número de consórcios públicos intermunicipais. Este saltou de 81 em 2011 para 130 em 2012 e em 2013 registrou-se o número de 166. O aumento pôde ser percebido também no tocante à coleta seletiva. Em 2013, segundo ABRELPE, pouco mais de 62% dos municípios registraram alguma iniciativa de coleta seletiva. Embora seja expressiva a quantidade de municípios com iniciativas de coleta seletiva, convém salientar que muitas vezes estas atividades resumem-se à disponibilização de pontos de entrega voluntária ou convênios com cooperativas de catadores, que não abrangem a totalidade do território ou da população do município. Destacamos a conclusão da coleta de dados do SNIS/MCID, encerrada em agosto de 2014, que poderá trazer um novo panorama sobre o saneamento básico no país, incluindo indicadores sobre gestão de resíduos sólidos. Já sobre a temática inclusão de catadores, o IPEA publicou em 2013 o relatório da Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável. Dos programas de coleta seletiva nos municípios brasileiros em curso em 2008, apenas 43% envolviam a participação de cooperativas de catadores. Essa categoria profissional, além de ser fortemente heterogênea em termos de inserção no mundo do trabalho, constitui o elo mais vulnerável na cadeia de valor da reciclagem. Nesse sentido, o projeto Cataforte e o Prêmio Cidade Pró-Catador tem contribuído para superação dos obstáculos para a inclusão do catador na cadeia da reciclagem, apoiando iniciativas relacionadas a incubação, capacitação, assistência técnica às organizações produtivas de catadores.

Metas 2012-2015

• Apoio a 150 municípios para implantação de programas de coleta seletiva

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Meio Ambiente, celebrou 96 contratos de repasse com estados, municípios e consórcios públicos para a elaboração dos planos estaduais de resíduos sólidos, planos intermunicipais de resíduos sólidos, planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos, planos microrregionais de resíduos sólidos, planos específicos destinados às regiões metropolitanas ou às aglomerações urbanas, e planos de coleta seletiva.

Entende-se que os planos de resíduos sólidos precedem os programas de coleta seletiva e são ferramentas preparatórias para a implementação efetiva da coleta seletiva, bem como de todo o sistema de gestão integrada de resíduos sólidos, incluindo a reciclagem.

Destaca-se que tanto os planos de resíduos sólidos de âmbito estadual, quanto regional, são fundamentais para o sucesso das políticas de resíduos sólidos locais, pois estabelecem diretrizes para integração entre as variáveis que afetam direta ou indiretamente a coleta seletiva.

Por fim, com objetivo de obter êxito no processo de apoio aos planos de resíduos sólidos previstos pela Lei 12.305/2010, encontra-se em fase de andamento (2014), curso de ensino a distância (EaD) para a elaboração dos planos municipais simplificados de gestão integrada de resíduos sólidos. O público-alvo são técnicos e gestores de municípios com população inferior a 20.000 habitantes, exceto: aqueles integrantes de áreas de especial interesse turístico, inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional; ou cujo território abranja, total ou parcialmente, unidades de conservação. Nos últimos anos foram disponibilizadas cerca de 2.900 vagas para os profissionais ligados à gestão de resíduos sólidos.

Quantidade alcançada

96

Data de Referência

26/11/2014

• Fomento a constituição e implementação de 120 consórcios públicos com a atuação em resíduos sólidos**Análise Situacional da Meta**

O apoio do Ministério do Meio Ambiente aos planos intermunicipais de resíduos sólidos tem sido ferramenta de consolidação dos arranjos intermunicipais, por meio da criação de um canal de diálogo, compromissos e acordos firmados no âmbito dos planos. Ou seja, a efetiva implementação do consórcio público é facilitada quando ocorre o desenvolvimento do plano de resíduos sólidos de maneira conjunta entre os municípios integrantes do consórcio. Não obstante o desenvolvimento dos planos intermunicipais pelos municípios, a participação dos governos estaduais neste processo tem proporcionado a aproximação da União, estados e municípios no diálogo interfederativo para a implementação de Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Contudo, o apoio indireto aos consórcios se deu por meio de 38 contratos de repasse, que se encontram em execução para elaboração dos planos intermunicipais de resíduos sólidos, planos microrregionais de resíduos sólidos, bem como planos específicos destinados às regiões metropolitanas ou às aglomerações urbanas.

Informações do SNIS/MCID (base 2013) apontam para a existência de 166 consórcios públicos que atuam em gestão de resíduos sólidos. Por este olhar, poderíamos considerar que a meta foi alcançada, tendo em vista que estes encontram-se constituídos. No entanto, entendemos que o desafio maior é tornar efetiva a atuação do consórcio junto aos municípios. Nesse sentido, entendemos que os planos de resíduos é o elo entre o planejamento e o funcionamento do consórcio.

Por isso, estabelecemos 38 consórcios como em condições para atuar coefetividade na gestão associada e integrada dos resíduos sólidos, tendo o Ministério do Meio Ambiente apoiado indiretamente.

Quantidade alcançada

38

Data de Referência

31/12/2014

• Fomento e fortalecimento de 600 cooperativas/associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação na coleta seletiva e nas cadeias da reciclagem**Análise Situacional da Meta**

Em 2013 foi elaborado o Projeto Cataforte III – Estruturação de Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias de Empreendimentos de catadores de materiais recicláveis, com a finalidade de estruturar redes solidárias formadas por cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis de modo a possibilitar avanços na cadeia de valor e inserção no mercado da reciclagem de forma competitiva, consolidando-as, também, como prestadoras de serviços das políticas públicas de coleta seletiva de resíduos sólidos e da logística reversa. O Projeto envolve esforços conjuntos das seguintes entidades que compõem o Comitê Interministerial de Inclusão Socioeconômica de Catadores de Materiais Reutilizáveis e recicláveis (CIISC): Ministério do Meio Ambiente (MMA); MS/Fundação Nacional de Saúde (Funasa); MTE/Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES); Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR); Petrobras; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Fundação Banco do Brasil (FBB) e Banco do Brasil (BB).

Durante o ano de 2013 foram celebrados novos convênios por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, que contemplou 213 cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Desde 2012 já foram apoiadas 536 cooperativas.

No primeiro semestre de 2014, foram celebrados convênios com cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 para a contratação das cooperativas/associações de catadores para a prestação de serviços relacionados à coleta seletiva, triagem e reciclagem dos resíduos oriundos das Arenas e Fan Fests/festividades. Das doze (12) cidades-sede, cinco (5) foram beneficiadas com recursos do Ministério do Meio Ambiente: Belo Horizonte/MG, Fortaleza/CE, Manaus/AM, Natal/RN e São Paulo/SP. O escopo do projeto inclui: Contratação das cooperativas/associações de catadores para a

prestação de serviços relacionados à coleta seletiva, triagem e reciclagem dos resíduos oriundos das Arenas e Fan Fests/festividades; Aquisição de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPIs) para os catadores; Contratação de assessoramento técnico e treinamento dos catadores para atuação durante os eventos e Fan fests/festividades; Contratação de transporte para os catadores até as Arenas e Fan fests/festividades; Execução de ações de comunicação informativa, reconhecendo os catadores como agentes ambientais para a promoção da educação ambiental; Aluguel de estruturas temporárias e de equipamentos para armazenamento do material coletado; Contratação de demais itens relacionados à logística, de acordo com o projeto proposto.

Assim, consideramos que em 2014, pelo menos cinco cooperativas/associações foram beneficiadas com o projeto acima descrito.

Registramos também o lançamento da nova edição do prêmio cidade pró-catador, que deu como vencedores os municípios de Brazópolis (MG) na categoria A; Manhumirim (MG) na categoria B, Santa Cruz do Sul (RS) na categoria C e Londrina (PR) na categoria D no tocante à reciclagem com a inclusão de catadores. Dessa forma pelo menos mais quatro cooperativas foram beneficiadas pelo programa, ampliando a alcance de meta para 545 cooperativas/associações/redes de catadores.

Quantidade alcançada

545

Data de Referência

26/11/2014

OBJETIVO: 0342 - Promover a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com ênfase na reestruturação das cadeias produtivas, na integração das associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores, na estruturação do planejamento do setor, no gerenciamento de áreas contaminadas e na inovação tecnológica respeitando as peculiaridades regionais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos passa pelo estruturação de instrumentos de planejamento, seja por meio de planos ou programas para a gestão integrada de resíduos sólidos. Nesse sentido, podemos observar um aumento considerável do número de municípios com planos de resíduos sólidos no país. Segundo pesquisa IBGE MUNIC (2013), 1.865 municípios declararam ter planos. Os governos estaduais também devem desempenhar um papel de liderança no contexto da PNRS, por isso, tão importante tornam-se os planos estaduais de resíduos sólidos, que foram apoiados pelo Governo Federal por meio da disponibilização de recursos. Até novembro de 2014, 3 estados haviam concluído os respectivos planos estaduais: RJ, PE e MA. Os estados de SP e RS estão em fase de conclusão de seus planos. No estrato nacional acerca do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, observamos que o plano foi elaborado sob a coordenação do MMA, porém o Conselho Nacional de Políticas Agrícolas (CNPA) até então não o apreciou e, por consequência o mesmo não foi aprovado por Decreto. O processo de revisão do Plano Nacional já se iniciou e conta com a participação dos representantes do Comitê Interministerial da PNRS e representantes da sociedade civil.

Já sobre a logística reversa, tem-se a seguinte situação:

- Assinatura do acordo setorial de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e luz mista geral no dia 27/11/2014
- Publicação da minuta de acordo setorial de embalagens em geral no dia 15/09/14 e posteriormente prorrogado até 20/11/2014 resultando em mais de 970 contribuições. As contribuições estão sendo analisadas individualmente e serão respondidas aos proponentes e apresentadas ao Comitê Orientador da Logística Reversa e aos proponentes para verificação da possibilidade de assinatura do acordo com as incorporações.

Metas 2012-2015

- **20 estados com inventário de áreas contaminadas disponibilizado**

Análise Situacional da Meta

Mais um estado elaborou estudo para identificação dos valores de referência de qualidade do solo, Paraíba.

Foi assinado termo de cooperação entre o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA para ajustes no formulário específico para o RETP (Registro de Emissões e Transferência de Poluentes) do Cadastro Técnico Federal do IBAMA.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

11/08/2014

• **8 Acordos Setoriais de cadeias produtivas implementados**

Análise Situacional da Meta

No dia 27/11/14 foi assinado o segundo acordo setorial de logística reversa da cadeia de lâmpadas mercuriais de vapor de sódio e luz mista.

A minuta de acordo setorial de embalagens em geral esteve em consulta pública até dia 20/11, pois teve seu período de consulta prorrogado devido ao grande número de contribuições, contabilizadas até o momento cerca de 970 contribuições. Cada contribuição está sendo analisada individualmente e será respondida ao proponente e depois sintetizada no relatório final. Após a consolidação o novo texto do acordo com as contribuições incorporadas deverão ser apresentadas aos proponentes para verificação de admissibilidade.

As cadeias de eletroeletrônico e medicamentos ainda estão negociação. Já foram recebidas propostas de acordo setorial, mas essas precisam ser ajustadas. Esses ajustes estão sendo negociados com os proponentes. Após finalização da minuta, o próximo passo deverá ser consulta pública para que todos possam contribuir no texto final do acordo e seja cumprido o rito do decreto 7404/10.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

11/08/2014

• **Elaborar 27 Planos de Resíduos Sólidos em todos os estados e no Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Meio Ambiente vem promovendo apoio aos estados desde 2007, para a elaboração dos estudos de regionalização para a gestão integrada de resíduos sólidos. Esses estudos de regionalização possibilitaram com que os estados sugerissem agrupamentos de municípios em arranjos intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos.

Com as novas definições, diretrizes e exigências introduzidas pela Lei 12.305/2010, os planos de resíduos sólidos foram instituídos como instrumentos de planejamento para a estruturação do setor público na gestão dos resíduos sólidos. Desta vez, não apenas referente aos resíduos sólidos urbanos, mas abrangendo uma ampla variedade de resíduos sólidos, tais como: resíduos industriais, resíduos dos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, resíduos dos serviços públicos de saneamento básico, resíduos de serviços de saúde, resíduos da construção civil, resíduos agrossilvopastoris, resíduos de serviços de transportes, resíduos de mineração, entre outros. Além disso, a nova legislação, através do artigo 16, combinado com o Art.55 da Lei 12.305/2010, estabeleceu a elaboração dos planos de resíduos sólidos (até 02 de agosto de 2012) como condição para os estados terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade. Atualmente, encontram-se em fase de elaboração 18 Planos Estaduais de Resíduos Sólidos (17 estados + DF) apoiados pelo Ministério do Meio Ambiente por meio de contratos de repasse.

Ressalta-se que os planos encontram-se em diferentes estágios de desenvolvimento, em alguns casos, em diferentes fases de licitação da empresa de consultoria para desenvolvimento dos trabalhos, incluindo ações de mobilização social e comunicação.

Além dos planos diretamente apoiados pelo MMA, por meio de repasse de recursos, os estados do MA, PE e RJ declararam concluir seus planos estaduais de resíduos sólidos.

O decréscimo registrado entre os anos de 2012 e 2013 se refere ao contrato de repasse celebrado com o estado de Pernambuco, que foi cancelado por solicitação do Tomador, conforme informações da CAIXA. Dessa forma, a elaboração do Plano foi paralisada e retomada posteriormente com recursos próprios do estado, sendo essa última informação apurada em 2014. Assim, a elaboração dos 21 planos se refere aos estados a seguir: AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PE, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE, SP, TO.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

26/11/2014

• **Elaborar o Plano Nacional de Resíduos Sólidos**

Análise Situacional da Meta

No estrato nacional acerca do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, observamos que o plano foi elaborado sob a coordenação do MMA, porém o Conselho Nacional de Políticas Agrícolas (CNPA) até então não o apreciou e, por consequência o mesmo não foi aprovado por Decreto. O processo de revisão do Plano Nacional já se iniciou e conta com a participação dos representantes do Comitê Interministerial da PNRS e representantes da sociedade civil.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

26/11/2014

• **Elevar para 20% o percentual de municípios brasileiros com reciclagem de resíduos sólidos implantada**

Análise Situacional da Meta

Dados do Panorama ABRELPE 2013 permitem projetar uma expansão da coleta seletiva, que abrange 3.459 (62,10%) municípios com iniciativas em coleta seletiva. Não foi considerada a abrangência dessa iniciativa dentro do município, podendo ser integral ou somente em um bairro do município.

Quantidade alcançada

62,1

Data de Referência

26/11/2014

• **Implantar Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) em 35% dos municípios do país**

Análise Situacional da Meta

Por meio de programas de apoio à elaboração de planos intermunicipais, metropolitanos e municipais de resíduos sólidos, e por meio de esforços próprios, aproximadamente 33,48% dos municípios declaram ter planos de gestão integrada de resíduos sólidos, segundo pesquisa MUNIC/IBGE 2013. Com objetivo de obter êxito no processo de apoio aos planos de resíduos sólidos previstos pela Lei 12.305/2010, o MMA tem ofertado curso gratuito de ensino a distância (EaD) para a elaboração dos planos municipais simplificados de gestão integrada de resíduos sólidos. O público-alvo são técnicos e gestores de municípios com população inferior a 20.000 habitantes, exceto: aqueles integrantes de áreas de especial interesse turístico, inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional; ou cujo território abranja, total ou parcialmente, unidades de conservação. Já foram disponibilizadas nos últimos anos cerca de 2.900 vagas.

Quantidade alcançada

33,48

Data de Referência

26/11/2014

• **Sistema de Informação de Resíduos Sólidos implantado**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi colocado no ar o Portal SINIR (www.sinir.gov.br), disponibilizando de forma integrada consulta de todos os indicadores de resíduos sólidos urbanos disponíveis no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), por município, numa série histórica de 2002 a 2010. As informações obtidas por meio do SNIS, nos anos subsequentes a 2010 serão compatibilizadas com o SINIR, que atualmente está sendo desenvolvido para a articulação destas informações.

Este processo de implementação do SINIR tem passado por várias etapas, dentre elas:

- Deliberação no Comitê de TI sobre a criação e a implantação do SINIR;
- Inserção na programação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);
- Reuniões internas com o IBAMA para articulação com os Cadastros gerenciados por eles (CTF/CNORP/RETP);
- Reuniões com a Secretaria de Saneamento do Ministério das Cidades para Instalação do banco de dados do Sistema de Informações sobre Saneamento - SNIS, do Ministério das Cidades, na infraestrutura montada para atender ao projeto;
- Reuniões com a CGTI, sobre a infraestrutura necessária para suportar o SINIR e acesso ao banco de imagens do cadastro Ambiental Rural - CAR;
- Formatação do portal e das primeiras informações que comporão o Sistema (dados de resíduos sólidos urbanos, legislação, documentos, editais, saiba mais, fale conosco, etc);
- Criação, no MPOG, do site de entrada no sistema (www.sinir.gov.br);
- Criação, junto a ASCOM MMA, do visual do portal SINIR;
- Criação da logomarca SINIR (ASCOM);
- Articulação com a SLTI/MPOG para definição de requisitos funcionais e intermediação com o IBGE para disponibilizar seus bancos de dados afins ao tema assim como as suas pesquisas (PNSB; PNAD; MUNIC e etc.).

Em 2013 um consultor visitou algumas Unidades da Federação (UF) coletando informações e identificando a capacidade instalada dos estados, a existência de sistemas de informações em resíduos e seu alinhamento com as premissas do SINIR.

A execução das etapas de arquitetura da informação está sendo elaborada em parceria com a UnB, de modo que o SINIR possa ampliar seu leque de informações a serem disponibilizadas ao público em geral e em atendimento aos requisitos para atendimento do disposto na Lei 12.305/2010.

As informações acerca da logística reversa estão sendo disponibilizadas no referido portal, dando ampla publicidade para o controle e participação da sociedade na condução da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de órgãos municipais de defesa civil integrados ao SINPDEC	unidade	21/03/2013	237	31/01/2015	1.847
Porcentagem de municípios com carta geotécnica de aptidão à urbanização em relação a municípios críticos a desastres	porcentagem (%)	31/12/2012	0	31/12/2014	1,83
Porcentagem de municípios com setores de risco identificados em relação a municípios críticos a desastres (setorização de riscos)	porcentagem (%)	31/12/2012	35	18/12/2014	104,4
Porcentagem de municípios mapeados em relação a municípios críticos a desastres (mapas de suscetibilidade)	porcentagem (%)	31/12/2012	0	28/02/2015	33,4
Porcentagem de municípios mapeados em relação a municípios críticos a desastres (mapeamento de risco)	porcentagem (%)	31/12/2012	0	21/08/2014	14,13

Observações:

Porcentagem de municípios com carta geotécnica de aptidão à urbanização em relação a municípios críticos a desastres - Número de municípios críticos: 821

Porcentagem de municípios com carta geotécnica de aptidão à urbanização em relação a municípios críticos a desastres - 15/821, até dez de 2014.

Porcentagem de municípios com setores de risco identificados em relação a municípios críticos a desastres (setorização de riscos) - Porcentagem de municípios com setores de risco identificados em relação a municípios críticos a desastres (setorização de riscos) - 857/821, até 18 de dez/ 2014.

Porcentagem de municípios mapeados em relação a municípios críticos a desastres (mapas de suscetibilidade) - Porcentagem de municípios mapeados em relação a municípios críticos a desastres (mapas de suscetibilidade) - 274/821, até janeiro de 2015.

Porcentagem de municípios mapeados em relação a municípios críticos a desastres (mapeamento de risco) - Porcentagem de municípios mapeados em relação a municípios críticos a desastres (mapeamento de risco) - 116/821, até dez/2014. Obs.: Este mapeamento foi descontinuado, por não corresponder aos resultados esperados.

OBJETIVO: 0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Para a consecução de diversas ações do Programa, houve um esforço de identificação das regiões mais críticas para os desastres de inundações, enxurradas, deslizamentos e seca. Como resultado, foi elencado conjunto de 821 municípios prioritários que apresentaram os maiores índices de letalidade, desabrigados, desalojados e recorrências desses desastres. O conjunto representa 88% dos desabrigados e desalojados e 94% das mortes registradas entre os anos de 1991 e 2010 no universo de 3.792 municípios que apresentaram registros de desastres naturais. Deste conjunto de municípios, pode-se identificar um subconjunto de maior criticidade composto por 286 municípios, responsáveis por 89% das mortes registradas no período de análise e por 55% da população afetada.

Em agosto de 2012, o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais,

que abrange parte substancial dos objetivos, metas e iniciativas deste Programa, além de atributos de outros Programas das áreas de saúde, defesa e recursos hídricos. O Plano Nacional é composto por quatro eixos: Prevenção, Monitoramento e alerta, Mapeamento das áreas de risco e Resposta e reconstrução. Especificamente neste objetivo, busca-se promover a prevenção de desastres de modo articulado com as políticas de desenvolvimento urbano, de uso e ocupação do solo e de gestão das respectivas bacias hidrográficas. Para isso, estão sendo realizados estudos e intervenções que envolvem os eventos de deslizamentos de encostas, enxurradas, erosões marítimas e fluviais e enchentes recorrentes em áreas urbanas.

As intervenções estruturais abrangem obras de engenharia e de recuperação ambiental, incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, sob gestão do Ministério das Cidades e do Ministério da Integração Nacional e integrantes do Eixo Prevenção do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais.

O Ministério das Cidades tem sob sua responsabilidade, principalmente, a execução de intervenções de drenagem e de contenção de encostas em áreas urbanas com alto risco de deslizamentos. A ação é complementada com o apoio para execução de planos municipais de redução de riscos - que envolvem o mapeamento de risco, a definição de prioridades e a elaboração da concepção das intervenções de segurança mais adequadas nas áreas de risco prioritárias – e para a elaboração de projetos básicos de intervenções de contenção de encostas. Já as intervenções estruturais de drenagem urbana privilegiam as soluções de redução, retardamento e amortecimento do escoamento das águas pluviais, baseadas em estudos de alternativas que contemplem aspectos técnicos, econômicos e ambientais.

Em dezembro de 2014, no âmbito do PAC 2, o montante de investimentos contratados para obras de drenagem totalizava R\$ 9,88 bilhões, equivalentes a 125 contratos, beneficiando 83 municípios. Desse valor contratado, R\$ 8,08 bilhões correspondem a contratações com recursos do Orçamento Geral da União - OGU e R\$ 1,80 bilhão a financiamentos (empréstimos públicos).

Na dimensão do planejamento urbano, está prevista a montagem de um sistema de monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos. Até dezembro de 2014, foram iniciados os trabalhos de elaboração de 96 cartas geotécnicas de aptidão à urbanização em municípios críticos a esses desastres naturais, das quais 15 estão concluídas. Tais cartas consistem em um instrumento de planejamento urbano que define, segundo características geológicas e geomorfológicas do município, áreas aptas ou impróprias para a ocupação permanente.

Na ação de contenção de encostas, a carteira de empreendimentos contabiliza um valor de repasse de R\$ 2,3 bilhões, referente a 137 empreendimentos contratados. Até dezembro de 2014, 90% dos termos de compromisso desta carteira foram iniciados, sendo que o restante encontra-se na fase de elaboração de projetos ou de preparação de processos licitatórios.

No âmbito do Ministério da Integração Nacional – MI, o objetivo visa promover ações preventivas à segurança da população em situações de riscos e desastres no âmbito nacional, com foco em municípios mais suscetíveis a inundações,

enxurradas e deslizamentos. As ações do Programa objetivam promover a gestão sustentável da drenagem com ações estruturais e não estruturais dirigidas à recuperação de áreas úmidas, à prevenção, ao controle e à minimização dos impactos provados por fatos climáticos e ação antrópica gerando enchentes urbanas e ribeirinhas e problemas de macrodrenagem, bem como, o controle dos efeitos da dinâmica marítima na zona costeira. No âmbito do Departamento de Obras Hídricas, compreendem: Elaboração de Estudos e Projetos de Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial e execução de obras de drenagem urbana e de controle de erosão marítima e fluvial. Diante desse contexto, os Estados relacionados às ações são: Pernambuco, Sergipe, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Minas Gerais, Ceará, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Amapá, Rio Grande do Sul, Tocantins. No total, são quase 100

empreendimentos, que consistem em obras e estudos que beneficiarão, aproximadamente 8 milhões de habitantes.

Tanto no caso da drenagem quanto no de contenção de encostas, estão sendo realizadas, constantemente, atividades de monitoramento das intervenções em andamento, bem como seleções públicas para escolha dos projetos a serem apoiados pela União por meio do PAC.

Metas 2012-2015

- **Contratar R\$ 9 bilhões para apoio à execução de intervenções de drenagem urbana sustentável nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas**

Análise Situacional da Meta

Essa meta visa à execução de intervenções de drenagem urbana sustentável nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas, totalizando aproximadamente R\$ 9,88 bilhões em valor de investimento equivalentes a 125 contratos abrangendo 83 municípios. Desse valor contratado, R\$ 8,08 bilhões correspondem a contratações com recursos do Orçamento Geral da União - OGU e R\$ 1,80 bilhão a financiamentos (empréstimos públicos). Até o presente momento, houve superação da meta estimada (R\$ 9 bilhões em contratação) em cerca de 9%. Do valor total contratado, R\$ 755,6 milhões (7 empreendimentos) foram contratados em 2014, R\$ 2,94 bilhões foram contratados em 2013, para execução de 21 empreendimentos; R\$ 2,64 bilhões foram contratados em 2012, para a execução de 26 empreendimentos, e R\$ 3,54 bilhões contratados em 2011, para execução de 71 empreendimentos.

Além disso, até dezembro de 2014, do montante total de recursos da carteira de investimentos contratados, 8 empreendimentos foram iniciados em 2014 (R\$ 778,8 milhões); 76 empreendimentos estavam em fase de obras (R\$ 4,21 bilhões) e 3 empreendimentos foram concluídos.

De dezembro de 2013 a dezembro de 2014, 17 contratos de drenagem urbana foram cancelados, o que corresponde a um valor de investimento total de R\$ 2,08 bilhões. As causas dos cancelamentos são diversas: perda de prazo para início de obra, perda de prazo para efetivação do contrato de repasse ou desistência do proponente.

Quantidade alcançada

9,88

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos**

Análise Situacional da Meta

Pode-se destacar que até 2013, consolidou-se a metodologia de elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urbana, instrumento de planejamento urbano que define, segundo características geológicas e geomorfológicas do município, seus setores seguros para ocupação. Até 2013, haviam sido iniciados os trabalhos para que 39 municípios tenham suas cartas geotécnicas e em 2014 avançou-se para 96 municípios, dos quais 13 em São Paulo; 27 em Santa Catarina; 4 no Rio Grande do Sul; 18 no Rio de Janeiro; 6 no Paraná; 5 em Pernambuco; 19 em Minas Gerais; 2 no Espírito Santo; 1 no Ceará; e 1 na Bahia.

Deste total, 5 cartas foram elaboradas de forma autônoma, com recursos próprios, pelo Departamento de Recursos Minerais do Governo do Estado do Rio de Janeiro – DRM nos municípios de Teresópolis, Nova Friburgo, Petrópolis, Barra Mansa e Itaperuna; enquanto que as cartas de Ouro Preto(MG), São José(SC), Gaspar(SC), Luiz Alves(SC), Antônio Carlos(SC), Palhoça(SC), Ilhota(SC), Florianópolis (RS), Igrejinha(RS) e Ipojuca(PE) foram elaboradas com

recursos federais, parte deles, a propósito, no âmbito da ação 8874 do Programa Planejamento Urbano (2054).

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	106	município	15	31/12/2014

• **Estruturação do sistema de monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos**

Análise Situacional da Meta

Esta meta guarda estreita relação com atividade de Monitoramento da Ocupação Urbana, objeto de meta a seguir.

Duas estratégias foram iniciadas para alcançar a implementação do Sistema de Monitoramento da Ocupação Urbana – SIMOU - em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos:

- i) estruturação de Método para o monitoramento da Ocupação Urbana;
- ii) estruturação do Laboratório de Computação Científica Aplicada à Análise Urbana.

Para a estruturação do Laboratório, foi promovida a reforma do espaço físico e promovidas licitações para aquisição de hardwares e softwares especializados para execução das tarefas relativas à estruturação do Sistema de Monitoramento (ambos os processos estão finalizados e os produtos licitados foram recebidos).

A funcionalidade do Sistema depende de contratação de consultoria técnica especializada, bem como da capacitação dos servidores efetivos para a operacionalização do Sistema. Além disso, faz-se necessária a aquisição de imagens de satélite, fotos aéreas ou levantamentos a laser, dos mapas de suscetibilidade e setorização de risco em elaboração pela CPRM, das cartas geotécnicas de aptidão à urbanização, entre outros insumos e bases de informação.

Do ponto de vista da metodologia de Mapeamento e provimento de recursos humanos para a consecução das atividades, o Ministério das Cidades está em processo de negociação com o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), uma parceria para apoio do órgão ao projeto.

Após a estruturação e operacionalização do Sistema de Monitoramento da Ocupação Urbana, a atividade terá como produto mapas a serem encaminhados sazonalmente às prefeituras municipais para que, na qualidade de responsável constitucional pelo ordenamento do território urbano, possam tomar as medidas cabíveis ao controle da expansão e ocupação de áreas de riscos de desastres.

• **Executar intervenções de drenagem e controle de cheias e de erosões marítimas e fluviais em municípios suscetíveis a inundações e enxurradas**

Análise Situacional da Meta

Foram concluídas 6 obras, são elas: obras para implantação do sistema de drenagem pluvial nos municípios de Ilhota (SC) e no Município de Luís Alves (SC); obras de drenagem, desassoreamento, construção de canais, no Município de Pomerode (SC); obras de drenagem, canalização, canal de concreto no município de Paraíso do Tocantins (TO), a implantação do Sistema de Macrodrenagem da Baixada Campista (RJ) e as obras de Macrodrenagem em Salvador (BA). A conclusão dessas intervenções beneficiam aproximadamente 470 mil habitantes, sendo 400 mil em Salvador (BA).

Para essa meta, destaca-se também a Barragem Serro Azul (PE), cuja previsão de conclusão foi adiada para 30 de julho

de 2015. A Barragem beneficiará 135 mil habitantes.

Dos onze empreendimentos destinados ao controle de enchentes, além da Barragem Serro Azul, destacam-se as obras de dragagem, desassoreamento, construção de canais, no município de Navegantes, cuja execução física alcançou 98%, bem como a obra de macrodrenagem no município de Joinville, compostas por canalização na Rua Noruega, que está com 99% de execução. Para sua conclusão, resta repactuação de contrato para execução de obras adicionais usando saldo remanescente de convênio. No município de Blumenau, em Santa Catarina, faltam os documentos necessários à liberação de recursos para a conclusão da recuperação da drenagem na Bacia do Ribeirão da Velha, Ribeirão Garcia e Ribeirão de Itoupava. No município de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, as obras de redragagem, recuperação de diques, desobstrução do canal central do rio dos Sinos está com 62% de obras concluídas. Esta obra, no entanto, se encontra paralisada devido ao fato de a análise da prestação de contas parcial estar pendente de esclarecimentos necessários à liberação de recursos, por parte da prefeitura do Município. Outro destaque é no município de Paulista, em Pernambuco, onde as obras de macrodrenagem na bacia hidrográfica do rio Paratibe abrangem cinco canais. O Canal do Araxá, da Avenida e das Tintas estão concluídos. O Canal do Rio Limoeiro está paralisado devido a um erro no projeto executivo que deverá ser readequado. O Canal do Rio Paratibe está com 45% de execução física.

Das obras de contenção de erosão fluvial no Amazonas, 18 dos 25 empreendimentos já se encontram em execução desde 2013, restando, para conclusão, envio de informação por parte do Estado

Em 2014 foi publicada portaria incluindo mais nove novos municípios para obras de contenção de erosão fluvial no Amazonas. Essas obras serão realizadas nos municípios de Manicoré, Tabatinga, Manacapuru, Maués, Jutai, Codajás, Uricurituba, Lábrea e Borba.

Assim, no total, 59 obras sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional referentes a drenagem e controle de cheias e de erosões marítimas e fluviais estão contempladas no PAC com previsão de conclusão até 2015. A maior parte desses empreendimentos está na carteira do PAC- Prevenção em Áreas Risco (46), lançada em 2012, enquanto algumas obras de drenagem destinadas a controle de enchentes seguem na carteira do PAC-Recursos Hídricos (13).

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	município	0	04/09/2013
Região Nordeste	2	município	1	04/09/2013
Região Norte	1	município	1	04/09/2013
Região Sudeste	1	município	1	04/09/2013
Região Sul	2	município	3	04/09/2013

- **Investir na elaboração de planos e projetos e execução de obras de contenção de encostas nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a deslizamentos em ambiente urbano**

Análise Situacional da Meta

A meta tem como referência a elaboração de planos, projetos e execução de obras de contenção de encostas selecionadas pelo PAC para municípios críticos.

Em 2011, foram contratados os termos de compromisso relativos à 1ª seleção de contenção de encostas do PAC. Essa seleção beneficia 65 municípios vulneráveis a deslizamentos de encostas e envolve 37 contratos de execução de obras de contenção, 24 de elaboração ou revisão de planos municipais de redução de riscos e 37 de projetos básicos de

estabilização de taludes. Esta seleção, que envolve um valor de repasse de R\$ 575,6 milhões, encontra-se com todos os contratos iniciados, tendo 27% deles concluídos.

A seleção de 2012 envolveu os governos dos estados na organização e encaminhamento de propostas à SNAPU/MCidades. Foram contratadas 33 operações, contemplando 36 municípios dos estados do Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro, totalizando um investimento de R\$ 1,4 bilhão. Dessa seleção, 31 contratos que representam R\$ 1,37 bilhão para execução de obras foram iniciados. Da mesma forma como tratado acima, as dinâmicas percebidas nos quantitativos em relação a 2013 devem-se aos cancelamentos de contratos ocorridos durante o exercício de 2014.

Em 2013, ocorreram seleções de propostas de caráter extraordinário que beneficiaram 6 (seis) municípios dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, representando um investimento de R\$ 277,9 milhões. Nesta seleção, foram iniciados 2 (dois) contratos que representam R\$ 98,9 milhões.

Já em 2014, foi efetuada a contratação do termo de compromisso relativo à desocupação de áreas de alto risco de deslizamentos de encostas no Município de Petrópolis/RJ. Essa seleção beneficia 1.000 famílias que se encontram em área de risco muito alto com o valor de repasse de R\$ 75 milhões e encontra-se iniciada. Foi realizada seleção de projetos e obras para municípios do Estado do Espírito Santo com previsão de contratação para 2015.

Dessa forma, os resultados alcançados entre 2011 a 2014 para esta Ação acusam a contratação de 137 operações, representando um valor de R\$ 2,3 bilhões que beneficiam 82 municípios de 9 estados. Ao todo, 131 operações encontram-se em andamento, o que representa 90% da quantidade de operações e 96% em recursos financeiros contratados. Cumpre informar que, desse conjunto, 27 operações foram concluídas. O valor do desembolso financeiro acumulado, por sua vez, correspondeu a R\$ 320 milhões.

Importante ressaltar que as alterações percebidas nos quantitativos em relação a 2013 devem-se também aos cancelamentos de contratos ocorridos durante o exercício de 2014.

- **Investir na elaboração de planos e projetos e execução de obras para a implantação e o aprimoramento da gestão de recursos hídricos em regiões suscetíveis à seca**

- Análise Situacional da Meta**

- Esta ação abrange os empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento destinados à mitigação dos impactos da seca. A primeira discriminação de ações do PAC - Seca foi publicada através do Decreto nº 7836, de 9 de novembro de 2012. Hoje a carteira é formada por 49 empreendimentos/operações, no valor da ordem de 1,64 bilhão, que beneficiarão aproximadamente 1,8 milhão de pessoas. Desses 49 empreendimentos, 28 já estão com as obras iniciadas e 14 serão concluídos em 2015. A execução dessa carteira está no escopo do Programa Oferta de Água e não do Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres. No entanto, vale esclarecer que as ações emergenciais de resposta aos impactos da seca, como o Auxílio Emergencial Financeiro, fazem parte deste Programa, no objetivo relativo à resposta aos desastres naturais.

- **Promover intervenções emergenciais de prevenção de desastres em situações de risco iminente**

- Análise Situacional da Meta**

- O Ministério da Integração Nacional tem celebrado convênios com os municípios para execução de obras preventivas de desastres.

Até 2012, a Lei Orçamentária Anual – LOA - previa dotação específica para o MI com o objetivo de transferir recursos

para a execução de obras de prevenção de desastres. A partir da LOA de 2013 os recursos para execução da referida ação orçamentária foram provenientes exclusivamente de emendas parlamentares.

Em 2013, foram celebrados mais 12 convênios para obras de contenção de cheias, de construção de galerias de águas pluviais, de contenção de encostas e drenagem com pavimentação, de estabilização de terreno, de construção de passagens molhadas e de muros de arrimo, com municípios dos estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em 2014, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC aprovou 13 convênios, sendo que, deste total, 12 foram celebrados no segundo semestre de 2014 com municípios dos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo e Goiás. Estes convênios foram firmados para construção de cortina atirantada e muro gabião, contenção de encostas, passagens molhadas, muros de arrimo, sistema simplificado de abastecimento de água e construção de ponte.

Durante a vigência do atual PPA, verificou-se a necessidade de aprimorar os instrumentos legais para transferir recursos federais para obras emergenciais que visam reduzir risco iminente de desastres. Isso decorre do fato do atual instrumento, convênio, não se adequar à urgência dessas intervenções.

Nessa perspectiva, foi publicada a Lei nº12.983/2014, alterando a Lei nº 12.340/10, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e às entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para executar ações de resposta e recuperação das áreas atingidas por desastre e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas - Funcap.

A nova Lei inseriu as ações de prevenção em áreas de risco de desastres no rol de transferências autorizadas pela Lei nº 12.340/10, bem como incluiu essas ações nas possibilidades de financiamento do Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil – Funcap.

Espera-se que com a regulamentação da Lei e a instituição do Fundo, o repasse de recursos para obras de prevenção de desastres de áreas de risco iminente sejam agilizado.

Cabe ressaltar que a legislação em questão não compreende apenas as ações da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, mas sim de todos os órgãos federais que executam ações de prevenção em áreas de risco de desastres. Como é o caso do Ministério das Cidades e da Secretaria de Infraestrutura Hídrica, do Ministério da Integração Nacional.

- **Realizar o monitoramento da ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos**

- **Análise Situacional da Meta**

A atividade de Monitoramento da Ocupação Urbana possui relação direta com a meta "Estruturação do sistema de monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos", cuja análise detalha as estratégias de implantação do Sistema de Monitoramento da Ocupação Urbana (SIMOU) e seu laboratório. Foi promovida a reforma do espaço físico e promovidas licitações para aquisição de hardwares e softwares especializados para execução das tarefas relativas à estruturação do Sistema de Monitoramento (ambos os processos estão finalizados e os produtos licitados foram recebidos).

A funcionalidade do Sistema depende de contratação de consultoria técnica especializada, bem como da capacitação dos servidores efetivos para a operacionalização do Sistema. Além disso, faz-se necessária a aquisição de imagens de satélite, fotos aéreas ou levantamentos a laser, dos mapas de suscetibilidade e setorização de risco em elaboração pela CPRM, das cartas geotécnicas de aptidão à urbanização, entre outros insumos e bases de informação. Do ponto de vista da metodologia de Mapeamento e provimento de recursos humanos para a consecução das atividades, o Ministério das Cidades está em processo de negociação com o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), uma parceria para apoio do órgão ao projeto.

Após a estruturação e operacionalização do Sistema de Monitoramento da Ocupação Urbana, a atividade de mapeamento terá como produto os mapas de monitoramento que serão encaminhados sazonalmente às prefeituras municipais para que, na qualidade de responsável constitucional pelo ordenamento do território urbano, possa tomar as medidas cabíveis ao controle da expansão e ocupação de áreas de riscos de desastres.

OBJETIVO: 0172 - Induzir a atuação em rede dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil em apoio às ações de defesa civil, em âmbito nacional e internacional, visando a prevenção de desastres.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

As ações desenvolvidas neste Objetivo estimulam a atuação integrada dos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e seu alcance foi potencializado pela modernização do marco legal da Defesa Civil, Lei nº. 12.608 de 10 de abril de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e estabeleceu de forma individualizada as competências dos entes federados participantes do SINPDEC.

Para uma adequada atuação em rede dos órgãos de defesa civil nos três níveis federativos é necessário fortalecê-los. Assim, em nível federal, no âmbito do Eixo Monitoramento e Alerta do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, vem sendo realizado um conjunto de investimentos, principalmente na modernização do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos de Desastres - CENAD. No âmbito regional, ressalta-se a cooperação técnica entre a SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - e instituições de ensino e pesquisa que atuam na Amazônia com apoio financeiro ao Projeto Integração e Interdisciplinariedade para Preparação em Ações Preventiva na Gestão de Riscos e Respostas a desastres na Amazônia. No nível estadual, dado que suas defesas civis já estão implantadas, o Governo Federal tem apoiado seu fortalecimento por meio de capacitações, simulados e fomento à instalação de Centros Universitários de Ensino e Pesquisa sobre Desastres – CEPED. Os municípios, pelo quadro amplo de insuficiência de estrutura para atuação da defesa civil, consomem mais esforços. Para estruturação dos órgãos municipais foram feitos investimentos por meio da doação de kits de equipamentos básicos de defesa civil tendo como contrapartida municipal compromissos visando ao fortalecimento e à estruturação do órgão local, além de elaboração e entrega de material didático específico sobre implantação e estruturação das coordenadorias municipais.

As realizações no período de 2012 a 2014 também se destacam pelas ações de capacitação dos membros do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil cujas metas têm sido superadas devido, em grande parte, à implantação da modalidade de cursos à distância.

Metas 2012-2015

• Capacitação de 4.500 pessoas nas atividades de defesa civil

Análise Situacional da Meta

Os principais cursos de capacitação realizados pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC entre 2012 e 2014 foram:

-Simulados de Preparação para Desastres: desenvolvidos junto com as Coordenadorias Estaduais e Municipais de Proteção e Defesa Civil. O objetivo é capacitar a comunidade residente em áreas de risco para atuar em situação de desastre e consolidar procedimentos e conteúdos visando à criação de um sistema permanente de monitoramento, alerta e alarme. Capacitaram-se 5.477 colaboradores.

-Curso de Capacitação Básica Continuada - orientações de Prevenção, Preparação, Resposta e Reconstrução: objetiva, na modalidade de ensino a distância, capacitar agentes de Proteção e Defesa Civil com conhecimentos básicos. Entre 2012 e 2014, houve 7.235 participantes.

- Fórum Nacional de Proteção e Defesa Civil: evento que visa o fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil por meio da congregação de atores interessados em compartilhar experiências e boas práticas sobre prevenção e mitigação de desastres. O IX e o X Fórum reuniram 2.056 participantes. O XI Fórum seria realizado em dezembro de 2014, entretanto optou-se por adiar para 2015, devido à realização da 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil, em novembro de 2014.

-Curso Bases Administrativas para Gestão de Desastres - BAGER: objetiva a capacitação na área de Planejamento e Gestão de Riscos. Até 2014 foram capacitados 94 agentes.

- Plano de Ação para o Período de Chuvas – Região Nordeste: teve como objetivo fomentar as atividades desenvolvidas pelo Governo Federal nos 56 municípios prioritários do Nordeste com maior incidência de desastres e auxiliar na elaboração de planos de contingência. A meta é trabalhar em conjunto com os municípios na preparação para o período de chuvas. Para a construção do Plano, foram realizadas oficinas em todas as capitais do nordeste.

- Plano de Ação para o Período de Chuvas – Regiões Sul e Sudeste: resultado de uma parceria com as Defesas Civis Estaduais das Regiões Sul e Sudeste foi executado em duas etapas. Estas etapas consistiram na realização de oficinas e simulados para capacitar técnicos e gestores de proteção e defesa civil a trabalharem em comunidades residentes em áreas de risco para atuar preventivamente em situação de desastre e consolidar procedimentos e conteúdos para a criação de um sistema permanente de monitoramento, alerta e alarme pelas Coordenadorias Municipais de Defesa Civil. Os capacitados nesta etapa devem ser multiplicadores em seus municípios.

- O curso Gestão de Desastres e Ações de Recuperação, à distância e realizado no primeiro semestre de 2014, tem por objetivo enfatizar as ações de planejamento para enfrentar eventos adversos. Foram capacitados 747 agentes de Defesa Civil. Iniciou-se a 2ª edição do curso no segundo semestre de 2014 com previsão de capacitar mais 650 pessoas no tema.

- A capacitação Gestão de Recursos Federais de Defesa Civil visa ampliar a capacidade de gestores integrantes da administração pública estadual e municipal no processo de captação, aplicação e prestação de contas de recursos federais, com o propósito de produzirem projetos passíveis de aprovação pela Secretaria Nacional de Defesa Civil. Na modalidade presencial, em 2014, foram capacitadas 908 pessoas.

- Curso de Atualização em Gestão de Riscos de Desastres – Capacitação em parceria com o PNUD e SEDEC, para permitir atuar sobre as causas do risco e os efeitos dos desastres. Até 2014, foram capacitadas 1.181 pessoas ligadas à gestão de Riscos de Desastres.

- 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil – A Conferência contou com a participação de 1.639 pessoas, que discutiram durante o evento, os princípios e diretrizes para nortear a proposição de políticas públicas voltadas à Proteção e Defesa Civil.

Diante do exposto, observa-se que a meta foi superada devido principalmente à modalidade de ensino a distância, que proporcionou a capacitação de número elevado de participantes por custo menor, mantendo a qualidade do conteúdo. As capacitações presenciais são um esforço de oferta qualificada, proporcionando capacitação aos atores de relevância para o tema de proteção e defesa civil.

Além dos cursos acima, realizou-se as seguintes capacitações: Primeira Resposta para Emergências com Produtos Perigosos (50 agentes), Curso de Gestão de Riscos Geológicos e Hidrológicos (490 agentes), Gestão em Defesa Civil (1.486 agentes), curso sobre o Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID (3.341).

Assim, no período de 2012 a 2014 foram capacitados 27.803 agentes e gestores de proteção e defesa civil, além de representantes da sociedade civil, de outros órgãos que atuam na área e da comunidade, sendo 8.928 em 2012; 11.003 em 2013, e, já considerando as capacitações à distância, 7.872 em 2014.

Quantidade alcançada

27.803

Data de Referência

31/12/2014

• **Celebrar e executar acordos de cooperação visando a estruturação de órgãos estaduais de defesa civil**

Análise Situacional da Meta

As Defesas Cíveis Estaduais, diferentemente das Defesas Cíveis municipais, já estão implementadas e a melhoria na sua estruturação tem ocorrido a partir de troca de experiências e conhecimento técnico com o objetivo de ampliar suas atividades para atender às exigências mais atuais da gestão de risco de desastre.

Nesse sentido, tem-se atuado com o apoio à melhoria da estruturação de defesas cíveis estaduais a partir de incentivo junto às universidades para instalação de Centros Universitários de Ensino e Pesquisa sobre Desastres – CEPEDs. Estes Centros são destinados à pesquisa, extensão e capacitação de recursos humanos, com vistas ao gerenciamento e à execução de atividades de proteção e defesa civil. A implantação de tais Centros tem como objetivo a disseminação do conhecimento gerado nas universidades brasileiras para contribuir na prevenção, redução e mitigação de desastres em âmbito regional e nacional. Os CEPEDs desenvolvem pesquisas e projetos de extensão que podem vir a subsidiar a gestão de políticas públicas relacionadas à gestão de riscos e redução de desastres. Um dos principais objetivos é que a informação produzida nas universidades seja dirigida e apropriada à gestão pública e que se garanta a transferência desses conhecimentos para a sua aplicação efetiva pelos gestores públicos nas três esferas de governo.

Até 2012, com o incentivo da SEDEC, esses Centros foram criados em três Estados: Santa Catarina (SC), Rio Grande do Sul (RS) e Rio de Janeiro (RJ). Em 2013, foi criado um CEPED no Estado de São Paulo, a partir da assinatura de um acordo de cooperação da Secretaria Nacional de Defesa Civil com a Universidade de São Paulo – USP e a Defesa Civil do Estado de São Paulo.

Já em 2014, foi criado o CEPED no Estado do Paraná, formado pela Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil do Paraná e pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar).

Além destes Centros, 7 Universidades localizadas em 7 diferentes Estados, em articulação com a SEDEC, estão em processo de constituição dos seus respectivos centros, a saber:

- Universidade Estadual do Ceará – UECE;
- Universidade Federal do Espírito Santo – UFES;
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN;
- Universidade Federal do Pará – UFPA;
- Universidade Federal da Bahia – UFBA;
- Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF; e
- Universidade Federal de Passo Fundo – UFPF.

Além dos CEPEDS, a SEDEC tem apoiado a implementação da Rede de Pesquisa na área de Gestão de Riscos e Redução de Desastres desde 2013, que tem por objetivo melhorar a articulação entre os diversos grupos de pesquisa e encontrar uma convergência entre as reais necessidades dos profissionais e pesquisadores que atuam na área e o setor de gestão de desastres.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	estado	0	31/12/2014
Região Nordeste	9	estado	0	31/12/2014
Região Norte	7	estado	0	31/12/2014
Região Sudeste	4	estado	2	31/12/2014
Região Sul	3	estado	3	31/12/2014

• Celebrar e executar acordos de cooperação visando a estruturação de órgãos municipais de defesa civil.

Análise Situacional da Meta

O Chamamento Público nº 1, publicado nas páginas 92/93, seção 3, do Diário Oficial da União, de 8 de agosto de 2012, selecionou 106 (cento e seis) municípios para serem contemplados com a doação de equipamentos necessários a assegurar uma estrutura mínima de funcionamento às defesas civis, como a doação de um veículo de tração 4 x 4, aparelhos de GPS e máquinas fotográficas digitais, dentre outros equipamentos e materiais que compõe um kit de fortalecimento de defesa civil.

Em contrapartida os municípios selecionados devem organizar sua defesa civil local.

Ressalte-se que tais municípios foram selecionados a partir da lista de 286 (duzentos e oitenta e seis) municípios prioritários para o governo federal.

Dentre esses, os municípios passíveis de serem contemplados pela distribuição de equipamentos para a estruturação das defesas civis municipais são os que possuem população de até 80.000 habitantes e receita per capita menor que 3 salários mínimos.

Destaca-se que, dos 106 (cento e seis) municípios selecionados inicialmente, 105 (cento e cinco) atenderam os requisitos, apenas o município de Oriximiná/PA não atendeu dentro do prazo os requisitos estabelecidos nos editais. Outro município, do rol prioritário foi, então, selecionado: Timóteo/MG. Portanto, 106 (cento e seis) municípios já receberam o veículo e receberão ao longo de 2015 o restante do Kit.

Os municípios foram orientados quanto à forma de utilização dos materiais e equipamentos que compõem o kit de fortalecimento de defesa civil.

Quanto ao desenvolvimento de metodologia para estruturação das Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil - COMDEC's, o material didático da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil está sendo atualizado de acordo com a legislação vigente.

Quantidade alcançada

106

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	29	município	5	31/12/2014
Região Nordeste	277	município	23	31/12/2014
Região Norte	81	município	12	31/12/2014
Região Sudeste	292	município	43	31/12/2014
Região Sul	142	município	23	31/12/2014

• **Estruturar e manter o Grupo de Apoio a Desastres**

Análise Situacional da Meta

O Grupo de Apoio a Desastres – GADE é formado atualmente por 130 especialistas em gestão de desastres.

Os integrantes do GADE atuam como apoio operacional da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) podendo ser mobilizado a qualquer tempo conforme a necessidade. Ressaltamos que o GADE conta atualmente com representantes em todos os Estados. Este grupo participa de várias missões, dentre elas:

- Missões, em casos de desastres, em todo território nacional;
- Missões nos comitês de chuvas e estiagens;
- Oficinas e simulados;
- Grandes eventos.

No ano de 2014 o GADE foi mobilizado para atuação na Região Norte, nos Estados do Amazonas, Acre e Rondônia. Designados para subsidiar o gerenciamento dos desastres entre os meses de fevereiro a abril, atuando conjuntamente com a Defesa Civil dos Estados, Forças Armadas e Secretarias Estaduais, nas ações de Assistência, Socorro e Restabelecimento. Destaca-se também a atuação do grupo no restabelecimento da comunicação entre os estados do Acre e Rondônia, por meio da ativação da Rede Nacional de Emergência de Radioamadores - RENER.

No ano de 2015 serão empenhados maiores esforços em qualificar a própria equipe da SEDEC para que atue em apoio aos esforços municipais e estaduais nos cenários de desastres. Será selecionado um grupo de servidores aptos a serem mobilizados para esses cenários, auxiliando as equipes locais, viabilizando o apoio por parte do governo federal com seus recursos de resposta. Esta medida será adotada em função da dificuldade de mobilizar os membros dos GADE que são de outros órgãos, pois dependem de liberação dos órgãos aos quais pertencem.

• **Implementação e estruturação das Coordenadorias Regionais de Defesa Civil**

Análise Situacional da Meta

Quanto à implementação e a estruturação de Coordenadorias Regionais de Defesa Civil nos anos de 2012 e 2013, foram instaladas Regionais representando o Ministério em três Estados - Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco. As Representações foram planejadas visando ao fortalecimento da capacidade de supervisão e de acompanhamento da execução de seus programas e ações. Nessa perspectiva, não se busca mais a meta de criação de coordenadorias regionais específicas de Defesa Civil, uma vez que já fazem parte da estratégia do Ministério as representações regionais.

• Modernização e estruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres**Análise Situacional da Meta**

Para o período do PPA 2012-2015 e conforme previsão do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, pretende-se realizar a estruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD) com a disponibilização de estrutura física (disponível 24 horas por dia, sete dias por semana) – inclusive feriados. Almeja-se a criação de um ambiente com processamento de dados e carga balanceados, computadores e sistema de armazenamento de dados de alto-desempenho e solução integradora georreferenciada.

O projeto de reestruturação e modernização do CENAD está dividido em quatro fases. Sendo que a primeira, referente às mudanças estruturais do Centro, e a segunda, relacionada ao reforço do quadro de pessoal e preparações normativas para o Sistema de Gestão, estão concluídas. Parte dos produtos previstos na terceira fase, que tem em vista a contratação e funcionamento da infraestrutura lógica do Centro, já está em funcionamento, como a solução de videoconferência e armazenamento de servidores e o sistema de monitoramento e operações, que atualmente auxilia os plantonistas do Centro.

A parte em andamento da terceira fase refere-se: ao sistema para gerenciamento das informações de riscos e desastres, contratação de suporte técnico e manutenção do Sistema de Monitoramento e Operações, confecção do Plano de Contingência pelas Defesas Civas utilizando o sistema S2ID, que passará pela fase de homologação e funcionamento, estimado até o primeiro semestre de 2015, e link de internet redundante para suprir o Centro quando houver indisponibilidade de comunicação pelo meio usual de acesso à Internet (Serpro – Infovia).

A quarta fase, a ser executada em 2015, inclui:

- a contratação de empresa especializada para desenvolvimento, customização e configuração da Solução Integrada Georreferenciada do CENAD;
- o treinamento e capacitação dos agentes de Defesas Civas Estaduais e Municipais em sua operação;
- a contratação de empresa de engenharia para operacionalização da Rede Nacional de Emergência de Radioamadores – Renet - no Ministério, permitindo que o CENAD possa estabelecer comunicação redundante via radioamadorismo;
- parceria entre o CENAD e a empresa GOOGLE para divulgação de informações de riscos e desastres a serem consultadas pela população em geral;
- criação da “Rede de Agentes da Defesa Civil” que permitirá a troca informações de riscos e desastres entre os analistas da SEDEC com colaboradores externos (Defesas Civas dos Estados), utilizando a plataforma INTEGRA;
- aquisição de equipamentos de radioamadorismo, como: estações de rádio, instalação de torres, antenas e repetidoras, para viabilizar as operações de resposta a desastres utilizando-se a Renet.

• Promover a participação brasileira nos fóruns e discussões internacionais de modo a permitir o diálogo e a cooperação com outros países em matéria de proteção civil**Análise Situacional da Meta**

No primeiro semestre de 2013, foi inaugurado, no Rio de Janeiro, Centro de Excelência para Redução do Risco de Desastres, em parceria com as Nações Unidas (Estratégia Internacional para Redução de Desastres - UNISDR). O Centro é um espaço de produção, promoção e circulação do conhecimento na temática de desastre entre países latinoamericanos.

Ainda nesse ano, o Brasil participou da IV Plataforma Global para Redução do Risco de Desastres, na Suíça, com a maior delegação das Américas e uma das cinco maiores do mundo, composta por 53 representantes de diversos setores, entre eles Governos Federal, Estaduais e Municipais, Poder Legislativo, organizações da sociedade civil e membros da Academia.

Como reconhecimento ao melhor projeto em Redução de Riscos de Desastres em 2013, a cidade mineira de Belo Horizonte recebeu das Nações Unidas o prêmio Sasakawa.

Em 2014, foi criada uma Câmara Temática, no âmbito do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC para estudo da Plataforma Nacional de Gestão do Risco de Desastres. Ainda em 2014 a SEDEC participou da IV Sessão da Plataforma Regional para Redução de Risco de Desastres, na cidade de Quayaquil/Equador.

Destaca-se também a cooperação firmada entre Brasil e Japão, por meio de sua agência de cooperação internacional, JICA, para Projeto de Fortalecimento da Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Riscos em Desastres Naturais. Por meio do intercâmbio de experiências entre técnicos dos dois países, esse projeto busca fortalecer a capacidade de análise de risco, aperfeiçoar o planejamento, aprimorar o protocolo de aviso prévio e melhorar o Sistema Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais. No âmbito do projeto, Nova Friburgo/RJ, Petrópolis/RJ e Blumenau/SC foram escolhidos como municípios piloto para que se tornem referência nas melhores práticas de gestão integral de riscos no Brasil, e os resultados obtidos poderão ser replicados em outros municípios brasileiros.

Em dezembro de 2014, o Governo brasileiro também participou da XI Reunião Especializada de Redução de Riscos de Desastre Socionaturais, da Defesa Civil, da Proteção Civil e Assistência Humanitária do MERCOSUL em Buenos Aires/Argentina.

• Realizar Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil

Análise Situacional da Meta

Em 2013, para a organização da Conferência Nacional, foram contratados 14 consultores para conduzir as áreas de metodologia, de logística, de comunicação social, de texto de referência e de mobilização. Eles foram contratados, na modalidade produto, por meio do projeto de cooperação técnica internacional estabelecido com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), intitulado “Fortalecimento da Cultura de Gestão de Riscos de Desastres no Brasil”. O processo conferencial teve início em 6 de novembro de 2013, com a realização das etapas municipais.

Em 2014, foram realizadas as etapas estaduais, e no período de 4 a 7 de novembro de 2014, em Brasília, foi realizada a etapa Nacional da Conferência, que contou com participantes de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal.

Foram realizadas 460 Conferências Municipais e Intermunicipais, com o envolvimento de 2.292 municípios e 31.527 participantes. Já as etapas estaduais foram realizadas em 25 estados, com a participação de 6.886 participantes. Ainda foram realizadas 18 conferências livres, com 452 participantes e uma conferência virtual, com a participação de 425 pessoas.

A etapa Nacional contou com representantes dos 26 estados e do Distrito Federal, com representantes oriundos de 537 municípios brasileiros, e um total de 1.639 participantes entre sociedade civil, profissionais de áreas setoriais e agentes e gestores de proteção e defesa civil.

Na etapa Nacional, foram elencados 10 princípios e 30 diretrizes, elencadas a partir de 10.701 propostas debatidas nas etapas municipais, intermunicipais, estaduais, livres e virtual. Estes princípios e diretrizes foram elaborados a partir dos seguintes eixos temáticos, tendo como objetivo nortear a proposição de políticas públicas voltadas à Proteção e Defesa Civil:

- 1) Gestão Integrada de Riscos e Resposta a Desastres;
- 2) Integração de Políticas Públicas Relacionadas à Proteção e Defesa Civil;
- 3) Gestão do Conhecimento em Proteção e Defesa Civil; e
- 4) Mobilização e Promoção de uma Cultura de Proteção e Defesa Civil na Busca de Cidades Resilientes.

Desta forma, a 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil envolveu um volume expressivo de pessoas, mobilizando mais de 40.900 participantes nas diversas etapas, proporcionando uma ampla discussão do tema.

Algumas das principais medidas aprovadas relacionam-se à valorização dos agentes públicos que atuam no setor, por meio de criação de carreira própria, à implantação do Sistema Único de Proteção e Defesa Civil e à garantia de recursos específicos para implementação de políticas da área.

OBJETIVO: 0173 - Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento de um sistema de previsões de desastres naturais com alto grau de confiabilidade requer conhecer a suscetibilidade e a vulnerabilidade dos ambientes e os agentes deflagradores dos riscos naturais, o que, por sua vez, demanda uma rede observacional e computacional para monitorá-los e analisá-los de forma integrada, a fim de produzir modelos de previsão de eventos geodinâmicos e hidrometeorológicos extremos.

Os mapeamentos de suscetibilidade e de vulnerabilidade de risco - desenvolvidos pelo Serviço Geológico do Brasil, CPRM, e pelo CENAD, respectivamente, os quais integram outros objetivos deste Programa – são insumos da emissão de alertas com alto grau de confiabilidade. Assim, o presente Objetivo trata do monitoramento dos agentes deflagradores de desastres naturais e das atividades de integração, modelagem e análise dos dados necessários para identificação de riscos iminentes.

Logo, para o monitoramento dos agentes deflagradores, em particular os hidrometeorológicos, é necessária a ampliação, a captação, o processamento e a avaliação sistemática de uma série de variáveis indicativas da iminência de desastres naturais. Essas variáveis são obtidas por meio de radares meteorológicos; sensores remotos (satélites); estações meteorológicas e hidrológicas. Após a obtenção dos dados observacionais, faz-se necessário integrar todas as informações contando com uma infraestrutura computacional que possibilite analisar as variáveis e produzir modelos de previsão.

Além disso, o sistema em questão também deverá associar informações hidrometeorológicas a informações agronômicas, com vistas ao desenvolvimento de modelos de previsão de colapsos de safras de subsistência do semiárido brasileiro, que geram profundos impactos socioeconômicos.

Para a consecução deste objetivo, o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres, CEMADEN, criado pelo Decreto nº 7.513, de 1º de julho de 2011, tem procurado estruturar-se administrativa e organizacionalmente. Ainda em 2011, realizou processo seletivo simplificado para a contratação de 75 profissionais para atuarem junto à área técnica (geologia, hidrologia, meteorologia, desastres naturais e engenharia). A contratação destes servidores permitiu o início do monitoramento operacional contínuo das áreas de risco levantadas por CPRM e Agência Nacional de Águas (ANA), e permitiu iniciar os trabalhos de modelagem numérica dos elementos deflagradores de desastres naturais. O CEMADEN publicou no final de 2013 editais de concursos públicos para absorção de servidores efetivos para complementar seu

quadro de pessoal. As nomeações foram realizadas em 2014.

Buscou-se também formalizar parcerias com as principais instituições fornecedoras de dados ambientais, tendo sido estabelecidos acordos de cooperação técnica com diversas instituições, tais como a ANA, Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), Instituto Tecnológico SIMEPAR, Instituto Estadual do Ambiente (INEA), Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC), Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará (COGERH), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentre outras. A interação com o CENAD/MI, o centro responsável pela tomada de ações quando os alertas são emitidos, foi consolidado com a publicação do Protocolo de Ação entre o CENAD/MI e o CEMADEN/MCTI, por meio da Portaria MI/MCTI N°314, de 17 de outubro de 2012, alterada pela Portaria n° 149, de 18 de dezembro de 2013, a qual estabeleceu um Protocolo de Ação Integrada para os casos de Inundação Gradual entre a Agência Nacional de Águas - ANA, o CEMADEN, representado pela Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED/MCTI, o CENAD, representado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil - SEDEC/MI e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM.

Com o intuito de estruturar a rede de observações de desastres naturais, meta prevista no Eixo Monitoramento e Alerta do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, foram lançados editais de processos licitatórios para a aquisição e instalação de 1.100 pluviômetros semiautomáticos, 1.500 pluviômetros automáticos e 9 radares meteorológicos. Estes processos já foram finalizados, e os equipamentos adquiridos foram quase todos instalados, exceto alguns pluviômetros semiautomáticos. Quanto ao monitoramento hidrológico, foi estabelecido um termo de cooperação com o CNPq, que culminou em encomenda de projeto de pesquisa que contemplou a aquisição e a instalação de 115 estações hidrológicas em áreas sujeitas a enxurradas e inundações bruscas. Estas estações já foram adquiridas, instaladas e estão em processo de integração na plataforma SALVAR do CEMADEN, com o intuito de auxiliar os operadores na emissão de alertas. Neste mesmo acordo, também foram adquiridos instrumentos para monitoramento geotécnico, como sensores de umidade do solo e uma estação total robotizada para monitorar movimentação de massa, o qual foi instalada em uma área piloto selecionada no município de Campos do Jordão/SP.

Em posterior decisão de reforçar a instrumentação do monitoramento, foram adquiridos novos equipamentos, de modo que, até 2014, pluviômetros automáticos e semiautomáticos totalizavam 4.250*, tendo sido entregues mais de 3.250, dos quais 3.238 já estão instalados. Em paralelo, ocorreram capacitações que envolveram 769 participantes comunitários de 217 Municípios. Complementando a rede observacional, novos editais de licitações adicionais foram lançados para aquisição de mais 186 plataformas de dados hidrológicos, 100 estações agrometeorológicas e 550 plataformas para monitoramento de chuvas e umidade do solo, os quais foram concretizados em 2014.

Para o monitoramento geotécnico, no escopo inicial do Plano Nacional previu-se a aquisição de 286 sensores de deslizamentos, os quais foram posteriormente substituídos por 09 estações totais robotizadas (ETRs) e 139 sensores geotécnicos ou Plataformas de Coleta de Dados geotécnicas para monitoramento de chuvas e umidade do solo a 3 metros de profundidade.

*Errata: no texto relativo ao ano de 2013, o total de pluviômetros automáticos e semiautomáticos adquiridos foi erroneamente apresentado como igual a 4750 equipamentos.

Metas 2012-2015

• Modelos geodinâmicos e hidrológicos calibrados em 50 áreas críticas

Análise Situacional da Meta

A modelagem hidrológica tem sido realizada considerando principalmente bacias hidrográficas da região Sudeste, uma

vez que na região Sudeste se concentra a maior parte dos municípios monitorados pelo CEMADEN. Espera-se para o próximo ano a realização da modelagem hidrológica considerando outras bacias situadas nas demais regiões do Brasil. Além disso, houve a inclusão de novos municípios monitorados nas bacias já estudadas da região Sudeste, aumentando com isso o número de áreas críticas modeladas.

Em termos de desenvolvimento de modelagem geodinâmica e hidrológica, estão sendo efetuadas calibrações diárias do modelo hidrológico distribuído (MHD) para as seguintes bacias: Rio Doce (ES e MG), Paraíba do Sul (SP, RJ e MG), São Mateus e Itapemirim (ES), Jequitinhonha (MG e BA), Velhas e Paraopeba (MG), as quais, em breve, deverão estar operacionalmente integradas à Plataforma computacional denominada SALVAR, do CEMADEN. Estas informações serão usadas com modelos meteorológicos que estão sendo avaliados para previsão de tempo por conjunto.

Também está sendo realizada a calibração de um modelo de escorregamentos sobre a região de Caraguatatuba (SP), o qual está sendo finalizado para se tornar operacional.

Errata: Em 2013, a quantidade de modelos calibrados para a Região Nordeste foi erroneamente apresentada como igual a 22. A informação correta é 2.

Quantidade alcançada

118

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	município	0	31/12/2014
Região Nordeste	10	município	2	31/12/2014
Região Norte	4	município	0	31/12/2014
Região Sudeste	18	município	116	31/12/2014
Região Sul	14	município	0	31/12/2014

• **Monitoramento e alerta para municípios com riscos de deslizamentos de massa**

Análise Situacional da Meta

Atualmente o CEMADEN conta com uma base de dados de mapeamentos de setores de risco para 845 municípios do território nacional. Há municípios que apresentam variados processos, outros apenas um, e, ainda, existem municípios que são prioritários, porém não foram mapeados pela entidade responsável, porque apresentavam graus de risco baixo e/ou médio.

Para o processo “deslizamento de massa” o CEMADEN monitora 584 municípios, dos quais 469 compõe a lista de 821 municípios prioritários. Alcançando o monitoramento dos municípios prioritários, será contínua a inserção de outros municípios para monitoramento e alerta do CEMADEN.

Ressalta-se que trabalho adicional foi feito para agrupar os dados de mapeamento das áreas de risco de deslizamentos na plataforma computacional de monitoramento SALVAR, pois alguns dos mapeamentos foram providos por outras fontes, que consideraram diferentes metodologias e padrões de setorização e cartografia de risco de deslizamentos de massa. As informações das áreas de risco de movimento de massa estão integradas e disponibilizados na plataforma. Esta plataforma conta com diversos dados e informações que auxiliam os operadores do CEMADEN na emissão dos alertas.

Vencida as dificuldades técnicas de consolidação dos dados de diferentes fontes e escalas, o trabalho de inserção dos mapeamentos tem sido realizado de forma rápida, uma vez que a maioria dos mapeamentos é feitos pela CPRM, seguindo um mesmo padrão.

O CEMADEN desenvolveu critérios técnicos para a definição dos diferentes graus de confiabilidade dos alertas de risco para desastres naturais. Os critérios levam em conta basicamente a qualidade/atualidade dos dados de mapeamento de áreas de risco, existência ou não de pluviômetros próximos às áreas de risco de movimentos de massa, a distribuição e representatividade espacial dos mesmos em relação às áreas de risco e existência ou não de dados de radares meteorológicos abrangendo as áreas de risco e disponibilidade em tempo hábil de dados de feedback de campo acerca de informações indicativas de desenvolvimento dos processos superficiais monitorados.

Quantidade alcançada

584

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	29	município	14	31/12/2014
Região Nordeste	277	município	133	31/12/2014
Região Norte	81	município	75	31/12/2014
Região Sudeste	292	município	256	31/12/2014
Região Sul	142	município	106	31/12/2014

• **Monitoramento e alerta para municípios com riscos de inundações e enxurradas**

Análise Situacional da Meta

Atualmente o CEMADEN conta com uma base de mapeamentos de setores de risco para 845 municípios do território nacional. Conforme mencionado, há municípios que apresentam variados processos, outros apenas um, e ainda existem municípios que são prioritários porém não foram mapeados pela entidade responsável, porque apresentavam graus de risco baixo e/ou médio. Para o processo de inundação e enxurradas, o CEMADEN monitora 653 municípios, dos quais 560 compõe a lista de 821 municípios prioritários

O aumento da cobertura por radares meteorológicos, o incremento da rede de pluviômetros automáticos e as novas estações hidrológicas já instaladas e a serem instaladas pelo CEMADEN ao longo de cursos d'água com áreas de risco, em conjunto com a continuidade dos trabalhos de mapeamento das áreas de risco de inundações e caracterização dos cenários de risco hidrológico, tendem a melhorar sobremaneira a qualidade e a confiabilidade dos alertas para os processos hidrológicos.

A qualidade e melhoria do grau de confiabilidade dos alertas de risco de desastres naturais é diretamente proporcional ao amadurecimento técnico dos analistas da sala de operação de monitoramento e alerta do Centro, bem como depende da melhoria da quantidade, qualidade, representatividade espacial e cobertura e periodicidade dos dados das redes observacionais.

Quantidade alcançada

653

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	29	município	11	31/12/2014
Região Nordeste	277	município	247	31/12/2014
Região Norte	81	município	75	31/12/2014
Região Sudeste	292	município	202	31/12/2014
Região Sul	142	município	118	31/12/2014

OBJETIVO: 0174 - Promover ações de pronta resposta e reconstrução de forma a restabelecer a ordem pública e a segurança da população em situações de desastre em âmbito nacional e internacional.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério da Integração Nacional, por meio do Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, tem promovido ações de pronta resposta e reconstrução de forma a restabelecer a ordem pública e a segurança da população vitimada por desastres naturais. Para executar essas ações, destacam-se as seguintes ações do Governo Federal: execução do Auxílio Emergencial Financeiro – AEF, implementação do Cartão de Pagamento de Defesa Civil – CPDC e do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres – S2ID – e realização da Operação Carro Pipa.

Destacam-se, ainda, as ações de distribuição de materiais de assistência humanitária, essenciais ao atendimento às vítimas de desastres.

O Auxílio Emergencial Financeiro – AEF é destinado a socorrer e a assistir famílias atingidas pela seca com renda mensal média de até dois salários mínimos. Para que as famílias recebam o auxílio, o Município deve ter o estado de calamidade pública ou a situação de emergência reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional.

Dado o avanço da grave seca iniciada em 2012, o benefício foi mantido durante o ano de 2013 e estendido até dezembro de 2014. O AEF chegou a atender mensalmente mais de um milhão de famílias vítimas da estiagem, contribuindo para minimizar os efeitos ocasionados pela seca.

Neste objetivo destaca-se também o Cartão de Pagamento de Defesa Civil – CPDC. O CPDC é um meio de pagamento específico para ações de socorro, assistência às vítimas de desastres e restabelecimento de serviços essenciais. Ele proporciona mais agilidade, controle e transparência dos gastos da Administração Pública. A implantação do CPDC integra o Eixo Resposta do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais. A partir de 2012, o CPDC passou a ser forma exclusiva de execução dos recursos federais repassados para a execução de ações de resposta. Até Dezembro de 2014, 2.214 municípios aderiram ao CPDC, o que tem contribuído para diminuir o tempo de repasse de recursos federais aos municípios atingidos por desastres.

Por meio do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID, cujo uso é obrigatório desde o início de 2013, tem se obtido significativos ganhos em agilidade e transparência na gestão de riscos de desastres a partir da informatização do processo de reconhecimento federal da situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Para atendimento mais célere às pessoas afetadas por desastres, iniciou-se a elaboração de instrumento administrativo que facilitará a aquisição e distribuição dos materiais de assistência humanitária, o Termo de Referência de Atas de Registro, que se adequa à estrutura sistêmica da Defesa Civil no Brasil e ao caráter complementar das ações de resposta federal.

Metas 2012-2015

• Assistir às populações vitimadas e reabilitar cenários de desastres

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo de cumprir a meta estabelecida, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional atua em quatro frentes principais:

- i) transferência de recursos financeiros ;
- ii) liberação de kits/materiais de assistência humanitária;
- iii) acionamento de protocolo para saúde e transporte e logística;
- iv) operação carro pipa.

A transferência de recursos financeiros ocorre por meio de transferência obrigatória ao ente proponente dos recursos, via Cartão de Pagamento da Defesa Civil, e destina-se à execução de ações de resposta a desastres (socorro e assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais). Para liberação dos recursos, avalia-se tecnicamente o pedido (formalizado mediante instrumento padronizado e divulgado em sítio eletrônico oficial do Ministério da Integração Nacional), no qual as ações demandadas ao Governo Federal devem: ser complementares às ações de resposta executadas nos âmbitos municipal e estadual; decorrer de danos relacionados diretamente ao desastre em questão; e, no caso das ações de restabelecimento, é necessário ter reconhecimento federal da situação de anormalidade.

Em 2014, foram disponibilizados recursos em decorrência, especialmente, das chuvas intensas, enxurradas e movimentos de massa nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo; das enchentes na região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas e Pará); das chuvas intensas e inundações na Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Em relação à disponibilização de materiais, foram liberados, em 2014, 148.575 kits de assistência humanitária do estoque estratégico (dentre kits dormitório, limpeza, higiene pessoal, cesta de alimentos e água), para atendimento à população diretamente afetada por desastres. A ação tem como objetivo aliviar o sofrimento humano e colaborar para o restabelecimento da normalidade na situação adversa.

Para atendimento mais célere às pessoas afetadas por desastres, iniciou-se a elaboração de instrumento administrativo que facilitará a aquisição e distribuição dos materiais de assistência humanitária, o Termo de Referência de Atas de Registro, que se adequa à estrutura sistêmica da Defesa Civil no Brasil e ao caráter complementar das ações de resposta federal. Por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), será possível a adesão às atas de registro de preços do Ministério da Integração Nacional pelos entes federativos ou, alternativamente, a aquisição direta por esse Ministério.

O escopo em construção desse instrumento inclui a possibilidade de descentralização no controle e gestão de estoques de materiais para assistência humanitária. A formação de estoque estratégico municipal e, sobretudo, estadual é imprescindível ao atendimento célere e efetivo das pessoas afetadas e seu controle quali-quantitativo torna-se mais viável dado que o estoque está sob sua custódia e proximidade física.

Para apoio nas ações de socorro e assistência humanitária, estão em processo de revisão protocolos de ação conjunta com Ministério da Saúde para o fornecimento de kits de medicamentos, equipes médicas e com o Ministério da Defesa, para o apoio logístico: aviões, helicópteros, navios, caminhões e equipes. Há, ainda, protocolo em elaboração junto ao Ministério do Desenvolvimento Social para o fornecimento de cestas de alimentos.

No que se refere à Operação Carro Pipa, o objetivo é atender a população com a distribuição de água potável nas localidades castigadas por períodos de seca ou estiagem nas regiões do semiárido nordestino e norte de Minas Gerais, sendo um complemento das ações de abastecimento de água a cargo dos estados e municípios. Estiveram em atendimento pela operação, em 2014, mais de 800 municípios, beneficiando cerca de 4 milhões de pessoas.

• **Implementar o Cartão de Pagamento de Defesa Civil em municípios**

Análise Situacional da Meta

O Cartão de Pagamento de Defesa Civil, CPDC, é um meio de pagamento específico para ações de resposta (definidas no Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010). Foi instituído em 2011 e a partir de 2012 tornou-se forma exclusiva de execução de recursos federais repassados para ações de resposta. O CPDC tem proporcionado mais agilidade, controle e transparência dos gastos da Administração Pública.

A meta até 2015 é alcançar a adesão ao CPDC de 2.856 municípios.

Para possibilitar a geração e o acompanhamento das contas pelo Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID, bem como atender exigência do Banco do Brasil (BB), foi criado, em 2014, número próprio da SEDEC/MI no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para viabilizar as transferências de recursos via Cartão. O próximo passo foi instituir a conectividade entre o BB e o Ministério da Integração para a troca de arquivos, questão superada em julho de 2014.

Foi incluído no S2ID a modelagem necessária para o CPDC e todo o fluxo do processo de resposta. O layout dos arquivos de abertura de conta e atualização de limite de contas – remessa e retorno – foi estabelecido. Após homologação do novo S2ID, com a inserção das novas funcionalidades específicas para o CPDC, todas as contas do Cartão serão abertas de forma indireta, pela SEDEC. As contas abertas na sistemática anterior serão canceladas, com exceção das que receberam recursos e têm saldo para movimentação.

Assim, pretende-se abrir as novas contas, iniciando pelos 821 municípios prioritários para ações de proteção e defesa civil. Após atender aos municípios que abriram contas conforma a sistemática antiga, a prioridade seguinte será dos municípios da região do semiárido.

O objetivo da proposta é garantir de fato a agilidade necessária para o atendimento à população afetada por desastre, o que será possibilitado pelo conhecimento, por parte da SEDEC, previamente ao desastre, dos dados bancários corretos. Outro ponto positivo do novo S2ID é o ganho de tempo nos procedimentos de análise do processo de resposta com sua informatização. Esse processo tramitará em meio eletrônico, nos moldes do processo de reconhecimento federal da situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Quanto à correção das informações inseridas no S2ID, a SEDEC celebrou convênio com a Secretaria da Receita Federal do Brasil com o objetivo de estabelecer condições que possibilitem o intercâmbio de informações de interesse recíproco entre os convenentes. A intenção é que o sistema valide, de forma automática, os registros de CPF e CNPJ. Para que a funcionalidade seja implantada ainda é necessária a formalização de contrato com o SERPRO, o que se espera realizar no primeiro semestre de 2015.

Objetivando garantir maior agilidade no atendimento às vítimas de desastres registra-se o avanço obtido em 2014 com a publicação da Lei nº 12.983/2014, que alterou a Lei nº 12.340/10, possibilitando o repasse de recursos federais para ações de socorro e assistência às vítimas antes do reconhecimento da situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Até o final de 2014, 2.214 municípios aderiram ao CPDC, 1.080 de forma indireta, pela SEDEC, e 1.134 por iniciativa do município. Dos 821 municípios prioritários para ações de proteção e defesa civil, 358 aderiram de forma direta e 445 de forma indireta, totalizando 98% de atendimento aos municípios prioritários.

Quanto aos governos estaduais, apenas Mato Grosso, Roraima e Tocantins não aderiram à sistemática do CPDC.

Entre 2012 e 2014, o valor total de recursos repassados para execução de ações de resposta alcançou o montante de R\$ 812 milhões. O Governo Federal atendeu, diretamente, com recursos para ações de resposta 20 estados e 250 municípios.

Quantidade alcançada

2.214

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	161	município	60	31/12/2014
Região Nordeste	1.202	município	1.023	31/12/2014
Região Norte	104	município	113	31/12/2014
Região Sudeste	528	município	527	31/12/2014
Região Sul	861	município	491	31/12/2014

OBJETIVO: 0587 - Expandir o mapeamento de áreas de risco com foco em municípios recorrentemente afetados por inundações, erosões marítimas e fluviais, enxurradas e deslizamentos, para orientar as ações de defesa civil.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

O presente objetivo, incorporado ao Eixo Mapeamento do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, abrange o projeto de Mapeamento de Riscos de Inundação e Deslizamento e Plano de Intervenções, que prevê a contratação do mapeamento em 821 municípios prioritários e está dividido em 5 fases, a saber: fase 1 – 68 municípios; fase 2 – 137 municípios; fase 3 – 63 municípios; fase 4 – 212 municípios; fase 5 – 341 municípios.

Até o primeiro semestre de 2014, foram contratadas as fases de 1 a 3, totalizando um investimento aproximado de R\$ 31 milhões. Foram entregues, até o momento, os produtos contratados em 179 municípios. A contratação desses mapeamentos complementa o esforço empreendido pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) em mapear setores de alto e muito alto risco a inundações, enxurradas e movimentos de massa, o que denota o processo de integração desta política pública em diferentes órgãos federais. As setorizações de áreas de risco executadas pela CPRM são usadas como insumo neste trabalho de mapear os riscos e os planos de intervenções.

Para 2015 serão empenhados esforços objetivando uma aplicação mais efetiva dos dados coletados pela CPRM, que permitam, após complementações com dados de vulnerabilidade e capacidade de proteção e resposta, fazer uso dessas informações para elaboração de Planos de Contingência, possibilitando, assim, uma melhor interação e harmonia entre os órgãos envolvidos nesse projeto. Esse avanço foi possibilitado pelo aprendizado das três primeiras contratações.

Considerando essa nova abordagem, será reavaliada a necessidade de realizar contratação de empresas para execução do mapeamento no mesmo formato. Está em fase de validação o formato em que essa meta irá se concretizar, por meio de sistema georreferenciado que integre informações de riscos e vulnerabilidades, além da avaliação da capacidade de proteção e resposta dos municípios. Além disso, será proposta a integração desses mapeamentos e planos em um sistema informatizado, treinamento de multiplicadores e o desenvolvimento dos planos de contingência nos municípios.

Metas 2012-2015

- **Mapear áreas sujeitas a inundações, enxurradas e deslizamentos em municípios**

Análise Situacional da Meta

Para o período do PPA 2012-2015, pretende-se realizar o mapeamento de áreas de risco em 821 municípios. Em 2012, foi realizada a 1ª etapa dos processos licitatórios para contratação de empresas para mapear 68 municípios. Em 2013, ocorreu a 2ª etapa de licitações para mapear 137 municípios. Encontram-se em andamento contratos para mais 63 municípios em 2014/15. Até dezembro de 2014, foram mapeados 179 municípios em situação crítica a desastres

naturais.

Quantidade alcançada

179

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	29	município	0	19/12/2014
Região Nordeste	277	município	75	19/12/2014
Região Norte	81	município	19	19/12/2014
Região Sudeste	292	município	48	19/12/2014
Região Sul	142	município	37	31/12/2014

OBJETIVO: 0602 - Expandir e difundir o mapeamento geológico-geotécnico com foco nos municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos para orientar a ocupação do solo.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo de expandir e difundir o mapeamento geológico-geotécnico nos municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos vem sendo alcançado com sucesso por meio de duas frentes, ambas incorporadas ao Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, a saber: mapeamentos de Setorização de Riscos a Movimentos de Massa e Inundações e mapeamento de Suscetibilidade a Deslizamentos e Enchentes.

Os mapeamentos de setorização de risco já superaram em 5% a meta prevista de 821 municípios. Os mapas foram apresentados e disponibilizados a representantes das prefeituras e defesas civis locais, sendo também compartilhados com órgãos do governo federal envolvidos no monitoramento e alerta de desastres naturais.

Já os mapeamentos de suscetibilidade, destinados à orientação da ocupação do solo, alcançaram 92% da meta prevista de 286 municípios.

Metas 2012-2015

- **Executar mapeamento geológico-geotécnico em municípios sujeitos a inundações, enxurradas e deslizamentos.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram realizados mapeamentos de Setorização de Riscos a Movimentos de Massa e Inundações em 310 municípios, totalizando, no período de 2012 - 2014, atendimento a 860 municípios, superando em 5% a meta prevista para 2012-2015.

Os mapas foram apresentados e disponibilizados a representantes das prefeituras e defesa civis locais, sendo também compartilhados com órgãos do governo federal envolvidos no monitoramento e alerta de desastres naturais, como o CEMADEN e o CENAD, além do Ministério das Cidades, atuante no apoio ao planejamento urbano municipal.

Quantidade alcançada

860

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	29	município	37	31/12/2014
Região Nordeste	277	município	320	31/12/2014

Região Norte	81	município	107	31/12/2014
Região Sudeste	292	município	241	31/12/2014
Região Sul	142	município	155	31/12/2014

- **Executar mapeamentos de suscetibilidade à inundações, enxurradas e deslizamentos em municípios críticos.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram realizadas Cartas Municipais de Suscetibilidade a Deslizamentos e Enchentes em 172 municípios, totalizando no período de 2012 - 2014, atendimento a 264 municípios, equivalente a 92% da meta prevista para o período 2012- 2015.

Quantidade alcançada

264

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	7	município	1	31/12/2014
Região Nordeste	47	município	46	31/12/2014
Região Norte	29	município	17	31/12/2014
Região Sudeste	144	município	136	31/12/2014
Região Sul	59	município	64	31/12/2014

PROGRAMA: 2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Conhecimento geológico do território nacional amazônico na escala 1:250.000	km ²	31/12/2010	2.505.000	31/12/2014	2.811.673
Conhecimento geológico do território nacional não amazônico na escala 1:100.000	km ²	31/12/2010	1.422.000	31/12/2014	1.794.651
Conhecimento geológico do território nacional não amazônico na escala 1:250.000	km ²	31/12/2010	2.236.800	31/12/2014	2.297.535
Empregos diretos na Mineração	quantidade	31/12/2010	182.000	31/12/2013	227.000
Empregos diretos na Mineração e Transformação Mineral	quantidade	31/12/2010	872.000	31/12/2013	938.000
Exportações da Mineração	US\$ bilhão	31/12/2010	31,6	31/12/2014	30,2
Exportações da Mineração e Transformação Mineral	US\$ bilhão	31/12/2010	50,8	31/12/2014	51,5
Importação de Fertilizantes (variação)	%	31/12/2010	26,6	31/12/2014	-5,1
PIB da Mineração - Inclui pelotização	US\$ bilhão	31/12/2010	17,8	31/12/2013	16,3
PIB da Transformação de Metálicos (Metalurgia)	US\$ bilhão	31/12/2010	45,7	31/12/2013	50
PIB da Transformação de Não-Metálicos	US\$ bilhão	31/12/2010	16,3	31/12/2013	20,3
PIB M&TM	US\$ bilhão	31/12/2010	79,8	31/12/2013	85,6
Produção de insumos da construção civil (1992=100%)	%	31/12/2009	135,12	31/10/2014	104,3
Saldo Comercial da Mineração	US\$ bilhão	31/12/2010	23,9	31/12/2014	22,6
Saldo Comercial da Mineração e Transformação Mineral	US\$ bilhão	31/12/2010	26	31/12/2014	23,4
Valor da Produção Mineral	US\$ bilhão	31/12/2010	39	25/03/2014	39,4

Observações:

Empregos diretos na Mineração - Fonte: MME / SINOPSE 2014 (atualização em 19/08/2014). Valor referente ao ano de 2014 não disponível até 09/02/2015.

Empregos diretos na Mineração e Transformação Mineral - Fonte: MME / SINOPSE 2014 (atualização em 19/08/2014). Valor referente ao ano de 2014 não disponível até 09/02/2015.

Exportações da Mineração - Fonte: MME / Boletim Informativo do Setor Mineral (atualização em 13/02/2015).

Exportações da Mineração e Transformação Mineral - Fonte: MME / Boletim Informativo do Setor Mineral (atualização em 13/02/2015).

Importação de Fertilizantes (variação) - Atualizado em 09/02/2015. Valor arredondado para padronização das casa decimais, em 18/05/2015.

PIB da Mineração - Inclui pelotização - Valor referente ao ano de 2014 não disponível até 09/02/2015. Valor arredondado para padronização das casa decimais, em 18/05/2015.

PIB da Transformação de Metálicos (Metalurgia) - Valor referente ao ano de 2014 não disponível até 09/02/2015. Valor arredondado para padronização das casa decimais, em 18/05/2015.

PIB da Transformação de Não-Metálicos - Valor referente ao ano de 2014 não disponível até 09/02/2015.

PIB M&TM - Valor referente ao ano de 2014 não disponível até 09/02/2015.

Produção de insumos da construção civil (1992=100%) - A partir de 2014, a base do indicador é o ano de 2012

(2012=100%), em decorrência da mudança do método de cálculo pelo IBGE.

Saldo Comercial da Mineração - Fonte: MME / Boletim Informativo do Setor Mineral (atualização em 13/02/2015).

Saldo Comercial da Mineração e Transformação Mineral - Fonte: MME / Boletim Informativo do Setor Mineral (atualização em 13/02/2015).

Valor da Produção Mineral - Fonte: MME / SINOPSE 2014 (atualização em 25/03/2014). Valor relativo a 2014 não disponível.

OBJETIVO: 0032 - Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo contempla iniciativas destinadas a produzir o conhecimento do território, a subsidiar políticas de aproveitamento sustentável de médio e longo prazo, a ampliar e diversificar a produção mineral brasileira e a fornecer insumos para o ordenamento da atividade minerária no território.

No que toca aos levantamentos geológicos, no período 2012 - 2014 foram cobertos 701.520 km² do território brasileiro, sendo: 366.429 km² na escala 1:100.000; 328.251 km² na escala 1:250.000; e 6.840 km² na escala 1:50.000.

Em relação à avaliação de recursos minerais, no período 2012 - 2014 foram cobertos 350.026 km² com levantamentos de recursos minerais, envolvendo trabalhos de metalogenia das províncias minerais, definição de fontes e características tecnológicas de materiais para construção civil e definição de áreas com potencial para produção de minerais estratégicos (fosfato, terras raras e lítio), visando atrair investimentos privados para a pesquisa mineral e estimular a descoberta de novas jazidas minerais.

Na área de hidrogeologia, no período 2012 – 2014 foram cadastrados 45.310 novos poços no SIAGAS - Sistema de Informações de Águas Subterrâneas e 325 poços estão em permanente monitoramento através RIMAS - Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas. Foram também concluídos neste período vinte e dois Mapas Hidrogeológicos e encontram-se em operação quatro redes de monitoramento hidrológico em bacias experimentais e representativas.

Os levantamentos geoquímicos multiuso, que tem o propósito de ampliar e consolidar o conhecimento geoquímico do meio físico, avaliando em todo o território nacional as composições químicas do substrato rochoso, dos solos e águas de drenagem e de abastecimento público, alcançaram no período 2012 - 2014 uma cobertura de 860.293 km².

Ainda foram elaborados 17 mapas de geodiversidade, no período de 2012 - 2014, com o propósito de modelar as aptidões e fragilidades do território, tomando por base informações do meio físico para subsidiar o planejamento, o ordenamento e a gestão territorial. Destacam-se também, as implantações do Centro de Informações Geocientíficas (CIG), da Rede de Litotecas (armazenamento dos acervos de materiais geológicos coletados) e a Modernização da Rede de Laboratórios, que avançaram em direção ao cumprimento das metas estabelecidas, contribuindo para a reestruturação da informação geocientífica e da infraestrutura associada para o desenvolvimento do setor mineral.

As publicações periódicas relacionadas ao Setor Mineral e a Produção Mineral, como o Sumário Mineral e o Informe Mineral foram continuados, bem como iniciativas internas para processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento do Anuário Mineral Brasileiro.

No que diz respeito à geração e divulgação de produtos contendo dados e estatísticas do setor mineral, avalia-se que a meta vem sendo cumprida e a previsão é que a quantidade dos documentos relacionados seja gerada e publicada pelo

DNPM/MME e pela SGM/MME de acordo com a sua periodicidade.

Metas 2012-2015

• Cadastrar poços profundos no Sistema de Informações de Águas Subterrâneas - SIAGAS

Análise Situacional da Meta

Esta meta pretende coletar, analisar, armazenar e difundir dados de poços profundos, através do Sistema de Informações de Águas Subterrâneas - SIAGAS, um instrumento de apoio à decisão, dando suporte aos pesquisadores, planejadores e gestores no desenvolvimento da pesquisa geocientífica e na aplicação das políticas públicas relacionadas com a gestão e o aproveitamento racional dos recursos hídricos subterrâneos.

Em 2014 foram cadastrados 19.479 novos poços no SIAGAS - Sistema de Informações de Águas Subterrâneas, totalizando 45.310 novos poços no período 2012 – 2014, atingindo-se desta forma 40% da meta prevista para o período 2012-2015.

Para agilizar o processo de cadastramento de novos poços no SIAGAS foi intensificada a formalização de Acordos de Cooperação Técnica com os órgãos gestores de recursos hídricos e implantado programa de transferência automática de dados destes órgãos para a CPRM, sendo concluída em 2014 a migração de dados do Estado do Paraná. Entretanto, mesmo com a adoção destas medidas a previsão é atingir 69 mil poços cadastrados ao final de 2015, e não 112 mil conforme estabelecido na concepção do PPA 2012-2015.

Quantidade alcançada

45.310

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	12.000	unidade	1.623	31/12/2014
Região Nordeste	40.000	unidade	17.341	31/12/2014
Região Norte	15.000	unidade	5.609	31/12/2014
Região Sudeste	25.000	unidade	17.745	31/12/2014
Região Sul	20.000	unidade	2.992	31/12/2014

• Concluir a implantação da Rede de Laboratórios de Análises Mineraiis - LAMIN

Análise Situacional da Meta

Dos sete laboratórios analíticos previstos para serem implantados no PPA 2012-2015 – três unidades na região Sudeste e uma unidade em cada uma das demais regiões (Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sul) – quatro já foram implantados e equipados até 31/12/2014, sendo três na região Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte/Caeté) e um na região Norte (Manaus).

As obras civis do Laboratório de Caeté (CPRM/SUREG-BH, MG) estão com percentual de execução de 63% e tem recursos orçamentários assegurados para sua conclusão.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	0	31/12/2014
Região Nordeste	1	unidade	0	31/12/2014
Região Norte	1	unidade	1	31/12/2014
Região Sudeste	3	unidade	3	31/12/2014
Região Sul	1	unidade	0	31/12/2014

• **Concluir a implantação da Rede de Litotecas**

Análise Situacional da Meta

A implantação da Rede de Litotecas consiste na implementação de estruturas físicas para a preservação de todo o acervo litológico coletado pelo Serviço Geológico do Brasil em várias atividades, ao longo de 45 anos e o que virá a ser coletado no futuro, acondicionado em caixas, frascos e prateleiras padronizadas, catalogado e armazenado em um banco de dados, de fácil acesso a usuários internos e externos, ou seja, a toda a comunidade geocientífica do País, subsidiando o planejamento de novos projetos de mapeamento geológico, o fomento à pesquisa mineral e o desenvolvimento de pesquisas científicas.

Litotecas são verdadeiros Centros de Pesquisa: correspondem a uma Biblioteca de rochas e outros materiais geológicos. Após a catalogação e organização, estes dados serão incluídos no Banco de Dados Geobank e poderão ser acessados por empresas, pesquisadores, órgãos públicos, de qualquer parte do mundo, via Web.

As Litotecas também dispõem de sala de estudo e pesquisa para os usuários, da mesma forma que uma biblioteca. Com estas Litotecas em operação, a economia advinda de se evitar o retrabalho (nos locais onde estes materiais foram amostrados, não haverá necessidade de retorno ao campo para nova coleta), será significativa, além da preservação do acervo.

Foram concluídas as obras da primeira fase das Litotecas Regionais de Porto Velho (RO), Manaus (AM), Belém (PA), Goiânia (GO), Araraquara (SP) e Caeté (MG). Estão ainda em fase final as obras em Mossoró (RN) e Teresina (PI), que sofreram com problemas em projetos técnicos executivos e com a tramitação de documentos contratuais, que têm atrasado significativamente a conclusão das obras. As obras das Litotecas de Feira de Santana (BA) e Caçapava do Sul (RS) não foram iniciadas.

Paralelamente às obras de engenharia é realizada a catalogação de amostras de material geológico (testemunhos de sondagens, amostras de rochas e alíquotas geoquímicas) para alimentação do banco de dados. Ressalta-se ainda que as litotecas concluídas já estão atendendo com satisfação aos pesquisadores da CPRM e ao público externo, especialmente professores e alunos de universidades públicas e privadas.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/0214

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	1	31/12/2014
Região Nordeste	3	unidade	0	31/12/2014
Região Norte	3	unidade	3	31/12/2014
Região Sudeste	2	unidade	2	31/12/2014
Região Sul	1	unidade	0	31/12/2014

• **Concluir a implantação da Rede do Centro de Informações Geocientíficas - CIG**

Análise Situacional da Meta

A implantação da rede do Centro de Informações Geocientíficas - CIG envolve atividades físicas de instalações de links, equipamentos, configurações de acesso e definição de políticas de utilização. Além destas atividades, para que ocorra a alimentação dos dados dos levantamentos realizados em todo o País, estão sendo disponibilizados softwares e soluções tecnológicas que permitem o armazenamento de todos os dados em forma digital e segura, para ser disponibilizado ao público em geral. Assim, as etapas físicas estão sendo seguidas de configurações e disponibilização

de soluções de registro e integração de dados.

Em 2013 foi assinado contrato com a Embratel aumentando a velocidades dos links existentes nas Superintendências Regionais, ampliando-se esta rede de conectividade para os Núcleos Institucionais de Natal, Curitiba, Criciúma e Roraima, para o Centro Integrado de Estudos Multidisciplinares de Apiaí (CIEM Apiaí) e para o Escritório de Aracajú.

Para atender a esta implantação foram efetuados novos investimentos em equipamentos e softwares de infraestrutura como ativos de rede, servidores, bem como ampliado a quantidade e a qualidade os serviços disponibilizados, como autenticação segura para utilização de aplicativos e banco de dados pelo corpo técnico da CPRM.

Essa nova infraestrutura mais robusta irá possibilitar interconectividade em ambiente seguro, melhorias na comunicação entre os técnicos, maior rapidez na execução dos trabalhos institucionais, além de proporcionar um avanço na integração dos locais onde a CPRM está presente.

Após o aumento das velocidades dos links existentes nas Unidades Regionais em 2013, as seguintes atividades foram realizadas em 2014:

- Fornecimento de 52 terabytes de informações através da rede CPRM;
- Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- Migração do Geobank de Salvador para o CPD da CPRM, iniciando a etapa de integração com demais bancos de dados técnicos da CPRM;
- Continuação da consistência de bases de dados;
- Prosseguimento da interação dos ambientes PHL/ISIS e DOCPRO/CITRIX, visando acesso imediato às coleções;
- Efetuados 12.900 atendimentos ao público através do Serviço de Atendimento aos Usuários (SEUS);
- Implantação de nova rede corporativa de comunicação de dados;
- Reestruturação do portal corporativo, com a elaboração de novo layout e início da programação do novo site;
- Continuação do desenvolvimento da fase IV do Geobank, permitindo acesso totalmente gráfico às consultas das bases de dados de geologia;
- Organização do acervo da Biblioteca do Museu de Ciências da Terra.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	2	31/12/2014
Região Nordeste	4	unidade	4	31/12/2014
Região Norte	3	unidade	3	31/12/2014
Região Sudeste	3	unidade	3	31/12/2014
Região Sul	1	unidade	1	31/12/2014

- **Elaborar mapas da geodiversidade, no entorno de grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e de aquíferos**

Análise Situacional da Meta

Esta meta refere-se à elaboração de mapas da geodiversidade nos Estados, nos distritos mineiros, no entorno de grandes obras do PAC, nas áreas de recarga dos principais aquíferos, em áreas de fronteira e em áreas da plataforma continental brasileira.

Em relação à Meta PPA 2012-2015, de elaborar 21 mapas de geodiversidade, foram concluídos 4 mapas em 2012

(Estados de Alagoas, Acre, Maranhão e Goiás) e 6 mapas em 2013 (Estado do Amapá, Estado da Paraíba, Área de Afloramento do Aquífero Guarani, Alto Vale do Ribeira, Área de Fronteira Brasil-Suriname, Cadeia Submarina Vitória-Trindade).

Em 2014 foram concluídos sete mapas de geodiversidade, a saber:

- Geodiversidade da Rodovia BR-163
- Geodiversidade da Rodovia BR-319
- Geodiversidade da Ferrovia Transnordestina
- Geodiversidade da Ferrovia Oeste-Leste
- Geodiversidade da Ferrovia Norte-Sul
- Geodiversidade do Porto Sul (Ilhéus-BA)
- Geodiversidade da Área de Fronteira Brasil-Guiana

Com esta produção de 2014, o total de mapas produzidos no período 2012 - 2014 chegou a 17, representando um cumprimento de 81% da meta 2012-2015.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	3	31/12/2014
Região Nordeste	5	unidade	4	31/12/2014
Região Norte	5	unidade	5	31/12/2014
Região Sudeste	5	unidade	4	31/12/2014
Região Sul	2	unidade	1	31/12/2014

- **Gerar e divulgar periodicamente produtos contendo dados e estatísticas do setor mineral, especialmente, o Sumário Mineral Brasileiro, o Balanço Mineral Brasileiro, o Informe Mineral Brasileiro, o Anuário Mineral Brasileiro e o Anuário Metalúrgico Brasileiro**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, as seguintes publicações foram geradas e divulgadas pelo DNPM e pela SGM/MME:

- 2 (dois) Informes Minerais (2º semestre de 2011 e 1º semestre de 2012) - DNPM;
- 2 (dois) Sumários Minerais (2011, Vol. 31 e 2012, Vol. 32) - DNPM;
- Anuário Estatístico do Setor Metalúrgico 2012 - SGM/MME;
- Anuário Estatístico do Setor de Transformação de Não Metálicos 2012 – SGM/MME;
- Sinopse Mineração e Transformação Mineral 2012 – SGM/MME e DNPM;
- Manual de Agregados para Construção Civil – SGM/MME e CETEM/MCTI.

Em 2013, as seguintes publicações foram geradas e divulgadas pelo DNPM e pela SGM/MME:

- 2 (dois) Informes Minerais (2º semestre de 2012 e 1º semestre de 2013) - DNPM;
- 1 (um) Sumário Mineral (2013, Vol. 33) - DNPM;
- Estudo da Economia Mineral do Estado do Pará - DNPM;
- Estudo da Economia do Estado do Goiás e do Distrito Federal - DNPM;
- Anuário Estatístico do Setor Metalúrgico 2013 - SGM/MME;
- Anuário Estatístico do Setor de Transformação de Não Metálicos 2013 – SGM/MME;
- Sinopse Mineração e Transformação Mineral 2013 – SGM/MME

Em 2014, as seguintes publicações foram geradas e divulgadas pelo DNPM e pela SGM/MME:

- 2 Informes Minerais) - DNPM;
- 1 Sumário Mineral Brasileiro 2014- DNPM;
- Informe Estadual do Pará;
- Informe Estadual do Goiás e Distrito Federal;
- Anuário Estatístico do Setor Metalúrgico 2014 - SGM/MME;
- Anuário Estatístico do Setor de Transformação de Não Metálicos 2014 - SGM/MME;
- Sinopse Mineração e Transformação Mineral 2014 – SGM/MME;
- Boletim Informativo do Setor Mineral 2014– SGM/MME;
- Tecnologia de Rochas Ornamentais: Pesquisa, Lavra e Beneficiamento, Agosto/2014 -SGM/MME e CETEM/MCTI;
- Metodologia de Processos Prospectivos Aplicada ao Planejamento Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável de APLs de Base Mineral: Experiência do Arranjo Produtivo Local de Cerâmica Vermelha do Norte Goiano, Boletim Regional, Urbano e Ambiental, Ipea Jul - Dez 2014 - DTTM/SGM/MME e IDS.

Quanto à publicação do Anuário Mineral Brasileiro, que sintetiza as informações econômicas e sociais do setor mineral, deu-se a continuidade ao processo de modernização do sistema AMB-WEB, que foi finalizado e possibilita normalizar a divulgação dos Anuários que estão atrasados.

Todas estas publicações, contendo dados e estatísticas do setor mineral, encontram-se disponibilizados para a sociedade por meio da internet para consulta no portal do DNPM e MME.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	21	unidade	27	31/12/2014

• Implantar a Rede de Monitoramento de Poços contemplando 1.000 poços monitorados nos principais aquíferos brasileiros

Análise Situacional da Meta

A rede de monitoramento deverá ampliar o conhecimento hidrogeológico dos principais aquíferos do País e fornecer subsídios para a gestão integrada das águas. O monitoramento tem papel fundamental para o conhecimento amplo a respeito dos aquíferos e seu comportamento e capacidade de sustentação frente aos múltiplos usos, constituindo-se em uma demanda de caráter nacional e regional previsto em vários instrumentos legais.

De forma mais específica, os principais benefícios decorrentes da implantação de uma rede de monitoramento de água subterrânea em âmbito nacional são: a avaliação confiável da condição quantitativa dos corpos de água subterrânea; a estimativa das direções e taxas de fluxo da água subterrânea; e a identificação de tendências de longo termo, nos aspectos quali-quantitativos, como resultado de mudanças nas condições naturais ou derivadas de atividades antropogênicas.

Em 2013 foram incluídos 57 poços na Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas - RIMAS, totalizando-se 308 no período 2012-2013.

Em 2014 foram incluídos 17 novos poços na RIMAS - Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas, totalizando 325 poços monitorados no período 2012-2014, equivalente a 33% da meta prevista para o período 2012-2015.

Estão sendo perfurados 39 novos poços, sendo 8 poços em Rondônia, 9 em São Paulo, 10 no Rio Grande do Sul, 10 em Minas Gerais e 2 poços estratigráficos para estudos na bacia do Urucuia.

Em 2014 houve a exclusão de um poço da rede RIMAS, por perda de condições operacionais. Este poço foi na região Centro-Oeste, que não teve em 2014 nenhum novo poço inserido na rede de monitoramento para compensar esta perda.

As principais restrições para alcançar as metas pactuadas estão relacionadas aos seguintes fatores:

- Dificuldades operacionais para formalização de contratos de perfuração de poços e de acordos para cessão de poços, bem como dos processos de aquisição e implantação de equipamentos automáticos;
- Licitações “sem sucesso” devido ao mercado aquecido e/ou à inadimplência contratual;
- Não preenchimento, no concurso público realizado recentemente, de 74% das vagas de técnico e 37% das vagas de pesquisadores em geociências.

Para agilizar o processo de inclusão de novos poços na Rede de Monitoramento as providências tomadas foram a formalização de Acordos de Cooperação Técnica com os órgãos gestores de recursos hídricos e o estabelecimento de programa de transferência automática de dados destes órgãos para a CPRM.

Entretanto, mesmo com a adoção destas medidas, considerando a dificuldade de estruturar adequadamente a equipe de monitoramento de poços, a previsão é de se atingir 600 poços monitorados ao final de 2015, e não 1.000 conforme definido na concepção do PPA 2012-2015.

Quantidade alcançada

325

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	150	unidade	16	31/12/2014
Região Nordeste	390	unidade	107	31/12/2014
Região Norte	200	unidade	67	31/12/2014
Região Sudeste	160	unidade	90	31/12/2014
Região Sul	100	unidade	45	31/12/2014

• **Implantar a Rede de Sismologia**

Análise Situacional da Meta

O escopo da Rede de Sismologia está em reavaliação na CPRM, em virtude da existência de um projeto de observação sísmológica semelhante, desenvolvido pela Petrobras, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com o Observatório Nacional (ON), com o Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) e com a Universidade de Brasília (UnB).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar e operar redes de monitoramento hidrológico em bacias experimentais e representativas**

Análise Situacional da Meta

A implantação e operação de redes de monitoramento em bacias experimentais e representativas e escolas contribui para o desenvolvimento de pesquisas sobre o comportamento dos processos geocientíficos, para o aprimoramento de instrumentos tecnológicos de coleta, análise e interpretação de dados e para o fomento da qualificação de técnicos e

pesquisadores.

No período 2012-2013 foram operadas quatro bacias com atividades voltadas para o monitoramento hidrológico, formação de base de dados hidrológicos, produção científica e capacitação de pessoal técnico, sendo uma experimental e representativa na região serrana do Rio de Janeiro, duas bacias representativas no cerrado mineiro (Ribeirão Teixeira e Juatuba) e uma bacia escola na Bahia (Bacia do Catu).

Em 2014 não foi implantado monitoramento hidrológico em nenhuma nova bacia. Continuam sendo operadas quatro bacias, sendo uma experimental e representativa na região serrana do Rio de Janeiro, duas bacias representativas no cerrado mineiro (Ribeirão Teixeira e Juatuba) e uma bacia escola na Bahia (Bacia do Catu). A implantação e operação destas quatro bacias já garantiu o cumprimento de 44% da meta 2012-2015. Na operação são realizadas atividades de monitoramento hidrológico, formação de base de dados hidrológicos, produção científica e capacitação de pessoal técnico.

A principal restrição para alcançar as metas pactuadas foi o subdimensionamento da equipe de hidrogeologia, devido ao não preenchimento, no concurso público realizado recentemente, de 74% das vagas de técnico e 37% das vagas de pesquisadores em geociências.

Assim, a previsão até 2015 é implantar e operar rede de monitoramento hidrológico em somente mais uma bacia, no semiárido nordestino, totalizando cinco bacias monitoradas ao final de 2015, e não nove conforme definido na concepção do PPA 2012-2015.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	0	31/12/2014
Região Nordeste	2	unidade	1	31/12/2014
Região Norte	1	unidade	0	31/12/2014
Região Sudeste	4	unidade	3	31/12/2014
Região Sul	1	unidade	0	31/12/2014

• **Produzir estudos e mapeamento hidrogeológicos**

Análise Situacional da Meta

Os estudos e mapeamentos hidrogeológicos ampliam o conhecimento dos principais aquíferos brasileiros e identificam as potencialidades e vulnerabilidades dos mananciais subterrâneos, orientando ações estratégicas no campo da geociência para o adequado aproveitamento deste recurso.

No período 2012-2013 foram concluídos 20 estudos/mapas hidrogeológicos, correspondendo a 74% da meta definida para todo o período 2012-2015, dos quais os mapas hidrogeológicos de Manaus e da Bacia do Rio Prata, em 2013.

Em 2014 foram concluídos dois novos mapas Hidrogeológicos: o Mapa da Amazônia Legal e o Mapa Hidrogeológico do Brasil. Assim, no período 2012 – 2014 foram concluídos 22 mapas, correspondendo a 81% da meta definida para todo o período 2012 – 2015. Os Mapas Hidrogeológicos do Paraná e da Bacia do Rio da Prata serão concluídos no primeiro semestre de 2015.

A principal restrição em 2014 para execução dos estudos e mapas hidrogeológicos foi a dificuldade de obtenção de

dados dos países que compõem a bacia do Rio da Prata atrasando a finalização do respectivo mapa. Estes países se comprometeram a fornecer os dados de modo a concluir o mapa no primeiro semestre de 2015.

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	6	unidade	1	31/12/2014
Região Nordeste	10	unidade	7	31/12/2014
Região Norte	5	unidade	6	31/12/2014
Região Sudeste	5	unidade	5	31/12/2014
Região Sul	1	unidade	3	31/12/2014

• **Realizar levantamentos aerogeofísicos nas áreas territoriais brasileiras emersas**

Análise Situacional da Meta

Os levantamentos aerogeofísicos de alta resolução (magnetometria e gamaespectrometria) são uma poderosa ferramenta para o conhecimento geológico regional e sistemático de grandes áreas situadas em terrenos do embasamento cristalino e em bacias sedimentares, constituindo-se na opção mais econômica para avaliar a potencialidade mineral de uma região.

No período 2012 - 2014 foram cobertos 756.252 km² com levantamentos aerogeofísicos de magnetometria, gamaespectrometria e gravimetria, representando 71% da meta para o período 2012-2015.

A produção em 2014 foi de 374.453 km², referente aos seguintes projetos:

- Centro-Oeste: Rio Formoso e Cuiabá;
- Norte: Oeste do Carajás, Rio Maria, Branco-Machadinho, Complemento do Sucunduri, Rio Curuá e Rio Iriri;
- Nordeste: Extremo Oeste da Bahia.

A análise regional mostra que no Centro-Oeste a meta para todo o período 2012-2015 já foi ultrapassada em 33% e no Norte já atingiu-se 74% da meta, enquanto no Sul nada foi ainda realizado e no Sudeste e Nordeste atingiu-se, respectivamente, 23% e 35% da meta.

Estes resultados decorrem de um realinhamento das metas regionais, com migração de projetos anteriormente previstos para as regiões Sul e Sudeste para as regiões Norte e Centro-Oeste, em áreas de maior potencial mineral.

Quantidade alcançada

756.252

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	233.000	km ²	309.615	31/12/2014
Região Nordeste	147.000	km ²	51.815	31/12/2014
Região Norte	506.000	km ²	372.746	31/12/2014
Região Sudeste	98.000	km ²	22.076	31/12/2014
Região Sul	78.000	km ²	0	31/12/2014

• **Realizar levantamentos geoquímicos com amostragem de baixa densidade**

Análise Situacional da Meta

Os resultados alcançados de mapear o conteúdo químico do substrato rochoso em mais de 30% do território nacional

promovem a gestão e a difusão do conhecimento geológico através das informações geoquímicas, com a detecção de alvos para a descoberta de novos depósitos minerais, delimitando regiões com conteúdo nos solos de macro (Ca, Cl, P, K, Na, S) e micronutrientes (Mg, Si, Fe, F, Zn, Cu, Mn, I, Se, Ni, Mo, V, Cr, Co) necessários ao desenvolvimento da agricultura e a saúde humana, animal e ambiental. Também detectam elementos nocivos à saúde como o Pb, As, Hg, Cd, Ba, Al, Sr e U.

Em 2014 foram coletadas amostras e executadas análises de águas de abastecimento e de drenagem, solos e sedimentos de corrente numa área equivalente a 189.947 km², totalizando, no período 2012 a 2014, uma área de 760.579 km², representando um cumprimento de 20% da meta 2012-2015.

Este desempenho abaixo da média deve-se à relocação de pesquisadores para outros empreendimentos atribuídos ao Serviço Geológico do Brasil – CPRM, para serem realizados em regime de urgência, particularmente o “Mapeamento geológico-geotécnico em municípios sujeitos a inundações, enxurradas e deslizamentos”.

Para minimizar a carência de pesquisadores, em 2014 efetuou-se a contratação dos serviços de coleta de amostras.

Quantidade alcançada

760.579

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	680.000	km ²	73.000	31/12/2014
Região Nordeste	630.000	km ²	288.428	31/12/2014
Região Norte	1.430.000	km ²	180.600	31/12/2014
Região Sudeste	690.000	km ²	218.551	31/12/2014
Região Sul	379.000	km ²	0	31/12/2014

• **Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:100.000**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram cobertos 183.745 km² com levantamentos geológicos na escala 1:100.000, totalizando, no período 2012 – 2014 uma cobertura equivalente a 366.429 km², correspondente a 62% da meta definida para o período 2012-2015.

Quantidade alcançada

366.429

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	120.000	km ²	66.280	31/12/2014
Região Nordeste	180.000	km ²	165.917	31/12/2014
Região Norte	90.000	km ²	18.990	31/12/2014
Região Sudeste	114.000	km ²	89.599	31/12/2014
Região Sul	90.000	km ²	25.643	31/12/2014

• **Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:250.000**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram cobertos 88.660 km² com levantamentos geológicos na escala 1:250.000, totalizando, no período 2012 – 2014 uma cobertura equivalente a 328.251 km², correspondente a 87% da meta definida para o período 2012-2015.

Quantidade alcançada

328.251

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	108.000	km ²	37.771	31/12/2014
Região Norte	270.000	km ²	290.480	31/12/2014

• **Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:50.000**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram cobertos 2.250 km² com levantamentos geológicos na escala 1:50.000, totalizando, no período 2012 – 2014 uma cobertura equivalente a 6.840 km², correspondente a somente 12% da meta definida para o período 2012 - 2015.

Os mapeamentos geológicos na escala 1:50.000 estão sendo despriorizados como forma de mapeamento sistemático, por tratar-se de uma escala de detalhe, mais apropriada para estudos específicos de Avaliação de Recursos Minerais.

Quantidade alcançada

6.840

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15.000	km ²	0	31/12/2014
Região Nordeste	15.000	km ²	0	31/12/2014
Região Sudeste	12.750	km ²	4.590	31/12/2014
Região Sul	12.750	km ²	2.250	31/12/2014

OBJETIVO: 0035 - Implementar o Zoneamento Mineral do Brasil e mecanismos de gestão associados, com vistas à identificação e à dinamização das áreas de interesse mineral e à consolidação das políticas de aproveitamento de médio e longo prazos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Após a construção do aplicativo Ordenamento Territorial Geomineiro (OTGM) pelo Ministério de Minas e Energia (MME), constituiu-se um banco de dados que tem sido alimentado com importantes informações de natureza geológica, mineral, geofísica, socioeconômica, ambiental, tecnológica, institucional, de infraestrutura, de restrição à mineração, dentre outras, imprescindíveis à concepção do Zoneamento Mineral Brasileiro, e que possibilitam o planejamento do território de uma forma integrada.

O OTGM, assim como o trabalho de Áreas de Relevante Interesse Mineral, é mais amplo que o zoneamento mineral, já que abrange a questão da mineração no contexto da gestão territorial. Os principais módulos contidos no OTGM são:

- Áreas Prioritárias para Levantamento Geológico;
- Disponibilidade Mineral para Ordenamento Territorial;
- Diagnóstico dos Distritos Mineiros frente às Intervenções no Meio Ambiente;
- Ameaças e Oportunidades aos Empreendimentos Mineiros de Médio e Grande Porte; e
- Avaliação de Áreas com Conflitos Associados à Mineração de Pequeno Porte.

Constantemente atualizada (novas Unidades de Conservação – UCs e áreas indígenas têm sido criadas, minas e potenciais minerais descobertos), esta ferramenta está sendo utilizada nas discussões e diretrizes visando o ordenamento territorial, facilitando a integração da atividade minerária com outras atividades importantes como preservação e conservação

ambiental (criação de UCs), instalação de grandes empreendimentos de infraestrutura (usinas hidroelétricas, linhas de transmissão, gasodutos, rodovias e ferrovias), definição de regiões alvo de reformas agrárias, obras civis e política habitacional (Ex.: Minha Casa Minha Vida).

Em 2014, a SGM deu continuidade a inserção e a validação de informações do banco de dados Ordenamento Territorial Geomineiro (OTGM). A ferramenta tem sido útil em situações como a criação de UCs, instalação de usinas hidroelétricas, linhas de transmissão, gasodutos, rodovias e ferrovias associadas ao PAC, que afetam, interferem ou cruzam regiões com atividades minerárias. Com a concretização das etapas e estudos necessários, será possível obter um panorama para finalizar uma proposta para o Zoneamento Mineral do Brasil.

Além disso, está em andamento a contratação de consultoria técnica para realização de – “Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil” (Projeto META TR-30) que se coaduna com as políticas do setor mineral e contribuirá com dados e informações necessárias para o direcionamento de políticas públicas em áreas ou zonas com vocação para o desenvolvimento da atividade minerária.

Metas 2012-2015

• Realizar estudos e projetos para definição de Áreas de Relevante Interesse Mineral - ARIMs

Análise Situacional da Meta

No período 2012 - 2014 vários projetos estão sendo executados visando a definição de Áreas de Relevante Interesse Mineral – ARIM's, a saber:

- (a) área em RR (Repartimento) e adjacência – projetos Diamante Brasil, Terras Raras e Fosfato Metalogenia das Províncias;
- (b) áreas no AM (Juma) e adjacência - projetos Fosfato Brasil, Diamante Brasil e Terras raras, além de Metalogenia do Ouro;
- (c) áreas no PA (Carajás, Gurupi e Serra do Inajá, tapajós, Rio Maria) – projetos Metalogenia das Províncias, Diamante Brasil e Fosfato Brasil.
- (d) áreas de GO/MT/TO – projetos Diamante Brasil, Terras Raras e Metalogenia das Províncias;
- (e) áreas de RO – projetos Diamante Brasil, Terras Raras e Metalogenia das Províncias;
- (f) áreas da região Nordeste - Metalogenia das Províncias (áreas Seridó Leste, Seridó Oeste, Salgueiro Cachoeirinha, Granjeiro, Maciço Troia no Ceará Central, médio São Francisco) - projeto Fosfato (bacia Potiguar, bacia PE/PB);
- (g) áreas de MG/SP/MS/PR e RS – projetos Diamante Brasil, Terras Raras, Lítio e Metalogenia das Províncias, Fosfato Brasil;

Os estudos também se estendem aos estados de AC, SC, BA, ES e RJ.

• Realizar o Zoneamento Mineral do Brasil

Análise Situacional da Meta

As etapas para consolidar o Zoneamento Mineral do Brasil e mecanismos de gestão associados, dentro da programação realizada anteriormente induzem a uma série de trabalhos vislumbrando (1) a consolidação, a aplicação da metodologia e dos zoneamentos minerários já realizados por outras instituições (Ex.: Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, em São Paulo e aquele da Região de Planejamento - RP VI – Mato Grosso); (2) a identificação das regiões de interesse para o zoneamento piloto; e (3) a identificação de substâncias de interesse para o trabalho inicial, que terá como suporte os dados do trabalho Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil, uma cooperação entre o Ministério de Minas e Energia e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Estes trabalhos referentes ao Termo de Referência nº 30 - Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil, sofreram um atraso em virtude de problemas burocráticos, mas que deverão ser solucionados até o final de ano. Somente após a consolidação destas etapas, será possível obter um panorama para finalizar uma proposta para o Zoneamento Mineral do Brasil.

OBJETIVO: 0038 - Promover a ampliação das reservas e da produção de minerais estratégicos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013, houve avanço nas interlocuções, boa parte delas a partir do Plano Brasil Maior, cujo amadurecimento do plano de trabalho permitiu que a iniciativa, já direcionada para viabilizar a implantação de cadeia produtiva integrada de elementos terras raras (ETRs), fosse elevada à categoria de agenda estratégica. Dessa forma, a referida instância de governança foi instituída com o objetivo de discutir e estabelecer as diretrizes para a elaboração de programas de médio e longo prazo para aproveitamento econômico de minerais estratégicos (terras-raras). Nesse sentido, destacam-se: i) o Grupo de Acompanhamento de Minerais Estratégicos (minerais de fosfatos, potássio, terras-raras e lítio), instituído desde março de 2012, constituído por DNPM e SGM (que objetiva analisar o suprimento de insumos minerais para fertilizantes, elementos terras raras e lítio, visando a sua ampliação, por meio da fiscalização de concessões de lavra para fosfato, potássio, elementos terras-raras e lítio; ii) o Grupo de Trabalho de Normatização do Uso de Pós de Rocha na Agricultura (Rochagem - Remineralizadores), instituído a partir de agosto de 2012, constituído pela Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, do Ministério de Minas e Energia; pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; pela Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais; pelo Departamento Nacional de Produção Mineral e pela Universidade de Brasília, o qual objetiva definir critérios físicos, químicos e granulométricos para caracterização dos remineralizadores para seu registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como ensaios e análise padrão para remineralizadores, por meio de alteração do decreto que disciplina insumos para agricultura e as instruções normativas que regulamentam sua caracterização e uso; e iii) no primeiro semestre 2014, foi iniciado novo trabalho com recursos do MCTI para subsidiar a implantação de uma cadeia de produção de ímãs de terras raras. A Comissão de Acompanhamento do Programa de Elementos Terras-raras realizou reuniões para acompanhar a execução desse projeto e para articular a possibilidade do estabelecimento de parcerias com o setor empresarial para participarem no apoio e financiamento do referido projeto.

Como resultados alcançados pelo GT de Normatização, no período de 2012 a 2014, relatam-se:

- A Lei nº 12.890, de 10.12.2013, que altera a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980 pela inserção dos remineralizadores como insumo para agricultura;
 - Elaboração de minuta e exposição de motivo do Decreto nº 8.384, de 29.12.2014, que altera o Decreto nº 4.954, de 14.01.2004, no que se refere à regulamentação da produção e uso de remineralizadores na agricultura;
 - Realização do II Congresso Brasileiro de Rochagem, realizado em Poço de Caldas, MG, de 13 a 15 de maio de 2013;
 - Realização de Oficina sobre identificação e limite de Elementos Potencialmente Tóxicos para remineralizadores (2014).
- Como resultados alcançados, no período de 2013 a 2014, pela Comissão de Acompanhamento do Programa de Elementos Terras-raras (ETR), instituída em 10 de dezembro de 2014, relatam-se as seguintes atividades:
- Em execução 13 Projetos de apoio à PD&I em ETR, no valor de R\$ 9,0 milhões financiados pelo Edital CT-Mineral/MCTI/CNPq nº 76/2013
 - Realização pelo CETEM, a partir do segundo semestre de 2013, do Projeto de PD&I PROTERRARAS, no valor de R\$ 2,0 milhões, financiado pela Encomenda CT Mineral;
 - Realização de reunião de apresentação de planos e projetos da CBMM em terras-raras, na SGM/MME, em 1º de agosto de 2014;
 - Realização de Reunião de articulação visando à integração da cadeia industrial de Terras-Raras no país - ímãs e catalisadores, ABDI, CETEM, Fundação CERTI, UFSC, BNDES, MME/SGM, MCTI/SETEC, CBMM e FCC, no BNDES, Rio de Janeiro, em agosto de 2014;

- Realização de reunião com a Mineração Taboca para relatar os planos e projetos em ETR, novembro de 2014;
- Início em novembro de 2014 da realização do Convênio EMBRAPPII – IPT-SP e CBMM – 2014 – 2016;
- Produzir Nd metálico – R\$ 9,5 milhões;
- Realização de Workshop de Integração da Cadeia Produtiva de ETR, em Araxá/MG, de 20 e 21 de novembro de 2014.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o conhecimento geológico do território emerso através do levantamento geológico temático de minerais estratégicos com enfoque em potássio, fosfato, minerais para rochagem, terras-raras e lítio**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram cobertos 117.654 km² com levantamentos de recursos minerais, totalizando 350.026 km² no período 2012 - 2014, superando em 40% a meta definida para o período 2012-2015. Esta Ação abrange trabalhos de Metalogenia das Províncias Mineraias, definição de fontes e características tecnológicas de materiais para construção civil, e definição de áreas com potencial para produção de minerais estratégicos (Fosfato, Terras Raras, Lítio, ARIMs, Diamante Brasil).

O foco do trabalho se deu em áreas que apresentam melhores condições de acessibilidade, com as áreas “amazônicas”, de difícil acesso, sendo postergadas para outro momento. O contrato de coleta de amostras de sedimento de corrente, solo e concentrado de bateia também possibilitou um grande aumento na produtividade.

Quantidade alcançada

350.026

Data de Referência

31/12/0214

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	50.000	km ²	21.852	31/12/2014
Região Nordeste	50.000	km ²	184.576	31/12/2014
Região Norte	50.000	km ²	97.338	31/12/2014
Região Sudeste	50.000	km ²	22.494	31/12/2014
Região Sul	50.000	km ²	23.766	31/12/2014

- **Elaborar programas de aproveitamento econômico de minerais estratégicos de médio e longo prazo**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, os Minerais de Elementos Terras Raras tiveram uma atenção maior por parte do Governo Federal que procurou promover e participar de debates sobre o tema.

Também segundo o Plano Brasil Maior, avança-se nos esforços para o “Mapeamento de Fornecedores da Cadeia de Mineração”, com especial atenção às cadeias dos minerais estratégicos, estando em trâmite um convênio entre a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Instituto Pró- Inovação e Competitividade da Metalurgia, Materiais e Mineração (IABM) para esse fim.

Foi instituída em dezembro de 2013 instância de governança denominada de Comissão do Programa de Elementos Terras Raras do Brasil, constituída pelo MME, MCTI, MDIC, ABDI, CGEE, CETEM, CPRM, DNPM e BNDES, no âmbito do Comitê Executivo da Indústria da Mineração, pertencente a estrutura organizacional e executiva do Plano Brasil Maior, com o objetivo de discutir e estabelecer as diretrizes para a elaboração de programas de aproveitamento econômico de minerais estratégicos de médio e longo prazo.

Deve-se também ressaltar que, no âmbito do Plano Brasil Maior, existe uma iniciativa de ampliação da produção mineral brasileira para atender a demanda por matérias-primas, com ênfase nos minerais em que o País é dependente, principalmente nas áreas de fertilizantes.

Para sua execução, foram propostas medidas de normatização do uso de rochas e minerais para fornecimento de macro e micro nutrientes para o solo (rochagem, rotas alternativas para adubação de solo) e a intensificação dos levantamentos temáticos de agrominerais (levantamentos geológicos, geoquímicos e aerogeofísicos) dentro da carteira de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da CPRM.

Nesse sentido, o Ministério de Minas e Energia e suas vinculadas (DNPM, CPRM e Petrobras) instituíram um Grupo de Trabalho (GT) para a Normatização da Rochagem no Brasil, constituído em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Embrapa, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Esse GT tem atuado com o objetivo de discutir as questões do licenciamento e da comercialização dos produtos da rochagem, bem como de formular proposição que regulamente o seu uso no Brasil. O GT de Normatização está trabalhando na elaboração de proposta de regulamentação do uso e registro de remineralizadores em instrução normativa do Ministério da Agricultura e no desenvolvimento de metodologia de ensaios e análise.

Ressalta-se também em 2013 a edição da Lei nº 12.890, de 10 dezembro de 2013, que altera a Lei nº 6.894/1980 por meio da inclusão dos remineralizadores como uma categoria de insumo destinada à agricultura. Em 2014, o GT de Normatização tem trabalhado na elaboração da regulamentação desta Lei, por meio da alteração do Decreto Nº 8.059/2013 e Instruções Normativas do MAPA. Para tanto, este GT tem tratado de estabelecer critérios de caracterização mineralógicos, físico-químicos e químicos para remineralizadores, identificar os elementos potencialmente tóxicos e seus limites de concentração, métodos de ensaios e análise e rede de laboratórios de análise e ensaios para remineralizadores credenciadas no MAPA. A previsão era que estes trabalhos de regulamentação estivessem concluídos até o final de 2014. Resultados alcançados pelo GT de Normatização, no período de 2012 a 2014:

- Publicação da Lei nº 12.890, de 10.12.2013, que altera a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980 pela inserção dos remineralizadores como insumo para agricultura;
- Publicação do Decreto nº 8.384, de 29.12.2014, que altera o Decreto nº 4.954, de 14.01.2004;
- Realização do II CBR, Poço de Caldas, MG, de 13 a 15 de maio de 2013;
- Realização de Oficina sobre identificação e limite de Elementos Potencialmente Tóxicos para remineralizadores (2014).

Como resultados alcançados, no período de 2013 a 2014, pela Comissão de Acompanhamento do Programa de Elementos Terras-Raras – CAPETR:

- Em execução 13 Projetos de apoio à PD&I em ETR, no valor de R\$ 9,0 milhões (CT-Mineral);
- Realização pelo CETEM, em 2013, do Projeto de PD&I PROTERRARAS, no valor de R\$ 2,0 milhões (CT Mineral);
- Reunião com a CBMM em terras-raras, agosto de 2014;
- Realização de Reunião de articulação visando à integração da cadeia industrial de Terras-Raras no país - ímãs e catalisadores, ABDI, CETEM, Fundação CERTI, UFSC, BNDES, MME/SGM, MCTI/SETEC, CBMM e FCC, no BNDES, Rio de Janeiro, em agosto de 2014;
- Reunião com a Mineração Taboca para relatar os planos e projetos em ETR, novembro de 2014;
- Início em novembro de 2014 da realização do Convênio EMBRAPPII – IPT-SP e CBMM – 2014 – 2016 – Produzir Nd (Neodímio) metálico – R\$ 9,5 milhões;
- Realização de Workshop de Integração da Cadeia Produtiva de ETR, em Araxá/MG, de 20 e 21 de novembro de

• **Realizar 5 estudos da cadeia produtiva de minerais estratégicos**

Análise Situacional da Meta

O estudo "Usos e Aplicações de Terras-Raras no Brasil: 2012-2030", realizado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) indica que deverão ser priorizadas as seguintes cadeias produtivas de aplicação de elementos terras raras: ímãs permanentes, catalisadores contendo terras raras, ligas metálicas, fósforos e pós para polimento. Com o desdobramento deste estudo, está em fase de execução o estudo que objetiva a "Estruturação da Cadeia Produtiva Competitiva em Produtos Derivados de Elementos de Terras Raras no Brasil", por meio de um consórcio tecnológico constituído pela Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras – CERTI, Centro de Tecnologia Mineral – CETEM/MCTI, Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que deverá desenvolver e estruturar a cadeia produtiva de ímãs de terras raras no Brasil.

Em 2014, foi iniciada a execução do referido projeto envolvendo estudo de mercado e tecnologias. A Comissão de Acompanhamento do Programa de ETR realizou reuniões para acompanhar a execução desde projeto e para articular a possibilidade do estabelecimento de parcerias com o setor empresarial para participarem no apoio e financiamento do referido projeto.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0039 - Estabelecer cooperação em exploração, processamento e transformação mineral com foco nos países da América do Sul e da África a fim de ampliar a troca comercial e o desenvolvimento equilibrado entre os países.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

As oscilações dos preços das "commodities" minerais, em um contexto de crise financeira internacional, têm conferido maior ênfase ao tema da cooperação em exploração, processamento e transformação mineral em encontros bilaterais e multilaterais sobre o tema. Até o ano de 2014, foi possível identificar algumas das principais demandas de interlocutores estrangeiros sobre a política brasileira para recursos minerais, entre elas o desenvolvimento de um marco regulatório para o setor, a questão da sustentabilidade na extração mineração e a agregação de valor à produção local.

Multilateralmente, o Brasil sediou importante evento internacional (Brasília, 3 a 5/12/2014), realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que buscou valorizar o compartilhamento de experiências e o debate franco acerca dos desafios e das oportunidades criadas pelo setor minerador para o desenvolvimento sustentável.

Metas 2012-2015**• Desenvolver projetos internacionais de cooperação técnico-científica****Análise Situacional da Meta**

Em 2012, com vistas a contribuir para o desenvolvimento de projetos internacionais, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- (i) A CPRM firmou o Memorando de Entendimento com o Instituto Nacional de Geologia y Minería do Equador (INIGEMM). Promoveu-se uma reunião com técnicos do INIGEMM e da CPRM e consolidou acordo em que consta o detalhamento dos projetos bilaterais a serem desenvolvidos. Este instrumento está em fase de coleta de assinaturas das instituições CPRM e INIGEMM;
- (ii) Sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), teve prosseguimento a execução das atividades do Projeto Apoyo a la Declaración del Patrimonio Geológico y Mineiro de la Republica de Cuba com apoio técnico da CPRM. Técnicos da CPRM participou da XII Reunião do Grupo de Cooperação Técnica Brasil-Cuba, realizada em

novembro de 2012;

- (iii) No Programa Mapeamento Geológico e dos Recursos Minerais em Área de Fronteira, foram retomados dois projetos pela CPRM: Brasil-Guiana e Brasil-Suriname, bem como a definição da implantação do Projeto Brasil-Peru;
- (iv) A CPRM promoveu três eventos, no Rio de Janeiro: (a) GT-15 Geologia e Mineração do MERCOSUL; (b) Programa Comitê Intergovernamental Coordenador de los Países de la Cuenca del Plata (CIC Cuenca del Plata); e (c) Programa Cuenca Poopó, conduzido pelo Departamento do Governo Autônomo de Oruro, Bolívia, propiciando a discussão sobre a experiência da CPRM em Hidrologia e Gestão Territorial;

Em 2013 com recursos institucionais e financeiros da ABC do Ministério das Relações Exteriores (MRE), a CPRM priorizou a aproximação com os países do Cone Sul. Essa atuação ocorreu nos seguintes termos:

- (i) Bolívia: assinado o Memorando de Entendimento com o Servicio Nacional de Geología y Técnico de Minas (SERGEOMIN);
- (ii) Cuba: foram concluídas as atividades do Projeto Apoyo a la Declaración del Patrimonio Geológico y Mineiro de la República de Cuba;
- (iii) Equador: firmado o Acordo Especifico de Colaboração Técnica com o Instituto Nacional Geológico Minero Metalúrgico. No âmbito do acordo, dois treinamentos foram ministrados: “Curso Avançado em Geoprocessamento com Ferramentas ARCGIS”; e “Curso Capacitação no Tratamento e Interferometria com Base em Imagens SAR”;
- (iv) Guiana: deu-se seguimento ao projeto Mapeamento Geológico e dos Recursos Minerais em Área de Fronteira Brasil-Guiana. Em 2013, ocorreu na CPRM encontro entre técnicos da empresa e guianeses do Guyana Geological Mines Commission (GGMC), para discutir e integrar informações e dados entre os países;
- (v) Suriname: deu-se continuidade ao Programa Mapeamento Geológico e dos Recursos Minerais em Área de Fronteira Brasil-Suriname, abrangendo: (a) Encontro entre técnicos da CPRM e surinameses, ocorrido na CPRM; e (b) Realização da campanha de campo bilateral, no lado da fronteira no território do Suriname.
- (vi) Países da Bacia do Prata: foram realizados três eventos em 2013, nos quais foram discutidos: (a) avanços na caracterização dos aquíferos da fronteira na Bacia do Prata; e (b) discussão e análise da proposta da base metodológica para o desenvolvimento do Mapa Hidrogeológico da América do Sul.

Em 2014, foram desenvolvidas as seguintes ações, visando à troca de experiência e intercâmbio de conhecimento:

- (i) No contexto do Programa Mapeamento Geológicos e dos Recursos Minerais em Área de Fronteira, executaram-se dois projetos: Mapeamento Geológico e da Geodiversidade na Fronteira Brasil-Guiana e Mapeamento Geológico e da Geodiversidade na Fronteira Brasil-Suriname;
- (ii) Países da Bacia do Prata: deu-se prosseguimento ao Programa Marco para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata, com suporte financeiro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e apoio técnico e administrativo do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Organização dos Estados Americanos (DDS-OEA). Em seguida, a CPRM promoveu, no Rio de Janeiro, o Seminário Internacional Gestão Integrada das Águas Subterrâneas da Bacia do Prata. Foi finalizado o inventário dos sistemas dos aquíferos transfronteiriços integrado a um sistema de informações e GIS, em outubro de 2014 o Mapa Hidrogeológico da Bacia do Prata;
- (iii) Equador: Projeto Capacitação Técnica nas Áreas de Geoprocessamento, Hidrologia e Sensoriamento Remoto, a ser desenvolvido pela CPRM para técnicos do Equador, financiado pelo governo equatoriano;
- (iv) Cuba: Em função de ajustes nas prioridades internas estabelecidas pela ABC/MRE para os países com os quais o Brasil tem cooperação, procedeu-se à revisão do cronograma de implantação dos projetos “Organización y Conservación de Testigos, Muestros y Materiales Documentales Relacionados con las Investigaciones Geológicas para Desarrollo de una Litoteca en Cuba” e “Banco de Datos Geológicos de la República de Cuba”;
- (v) Bolívia: demanda boliviana para análise de aspectos geológicos, tectônicos e metalogenéticos do Pre-Cambriano Boliviano e a sua extensão para a área de fronteira Brasil-Bolívia.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	36	projeto	30	31/12/2014

• **Fortalecer e ampliar a atuação internacional da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM**

Análise Situacional da Meta

A CPRM tem ampliado sua atuação internacional, com a aproximação e diálogo com países desenvolvidos e em desenvolvimento, portadores de avançado estágio tecnológico, entre os quais:

a) China: no primeiro semestre de 2014, foi assinado entre a CPRM e o China Geological Survey, Acordo para a execução do Projeto Avaliação Geológica e Metalogenética Regional dos Depósitos de Formações Ferríferas Bandadas (BIF's) no Cráton São Francisco e seus Cinturões Proterozóicos Marginais.

b) Japão: realizou-se, em 2013, missão oceanográfica no Atlântico Sul (Expedição Científica Iatá-Piuna), no âmbito do Acordo de Implementação, assinado no final de 2012 entre CPRM – Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo – e a Japan Agency for Marine Earth Sciences and Technology. Em dezembro de 2013, a CPRM apresentou à Comissão Jurídica e Técnica da International Seabed Authority proposta de Projeto de Prospecção e Exploração de Crostas Cobaltíferas Ricas em Fe e Mn na Região da Elevação do Rio Grande; aprovada em julho de 2014, concedeu ao Brasil direitos exclusivos de pesquisa por um período de quinze anos. Na área de Desastres Naturais, assinou-se em 2013 o documento contratual “Record of Discussion – RD” entre o Governo brasileiro e a Japan International Cooperation Agency, para a execução do Projeto Fortalecimento da Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Riscos de Desastres Naturais para o Aprimoramento da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – Projeto GIDES. A CPRM participou, em 2014: i) reuniões semanais do Joint Tactical Working Group, que discute metodologias e produtos que serão consolidadas no Manual Técnico; ii) treinamento intensivo no Japão, com a participação de 3 técnicos da CPRM, com aulas práticas de campo e visitas a instituições que atuam em ações preventivas e de reconstrução frente aos desastres naturais; iii) workshop na CPRM sobre conceitos para análises de suscetibilidade, vulnerabilidade e mapeamento de áreas de risco de deslizamento; e iv) continuação do mapeamento das áreas de riscos, totalizando 857 municípios mapeados em 3 anos.

c) França: foi renovado, em maio de 2013, o Memorando de Entendimento entre a CPRM e o Institut de Recherche pour le Développement, de 2006, e proposto Acordo para ações na Amazônia com a execução do Projeto Dinâmica Fluvial do Sistema Bacía. O projeto "Challenge Of Water Quality in Urban Environmental Issue: Recife Aquifers and Land Use" – Projeto Coqueiral é consórcio proposto por coordenadores brasileiros e franceses, para estudo das condições dos aquíferos e a relação com a questão ambiental urbana na Região Metropolitana do Recife. A CPRM formalizou a sua participação no projeto em dezembro de 2013.

d) Reino Unido: em 2014, a CPRM firmou Memorando de Entendimento de Colaboração Técnica de Avaliação de Desastres Naturais com o British Geological Survey, com foco em capacitação e treinamento, nos temas de deslizamentos, identificação de áreas de riscos, exame da casualidade das informações geológicas e atmosféricas, elaboração de mapas, e responsabilidades de governo e da sociedade diante dos desastres naturais.

e) Índia: em julho de 2014 consolidou-se o Memorando de Entendimento entre a CPRM e o India Geological Survey (IGS) na área Geociências, para o desenvolvimento de projeto de pesquisa e exploração mineral. O documento foi enviado para a Embaixada Indiana para assinatura do presidente do IGS.

f) Projetos da Comissão da Carta Geológica do Mundo (CGMW) e Associação de Serviços de Geologia e Mineração Ibero-americanos:

- Mapa Tectônico da América do Sul, 1:5M (projeto 13). O projeto foi concluído no primeiro semestre de 2014;

- Mapa Geológico e de Recursos Minerais da América do Sul (SIG-América do Sul, 1:1M) O projeto tem como objetivo a harmonização da geologia sul-americana em formato GIS, possibilitando o treinamento no uso de tecnologia

da informação na Cartografia Geológica, bem como o intercâmbio de conhecimento entre os treze serviços geológicos do continente americano;

- Mapa Geológico da América do Sul, 1:5M (projeto 15). A primeira etapa concluída constituiu-se de compilação preliminar de mapas geológicos nacionais dos diversos países sul-americanos. Em julho de 2014, na Colômbia, foram definidos métodos de trabalho para a continuidade do projeto, com vistas à criação de nova base geográfica sul-americana, georreferenciada e ortorretificada;

- Mapa Geológico do Cráton Amazônico, 1:2.5M. Aprovado em Assembleia Geral da CGMW em fevereiro de 2014, sua execução cabe aos serviços geológicos sul-americanos, sob a coordenação da CPRM.

g) Em outubro de 2014, pela primeira vez na América do Sul, a direção do OneGeology e a CPRM organizaram o evento OneGeology South America Meeting: Rio 2014, com participação de 11 países da região, para a troca de informações geocientíficas sobre o estado da arte da Geologia Sul Americana e a integração do conhecimento geológico sul-americano, em linguagem GeoSciML para a disponibilização na internet.

• **Promover cooperação internacional para fortalecimento da cadeia mineral com países sul-americanos e africanos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram iniciadas atividades de mapeamento geológico em áreas fronteiriças dos países membros do Mercosul, em linha com as decisões emanadas do Subgrupo de Trabalho nº 15 do Mercosul, executadas com a colaboração do Serviço Geológico Brasileiro (CPRM).

Em dezembro de 2014, o Governo brasileiro realizou em Brasília, em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o "Diálogo sobre o Setor Extrativista e o Desenvolvimento Sustentável", onde representantes de todo o mundo, inclusive países latino-americanos e africanos, puderam conhecer experiências e debater sobre os desafios e as oportunidades criadas pelo setor minerador para o desenvolvimento social, econômico e ambiental dos países onde prospera essa atividade.

Outras atividades para o fortalecimento da cadeia da transformação mineral em países da América do Sul e África ainda mantém-se em fase de planejamento por parte das áreas técnicas e políticas envolvidas, sem ser possível, até o momento, a definição de datas para início de execução.

OBJETIVO: 0042 - Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs associadas às Áreas de Relevante Interesse Mineral, nos polos de desenvolvimento, voltadas à integração mineral sul-americana, à industrialização de base da América do Sul e ao desenvolvimento equilibrado do território.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZPTMs) são distritos industriais incentivados em regiões menos desenvolvidas, com infraestrutura para o processamento de recursos minerais, objetivando reduzir os desequilíbrios socioeconômicos das macrorregiões brasileiras e intensificar as trocas comerciais de bens e produtos minerais entre os países sul-americanos. As ZPTMs objetivam induzir o desenvolvimento econômico das regiões em que estão inseridas e do País, devido à agregação de valor ao produto e à geração de emprego e renda com impacto territorial.

Este objetivo, portanto, trata da realização de estudos sobre a viabilidade de projetos específicos de ZPTMs, bem como definir seu marco legal. Faz-se necessário o delineamento do arcabouço jurídico, legal e normativo para viabilizar a implantação das ZPTMs, focada na distribuição equilibrada pelas Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIMs) no território, na indução de novos polos estratégicos nacionais e no desenvolvimento equilibrado do território brasileiro, a

partir de investimentos coordenados em siderurgia, infraestrutura e logística.

Em 2013, houve a incorporação das ZPTMs às agendas de políticas públicas, com interface perante o novo marco regulatório. O primeiro passo foi a inclusão, no PAC e na PLOA 2013, dos estudos e projetos para definição das ZPTMs.

Também em 2013, o amadurecimento dos critérios e da abrangência da proposta contribuiu para que a implantação das ZPTMs fosse elevada à categoria de Agenda Estratégica no âmbito do Comitê Executivo de Mineração do Plano Brasil Maior.

Para a contratação do estudo, o Ministério de Minas e Energia elaborou o Termo de Referência em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

Foi lançado, em 02/07/2014, por meio de publicação de Aviso de Licitação no DOU, processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 18/2014, concluído em agosto de 2014. Foi selecionada empresa para a prestação de serviços e instituída Comissão de Fiscalização, Supervisão e Acompanhamento do Contrato, composta por servidores do DTTM. O Contrato nº 35-2014 – MME foi assinado pela SGM com a empresa J. Mendo Consultoria Empresarial Ltda, em 31 de outubro de 2014. O início dos trabalhos ocorreu em novembro de 2014 e sua conclusão está prevista para agosto de 2015. Em 2014, dois dos seis Produtos (Relatórios técnicos do Estudo) contratuais foram entregues.

Metas 2012-2015

- **Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs**

Análise Situacional da Meta

No final de 2013 o processo licitatório foi concluído. No entanto, as empresas que se candidataram não conseguiram atender as condições do Pregão Eletrônico, devendo ser revisto o Termo de Referência e realizado um novo processo licitatório no primeiro semestre de 2014.

No primeiro semestre de 2014, foi elaborado novo Termo de referência e realizada nova consulta preliminar de preços junto ao mercado de maneira a realizar novo processo licitatório, que foi lançado em julho de 2014. Uma vez concluído este processo, foi contratada a empresa J.Mendo Consultoria Empresarial Ltda por meio do Contrato nº 35/2014 – MME, em 31 de outubro de 2014. O início dos trabalhos ocorreu em novembro de 2014 e sua conclusão está prevista para agosto de 2015. Em 2014 foram entregues dois dos seis Produtos contratuais (Relatórios técnicos do Estudo). Observação: A Meta Física estabelecida no PPA 2012-2015 para esta Ação foi “realizar estudos e projetos visando à implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral”, sendo 1 na Região Nordeste e 1 na Região Norte. No entanto, neste novo formato de contratação será realizado apenas um estudo, devendo a meta ser considerada como nacional.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0044 - Fortalecer as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação e articular com a indústria mineral para promover a cultura e a prática da inovação tecnológica no setor mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A partir do estabelecimento pelo Conselho de Competitividade da Indústria de Mineração, no âmbito do "Plano Brasil

Maior", do objetivo estratégico "Ampliação do conteúdo local de bens e serviços de empreendimentos da mineração", iniciou-se, em 2013, a contratação do estudo para o "Projeto de Mapeamento das Cadeias de Fornecedores de Bens e Serviços da Indústria da Mineração", a partir de um convênio entre a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Instituto Pró-Inovação e Competitividade da Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração (IABM), buscando identificar os itens de compras de bens e serviços das empresas de mineração e quem são seus fornecedores, origem e valor. Os trabalhos foram iniciados em dezembro de 2013, tendo sido produzidos em 2014 três produtos de um total previsto de seis produtos. A conclusão do Estudo está prevista para junho 2015.

Metas 2012-2015

- **Implantar a Rede do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM (CEDES/CPRM)**

Análise Situacional da Meta

O escopo do Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CEDES) está sendo redefinido.

- **Realizar estudo diagnóstico sobre o conteúdo nacional de máquinas e equipamentos para a mineração e transformação mineral**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, no âmbito do Comitê Executivo Setorial da Indústria da Mineração do Plano Brasil Maior, foi articulado e aprovado o Termo de Referência para realização de "Estudo do Mapeamento das Cadeias de Fornecedores de Bens e Serviços das Indústrias da Mineração e da Metalurgia", que se constitui na primeira medida para identificar a capacidade e o potencial do conteúdo local nestes setores. Durante o 1º semestre de 2013, foi articulado o estabelecimento de parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) para a sua realização, somente para o setor da Indústria da Mineração, até novembro de 2014. A ABDI contratou em dezembro de 2013 o Instituto Pró-Inovação e Competitividade da Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração (IABM). Os trabalhos, foram iniciados em dezembro de 2013, tendo sido produzidos em 2014 três produtos de um total previsto de seis produtos. A conclusão do estudo está prevista para junho de 2015.

OBJETIVO: 0046 - Otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e promover mecanismos para o desenvolvimento das atividades, visando o presente e o futuro, por meio de regulação, fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Os estudos sobre a eficiência produtiva da indústria mineral brasileira deverão ser executados a partir de parcerias resultantes de articulações institucionais em andamento.

No que toca às fiscalizações efetuadas, caminha-se para o cumprimento global das metas, assim como aos estudos para redução dos acidentes de trabalho, para aumento da eficiência produtiva da indústria mineral e para a sustentabilidade do aproveitamento dos recursos minerais.

Apesar do desaquecimento da economia global, o principal projeto de produção e transformação mineral – a produção de minério de ferro pela mina S11D da Vale, em Carajás, avançou na sua consolidação, corroborado pela obtenção da Licença de Instalação em 03/07/2013 e pelo significativo percentual de obras e serviços já contratados.

Em 2014, a SGM/MME não obteve êxito nos esforços para articulação de parcerias e captação de recursos para viabilizar a realização dos estudos previstos.

Metas 2012-2015

- **Fiscalizar anualmente 100% das minas subterrâneas brasileiras, das minas com barragens em 4 anos e das concessões de águas minerais e potáveis de mesa em 4 anos**

Análise Situacional da Meta

No âmbito da fiscalização das Minas Subterrâneas, a meta para o PPA é a de fiscalizar anualmente todas as minas subterrâneas de maneira que todo aumento na quantidade de empreendimentos minerais com essas características aumente a quantidade dos que são fiscalizados, resultando em uma redução dos riscos dessa estrutura de exploração. Em 2012 o total de minas subterrâneas identificadas foi de 64 (100% das ativas cadastradas pelo Relatório Anual de Lavra – RAL) e foram realizadas 100 fiscalizações.

Em 2013 a quantidade de minas subterrâneas ativas cadastradas pelo RAL somavam 87 (100%), das quais 62 foram fiscalizadas, ou seja, foram fiscalizadas 71,30%; contudo, o total de vistorias a essas minas, em razão da necessidade de acompanhar a adequação dos achados da fiscalização, representou 99 vistorias. Destaca-se o trabalho fiscalizatório na região sul de Santa Catarina, extratora de carvão mineral, e nas minas de ouro nos Estados de Minas Gerais, Bahia e Pará. Tais vistorias focam o cumprimento de normas técnicas para a garantia da segurança técnico-operacional das jazidas e minas e das condições de saúde e segurança dos trabalhadores.

No período de janeiro a dezembro de 2014 os resultados para a meta de fiscalizar todas as minas subterrâneas brasileiras, ou seja, 100% das minas, representando um total de 94 minas subterrâneas. Foram realizadas 138 vistorias técnicas.

No âmbito da fiscalização das minas com barragens, a meta para o PPA é a de fiscalizar todas as minas com barragens nos próximos 4 anos, a qual representa fiscalizar anualmente pelo menos 25% do total de minas em exploração, de maneira que todo aumento na quantidade de empreendimentos minerais com essas características aumente com a quantidade dos que são fiscalizados pela meta. Foram vistoriadas 85 minas com barragens em 2012. Em 2013 foram identificadas por meio do Cadastro Nacional de Barragens de Mineração (CNBM) 240 minas com barragens, sendo fiscalizadas 96 (40%) totalizando 112 barragens vistoriadas.

Em 2014, foram realizadas 151 vistorias em barragens de mineração. Nos últimos anos, as seguintes ações foram destaques nessa área:

1. publicação da Portaria DNPM nº 416/2012, que estabeleceu o Cadastro Nacional de Barragens de Mineração e dispôs sobre o Plano de Segurança da Barragem de Mineração, a ser cumprido pelos mineradores;
2. elaboração, publicação e divulgação da Portaria DNPM nº 526/2013, que estabeleceu procedimentos para adoção e implantação do Plano de Ações Emergenciais para os empreendimentos que possuem Barragens de Mineração;
3. implantação do Cadastro Nacional de Barragem de Mineração e sua disponibilização ao público externo;
4. classificação de todas as barragens cadastradas, quanto ao risco e dano potencial associado e utilização dessa classificação no planejamento de fiscalização dessas barragens;
5. elaboração de Manual de Fiscalização de Barragens de Mineração; e
6. capacitação de equipes em cursos de Segurança de Barragens na Universidade Federal de Ouro Preto e em cursos da Agência Nacional de Águas.

As medidas adotadas trouxeram um melhor planejamento para as inspeções e otimizaram a identificação dos empreendimentos minerais com barragens a serem fiscalizados prioritariamente.

No âmbito da fiscalização das concessões de águas minerais, a meta para o PPA é a de fiscalizar todas as concessões de águas minerais e potáveis de mesa nos próximos 4 anos, a qual representa fiscalizar anualmente pelo menos 25% do total de minas em exploração, de maneira que todo aumento na quantidade de empreendimentos minerais com essas

características aumente a quantidade dos que são fiscalizados pela meta. Em 2012 foram vistoriados 184 empreendimentos. Em 2013, 25% dos empreendimentos de água mineral somavam 211, sendo fiscalizados durante o período 289 empreendimentos, representando um alcance de 136,9% da meta prevista para o ano.

Na meta de fiscalizar todas as concessões de águas minerais em quatro anos, foi estabelecido como quantitativo de fiscalizações 188 vistorias técnicas em concessões de águas minerais, representando 25% do total das minas de águas minerais brasileiras. No período de monitoramento foram realizadas 300 vistorias de empreendimentos de águas minerais.

• **Fiscalizar anualmente 100% dos projetos/empreendimentos de minerais estratégicos (potássio, fosfato, lítio e terras raras)**

Análise Situacional da Meta

A meta visa analisar o suprimento de insumos minerais para fertilizantes, visando a sua ampliação, por meio da fiscalização de concessões de lavra para fosfato e potássio, bem como de lítio e terras raras. No ano de 2012, foram levantados 88 títulos minerários com possibilidade de aproveitamento de minerais estratégicos, mas desse universo foram fiscalizados 16 em razão da maioria não estar em fase de aproveitamento dos minérios, reduzindo consideravelmente a necessidade de vistoria nas áreas. As áreas que foram vistoriadas representam 20% da meta.

Em 2013, foi atingido um percentual de 76,14% da meta prevista, com destaque para as seguintes ações:

- fiscalização das áreas concedidas visando o aumento da oferta e melhor aproveitamento de produtos, co-produtos e subprodutos tidos, atualmente, como estratégicos (potássio, fosfato, elementos de terras raras e lítio) para o desenvolvimento do País;
- aprovação de novas reservas e reavaliação de reservas em concessões já existentes (com destaque para a aprovação da Reserva de Terras Raras da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM no município de Araxá, elevando o Brasil para a 2ª maior reserva de terras raras do mundo);
- aprovação e atualização dos planos de aproveitamento econômico em concessões já existentes (com destaque para a aprovação de nova reserva e do plano de aproveitamento econômico para extração de potássio na mina de Taquari – Vassouras, em Sergipe);
- emissão de “Guia de Utilização de Fosfato” para início de produção em áreas em fases de pesquisa ou requerimento de lavra nos Estados de Tocantins, Minas Gerais e Pará;
- abertura de processos de caducidade em áreas ociosas e pedido de renúncias.

Em 2014, foi atingido um percentual de 44,50% da meta prevista, tendo sido fiscalizadas áreas concedidas visando o aumento da oferta e melhor aproveitamento de produtos, co-produtos e subprodutos tidos, atualmente, como estratégicos (potássio, fosfato, elementos de terras raras e lítio) para o desenvolvimento do País. Buscou-se a aprovação de novas reservas e reavaliação de reservas em concessões já existentes. Além, disto, foi constituído Grupo de Acompanhamento de Minerais Estratégicos - GAME formado pelo DNPM/MME (DGTM, DIFIS e DIPLAM) e a SGM/MME (DTTM e DGPM), tendo atuação contínua ao longo do ano reunindo-se periodicamente para analisar o suprimento nacional de insumos minerais para fertilizantes.

Quantidade alcançada

44,5

Data de Referência

31/12/2014

• **Implementar estudos e projetos de redução de acidentes de trabalho na mineração**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram realizadas atividades previstas do Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul que, além de trabalhos conjuntos para realização de estudos técnicos sobre segurança em minas

subterrâneas, tem como objetivo a capacitação em assuntos relacionados à Segurança de Mina. Esta parceria visa o melhor conhecimento técnico para as ações de fiscalização, principalmente nas minas de carvão do Sul do Brasil. Trata-se de dois projetos para redução de acidente de trabalho na mineração, que estão em fase inicial e serão desenvolvidos:

- Projeto I: Caracterização Geomecânica da camada Bonito na Bacia Carbonífera de Santa Catarina; e
- Projeto II: Metodologias e tecnologias para o monitoramento de minas subterrâneas de carvão.

O Termo de Cooperação Técnica entre o Departamento Nacional de Produção Mineral e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi firmado e publicado no D.O.U nº 217, de 07/11/2013.

O projeto iniciado no 1º Semestre de 2014 foi o de “Segurança Técnica em Minas Subterrâneas de Carvão” e teve como atividade de capacitação e treinamento conforme o plano de trabalho: i) Métodos de Lavra Subterrânea, com 30 horas; ii) Mecânica de Rochas, com 30 horas; iii) Ventilação e Medição de Poeira em Mina subterrânea, com 30 horas;

Em relação as atividades de caracterização geomecânica da Camada Bonito na Bacia Carbonífera de SC, foram realizadas as seguintes etapas também do projeto de Segurança Técnica em Minas Subterrâneas de Carvão: i) Coleta de amostras para ensaios em laboratório; ii) Descrição de furos de sondagem existentes que sejam representativos das minas; iii) Mapeamento de campo nas minas em termos de estruturas na camada Bonito.

As atividades estão seguindo o plano de trabalho acordado entre o DNPM e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Realizar estudo sobre a eficiência produtiva da indústria mineral brasileira**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram realizadas discussões sobre indicadores que seriam utilizados para definir a linha-base e avaliar o desempenho do setor com relação à eficiência produtiva e energética, no âmbito do Comitê Executivo e Conselho de Competitividade da Indústria da Mineração, detectando-se deficiências de informações que deverão ser sanadas com a contratação de estudos específicos. Em 2013 foi dada continuidade à discussão de indicadores para o setor mineral no âmbito do Comitê Executivo e Conselho de Competitividade da Indústria da Mineração.

Em 2014, a SGM/MME não obteve êxito nos esforços para a articulação de parcerias e captação recursos para viabilizar a realização dos estudos previstos.

• **Realizar estudos sobre sustentabilidade do aproveitamento dos recursos minerais**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram concluídos 5 projetos (2 na Região Nordeste e 3 na Centro-Oeste), sendo que um deles trata do lítio na região dos Pegmatitos do Ceará. O lítio é considerado um mineral estratégico, tendo em vista seu uso crescente em baterias recarregáveis. Os outros projetos trazem informações sobre o desenvolvimento da mineração, seja dos granitos exóticos do Ceará, que possuem características próprias de lavra e beneficiamento, seja dos potenciais para minerais oriundos do basalto no Estado de Mato Grosso do Sul.

No ano de 2013 foram realizados 4 projetos de Distritos Mineiros:

- i) Carvão em Santa Catarina, com possibilidade de aproveitamento das piritas na produção de enxofre,

- ii) Basaltos no Rio Grande do Sul, com possibilidade de aproveitamento em rochagem para o restabelecimento de solo para agricultura, tema que também entra na linha dos estratégicos na área de fertilizantes.
- iii) Em Mato Grosso do Sul foram realizados projetos que visaram agregação de valor para areias, assim como o potencial geológico da região para minerais como ametistas e ágatas, devido à similaridade geológica com a região que contém essas jazidas, no Rio Grande do Sul.
- iv) No estado do Ceará foi realizado estudo sobre a indústria de agregados para a construção civil na região metropolitana de Fortaleza, com a localização das jazidas e tipos de minérios, que tem avançado junto com outro projeto sobre o aproveitamento de areia de britagem como alternativa tecnológica na construção civil daquela região. Os resultados observados nos projetos têm evidenciado a importância estratégica dessas ações para o desenvolvimento regional e também para a construção de soluções sustentáveis para a pequena mineração nos Distritos Mineiros.
- v) Na região Norte foi realizado estudo sobre o Distrito Mineiro do Pitinga (AM), visando avaliar sua potencialidade, principalmente quanto aos chamados elementos terras raras, nos quais o Brasil é dependente. As terras raras e o lítio, juntamente com o fosfato e o potássio, são considerados minerais estratégicos, haja vista a deficiência do país e/ou o crescente uso em equipamentos de alta tecnologia.

Em 2014, foram finalizados os seguintes projetos:

- i) Potencial de Ametista no Basalto, e Potencial de Ametista em Rochas do Proterozóico, Digitalização de Mapas Históricos do DNPM – Fase 1 (Região Centro-Oeste); e
- ii) Modelamento das Zonas de Alteração Hidrotermal Associadas às Mineralizações de Ouro no Complexo Granítico Lavras do Sul/RS, o qual dará origem a uma publicação.

Destacam-se também os seguintes estudos em curso:

- i) No Rio Grande do Sul foi iniciado um projeto sobre rochagem com fins de avaliação de um possível aproveitamento dos rejeitos de pedreiras de agregados na região. No Mato Grosso do Sul tem sido realizado ao longo dos últimos anos projetos com o intuito de verificar o potencial para gemas, principalmente ametista, dada a semelhança geológica com as ocorrências de basalto no Rio Grande do Sul.
- ii) No Estado de Goiás há um projeto para a caracterização do setor de areia usada na construção civil. No Ceará tem sido desenvolvido um projeto para o Plano Diretor da Região Metropolitana de Fortaleza, assim como um Convênio com a Universidade Federal do Ceará para a caracterização da areia de britagem como alternativa tecnológica às areias naturais utilizadas na construção civil.
- iii) No Rio de Janeiro está sendo desenvolvido um projeto de caracterização geológica-geoquímica da mina de fluorita de Tanguá. Outras ações incluem o Convênio com a AIST do Japão, que focou até o presente momento nos elementos Terras Raras, a participação em grupos de minerais estratégicos junto ao MME assim como a participação no grupo de trabalho para normatização do uso dos pós de rocha como fonte de nutriente.
- iv) Destaca-se também convênio firmado com a Universidade Federal do Ceará para análise de Rejeitos da Construção Civil na região metropolitana de Fortaleza, projeto esse proposto para ser finalizado em maio de 2015.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	12	estudo	6	31/12/2014
Região Nordeste	16	estudo	3	30/06/2014
Região Norte	8	estudo	1	30/06/2014
Região Sudeste	12	estudo	0	30/06/2014
Região Sul	12	estudo	2	31/12/2014

• **Reduzir o tempo de resposta para aquisição e manutenção dos direitos minerários**

Análise Situacional da Meta

A gestão de títulos minerários é um processo essencial para o Setor Mineral, pois por meio do Título está expressa a autorização para o desenvolvimento das atividades de mineração. No PPA 2012-2015 a instituição adotou como Meta, medidas para redução do tempo de resposta nos pedidos referentes aos direitos minerários que resultaram na visibilidade da demanda e da produtividade interna, sendo possível uma melhora estratégica na alocação de recursos humanos e financeiros.

Apesar da clareza trazida pelo cálculo da meta, existem diversos fatores ambientais que afetam o desempenho da análise realizada, como exemplo: a análise de processos antigos que aumentam significativamente a quantidade de dias medida; um aumento na quantidade de solicitações sem o acompanhamento em termos de produtividade interna; e interferência com áreas que possuem outras atividades econômicas (oleoduto, portos etc). Há que salientar que em 2013, em razão da proposta do novo marco regulatório, houve inserção de exigências para o processo minerário.

Na Região Norte, principalmente no Estado do Pará, foi observado um maior aumento na quantidade de dias de resposta, totalizando 4.142 dias e impactando na média nacional. A grande quantidade de requerimentos de Permissões de Lavra Garimpeira (PLG) apresenta pendências tais como: problemas de deslocamento de áreas (o requerimento apresentado para uma determinada área é apresentado em uma base cartográfica divergente resultando em inconsistências e erros na localização do título requerido); áreas de conflito (são áreas que conflitam com alguma legislação específica, como as reservas ambientais, áreas de fronteira, áreas limítrofes de municípios, áreas militares ou com outra destinação de uso econômico); e, por último, áreas indígenas que não podem ser exploradas por falta de legislação, que constitucionalmente deve ser específica.

Na maioria dos casos da Região Norte, como a análise ocorreu em 2013 e a solicitação ocorreu há 20 anos, o peso do tempo decorrido contribui negativamente para a média do tempo de análise; à medida que os processos mais antigos forem avançando para processos mais recentes, o tempo em dias reduzirá e tenderá a se aproximar da meta estabelecida do PPA.

Na Região Centro-Oeste, houve redução do tempo de resposta, resultado das iniciativas adotadas para o aperfeiçoamento do processo de Gestão de Títulos Minerários.

No ano 2014, houve redução do tempo de resposta somente nas regiões do Nordeste e Sul. Nas demais regiões o tempo de resposta aumentou. O tratamento do passivo processual das superintendências colaborou para o aumento do tempo de resposta, por se tratarem de processos com maior tempo de vida.

Quantidade alcançada

406

Data de Referência

30/06/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	258	d	406	31/12/2014
Região Centro-Oeste	220	d	361	31/12/2014
Região Nordeste	134	d	323	31/12/2014
Região Norte	310	d	512	31/12/2014
Região Sudeste	413	d	567	31/12/2014
Região Sul	227	d	266	31/12/2014

OBJETIVO: 0478 - Assegurar a governança pública eficaz do setor mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A proposta de regulamentação do setor mineral, por meio da elaboração de um novo marco legal para a outorga de direitos minerários, foi concluída e encaminhada ao Congresso Nacional.

O Novo Marco da Mineração (Projeto de Lei nº 5.807/13), de iniciativa do Poder Executivo, foi apresentado à sociedade em 18 de junho de 2013, pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República, oportunidade em que o encaminhou, com regime de urgência constitucional, ao Congresso Nacional, para avaliação e aprovação. O PL recebeu 372 emendas parlamentares.

O PL nº 5.807/13 dispõe sobre a atividade de mineração, cria o Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM) e a Agência Nacional de Mineração (ANM), bem como dispõe sobre os encargos financeiros do titular do direito minerário, como a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), o pagamento pela ocupação ou retenção de área e a parcela do proprietário do solo nos resultados da lavra e dá outras providências.

Para discutir e avaliar as alterações propostas, a Câmara dos Deputados criou a Comissão Especial do PL nº 37/11, ao qual foi apensado o Projeto de Lei nº 5.807/13. A Comissão Especial promoveu ciclos de audiências públicas em Brasília e em outros Estados da Federação, para debater, analisar e colher sugestões dos diversos atores da sociedade ligados ao setor mineral, com o intuito de aperfeiçoar o texto final a ser submetido à aprovação do Congresso Nacional.

Em 2013, a Comissão Especial elaborou um substitutivo ao Novo Marco, o qual ainda não foi votado pelos parlamentares.

Metas 2012-2015

- **Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Decreto sobre Recursos e Reservas**

Análise Situacional da Meta

Meta em andamento tendo em vista que a proposta de Decreto continua em discussão. Em 2014 não houve avanço nas discussões da proposta do Decreto.

- **Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Garantia para Financiamento por Direitos Minerários**

Análise Situacional da Meta

Meta em andamento tendo em vista que a matéria objeto da proposta está incluída no Projeto de Lei nº 5.807/2013, que trata do Novo Marco Regulatório da Mineração, atualmente em fase de tramitação no Congresso Nacional. Até 31/12/2014, o Projeto de Lei nº 5.807/2013 ainda não havia sido votado.

- **Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Mineração em Faixa de Fronteira**

Análise Situacional da Meta

A matéria está em discussão no âmbito da Secretaria de Segurança Institucional da Presidência da República. Em 2014 não houve avanço nas discussões da proposta do Projeto de Lei.

- **Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Mineração em Terras Indígenas**

Análise Situacional da Meta

O Projeto de Lei nº 1.610/1996, do Senado Federal, está atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados. Meta em andamento tendo em vista que a proposta de Projeto de Lei encontra-se no Congresso Nacional. Em 2014 não houve avanço da proposta.

- **Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de revisão da política de participação governamental ("royalties")**

Análise Situacional da Meta

Meta em andamento tendo em vista que a proposta de revisão da política de participação governamental está inclusa no PL nº 5.807/13 que trata do Novo Marco Regulatório da Mineração encaminhado ao Congresso Nacional. Até 31/12/2014, o Projeto de Lei nº 5.807/2013 ainda não havia sido votado.

- **Criar e reestruturar as instituições governamentais do setor mineral vinculadas ao Ministério de Minas e Energia em decorrência do novo modelo regulatório**

Análise Situacional da Meta

Meta em andamento. A reestruturação do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) – entidades vinculadas ao Ministério de Minas e Energia – está contemplada no Projeto de Lei nº 5.807/2013, que trata do Novo Marco Regulatório da Mineração, atualmente em fase de tramitação no Congresso Nacional. Por sua vez, em 2014 o Termo de Referência para o estudo para a reorganização da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), a ser realizado no âmbito do Projeto META, em parceria com o Banco Mundial, foi enviado para análise do Banco Mundial e aguarda publicação de não objeção. Após, será composta a comissão de licitação para encaminhamentos visando futura contratação.

- **Desenvolver planos estaduais e municipais de mineração**

Análise Situacional da Meta

Meta em andamento. Convênio celebrado em junho de 2012 com a Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado do Pará (Seicom), que consistiu na realização de oficinas e estudos específicos com objetivo de elaborar e divulgar o Plano de Mineração do Estado do Pará 2013-2030. Tal iniciativa visou estimular o estabelecimento de políticas estaduais de mineração, inserindo o setor mineral na socioeconomia do Estado. O referido convênio encontra-se em fase de prestação de contas.

No final de 2013 foi firmado convênio para a elaboração de “Diagnóstico do Setor Mineral do Estado do Maranhão”, que tem por objetivo aprofundar o conhecimento das potencialidades minerais e identificar os principais entraves ao desenvolvimento sustentável da mineração, sendo utilizados como ferramenta para o desenvolvimento de políticas públicas e de planos de ação daquele Estado.

Em 31/12/2014, a SEICOM encaminhou a prestação de contas para análise e o Convênio com o Estado do Maranhão teve sua vigência encerrada.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	5	unidade	0	31/12/2014
Região Nordeste	5	unidade	1	31/12/2014
Região Norte	5	unidade	1	31/12/2014
Região Sudeste	5	unidade	0	31/12/2014
Região Sul	5	unidade	0	31/12/2014

- **Realizar estudo e implementar a reorganização da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM/MME em decorrência das mudanças no modelo regulatório**

Análise Situacional da Meta

Meta em andamento visto que se aguarda o encaminhamento no âmbito do Projeto META (Banco Mundial), para contratação de estudo para a reorganização da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), do Ministério das Minas e Energia.

Em 2014 o Termo de Referência para o estudo para a reorganização da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), a ser realizado no âmbito do Projeto META, em parceria com o Banco Mundial, foi enviado para análise do Banco Mundial e aguarda publicação de não objeção. Após, será composta a comissão de licitação para encaminhamentos visando futura contratação.

OBJETIVO: 0481 - Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo tem metas relacionadas às micro e pequenas empresas individualizadas e organizadas em Arranjos Produtivos Locais (APLs) de base mineral, associações e cooperativas de mineração. Destacam-se as atividades desenvolvidas pela Rede APL Mineral e parceiros, como seminários, premiações, lançamento de publicação e realização de premiações de melhores práticas.

Neste sentido, está em andamento a contratação de consultoria técnica para o Projeto META – “Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil” (TR-30) que se coaduna com as políticas do setor mineral. O Projeto META (TR-30) contribuirá com dados e informações necessárias para o direcionamento de políticas públicas relativas ao setor mineral, em áreas ou zonas com vocação para o desenvolvimento da atividade minerária.

Em 2014, a SGM assinou um acordo de cooperação técnica com a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP. Com a vigência do acordo de cooperação técnica, vislumbra-se o aprimoramento da relação com as cooperativas atuantes na área mineral e ainda um estímulo para a formalização, capacitação e organização da atividade produtiva, principalmente na mineração em pequena escala, em várias regiões do País, relacionadas ou não com Aglomerados Produtivos e Arranjos Produtivos Locais – APL.

Entre 2012 e 2014, foram apoiados 28 APLs de base mineral, com ações de programas do Ministério das Minas e Energia e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, sendo 1 na Região Norte, 12 na Região Nordeste, 3 na Região Centro-Oeste, 9 na Região Sudeste, e 3 na Região Sul. Neste período, também foram apoiados 5 APLs de Base Mineral em processo de formação.

Metas 2012-2015

- **Capacitar técnica, ambiental e gerencialmente trabalhadores de micro e pequenas empresas, associações e cooperativas de mineração**

Análise Situacional da Meta

O Governo brasileiro formalizou empréstimo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD para custear a 1ª Fase do Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – Projeto META e pretende aplicar parte dos recursos para a contratação de serviços de consultoria. Nesse sentido, aprovou a publicação em jornais de grande circulação nacional de Manifestação de Interesse com objetivo de selecionar empresas de consultoria para realizar o “Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil”. Os produtos desenvolvidos no âmbito da referida contratação deverão proporcionar: maior conhecimento sobre a mineração em pequena escala; melhor governabilidade do setor; iniciativas para melhorar o desempenho ambiental e técnico e o desenvolvimento socioeconômico; o estabelecimento de parcerias mais eficazes; renda aceitável por meio de práticas produtivas de mineração que fortaleçam a infraestrutura e os serviços locais; desenvolvimento de melhores práticas; e conhecimento dos impactos gerados pelas práticas da mineração.

O edital, lançado em 2013, está em andamento, na fase de elaboração da “lista curta”, prevendo-se a contratação da empresa vencedora no primeiro semestre de 2014.

No âmbito do Projeto META de assistência técnica dos setores de energia e mineral, com recursos do Banco Mundial, a SGM/MME lançou, em 2013, o edital do Projeto Inventário e Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Pequena Mineração no Brasil, que subsidiará as ações de políticas públicas com vistas à formalização da pequena mineração. O prazo para envio das manifestações de interesse para o TDR-30 iniciou-se 8/11/2013, sendo que as Manifestações de Interesse foram acolhidas até 06/12/2013. Houve manifestação de interesse por parte de quatorze empresas.

Em 2014, houve alterações realizadas no Termo de Referência nº 30 (TR), “Contratação de Consultoria para Realizar o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil”, de modo a atender as solicitações do Banco Mundial. Devido a requisitos estabelecidos nas diretrizes do Banco Mundial, houve mudança no prazo para a execução dos serviços abreviando-se para 540 dias.

O processo do TR-30 sofreu mais um atraso em 2014, tendo em vista uma nova orientação imposta pelo BIRD segundo a qual deveria ser obedecido um critério de distribuição geográfica para seleção de empresas, com divulgação de uma nova MI em setembro/2014, onde vinte e uma empresas manifestaram interesse. Após a divulgação desta MI, a contratação encontra-se em nova fase de seleção de lista curta de empresas. O prazo para cumprimento da meta não é passível de definição por estar condicionado às análises e diretrizes do Banco Mundial, porém espera-se que o processo de contratação seja concluído no primeiro semestre de 2015.

Ainda, em 2014, a SGM assinou um acordo de cooperação técnica (Processo 48000.001066/2013-76) com a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP (Diário Oficial da União – DOU em 3 de abril de 2014), visando o aprimoramento da relação com as cooperativas atuantes na área mineral e ainda um estímulo para a formalização, capacitação e organização da atividade produtiva, principalmente na mineração em pequena escala, em várias regiões do País, relacionadas ou não com Aglomerados Produtivos e Arranjos Produtivos Locais – APL.

• **Consolidar Arranjos Produtivos Locais - APLs atualmente apoiados pela RedeAPLmineral**
Análise Situacional da Meta

As seguintes ações de apoio a projetos de APLs consolidados foram implementadas:

Em 2012:

- i) Acordo de Cooperação Técnica entre a SGM/MME e Associação Nacional da Indústria Cerâmica (Anicer);
- ii) Apoio a dois Projetos pelo MCTI: APL de Rochas Bege Bahia, na Bahia, e APL de Cerâmica de Revestimento de Campo Largo, no Paraná;
- iii) Apoio ao APL de Gesso de Pernambuco por meio do Fundo Setorial Mineral (CT Mineral); e
- iv) APLs de Cerâmica do Seridó paraibano (PB) e potiguar (RN) - APL de Cerâmica Vermelha de Parelhas (RN) e APL de Cerâmica Vermelha de Patos (PB), no âmbito do projeto de Eficiência Energética nas Pequenas Cerâmicas do Brasil - Projeto EELA, financiado pela Consude/Suíça e Suisscontact.

Em 2013:

- i) APL Cerâmica Vermelha do Norte Goiano recebeu apoio da SGM para realização de Estudo de Avaliação, Construção de Cenários e Prospecção de Futuro para o APL;
- ii) Celebração do Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos:
- Apoio ao desenvolvimento e estruturação dos seguintes APLs de Gemas, Joias e Afins: APL do Pará ; APL de São

José do Rio Preto (SP); do RS; APL Joia Carioca (RJ); APL de Gemas, Joias e Artesanato Mineral de Cristalina (GO); APL de Opala do Piauí; APL de Bijuteria de Belo Horizonte (MG); e APL de Folheados de Limeira (SP).

- Coordenação do Grupo de Trabalho Setorial de Gemas, Joias e Afins vinculado ao Comitê Temático APLs de Base Mineral, subordinado ao GTP-APL.

- I Workshop de Integração dos APLs de Gemas, Joias e Afins, na UFES, em Vitória, ES;

iii) Oficinas da RedeAPLmineral e CT APL Mineral realizadas em Cristalina (GO), no APL de Gemas, Joias e Artesanato Mineral de Cristalina (GO) e no Morro da Fumaça (SC), no APL de Cerâmica Vermelha do Morro da Fumaça (SC);

iv) Realização do X Seminário Nacional de APLs de Base Mineral e VII Encontro da RedeAPLmineral, em Vitória (ES), com apoio à participação de lideranças e gestores do setor e lançamento da publicação RedeAPLmineral em Destaque;

v) Prêmio Melhores Práticas 2013 em APLs de Base Mineral com a participação dos seguintes APLs de Base Mineral: Cerâmica Vermelha do Morro da Fumaça (SC); Gemas, Joias e Afins do Rs; Gemas e Joias Carioca (RJ); Agrominerais do Sudoeste Goiano; e em Pegmatitos do Vale do Jequitinhonha (MG).

Em 2014:

i) Estabelecimento de Acordo de Cooperação Técnica entre a SGM/MME, Sindusgesso e SESI – Departamento Nacional;

ii) Realização do projeto apoiado pela SGM/MME para Avaliação, Construção de Cenários e Prospecção de Futuro para o APL Cerâmica Vermelha do Norte Goiano – GO;

iii) No âmbito da parceria com o IBGM foram realizados, financiado por projeto do SEBRAE Nacional:

- Planejamento estratégico e Plano de ações e 7 APLs de Gemas, Joias e Afins;

- II e III Workshops de Integração para 8 APLs de Gemas, Joias e Afins, realizados respectivamente, no Estado do Rio Grande do Sul e em Belém/PA: APLs de Gemas, Joias e Afins: APL do Pará; APL de São José do Rio Preto (SP); do RS; APL Joia Carioca (RJ); APL de Gemas, Joias e Artesanato Mineral de Cristalina (GO); APL de Opala do Piauí; APL de Bijuteria de Belo Horizonte (MG); APL de Gemas, Joias e Artefatos de Teófilo Otoni (MG) e APL de Folheados de Limeira (SP) .

iv) Continuação do projeto apoiado pela SGM/MME para realização de Estudo de Avaliação, Construção de Cenários e Prospecção de Futuro para o APL, utilizando a metodologia do Processo Prospectivo para desenvolvimento sustentável do APL Cerâmica Vermelha do Norte Goiano – GO;

v) APL Cerâmica Vermelha do Norte Goiano - As empresas TELHAS ESTRELA e Cerâmica Santo Antônio receberam recursos do Governo Federal (FINEP e MCTI) e do Estado de Goiás para o desenvolvimento de um novo modelo de telha;

vi) Realização do XI Seminário Nacional de APLs de Base Mineral e VIII Encontro da RedeAPL Mineral, em Criciúma.

APL's atendidos:

i) Região Centro-Oeste:

- Cerâmica Vermelha Terra cozida do Pantanal (MS)

- Gemas, Joias e Artesanato Mineral de Cristalina (GO)

- Cerâmica Vermelha Norte Goiano (GO)

ii) Região Norte:

- Gemas, Joias e Afins do (PA)

iii) Região Nordeste:

- Cerâmica Vermelha de Parelhas (RN)

- Cerâmica Vermelha de Patos (PB)
- Gesso de Pernambuco (PE)
- Opala do Piauí (PI)
- Quartzito PB (RN)
- Rochas Ornamentais Bege Bahia (BA)
- Pegmatitos do RN/PB
- Cerâmica do Seridó Paraibano (PB)
- Cerâmica do Seridó Potiguar (RN)
- Cerâmica Vermelha do Agreste Sergipano (SE)
- Cerâmica Vermelha do Sul Sergipano (SE)
- Cerâmica Vermelha do Baixo São Francisco (SE)

iv) Região Sul:

- Cerâmica de Revestimento de Campo Largo (PR)
- Gemas, Joias e Afins do RS
- Cerâmica Vermelha do Morro da Fumaça (SC)

v) Região Sudeste:

- Ardósia de Papagaios (MG)
- Bijuteria de Belo Horizonte (MG)
- Folheados de Limeira (SP)
- Gemas, Joias e Artefatos de Teófilo Otoni (MG)
- Joias e Afins de São José do Rio Preto (SP)
- Quartzito de São Tomé das Letras (MG)
- Rochas Ornamentais do Espírito Santo (ES)
- Pegmatitos do Vale do Jequitinhonha (MG)
- Joia Carioca (RJ)

Quantidade alcançada

28

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	6	unidade	3	31/12/2014
Região Nordeste	15	unidade	12	31/12/2014
Região Norte	7	unidade	1	31/12/2014
Região Sudeste	20	unidade	9	31/12/2014
Região Sul	8	unidade	3	31/12/2014

• **Consolidar as cooperativas, associações e distritos mineiros**

Análise Situacional da Meta

Os Projetos de APLs desenvolvidos tiveram atuação em todas as Regiões do Brasil e contribuíram para o desenvolvimento da atividade minerária. Para isso, foram realizados seminários e oficinas com o objetivo de difundir o conhecimento mineral para fins de regularização e formalização. As ações desenvolvidas em áreas com demandas históricas de pendências em relação a questões de sustentabilidade, como Morro da Fumaça (SC), Pádua (RJ) e Pirenópolis (GO) registraram significativos avanços na atividade de extração mineral e melhoria geral da competitividade e sustentabilidade.

Os projetos desenvolvidos tomam como premissa a melhoria e fortalecimento de diversas cadeias produtivas locais e regionais e construção de soluções na área de concessão de títulos, com a viabilização de desmembramento vertical de

áreas de exploração de argila e exploração de carvão, um modelo desenvolvido que permite em uma mesma área, dadas as características de cada substância explorada, que ambas sejam extraídas de forma concomitante e sem interferência de uma na extração na outra. Esse modelo, precedido de estudos e projetos, pode ser replicado em outras regiões do Brasil e, assim, viabilizar diversas atividades de extração de argilas e agregados, garantindo o suprimento de materiais para a cadeia da construção civil e de cerâmica vermelha, produtos considerados estratégicos em função da sua demanda.

Os projetos são implementados de forma direta e contam com palestras e oficinas que permitem uma maior disseminação de conhecimento e difusão das exigências para a sustentabilidade legal da atividade minerária.

Com o intuito de agregar valor à produção local, alguns projetos objetivam apoiar o ordenamento mineral da atividade e as suas implicações no ordenamento territorial, contribuindo para a maximização do aproveitamento do potencial mineral regional.

O modelo de atuação busca realizar as ações de diagnóstico inicial/estudo de áreas – direitos minerários; análise legal dos títulos; avaliação geral da sustentabilidade do projeto (social, legal e ambiental); regularização/formalização; difusão tecnológica; difusão técnicas gerenciais; agregação de valor; legalização/regularização; cooperativismo / associativismo; estudos de mercado/cadeia produtiva; inserção no APL e fortalecimento da governança.

Os 12 Projetos finalizados em 2012 foram: Projeto Cristalina (GO); Formalização, Extensionismo e Sustentabilidade em Cavalcante (GO); participação no ciclo de eventos do setor mineral no Distrito Federal; verificação e regularização de posicionamento das áreas tituladas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – Superintendência do Rio Grande do Sul – DNPM/RS; práticas de sustentabilidade e competitividade da mineração no Mato Grosso; caracterização geral do fechamento de minas no Mato Grosso; o DNPM e a comunidade mineral do Estado de São Paulo, em Tatuí (SP); o DNPM e a comunidade mineral do estado de São Paulo, em Santa Gertrudes (SP); formalização da mineração de argila e da produção oleira, em Cássia (MG); formalização da produção de artesanato em pedra-sabão com tecnologias limpas em Mata dos Palmitos, em Ouro Preto (MG); regularização e fomento à formação da Cooperativa de Ceramistas de Biribeira e Litoral Norte, na Bahia; e organização e formalização das atividades de extração de argila no Baixo Jaguaribe, no Ceará.

Os 9 Projetos finalizados em 2013 foram: Termo de Ajustamento de Conduta – TAC Pirenópolis/GO; TAC Pádua/RJ; Morro da Fumaça/SC; Palestra e apoio para convênio Alagoas/Al; Ciclo de Palestras São Paulo/SP; Palestras Acre/AC; Palestras DF (Senado, Câmara, DNPN/Sede-Esc. Téc.Paracatu)/DF; Projeto de Esmeraldas Monte Santo de Tocantins/TO; Organização e formalização das atividades de extração de argila no baixo Jaguaribe/CE.

Os projetos finalizados em 2014 foram: o Estudo das condições de estabilidade no Distrito Mineiro de Ametista do Sul/RS; Cadastramento de Olarias na Região Centro-Oeste; e a Verificação e regularização de posicionamento das áreas tituladas pelo DNPM na Região Sudeste. Destacam-se as seguintes ações em andamento:

- Participação no Processo Prospectivo do APL de Cerâmica Vermelha do Norte de Goiás
- Apoio a operacionalização do convênio DNPM/SEPLANDE-Governo de Alagoas na regularização da extração artesanal de pedras
- No Rio de Janeiro destaca-se apoio aos seguintes APL: Cerâmica em Campos, Rochas ornamentais em Santo Antônio de Pádua e areia em Piranema
- Diagnóstico setor argilo-mineral do Amazonas
- Ações de apoio a Cooperativa de garimpeiros de Cristalina (orientação nos processos minerários e manutenção dos mesmos, quanto a CFEM)

- Desenvolvimento de estudo para estimular a adoção de modelo cooperativado de lavra de argilas para atender o setor ceramista
- Palestra em Goiânia para o setor de cerâmica sob gestão do DNPM/GO.
- Apoio a cooperativas na Bahia do setor mineral
- Apoio ao setor de calcário no nordeste do Ceará
- Diagnóstico do mercúrio em Tapajós/PA

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	12	unidade	8	31/12/2014
Região Nordeste	16	unidade	4	31/12/2014
Região Norte	8	unidade	2	31/12/2014
Região Sudeste	12	unidade	7	31/12/2014
Região Sul	12	unidade	3	31/12/2014

• **Organizar e desenvolver Arranjos Produtivos Locais - APLs em processo de formação atualmente apoiados pela RedeAPLmineral**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram apoiados a estruturação e o desenvolvimento dos seguintes APLs de Base Mineral:

- i) instituição do APL de Agrominerais do Sudoeste Goiano/GO, tendo como cidade polo Jataí/GO, com apoio de Projeto FINEP denominado de ROCKAPL, coordenado pela Embrapa Cerrados; e
- ii) instituição do APL de Areia de Piranema/ RJ, nos municípios de Seropédica e de Itaguaí do RJ, apoiado por projeto da FAPERJ, que propõe um sistema de gestão ambiental para a região e é executado pelo Departamento de Geologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Os diversos agentes envolvidos no setor de mineração de areia de Piranema fazem parte desse APL, incluindo-se as prefeituras dos municípios de Seropédica e Itaguaí, os representantes das comunidades afetadas, os consumidores e os órgãos reguladores: Departamento de Recursos Minerais – DRM, o Instituto Estadual do Ambiente – Inea, o DNPM, UFRJ, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae/RJ e o Sindicato de Mineradores de Areia do Estado do Rio de Janeiro – Simarj.

Em 2013, foram apoiados a estruturação e o desenvolvimento dos seguintes APLs de Base Mineral, em parceria com o DNPM:

- i) Desenvolvimento do APL na exploração da Extração Artesanal de Granitos da Zona da Mata de Alagoas; e
- ii) APL da Indústria de Cerâmica Vermelha de São Miguel do Guamá/PA.

Em 2014, foi apoiada a estruturação e o desenvolvimento dos seguintes APLs de Base Mineral, em parceria com o Núcleo Estadual de Apoio aos APLs de Alagoas, especialmente, o APL de Cerâmica Vermelha de Alagoas.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	1	30/06/2014
Região Nordeste	12	unidade	2	31/12/2014
Região Norte	10	unidade	1	30/06/2014
Região Sudeste	13	unidade	1	30/06/2014
Região Sul	3	unidade	0	30/06/2014

PROGRAMA: 2051 - Oferta de Água

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Capacidade de Reservação de Água	milhão de m ³	28/05/2013	29.300	19/12/2014	29.820
Quilometragem de Adução de Água	km	28/05/2013	2.039	19/12/2014	2.768,79

OBJETIVO: 0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Neste Objetivo encontram-se obras estruturantes para oferta de água (adutoras, barragens e sistemas integrados de abastecimento), planejadas para resolver por longo período problemas associados ao déficit hídrico para as localidades beneficiadas. Essa linha de ação é complementada por outras atuações federais constantes do PPA, e importantes para que a universalização do acesso à água potável seja alcançada. É o caso do Água Para Todos, presente no Programa Saneamento Básico e no Programa Segurança Alimentar e Nutricional (construção de poços, cisternas e sistemas simplificados de abastecimento de água), focado no alcance da população de baixa renda residente em comunidades rurais esparsas.

O foco para a realização das obras são as regiões de maior déficit hídrico do País, dentre as quais se destaca, pela gravidade da situação, o semiárido. A maior parte das intervenções aqui incluídas integra a carteira de investimentos do PAC, revelando a importância que assumem na estratégia de atuação do governo federal.

As seguintes obras foram concluídas em 2012:

(a) Adutora do Oeste (PE) com 292 km - Municípios de Parnamirim, Ouricuri, Trindade, Araripina, Ipubi, Bodocó, Exu, Timorante, Morelândia e Granito, beneficiando 274 mil habitantes;

(b) Adutora do Algodão (BA) - A primeira etapa foi entregue em 2012, sendo 67 km da adutora principal e 197 km de adutoras secundárias, com a captação no Rio São Francisco no Município de Malhada, e com capacidade de vazão de 450 litros/s. Com isso, 226 mil pessoas tiveram oportunidade de acesso ao abastecimento de água nos municípios de Malhada (sede e distrito de Julião), Iuiú, Palmas de Monte Alto, Guanambi (sede e distritos de Mutãs e Ceraíma), Candiba (sede e distrito de Pilões), Pindaí (sede e distrito de Guirapá), Matina e Caetitê (localidade Pajeú do Vento);

(c) Sistema Adutor Cafarnaum (BA) com 168 km – Municípios de Cafarnaum, Barro Alto e Canarana, beneficiando 38 mil habitantes; e

(d) Sistema Adutor do Seridó (RN) com 31 km – Municípios de Currais Novos e Acari, beneficiando 66 mil habitantes.

Em 2013, foram concluídas as seguintes obras:

(a) Sistema Adutor Piauís (PI) com 111 km, que abrange os Municípios de São Julião, Campo Grande, Fronteiras, Pio IX, Vila Nova do Piauí, beneficiando 25 mil habitantes;

(b) Barragem Figueiredo (CE), executada no Rio Figueiredo, com acumulação de 520 hm³ de água para controle de cheia do baixo Vale do Rio Jaguaribe, abastecimento humano, irrigação e piscicultura, a qual abrange os núcleos urbanos Alto Santo, Iracema e Potiretama, com benefício potencial a 32 mil habitantes.

Em 2014, foram concluídas a 1ª Etapa do Sistema Siriji (PE), a 1ª Etapa da Adutora Pajeú, a Implantação de Nova Captação para o Sistema Cabrobó (PE), e as Etapas I e II do Trecho V do Eixão das Águas. Além disso, destacam-se os seguintes avanços:

(a) Cinturão das Águas (CE) – Está no PAC a Implantação do Trecho I do Projeto do Cinturão das Águas. O Cinturão, que em 2014 alcançou 10% de execução física, consiste num sistema adutor com extensão aproximada de 1.294 km, quase que integralmente gravitatório. O intuito do projeto é aduzir parcela das vazões transpostas pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco para 80% do território do Ceará, beneficiando 95% da população do Estado (aproximadamente 8 milhões de pessoas);

(b) Canal da Vertente Litorânea (PB) – Implantação dos trechos I e II do sistema adutor Vertente Litorânea Paraibana, com aproveitamento das águas oriundas do Projeto de Integração do São Francisco, composto por canais, adutoras, túneis e estações elevatórias, visando abastecimento humano. Abrange 11 municípios situados na planície costeira da Paraíba, e beneficia 200 mil habitantes. Em 2014, o empreendimento atingiu 28% de execução física;

(c) Canal do Sertão (AL) – Implantação dos trechos I, II, III e IV de canal adutor com captação no rio São Francisco e da adutora do Alto Sertão, visando abastecimento humano e irrigação. O projeto do Canal do Sertão abrange 42 municípios entre Delmiro Gouveia e Arapiraca e beneficiará 1 milhão de habitantes. Em 2013 foram concluídos os trechos I e II (64 km de canal), que foram inaugurados em 12/03/2013. Em 2014, foram concluídas as obras civis da subestação;

(d) O Sistema Adutor do Agreste abrange a construção de Adutora com 1.050 km de extensão, estações elevatórias, reservatórios e tubulações que visam garantir a oferta de água para o abastecimento das populações residentes em diversos municípios do Estado de Pernambuco, destacando-se: Pesqueira, São Bento do Una, Garanhuns, Caetés e Bom Conselho. Das cinco etapas previstas para o projeto, no momento focaliza-se a implantação da Etapa I e da 1ª fase da Etapa II da Adutora, derivada do Eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF). A conclusão das obras está prevista para julho de 2015;

(e) A 2ª Etapa da Adutora do Algodão (BA) – Trecho Caetité/Maniaçu (BA), com 89,2 km de extensão, por meio de parceria com a Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA, que deverá beneficiar mais de 50 mil pessoas. O empreendimento tem como objetivo principal ampliar e melhorar o abastecimento de água nos Municípios de Caetité (sede e as localidades Velha Rita, Tanque do Caldeirão, Capoeira de Dentro, Rio Grande, Vargem, Lagoa de Fora, Lagoa

de Dentro, Maniaçu e Brejinho das Ametistas), Guanambi (distrito de Morrinhos), Lagoa Real e Rio do Antônio (distrito de Ibitira). A autorização das obras foi assinada em junho de 2012 e sua conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2015;

(f) A Barragem de Atalaia (PI), com volume de acumulação de 211,1 milhões de m³ de água, apresenta potencial para abastecimento humano, projetos de irrigação e piscicultura, pretendendo elevar o crescimento da renda para a população beneficiada. A partir da sua futura interligação com adutoras, serão alcançados aproximadamente 30 mil habitantes dos Municípios de Sebastião Barros, Corrente e Cristalândia do Piauí e cidades circunvizinhas. A conclusão está prevista para dezembro de 2015;

Também faz parte deste Objetivo, o Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF, que atenderá aos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O projeto é constituído por dois Eixos, Norte (252 km) e Leste (217 km), que, por meio de túneis, canais, aquedutos e barragens, deverão levar água aos referidos Estados. Trata-se da principal obra de infraestrutura de abastecimento em execução no país, e objetiva garantir, em conjunto com suas obras complementares, segurança hídrica para 12 milhões de habitantes de 390 municípios do Agreste e do Sertão dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, impulsionando o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões. Ao mesmo tempo em que busca garantir o abastecimento por longo prazo de grandes centros urbanos da região (Fortaleza, Juazeiro do Norte, Crato, Mossoró, Campina Grande, Caruaru e João Pessoa) e de centenas de pequenas e médias cidades inseridas no semiárido, o projeto beneficia áreas do interior do Nordeste com razoável potencial econômico, importantes no âmbito de uma política de desconcentração do desenvolvimento nacional.

Do escopo da obra, até o final de 2014, foram executados 69,2% (69,6% do Eixo Leste e 69,0% do Eixo Norte).

Metas 2012-2015

• Regularizar a oferta de água para os sistemas de abastecimento

Análise Situacional da Meta

A meta constante no PPA 2012-2015 é a de regularizar a oferta de água para sistemas de abastecimento em 297 municípios. Nesse sentido, em 2012 foram implantados 756 km de adutoras envolvendo 25 municípios da Região Nordeste, beneficiando aproximadamente 414 mil habitantes. Foram concluídas as seguintes obras nesse exercício:

(a) Adutora do Oeste (PE) com 292 km - Municípios de Parnamirim, Ouricuri, Trindade, Araripina, Ipubi, Bodocó, Exu, Timorante, Morelândia, Santa Cruz, Santa Filomena e Granito, beneficiando 274 mil habitantes;

(b) Sistema Adutor Cafarnaum (BA) com 168 km – Municípios de Cafarnaum, Barro Alto e Canarana, beneficiando 38 mil habitantes; e

(c) Sistema Adutor do Seridó (RN) com 31 km – Municípios de Currais Novos e Acari, beneficiando 66 mil habitantes;

(d) Adutora do Algodão – 1ª Etapa (BA), atendendo 226 mil pessoas ao longo da área de influência do sistema,

situadas em 8 municípios: Malhada, Iuiú, Palmas de Monte Alto, Candiba, Pindaí, Matina, Guanambi e Caetité.

Em 2013, as obras concluídas foram:

(a) Sistema Adutor Piaus (PI) com 111 km, o qual abrange os municípios de São Julião, Campo Grande, Fronteiras, Pio IX, Vila Nova do Piauí, beneficiando 25 mil habitantes;

(b) Barragem Figueiredo (CE), executada no Rio Figueiredo, com acumulação de 520 hm³ de água para controle de cheia do baixo Vale do Rio Jaguaribe, abastecimento humano, irrigação e piscicultura, a qual abrange os núcleos urbanos Alto Santo, Iracema e Potiretama, beneficiando 32 mil habitantes;

Ressalte-se que o alcance desta meta até 2013 foi de 33 municípios, e não de 31, conforme divulgado anteriormente. Em 2014, foram concluídas as seguintes obras:

- 1ª Etapa do Sistema Siriji (PE) – 1ª etapa do Sistema Integrado de Abastecimento de Água composto por captação, estação elevatória de água bruta, ETA, estação elevatória de água tratada e adutoras (44 km). Abrange os municípios de

Aliança, Buenos Aires e Vicência, em Pernambuco, e beneficiando 80 mil habitantes;

- Adutora Pajeú - 1ª etapa (PE) – Adutora Pajeú - 1ª etapa (PE) – Construção da etapa I de sistema adutor com 197 km, para fins de abastecimento humano, composto de captação no Lago de Itaparica em Floresta (PE), estações de bombeamento, reservatórios e tubulações até Afogados da Ingazeira (PE). Esta etapa encontra-se operando e beneficiando as cidades Floresta, Serra Talhada, Calumbi, Flores, Carnaíba e Afogados da Ingazeira, bem como os distritos de Carqueja e Canaã.

A 2ª etapa da obra encontra-se em fase inicial de execução, e irá beneficiar mais 14 cidades de Pernambuco e 8 municípios na Paraíba.

- Implantação de Nova Captação para o Sistema Cabrobó (PE) – Instalação de três conjuntos motobombas e adutora de água bruta, interligado à estação de tratamento de água, visando o abastecimento humano. Abrange o município Cabrobó, em Pernambuco, e beneficia 40 mil habitantes.

- Eixão das Águas – Trecho V – Etapas I e II (CE): 55 km de adução entre o açude Gavião e o Porto de Pecém abrangendo os municípios de Pacatuba, Maranguape, Caucaia e São Gonçalo do Amarante, visando ao abastecimento humano e uso industrial.

Das obras previstas para serem concluídas em 2015, destacamos as seguintes:

- Vertente Litorânea – Trechos I e II (PB) – Esse empreendimento corresponde à implantação de sistema adutor com aproveitamento das águas oriundas do Projeto de Integração do Rio São Francisco, e será composto por canais, adutoras, túneis e estações elevatórias. Atenderá onze municípios situados na planície costeira da Paraíba, beneficiando 200 mil habitantes;
- 2ª etapa da Adutora do Algodão (BA) – A implantação ocorrerá a partir da estação elevatória situada na estação de tratamento de água de Ceraíma. Será composto por 82,9 km de adutoras, estações de tratamento de água, estações de tratamento de lodo e casas de cloração, e deverá beneficiar cerca de 90 mil pessoas no Estado da Bahia;
- Adutora João Leite (GO) – Sistema de produção de água composto por captação na Barragem João Leite, estação elevatória de água bruta com capacidade de 4 m³/s e adutora de água bruta (2 km). Abrange a Região Metropolitana de Goiânia, em Goiás, e beneficiará 1,9 milhão de habitantes;
- Sistema Alto Oeste (RN) – Implantação do sistema adutor composto por 2 captações, 2 ETAs, 18 estações elevatórias, booster, reservatórios, chafariz e adutoras, com 288 km, abrangendo 22 municípios na região de Alexandria, no Rio Grande do Norte, e beneficiará 137 mil habitantes;

Considerando os empreendimentos concluídos em 2012, que beneficiaram 25 municípios, os concluídos em 2013, beneficiando mais 8 municípios, e os concluídos em 2014, que beneficiaram 14 municípios, conclui-se que esta meta alcançou 47 municípios.

Quantidade alcançada

47

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	município	0	31/12/2014
Região Nordeste	250	município	47	31/12/2014
Região Sudeste	37	município	0	31/12/2014
Região Sul	8	município	0	31/12/2014

OBJETIVO: 0480 - Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

A revitalização de infraestruturas hídricas prevê a recuperação de estruturas danificadas ou com capacidade reduzida, a sua modernização e ampliação, bem como sua regularização documental e ambiental. Desta forma, são executadas obras para recuperação das infraestruturas hídricas; atividades de prestação de assistência técnica para elaboração de estudos de regularização de segurança, fundiária e ambiental; modernização de novos sistemas que garantam a otimização e a

atualização do empreendimento. As infraestruturas hídricas compreendem sistemas adutores e de transposição de bacias, barragens e reservatórios, e poços profundos.

Barragem é uma importante infraestrutura de desenvolvimento que consiste em uma barreira artificial construída em um vale, objetivando o armazenamento da água a ser utilizado para diversos fins: regularização de vazão, controle de cheias, abastecimento humano e industrial, produção de energia, irrigação, retenção de resíduos minerais e industriais, piscicultura, lazer, entre outros. Este tipo de infraestrutura é uma obra de engenharia complexa, que está sujeita a riscos geológicos, hidrológicos e técnicos que podem gerar acidentes com grandes danos sociais, econômicos e ambientais, incluindo perdas de vidas.

O Objetivo 0480 foi priorizado para revitalização de barragens, devido ao risco à perda de vidas humanas, porém foi registrada a necessidade de recuperação de adutoras e poços de propriedade dos Estados.

A Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), instituída pela Lei 12.334/2010, objetiva garantir a observância de padrões de segurança das barragens, através da fiscalização do poder público sobre o empreendedor, de maneira a reduzir a possibilidade de acidentes e suas consequências, em especial, junto à população potencialmente afetada. Basicamente a PNSB define: as características das barragens que se enquadram na nova política, os instrumentos de controle e monitoramento, a competência dos fiscalizadores, e as responsabilidades do empreendedor da barragem.

A Lei determina ao empreendedor a responsabilidade legal pela segurança da barragem, cabendo-lhe o desenvolvimento de ações para garanti-la, que inclui: i) a operação e manutenção; ii) a inspeção periódica; e iii) a elaboração, divulgação e atualização do Plano de Segurança de Barragens. O artigo 18 da referida lei é específico sobre a necessidade de recuperação de barragens:

“Art 18. A barragem que não atender aos requisitos de segurança nos termos da legislação pertinente deverá ser recuperada ou desativada pelo seu empreendedor, que deverá comunicar ao órgão fiscalizador as providências adotadas”.

Sendo assim, a Codevasf classificou suas barragens em níveis de responsabilidade, baseado no inciso IV do artigo 2º da Lei 12.334/10, que define o Empreendedor como agente privado ou governamental com direito real sobre as terras onde se localizam a barragem e o reservatório ou que explore a barragem para benefício próprio ou da coletividade, isto é, os proprietários ou usuários.

- 1) Empreendedora – barragens de uso e propriedade da Empresa;
- 2) Proprietária – barragem de propriedade da Codevasf, sem uso pela empresa;
- 3) Construtora ou Apoiadora – barragens construídas ou apoiadas pela Codevasf, sem uso e propriedade da Empresa;
- 4) Sem Registro – barragens sem registro de construção pela Empresa;
- 5) Outros Empreendedores – barragens as quais a Codevasf não tenha responsabilidade.

Por meio do presente Objetivo, busca-se não somente dar cumprimento ao comando legal acima, mas principalmente garantir a segurança do abastecimento de água à população. Assim, com fundamento no Programa de Segurança de Barragens (PROSB), foi identificada a necessidade de recuperação de 67 barragens (44 prioritárias e 23 assistidas) das 73 barragens diagnosticadas em 2012 e 2013. O PROSB tem o objetivo de adequar a gestão de segurança estrutural e hídrica das barragens estratégicas, visando à redução de riscos de desastres e manutenção do abastecimento de água para seus empreendimentos, além da reabilitação e transferência das barragens construídas pela Empresa aos seus usuários, adequando-se as exigências da Lei nº 12.334/10. As ações foram divididas em 3 eixos: i) Gestão e Operação; ii) Planos e Estudos; e iii) Reabilitação e Modernização. Até o final de 2014, as atividades desenvolvidas restringiram-se somente às despesas administrativas e de custeio com a operação, manutenção das infraestruturas hídricas e elaboração das Inspeções de Segurança conforme a Lei nº 12.334/2010.

Quanto às barragens de grande porte, que necessitam de manutenção permanente, haja vista o risco a pessoas, meio ambiente e sistema econômico regional, ressalta-se que têm sido realizadas vistorias, elaboração de checklists e relatórios de segurança, de forma a agregar informações necessárias à recuperação das Barragens, para promover a segurança hídrica e das próprias estruturas. Como exemplo, citam-se as barragens do Orós, Castanhão e Banabuiú, no Ceará.

Importante mencionar também que o DNOCS executa a recuperação de reservatórios estratégicos que deverão se integrar operacionalmente ao Projeto de Integração do Rio São Francisco. São intervenções complementares às obras do PISF, e importantes para que esta possa alcançar a máxima efetividade. Os trabalhos abrangem 21 Açudes Públicos, incluindo o Açude Poço da Cruz.

As obras de recuperação finalizadas até o final de 2014 são as seguintes: Barragem Pereiro, em Petrolina (PE), Barragem Lagoa da Pedra, em Santa Maria da Boa Vista (PE), Barragem Barreiro Grande, em Afrânio (PE), Barragens públicas São Mamede e de Santa Luzia (PB), Construção de passagem molhada no município de Riacho da Cruz/RN, Recuperação de Hidromecânicos nas barragens dos açudes de Custódia, de Cachoeira II, de Araripina, de Barra, do Cruzeiro, de Garanhuns, de Guilherme de Azevedo, e Mororó, no Estado de Pernambuco, e Recuperação do Sistema de Tomada D'Água e estrutura de saída do Açude Público Frios.

Metas 2012-2015

• Revitalizar infraestruturas hídricas

Análise Situacional da Meta

Contribui para essa meta a recuperação de reservatórios estratégicos para a integração do Rio São Francisco, empreendimento que faz parte do PAC. Abarca a recuperação de 21 barragens sob gestão do Governo Federal e que serão necessárias à operacionalização do PISF. Destacam-se as obras para recuperação e adequação do Açude Poço da Cruz, concluídas em 2014. No momento, aguarda-se o início do contrato que abarca diagnóstico e projetos para a recuperação dos demais 20 reservatórios.

Quanto às barragens de grande porte, que necessitam de manutenção permanente, haja vista o risco a pessoas, meio ambiente e sistema econômico regional, ressalta-se que têm sido realizadas vistorias, elaboração de checklists e

relatórios de segurança, de forma a agregar informações necessárias para a recuperação das barragens, e promoção da segurança hídrica e das próprias estruturas. Como exemplo, citam-se as barragens do Orós, Castanhão e Banabuiú, no Ceará.

Foi concluída em 2014 a implantação de rede adutora variante de 23 km, no 1º Trecho da Adutora do Garrincho, visando ao abastecimento humano. Abrange os municípios de São Raimundo Nonato, Cel. José Dias, São Lourenço, Dirceu Arcoverde, Várzea Branca, Anísio de Abreu, Jurema e São Braz, no Estado do Piauí, beneficiando 58 mil habitantes.

Também cabe mencionar duas obras no âmbito do Ministério da Integração Nacional, em execução no PAC, com previsão de conclusão em 2015:

(i) A substituição de trecho de 5 km da Adutora de Amaraji, localizado no Município de Amaraji, em Pernambuco, atende aos Municípios de Gravatá e Chã Grande. A obra beneficiará 97 mil habitantes, sendo que em 2014 foi concluído o processo licitatório. No entanto, há atraso na entrega dos tubos, pois o fornecedor contratado está importando material para o atendimento da demanda;

(ii) A recuperação de 10,8 km da adutora de água bruta Hidrolândia-Irajá, no Ceará, que beneficiará 19 mil pessoas, e que alcançou em 2014, 22% de sua execução física;

O Programa de Segurança de Barragens (PROSB) tem o objetivo de adequar a gestão de segurança estrutural e hídrica das barragens estratégicas, visando à redução de riscos de desastres e manutenção do abastecimento de água para seus empreendimentos, além da reabilitação e da transferência das barragens construídas pela Codevasf aos seus usuários, adequando-se às exigências da Lei nº 12.334/10. As ações foram divididas em 3 eixos: i) Gestão e Operação; ii) Planos e Estudos; e iii) Reabilitação e Modernização.

Com fundamento no Programa de Segurança de Barragens (PROSB), a Codevasf é definida como Empreendedora de 9 barragens e proprietária de outras 35, as quais possuem outros usuários, totalizando 44 barragens sob sua responsabilidade, de um total de 73 diagnosticadas entre 2012 e 2013. Dessas, 62 são localizadas na região Nordeste, e 11 no Sudeste (Norte de Minas). Até o momento, foram encontradas 29 barragens construídas pela Codevasf, mas que possuem suas titularidades associadas a outros órgãos, além de 21 barragens com relação às quais a Codevasf não participou da construção, as demais barragens necessitam de um levantamento fundiário e administrativo mais aprofundado.

Em 2012, foram concluídas as recuperações da Barragem Pereiro, em Petrolina (PE) e Barragem Lagoa da Pedra, em Santa Maria da Boa Vista (PE). Ademais, foram licitadas a recuperação de 4 barragens no estado de Alagoas (Barragem Mercado Grande, Mercado dos Pereiras, Itapecuru e Poço do Boi), bem como realizados três contratos para recuperação de dez barragens em Pernambuco: Volta do Riacho, Soledade, Água Branca, Deserto, Água Fria, Várzea dos Ramos, Bom Jardim, Murici, Caiçara e Poço da Onça.

Em 2013, destaca-se a conclusão da recuperação da barragem de Barreiro Grande, na zona rural do município de Afrânio, sertão de Pernambuco, beneficiando quase 12 mil pessoas na região.

Em 2014, foram concluídas as recuperações de 8 barragens referentes aos contratos firmados em 2012, no estado de Pernambuco, permanecendo pendente de recuperação as barragens de Água Fria e Várzea dos Ramos. Além disso, o estado crítico da barragem de Zabumbão foi agravado e o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

(INEMA/BA), solicitou providências via Notificação nº 2013-013486/TEC/NOT-2690. Como consequência, foi providenciada a contratação das obras necessárias para a recuperação.

Em 2015, está programada a finalização da recuperação das 4 barragens no estado de Alagoas: Mercado Grande, Mercado dos Pereiras, Itapecuru e Poço do Boi.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	18	unidade	11	31/12/2014

OBJETIVO: 0549 - Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do Estado.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Com a elaboração da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, pretende-se organizar a atuação do Poder Público, com a definição de instrumentos que possam induzir a organização deste setor de forma cooperativa com outras políticas setoriais e nacionais. A Política dará sinergia às ações do Estado e permitirá eliminar sobreposições e lacunas nos investimentos. Permitirá também a integração de sistemas, resultando em operação inteligente das infraestruturas com diminuição da pressão sobre o meio ambiente. A atuação articulada do Estado, em seus diversos níveis, e do setor privado dentro de uma estratégia de desenvolvimento regional e nacional contribui para a universalização do acesso à água e para a redução da pobreza.

O Plano Nacional de Infraestrutura Hídrica – PNSH (que, a partir de 2012, é tratado como Plano Nacional de Segurança Hídrica), será o principal instrumento da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, e deverá organizar a atuação do Poder Público na formulação e na construção de programas e ações para o setor. Permitirá, com suas orientações, constituir intervenções específicas e até mesmo constituir banco de projetos estratégicos que fortaleça a atuação propositiva do Estado.

Além de buscar tratar problemas associados ao abastecimento de água, o PNSH também deverá abarcar a infraestrutura hídrica necessária à redução de riscos associados a inundações. As proposições associadas a essa temática guardam relação estreita com atividades executadas no escopo do Programa do PPA Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, e deverão estar alinhadas com as demais linhas de atuação ali presentes.

Metas 2012-2015

• Diagnosticar a situação de operação e segurança física de infraestruturas hídricas

Análise Situacional da Meta

Foram realizados levantamentos para subsidiar os termos de referência do edital de contratação de serviços e obras necessários para a revitalização de infraestruturas hídricas. Além disso, este Objetivo tem suas atividades relacionadas com outro Objetivo do presente Programa do PPA, o 0480 (Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais).

Em 2012, foi realizado o cadastro técnico de 54 barragens, o relatório de implantação do plano de segurança de barragens, 66 Relatórios de Inspeções Regulares de Segurança, levantamento para orçamento dos serviços de recuperação de barragens, capacitação de 17 Analistas no 1º Curso de Segurança de Barragens, elaboração do 1º Workshop de Segurança de Barragens da Codevasf – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

Com fundamento no Programa de Segurança de Barragens (PROSB), em 2013, foram realizados 19 Relatórios de Inspeções Regulares de Segurança de novas barragens, que contém diagnóstico de 85 barragens, localizadas nas regiões Nordeste (74) e Sudeste (11), dentre as quais foi identificada a necessidade de recuperação de 44 barragens. Ao mesmo tempo, 12 barragens foram inspecionadas novamente, devido à periodicidade regular exigida na Lei nº 12.334/10. Além da capacitação de três analistas no Curso de Aperfeiçoamento de Segurança de Barragens da ANA.

Quantidade alcançada

85

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	36	unidade	74	31/12/2014
Região Sudeste	8	unidade	11	31/12/2014
Região Sul	4	unidade	0	31/12/2014

• Elaborar marcos legal e institucional para a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi iniciada parceria entre o Ministério da Integração Nacional e a Agência Nacional de Águas para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Hídrica, o qual será o principal instrumento da Política Nacional de

Segurança Hídrica.

Em 2014 foi contratada a empresa de consultoria, por meio de financiamento do Banco Mundial, visando a elaboração do diagnóstico, indicadores, critérios de priorização e hierarquização das obras estruturantes. Tais atividades subsidiarão a definição das diretrizes para o marco legal.

• **Elaborar o Plano Nacional de Segurança Hídrica**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional de Segurança Hídrica encontra-se no escopo do Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS, e será executado em parceria com a Agência Nacional de Águas – ANA.

O INTERÁGUAS, com abrangência nacional, foi concebido para buscar uma melhor articulação e coordenação de ações no setor água, melhorando sua capacidade institucional e de planejamento e criando um ambiente integrador no qual seja possível dar continuidade a programas setoriais exitosos, tais como o Programa de Modernização no Setor Saneamento (PMSS) e o Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos (PROÁGUA), como também fortalecer iniciativas de articulação intersetorial que visam aumentar a eficiência no uso da água e na prestação de serviços associados.

Seus objetivos são:

1. Contribuir para o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão no setor água, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do País;
2. Aumentar a eficiência no uso da água e na prestação de serviços;
3. Aumentar a oferta sustentável de água em quantidade e qualidade adequadas aos usos múltiplos e;
4. Melhorar a aplicação de recursos públicos no setor água, buscando a eficiência por meio da melhor articulação e coordenação intersetoriais.

Em 2013, foi iniciado o processo de contratação da empresa para assistir à elaboração do Plano Nacional de Segurança Hídrica, segundo as regras do Banco Mundial. Em vista do reduzido número de propostas viáveis, optou-se por se refazer o processo de contratação em 2014.

Finalizado no segundo semestre de 2014 o processo de contratação da empresa, deu-se início as visitas aos estados brasileiros, com o intuito de conhecer melhor a realidade hídrica de cada local, bem como os planejamentos e projetos já existentes, os quais deverão ser resgatados de maneira organizada e aperfeiçoados com as novas tecnologias.

Foram realizadas visitas aos estados de Ceará, Pernambuco, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, sendo que a programação para o primeiro semestre de 2015 inclui Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Maranhão e Piauí.

- **Implementar a gestão do Projeto de Integração do São Francisco**

Análise Situacional da Meta

A instituição de um modelo de gestão para o Projeto de Integração do Rio São Francisco é essencial à sua operação, pois viabilizará a gestão e o planejamento do uso da infraestrutura hídrica do Projeto. É por meio da constituição de um ente operador federal que serão celebrados contratos de fornecimento de água necessários à operacionalização do projeto, bem como instituído um modelo tarifário de cobrança pelo uso da água.

Em 2012, por meio das Portarias MI nº 512, de 30 de agosto, e nº 543, de 30 de setembro, foi criada a Comissão de Integração das Ações de Execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional (PISF) – CIAPISF, com a competência de monitorar, avaliar, integrar e apoiar as ações atinentes à vigilância de todos os ativos, incluindo as estruturas civis, equipamentos eletromecânicos, subestações elétricas e outros; testes de obras concluídas e equipamentos instalados; operação e manutenção assistidas, com caráter preventivo, de obras e equipamentos e acompanhamento da implantação do Centro de Controle e Operação.

Em 2013, a implementação do Sistema de Gestão do PISF avançou, tendo em vista o posicionamento do Governo Federal de definir a Codevasf no papel de Operadora Federal do PISF, nos termos do Decreto nº 5.995/2006, que instituiu o Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. A formalização da Codevasf como operadora federal do PISF ocorreu com a publicação do Decreto nº 8.207 de 17 de março de 2014.

Após a definição da CODEVASF como operadora federal do PISF, foram desenvolvidas ações visando o início da fase de pré-operação, devendo ser concluído o processo de contratação de energia até junho de 2015.

PROGRAMA: 2033 - Energia Elétrica

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica	MW	25/05/2011	114.858,459	23/01/2015	133.913
Capacidade instalada de geração - Hidráulica	MW	31/12/2011	82.458	23/01/2015	89.193
Capacidade instalada de geração - Renováveis (exceto Hidráulica)	MW	31/12/2011	10.301	23/01/2015	17.295
Capacidade instalada de geração - Termelétricas	MW	31/12/2011	24.375	23/01/2015	27.269
DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora	hora por ano	31/12/2010	18,35	31/12/2014	17,58
FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora	unidade por ano	31/12/2010	11,29	31/12/2014	9,88
Rede Básica do SIN - linhas de transmissão	km	31/12/2011	103.401	31/12/2014	125.149
Rede Básica do SIN - transformação	MVA	31/12/2011	244.918	31/12/2014	292.829
Tarifa Média de Fornecimento de Energia Elétrica	R\$/MWh	30/04/2011	272,41	23/01/2015	276,89
Taxa de importação de energia elétrica	%	31/01/2011	7,8	23/01/2015	5,74
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Biomassa	%	31/01/2011	6,42	23/01/2015	9,3
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Carvão Mineral	%	31/01/2011	1,58	23/01/2015	2,52
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Eólica	%	31/01/2011	0,75	23/01/2015	3,6
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Gás	%	31/01/2011	10,57	23/01/2015	9,4
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Hidráulica	%	31/01/2011	65,53	23/01/2015	66,6
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Petróleo	%	31/01/2011	5,71	23/01/2015	6,8
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Urânio	%	31/01/2011	1,63	23/01/2015	1,5
Taxa de universalização do acesso à energia elétrica	%	31/12/2009	98,91	31/12/2013	99,6

Observações:

Taxa de universalização do acesso à energia elétrica - PNAD. Valor de 2014 ainda não disponível.

OBJETIVO: 0019 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Nesse Objetivo, espera-se adicionar 10.326 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica ao Sistema Elétrico Brasileiro no período 2012-2015. A geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica predomina no Brasil e isso advém, especialmente, da sua grande disponibilidade e das características dos rios do País, que resultam em um grande potencial energético. Essa geração pode ocorrer por meio de uma Central Geradora Hidrelétrica (CGH), uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) ou uma Usina Hidrelétrica de Energia (UHE). Segundo as definições da ANEEL, CGH é uma unidade geradora de energia com potencial hidráulico igual ou inferior a 1 MW (um megawatt), PCH é toda usina hidrelétrica de pequeno porte cuja capacidade instalada seja superior a 1MW (um megawatt) e até

30MW (trinta megawatts) e, por fim, uma UHE é toda usina hidrelétrica cuja capacidade instalada seja superior a 30MW (trinta megawatts).

As usinas hidrelétricas (UHEs) disponibilizam grandes quantidades de energia a baixos preços, contribuindo para a modicidade tarifária, e ainda apresentam a vantagem de utilizar uma fonte limpa e renovável. As Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e as Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) constituem fontes alternativas de energia que geram quantidades menores, porém com impactos ambientais reduzidos. Seu maior benefício está na estabilização da energia em horários de ponta do sistema e, por isso, também devem ser incentivadas.

Os projetos definidos no âmbito do PPA 2012-2015 estão em andamento e espera-se o alcance dos resultados desse objetivo ao final do período considerado. Dos 10.326 MW estimados para o período 2012-2015, entraram em operação, em 2012, 1.856 MW dessa fonte, com destaque para a entrada de máquinas da UHE Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia, e da UHE Estreito, situada entre o Maranhão e o Tocantins. Em 2013, foram incorporados ao Sistema Interligado Nacional (SIN) 1.533 MW de capacidade instalada, com destaque para o início da operação da primeira máquina da UHE Jirau, além de máquinas da UHE Santo Antônio. Em 2014, entraram em operação, 3.314 MW, com destaque para a UHE Santo Antônio, no Rio Madeira, e a UHE Jirau.

Metas 2012-2015

- **Adicionar 10.326 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica (UHEs, PCHs e CGHs)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, os resultados alcançados ficaram abaixo da expectativa para os primeiros anos de execução do PPA, com um aumento da capacidade instalada de 1.856 MW.

Em 2013, a execução permaneceu aquém do planejado, com o acréscimo de 1.533 MW. Esse resultado justifica-se pela postergação da entrada em operação de algumas etapas de obras importantes como Santo Antônio e Jirau. Contudo, com a conclusão dessas duas usinas será possível acrescentar mais de 7.000 MW à capacidade instalada, o que possibilitará o atingimento da meta estabelecida para o quadriênio.

Importante ressaltar a conclusão das obras das UHEs Estreito (1.087 MW) e Mauá (363,1 MW), e a entrada em operação comercial de 305,7 MW da UHE Simplício (333,7 MW). Destaca-se também a participação das UHEs Sinop (400 MW) e São Manoel (700 MW) nos leilões de energia realizados no ano de 2013.

Em 2014, houve um acréscimo de 3.314 MW, devido, principalmente, ao avanço das obras das UHEs de Santo Antônio e Jirau que já contam com 94,8% e 97,5% de execução, respectivamente. Como ainda há previsão de um acréscimo de cerca de 3.700 MW para o ano 2015, espera-se que a meta estabelecida no PPA seja alcançada. Ressalta-se em 2014 também a conclusão das obras da UHE Batalha (52,5 MW), da assinatura dos contratos de concessão das UHEs Sinop e São Manoel, e avanço físico das UHEs Colider (85%), Santo Antônio do Jari (98,9%), Simplício (98,1%) e Teles Pires (94,45%).

Quantidade alcançada

6.703

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2.280	MW	830	31/12/2014
Região Nordeste	326	MW	7	31/12/2014
Região Norte	6.950	MW	4.334	31/12/2014
Região Sudeste	75	MW	556	31/12/2014
Região Sul	695	MW	976	31/12/2014

OBJETIVO: 0023 - Utilizar as fontes térmicas para geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A expectativa com a realização desse Objetivo é de adicionar 9.338 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas ao Sistema Elétrico Brasileiro no período 2012-2015. No planejamento energético é importante a adoção do princípio da diversificação da matriz energética, levando em consideração a disponibilidade de matérias primas, fontes primárias renováveis e não renováveis. O parque de geração de energia elétrica no Brasil é predominantemente hidráulico e as usinas termelétricas (UTES) estão entre as alternativas de diversificação. As principais vantagens das térmicas são o prazo menor de amortização dos investimentos, o custo de capital mais baixo, o menor risco para o setor privado e a contribuição para o aumento da confiabilidade do sistema elétrico interligado, compensando possíveis déficits hídricos.

Dos 9.338 MW estimados para o período 2012-2015, entraram em operação em 2012 753,2 MW e, em 2013, 2.209,7 MW. Assim, o acumulado dos dois primeiros anos do PPA foi de 2.962,9 MW, o que corresponde a 31,7% do total previsto.

Em 2014, a execução continuou abaixo do previsto, com o acréscimo de apenas 388,5 MW, totalizando 3.351,5 MW no último triênio.

Metas 2012-2015

- Adicionar 9.338 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram adicionados ao sistema 753,2 MW. Em 2013 foram adicionados mais 2.209,7 MW, totalizando 2.962,9 MW. Destaca-se que diversas usinas térmicas previstas inicialmente no PPA, e comercializadas nos leilões de energia de 2008 a 2011, já foram consideradas frustradas, uma vez que foram iniciativas de grupos empresariais em dificuldades ou extintos.

Em 2014, o índice de realização manteve-se abaixo do esperado, com o acréscimo de 388,5 MW. A expectativa para 2015 é de um aumento de mais 600 MW, aproximadamente, o que não é suficiente para alcançar a meta do PPA para o período, atingindo apenas 50% de realização.

Quantidade alcançada

3.351,4

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
------------------------	-------	---------	-----------------	------

Região Centro-Oeste	120	MW	363,6	31/12/2014
Região Nordeste	4.900	MW	2.507,5	31/12/2014
Região Norte	80	MW	51,2	31/12/2014
Região Sudeste	4.150	MW	409,1	31/12/2014
Região Sul	88	MW	20	31/12/2014

OBJETIVO: 0025 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A expectativa com a realização desse Objetivo é adicionar 1.395 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fonte térmica a biomassa e 3.680 MW a partir da fonte eólica, ao Sistema Elétrico Brasileiro, no período 2012-2015. A geração de energia elétrica a partir de fontes limpas e renováveis é uma alternativa importante na diversificação da matriz elétrica. O Brasil tem potencial estimado de 140 GW de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica, localizados principalmente nas regiões Sul e Nordeste. Até o ano 2012 foi desenvolvido cerca de 1,5 % desse potencial, fato que, associado à atratividade e à competitividade dos preços da energia elétrica gerada a partir dessa fonte observada nos leilões de 2010 e 2011, explicitam a grande oportunidade que a energia eólica representa para o Brasil. No caso da biomassa, o grande potencial de exploração é a disponibilidade de terra arável no Brasil, a intensa radiação solar recebida, o desenvolvimento tecnológico e uma agroindústria consolidada. O bagaço residual do processamento industrial da cana-de-açúcar para a produção de açúcar e etanol é o principal combustível renovável para geração de energia elétrica. A produção principal de energia dessa biomassa é para consumo próprio das usinas do setor sucroalcooleiro, havendo também a possibilidade de venda do excedente de eletricidade para o Sistema Interligado Nacional (SIN), e isso tem sido estimulado por meio de ações do Governo, utilizando principalmente os leilões de energia.

No biênio 2012-2013 foram adicionados 769,4 MW de capacidade de geração de fonte eólica e 2.245 MW de fonte a biomassa à matriz energética nacional, dentro da regionalização estabelecida pelo PPA. Além disso, em 2014 foram adicionados mais 2.793,5 MW de fonte eólica e 980,5 MW de fonte à biomassa. Em relação à biomassa, foram adicionados nos últimos três anos 145,8 MW na região Sul, mas esses dados não são computados para efeito de apuração desse Objetivo.

Metas 2012-2015

- **Adicionar 1.395 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fonte térmica a biomassa**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram acrescidos à capacidade instalada 863MW, representando 62% do total previsto para o período 2012-2015.

Em 2013, o volume adicionado foi de 1.382 MW. Esse valor, somado ao total adicionado no ano anterior, representou um montante de 2.245 MW indicando que a meta estabelecida para o PPA foi ultrapassada em 62%.

A expansão da matriz de energia elétrica a partir de fontes renováveis, no que tange especialmente à biomassa, já superou em duas vezes e meia a meta prevista no PPA 2012/2015, com o acréscimo de 980,5 MW em 2014, o que demonstra a grande potencialidade dessa fonte. Entretanto, a tendência é de que essa fonte não tenha a mesma performance no restante do período, uma vez que os principais aproveitamentos já foram consolidados, e espera-se um acréscimo somente de cerca de 200 MW para o ano 2015.

Quantidade alcançada

3.225,5

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	480	MW	1.032	31/12/2014
Região Nordeste	125	MW	502,4	31/12/2014
Região Norte	80	MW	14,8	31/12/2014
Região Sudeste	710	MW	1.676,3	31/12/2014

• **Adicionar 3.680 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram adicionados 456,2 MW de capacidade de geração de fonte eólica à matriz energética nacional. Em 2013 esse acréscimo foi de 313,2 MW. O montante da expansão da capacidade instalada de energia eólica gerada no período 2012-2013 representa cerca de 20% do total previsto para o período 2012-2015.

Houve postergação da entrada de diversas usinas em parques eólicos importantes, por conta no atraso das obras dos sistemas de transmissão associados para a integração das usinas.

O baixo índice de realização dessa Meta nos dois primeiros anos foi agora compensado com a excelente realização de 2014, com o acréscimo de 2.793,5 MW, devido à entrada em operação de diversas usinas em parques eólicos que se encontravam com atraso nas obras dos sistemas de transmissão associados, para a integração das usinas. A expectativa é de que essa meta seja superada em cerca de 50%, uma vez que está previsto um acréscimo de quase 2.000 MW em 2015 para a fonte eólica.

Quantidade alcançada

3.562,9

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	3.360	MW	3.174,1	31/12/2014
Região Sul	320	MW	388,8	31/12/2014

OBJETIVO: 0029 - Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política tarifária em todo o território nacional.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O monitoramento da expansão e do desempenho do sistema elétrico, realizado pelo Governo Federal, tem por objetivo assegurar o equilíbrio entre a oferta e a demanda, acompanhar as ações de integração elétrica com os países vizinhos e possibilitar a formulação de política tarifária, por meio da coordenação das ações de comercialização de energia elétrica e de políticas sociais de acesso e uso da energia elétrica. O monitoramento envolve os empreendimentos licitados a partir das assinaturas dos contratos de concessão ou emissão dos atos autorizativos. Com base nos cronogramas desses empreendimentos, a execução das obras é monitorada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), o qual atua para garantir a ampliação da oferta energética e assegurar a entrada em operação dos projetos conforme o planejado. Dessa forma, é realizada uma avaliação permanente da continuidade e da segurança do suprimento eletroenergético.

No monitoramento da expansão da geração, o Ministério acompanhou em 2012 um montante de 396 empreendimentos em implantação, quantidade acima do previsto no PPA. Em 2013, o objetivo manteve um bom índice de monitoramento com 407 empreendimentos monitorados. Em 2014 a quantidade de empreendimentos monitorados teve um crescimento

de aproximadamente 30% em relação ao verificado em 2013, estando agora na casa de 527 empreendimentos.

No primeiro semestre de 2014, e em continuidade ao trabalho realizado em 2013, o monitoramento concentrou-se essencialmente na preparação do sistema elétrico para a Copa do Mundo de 2014, realizada nos meses de junho e julho. A maior parte das inspeções de campo foram realizadas nas obras de distribuição de energia nas cidades sede (29 inspeções) e no sistema de transmissão (4 inspeções). Nas usinas em construção foram realizadas somente 3 inspeções. Com relação aos leilões de energia, o montante realizado em 2012 ficou dentro da previsão para o período. Em 2013, foram realizados o 5º Leilão de Energia de Reserva (Edital 05/2013 - Aneel), o 16º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração - Leilão "A-5", o 17º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração - Leilão "A-3", e o 18º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração - Leilão "A-5", em que foram comercializados um montante de 667.538,33 GWh de energia. Em 2014, foram realizados quatro leilões de energia nova pela ANEEL, onde foi comercializado um montante de 860.037,05 GWh de energia, a um preço médio de R\$ 195 / MWh comercializado.

No caso da comercialização de energia com países vizinhos, a realizada com a Venezuela ficou no patamar previsto inicialmente, mas as trocas de energia com a Argentina e com o Uruguai não foram tão intensas em 2012. Em 2013, foi comercializado um total de 40.357,4 GWh de energia com os países vizinhos do Brasil, envolvendo as compras contratadas com o Paraguai de parte da energia gerada por Itaipu no montante de 39.528,2 GWh, as compras contratadas da Venezuela para o atendimento a Roraima no montante de 829,2 GWh e com a Argentina e Uruguai de energia interruptível foram realizadas apenas na modalidade de troca, sendo enviados e recebidos o mesmo montante no mesmo dia, em situações emergenciais, segundo os acordos com esses países. Em 2014, foi comercializado um total de 33.800 GWh de energia com os países vizinhos do Brasil.

Metas 2012-2015

- **Avaliar e emitir mensalmente informativos tarifários de Energia Elétrica**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 o MME planejou a elaboração de 3 exemplares do Informativo Tarifário, com vistas a disseminar informações referentes às tarifas de energia e subsidiar decisões do Ministério. As informações referentes aos meses de novembro e dezembro foram consolidadas no início de 2013.

No tocante a 2013, o MME elaborou 3 exemplares do Informativo Tarifário, com vistas a disseminar informações e subsidiar decisões do Ministério em periodicidade compatível com o processamento dos reajustes/revisões tarifárias. Em 2014, foram igualmente emitidos 3 Informativos Tarifários, de forma quadrimestral (abril, agosto e dezembro), resumindo boletins, tabelas e gráficos que são emitidos constantemente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e por outras fontes.

- **Monitorar anualmente a execução de 250 novos empreendimentos de geração de energia elétrica em construção no País**

Análise Situacional da Meta

O montante de empreendimentos de geração monitorados em 2012 chegou a 396 empreendimentos, quantidade 58,4% acima do previsto inicialmente.

Em 2013 foram monitorados 407 empreendimentos de geração de energia elétrica, montante 63% acima da meta anual estabelecida no PPA 2012-2015. O aumento do número de empreendimentos monitorados deve-se principalmente à segregação dos grandes parques eólicos em diversos projetos menores, o que resultou em um grande número de projetos a serem considerados individualmente, principalmente na região Nordeste.

Em 2014, o índice de realização manteve-se acima do previsto, a quantidade de empreendimentos monitorados superou a meta inicialmente prevista em aproximadamente 110%, totalizando 527 empreendimentos

Quantidade alcançada

527

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	30	unidade	27	31/12/2014
Região Nordeste	65	unidade	373	31/12/2014
Região Norte	55	unidade	12	31/12/2014
Região Sudeste	40	unidade	29	31/12/2014
Região Sul	60	unidade	86	31/12/2014

- **Monitorar anualmente a execução de 270 novos empreendimentos de transmissão de energia elétrica em construção no País**

Análise Situacional da Meta

O valor realizado em 2012, de 450 empreendimentos monitorados, foi 70% maior do que o previsto no PPA 2012-2015.

Em 2013 foram monitorados 378 empreendimentos de transmissão de energia elétrica, valor cerca de 40% acima da meta estabelecida. Essa realização a maior deve-se principalmente à grande quantidade de obras de reforço e ampliações determinadas para melhorar o desempenho do sistema elétrico nacional após a elaboração deste plano. Em 2014 o índice de realização manteve-se acima do previsto, com a realização de 426 monitoramentos, aproximadamente 58% da meta inicialmente prevista.

Quantidade alcançada

426

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	35	unidade	36	31/12/2014
Região Nordeste	70	unidade	177	31/12/2014
Região Norte	55	unidade	66	31/12/2014
Região Sudeste	45	unidade	75	31/12/2014
Região Sul	65	unidade	72	31/12/2014

- **Realizar inspeção técnica em campo em 180 usinas em construção**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizadas 56 inspeções em parques eólicos. Esse valor representa o número de inspeções consideradas individualmente para cada empreendimento segundo a metodologia aplicada nos leilões.

Em 2013 foram realizadas 43 inspeções a usinas em construção em todo o País, o que equivale a 23,9% da meta estabelecida no PPA. Além das inspeções em usinas, é importante ressaltar que foram realizadas também 17 inspeções em sistemas de transmissão e 34 inspeções em sistemas de distribuição.

Em 2014, foram realizadas 15 inspeções em usinas em construção, totalizando 114 inspeções dentro da meta estabelecida para o PPA.

Quantidade alcançada

114

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	25	unidade	6	31/12/2014

Região Nordeste	45	unidade	66	31/12/2014
Região Norte	40	unidade	16	31/12/2014
Região Sudeste	30	unidade	8	31/12/2014
Região Sul	40	unidade	18	31/12/2014

OBJETIVO: 0034 - Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Os estudos de inventário hidroelétrico, os estudos e projetos de parques eólicos e os projetos de usinas a biomassa estão sendo executados dentro da meta ou superando a meta estabelecida. Em 2013 esperava-se a conclusão dos estudos de viabilidade da UHE São Luis do Tapajós, o que ocorreu em 2014. Com relação às usinas termoneucleares, caberá ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE definir a implantação de novas usinas nucleares no Brasil.

Metas 2012-2015

• Inventariar o equivalente a 8.240 MW de capacidade de geração hidrelétrica

Análise Situacional da Meta

Entre janeiro/2012 e dezembro/2013 foram aprovados pela ANEEL 62 Estudos de Inventário Hidrelétrico (incluindo revisões), totalizando 4.629,9 MW. Destaca-se a aprovação dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Uruguai no trecho limítrofe entre Brasil e Argentina pelos Governos de ambos os países, resultando em um potencial compartilhado de 2.200 MW (sendo 1.100 MW pertencente a cada país). Em 2014 os estudos aprovados totalizaram 3.959,3 MW. Desse modo, as ações realizadas permitiram conhecer com maior nível de detalhamento o potencial hidrelétrico brasileiro, atingindo-se a meta prevista para o horizonte 2012-2015.

Quantidade alcançada

8.589,2

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Amazônica	5.700	MW	4.743,3	31/12/2014
Região Hidrográfica Atlântico Leste	140	MW	77,8	31/12/2014
Região Hidrográfica Atlântico Norte/Nordeste	70	MW	140,5	31/12/2014
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	210	MW	323,5	31/12/2014
Região Hidrográfica Paraná	630	MW	2.210	31/12/2014
Região Hidrográfica São Francisco	160	MW	256	31/12/2014
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	190	MW	595,9	31/12/2014
Região Hidrográfica Uruguai	1.140	MW	242,2	31/12/2014

• Realizar e aprovar Estudos de Viabilidade de usinas hidrelétricas com potencial total da ordem de 15.365 MW

Análise Situacional da Meta

No biênio 2012/2013 foram aprovados Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica (EVTE) de 4 aproveitamentos hidrelétricos, totalizando 4.384 MW.

Em 2014, os EVTEs concluídos totalizaram 8.557,8 MW. Destaca-se a conclusão do estudo de viabilidade da usina hidrelétrica São Luiz de Tapajós.

Ressalta-se que o valor anteriormente informado para o período de 2012/2013 foi retificado, pois estava incompleto e se referia apenas ao período de janeiro de 2012 a outubro de 2013, contemplando as Regiões Hidrográficas Atlântico

Nordeste e Amazonas.

Quantidade alcançada

12.941,8

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Amazônica	13.500	MW	9.486,8	31/12/2014
Região Hidrográfica Atlântico Leste	225	MW	294	31/12/2014
Região Hidrográfica Atlântico Norte/Nordeste	110	MW	113	31/12/2014
Região Hidrográfica Paraná	210	MW	438,9	30/10/2013
Região Hidrográfica São Francisco	450	MW	209,1	31/12/2014
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	150	MW	2.400	31/12/2014
Região Hidrográfica Uruguai	720	MW	0	30/10/2013

• Viabilizar e projetar 1.100 MW de capacidade de geração a partir de biomassa

Análise Situacional da Meta

Importante ressaltar que se considera viabilizado todo empreendimento habilitado tecnicamente e que se sagrou vencedor nos leilões de energia de novos empreendimentos. Desta forma, no biênio 2012/2013 foram viabilizados 808,8 MW empreendimentos de geração termelétrica à biomassa, incluindo-se novas centrais e ampliações. Em 2014 foram viabilizados mais 611 MW. O montante alcançado nos primeiros anos do PPA, de 1.419,8 MW, supera a meta prevista e sua localização se dá majoritariamente na Região Sudeste/Centro-Oeste.

Quantidade alcançada

1.419,8

Data de Referência

31/12/2014

• Viabilizar e projetar 4.000 MW de capacidade de geração a partir de fonte eólica

Análise Situacional da Meta

Ressalta-se que para fins de aferição da meta considera-se viabilizado todo o empreendimento habilitado tecnicamente e que se sagrou vencedor nos leilões de energia de novos empreendimentos. Desta forma, no biênio 2012/2013, os Leilões de Energia Nova e de Energia de Reserva viabilizaram a implantação de 4.992,5 MW em novas centrais eólicas. Desse montante, 4.405,4 MW estão localizados na região Nordeste, confirmando a vocação da região para a fonte eólica. Os 587,1 MW restantes encontram-se na Região Sul.

Em 2014, os Leilões de Energia viabilizaram a implantação de 2.246 MW em novas centrais eólicas. O potencial total viabilizado já superou o montante previsto da meta.

Quantidade alcançada

7.238,55

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	3.000	MW	6.603,4	31/12/2014
Região Sul	1.000	MW	635,1	31/12/2014

• Viabilizar e projetar 4 usinas termoneucleares

Análise Situacional da Meta

Projetos não iniciados. Caberá ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE definir a implantação de novas

usinas nucleares no Brasil, além de Angra 1, Angra 2 (em operação) e Angra 3 (em construção).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0036 - Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O Sistema Interligado Nacional (SIN) é um conjunto de usinas, linhas de transmissão e de subestações elétricas interconectadas entre si, cuja principal função é de transportar a energia para os grandes centros de consumo, integrando os diversos componentes, otimizando os recursos energéticos disponíveis, considerando a operação com a máxima confiabilidade e estabilidade, aproveitando as características hidrológicas das bacias hidrográficas nas diferentes regiões geográficas do nosso país.

Dessa forma, tanto a integração dos subsistemas ainda isolados e dos novos empreendimentos de geração de energia ao SIN é uma questão estratégica e de soberania nacional. Destaca-se os grandes desafios para exploração dos potenciais hidráulicos nos estados da região Norte nas bacias dos rios Madeira, Teles Pires e Tapajós, e do rio Xingú, com a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

No início da utilização da energia elétrica, cada região instalava seu próprio sistema de produção de energia. Todavia, com o passar do tempo, e o crescimento da utilização da energia elétrica, estes sistemas primitivos foram aumentando de tamanho e por conveniência e necessidade os sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia foram se interligando e tornando-se cada vez maiores. A estratégia brasileira de fazer uso de um sistema elétrico interligado – Sistema Interligado Nacional (SIN) – proporciona inúmeras vantagens para os serviços de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, pois possibilita que os sistemas elétricos de determinadas regiões possam proporcionar ajuda recíproca durante os períodos de manutenção de equipamentos; estabelece a possibilidade de que um sistema com superávit energético possa transacionar sua energia com um sistema elétrico deficitário; cria opções para que um sistema elétrico possa fornecer suporte para outro sistema em caso de perturbação; e melhora a confiabilidade do conjunto de sistema devido ao aumento efetivo da quantidade de opções operacionais. Assim, a interligação do sistema elétrico regional do Brasil é um objetivo primordial para proporcionar desenvolvimento, conforto e bem estar social para toda a população.

Portanto, todas as ações consideradas neste Objetivo são relativas às novas instalações que passarão a ser integradas ao SIN. Normalmente, essas ações, uma vez detalhadas, são objeto de concessão por meio de licitação pública da Agência Nacional de Energia Elétrica, evento em que participam entes públicos (estatais federais ou estaduais) e também empresas privadas.

Em 2012, entraram em operação 2.744,4 km de linhas de transmissão na Rede Básica (tensão maior ou igual a 230 kV), representando 17,5% do total previsto para o período do PPA 2012-2015. Em 2013 foram agregados ao SIN mais 9.928 km, elevando o percentual de execução da meta para 72,2%.

Além disso, em 2013, foram agregados 16.268 MVA de potência de transformação na Rede Básica, superando em 50% a meta 2012-2015. Destacam-se a Região Nordeste que superou em 160% a meta regional para o período, e os esforços que ainda estão sendo conduzidos para a expansão da potência instalada na Região Norte, onde o desafio é mais intenso.

Em 2014 foram adicionados ao SIN 7.921,5 km de linhas de transmissão e 7.619 MVA de capacidade de transformação, com destaque para a conclusão do sistema de transmissão para integração das UHEs do Rio Madeira, com 2.980 km.

Metas 2012-2015

- **Implantar 17.650 km de novas linhas de transmissão para integração de novas usinas e novos mercados, e promover a integração energética entre as regiões do País**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o desempenho ficou abaixo do esperado tendo sido adicionados ao sistema apenas 2.744,4 km de novas linhas de transmissão.

Em 2013 houve uma recuperação no ritmo de implantação, e foram adicionados mais 9.928,0 km ao Sistema Nacional. Essa execução fez com que o acumulado nos dois primeiros anos alcançasse 72% de realização.

As maiores contribuições para essa realização foram as conclusões da interligação do Amazonas, Pará e do Amapá ao SIN, além do sistema de integração das UHEs do Madeira.

Em 2014, o índice de realização manteve-se alto, principalmente por conta das ações do governo para reduzir a vulnerabilidade do sistema. No caso das linhas de transmissão a meta já foi superada em 16%, com o acréscimo de 7.921,5 km de novas linhas, e a tendência é de que ao final de 2015, último ano desse PPA, essa meta seja superada em cerca de 56%.

Quantidade alcançada

20.593,9

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	700	km	2.958,7	31/12/2014
Região Nordeste	900	km	1.707,5	31/12/2014
Região Norte	14.500	km	13.814	31/12/2014
Região Sudeste	800	km	580,8	31/12/2014
Região Sul	750	km	1.532,9	31/12/2014

- **Implantar 22.000 MVA em novas subestações de transformação para elevar a capacidade de atendimento ao mercado de energia elétrica pelo SIN**

Análise Situacional da Meta

O montante realizado em 2012, foi de 10.034,3 MVA, equivalente a 46% do total previsto para o período 2012-2015, fato esse que evidencia o volume de obras que vem sendo executado em subestações do SIN.

Em 2013, foram adicionados mais 11.666,0 MVA de capacidade transformadora ao sistema.

As maiores contribuições para essa realização foram também as conclusões das subestações dos sistemas de interligação do Amazonas, Pará e do Amapá ao Sistema Interligado Nacional, além das subestações do sistema de integração das UHEs do Madeira.

Apesar de em 2014 a realização da meta relativa à ampliação da capacidade de transformação ter sido um pouco mais baixa que nos anos anteriores, com o acréscimo de 7.619 MVA, o seu desempenho agregado no período está com excelente índice de realização, com a superação da meta do PPA em 33%. Até o final de 2015 a expectativa é de que a meta relativa a novas subestações de transformação seja superada em mais de 80%.

Quantidade alcançada

29.319,3

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4.500	MVA	3.125	31/12/2014
Região Nordeste	3.500	MVA	7.650	31/12/2014
Região Norte	6.800	MVA	4.300	31/12/2014
Região Sudeste	4.700	MVA	11.797,3	31/12/2014
Região Sul	2.500	MVA	2.447	31/12/2014

OBJETIVO: 0037 - Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A confiabilidade do sistema elétrico é uma característica fundamental para o desenvolvimento do país. Além de um parque gerador diversificado, é necessário um sistema de transmissão e distribuição robusto, de forma a atender às demandas e a minimizar as interrupções de fornecimento nas unidades consumidoras. Para tanto, as ampliações, reforços e melhorias nas instalações das usinas geradoras de energia elétrica existentes, assim como no sistema de transmissão nacional, tornam-se importante contribuição para o desenvolvimento do sistema eletro-energético nacional. Normalmente essas ações de ampliações, reforços e melhorias no sistema são autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, a partir de uma solicitação das empresas proprietárias das instalações, seguindo um rito próprio e diferente daquele utilizado para as novas instalações do SIN.

Em 2012 foram revitalizados 342,7 km, com uma realização de 14,5% do previsto no PPA no primeiro ano. Além disso, foram executados 4,8 km referentes a regiões não presentes na regionalização do PPA. Em 2013, a realização foi de 377 km, somando assim 30% da meta para o período.

Entre 2012 e 2013 foram também reforçados todos os subsistemas do SIN, aumentando em 6.972,2 MVA de potência de transformação as subestações existentes, superando a meta estabelecida para 2012-2015.

Em 2014 foram reforçados 258 km de linhas de transmissão no sistema existente do SIN, e ampliados 3.730 MVA de capacidade de transformação.

Metas 2012-2015

- **Adicionar 5.100 MVA de capacidade de transformação às subestações existentes no Sistema Interligado Nacional**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram adicionados 4.260,9 MVA de capacidade transformadora às subestações existentes no SIN, e, em 2013, foram adicionados mais 2.711,3 MVA, totalizando 6.972,2 MVA, superando a meta inicialmente prevista no PPA. Em 2014, o acréscimo de capacidade transformadora foi de 6.749 MVA, totalizando 13.721,2 MVA nos últimos três anos, o que corresponde a 200% acima da meta estabelecida.

No caso do reforço na transformação, o grande volume realizado no período de 2012 a 2014 deveu-se principalmente à dispensa de licenciamento ambiental da maioria dos empreendimentos, bem como pelas ações do CMSE, como medida de ajustamento no sistema em resposta aos blecautes de 2009 e 2010. E a expectativa é de que esse indicador continue com essa performance, e alcance o final do período do PPA com mais de 400% de realização.

Quantidade alcançada

13.721,2

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	900	MVA	1.775	31/12/2014
Região Nordeste	1.500	MVA	4.651	31/12/2014
Região Norte	350	MVA	1.079	31/12/2014
Região Sudeste	1.100	MVA	3.663,2	31/12/2014
Região Sul	1.250	MVA	2.553	31/12/2014

• **Adicionar 600 MW de capacidade de geração nas usinas existentes no Sistema Interligado Nacional**

Análise Situacional da Meta

No triênio 2012-2014 não houve incremento na capacidade efetiva de geração com as autorizações emitidas pela ANEEL. Esse aumento de capacidade depende efetivamente das ações que as empresas solicitam nos seus parques geradores, o que não ocorreu nesse período. Contudo, existe a expectativa de que haja algum incremento até 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Revitalizar/recapacitar 2.400 km de linhas de transmissão existentes no Sistema Interligado Nacional**

Análise Situacional da Meta

O índice de realização em 2012, de 347,4 km, correspondeu apenas a 14,5% do previsto no PPA, sendo 4,6 km de reforços e 342,8 km de recapacitação de linhas existentes. Em 2013, houve mais 377 km de linhas recapacitadas. Assim, ocorreu o alcance de 30% do total da meta estabelecida para o período. Em 2014, o total de linhas recapacitadas correspondeu a 282,5 km, totalizando 1.006,9 km para o período 2012/2014.

No caso de linhas de transmissão, as ações relativas a reforços e melhorias no sistema apresenta baixo índice de realização, principalmente pelo atraso no processo de autorizações em andamento na ANEEL para essas atividades, uma vez que as ações das empresas devem ser feitas somente após autorização. A expectativa é de que essa meta não seja alcançada no período do PPA, ficando a maior parte dos reforços para a vigência do próximo PPA.

Quantidade alcançada

1.006,9

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	600	km	22,6	31/12/2014
Região Nordeste	500	km	565,6	31/12/2014
Região Sudeste	600	km	389,3	31/12/2014
Região Sul	700	km	29,4	31/12/2014

OBJETIVO: 0045 - Universalizar o acesso à energia elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A Universalização do acesso à energia elétrica é composta por duas ações concomitantes e complementares: o processo regulado e fiscalizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 488/12 e o Programa Luz para Todos, instituído pelo Decreto 7.520/11. Os moradores de áreas consideradas universalizadas ou que não se enquadrem nos critérios do Luz para Todos são atendidos de acordo com o Plano de Universalização aprovado e fiscalizado pela ANEEL e em consonância com a Lei nº 12.111/2009.

Em novembro de 2013, o Programa Luz para Todos completou 10 anos de criação e comemorou ao final do ano o atendimento a 3.109.842 famílias rurais, beneficiando mais de 15 milhões de pessoas. No período de 2012/2014 foram realizadas 298.012 novas ligações pelo Programa, e atendidas cerca de 2 milhões de pessoas.

Destaca-se que em dezembro de 2014, por meio do Decreto Nº 8.387, o Programa Luz para Todos foi prorrogado até dezembro de 2018, com o objetivo de levar energia elétrica a 228 mil famílias do meio rural.

Metas 2012-2015

- **Atender 495.000 domicílios rurais com energia elétrica pelo Programa Luz para Todos**

Análise Situacional da Meta

O Programa Luz para Todos beneficiou nos últimos três anos 298.012 famílias, sendo 120.131 em 2012, 87.313 em 2013 e 90.568 em 2014. Esse total representa uma realização de 60% da meta estabelecida no PPA. Os benefícios atenderam cerca de 2 milhões de pessoas que vivem no campo, em assentamentos da reforma agrária, aldeias indígenas, comunidades quilombolas e ribeirinhas.

Quantidade alcançada

298.012

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	65.670	domicílio	12.273	31/12/2013
Região Nordeste	222.000	domicílio	179.084	31/12/2013
Região Norte	174.500	domicílio	97.891	31/12/2013
Região Sudeste	31.450	domicílio	3.808	31/12/2013
Região Sul	1.380	domicílio	4.956	31/12/2013

- **Atender integralmente a população assistida pelo Programa Brasil Sem Miséria, através do Luz para Todos e da Universalização**

Análise Situacional da Meta

Das 257 mil famílias identificadas pelo Censo do IBGE como em situação de extrema pobreza, o Programa Luz para Todos atendeu 205.200 mil famílias no período 2012/2014, o que corresponde a 80% da meta estabelecida no PPA.

Quantidade alcançada

205.200

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0047 - Aprimorar a qualidade do fornecimento e zelar pela modicidade dos preços dos serviços de energia elétrica para a sociedade.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A oferta do serviço de energia elétrica com qualidade envolve a realização eficiente de todas as etapas: geração, transmissão, distribuição e comercialização. Nesse sentido, os instrumentos regulatórios - em seu conjunto integrado de regulamentação, fiscalização, outorgas e incentivo à participação pública - devem propiciar que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade.

Regulamentação dos Serviços de Energia Elétrica

Em 2012, no que diz respeito à regulamentação, merecem destaque a aprovação da metodologia de apuração da Diferença Mensal de Receita (DMR) e o montante de recursos a ser repassado às distribuidoras em virtude da aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), o estabelecimento de novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço no setor elétrico e a definição da estrutura ótima de capital e o custo de capital considerado nas licitações de

transmissão. Foram realizados 51 processos de reajuste tarifário de distribuidora e 38 processos de revisão tarifária, sendo 28 de concessionárias de distribuição e 10 de transmissoras. Ao lado disso, foram prorrogadas as tarifas de 33 distribuidoras de energia elétrica, além da fixação das tarifas de potência de Itaipu Binacional, da definição da receita de venda de Angra I e Angra II, da definição dos encargos setoriais e do reajuste da Tarifa Anual de Referência (TAR).

No exercício de 2013, foram realizados 53 processos de reajuste tarifário e 76 processos de revisão tarifária, dentre eles, 32 de concessionárias de distribuição e 9 de agentes de transmissão. Houve prorrogação das tarifas de 10 distribuidoras de energia elétrica e foram realizados 101 processos de revisão tarifária extraordinária de distribuidoras.

Em 2014, foram realizados 101 processos de reajuste tarifário de distribuidoras e 28 processos de revisão tarifária, contando com a revisão de 21 agentes de transmissão e apenas uma concessionária de distribuição.

Fiscalização

No âmbito da fiscalização dos serviços de energia elétrica, em 2012, de um total previsto de 1.674, foram realizadas 1.816 fiscalizações. Na área econômico-financeira, também em 2012, destaca-se a continuidade das ações de fiscalização sobre a gestão de fundos e encargos setoriais e de empreendimentos enquadrados na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC). Também foi intensificada, por meio de descentralização, com o apoio das Agências Estaduais, a fiscalização periódica das permissionárias de distribuição – cooperativas de eletrificação rural – regularizadas recentemente. Ainda nesse campo, destacam-se as ações de fiscalização, por Monitoramento Contábil, Econômico e Financeiro, de todos os Agentes de distribuição e transmissão, em especial nas concessionárias integrantes do Grupo Rede, cujo trabalho subsidiou a decisão de intervenção administrativa tomada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Para o processo tarifário foram realizadas 24 fiscalizações referentes à Base de Remuneração, além de fiscalizações de custos incorridos, para o processo licitatório. Além disso, foram aceitas 417 solicitações de anuências prévias aos agentes do setor elétrico, referentes a operações comerciais.

Em 2013, de um total previsto de 2.528 fiscalizações, foram realizadas 1.669, sendo 632 fiscalizações econômico-financeiras, 262 fiscalizações dos agentes de distribuição e 111 de transmissão e 664 fiscalizações de geração.

Em 2014, de um total previsto de 929 fiscalizações, foram realizadas 1.322, sendo: 500 de geração, 496 na área econômico-financeira, 225 de agentes de distribuição e 101 de transmissão. As fiscalizações são realizadas principalmente pela ANEEL, contando com serviços de apoio de empresas credenciadas e, por delegação, pelas agências reguladoras estaduais conveniadas. Dentre as fiscalizações realizadas destacam-se: fiscalização, in loco, de 44 usinas da expansão da oferta, e 45 usinas estratégicas no Sistema Interligado Nacional (SIN) em fase de operação, referentes ao diagnóstico dos procedimentos de operação e manutenção.

Na área econômico-financeira, destaca-se a continuidade das ações de fiscalização sobre a gestão de fundos e encargos setoriais e de empreendimentos enquadrados na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC), a fiscalização do controle patrimonial em 11 concessionárias de geração, transmissão e distribuição e a realização de 40 ações de fiscalização da Conta de Variações da Parcela "A" (CVA) em concessionárias de distribuição para apoio aos processos de reajuste tarifário.

Concessão

Em 2012, em atendimento ao disposto na Medida Provisória nº 579/2012 e no Decreto nº 7.805/2012, foram analisados os pedidos de prorrogação do prazo de concessão de 9 transmissoras, cujos contratos vencem em 2015. Em 2013, a referida Medida foi convertida na Lei nº 12.783, de 11/01/2013.

Ouvidoria

No âmbito da Ouvidoria Setorial da ANEEL, foram atendidas em 2012, 1.251.269 solicitações, de um total previsto de 1.761.222. Em 2013, foram atendidas 1.001.864 ligações e, em 2014, 1.050.565 ligações. Esses serviços serão mantidos por meio da Central de Teleatendimento da ANEEL (CTA) aos consumidores e as atividades de análises técnicas realizadas, por delegação, pelas Agências Estaduais Conveniadas, buscando sempre ampliar os índices de qualidade de atendimento.

Audiências Públicas

As audiências e consultas públicas representam mecanismos de controle social, com promoção do diálogo e ampliação da participação dos diversos segmentos da sociedade no processo de decisão da Agência. Nesse campo, destaca-se a realização de pesquisas de opinião pública, buscando avaliar as expectativas dos agentes setoriais, a satisfação dos consumidores (Pesquisa Índice Aneel de Satisfação do Consumidor - IASC) e a qualidade do serviço de energia elétrica prestado pelas distribuidoras.

Foram realizadas em 2012 125 audiências e consultas públicas à sociedade. Entre os temas apresentados estão: o pré e pós-pagamento de energia, procedimentos para prestação de atividades acessórias pelas distribuidoras, agenda regulatória para o biênio 2013/2014, o terceiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das concessionárias de distribuição e temas já regulamentados, em fase de aprimoramento, a exemplo das condições gerais de fornecimento de energia elétrica, leilões, entre outros. Em 2013, foram finalizadas 50 Audiências Públicas, e a empresa contratada para a realização do cálculo do Índice de Satisfação do Consumidor iniciou os trabalhos de pesquisa, cujo status no último relatório indicava 58% de entrevistas realizadas. Em 2014, foram realizadas 91 audiências e consultas públicas à sociedade. Dentre os temas apresentados em Audiência Pública estão: metodologias e critérios gerais para as revisões tarifárias periódicas das concessionárias de distribuição de energia elétrica; metodologia de definição de limites para os Indicadores de Continuidade Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC das distribuidoras de energia elétrica; definição dos limites máximo e mínimo do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD; simplificação do processo de análise dos projetos básicos de

Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs; editais de leilões de linhas de transmissão e de energia, cálculo de perdas na distribuição, entre outros. Destaca-se, ainda, a realização de consulta pública com vistas a obter contribuições sobre regulamentação de critérios para a concessão de descontos na tarifa, em consonância com o princípio da isonomia, e diretrizes do processo de mediação na ANEEL.

Outorgas

Em 2012 foram concedidas 288 atos de outorga, sendo 211 para geração, 23 para transmissão e 54 para distribuição de energia elétrica, e em 2013 foram concedidas 159 atos de outorga, sendo 105 de geração, 33 de transmissão e 21 de

distribuição.

Em 2014, foram concedidas 370 atos de outorgas, sendo 334 de geração, 14 de transmissão e 22 de distribuição. Foram realizados ainda em 2014, o Leilão A-3, para contratação de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração de fontes hidrelétrica, eólica, termelétrica a gás natural ou a biomassa; o Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado "A-5", e o Leilão de Energia Reserva (LER).

Metas 2012-2015

• Reduzir DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) para 14 horas/ano

Análise Situacional da Meta

A continuidade dos serviços públicos de energia elétrica é supervisionada, avaliada e controlada por meio de indicadores coletivos, como o DEC, que indica o número de horas que, em média, as unidades consumidoras de determinado conjunto ficaram sem energia elétrica durante um determinado período. O índice anual das regiões geográficas é obtido pela média ponderada dos valores de cada concessionária de distribuição da região (levando em conta a quantidade de unidades consumidoras existentes em cada uma delas). O índice anual do Brasil é obtido pela média ponderada dos valores de cada região geográfica do país (levando em conta a quantidade de unidades consumidoras existentes em cada uma delas).

Em 2012 o valor foi de 18,6 horas/ano, e em 2013, de 18,27 horas/ano.

Em 2014, o valor do DEC ficou em 17,58 horas/ano.

Quantidade alcançada

17,58

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	17	horas/ano	29,17	31/12/2014
Região Nordeste	16	horas/ano	20,48	31/12/2014
Região Norte	35	horas/ano	46,4	31/12/2014
Região Sudeste	10	horas/ano	10,3	31/12/2014
Região Sul	14	horas/ano	17,19	31/12/2014

• Reduzir FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) para 10 vezes/ano

Análise Situacional da Meta

A continuidade dos serviços públicos de energia elétrica é supervisionada, avaliada e controlada por meio de indicadores coletivos, como o FEC, que indica quantas vezes, em média, as unidades consumidoras de determinado conjunto sofreram interrupção. O índice anual das regiões geográficas é obtido pela média ponderada dos valores de cada concessionária de distribuição da região (levando em conta a quantidade de unidades consumidoras existentes em cada uma delas). O índice anual do Brasil é obtido pela média ponderada dos valores de cada região geográfica do País (levando em conta a quantidade de unidades consumidoras existentes em cada uma delas).

Em 2012 o valor foi de 11,1 vezes/ano, e em 2013, foi de 10,49 vezes/ano. Em 2014 o valor do FEC ficou em 9,88 vezes/ano.

Quantidade alcançada

9,88

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	14	unidades/ano	20,12	31/12/2014
Região Nordeste	10	unidades/ano	9,56	31/12/2014
Região Norte	30	unidades/ano	29,29	31/12/2014
Região Sudeste	7	unidades/ano	5,53	31/12/2014
Região Sul	11	unidades/ano	10,63	31/12/2014

OBJETIVO: 0048 - Estimular medidas de eficiência energética, que contribuam para a otimização da transmissão, da distribuição e do consumo de energia elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A utilização de equipamentos mais eficientes no consumo de energia elétrica, além de proporcionar redução de custo aos usuários, reduz a pressão sobre a expansão da geração, da transmissão e da distribuição de eletricidade.

Em 2012, o país economizou 9.000 GWh de energia elétrica por meio de programas de eficiência energética, sendo o Selo Procel e o Programa Brasileiro de Etiquetagem os principais responsáveis por este feito. Em junho de 2012, iniciou-se a gradativa retirada das lâmpadas incandescentes ineficientes do mercado, a começar pelas de potência maior que 100 watts. Os benefícios energéticos dessa medida, nos próximos vinte anos, representarão cerca de 10 TWh/ano, equivalendo à expansão de 2.433 MW na oferta, proporcionando uma economia de aproximadamente R\$ 6 bilhões em custos geração, transmissão e distribuição.

Em 2013, o país economizou 9.700 GWh de energia elétrica por meio de programas de eficiência energética. No âmbito da Lei de Eficiência Energética, foram regulamentados os

Transformadores de Distribuição em Líquido Isolante, gerando uma expectativa de redução de cerca de 12.000 GWh de economia de energia por esta medida até 2030.

Em 2014, dando continuidade ao processo de retirada das lâmpadas incandescentes do mercado, iniciado em junho de 2012, foram excluídos os modelos de 60W. Preliminarmente, o PROCEL auferiu uma economia de aproximadamente 10.500 GWh, equivalente ao consumo anual de 5,37 milhões de residências. Evitou-se ainda a emissão de 1.280 mil tCO₂ equivalentes, que corresponde à emissão de 482 mil veículos em um ano.

Metas 2012-2015

- **Conservar 20.000 GWh do consumo de energia elétrica que ocorreria sem medidas de conservação**

Análise Situacional da Meta

Os resultados levantados no Relatório do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) que fazem referência a 2012 demonstraram que foram alcançados 9.000 GWh naquele ano. Para o ano de 2013, os resultados de economia de energia foram de aproximadamente 9.700 GWh. Em 2014, embora o relatório final ainda não tenha sido publicado, estima-se que o PROCEL tenha contribuído para uma economia de 10.500 GWh.

Quantidade alcançada

29.200

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0436 - Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica, incluindo a geração nos sistemas isolados.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Os sistemas de distribuição de energia elétrica caracterizam-se pela expansão dos ativos em serviço vinculada aos próprios contratos de concessão formalizados pelas empresas com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O

processo de universalização nessas regiões também necessita de ações diferenciadas em face das suas peculiaridades geo-elétricas.

Por outro lado, na região Norte encontram-se em implementação três importantes ações estratégicas: a integração dos sistemas elétricos que atendem as capitais dos estados ao SIN; a implantação das usinas do Complexo do Rio Madeira; e a reestruturação e ampliação dos volumes de investimentos do Grupo Eletrobras nas empresas distribuidoras da Região. Mesmo com a integração prevista para todas as capitais, uma parte do atendimento no interior ainda deverá ser realizada com geração térmica local, geralmente a diesel, em áreas determinadas e bastante dispersas, com elevados custos de operação e manutenção. Associado a isso, são comuns as dificuldades de logística para suprimento de combustível, principalmente em períodos de estiagem.

Em 2012 foram construídos pelas distribuidoras do Grupo Eletrobras 1.018 km de novas redes de distribuição de energia elétrica, e adicionados 56 MW na capacidade de geração instalada das empresas do Grupo. Em 2013, foram construídos, 913 km de novas redes de distribuição, mas não houve acréscimo à capacidade de geração instalada nos Sistemas Isolados. Em 2014 também não houve acréscimo à capacidade de geração instalada nos Sistemas Isolados, mas foram construídos 500 km de novas redes de distribuição.

Metas 2012-2015

• Acréscimo de 1.050 km de redes de distribuição de energia elétrica

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a rede de distribuição das empresas do Grupo Eletrobras foi expandida em 1.018km, correspondendo a 97% do total previsto para o período do PPA.

Em 2013 a rede foi expandida em mais 913 km. Esse montante, agregado aos números do ano anterior, totaliza 1.931 km de novas redes de distribuição de energia, suplantando a meta inicial do PPA em 184%.

Comparando o valor realizado ao final de 2014, de 500 km de novas redes de distribuição, com a meta inicialmente prevista no PPA, observa-se uma realização para essa iniciativa de 231,5%, ou seja, superada em mais de duas vezes a meta inicialmente prevista no PPA 2012-2015.

Quantidade alcançada

2.431

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	300	km	890	31/12/2014
Região Norte	750	km	1.541	31/12/2014

• Acréscimo de 150 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados

Análise Situacional da Meta

Em 2014 não houve agregação de capacidade adicional de geração de energia térmica nos sistemas isolados das empresas do Grupo Eletrobras. O total acumulado no período 2012-2014, de 56 MW de capacidade adicional, foi realizado em 2012. Sendo assim, a meta de 150 MW prevista no período do PPA dificilmente será alcançada, considerando a tendência de integração de boa parte dos sistemas isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio dos sistemas de transmissão em implantação no norte do País, integrando os Estados do Acre, Rondônia, Amapá, Amazonas e Roraima ao SIN.

Quantidade alcançada

56,2

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	150	MW	56,2	31/12/2014

• **Redução do índice de perdas técnicas e comerciais de distribuição em 1,25 pontos absolutos**

Análise Situacional da Meta

As perdas na rede de distribuição em 2012 foram reduzidas em média em 3,24% no âmbito das empresas do Grupo Eletrobras. O principal fator impulsor para a realização dessa meta é o programa específico da Eletrobras com o Banco Mundial. Em 2013 houve um aumento de perdas na rede de distribuição no âmbito das empresas do Grupo Eletrobras, em média, da ordem de 1,04%. Em 2014 houve novamente uma redução de perdas na rede de distribuição no âmbito das empresas do Grupo Eletrobras, em média, da ordem de 2,91%.

Importante ressaltar que a quantidade alcançada é obtida comparando-se o índice de perdas obtido no ano corrente (2012, 2013 e 2014) em comparação ao ano base (2011).

Quantidade alcançada

2,91

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	1	unidade	4,63	31/12/2014
Região Norte	1,5	unidade	1,76	31/12/2014

OBJETIVO: 0437 - Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Também são ações necessárias para sustentar a confiabilidade do sistema elétrico as ações de manutenção, modernização e revitalização das instalações dos sistemas elétricos. As atividades de manutenção envolvem todos os custos relativos à preservação das condições operacionais das instalações dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de propriedade das empresas federais (Grupo Eletrobras). As ações de modernização e revitalização envolvem as atualizações tecnológicas nas instalações para promover a eficiência operacional dos sistemas. Em atendimento à regulamentação vigente, o Operador Nacional do Sistema (ONS) anualmente encaminha à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) o Plano de Modernização de Instalações de Interesse Sistêmico – PMIS, composto por revitalizações no SIN necessárias ao reforço da segurança operacional elétrica, que apresenta o conjunto de revitalizações de natureza sistêmica. Já as melhorias representam a implantação ou substituição de equipamentos visando manter a disponibilidade e a supervisão das instalações de transmissão, não acarretando modificação da topologia da rede.

As empresas do Grupo Eletrobras estão realizando manutenção em todas as instalações de geração e transmissão de energia elétrica de sua propriedade nesse período.

Metas 2012-2015

• **Promover manutenção em 7.100 MW das instalações de geração do Sistema Elétrico Brasileiro**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 as empresas do Grupo Eletrobras realizaram serviços de manutenção em todas as instalações de geração de energia elétrica, totalizando 32.199 MW. Em 2013, o Grupo considera que foi igualmente procedida a manutenção de todo o seu parque gerador em operação, perfazendo o mesmo montante de 2012, de 32.199 MW. O parque gerador pertencente às empresas do Grupo Eletrobras representa 24,7% de toda a capacidade de geração do parque gerador

existente no Brasil atualmente. Também, em 2014, a manutenção realizada pelo Grupo Eletrobras, envolveu todo o parque gerador em operação, correspondendo a 33.394 MW.

Ressalta-se que, houve uma retificação dos valores inicialmente informados para os anos de 2012 e 2013, pois os dados estavam incorretos.

Quantidade alcançada

33.394

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	800	MW	3.271	31/12/2014
Região Nordeste	2.000	MW	10.628	31/12/2014
Região Norte	1.800	MW	10.494	31/12/2014
Região Sudeste	1.200	MW	8.004	31/12/2014
Região Sul	1.300	MW	997	31/12/2014

• **Promover manutenção em 8.000 km das instalações de transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 as empresas do Grupo Eletrobras realizaram serviços de manutenção em todo o seu sistema de transmissão de energia elétrica, totalizando 58.947 km de linhas de transmissão. Em 2013, o Grupo considera que foi igualmente procedida a manutenção de todo o seu sistema de transmissão em operação, perfazendo o mesmo total de 2012. O sistema de transmissão pertencente às empresas do Grupo Eletrobras representa 57,4% de toda a extensão do sistema de transmissão existente no Brasil atualmente. Em 2014 a manutenção realizada pelo Grupo Eletrobras também envolveu todo o sistema de transmissão em operação, que conta atualmente com 59.925 km.

Quantidade alcançada

59.925

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0439 - Pesquisar fontes e tecnologias para o desenvolvimento e inovação no setor de energia elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Alguns dos principais investimentos previstos para o período de 2010 a 2014 do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) estavam associados ao projeto para desenvolvimento de tecnologias de alta capacidade para transmissão de energia elétrica a longas distâncias – Projeto LongDist.

No âmbito deste projeto encontra-se em construção o Laboratório de Ultra-alta Tensão (LabUAT), na unidade Adrianópolis, município de Nova Iguaçu. Sua finalidade será apoiar o desenvolvimento e avaliação do desempenho de soluções comerciais, de novas configurações de linhas de transmissão, em níveis de até 1.100 kV CA e ± 800 kV CC, com alta capacidade, para o transporte de grandes blocos de energia por longas distâncias. Esta nova infraestrutura laboratorial, pioneira no continente americano, terá papel essencial no apoio às atividades de pesquisa aplicada do Cepel, para vencer os desafios tecnológicos da transmissão da energia dos futuros aproveitamentos hidroelétricos da Amazônia, contribuindo para viabilizar o desenvolvimento sustentável da hidroeletricidade na região, atendendo em primeiro momento, o empreendimento de Belo Monte.

A fase inicial do LabUAT Externo, já concluída, é composta pelo pórtico central da instalação e está capacitada para realizar pesquisa experimental em UAT, em condições de tempo bom, abrangendo:

- Ensaio de tensão suportável em cadeias de isoladores:

- Monofásicos ou trifásicos, em corrente alternada;
- Mono polares ou bipolares, em corrente contínua;
- Ensaio de isolamento a impulso atmosférico e de manobra em cadeias de isoladores;
- Ensaio de isolamento a impulso atmosférico e de manobra em configurações de linha fase-fase;
- Medição da tensão de radio interferência em cadeias de isoladores;
- Medição de corona em cadeias de isoladores;
- Distribuição de potencial em cadeias de isoladores.

Metas 2012-2015

- **Realizar pesquisas nas áreas de geração, de transmissão, de distribuição e utilização de energia elétrica**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi celebrado um Convênio de Cooperação Técnica com o Centro de Pesquisa em Energia Elétrica - CEPEL, com o objetivo de apoio institucional para o desenvolvimento de pesquisa nas áreas supracitadas. Ademais, foram destinados recursos para a promoção e participação brasileira nos grupos de trabalho da Agência Internacional de Energia (AIE), a saber: (1) Bioenergia; (2) Hidroeletricidade; (3) Energia Solar.

Tendo como fonte de financiamentos os recursos operacionais e da Eletrobras, o Cepel dedicou-se ao desenvolvimento de tecnologias de alta capacidade para transmissão de energia elétrica a longas distâncias - Projeto LONGDIST. As aquisições dos equipamentos envolvidos, bem como a realização das obras de infraestrutura laboratorial necessárias, apresentaram desafios em função de sua complexidade e ineditismo, que resultaram em prazos de duração para as fases de especificação, projeto e licitação mais longos do que inicialmente previsto.

PROGRAMA: 2022 - Combustíveis

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Capacidade de armazenamento de derivados - bases de distribuição	m³	31/12/2010	2.906.999	31/12/2014	2.935.200
Capacidade de armazenamento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - bases de distribuição	m³	31/12/2010	153.542	31/12/2014	153.100
Capacidade de armazenamento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - terminais	m³	31/12/2010	325.961	31/12/2014	369.642
Capacidade de armazenamento de petróleo e derivados - terminais	m³	31/12/2010	11.860.032	31/12/2014	12.939.461
Capacidade de transporte marítimo de derivados	tonelada de porte bruto	31/05/2011	544.835	31/12/2014	671.042
Capacidade de transporte marítimo de gases liquefeitos	tonelada de porte bruto	31/05/2011	40.171	31/12/2014	40.171
Capacidade de transporte marítimo de petróleo	tonelada de porte bruto	31/05/2011	1.449.843	31/12/2014	3.552.401
Capacidade nominal instalada de processamento de petróleo	milhão de barris de petróleo por dia	31/12/2009	2,1	31/12/2014	2,35
Consumo de biodiesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	2,397	31/12/2014	3,414
Consumo de etanol hidratado	milhão de m³ por ano	31/12/2010	15,074	31/12/2014	12,9941
Consumo de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP	milhão de m³ por ano	31/12/2010	12,558	31/12/2014	13,4439
Consumo de gasolina C	milhão de m³ por ano	31/12/2010	29,847	31/12/2014	44,364
Consumo de óleo diesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	49,239	31/12/2014	60,032
Consumo de Querosene de Aviação - QAV	milhão de m³ por ano	31/12/2010	6,25	31/12/2014	7,47
Exportações de biocombustíveis	milhão de m³ por ano	31/12/2010	1,763	31/12/2014	1,398
Extensão de oleodutos: transferência e transporte	km	11/07/2011	7.179	31/12/2014	7.936
Frequência de paridade etanol/gasolina favorável	%	31/12/2010	87,5	31/12/2014	25
Importações de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP	milhão de m³ por ano	31/12/2010	3,123	31/12/2014	3,8269
Importações de óleo diesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	9,007	31/12/2014	11,2751
Importações de Querosene de Aviação - QAV	milhão de m³ por ano	31/12/2010	1,923	31/12/2014	1,5036
Índice de conformidade da qualidade dos combustíveis	%	31/12/2010	97,64	31/12/2014	98,16
Participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel - PNPB	famílias	31/12/2010	100.371	31/12/2013	83.754

Participação de biocombustíveis na matriz brasileira de combustíveis automotivos	%	31/12/2010	21,4	31/12/2014	23,42
Produção de biodiesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	2,397	31/12/2014	3,4141
Produção de etanol	milhão de m³ por ano	31/12/2010	27,963	31/12/2014	28,571
Taxa de exportação de derivados em relação às exportações do setor de petróleo	%	31/12/2010	27,33	31/12/2014	31,53

Observações:

Consumo de biodiesel - Considerado consumo igual à produção.

Exportações de biocombustíveis - Fonte: MAPA (<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/agroenergia/estatistica>)

Produção de etanol - Fonte: MAPA (<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/agroenergia/estatistica>)

Taxa de exportação de derivados em relação às exportações do setor de petróleo - Relação em volume.

OBJETIVO: 0054 - Expandir e modernizar o parque nacional de refino e adequar a infraestrutura industrial no exterior, de modo a buscar atender integralmente o mercado interno de combustíveis com padrões de qualidade adequados e possibilitar seu comércio internacional.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A atividade de refino vem acompanhando de perto as tendências mundiais e as necessidades sociais, com vistas a se adequar ao novo modelo de mercado do setor petrolífero nacional. Além disso, as projeções do Governo apontam para o aumento de excedentes de petróleo nacional, com o desenvolvimento do pré-sal, e o crescimento da demanda por alguns derivados ainda dependentes de importação. Entre os pontos mais significativos, estão as tendências de aumento expressivo da demanda de óleo diesel, o qual representa, atualmente, cerca de 52% da matriz de combustíveis automotivos no Brasil, e de querosene de aviação - QAV, por conta da forte expansão do transporte aéreo.

Com o objetivo de processar a crescente produção de óleo pesado brasileiro, de priorizar a produção em maior quantidade de derivados leves e médios e de aprimorar a qualidade dos combustíveis produzidos, o parque nacional de refino tem passado por um processo de expansão e modernização. Os investimentos de qualidade, conversão e modernização abrangem todas as refinarias brasileiras. Em 6 de dezembro de 2014 deu-se início à operação da primeira fase da Refinaria do Nordeste - RNEST (1º Trem), com capacidade autorizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP de 74 mil bpd. Trata-se de uma capacidade ainda limitada por exigências ambientais mas que, tão logo sejam concluídas as unidades abatedoras de emissões, a ANP deverá ampliá-la para 115 mil bpd. Além disso, encontra-se em construção o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ, previsto para iniciar operação em outubro de 2016.

Vale destacar as outorgas emitidas pela ANP, até dezembro de 2014, para as Refinarias Gabriel Passos (REGAP), Paulínia (REPLAN), Isaac Sabbá (REMAN) e Abreu e Lima (RNEST) permitindo o início ou ampliação da capacidade de refino.

No que tange à qualidade dos combustíveis, o fornecimento da nova gasolina de ultrabaixo teor de enxofre (S-50), obrigatória em todos os postos de revenda do País desde janeiro de 2014, e do diesel S-10, o qual substituiu o diesel S-50 a partir de janeiro de 2013, ocorreu de forma satisfatória, permitindo reduzir a emissão de gases poluentes em até 60%.

Os investimentos internacionais vinculados a este objetivo abrangem os negócios de refino e de distribuição de combustíveis e derivados, cujos principais ativos, em 30/11/2014, são, segundo a Petrobras - SDI (Sistema de Desempenho Internacional): a) refino (Refinaria de Bahia Blanca, na Argentina, com capacidade de 30,5 mil bpd; Refinaria de Pasadena, nos EUA, com capacidade de 100 mil bpd; Refinaria de Okinawa, no Japão, com capacidade de 100 mil bpd); e b) distribuição (265 Estações de Serviço na Argentina; 107 Estações de Serviço na Colômbia; 268 Estações de Serviço no Chile; 172 Estações de Serviço no Paraguai; 87 Estações de Serviço, no Uruguai).

O escopo básico de aplicação dos recursos é o de manutenção do nível das operações, com segurança na execução e qualidade nos produtos e processos, compatíveis com o padrão estabelecido pela Petrobras.

Metas 2012-2015

- **Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a processar 2.205.000 bpd**

Análise Situacional da Meta

A média nacional de processamento de petróleo até dezembro de 2014 foi de 2.106.891,94 barris de petróleo por dia. Assim, considerando que a RNEST entrou em operação no fim de 2014 e estará produzindo durante todo o ano de 2015, estima-se que a meta será atendida no ano.

Quantidade alcançada

2.106.891,94

Data de Referência

30/11/2014

- **Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 152 mil m³/dia de óleo diesel**

Análise Situacional da Meta

A média de produção de óleo diesel, até o mês de dezembro de 2014, foi de 137,08 x 10³ m³/dia. Até o final de 2015 a expectativa é de que a meta seja atendida, haja vista a entrada em operação da RNEST, o que deverá ampliar a produção nacional de diesel.

Já a Petrobras, em 2014, verificou um aumento de 0,38% na produção de diesel quando comparado com o mesmo período de 2013.

Quantidade alcançada

137,08

Data de Referência

30/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	39	mil m ³ /dia	17,77	31/12/2014
Região Norte	3	mil m ³ /dia	2,27	31/12/2014
Região Sudeste	85	mil m ³ /dia	86,94	31/12/2014
Região Sul	25	mil m ³ /dia	30,1	31/12/2014

- **Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 21 mil m³/dia de Querosene de Aviação (QAV)**

Análise Situacional da Meta

A média de produção de querosene de aviação (QAV), até o mês de dezembro de 2014, foi de 16,63 x 10³ m³/dia. A expectativa é de que, até 2015, a meta não será atingida.

A Petrobras verificou, em 2014, um aumento de 9,43% na produção de QAV quando comparado com 2013, decorrente

do aumento de capacidade e de eficiência das unidades de processo.

Quantidade alcançada

16,63

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	2	mil m ³ /dia	1,08	31/12/2014
Região Norte	1	mil m ³ /dia	0,47	31/12/2014
Região Sudeste	16	mil m ³ /dia	13,54	31/12/2014
Região Sul	2	mil m ³ /dia	1,54	31/12/2014

- **Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 30 mil m³/dia de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)**

Análise Situacional da Meta

A média de produção de gás liquefeito de petróleo (GLP) produzido nas refinarias nacionais, de janeiro a dezembro de 2014, foi de 20,74 x 10³ m³/dia. Cabe esclarecer que esse valor ainda não inclui a produção de GLP em UPGNs fora das refinarias. Até o final de 2015 dificilmente a meta será alcançada.

No que tange à Petrobras, verificou-se uma redução de 4,89% na produção de GLP em 2014, quando comparado a 2013.

Quantidade alcançada

20,74

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	4	mil m ³ /dia	3,15	31/12/2014
Região Norte	1	mil m ³ /dia	0,21	31/12/2014
Região Sudeste	21	mil m ³ /dia	12,95	31/12/2014
Região Sul	4	mil m ³ /dia	4,43	31/12/2014

- **Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 62 mil m³/dia de gasolina**

Análise Situacional da Meta

A média de produção de gasolina A, até o mês de dezembro de 2014, foi de 79,09 x 10³ m³/dia, atingindo a meta proposta. Em 2014, a Petrobras apresentou aumento de 0,55% na produção de Gasolina quando comparado com o mesmo período de 2013.

Quantidade alcançada

79,09

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	8	mil m ³ /dia	10,82	31/12/2014
Região Norte	2	mil m ³ /dia	1,07	31/12/2014
Região Sudeste	39	mil m ³ /dia	50,11	31/12/2014
Região Sul	13	mil m ³ /dia	17,09	31/12/2014

- **Produzir, em padrões adequados de qualidade: - 68 mil m³/dia de óleo diesel S-10 - 18 mil m³/dia de óleo diesel**

S-500 - 66 mil m³/dia de gasolina S-50**Análise Situacional da Meta**

Em dezembro de 2014 a produção do diesel S-10, do diesel S-500 e da gasolina S-50 foram: Óleo Diesel S-10: 22,55 mil m³/dia; Óleo diesel S-500: 101,03 mil m³/dia; e Gasolina S-50: 79,10 mil m³/dia.

Importa destacar, ainda, que o diesel S-50 foi totalmente substituído pelo diesel S-10, não sendo mais produzido pela Petrobras. No que tange à gasolina S-50, cabe-nos observar que esta passou a ser fornecida em janeiro de 2014, em substituição à gasolina S-800. A meta para gasolina S-50 já foi atingida, porém, a meta de produzir 18 mil m³/dia de óleo diesel S-10 dificilmente será atingida até 2015.

OBJETIVO: 0184 - Fazer avançar o processo de comoditização dos biocombustíveis por meio da atuação brasileira junto a foros e parceiros internacionais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, foi dada continuidade às tratativas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outros parceiros para a realização da segunda fase dos estudos de viabilidade já concluídos. Com o apoio financeiro do BID, foi dado início à segunda fase do estudo de viabilidade para produção de bioenergia na República Dominicana (projeto executivo de destilaria de Etanol). Cabe destacar a assinatura do Memorando de Entendimento com a Itália sobre cooperação na área de bioenergia, com vistas à promoção de projetos conjuntos de cooperação em terceiros países. Ao longo do ano, atendendo à crescente demanda, instituições brasileiras receberam visitas de diversas delegações de países em desenvolvimento interessados em conhecer a experiência do Brasil na área de produção e uso sustentáveis de bioenergia. O Brasil auxiliou na promoção dos indicadores de sustentabilidade da produção de bioenergia, acordados na Parceria Global de Bioenergia (GBEP), por meio da sua divulgação em diversos eventos e palestras.

Em 2013, o Brasil participou, em maio, do "Seminário Técnico sobre Tecnologias de Produção de Biocombustíveis", organizado pelo Governo indiano, em Nova Délhi. Por ocasião da VIII Reunião do Grupo de Trabalho de Energia do Fórum IBAS, também realizada em Nova Délhi, em maio de 2013, acordou-se a realização de missão de especialistas, pesquisadores e funcionários sul-africanos e indianos ao Brasil, por ocasião da próxima reunião do GT, com vistas a conhecer melhor a experiência brasileira em energias renováveis. Com o objetivo de ampliar a cooperação com os países asiáticos, realizou-se, em setembro, a Reunião Brasil-China sobre cooperação em energias renováveis e eficiência energética e, em outubro, a "I Reunião do Comitê Conjunto Brasil-Filipinas Sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis" e a "Reunião Brasil-China sobre Energias Renováveis e Eficiência Energética".

Em 2014, destaca-se: foi apresentada a experiência brasileira em bioenergia para Embaixadores da ASEAN, em coordenação com a Embrapa Agroenergia; em fevereiro, realizou-se, em Bruxelas, a primeira reunião técnica sobre o tema, que contou com a participação de representantes do Itamaraty e da Direção-Geral de Energia da Comissão Europeia (DG-ENERGIA); foi concluído estudo de viabilidade para a produção de biocombustíveis no espaço da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), sob o amparo do acordo firmado pelo MRE e o BNDES; em relação à União Europeia, a partir de entendimento alcançado na V Reunião de Cúpula Brasil-UE, deu-se início às tratativas com vistas à celebração de acordo de equivalência entre a normativa ambiental brasileira e os requisitos de sustentabilidade europeus para os biocombustíveis.

Metas 2012-2015

• **Promover a internacionalização da produção e do uso sustentáveis de bioenergia**

Análise Situacional da Meta

O Brasil tem atuado em diversas frentes para promover e divulgar a produção e o uso sustentáveis de bioenergia. Nesse sentido, foi dado seguimento aos esforços de ampliar o número de países produtores no mundo, por meio da realização de estudos de viabilidade para a produção de biocombustíveis, promovidos em diversos países africanos e centro-americanos, em iniciativas de cooperação bilateral, trilateral e regional.

Em 2012, foi dada continuidade às tratativas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outros parceiros para a realização da segunda fase dos estudos de viabilidade já concluídos. Com o apoio financeiro do BID, foi dado início à segunda fase do estudo de viabilidade para produção de bioenergia na República Dominicana (projeto executivo de destilaria de Etanol). Cabe destacar a assinatura do Memorando de Entendimento com a Itália sobre cooperação na área de bioenergia, com vistas à promoção de projetos conjuntos de cooperação em terceiros países. Ao longo do ano, atendendo à crescente demanda, instituições brasileiras receberam visitas de diversas delegações de países em desenvolvimento interessados em conhecer a experiência do Brasil na área de produção e uso sustentáveis de bioenergia. O Brasil auxiliou na promoção dos indicadores de sustentabilidade da produção de bioenergia, acordados na Parceria Global de Bioenergia (GBEP), por meio da sua divulgação em diversos eventos e palestras.

Em 2013, o Brasil participou, em maio, do "Seminário Técnico sobre Tecnologias de Produção de Biocombustíveis", organizado pelo Governo indiano, em Nova Délhi. Por ocasião da VIII Reunião do Grupo de Trabalho de Energia do Fórum IBAS, também realizada em Nova Délhi, em maio de 2013, acordou-se a realização de missão de especialistas, pesquisadores e funcionários sul-africanos e indianos ao Brasil, por ocasião da próxima reunião do GT, com vistas a conhecer melhor a experiência brasileira em energias renováveis. Com o objetivo de ampliar a cooperação com os países asiáticos, realizou-se, em setembro, a Reunião Brasil-China sobre cooperação em energias renováveis e eficiência energética e, em outubro, a "I Reunião do Comitê Conjunto Brasil-Filipinas Sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis" e a "Reunião Brasil-China sobre Energias Renováveis e Eficiência Energética".

Em 2014, destaca-se: foi apresentada a experiência brasileira em bioenergia para Embaixadores da ASEAN, em coordenação com a Embrapa Agroenergia; em fevereiro, realizou-se, em Bruxelas, a primeira reunião técnica sobre o tema, que contou com a participação de representantes do Itamaraty e da Direção-Geral de Energia da Comissão Europeia (DG-ENERGIA); foi concluído estudo de viabilidade para a produção de biocombustíveis no espaço da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), sob o amparo do acordo firmado pelo MRE e o BNDES, com apresentação de seminário em Uagadugu para entrega dos resultados (agosto de 2014); em relação à União Europeia, a partir de entendimento alcançado na V Reunião de Cúpula Brasil-UE, deu-se início às tratativas com vistas à celebração de acordo de equivalência entre a normativa ambiental brasileira e os requisitos de sustentabilidade europeus para os biocombustíveis.

OBJETIVO: 0185 - Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Etanol Combustível: Os dados consolidados na primeira quinzena de janeiro de 2015 referentes à safra 2014/2015, data em que historicamente já houve realização de mais de 95% da safra, mostram a moagem de 611 milhões de toneladas de cana de açúcar e produção de 28,6 bilhões de litros de etanol, sendo 11,3 bilhões de litros de etanol anidro e 16,7 bilhões de litros de etanol hidratado. A CONAB (4º Levantamento da Safra de Cana-De-Açúcar), referente à safra 2014/2015, prevê que sejam moídas 634,7 milhões de toneladas de cana na safra 2014/2015, volume 3,65% menor se comparado à safra anterior. No entanto, as produções de etanol anidro e hidratado convergem para um leve aumento em relação à safra anterior, pois houve uma maior destinação da cana-de-açúcar para a produção de etanol em detrimento da produção de

açúcar.

Biodiesel: A produção sustentável de biodiesel vem sendo ampliada, puxada pelo crescimento do consumo de diesel no País. Até 30 de junho de 2014 permaneceu a obrigatoriedade da mistura de 5% de biodiesel no diesel fóssil. A partir de então, a Medida Provisória nº 647, de 28 de maio de 2014, convertida na Lei 13.033 de 24 de setembro de 2014, estabeleceu que a adição obrigatória de biodiesel passa a ser de 6%, a partir de 1º de julho e 7%, a partir de 1º de novembro de 2014. A produção de biodiesel alcançou 3,414 bilhões de litros em 2014 o que representou um aumento de 16,5 % em relação à produção de 2013 que foi 2,930 bilhões de litros.

Querosene de Aviação: A Resolução ANP nº 20/2013 permitiu a mistura de Querosene de Aviação Alternativo ao Querosene de Aviação convencional até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) em volume. Querosene de aviação alternativo corresponde a um combustível derivado de fontes alternativas ao petróleo, como biomassa, carvão e gás natural. A resolução ANP nº63, de 05/12/2014, estabeleceu especificações para Querosenes de Aviação Alternativos e do Querosene de Aviação B-X (QAV B-X).

Metas 2012-2015

• Atender à estimativa de produção nacional de biocombustíveis indicada pelo Plano Decenal de Expansão de Energia vigente

Análise Situacional da Meta

A produção de biocombustíveis, em 2014, alcançou 32 bilhões de litros (28,6 bilhões de litros de etanol e 3,4 bilhões de litros de biodiesel), aproximadamente 12% maior que a do ano anterior: em 2013 foram produzidos 30,7 bilhões de litros. Destaca-se a importância do aumento da produção de biocombustíveis, dado o cenário adverso climático que apresentou temperaturas acima da média e baixa precipitação nas lavouras e resultou na menor produtividade da cana-de-açúcar, insumo primário para a produção do etanol.

O PDE 2023 projetou a oferta para o ano de 2014 de 27,3 bilhões de litros de etanol e 3,4 bilhões de litros de biodiesel, num total de 30,7 bilhões de litros de biocombustíveis. A análise comparativa dos números mostra que a produção de biocombustíveis em 2014 superou em 4% à projetada no PDE 2023.

Etanol Combustível: A produção de 28,6 bilhões de litros de etanol em 2014 (11,9 bilhões de litros de etanol anidro e 16,7 bilhões de litros de etanol hidratado) foi 3% superior à produção de 2013, de 27,7 bilhões de litros. Mesmo em um cenário adverso climático, o que resultou na menor produtividade da cana-de-açúcar, a produção de etanol foi ampliada, sendo suficiente para atender o mercado nacional e ainda proporcionar excedente para exportação, além de seu uso para fins não combustíveis.

Biodiesel: A produção de 3,4 bilhões de litros em 2014 foi igual à projeção de consumo estabelecida no PDE 2023 para o ano. A partir de julho de 2014, a Medida Provisória nº 647, de 28 de maio de 2014, convertida na Lei 13.033 de 24 de setembro de 2014, estabeleceu a adição obrigatória de biodiesel de 6%, a partir de 1º de julho e 7%, a partir de 1º de novembro de 2014. Devido ao aumento da mistura de biodiesel ao diesel fóssil em 2014, a produção de biodiesel foi ampliada para atender ao dispositivo legal. Com isso, a produção saltou de 2,9 bilhões de litros, em 2013, para 3,4 bilhões de litros, em 2014, acréscimo de 17%. Esse aumento da produção foi suficiente para atender ao mercado nacional.

OBJETIVO: 0186 - Otimizar a logística referente a petróleo e combustíveis, de forma a reduzir custos e favorecer sua comercialização e seu adequado fornecimento aos consumidores.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O crescimento previsto da produção de petróleo, derivados, gás natural, biocombustíveis e petroquímicos deve estar associado à disponibilidade de uma infraestrutura de armazenamento, transporte e distribuição adequada aos volumes previstos e aos novos padrões de qualidade, segurança e preservação do meio ambiente, demandando investimentos em infraestrutura para garantir o adequado fornecimento de combustíveis ao consumidor, com redução de custos e otimização da logística.

Em 2012, a principal mudança em relação à regulação do mercado foi o aperfeiçoamento dos mecanismos de livre acesso a terceiros aos oleodutos de transporte, por meio da publicação da Resolução ANP nº 35/2012, que substituiu a Portaria ANP nº 115/2000.

No biênio 2012/2013, de acordo com a ANP, foram autorizadas a ampliação e a construção de novos terminais e oleodutos. Em 2013, merece destaque o Grupo de Avaliação dos Fluxos Logísticos de Produção, Transporte e Armazenagem de Combustíveis - GFL, que iniciou seus trabalhos em janeiro de 2013 e teve como objetivos: mapear os fluxos logísticos de produção, transporte e armazenagem de combustíveis em todo o território nacional; identificar os potenciais fatores de risco incidentes sobre os fluxos logísticos; e mensurar o potencial impacto dos fatores de risco sobre os estoques de segurança de combustíveis e propor e implementar ações de mitigação de riscos.

Quanto aos investimentos da Petrobras, destaca-se a conclusão, em 2013, das instalações para disponibilização de GLP pressurizado do Plangás GLP do Terminal de Barra do Riacho/ES, contribuindo com a meta de aumento da capacidade de escoamento de 1,89 mil m³/dia de GLP. Em 2014, destacaram-se as conclusões das linhas entre o píer e as distribuidoras no Terminal de São Luís - MA e no Terminal de Mucuripe - CE. Estas linhas adicionaram à meta, 2,5 km e 1,25 km, respectivamente.

Em 2013, a frota de transporte marítimo e hidroviário de petróleo, derivados, GLP e biocombustíveis foi ampliada em 363.840 toneladas de porte bruto (TPB), que adicionadas às 301.000 TPB realizadas até 2012, totalizam um acréscimo acumulado de 664.840 TPB.

Já no que tange à capacidade de escoamento de derivados de petróleo e biocombustíveis, houve adição de capacidade devido à:

- Entrada em operação, em agosto de 2013, do Sistema de Logística de Etanol Jataí - REPLAN, do trecho Ribeirão Preto-Paulínia, com 207 km de extensão;
- Conclusão da ampliação da capacidade de bombeamento do OSVAT 30'', entre o Terminal de Guararema e REPLAN, possibilitando aumento do escoamento da ordem de 6 mil m³/dia;
- Entrada em operação das linhas submarinas de petróleo em São Sebastião, que foram substituídas, adicionando uma capacidade de escoamento de 50 mil m³/dia;
- Entrada em operação do Terminal de Ilha Comprida, com GLP, e do Terminal de Uberaba (da LOGUM), com Etanol; e
- Entrada em operação dos dutos de interligação da RNEST com o Terminal de Suape da Transpetro e com as Cias. Distribuidoras.

Metas 2012-2015

- **Ampliação da capacidade de armazenamento de petróleo e de derivados - terminais em 630 mil m³**

Análise Situacional da Meta

Segundo a ANP, até dezembro de 2014, a ampliação da capacidade de armazenamento atingiu a marca de 920,35 mil

m³, valor acima da meta, resultado da entrada em operação de terminais de grande porte nas regiões sudeste e norte. Há, ainda, a previsão de acréscimo de novos terminais que se encontram em fase de construção.

A Petrobras registrou, no segundo semestre de 2014, a conclusão da construção de 2 tanques de 4.000 m³ cada no Terminal de Uberaba para movimentação de diesel S-10, adicionando uma capacidade de 8.000 m³ de armazenamento.

Quantidade alcançada

920,35

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	28	mil m ³	4,39	31/12/2014
Região Nordeste	15,4	mil m ³	105,33	31/12/2014
Região Norte	3,2	mil m ³	81,71	31/12/2014
Região Sudeste	531,9	mil m ³	613,45	31/12/2014
Região Sul	51,8	mil m ³	115,47	31/12/2014

• Ampliação da malha dutoviária nacional de transporte e transferência de petróleo, derivados e biocombustíveis em 341 km

Análise Situacional da Meta

De acordo com os dados da ANP, a meta de ampliação da malha dutoviária da região sudeste já se encontra superada, e conta com a entrada em operação de dutos de transporte de etanol em 2014. Além disso, novos terminais e suas interligações foram concluídos e entraram em operação.

Vale destacar o Sistema Dutoviário para Escoamento de Etanol, em execução pela empresa Logum, que tem o objetivo de escoar a produção de etanol combustível das regiões de Uberaba, no Estado de Minas Gerais, do sul do Estado de Goiás e de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, para o município de Paulínia, também no Estado de São Paulo, de onde seguirão para portos exportadores. Esse Projeto integra a infraestrutura para escoamento da produção de etanol inserida no Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal - PAC, e outros trechos de dutos e terminais encontram-se em fases de execução de obras ou de detalhamento e revisão de projetos. O projeto contempla a construção de 1.261 km de dutos, de 10 novos centros coletores de etanol, 3 ampliações de tancagem em terminais de distribuição de combustíveis, e a utilização de 750 km de hidrovias para o transporte de 20 milhões de m³/ano de etanol combustível. O trecho Ribeirão Preto - Paulínia, com 207 km de extensão, foi inaugurado em 12/08/2013 (Autorização de Operação ANP nº 587/13 publicada no DOU de 18.08.13).

No que tange aos investimentos da Petrobras, no primeiro semestre de 2014 houve a conclusão das linhas entre o píer e as distribuidoras no Terminal de São Luís - MA e no Terminal de Mucuripe - CE. No segundo semestre, entraram em operação os dutos de interligação da REDUC ao Terminal de Ilha Comprida bem como os de interligação da Ilha Comprida à Ilha Redonda.

Quantidade alcançada

668,98

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	1	km	27,78	31/12/2014
Região Norte	3	km	9,68	31/12/2014
Região Sudeste	337	km	631,52	31/12/2014

- **Ampliar a frota de transporte marítimo e hidroviário de petróleo, derivados, GLP e biocombustíveis, de modo a adicionar 2.994.496 toneladas de porte bruto (tpb)**

Análise Situacional da Meta

Com uma demanda total de 49 navios, que acrescentam 4 milhões de toneladas de porte bruto (tpb) à capacidade de transporte marítimo da Transpetro, o Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro (Promef) revitaliza a indústria naval brasileira e fomenta a criação de novos estaleiros no País. O Promef foi criado com as premissas de incentivar a construção de navios no Brasil; de alcançar os índices de nacionalização de 65% e 70% na primeira e na segunda fase, respectivamente; e de fomentar a competitividade internacional da indústria naval brasileira.

Em 2012 foram entregues três navios construídos por meio do Promef: Sérgio Buarque de Holanda (48.000 tpb), Rômulo Almeida (48.000 tpb), e João Cândido (157.000 tpb), que somados à entrega do navio Celso Furtado (48.000 tpb) ocorrida em 2011, adicionaram uma capacidade acumulada de 301.000 tpb.

Em 2013 outros três navios do Programa foram concluídos: Zumbi dos Palmares (157.770 tpb), Dragão do Mar (157.770 tpb) e José Alencar (48.300 tpb), ampliando a capacidade da frota em 363.840 tpb em relação ao ano anterior. Em 2014, foram entregues os navios Henrique Dias (157.700 tpb) e Anita Garibaldi (72.900 tpb), além do primeiro comboio hidroviário (5.928 tpb) constituído por um empurrador e quatro barcaças, representando um incremento no ano de 236.528 tpb.

Dessa forma, no horizonte compreendido entre 2012 e 2014, o Promef entregou nove navios e um comboio hidroviário, o que corresponde a um acréscimo de 901.368 tpb à frota da Transpetro.

Quantidade alcançada

901.368

Data de Referência

31/12/2014

- **Atender a totalidade dos estados brasileiros com a comercialização de GLP em botijões P8 (8kg) e P5 (5kg)**

Análise Situacional da Meta

Segundo apurado pela ANP, todos os estados da Federação foram atendidos com a comercialização de botijões P5 e P8 no período de janeiro a junho de 2014. Contudo, conforme dados até novembro/2014, a meta não foi cumprida no Estado de Sergipe.

- **Aumentar a quantidade de botijões de GLP, de forma a melhorar o atendimento ao mercado consumidor doméstico em: - 1.148.865 unidades de botijões P13 (13kg) - 287.217 unidades de botijões P5 (5kg) e P8 (8kg)**

Análise Situacional da Meta

Os quantitativos de botijões apurados em dezembro de 2011(base para o PPA 2012-2015) foram revisados, definindo-se: i) P5: 346.504; ii) P8: 626.813; e iii) P13: 104.461.593.

Em dezembro de 2014, a ANP registrou: i) P5: aumento de 11.712 unidades; ii) P8: redução de 3.682 unidades; e iii) P13: aumento de 4.832.826 unidades. Com esses aumentos, o quantitativo de botijões passou para: i) P5: 358.276; ii) P8: 623.131; e P13: 109.294.419.

A Liquigás, em 2014, realizou compras somente de botijões de 13 quilos, em virtude do crescimento do mercado de GLP para este tipo de vasilhame, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, por conta de um crescimento econômico mais expressivo nestas regiões. Além deste fator, a Liquigás vem buscando atender fortemente as necessidades de requalificação de botijões P13, P45 e P20, o que vem deslocando recursos financeiros para cumprir estas metas. Aliado aos fatos descritos acima, a demanda do público por botijões de menor tamanho não vem

ocorrendo conforme o planejado, fato que não enseja a aquisição de vasilhames de menor tamanho.

Quantidade alcançada

4.832.826

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar em 305 mil m³/dia a capacidade de escoamento de derivados de petróleo e biocombustíveis entre as refinarias e os terminais de modo a permitir o suprimento destes produtos**

Análise Situacional da Meta

Além dos dutos novos em operação, os quais ampliaram a capacidade de escoamento, foram construídos novos sistemas de bombeamento que implicaram em aumento de capacidade de escoamento de oleodutos existentes na região Sudeste. Assim, essas ampliações de capacidade estão diretamente relacionadas a novos terminais e suas interligações, bem como a demandas para escoamento em dutos dedicados de óleo diesel S-10.

No segundo semestre, iniciaram-se as operações dos dutos de transferência da REDUC ao Terminal de Ilha Comprida bem como os de interligação da Ilha Comprida à Ilha Redonda.

Em 2014, a Petrobras registrou os seguintes acréscimos de capacidade de escoamento de derivados de petróleo biocombustíveis em seu sistema: ampliação da capacidade de bombeamento do OSVAT 30'', entre o Terminal de Guararema e REPLAN (6 mil m³/dia); ampliação da capacidade de bombeamento do OSVAT 42'/38'', entre o Terminal de São Sebastião e Terminal de Guararema (6 mil m³/dia); e substituição das linhas submarinas de petróleo em São Sebastião (50 mil m³/dia).

Quantidade alcançada

234.463

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	5.000	m ³ /dia	0	31/12/2014
Região Sudeste	300.000	m ³ /dia	234.463	31/12/2014

OBJETIVO: 0187 - Ampliar e qualificar a participação da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

O Brasil está entre os quatro maiores produtores e consumidores de biodiesel do mundo. Possui, segundo o Boletim Mensal de Combustíveis Renováveis do MME, 54 usinas de biodiesel, sendo 42 delas detentoras do Selo Combustível Social que representam hoje 99% da produção total de biodiesel no País, beneficiando aproximadamente 83,7 mil famílias e 77 cooperativas da agricultura familiar, com R\$ 2,8 bilhões em compras de matérias-primas e aproximadamente R\$ 36 milhões em assistência técnica e fomento a essas famílias.

Dentre os projetos e parcerias para apoio à participação da agricultura familiar na cadeia deste biocombustível que estão em andamento, merecem destaque os Termos de Cooperação de apoio ao Selo Social e à organização da base da produção de oleaginosas com os Governos Estaduais do Pará, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Tocantins, Rio Grande do Sul e Paraná, a Embrapa Amazônia Oriental, Embrapa Roraima, Embrapa Cerrados, Embrapa Clima Temperado, Embrapa Algodão, UFV e UFPA/NUMA.

Destaca-se também a Chamada Pública de ATER SAF/MDA 07/2012 que possibilitou a contratação de entidade executora do Projeto de ATER para gestão de 24 cooperativas de agricultores familiares participantes do PNPB nas Regiões Centro Oeste, Nordeste e Semiárido, com foco no fortalecimento gerencial desses empreendimentos e sua qualificação no programa.

Em relação aos trabalhos voltados aos marcos regulatórios com o objetivo de melhorar e adequar as parcerias com a agricultura familiar na cadeia agroindustrial de biodiesel, óleos vegetais e coprodutos, destacam-se a Lei 13.033/2014, de 24 de setembro de 2014, que aumentou a mistura de biodiesel no óleo diesel para B6 e B7; a Exposição de Motivos Interministerial (EMI) 0007/2014 com proposta do MDA de alteração do Decreto nº 5.297, de 06 de dezembro de 2004, já aprovada pelo MME e ainda em análise no MF; e as publicações das Portarias MDA Nº 80, de 21 de dezembro de 2010, que cria a Câmara Técnica de Avaliação e Acompanhamento do Selo Combustível Social e a Portaria MDA Nº 81, de 26 de novembro de 2014, que dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do Selo Combustível Social. Essa portaria foi publicada após as rodadas de discussões do MDA com o setor (agricultores, cooperativas e indústria) para alteração da Portaria do MDA 60/2012, de 06 de setembro de 2012.

Metas 2012-2015

• 160.000 agricultores familiares participando da cadeia produtiva do biodiesel

Análise Situacional da Meta

Diferente de outras cadeias de energias renováveis que possuem políticas e instrumentos ainda em fase de construção, o PNPB possui o Selo Combustível Social, instrumento com base legal consolidada, tanto para produção e uso do referido combustível, quanto para promover a inclusão da agricultura familiar no programa, responsabilidade essa delegada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Em 2013 foram identificadas 83.754 famílias participantes do PNPB com contratos com a indústria e vendas de matérias-primas para biodiesel.

O número de famílias no programa em 2014 deverá ser levantado no primeiro semestre de 2015, dado que houve extensão de prazo para envio das informações por parte das indústrias e cooperativas referentes ao ano precedente.

A queda verificada no número de famílias de 2012 (92.673) para 2013 (83.754) ocorreu principalmente pela redução no número de famílias do Nordeste (25.210 para 12.949) por uma reorientação estratégica das empresas atuantes na Região que vem realizando uma seleção de famílias mais aptas aos contratos por filtragem de aptidão agrícola.

Cabe destacar as ações anteriormente citadas, relativas ao aumento da mistura de biodiesel no óleo diesel para B6 e B7, bem como as Portarias MDA criando a Câmara Técnica de Avaliação e Acompanhamento do Selo Combustível Social e aperfeiçoando os critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso desse certificado.

Quantidade alcançada

83.754

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	8.000	unidade	5.133	31/12/2013
Região Nordeste	35.000	unidade	12.949	31/12/2013
Região Norte	6.000	unidade	327	31/12/2013
Região Sudeste	6.000	unidade	2.287	31/12/2013

OBJETIVO: 0553 - Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

São princípios e objetivos da Política Energética Nacional, definidos em lei, a garantia do fornecimento de combustíveis em todo o território nacional e a proteção dos interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos. Para alcançar esses objetivos são atividades essenciais o planejamento e a proposição de medidas que permitam manter o equilíbrio entre oferta e demanda dos combustíveis, no curto, médio e longo prazos, assim como a fiscalização e o controle da qualidade dos produtos.

No âmbito do MME, destacam-se as seguintes ações ao longo do triênio 2012-2014

- No que se refere ao óleo diesel, o Brasil iniciou uma nova etapa na busca pela melhoria da qualidade do ar com a adoção de metas mais rigorosas no controle das emissões veiculares, o que levou à introdução do óleo diesel de baixo teor de enxofre. Desde o dia 1º de janeiro de 2012, entraram em vigor as fases P-7 e L-6 (que abrange veículos leves movidos a diesel produzidos em 2012) do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - Proconve.
- Publicação da Lei nº 12.666/2012, de 14 de junho de 2012, que autorizou a União a conceder subvenção econômica, sob a forma de equalização das taxas de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de etanol combustível, para reduzir a volatilidade dos preços do etanol e contribuir para a estabilidade da oferta do produto.
- O Ministério de Minas e Energia estabeleceu aprimoramentos no modelo de Leilões de Biodiesel por meio da publicação das Portarias nº 276, de 10 de maio de 2012, e nº 476, de 15 de agosto de 2012. A medida foi tomada após a verificação dos resultados dos últimos leilões e das sugestões de aperfeiçoamento apresentadas pelo setor produtivo. As novas regras foram aplicadas nos leilões de biodiesel realizados a partir de junho de 2012.
- Foi estabelecido o modelo de leilão para formação de estoque baseado na modalidade de “opção de compra”, definido pela Portaria MME nº 116/2013. Nesse modelo, ao invés de adquirir fisicamente o produto e transportá-lo até suas instalações, o adquirente tem um contrato comercial em que o biodiesel continuará no estoque regular do produtor, mas estará disponível para ser entregue ao adquirente, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, caso este exerça a opção a qualquer tempo, dentro do prazo contratual. Com o novo modelo, espera-se haver melhoria da logística e conseguinte redução de custos no setor.
- Em relação à gasolina automotiva, a partir de 1º de janeiro de 2014, toda a gasolina automotiva comercializada no País passou a conter, no máximo, 50 ppm de enxofre, em substituição ao limite anterior vigente, de 800 ppm. Em 2014, foram comercializados cerca de 43,36 bilhões de litros do produto.
- No que compete aos novos empreendimentos em refino de petróleo, foi iniciada, em dezembro de 2014, a operação do 1º Trem da Refinaria Abreu e Lima. Embora a capacidade do projeto do 1º Trem seja de 115 mil barris/dia, a ANP autorizou uma capacidade de 74 mil barris/dia, até que sejam cumpridas algumas exigências ambientais relacionadas a emissões.
- Em relação à Segurança Energética, o relatório técnico sobre a necessidade de formação de reservas estratégicas de petróleo e etanol e estoques de operação de combustíveis em atendimento à Lei 8.176/1991 e Decreto 238/1991, foi apresentado na 29ª Reunião Ordinária do CNPE, ocorrida em 09 de dezembro de 2014. O relatório conclui não ser necessária a formação de reservas estratégicas de petróleo e etanol carburante e recomenda a continuidade da implantação dos estoques de operação para os principais combustíveis derivados de petróleo.
- Com relação ao etanol, o MME vem participando das Reuniões Tripartites - com representantes do Governo (Ministérios de Minas e Energia, Agricultura e Abastecimento, Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fazenda e

Agência Nacional do Petróleo), dos produtores (UNICA, Fórum Nacional Sucreenergético), dos distribuidores de combustíveis (Sindicom e Brasilcom) e da Petrobras, cujo objetivo é monitorar o abastecimento do mercado de etanol combustível mediante o balanço da oferta e da demanda desse biocombustível.

- A Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, por meio da Comissão de Estudos do Biodiesel publicou, em 29 de agosto de 2014, está concluindo os trabalhos de publicação da Norma Técnica ABNT NBR 15512 - Biodiesel - Armazenamento, transporte, abastecimento e controle de qualidade de biodiesel e/ou óleo diesel BX.

Para alcance deste Objetivo, nas atividades de regulação e fiscalização do setor, que são exercidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), merecem destaque as seguintes ações no período de janeiro a dezembro de 2014:

- Análise de contratos e pedidos mensais entre distribuidoras e produtores de diesel, gasolina e OCTE, tendo homologado, em 2014, 208 contratos, 1.660 pedidos mensais e 327 alterações;
- Registro e análise de 583 contratos de etanol, dos quais 534 foram homologados, em atendimento a Resolução 67/2011, para a safra 2014/15;
- Análise das metas de estoque de operação de óleo diesel A S-10, óleo diesel A S500 e gasolina A estabelecidas na Resolução ANP 45/2013, a partir de abril de 2014. Foram avaliados 145 distribuidores de combustíveis por conta do estabelecimento de metas, ocasionando 41 notificações por não envio dos relatórios de estoques por esses distribuidores e instauração de 03 processos administrativos por não cumprimento das metas de estoque;
- Acompanhamento das modificações estabelecidas pela Resolução ANP 58/2014;
- Instrução de 38 processos administrativos contra distribuidores por não envio de SIMP;
- Instrução de 136 processos administrativos contra usinas e 31 processos administrativos contra distribuidores por não atingirem as metas de estoque estabelecidas pela Resolução ANP 67/2011;
- Coordenação das ações para mitigar os problemas causados pela cheia do Rio Madeira, entre abril e julho de 2014;
- Elaboração de manifestação encaminhada à Secretaria de Portos (SEP), por meio de Notas Técnicas, contendo contribuições relativas aos processos licitatórios de sete portos, envolvendo as instalações de armazenagem de combustíveis. As Notas Técnicas forma elaboradas entre janeiro e abril de 2014;
- Disponibilização de informações sobre o mercado de combustíveis através da realização do seminário anual do abastecimento, em março de 2014, e publicação dos boletins do abastecimento (Janeiro, abril e agosto de 2014);
- Realização de análise de fluxos logísticos de QAV, GFL JET, em 26/03/14;
- Elaboração de proposta de Resolução para estoques mínimos de QAV, com realização de audiência pública em 24/10/14, suportada pela Nota Técnica SAB 207/14;
- Realização de análise de fluxos logísticos do GLP, GFL GLP, em 08/05/14;
- Elaboração de proposta de Resolução para estoques mínimos de GLP, com realização de audiência pública em 10/11/14, suportada pela Nota Técnica SAB 201/14;
- Análise do mercado de Transportador Revendedor Retalhista (TRR), em junho de 2014, com elaboração de Nota Técnica com recomendações para autuação de agentes que desrespeitavam as regras de comercialização;
- Acompanhamento do abastecimento de QAV durante a Copa do Mundo;
- Elaboração de Preços Máximos de Referência, utilizados nos seis leilões bimestrais de biodiesel realizados entre janeiro e dezembro de 2014); e
- Lavratura de 147 documentos de fiscalização (autuações e notificações), com a finalidade de melhorar a qualidade das informações declaradas pelos distribuidores de combustíveis e TRRs.

Metas 2012-2015

- **Atender à demanda de biocombustíveis, tendo como referência o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) vigente**

Análise Situacional da Meta

A análise comparativa da produção em relação à demanda, mostra a produção de 31,4 bilhões de litros (28,6 bilhões de litros de etanol e 3,4 bilhões de litros de biodiesel) contra a demanda apontada no PDE 2023 para o ano de 2014 de 27,3 bilhões de litros (23,9 bilhões de litros de etanol e 3,4 bilhões de litros de biodiesel).

A demanda real consolidada no ano de 2014 apresenta os seguintes dados: (1) consumo de etanol 24,4 bilhões de litros; (2) consumo de biodiesel de 3,4 bilhões de litros e; (3) exportação líquida de etanol e uso para fins não combustíveis da ordem de 2 bilhões de litros. O balanço entre oferta e demanda mostra que a oferta foi suficiente para atender o consumo doméstico e proporcionou excedente exportável.

Etanol Combustível: a produção atendeu a demanda nacional, mesmo enfrentando um cenário climático adverso, e ainda proporcionou excedente para a exportação, bem como para o uso em fins não combustíveis.

Biodiesel: a partir de julho de 2014, a Medida Provisória nº 647, de 28 de maio de 2014, convertida na Lei 13.033 de 24 de setembro de 2014, estabeleceu que a adição obrigatória de biodiesel passasse a ser de 6%, a partir de 1º de julho e 7%, a partir de 1º de novembro de 2014. Devido ao aumento da mistura de biodiesel ao diesel fóssil em 2014 a produção de biodiesel foi ampliada para atender ao dispositivo legal. Com isso, a produção saltou de 2,9 bilhões de litros em 2013 para 3,4 bilhões de litros em 2014, acréscimo de 17%. Esse aumento da produção foi suficiente para atender ao mercado nacional.

Em relação à qualidade, em 2014, a ANP publicou a Portaria nº 45, atualizando a especificação do biodiesel. A especificação brasileira está em linha com as especificações da União Europeia e dos EUA. Para vários parâmetros, o Brasil é o País que apresenta os mais rígidos requisitos de qualidade.

- **Garantir o abastecimento do óleo diesel S-10, do óleo diesel S-500 e da gasolina S-50, de modo a atender integralmente o mercado nacional de combustíveis**

Análise Situacional da Meta

A fim de garantir o abastecimento nacional de gasolina e óleo diesel (S10, S50, S500 e S1800) e atender integralmente ao mercado nacional de combustíveis, o Governo autoriza a construção e a operação de novas bases de agentes, homologa contratos e quotas entre os produtores e distribuidoras, instaura processos administrativos para revogação dos agentes em situação irregular e atualiza e edita normas.

A homologação de quotas (Resolução ANP nº 72/2000) tem por objetivo garantir o acesso de distribuidores, com pequena participação no mercado, junto aos produtores nacionais de gasolina e de óleo diesel.

Além disso, a ANP fiscaliza o cumprimento de suas resoluções, visando à proteção do consumidor e à garantia do abastecimento nacional de combustíveis.

Após a introdução com sucesso do óleo diesel S50, foram realizados esforços para o acompanhamento das medidas necessárias para a introdução do diesel S10.

Com esse objetivo, a ANP organiza reuniões mensais para tratar de questões relativas à logística nos três níveis da cadeia de abastecimento do novo combustível: produção, distribuição e revenda. que contam com a presença de representantes das seguintes instituições: Ministério das Minas e Energia, Petrobras, ANFAVEA (Associação Nacional

dos Fabricantes de Veículos Automotores), Fenabrave (Federação Nacional da Distribuição dos Veículos Automotores), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Sindicom (Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes - sindicato com mais de 80% do mercado de diesel), Brasilcom (Sindicato das Distribuidoras Regionais Brasileiras de Combustíveis), INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), Sincopetro (Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo), Instituto Estadual do Meio Ambiente (IEMA), Fecombustíveis (Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes) e distribuidoras de combustíveis.

Em 2013, destacaram as seguintes realizações:- acompanhamento da implementação das medidas relacionadas ao acordo firmado com o MPF-SP e no Plano de Abastecimento, de forma a garantir a introdução do óleo diesel de baixo teor de enxofre, que vem sendo realizada com sucesso acompanhamento da substituição da gasolina em uso para a S50, prevista para conclusão até janeiro de 2014.

Em 2014, com vistas à garantia do abastecimento dos combustíveis destacados, a ANP analisou 60.938 Licenças de Importação - LI, atuando no sentido de aumentar a oferta de tais produtos no mercado nacional. Também efetuou um controle diário de informações sobre o abastecimento nacional de combustíveis com vistas a identificar possíveis restrições no abastecimento. Homologou, ainda, as quotas e contratos de abastecimento de óleo diesel e acompanhou as alterações logísticas decorrentes do aumento da demanda pelo S-10, priorizando a homologação de contratos de cessão de espaço e a autorização de bases.

restrições no abastecimento. Homologou, ainda, as quotas e contratos de abastecimento de óleo diesel e acompanhou as alterações logísticas decorrentes do aumento da demanda pelo S-10, priorizando a homologação de contratos de cessão de espaço e a autorização de bases.

• **Manter o Índice de Conformidade de Combustíveis superior a 96%**

Análise Situacional da Meta

Ao se observar a evolução do Índice de Conformidade de Combustíveis nos últimos 3 anos (97,7% em 2012; 97,99, em 2013; e 97,99, em 2014), conclui-se que o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis - PMQC, juntamente com as ações de fiscalização, entre outras promovidas pela ANP, têm assegurado ao mercado nacional estabilidade nos índices de conformidade dos combustíveis, em níveis elevados e satisfatórios para os consumidores finais, superando a meta estipulada para o período.

Quantidade alcançada

98,13

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0604 - Estimular medidas de eficiência energética no uso de derivados do Petróleo, do Gás Natural e de Biocombustíveis que contribuam para o uso racional destes insumos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O CONPET (Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural) - um Programa do Governo Federal, vinculado ao Ministério de Minas e Energia - MME, e executado com o apoio técnico e administrativo da Petrobras, outorga o Selo de Eficiência Energética para Veículos Leves para os veículos mais eficientes que participam voluntariamente do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV). O PBEV é coordenado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), em parceria com o CONPET, e objetiva permitir que os usuários comparem o consumo de veículos com diferentes combustíveis, estimulando a utilização e fabricação de veículos mais eficientes.

No encerramento do ano de 2013, de um total de 448 modelos, havia 111 certificados com o Selo CONPET de Eficiência Energética em Veículos Leves, ou seja, cerca de 25%. Em 2014, no final do ano, de um total de 588 modelos, 153 estavam certificados, o que representa um aumento de, aproximadamente, 38% em relação ao ano anterior.

Metas 2012-2015

- **Elevar o percentual de modelos de automóveis etiquetados pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) para 50%**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, 37 de um total de 40 fabricantes que possuem vendas no Brasil aderiram ao PBE Veicular e o número de modelos/versões subiu de 205 para 448, um crescimento de cerca de 120%. Esse avanço se deveu, em grande parte, pela vinculação do PBEV ao Programa Inovar-Auto, em que cada fabricante deverá declarar um mínimo de 60% da frota. No ano, de um total de 448 modelos, havia 111 certificados com o Selo CONPET de Eficiência Energética em Veículos Leves, ou seja, cerca de 25%.

Em 2014, houve um aumento de 38% no número de modelos de automóveis etiquetados, chegando a um total de 588. Esse avanço consolida a vinculação do PBEV ao Programa Inovar-Auto, em que cada fabricante deverá declarar 100% da frota até 2017.

Quantidade alcançada

50

Data de Referência

31/12/2014

- **Evitar o consumo de 650 milhões de litros de óleo diesel por meio de ações de eficiência energética**

Análise Situacional da Meta

O Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (CONPET) possui dentro do Setor de Transportes um Programa chamado EconomizAr, que é fruto da parceria com as federações ou sindicatos patronais do transporte de cargas e passageiros. O Programa atende aos veículos de motor diesel das empresas filiadas a essas entidades, sendo que as empresas participantes são visitadas periodicamente pelos técnicos do programa que fazem a avaliação das respectivas frotas de ônibus e caminhões.

Existem ainda, no âmbito interno das ações da Petrobras, programas de economia de diesel, como o TransportAR, que avalia os veículos que circulam pelas refinarias retirando produtos e o EngenhAR que avalia os veículos utilizados nas obras das novas unidades operacionais.

No período de janeiro a outubro de 2012 estimou-se uma economia de 76 milhões de litros de diesel em programas realizados e apoiados pelo CONPET.

A Petrobrás/CONPET não possui dados atuais que possibilitem a aferição desta meta. Até a data de fechamento do ciclo de 2014, ainda não havia números mais atualizados a respeito dos resultados de 2013, nem de 2014.

Quantidade alcançada

76

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0797 - Monitorar e incentivar o uso sustentável de biocombustíveis de origem florestal (lenha e carvão) para fins energéticos.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Visando promover o uso sustentável dessas fontes energéticas (lenha e carvão) a Secretaria Executiva e as Câmaras Técnicas da Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD vêm articulando com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e o Ministério de Minas e Energia - MME, ações que apresentem alternativas de sustentabilidade na matriz energética. As iniciativas focam na melhoria tecnológica para eficiência energética das indústrias cerâmicas e gesseiras, na promoção do manejo florestal da Caatinga e Cerrado, na diversificação de fontes renováveis, e na elaboração de ações para segurança energética familiar com fogões ecológicos. Apoiam, ainda, a definição de indicadores e capacitação para processos de auditoria técnica para melhoria da eficiência energética e o uso sustentável da biomassa florestal, estruturando, junto com instrumentos de fomento/crédito, ações para promover procedimentos de auditoria e uso energético sustentável da biomassa florestal.

Vale destacar as iniciativas para promover a segurança energética familiar por meio de projetos de fogões melhorados que apoiaram a implementação de mais de 1.500 fogões sem fumaça e uma análise para definir um programa de implementação de fogões melhorados nas famílias rurais.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver procedimento de auditoria para uso energético sustentável da biomassa florestal e auditar 300 empresas usuárias de carvão vegetal proveniente do bioma Caatinga**

Análise Situacional da Meta

Os trabalhos para promover o uso sustentável de lenha e carvão da Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD e os projetos apoiados pelo Fundo Clima, Fundo Socioambiental da CAIXA, Fundo Florestal e pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA vêm possibilitando definir indicadores para processo de auditorias por meio dos diagnósticos elaborados nas cerâmicas e gesseiras. Nesse sentido destacam-se:

- Realização do diagnóstico de produção nas cerâmicas da PB, SE e CE e nas gesseiras de PE, definindo indicadores-padrão para processo de auditoragem;
- Capacitação e assistência técnica para colaboradores das empresas cerâmicas e gesseiras e a elaboração de manual de boas práticas para eficiência energética, possibilitando o desenvolvimento de indicadores para processos de auditoragem;
- e
- Os diagnósticos ambientais por meio de mapeamento do potencial florestal apresentando as áreas aptas para o manejo florestal em raio econômico dos polos gesseiro no Araripe e cerâmico no Seridó, possibilitam a definição das estratégias e do nível tecnológico das empresas.

- **Promover o uso energético sustentável da biomassa florestal em 300 empresas usuárias de carvão vegetal proveniente do bioma Caatinga**

Análise Situacional da Meta

Os trabalhos para promover o uso sustentável de lenha e carvão por meio de projetos de manejo florestal coordenados pela Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD com apoio do Fundo Clima, do Fundo Socioambiental da CAIXA, do Fundo Florestal e o do FNMA vêm possibilitando a ampliação das áreas sob uso sustentável e uma melhor compreensão do potencial da vegetação nativa para o manejo. Nesse sentido destacam-se:

- Os Pactos para sustentabilidade da matriz energética dos setores produtivos (cerâmicas e gesseiras), que estão apoiando a implementação de programas de fomento e a elaboração dos Planos de Suprimento Sustentável (PSS) conforme o artº 34 da Lei de Proteção das Florestas, promoveram estudos para a melhoria tecnológica e maior eficiência no sistema produtivo, além de promover o manejo florestal comunitário que vem apoiando a implantação de 20.000 hectares na Caatinga e Cerrado, beneficiando mais de 1.500 famílias. O Pacto apresenta alternativa para o desmatamento, maior vetor do processo de desertificação no Brasil. Essas ações promovem um autoabastecimento sustentável com áreas a serem implantadas de 26.000 ha para as cerâmicas e de 180.000 para as gesseiras num prazo de 6 anos. Os programas são partes integrantes dos pactos de sustentabilidade para a matriz energética das cerâmicas e gesseiras;
- A realização do Seminário sobre Manejo Silvopastoril Sustentável da Caatinga para inserir o manejo na segurança alimentar dos rebanhos;
- A criação da linha de crédito específica do BNB para apoiar a elaboração de planos de manejo florestal na Caatinga;
- A inserção do Programa Dryland Champions da UNCCD para 15 instituições que promovem as boas práticas de manejo florestal.

Quantidade alcançada

310

Data de Referência

06/12/2013

PROGRAMA: 2053 - Petróleo e Gás

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Consumo Interno de Gás Natural	milhão de m ³ por dia	31/12/2010	61,7	31/12/2014	100
Empresas de Pequeno e Médio Porte - Produção de Gás Natural	mil m ³ por dia	31/12/2010	24	31/12/2014	77,03
Empresas de Pequeno e Médio Porte - Produção de Petróleo	mil barris por dia	31/12/2010	1,96	31/12/2014	13,51
Extensão de Gasodutos	km	31/12/2010	11.373	31/12/2014	11.696
Importação de Gás Natural	milhão de m ³ por dia	31/12/2010	34,65	31/12/2014	52,93
Participações Governamentais - Bônus de Assinatura	R\$ mil por ano	31/12/2009	80.200	31/12/2014	0
Participações Governamentais - Participações Especiais (União, Estados e Municípios)	R\$ bilhão por ano	31/12/2010	11,67	31/12/2014	16,83
Participações Governamentais - Royalties (União, Estados e Municípios)	R\$ bilhão por ano	31/12/2010	9,93	31/12/2014	18,53
Produção de Gás Natural (excluído reinjeção, queimas, perdas e consumo próprio na produção)	milhão de m ³ por dia	31/12/2010	34,53	31/12/2014	55,76
Produção de Petróleo e LGN (inclui condensado)	mil barris por dia	31/12/2010	2.137,42	31/12/2014	2.255
Reservas de Gás Natural	milhão de m ³	31/12/2010	423.003,02	31/12/2014	471.153,29
Reservas Provadas de Petróleo	milhão de barris	31/12/2010	14.246,33	31/12/2014	16.154,45
Volume de Exportação de Petróleo	milhão de barris por ano	31/12/2010	230,49	31/12/2014	189
Volume de Importação de Petróleo	milhão de barris por ano	31/12/2010	123,65	31/12/2014	144

Observações:

Extensão de Gasodutos - Não houve ampliação em 2014.

Participações Governamentais - Bônus de Assinatura - Fonte: site ANP;

Nenhum novo contrato foi assinado em 2014.

OBJETIVO: 0053 - Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério de Minas e Energia (MME), a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) retomaram os trabalhos de atualização necessários à publicação da versão 2014 do "Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás" prevista para o final de 2015.

A atual versão, publicada em out/2013, abrange duas perspectivas, a geológica e a econômica. Na primeira, a geológica, realizou-se uma combinação do passado com o futuro das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, especialmente em termos de poços pioneiros, possíveis prospectos, acumulações (jazidas) e campos. O resultado da aplicação dessa metodologia gera uma base de informações georreferenciadas que suporta a perspectiva econômica, a qual, por sua vez, mapeia zonas de importância relativa das diversas áreas do País para o desenvolvimento econômico do setor de petróleo.

Esse trabalho será atualizado a cada dois anos e deverá tornar-se um importante instrumento para o planejamento energético do País, também apoiando questões de ordenamento territorial e socioambientais que envolvam as atividades de exploração de petróleo e gás. Ele já serve de base ao planejamento de áreas a serem incluídas nas rodadas de licitação para atividades de exploração. Dá suporte à tomada de decisões sobre estudos, pesquisas, projetos, atividades e serviços de levantamentos geológicos básicos e auxilia a definição das áreas prioritárias para o desenvolvimento e manutenção das atividades da indústria do petróleo e gás natural no território e na plataforma continental brasileira.

O levantamento lista todas as 67 bacias sedimentares brasileiras, qualificadas em terrestres (52) e marítimas (15). Para cada bacia apresenta a área sedimentar, área efetiva (área da bacia que apresenta interesse para a exploração e produção de hidrocarbonetos) e maturidade exploratória.

Em 2012 iniciaram os estudos para instituição da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar – AAAS (Portaria Interministerial MME-MMA nº 198, de 5 de abril de 2012), que disciplinará a relação do processo de outorga de blocos exploratórios marítimos e terrestres com o processo de licenciamento ambiental dos respectivos empreendimentos e atividades. Em 2013 definiu-se as sete áreas prioritárias que serão objeto de estudo, correspondendo às seguintes bacias: Solimões; Sergipe-Alagoas; Pará-Maranhão e Barreirinhas; Pernambuco-Paraíba; Espírito Santo – mar; Camamu-Almada e Cumuruxatiba – águas profundas.

Em 2014 foram publicadas as Portarias Interministeriais MME-MMA de nos 621 e 622, de 18 de novembro de 2014, constituindo os Comitês Técnicos de Avaliação (CTA) da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar, respectivamente para as bacias do Solimões e de Sergipe-Alagoas. Esses Comitês tem a participação de representantes do MME, MMA, ANP, EPE, IBAMA e ICMBio, e trabalham na elaboração dos Termos de Referência para a contratação dos estudos.

Metas 2012-2015

• Definir plano plurianual para realização de rodadas de licitações (concessão e partilha)

Análise Situacional da Meta

Após a seleção das áreas da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar – AAAS, a qual disciplinará a relação do processo de outorga de blocos exploratórios marítimos e terrestres com o processo de licenciamento ambiental, realizar-se-ão estudos para a definição do plano plurianual para realização de rodadas de licitações nas regiões consideradas aptas sob o ponto de vista ambiental.

Contribui para o cumprimento desse propósito o estudo "Zoneamento Nacional dos Recursos de Óleo e Gás", que foi concluído em outubro de 2013 e será atualizado a cada biênio. Esse estudo serve como instrumento para o

planejamento energético do País, o planejamento de áreas para as rodadas de licitação, suporte às atividades de exploração. Também fornece insumos para a tomada de decisões sobre estudos, pesquisas, projetos, atividades e serviços de levantamentos geológicos básicos e para a definição das áreas prioritárias para o desenvolvimento e manutenção das atividades da indústria do petróleo e gás natural no território e na plataforma continental brasileira.

• **Realizar estudos geológicos e geofísicos visando disponibilizar áreas para oferta em cada rodada de licitação**
Análise Situacional da Meta

Os levantamentos englobam a realização de sísmica 2D, sísmica 3D, processamento sísmico, magnetotelúrico, geoquímica, estudos de sistemas petrolíferos e perfurações de poços estratigráficos.

Os estudos realizados nas doze bacias que compõem a regionalização sofreram alguns ajustes para adequar a questões técnicas, fruto de processamento de outros dados, indisponibilidade de equipamentos para perfuração de poços, além de questões contratuais e orçamentárias.

A situação atual desses levantamentos é a seguinte:

- 1) Bacia Sedimentar de Santos: poços estratigráficos cancelados. Levantamento sísmico 3D concluído.
- 2) Bacia Sedimentar do Acre/Madre de Deus: cancelada a perfuração do poço estratigráfico e parte dos recursos foi remanejada para levantamento sísmico, o qual foi concluído em 2014.
- 3) Bacia Sedimentar do Amazonas: processamento e levantamento sísmico concluídos, sendo este não previsto à época da primeira versão do PPA. Frise-se que o valor correto para a meta é de 1.667 km².
- 4) Bacia Sedimentar do Tucano/Jatobá: todos os projetos previstos para esta bacia foram cancelados.
- 5) Bacia Sedimentar do Marajó: levantamentos geoquímico e sísmico foram cancelados. O processamento de dados sísmicos foi concluído.
- 6) Bacia Sedimentar do Paraná: o Aerolevante foi cancelado e parte dos recursos foi mobilizada para o levantamento magnetotelúrico, que está em execução. O levantamento sísmico está paralisado, a empresa contratada está com dificuldades para continuar o projeto, a ANP intimou a contratada para rescisão contratual. O processamento de dados sísmicos foi concluído.
- 7) Bacia Sedimentar dos Parecis: o Aerolevante foi cancelado e parte dos recursos foi mobilizada para o levantamento magnetotelúrico que está em execução. O levantamento sísmico foi suspenso pela ANP até a regularização das obrigações trabalhistas e previdenciárias pela empresa contratada. Com relação aos poços, um deles fora cancelado e o outro está sendo perfurado.
- 8) Bacia Sedimentar do Parnaíba: o poço foi cancelado e os recursos foram remanejados para levantamento sísmico, o qual já foi concluído. Cabe ressaltar que esse projeto foi aditivado, o que explica a quantidade alcançada ser maior que o previsto. O processamento de dados sísmico foi concluído.
- 9) Bacia Sedimentar do São Francisco: Perfuração do poço concluída. Tal projeto encontra-se na etapa de avaliação dos dados coletados. Levantamento geoquímico concluído. Reavaliação geológica em execução. Frise-se que esta reavaliação não constava do PPA versão 2011.
- 10) Bacia Sedimentar do São Luis/Bragança-Vizeu: Levantamento sísmico cancelado. Perfuração do poço em execução. O processamento de dados sísmicos foi concluído.
- 11) Bacia Sedimentar do Solimões: o processamento sísmico foi concluído.
- 12) Bacia Sedimentar do Tacutu: levantamento sísmico cancelado e parte dos recursos transferido para o levantamento geoquímico, o qual já foi concluído.

O levantamento geoquímico marítimo na Bacia da Foz do Amazonas foi concluído. E em 2012, foi executado o

levantamento geoquímico contratado para a Bacia do Ceará.

Quantidade alcançada

334.441

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bacia Sedimentar Marítima Santos	250.000	km ²	79.733	31/12/2014
Bacia Sedimentar Terrestre Acre/Madre de Deus	50.000	km ²	39.278	31/12/2014
Bacia Sedimentar Terrestre Amazonas	16.667	km ²	64.246	31/12/2014
Bacia Sedimentar Terrestre Jatobá/Tucano Norte	49.167	km ²	0	31/12/2014
Bacia Sedimentar Terrestre Marajó	46.667	km ²	56	31/12/2014
Bacia Sedimentar Terrestre Paraná	82.500	km ²	38.116	31/12/2014
Bacia Sedimentar Terrestre Parecis	125.000	km ²	20.882	31/12/2014
Bacia Sedimentar Terrestre Parnaíba	42.500	km ²	63.698	31/12/2014
Bacia Sedimentar Terrestre São Francisco	52.500	km ²	25.611	31/12/2014
Bacia Sedimentar Terrestre São Luis-Bragança-Vizeu	91.667	km ²	80	31/12/2014
Bacia Sedimentar Terrestre Solimões	833	km ²	1.091	31/12/2014
Bacia Sedimentar Terrestre Tacutu	41.667	km ²	1.650	31/12/2014

• **Revisar e atualizar o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás a cada dois anos (2013 e 2015)**

Análise Situacional da Meta

A última versão do "Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás" foi apresentada em 10 de outubro de 2013. O trabalho compreendeu a coleta, o processamento e a produção de informações para representação da importância petrolífera das áreas do território nacional, sendo útil tanto às políticas públicas quanto à indústria petrolífera para o aproveitamento de recursos de petróleo e gás natural, especialmente no planejamento energético, no contexto do Plano Nacional de Energia (PNE), do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) e do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário (PEMAT).

Os trabalhos de revisão e atualização estão sendo realizados pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME), e apoio da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com publicação prevista para o final de 2015.

OBJETIVO: 0057 - Implantar sistemas coordenados de exploração, produção e processamento de petróleo e gás natural, em terra e mar, com conteúdo local, bem como de transporte de gás natural, orientados ao desenvolvimento equilibrado do território e para atender, agregando valor, aos mercados doméstico e internacional.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A indústria do Petróleo é complexa, rica e diversificada, tem resultados alcançados a longo prazo e requer grande aporte de capital. Obter recursos para o desenvolvimento dessa indústria e contratar a complexa rede de equipamentos, bens e serviços já é um desafio por si só.

A estratégia de desenvolvimento do setor de petróleo e gás envolve um amplo programa de investimentos para implantação de infraestrutura para Exploração e Produção (E&P) e processamento dos bens minerais extraídos. Tais investimentos tem como objetivo principal o atendimento do mercado interno e, no futuro, a produção de excedentes exportáveis que venham a contribuir para o resultado das contas externas do País.

Em relação ao segmento de E&P, a produção de petróleo e LGN no Brasil atingiu a média de 2 milhões e 255 mil barris por dia em 2014, 6,7% superior à produção do ano anterior. Esse aumento foi impulsionado principalmente pela contribuição de nove sistemas de produção. Cinco deles começaram a operar em 2013 e tiveram novos poços interligados ao longo de 2014. Ainda em 2014, outros quatro sistemas de produção foram implantados.

Registrou-se, no dia 16 de dezembro de 2014, novo recorde de produção no pré-sal, quando a Petrobras atingiu a marca histórica de 700 mil barris de petróleo por dia (bpd). Essa produção foi alcançada apenas oito anos depois da primeira descoberta de petróleo na camada pré-sal, ocorrida em 2006, e apenas seis meses após a marca dos 500 mil barris, obtida em junho. Representa, portanto, uma marca extremamente significativa na indústria do petróleo, especialmente diante do fato de os campos se situarem em lâminas d'água profundas e ultraprofundas.

Com a chegada de novas embarcações do tipo PLSV (Pipe Laying Support Vessel) e com a redução do tempo não produtivo dessas unidades, a Petrobras interligou 68 novos poços até novembro de 2014, o que já se constitui em um número bem superior aos 45 poços interligados ao longo de todo ano de 2013. Neste ano já foram incorporados novos PLSVs à frota da Petrobras, aumentando a disponibilidade de equipamentos necessários ao crescimento da produção.

O PROEF (Programa de Aumento da Eficiência Operacional) contribuiu com uma produção adicional de petróleo ao longo de 2014. Destaca-se, além da alta eficiência operacional dos campos localizados nas porções fluminense e capixaba da Bacia de Campos, o ótimo desempenho e a manutenção da estabilidade da produção nas Unidades Operacionais do Norte e Nordeste do País, que praticamente compensaram todo o declínio natural dos campos maduros da área.

No que se refere ao segmento de Gás Natural, houve avanços na implantação de projetos de ampliação, construção de instalações e manutenção das malhas de gasodutos sudeste e nordeste. Na malha sul, o gasoduto Bolívia-Brasil tem operado em volume próximo a sua capacidade máxima, demandando ações permanentes para assegurar elevados níveis de disponibilidade e confiabilidade, bem como para preservar a sua integridade e segurança operacional.

Ainda em relação aos projetos de ampliação da malha sul, destacam-se em 2014: a conclusão das etapas de construção civil do novo Ponto de entrega Itapetininga/SP e da Ampliação do Ponto de Entrega Araricá/RS; os projetos básicos da travessia do Rio Manoel Alves/SC e das melhorias nos abrigos de armazenamento de óleo de treze estações de compressão; a implantação de sistema de retenção de enxofre em dez pontos de entrega; overhauls do Turbo Compressor - A da ECOMP de Mirandópolis/SP e Turbo Compressor - B da ECOMP de Penápolis/SP.

No que tange a conclusão de pontos de entrega destacam-se: Barra Mansa II que esta interligado ao Gasoduto GASPAL e possui capacidade máxima de entrega de 450.000 m³/dia; São Bernardo do Campo II que esta interligado ao Gasoduto GASAN II e possui capacidade de vazão de 3 milhões m³/dia; São Mateus que esta interligado ao gasoduto Cacimbas-Catu (GASCAC) e possui capacidade máxima de 280 mil m³/dia.

Além da operação dos Terminais de Regaseificação de GNL em Pecém no Ceará (TR-Pecém) e Baía de Guanabara no Rio de Janeiro (TR-BGUA), com a entrada em operação em janeiro de 2014 do novo Terminal de Regaseificação de GNL da Bahia, localizado na Baía de Todos os Santos (BA), houve incremento da capacidade de regaseificação em até

14 milhões m³/dia de gás.

Metas 2012-2015

• Agregar valor ao gás natural

Análise Situacional da Meta

Os investimentos incluídos na carteira de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, aplicados na estruturação da malha de gasodutos, construção de novas facilidades de recebimento ou entrega ou manutenções, contribuem para atender à demanda, e com capacidade de movimentação da produção necessária para a agregação de valor ao gás natural.

Ao longo de 2013 foram concluídos três novos pontos de entrega - PE de gás natural: o PE de Caçapava, no município de Caçapava e o PE de Pindamonhangaba II, no município de Pindamonhangaba, ambos no Estado de São Paulo; e o PE para atendimento da UTE Baixada Fluminense no Estado do Rio de Janeiro. Em 2014 entrou em operação do PE Barra Mansa II.

Concluiu-se em 2014 o projeto do Terminal de Regaseificação de GNL na Baía de Todos Santos (BA), com capacidade para regaseificar até 14 milhões m³/dia de gás natural. O projeto incluiu um pier tipo ilha - único berço atracação, navio supridor GNL atracado a contrabordo do regaseificador (Side-By-Side - SBS), gasoduto com 45 km de extensão (30 km terrestre e 15 km submarino interligação com o gasoduto Cacimbas-Catu (GASCAC).

Compõe também o PAC, o projeto UPGN de Cabiúnas Pré-Sal – Rota 2 que permitirá o recebimento de até 13 milhões m³/dia de gás oriundo do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos, ampliando a capacidade de processamento de gás do Sistema TECAB-REDUC de 23 para 28 milhões m³/dia, e de processamento de condensado do TECAB de 4.500 para 6.000 m³/dia.. Devido a postergação da chegada do primeiro gás pelo Gasoduto Rota 2, o início de operação da UPGN foi reprogramado para janeiro de 2016.

Outro projeto que consta do PAC é o UPGN COMPERJ – Rota 3 que consiste na implantação de unidades dentro do site do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro para processamento de 21 milhões de m³ por dia de gás oriundo do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos. Os produtos gerados serão: gás natural especificado para venda (conforme resolução 16/2008 da ANP), etano, gás liquefeito de petróleo (GLP) e uma corrente de hidrocarbonetos da faixa do pentano e mais pesados (C5+). A entrada em operação do 1º módulo, com capacidade de 10,5 milhões de m³ por dia, está programada para o final de 2016 e a entrada em operação do 2º módulo, com mesma capacidade, será em 2017.

• Aumentar a participação da oferta nacional no mercado de gás natural, possibilitando o suprimento e a expansão do mercado interno e buscando a geração de excedentes de produção com vistas à exportação

Análise Situacional da Meta

A oferta de gás nacional ao mercado, excluindo reinjeção, queimas, perdas, consumo próprio na produção e transporte e absorção em UPGNs, até outubro de 2014 foi de 47,69 milhões m³ por dia, ficando 3,39 milhões m³ por dia acima do realizado em 2013 (44,3 milhões m³ por dia). Os principais motivos desse crescimento foram o aumento da produção nos campos de Mexilhão, Lula e Sapinhoá, além do início de produção do campo de Lula Nordeste (UO-BS).

A produção nacional média de gás natural observou crescimento ao longo de todo o ano de 2014, saindo de 80,4 milhões de m³ por dia em janeiro para 92,7 milhões de m³ por dia em outubro.

No que se refere à participação do gás nacional na oferta ao mercado interno, até outubro de 2014, 50% do gás ofertado internamente foi produzido no País, valor próximo ao obtido em 2013 (média de 49%).

Em dezembro de 2014, 94,9% do gás produzido foi aproveitado, seja para fornecimento ao mercado, seja para geração de energia nas plataformas ou reinjeção nos reservatórios para elevar a produção de petróleo. Até 2022, o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2022) prevê que a oferta de gás nacional apresentará aumentos significativos no decênio, atingindo cerca de 141 milhões m³/dia em função da entrada das novas unidades de produção de petróleo de gás natural nas Bacias de Campos, Santos e do Espírito Santo.

• **Aumentar a produção de petróleo e LGN para 3,07 milhões de barris por dia, abastecendo o mercado nacional e buscando gerar excedentes de produção que poderão ser exportados**

Análise Situacional da Meta

A produção de petróleo e LGN no Brasil atingiu em 2014 a média de 2 milhões e 255 mil barris por dia, 6,7 % superior à produção do ano anterior.

O crescimento da produção decorreu, principalmente, pela contribuição de nove sistemas de produção. Cinco deles começaram a operar em 2013 e tiveram novos poços interligados ao longo de 2014. Ainda em 2014, outros quatro sistemas de produção foram implantados.

Das plataformas instaladas em 2013, contribuíram para esse resultado a P-63, no campo de Papa-Terra, e P-55, no campo de Roncador, ambas na Bacia de Campos; o FPSO Cidade de Itajaí, em Baúna, no pós-sal da Bacia de Santos; além dos FPSOs Cidade de São Paulo, no campo de Sapinhoá, e Cidade de Paraty, na área de Lula Nordeste - ambos no pré-sal da Bacia de Santos.

Os sistemas de produção que entraram em operação em 2014 e que colaboraram para o desempenho foram a P-58, no Parque das Baleias, e P-62, no campo de Roncador, na Bacia de Campos; e os FPSOs Cidade de Mangaratiba, na área de Iracema Sul, e Cidade de Ilhabela, na de Sapinhoá Norte, ambos no pré-sal da Bacia de Santos.

Com a chegada de novas embarcações do tipo PLSV (Pipe Laying Support Vessel) e com a redução do tempo não produtivo dessas unidades, a Petrobras interligou 68 novos poços - produtores e injetores - até novembro de 2014, o que já se constitui em um número bem superior aos 45 poços interligados ao longo de todo ano de 2013.

Contribuiu, também, para o aumento da produção, a entrada em operação, desde o final do mês de maio, de um novo poço ligado à plataforma P-48, no campo de Caratinga, produzindo na camada pré-sal da Bacia de Campos. Além disso, houve a volta à operação da plataforma P-51, no campo de Marlim Sul, na mesma bacia, após parada programada para manutenção, e o começo do Teste de Longa Duração (TLD) do FPSO-Dynamic Producer, na área de Iara Oeste, na Bacia de Santos. Esse TLD, primeiro realizado nessa área, permite a aquisição de importantes informações para o desenvolvimento dessa descoberta, ocorrida em 2008. A produção inicial do poço testado, de 29 mil barris de óleo por dia, é similar à que vem sendo obtida nos poços já em produção comercial no pré-sal da Bacia de Santos, indicando, também, o bom potencial dessa área.

A produção do pré-sal das bacias de Santos e Campos vem apresentando sucessivos recordes, e alcançou, em 16 de dezembro de 2014, a marca histórica de 700 mil barris de petróleo dia (bpd), configurou novo recorde de produção mensal. A produção do pré-sal em dezembro de 2014, oriunda de 47 poços, foi de 667 mil bpd e 23,6 MMm³/d de gás natural, totalizando 815,8 mil barris de óleo equivalente (boe) por dia um aumento de 11,2% em relação ao mês anterior.

Esses recordes são consequência natural da implantação de novos projetos na camada pré-sal, assim como dos elevados níveis de produção dos poços nos campos de Lula e Sapinhoá, onde a Petrobras vem atingindo, com frequência, vazões

acima de 30 mil barris diários por poço.

Outro recorde importante no pré-sal foi a conclusão do primeiro poço perfurado e completado em apenas 92 dias, ocorrida no dia 30 de junho de 2014 no poço 8-LL-38D-RJS, na área de Lula/Iracema Sul.

Destaca-se o início do escoamento do gás produzido nas plataformas P-58, na área Norte do Parque das Baleias, no pré-sal da Bacia de Campos, e FPSO Cidade de Paraty, na área de Lula Nordeste, no pré-sal da Bacia de Santos. O escoamento do gás para as Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGNs) de Cacimbas (P-58) e Caraguatatuba (Cidade de Paraty) permitiu a elevação não apenas da produção de gás, mas também dos líquidos produzidos nessas UPGNs, uma vez que o gás do pré-sal tem riqueza elevada. O início do escoamento de gás dessas plataformas vem permitindo à Petrobras bater novos recordes de entrega de gás natural nacional ao mercado brasileiro.

O Programa de Aumento da Eficiência Operacional (PROEF), iniciado em 2012, continua mostrando excelentes resultados: a eficiência operacional do conjunto das unidades de produção da área de Exploração e Produção, em junho, alcançou 91,6%, recorde dos últimos 50 meses. A última vez em que a eficiência global esteve acima desse resultado foi em abril de 2010. A alta eficiência operacional dos campos localizados nas porções fluminense e capixaba da Bacia de Campos, como resultado do PROEF, também contribuiu para esse crescimento. Essas áreas têm mantido a produção sustentável, diante do declínio natural dos reservatórios. Cabe destacar também a alta eficiência operacional e a manutenção da estabilidade da produção nas Unidades Operacionais do Norte e Nordeste do país, que praticamente compensaram todo o declínio natural dos campos maduros da área.

Quantidade alcançada

2,25

Data de Referência

31/12/2014

- **Desenvolver e implantar meios alternativos de utilização do gás natural, através de soluções que envolvam transformações química e física, possibilitando incremento de valor agregado e maior eficiência no armazenamento e transporte**

Análise Situacional da Meta

Além da operação dos Terminais de Regaseificação de GNL em Pecém no Ceará (TR-Pecém) e Baía de Guanabara no Rio de Janeiro (TR-BGUA), com a entrada em operação em janeiro de 2014 do novo Terminal de Regaseificação de GNL da Bahia, localizado na Baía de Todos os Santos (BA), houve incremento da capacidade de regaseificação em até 14 milhões m³/dia de gás.

O Projeto UPGN COMPERJ – Rota 3 consiste na implantação de unidades para processamento de 21 milhões de m³ por dia de gás oriundo do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos dentro do site do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro cujos produtos gerados serão: gás natural especificado para venda, etano, gás liquefeito de petróleo (GLP) e uma corrente de hidrocarbonetos da faixa do pentano e mais pesados (C5+).

O Projeto UPGN de Cabiúnas Pré-Sal – Rota 2 permitirá o recebimento de até 13 milhões m³/dia de gás oriundo do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos, ampliando a capacidade de processamento de gás do Sistema TECAB-REDUC de 23 para 28 milhões m³/dia, e de processamento de condensado do TECAB de 4.500 para 6.000 m³/dia.

- **Identificar novas acumulações de petróleo e gás nas bacias sedimentares brasileiras terrestres e marítimas de forma a manter a relação Reserva x Produção em níveis sustentáveis**

Análise Situacional da Meta

A Petrobras alcançou, em 2014, uma "Relação Reserva e Produção (R/P)" de 19,3 anos no Brasil. Essa relação indica que as reservas são suficientes para cerca de vinte anos, desconsiderando-se novas descobertas e mantendo-se o ritmo da produção atual.

No ano de 2014, ressalta-se o expressivo crescimento de 23% das reservas provadas do Pré-Sal em relação ao ano de 2013. Desse modo, o Pré-Sal passou a responder por mais de 30% das reservas provadas da Petrobras em apenas seis anos após o início da produção do primeiro barril na área, o que aconteceu na Bacia de Campos, em 2008. Esse crescimento de reservas provadas contribuiu de forma significativa para que Petrobras, no Brasil, obtivesse como resultado um Índice de Reposição de Reservas de 125%, ficando acima de 100% pelo vigésimo terceiro ano consecutivo.

- **Possibilitar a atuação internacional para o acesso a reservas de produção de petróleo e gás natural, de forma a contribuir para a sustentabilidade de sua reposição e para o atendimento do mercado brasileiro**

Análise Situacional da Meta

A partir da reavaliação da atuação internacional da Petrobras, iniciada no Plano de Negócios 2012-2016 e mais fortemente implementada nos Planos de Negócios e Gestão subsequentes, foi definida uma nova estratégia que impactou a produção internacional de óleo, LGN e gás natural.

Como consequência, foram realizados desinvestimentos que proporcionaram a monetização antecipada de 0,164 bilhão de barris de óleo equivalente (boe) de reservas provadas na Colômbia, Peru, Argentina e Estados Unidos, com a correspondente dedução desse volume. Ao final de 2014, as reservas provadas da Petrobras no exterior chegaram a 7,5 anos.

Os destaques de 2014, em termos de reservas provadas no exterior, foram:

- Monetização antecipada de reservas da Petrobras no Peru, Colômbia, Argentina e Estados Unidos, totalizando um volume de reserva provada de 0,164 bilhão de boe, por meio de desinvestimentos;
- Aumento de prazo de concessões de campos na Argentina, que venceriam até 2017, por 10 anos, apropriando um volume de reserva provada de 0,031 bilhão de boe; e,
- Apropriações devidas à execução da campanha de poços exploratórios e de desenvolvimento da produção prevista em campos onshore da Argentina e offshore no Golfo do México americano.

A Petrobras não registra reservas na Bolívia, uma vez que a Constituição desse País proíbe divulgação e registro de suas reservas.

Os ativos internacionais contam atualmente com poços produtores na Argentina, Bolívia, EUA e Nigéria, além de projetos de exploração na Bolívia, EUA, Argentina, onde o processo de extensão das concessões de alguns campos já se efetivou.

OBJETIVO: 0061 - Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, segundo o planejamento do aproveitamento racional das reservas petrolíferas brasileiras e de forma articulada com a política de conteúdo local.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento da indústria de petróleo e gás guarda uma relação estreita com as áreas disponíveis para realização de pesquisa e produção de hidrocarbonetos.

Por se tratar de bem estratégico e não renovável, é necessária a constante busca por novas reservas e a manutenção das atividades de exploração e produção por meio da oferta continuada de áreas em bacias sedimentares, tanto na modalidade de concessão quanto na de partilha de produção.

No ano de 2013, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) promoveu três licitações. A 11ª Rodada de Licitações, autorizada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), foi realizada em maio de 2013. Nessa rodada, a ANP ofertou 289 blocos com risco exploratório, localizados em 23 setores de onze diferentes bacias sedimentares brasileiras. A ANP arrecadou um total de R\$ 2,48 bilhões em bônus de assinatura e obteve compromisso de investimentos exploratórios da ordem de R\$ 5,8 bilhões. O conteúdo local médio dos contratos assinados é de 62% para a fase de exploração e 76% para a etapa de desenvolvimento da produção.

A 1ª Licitação de Partilha de Produção, autorizada pela Resolução CNPE nº 04/2013, foi realizada no dia 21 de outubro de 2013. Nessa licitação, a ANP ofertou o prospecto de Libra, na bacia de Santos, com estimativa de volumes recuperáveis entre oito e doze bilhões de barris de petróleo. Participaram da licitação onze empresas habilitadas, que pagaram um total de R\$ 22,7 milhões em taxa de participação. O consórcio vencedor, formado pelas empresas Petróleo Brasileiro S.A., Shell Brasil Petróleo Ltda., Total S.A, CNPC International Ltd. e CNOOC International Limited, ofertou excedente em óleo para a União de 41,65%. Além disso, o consórcio recolheu R\$ 15 bilhões relativos ao bônus de assinatura e assumiu compromisso de investimentos exploratórios da ordem de R\$ 610,9 milhões.

Realizou-se, em novembro de 2013, a 12ª Rodada de Licitações, autorizada pela Resolução CNPE nº 06/2013. Nessa rodada, a ANP ofertou 240 blocos com risco exploratório, localizados em 13 setores de 7 bacias sedimentares brasileiras: Acre-Madre de Dios, Paraná, Parecis, Parnaíba, Recôncavo, São Francisco e Sergipe-Alagoas.

Dos 240 blocos ofertados, 72 foram arrematados, o que corresponde a uma área total arrematada de 47.427,60 km². O bônus de assinatura ofertado foi de R\$ 165,2 milhões. O Programa Exploratório Mínimo (PEM) ofertado foi de 129.761 unidades de trabalho, que correspondem a aproximadamente R\$ 503,5 milhões. O conteúdo local médio ofertado foi de 72,61% para a fase de exploração e 84,47% para a etapa de desenvolvimento da produção.

Nos dias 15 de maio, 06 de junho e 26 de setembro de 2014, a ANP efetivou a assinatura de 62 contratos de concessão relativos à 12ª Rodada de Licitações após: i) a conferência da documentação das 12 empresas vencedoras; ii) o pagamento do Bônus de Assinatura e; iii) a análise das garantias financeiras do Programa Exploratório Mínimo.

Especificamente para a assinatura do contrato AC-T-8, localizado em faixa de fronteira, foi necessária também a obtenção do assentimento prévio junto à Coordenadoria-Geral de Assentimento Prévio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Até 31 de dezembro de 2014, os contratos assinados totalizaram o pagamento de R\$ 154,3 milhões de bônus de assinatura e R\$ 388,5 milhões de compromisso de investimentos exploratórios. Em razão de liminar do Ministério Público Federal (Ação Civil Pública nº 5005509-18.2014.404.7005), a assinatura de contratos de concessão relativos a 10 blocos foi suspensa. Esses blocos totalizam R\$ 10,9 milhões de bônus de assinatura e cerca de R\$ 108,3 milhões de compromisso de investimentos exploratórios.

Em 2014, não houve autorização do CNPE para a ANP realizar rodadas de licitações com o objetivo de ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural. Entretanto, a ANP trabalhou na revisão da resolução que regulamenta os procedimentos licitatórios e dos editais e contratos, para a realização de rodadas de licitações sob o regime de concessão.

Entre os fatores que contribuíram para a execução deste objetivo, destacam-se: a experiência acumulada pela ANP em elaborar editais e contratos e promover rodadas de licitações, a boa interlocução da ANP com outros órgãos de governo, em especial com o TCU e o Ministério de Minas e Energia, e a atuação da Procuradoria Federal lotada junto à ANP para solucionar ações judiciais.

Entre os fatores que dificultaram a execução deste objetivo, destaca-se o tempo reduzido entre as publicações das resoluções do CNPE que autorizam as rodadas de licitações e as datas definidas para as sessões públicas de apresentação das ofertas. Diferentemente das rodadas anteriores, nas últimas licitações esse prazo vem sendo definido pelo CNPE e tem se apresentado bastante reduzido em comparação com o histórico de realização de rodadas da ANP (reduziu de 8 meses para 3 a 4 meses). Tal fato prejudica o tempo de discussão com a sociedade, a possibilidade de interação com os agentes econômicos acerca dos termos dos editais e dos contratos colocados em consulta/audiência pública, e o estudo do pacote de dados com as áreas em oferta pelos agentes econômicos interessados, disponibilizado pela ANP após a resolução do CNPE. Tais prejuízos podem impactar o interesse pela licitação e as ofertas apresentadas no leilão.

Em 2015, a ANP estima realizar a 13ª Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural e a 3ª Rodada de Licitações de áreas inativas contendo acumulações marginais, aguardando, para isso, autorização do CNPE. Neste momento, os instrumentos licitatórios estão sendo revistos pela ANP.

Metas 2012-2015

• Realizar duas rodadas de licitações em área do Pré-Sal na modalidade de partilha

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foi realizada a primeira licitação em área do pré-sal sob o regime de partilha de produção. Essa licitação, autorizada pela Resolução CNPE nº 04/2013, foi realizada no dia 21 de outubro de 2013. A ANP ofertou a estrutura conhecida como prospecto de Libra, descoberto pelo poço 2-ANP-0002ARJS, na bacia de Santos. Participaram da licitação 11 empresas habilitadas, que pagaram um total de R\$ 22,7 milhões em taxa de participação. O consórcio vencedor, formado pelas empresas Petróleo Brasileiro S.A., Shell Brasil Petróleo Ltda., Total S.A, CNPC International Ltd. e CNOOC International Limited ofertou excedente em óleo de 41,65% para a União. Além disso, o consórcio recolheu R\$ 15 bilhões relativos ao bônus de assinatura e assumiu compromisso de investimentos exploratórios da ordem de R\$ 610,9 milhões. A cerimônia de assinatura do contrato de partilha de produção ocorreu no dia 2 de dezembro de 2013.

O resultado atendeu às expectativas, principalmente no que diz respeito à composição do consórcio vencedor, formado por empresas de grande porte com vasta experiência na exploração e produção de petróleo em águas profundas e ultraprofundas, e por empresas com recursos financeiros suficientes para incorrer nos elevados custos inerentes a essas atividades.

Em 2014, não houve autorização do CNPE para a ANP realizar rodadas de licitações em área do pré-sal sob o regime de partilha de produção.

Quanto a rodadas de licitações futuras sob o regime de partilha de produção, ressalta-se que a ANP depende de autorização do CNPE para promovê-las, segundo o planejamento do aproveitamento racional das reservas petrolíferas brasileiras e de forma articulada com a política de conteúdo local. Ressalta-se que a preparação de uma possível nova rodada de licitações na modalidade de partilha de produção também está condicionada ao resultado dos estudos no âmbito do PROMINP sobre a capacidade da indústria nacional.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

• Realizar sete rodadas de licitações com áreas de bacias maduras e de campos marginais

Análise Situacional da Meta

Em 2013, realizaram-se duas rodadas de licitações com a oferta de blocos em bacias maduras.

A 11ª Rodada de Licitações, autorizada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) por meio das Resoluções CNPE nº 03/2012 e nº 02/2013, foi realizada no dia 14 de maio de 2013. A rodada atraiu o interesse de 71 empresas. Dessas, 68 pagaram taxas de participação no valor total de R\$ 33,4 milhões, 64 foram habilitadas a participar da rodada, 39 apresentaram ofertas e 30 saíram vencedoras.

Dos 289 blocos ofertados, 142 foram arrematados e 120 concedidos, o que corresponde a uma área concedida de 61.258,60 km², localizados em 23 setores de onze diferentes bacias sedimentares brasileiras: Barreirinhas, Ceará, Espírito Santo, Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Parnaíba, Pernambuco-Paraíba, Potiguar, Recôncavo, Sergipe-Alagoas e Tucano. A assinatura dos 120 contratos de concessão da 11ª Rodada de Licitações foi realizada nos dias 06 e 30 de agosto, 17 de setembro e 13 de novembro de 2013.

A ANP arrecadou um total de R\$ 2,548 bilhões em bônus de assinatura e obteve das empresas signatárias o compromisso de investimentos exploratórios da ordem de R\$ 5,8 bilhões. O conteúdo local médio dos contratos assinados é de 62% para a fase de exploração e 76% para a etapa de desenvolvimento da produção.

Nessa rodada, a ANP ofertou 67 blocos nas bacias maduras Espírito Santo, Potiguar, Recôncavo e Sergipe-Alagoas, totalizando 1.974 km² de área. Dos 67 blocos ofertados em bacias maduras, 46 foram arrematados e 44 concedidos, o que corresponde a uma área concedida de 1.305,40 km². O bônus de assinatura arrecadado relativo a esses blocos foi de R\$ 82,7 milhões, o Programa Exploratório Mínimo foi de 71.566 unidades de trabalho, que correspondem a aproximadamente R\$ 271,9 milhões, e o conteúdo local médio dos contratos assinados foi de 78,18% para a fase de exploração e 84,84% para a etapa de desenvolvimento da produção.

A 12ª Rodada de Licitações, autorizada pela Resolução CNPE nº 06/2013, foi realizada no dia 28 de novembro de 2013. A rodada atraiu o interesse de 26 empresas. Dessas, 25 pagaram taxas de participação no valor total de R\$ 2,8 milhões, 21 foram habilitadas a participar da rodada e 12 apresentaram ofertas e saíram vencedoras.

Dos 240 blocos ofertados, 72 foram arrematados, o que corresponde a uma área total arrematada de 47.427,60 km². O bônus de assinatura ofertado foi de R\$ 165,2 milhões (ágio de 755,95%). O Programa Exploratório Mínimo (PEM) ofertado foi de 129.761 unidades de trabalho, que correspondem a aproximadamente R\$ 503,5 milhões (ágio de 322,89%). O conteúdo local médio ofertado foi de 72,61% para a fase de exploração e 84,47% para a etapa de desenvolvimento da produção.

Nessa rodada, a ANP ofertou 130 blocos nas bacias maduras do Recôncavo e de Sergipe-Alagoas, totalizando 3.870,66 km² de área. Dos 130 blocos ofertados em bacias maduras, 54 foram arrematados, o que corresponde a uma área de 1.578,80 km². O bônus de assinatura ofertado para esses blocos foi de R\$ 132,2 milhões. O Programa Exploratório Mínimo ofertado foi de 67.156 unidades de trabalho, que correspondem a aproximadamente R\$ 255,2 milhões. O conteúdo local médio é de 72,78% para a fase de exploração e 84,82% para a etapa de desenvolvimento da produção. Os contratos de concessão relativos aos 54 blocos em bacias maduras foram assinados nos dias 15 de maio e 06 de junho de 2014.

Ressalta-se que a realização de novas rodadas de licitações de blocos em bacias maduras ou de áreas inativas contendo

acumulações marginais pela ANP depende de autorização do CNPE para promovê-las e de suas diretrizes para fomento às pequenas e médias empresas, em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 12.351/2010.

Em 2014, não houve autorização do CNPE para a ANP realizar rodadas de licitações com áreas de bacias maduras ou de áreas inativas contendo acumulações marginais.

Importante observar que os instrumentos licitatórios para a 13ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios e para a 3ª Rodada de Licitações de áreas inativas contendo acumulações marginais (resolução de procedimentos licitatórios, edital e contrato) estão em revisão pela ANP.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar três rodadas de licitações de blocos exploratórios na modalidade de contrato de concessão nas bacias de fronteira tecnológica e do conhecimento e nas de elevado potencial**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 realizaram-se duas rodadas de licitações que incluíram a oferta de blocos em bacias de novas fronteiras tecnológicas ou do conhecimento.

A primeira delas, a 11ª Rodada de Licitações, autorizada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) por meio das Resoluções CNPE nº 03/2012 e nº 02/2013, foi realizada no dia 14 de maio de 2013. Nessa rodada, a ANP ofertou 222 blocos nas bacias de novas fronteiras tecnológicas ou do conhecimento: Barreirinhas, Ceará, Espírito Santo, Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Potiguar, Pernambuco-Paraíba, Parnaíba e Tucano. Desse 222 blocos ofertados, 96 foram arrematados e 76 concedidos, o que corresponde a uma área concedida de 59.953,20 km². O bônus de assinatura arrecadado relativo a esses blocos foi de R\$ 2,4 bilhões, o Programa Exploratório Mínimo foi de 161.494 unidades de trabalho, que correspondem a R\$ 5,53 bilhões, e o conteúdo local médio é de 52% para a fase de exploração e 70% para a etapa de desenvolvimento da produção.

A segunda, que corresponde à 12ª Rodada de Licitações, autorizada pela Resolução CNPE nº 06/2013, foi realizada no dia 28 de novembro de 2013. Nessa rodada, a ANP ofertou 110 blocos nas bacias de novas fronteiras tecnológicas ou do conhecimento Acre-Madre de Dios, Paraná, Parecis, Parnaíba e São Francisco, totalizando 160.045,91 km² de área. Nos dias 15 de maio, 06 de junho e 26 de setembro de 2014, a ANP providenciou a assinatura de 62 contratos de concessão, relativos à essa Rodada, após: i) a conferência da documentação das 12 empresas vencedoras; ii) o pagamento do Bônus de Assinatura e; iii) a análise das garantias financeiras do Programa Exploratório Mínimo. Até 31 de dezembro de 2014, os contratos assinados totalizaram o pagamento de R\$ 154,3 milhões de bônus de assinatura e R\$ 388,5 milhões de compromisso de investimentos exploratórios.

Quanto à realização de novas rodadas de licitações de blocos em bacias de novas fronteiras tecnológicas ou do conhecimento e em bacias de elevado potencial, ressalta-se que a ANP depende de autorização do CNPE para promovê-las segundo o planejamento do aproveitamento racional das reservas petrolíferas brasileiras e de forma articulada com a política de conteúdo local.

Em dezembro de 2014, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou a recomendação para que a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realize a 13ª rodada de licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0063 - Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

No conjunto de ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, o Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP), que faz parte do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), promoveu a qualificação de em diversas especialidades tais como montador, soldador, caldeireiro, eletricitista, pintor, mecânico e instrumentista.

Também vem sendo conduzidos estudos para o aprimoramento da sistemática dos índices de conteúdo local e para o fortalecimento e incremento da participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

A Petrobras tem investido volumosos recursos em pesquisa e desenvolvimento - P&D e ocupa hoje lugar de destaque na indústria internacional de petróleo, principalmente pela sua capacidade de vencer desafios com desenvolvimento tecnológico e inovação. Capitaneia para isso os esforços da indústria nacional de petróleo para o desenvolvimento do pré-sal, através de parcerias com empresas do setor, universidades e centros de pesquisa nacionais, visando ao aumento da capacidade produtiva bem como do conteúdo nacional.

Metas 2012-2015

• **Elevar os índices de conteúdo local nos contratos de Exploração e Produção**

Análise Situacional da Meta

Em novembro/2013, foi realizada a 12ª Rodada de licitações de blocos, na modalidade de concessão. Foram mantidos os critérios de exigências de Conteúdo Local (CL) das rodadas anteriores, onde o CL teve peso de 20% na nota final que definiu os vencedores desse certame. As ofertas, a esse título, ocorreram para itens e subitens das tabelas de exploração e de desenvolvimento da produção, a partir de valores mínimos e dentro de determinadas faixas de valores, no caso dos valores globais de cada subsistema. Tais ofertas passaram a integrar os contratos assinados com a ANP. A Agência está montando um banco de dados com as informações das certificações executadas pelos concessionários, o qual servirá de base para eventuais revisões das tabelas de CL.

Conforme cláusulas do contrato da Cessão Onerosa, assinado em setembro de 2010, encontra-se em revisão os índices de CL pactuados. Foram feitas duas reuniões em 2014, envolvendo o MME, a ANP e a Petrobras. Alguns dos índices das tabelas desse Contrato, que foram propostos tendo em vista as especificidades do Pré-sal, serão revistos com base em novas informações levantadas pela Companhia nas contratações que fez para tais áreas. A ANP providencia ainda a revisão de sua Resolução nº 39/2007, a qual tornará mais clara a apropriação dos diferentes equipamentos em relação aos itens e subitens das tabelas de CL, com previsível impacto sobre seus percentuais. Espera-se que esse processo de revisão da Cessão Onerosa seja concluído até o 2º semestre de 2015.

O contrato de partilha de produção, assinado em 02 de dezembro de 2013, após a licitação ocorrida em 21 de outubro de 2013, manteve a sistemática, adotada pela primeira vez na Cessão Onerosa, de aumento dos índices de conteúdo local ao longo do tempo, haja vista que, na partilha, o CL não é alvo de oferta pelo licitante. As novas informações obtidas a partir da revisão da Cessão Onerosa serão utilizadas para o incremento de exigências dos percentuais de CL

para itens e subitens das tabelas, na próxima rodada no regime de partilha de produção, dado que as áreas para essa modalidade encontram-se inseridas no polígono do Pré-sal (com suas especificidades).

• **Implementar a política de empresas de pequeno e médio porte de Exploração e Produção e de seus prestadores de serviço**

Análise Situacional da Meta

O MME conduziu os estudos sobre o setor de Exploração e Produção de Petróleo para as empresas de pequeno e médio porte - EPM, de modo a implementar o disposto no art. 65 da Lei nº 12.351/2010, o qual determina que o Poder Executivo deverá estabelecer política e medidas específicas visando ao aumento da participação dessas empresas nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

O resultado desses estudos foi consubstanciado na Resolução CNPE nº 1/2013, de 7/2/2013, emitida pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a qual estabelece a política e as medidas para aumentar a participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, e dá outras providências.

Dando continuidade à implementação da política, foi instituída, pela Portaria MME nº 37/2014 de 29 de janeiro de 2014, uma comissão com a finalidade de propor e acompanhar as ações relativas à política para aumento da participação das empresas de pequeno e médio porte, nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

Ainda nesse sentido, publicou-se em junho a Resolução ANP nº 32/2014, que estabeleceu definições para o enquadramento nas medidas específicas para o aumentar da participação das EPM.

• **Liderar o desenvolvimento tecnológico do setor, através da realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento e da ampliação da infraestrutura experimental, visando a expansão dos objetivos dos negócios, a agregação de valor, a diversificação de produtos e a sustentabilidade dos projetos**

Análise Situacional da Meta

Entre 2011 e 2013 a Petrobras investiu mais de US\$ 1,2 bilhões em P&D, cerca de oito vezes maior que o investimento aplicado entre 2001 e 2003. A Petrobras está entre as empresas que mais investem em Pesquisa e Desenvolvimento na indústria do petróleo, segundo dados da Energy Evaluate (que monitora a eficiência das companhias de energia). Pelo critério do percentual em relação à receita líquida, a Empresa lidera o grupo investindo 0,8%, contra 0,7% da Petrochina e 0,3% da Shell. Pelo critério do valor absoluto de investimentos, ocupa a terceira colocação do ranking, atrás apenas da Petrochina e da Shell. Esses indicadores mostram, pelo lado da tecnologia e inovação, o esforço para avançar em competitividade, produção, qualidade e eficiência. Obteve como principais resultados:

- Início da produção no Campo de Sapinhoá com sistema de produção baseado no uso da Boia de Sustentação de Riser (BSR), sistema pioneiro de conexão do poço à plataforma, que proporciona utilização de configurações de risers mais simples e materiais de menor custo.
- Escolha de materiais menos nobres para poços produtores do pré-sal com altas temperaturas, na Cessão Onerosa, permitindo, além da redução de custos, menor prazo de fornecimento e aumento do conteúdo local.
- Início da operação do primeiro riser flexível com conector “Olho Mágico”, que possibilita a instalação de sistemas de monitoramento integrados ao conector de topo de risers, facilitando a identificação de danos e, conseqüentemente, reduzindo paradas de produção prolongadas e a probabilidade de danos ambientais.
- Desenvolvimento de novo sistema de monitoramento por fibra ótica para risers flexíveis, que permite identificar, de forma antecipada, segura, em tempo real e com alta precisão, eventuais deformações na estrutura de risers flexíveis que possam indicar o comprometimento da integridade dos mesmos.
- Aplicação de tecnologia que combate à perda de circulação severa em poço do pré-sal, evitando riscos operacionais de

alto impacto financeiro, tais como, prisão de coluna, operações de pescaria e, em casos extremos, perda do poço .

•Aplicação de novos softwares que reduzem tempo de análise em dutos com corrosão, de 60 dias para 6 minutos, evitando paradas para manutenção e até interrupção da operação do duto para troca dos trechos corroídos.

Destaca-se, em 2014, inaugurações de laboratórios com um total aproximado de 16.500 m2 de área construída e reformas em 7 universidades e instituições de P&D no Brasil.

OBJETIVO: 0064 - Aprimorar a gestão dos recursos de petróleo e gás natural por meio de estudos, regulação e fiscalização.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O marco regulatório do setor de petróleo e gás está ancorado basicamente na Leis nº 9.478/1997, que regulamentou o regime de concessão e criou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, e na Lei nº 12.351/2010, que criou o regime de partilha de produção e também o Fundo Social.

A complexidade do setor e sua importância para o desenvolvimento nacional exige constante aprimoramento desse marco regulatório e implementação de ações para reforçar o papel dos órgãos e entidades relacionadas. Entre eles, além da ANP, a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, que tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a dar suporte ao planejamento do setor energético visando subsidiar o MME no cumprimento de suas atribuições.

Em 2012, o MME acompanhou a tramitação do Projeto de Lei que dispõe sobre royalties e participação especial, devidos pela produção petrolífera sob o regime de concessão, e sobre royalties devidos sob o regime de partilha de produção. No mesmo exercício, foi sancionada a Lei nº 12.734/2012, a qual definiu novas regras de distribuição, entre os entes da Federação, dos royalties e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos. A aplicabilidade dessas novas regras está suspensa pelo STF até o julgamento do seu mérito em ações interposta àquele Tribunal.

Em 2013, houve alteração nas regras de aplicação dos recursos oriundos de participações governamentais (royalties e participações especiais). O Congresso Nacional aprovou o PL 323-H/2007, convertido na Lei 12.858/2013, que estabeleceu novas regras para aplicação dos recursos do Pré-sal, prioritariamente em educação e saúde.

Em 2014 foram conduzidos no MME os trabalhos para o estabelecimento dos contratos de gestão da Pré-Sal Petróleo S.A., bem como dos critérios mais adequados à remuneração e das cláusulas do respectivo acordo, nos termos das Leis nº 12.351/2010 e nº 12.304/2010, para posterior submissão ao Ministério do Planejamento - MP, Ministério da Fazenda - MF e Tribunal de Contas da União - TCU.

No que se refere ao Contrato de Cessão Onerosa, foi contratada pela ANP a certificadora para levantamento dos volumes da União nos blocos cedidos à Petrobras.

Metas 2012-2015

- **Assegurar que a gestão governamental dos recursos de petróleo e gás natural ocorra de acordo com a política nacional para a indústria petrolífera no país**

Análise Situacional da Meta

A gestão governamental dos recursos de petróleo e gás natural vem ocorrendo em consonância com a política nacional para a indústria petrolífera no País. Desde 2012, conforme previsto no PPA, houve avanço na implantação da estratégia para tal, baseada na ampliação da atuação da EPE na área de estudos para o planejamento do setor petrolífero, na elaboração das minutas de contratos de partilha da produção com cláusulas específicas, assegurando a adequada gestão em prol da União, na previsão da gestão dos contratos de partilha e de comercialização de petróleo e gás natural da União pela Pré-Sal Petróleo S/A, na proposição de parâmetros técnicos e econômicos para as áreas a serem ofertadas na modalidade partilha de produção e na implantação da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S/A, criada pelo Decreto 8.063/2013.

Em 2014 foram conduzidos no MME os trabalhos para o estabelecimento dos contratos de gestão da Pré-Sal Petróleo S.A., bem como dos critérios mais adequados à remuneração e das cláusulas do respectivo acordo, nos termos das Leis nºs 12.351/2010 e 12.304/2010, para posterior submissão ao Ministério do Planejamento - MP, Ministério da Fazenda – MF e Tribunal de Contas da União - TCU.

No que se refere ao Contrato de Cessão Onerosa, foi contratada a certificadora, pela ANP, para levantamento dos volumes da União nos blocos cedidos à Petrobras.

OBJETIVO: 0065 - Elaborar estudos sobre o melhor aproveitamento das riquezas provenientes do petróleo e do gás natural, visando o benefício das gerações presente e futura.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

A motivação dos estudos guarda relação com o ritmo de aproveitamento dos bens minerais, as oportunidades de desenvolvimento equilibrado do território, a distribuição ótima da renda que não implique sobrefinanciamento nem subfinanciamento dos seus beneficiários e a correta aplicação da renda da atividade, com a perpetuação da renda gerada a partir do desenvolvimento de novos polos e da aplicação de recursos no desenvolvimento de projetos e investimentos de interesse intergeracional.

No ano de 2013, avançou-se na dimensão das mudanças no marco legal do setor, da retomada programada das rodadas de licitação, em especial do pré-sal, bem como da implantação dos novos regimentos e instituições do setor, tais como a aplicação dos recursos, a operacionalização da Pré-Sal Petróleo S.A. e do Fundo Social.

No plano dos estudos metodológicos, avançou-se no diagnóstico do setor, dos conflitos distributivos que apresenta e das potencialidades de ajuste. Nesse sentido foi elaborado estudo temático sobre o setor de petróleo e gás, com abordagem sobre o marco regulatório e as perspectivas de evolução das participações governamentais.

Quanto aos estudos sobre Instrumentos de Gestão Ambiental e Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável na área de influência da indústria do petróleo e gás natural, destaca-se, em 2013, a edição do Decreto 8.127/2013, que instituiu o Plano Nacional de Contingência (PNC), que é aplicado para incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional.

Metas 2012-2015

- **Concluir estudo sobre a distribuição e a aplicação da renda petrolífera, a fim de orientar projetos que perpetuem seus benefícios aos brasileiros**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013, os estudos e análises relacionados ao objetivo em tela focaram as mudanças no marco legal do setor. Produziu-se, no período, estudos sobre os impactos da Lei 12.734/2012 (que redistribui compensações financeiras a favor de entes não produtores), da MP 592 (proposta do executivo para alterar a distribuição das participações, que teve seu prazo de vigência encerrado em maio de 2013), e do PL 323-H/2007, convertido na Lei 12.858/2013 (que traz nova aplicação das compensações financeiras nas áreas de saúde e educação). O mote geral das análises foi o de garantir a consistência do propósito intergeracional de longo prazo.

Acerca da Lei 12.734/2012, verificou-se que as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, e ainda sub judice no STF, representam uma considerável perda de recursos para os entes produtores.

Quanto à MP 592/2012, ao perder vigência por decurso de prazo de análise pelo Congresso Nacional, incluiu-se parte de sua proposta no PL 323-H/2007. Para essa proposta, elaborou-se estudo para estimar as receitas das participações governamentais que serão destinadas à educação e à saúde, conforme as novas regras de aplicação dos recursos.

Como resultado das alterações na legislação, segundo informações da ANP, em 2014 foram destinados ao Fundo Social, da parcela dos royalties e da participação especial, R\$ 3,12 bilhões. Desse total, 50% serão alocados diretamente à educação e à saúde, conforme regras definidas na Lei 12.858/2013.

Continuarão sendo debatidas as questões relacionadas à distribuição das participações governamentais, seja pela análise do STF, seja pelas oportunidades de aperfeiçoamento do marco regulatório ou pela operacionalização do Fundo Social. No plano dos estudos metodológicos, avançou-se no diagnóstico do setor, dos conflitos distributivos que apresenta e das potencialidades de ajuste. Nesse sentido foi elaborado estudo temático sobre o setor de petróleo e gás, com abordagem sobre o marco regulatório e as perspectivas de evolução das participações governamentais.

- **Elaborar estudos sobre Instrumentos de Gestão Ambiental e Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável na área de influência da indústria do petróleo e gás natural**

Análise Situacional da Meta

Conforme previsto, desde o 2º trimestre de 2012, foram feitos contatos e diálogos com os órgãos que contribuem para o alcance dessa meta. Com o objetivo de simplificar a abordagem das questões previstas na meta, alterou-se a proposta de criação do grupo técnico previsto. Definiu-se, assim, cada órgão envolvido, um representante como ponto focal para tratar das questões relacionadas à sistematização e à metodologia a ser realizada.

Nesse sentido, bimestralmente, desde o início de 2013, estão em andamento reuniões entre os pontos focais, com a finalidade de definir formas de acompanhamento das atividades previstas.

Destaca-se, em 2013, a emissão do Decreto nº 8.127/2013, que instituiu o Plano Nacional de Contingência (PNC), para incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional. Esse plano deverá ser adotado em caso de acidentes de maiores proporções, nos quais a ação individualizada dos agentes não se mostrar suficiente para a solução do problema.

Apesar dos esforços realizados para avançar no alcance da Meta, em 2014 não foi registrado progresso efetivo para elaboração dos estudos previstos. A despeito de não alcançada até o momento, considera-se que a Meta mantém sua relevância e, conforme informa a Petrobras, processos da Agenda 21 já foram implementados em 13 (treze) estados, 83 (oitenta e três) municípios, sendo abarcadas 203 comunidades. Devido à sinergia entre as metodologias adotadas pela

Petrobras e pelo MMA, as experiências de Agenda 21 Local implementadas constituem Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável (PLDS), os quais formam uma base de referência para replicação em outras áreas de influência do setor de petróleo e gás.

OBJETIVO: 0529 - Planejar a expansão da infraestrutura de gás natural de forma a atender e ampliar o abastecimento interno e contribuir para maior segurança energética do país.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O planejamento da expansão da infraestrutura de gás natural é formalizada por meio do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT). Esse plano é baseado em estudos desenvolvidos pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, que levam em consideração as projeções de crescimento da oferta e da demanda de gás natural, bem como a capacidade da infraestrutura existente para atender ao mercado nacional. A EPE concluiu no início de 2013 a versão preliminar dos estudos de expansão da malha, base para a elaboração do PEMAT 2021, que, após a aprovação da Lei do Gás (Lei nº 11.909/2009), será o primeiro plano a versar especificamente sobre a expansão dos gasodutos no Brasil no longo prazo.

A versão preliminar do PEMAT foi concluída em dezembro de 2013 e disponibilizada para consulta pública no início de 2014.

Metas 2012-2015

- **Elaborar Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT)**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2012, discutiu-se com a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGÁS) e com a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE) as condições para permitir aos agentes de mercado fornecerem as informações de demanda de gás que subsidiam os estudos de expansão da malha. Ainda durante o ano de 2012, foram recebidas as previsões de crescimento de demanda nos diversos Estados brasileiros. Também foram analisadas as previsões de crescimento da produção de gás, e estimados os volumes potenciais de oferta do energético. Para a infraestrutura, foi feita a análise da rede existente e das necessidades de expansão.

A versão preliminar do PEMAT foi concluída em dezembro de 2013 e disponibilizada para consulta pública no início de 2014. A primeira edição do plano foi publicada após sua aprovação por meio da Portaria MME nº 128, de 26 de março de 2014. Em seguida deu-se início aos estudos para o próximo ciclo de planejamento.

OBJETIVO: 0559 - Desenvolver ou formar polos produtivos ou tecnológicos da cadeia de fornecedores de bens e serviços de petróleo e gás natural, a partir das vocações e potencialidades regionais, promover a melhoria contínua da gestão empresarial e incentivar a criação de institutos tecnológicos voltados à pesquisa industrial aplicada, alinhada com os princípios de sustentabilidade socioambiental.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O MDIC coordena projeto para desenvolvimento de arranjos produtivos locais para a cadeia de petróleo, gás e naval, no âmbito do PROMINP. O foco tem sido o fortalecimento da governança e da articulação entre os setores público, privado e instituições de ensino e pesquisa de 5 territórios-precursores, sede dos APLs de Suape/PE e Vale do Aço/MG (a serem

consolidados), Baía de Todos os Santos/BA, Comperj/RJ e Rio Grande/RS (a serem implementados). Estão sendo elaborados planos de ação que contemplem uma ampla agenda de desenvolvimento, a qual abrange aspectos de infraestrutura, meio-ambiente, qualificação profissional e capacitação em gestão. Nos estados de Minas e Pernambuco as governanças estão formalizadas e já houve definição de agenda de projetos estruturantes para as regiões, que serão contemplados no plano de ação. Na Bahia houve avanço na elaboração do regimento e a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Preliminar, com suporte de consultoria do SEBRAE. No Rio Grande/RS, em agosto de 2014 foi realizada a primeira Assembleia Geral do APL Naval e Offshore, que formalizou a governança, por meio da criação de uma organização social representativa. Em relação ao COMPERJ, ainda não foi possível avançar na construção da governança e de um plano de ação para o desenvolvimento do APL.

Está em implementação plano com foco no desenvolvimento e capacitação de fornecedores, bem como no apoio à formação das governanças e de uma agenda de desenvolvimento de APLs nos estados de BA, MG, PE, RJ e RS. Os convênios firmados em 2012, com o Instituto Euvaldo Lodi de Minas e da Bahia, estão em fase de atendimento e qualificação das empresas e a previsão de término é para 2015. Em 2014 foi firmado convênio com o Instituto Euvaldo Lodi, nos estados de Pernambuco e Santa Catarina, já em execução e com término previsto para 2016.

Com o objetivo de promover a inserção de empresas na cadeia de petróleo, gás e naval, firmou-se, em dezembro de 2011, convênio com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) destinado a desenvolver planos de negócios para três empresas de médio porte localizadas na Bahia, três em Minas Gerais e três em Pernambuco. Esse convênio foi aditado para atender mais três empresas do estado do Rio Grande do Sul, perfazendo 12 empresas. Visando expandir a atuação, a ABDI firmou convênio com a Petrobras, estendendo o atendimento ao estado do Rio de Janeiro, que passou a contemplar 6 empresas atendidas em cada um dos 5 estados mencionados, dando cumprimento às metas estabelecidas no Memorando de Entendimentos firmado entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Petrobras e ABDI, em agosto de 2012. Esse convênio da ABDI com o MDIC foi concluído em novembro de 2014 e está em fase de prestação de contas. Já no âmbito do convênio da ABDI com a Petrobras, em novembro de 2014 foi contratada empresa de consultoria para apoiar a estruturação da governança dos APLs do Vale do Aço/MG, Suape/PE e da Baía de Todos os Santos/BA, estando em fase de licitação a contratação da consultoria responsável pela qualificação das 18 empresas contempladas na ação da Petrobras.

Metas 2012-2015

• Consolidar 2 polos empresariais regionais

Análise Situacional da Meta

O MDIC vem atuando como coordenador de projeto no âmbito do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais na cadeia de petróleo, gás e naval e, em relação aos APLs de Suape (PE) e Vale do Aço (MG), a previsão de término é o primeiro semestre de 2015, sendo que já há definição de agenda de projetos estruturantes para as regiões onde as governanças já estão formalizadas. Por meio do convênio ABDI/Petrobras foi contratada consultoria para apoiar a governança desses APLs e estão previstas as contratações de serviços de qualificação de fornecedores para as empresas selecionadas no projeto, bem como de serviços de elaboração de projetos estruturantes para os APLs. Assim, os polos empresariais já se encontram estruturados e consolidados.

Em relação ao convênio firmado entre MDIC e ABDI em dezembro de 2011, a sua execução foi concluída em novembro de 2014, com entrega de planos de negócios às empresas com o objetivo de apoiar sua inserção na cadeia de petróleo, gás e naval.

Quanto ao convênio firmado com o IEL/MG em dezembro de 2012, para qualificação de fornecedores de pequeno e médio portes para a cadeia de petróleo, gás e naval, a execução encontra-se na fase de atendimento e implementação de melhorias para a qualificação das empresas fornecedoras.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

• Consolidar o Polo Tecnológico da Ilha do Fundão, Rio de Janeiro**Análise Situacional da Meta**

Em 2013, o Governo do Estado do Rio de Janeiro lançou projeto de desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APL) de equipamentos submarinos (projetos de engenharia e construção submarino-subsea, o qual terá seu centro na Ilha do Fundão). O apoio do MDIC se daria por intermédio de convênio, a ser firmado em 2014, para apoio à governança e para qualificação de fornecedores no âmbito de APL. No primeiro semestre de 2014, foi realizado o chamamento público, porém em novembro daquele ano a entidade selecionada desistiu do projeto antes de firmar o convênio e não havia remanescentes no processo que pudessem ser convocadas. Espera-se, para 2015, a retomada das discussões com o governo estadual, a fim de definir a melhor forma de conduzir o tema, visando o alcance da meta.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• Formar 3 novos polos empresariais**Análise Situacional da Meta**

Os polos empresariais definidos nesta meta são o de Rio Grande (RS), do Comperj (RJ), e da Baía de Todos os Santos (BA). A previsão de alcance da meta é o primeiro semestre de 2015. As governanças em relação à Baía de Todos os Santos (BA) e ao Rio Grande (RS) foram formalizadas.

No que se refere ao APL de Petróleo, Gás e Naval da Baía de Todos os Santos (BA), o MDIC atua com a ABDI e com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL/BA) em convênios para a qualificação de fornecedores de pequeno e médio portes para a cadeia e petróleo, gás e naval. O convênio com o IEL/BA está na fase de elaboração do plano de melhoria das empresas selecionadas, com previsão de encerramento em 2015. O convênio com a ABDI foi concluído em novembro de 2014, com a entrega de planos de negócios a três empresas do Estado, com o objetivo de apoiar sua inserção na cadeia de petróleo, gás e naval.

Quanto ao Rio Grande do Sul, o Estado foi atendido por meio de aditamento, formalizado em 2013, ao convênio firmado com a ABDI em dezembro de 2011, visando a contratação de consultoria para desenvolver planos de negócios para três empresas de médio porte, com vistas à inserção na cadeia de petróleo, gás e naval.

Em relação ao Comperj/RJ, ainda não foi possível avançar na construção da governança e de um plano de ação para o desenvolvimento do APL. Isso se deve às sucessivas alterações do projeto da refinaria e outras dificuldades enfrentadas na articulação entre os diversos entes públicos e privados impactados.

Por meio do convênio ABDI – Petrobras foi contratada consultoria para apoiar a governança dos APLs do Rio Grande (RS) e da Bahia de Todos os Santos. Estão previstas as contratações de serviços de qualificação de fornecedores para mais três empresas no estado da Bahia, três no Rio Grande do Sul e seis no Rio de Janeiro. Com isso, dois polos estão

formados, estando pendente a criação do polo no âmbito do Comperj.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

PROGRAMA: 2054 - Planejamento Urbano

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de famílias beneficiadas por processos de regularização fundiária	famílias	31/12/2010	243.268	12/12/2014	398.329
Taxa de municípios com cadastro imobiliário e planta genérica de valores informatizados	%	31/12/2009	61,4	31/12/2012	60,8
Taxa de municípios com Conselho Municipal de Política Urbana ou correlato	%	31/12/2009	17,6	31/12/2012	22,12
Taxa de municípios com instrumentos de acesso à terra instituídos	%	31/12/2009	40,5	-	-
Taxa de municípios com instrumentos de gestão da valorização da terra instituídos	%	31/12/2009	61,22	31/12/2013	54,6
Taxa de municípios com instrumentos de gestão de impacto instituídos	%	31/12/2009	48,45	-	-
Taxa de municípios com Plano Diretor	%	31/12/2009	41,6	31/12/2013	50
Taxa de municípios com secretarias ligadas aos temas: planejamento urbano, habitação, saneamento, transporte e mobilidade	%	31/12/2009	55,88	-	-
Taxa de vacância em imóveis urbanos	%	31/12/2008	10,6	31/12/2010	10,56

Observações:

Número de famílias beneficiadas por processos de regularização fundiária - Nota 1: Informações atualizadas em 12/12/2014, referentes às atividades apoiadas pelo Programa Papel Passado de 2004 a 2013, com recursos da ação orçamentária 8866, que impliquem a regularização jurídica do parcelamento do solo ou a entrega de títulos de concessão de uso e de propriedade. Em relação à aferição de 28/12/2012, cujo valor foi de 337.976 famílias, foram acrescidas 60.353 famílias contempladas por contratos de repasse, do Programa Papel Passado, celebrados no exercício de 2013.

Taxa de municípios com cadastro imobiliário e planta genérica de valores informatizados - Não houve apuração do indicador na MUNIC 2013.

Taxa de municípios com Conselho Municipal de Política Urbana ou correlato - Não houve apuração do indicador na MUNIC 2013.

Taxa de municípios com instrumentos de acesso à terra instituídos - Não é possível atualizar o índice, pois nem todas as variáveis que compõem o indicador foram objeto de pesquisa nos anos subsequentes.

Taxa de municípios com instrumentos de gestão da valorização da terra instituídos - Houve alteração de metodologia na coleta dos dados pela MUNIC.

Taxa de municípios com instrumentos de gestão de impacto instituídos - Não é possível atualizar o índice, pois nem todas as variáveis que compõem o indicador foram objeto de pesquisa nos anos subsequentes.

Taxa de municípios com secretarias ligadas aos temas: planejamento urbano, habitação, saneamento, transporte e mobilidade - Não é possível atualizar o índice, pois nem todas as variáveis que compõem o indicador foram objeto de pesquisa nos anos subsequentes.

Taxa de vacância em imóveis urbanos - Última apuração do indicador foi em 2010.

OBJETIVO: 0321 - Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

A promoção de transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados vem sendo paulatinamente estruturada no Governo Federal, sobretudo através da produção de informações, da capacitação de entes federados, do fomento ao planejamento, da assistência técnica para elaboração e qualificação de projetos e do financiamento à realização de intervenções-piloto em áreas estratégicas.

Através de diversas iniciativas e ações, iniciadas em 2013 com continuidade ao longo do ano de 2014, e outras iniciadas no ano de 2014 e ainda não concluídas, busca-se integrar as dimensões social, ambiental e econômica do desenvolvimento urbano através de ações de reabilitação de áreas urbanas, da promoção da qualidade do ambiente urbano e do uso dos instrumentos do Estatuto da Cidade, tais como:

- Elaboração de pesquisa “Retrato das Áreas Centrais no Brasil”, em parceria com IPEA, que se destina a analisar a dinâmica econômica e populacional das áreas centrais de 12 cidades brasileiras nos últimos 20 anos;
- Elaboração de avaliação de impacto social, econômico e territorial de intervenções de reabilitação urbana em municípios brasileiros, em parceria com BID;
- Levantamento sobre a utilização de Operações Urbanas Consorciadas como forma de viabilizar empreendimentos de reabilitação/transformação urbana via parcerias com iniciativa privada;
- Desenvolvimento de formas alternativas de financiamento para intervenções de reabilitação urbana, com recursos do FGTS, BNDES e parcerias público-privadas;
- Apoio a obras de requalificação urbana e ambiental em diversos municípios;
- Realização de oficinas de elaboração do Plano de Gestão Integrada – PGI nos municípios de Florianópolis/SC, Fortim/CE, Igarassu/PE e Olinda/PE, bem como, reuniões de sensibilização nos municípios de Itamaracá/PE, Paulista/PE e em São José da Coroa Grande/PE, e reunião para discutir a revisão dos PGIs de Cabo/PE e em Goiana/PE, foi realizada também Audiência Pública no município de Canguaretama/RN;
- Continuação do trabalho de “Levantamento da cobertura vegetal e dos corpos d’água existentes em áreas efetivamente urbanizadas e periurbanas de 732 municípios brasileiros” mediante o tratamento de imagens de satélite e uso de base georreferenciada do IBGE. Foi concluído o mapeamento em 292 (duzentos e noventa e dois) municípios;
- Continuidade da atividade de “Implantação de 4 (quatro) Parques Fluviais Urbanos” na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, demonstrando que cada vez mais a questão ambiental tem aumentado de importância na política de desenvolvimento urbano. Foram realizadas videoconferências com as Prefeituras Municipais de Pirapora-MG, Petrolina-PE, Juazeiro-BA e Januária-MG, a fim de possibilitar o início da execução da obra dos parques fluviais/lineares urbanos e das ações de educação ambiental e mobilização da população beneficiária.

Metas 2012-2015

- **Desenvolvimento de projetos de parques e áreas verdes de domínio público ou projetos urbanos em áreas de preservação permanente (APP) ou áreas urbanas de valor histórico, paisagístico e cultural em municípios pertencentes aos Grupos 1 e 2 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e em municípios que possuam áreas de expansão urbana e/ou de mananciais, bem como áreas de preservação permanente (APP's) ameaçadas de ocupação irregular**

Análise Situacional da Meta

Em maio de 2012, a Fundação Universidade de Brasília foi contratada para realizar o levantamento da cobertura vegetal e dos corpos d’água existentes nas áreas urbanas e periurbanas de 732 municípios brasileiros selecionados. O objetivo é que este estudo forneça subsídios para orientar os investimentos em projetos de parques urbanos e ou projetos em áreas de APP’s. Nesse ano de 2012, foram entregues a metodologia a ser utilizada, a base cartográfica necessária ao estudo e o mapeamento de 218 municípios – 30% do total de 732 municípios selecionados. Além disso, em julho de 2013 o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) lançou a Chamada II de edital que prevê a disponibilização, pelo Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal (CAIXA), de R\$ 13,33 milhões para a

implantação de parques fluviais/lineares urbanos. No ano de 2013 foram contemplados quatro dos dez municípios previamente selecionados como prioritários para atendimento na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

No ano de 2013 foram contemplados quatro dos dez municípios previamente selecionados como prioritários para atendimento na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Em 2014, deu-se continuidade ao Contrato N° 01/2012 entre a SRHU e a Fundação Universidade de Brasília (FUB) mediante o tratamento de imagens de satélite e uso de base georreferenciada do IBGE. No segundo semestre de 2014, houve um atraso no andamento do serviço pelo fato de a FUB necessitar ajustar a metodologia utilizada, bem como rearticular a equipe técnica para realizar os ajustes solicitados. Em dezembro de 2014, todos os ajustes foram realizados e a metodologia para a realização dos mapeamentos dos demais municípios objeto do contrato foi aprovada. A FUB também solicitou um aditivo de prazo, até junho de 2015, para finalização do trabalho. Assim, a metodologia foi ajustada e aprovada e foi concluído o mapeamento em 292 desde 2012. (duzentos e noventa e dois) municípios. A principal dificuldade, no âmbito da iniciativa com a FUB, foi referente à definição de uma metodologia adequada de mapeamento. A aplicação dessa metodologia nos produtos 2 e 3 necessitou de vários ajustes, o que levou a um pedido de aditivo ao contrato por parte da FUB, ocasionando um atraso para conclusão do trabalho.

Também em 2014 foram continuadas as atividades referentes à “Implantação de 4 (quatro) Parques Fluviais Urbanos” na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, objeto da Chamada II do Edital N° 02/2013 do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA). Nesse período, a CAIXA, por meio do Fundo Socioambiental (FSA), o FNMA/MMA e a SRHU/MMA realizaram videoconferências com as Prefeituras Municipais de Pirapora-MG, Petrolina-PE, Juazeiro-BA e Januária-MG. As videoconferências com os três primeiros municípios tiveram como objetivo ajustar os Planos de Trabalho (PT) dessas Prefeituras ao Termo de Referência do Edital citado anteriormente, a fim de possibilitar o início da execução da obra dos parques fluviais/lineares urbanos e das ações de educação ambiental e mobilização da população beneficiária, uma vez que esses municípios já haviam assinado ACF com a CAIXA. Aguarda-se a assinatura do 4° (quarto) e último ACF entre a Prefeitura Municipal de Januária-MG e a CAIXA.

Nessa atividade, a principal dificuldade foi a adequação das propostas das Prefeituras Municipais ao edital. Nesse contexto, os proponentes ainda necessitam de amadurecimento em relação ao entendimento de que o projeto dos Parques Fluviais não é uma obra tradicional, mas sim uma obra com foco ambiental que demanda a participação efetiva da sociedade para garantir sua efetividade.

- **Desenvolvimento de projetos integrados de reabilitação urbana que promovam o desenvolvimento social e econômico em municípios que integrem o Grupo 1 do PAC, possuam conjunto ou sítios históricos protegidos no âmbito do Patrimônio Cultural, estejam em área de influência de empreendimentos com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional ou estejam localizados em costas marítimas ou fluviais**

Análise Situacional da Meta

No período de execução deste PPA, deu-se continuidade às atividades de monitoramento dos contratos de repasse e convênios firmados em anos anteriores. Além disso, em 2014, foi realizada descentralização de crédito ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para realização da pesquisa “Retrato das Áreas Centrais no Brasil”, no valor de R\$ 221.666,67. A pesquisa destina-se a analisar a dinâmica econômica e populacional das áreas centrais de 12 cidades brasileiras nos últimos 20 anos com base em dados comparados e georreferenciados dos censos 1991/2000/2010 e dados de emprego formal do Ministério do Trabalho (Relação Anual de Informações Sociais - RAIS). Deverão ser feitas análises em relação a: perda de população nas últimas décadas; deslocamento das atividades econômicas; existência de parque imobiliário residencial vago ou subutilizado; e surgimento de novas áreas centrais a partir da concentração de empregos e atividades econômicas. As atividades serão concluídas no 2º semestre de 2015.

Além disso, está em fase de estruturação projeto de pesquisa para desenvolvimento de Metodologia Avaliação de impacto de programas de reabilitação urbana, no valor de R\$ 50.000,00, no âmbito de Acordo de Cooperação Técnica

assinado entre o Ministério das Cidades e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). As atividades serão iniciadas em março de 2015.

Foi consolidada uma estratégia de fomento à utilização do instrumento das Operações Urbanas Consorciadas, através da publicação da Instrução Normativa nº 33, que regulamenta a aquisição, pelo Agente Operador do FGTS, de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), que possuam lastro em Operações Urbanas Consorciadas. Esta linha de financiamento tem orçamento previsto para 2015 na ordem de R\$ 700 milhões. Ainda no tema das Operações Urbanas Consorciadas, está sendo realizada, pela equipe da SNAPU/MCidades, levantamento geral sobre a utilização do instrumento no Brasil com o objetivo de informar: quantos e quais municípios têm o instrumento previsto no Plano Diretor; quantos e quais têm o instrumento regulamentado; quantos e quais municípios têm o instrumento aplicado, em que fase de aplicação e quais as características gerais dos municípios que prevêm, regulamentam e aplicam o instrumento. Em paralelo, está sendo realizada, em parceria com o BID, pesquisa qualitativa para analisar o enquadramento legal, os arranjos institucionais, mecanismos de financiamento e de implementação de Operações Urbanas através da elaboração de estudos de casos em três cidades brasileiras (Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro).

Também foram contratados 150 projetos/obras de reabilitação urbana com recursos oriundos de emendas parlamentares, totalizando R\$ 77.126.294,31 em valores de investimento e R\$ 71.104.360,33 em valores de repasse.

• **Implementação de ações de ordenamento territorial em municípios da orla marítima e municípios da orla de rios federais, no âmbito do Projeto Orla**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram realizadas oficinas de elaboração do Plano de Gestão Integrada – PGI nos municípios de Itarema/CE, Aracati/CE, Paracuru/CE e Baía da Traição/PB; audiências públicas nos municípios de Fundão/ES, Corumbá/Ladário/MS; e reuniões de sensibilização nos municípios de Porto Velho/RO, Florianópolis/SC, Guajará-Mirim/RO e Marcação/PB. Também foi realizada reunião de planejamento do Projeto Orla Fluvial, para discutir a revisão dos PGIs de Itajaí/SC, Porto Belo/SC, Lucena/PB, Conde/PB e Pitimbu/PB e a agenda anual das reuniões do Comitê Gestor/RN.

Além disso, foi editada a Portaria nº 404/2012, que estabelece normas e procedimentos para a instrução de processos visando à cessão de espaços físicos em águas públicas e fixa parâmetros para o cálculo do preço público devido, para estruturas náuticas em espaço físico em águas públicas de domínio da União, tais como lagos, rios, correntes d'água e mar territorial, até o limite de 12 milhas marítimas a partir da costa.

Em 2014 foram realizadas oficinas de elaboração do Plano de Gestão Integrada – PGI nos municípios de Florianópolis/SC, Fortim/CE, Igarassu/PE e Olinda/PE, bem como, reuniões de sensibilização nos municípios de Itamaracá/PE, Paulista/PE e em São José da Coroa Grande/PE, e reunião para discutir a revisão dos PGIs de Cabo/PE e em Goiana/PE, foi realizada também Audiência Pública no município de Canguaretama/RN.

Cabe ressaltar que, o produto, Desenvolvimento do Projeto Orla, é meta física cumulativa, nesse sentido, as ações nos municípios são desenvolvidas em etapas com escala temporal diversificada de acordo com as especificidades locais. Total de 10 municípios atendidos.

OBJETIVO: 0322 - Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

De acordo com informações da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC/IBGE), em 2012, 2.658 municípios possuíam Plano Diretor, o que corresponde a 91% do total de municípios com obrigatoriedade legal. Em relação ao uso dos instrumentos do Estatuto da Cidade a MUNIC identificou um avanço expressivo entre 2001 e 2012, a

saber:

- Zonas Especiais de Interesse Social: de 647 para 1794 municípios
- Outorga Onerosa do Direito de Construir: de 370 para 727 municípios
- IPTU progressivo: de 1.047 para 2.034 municípios
- Lei de Zoneamento ou equivalente: de 1.260 para 2.246 municípios
- Lei de Parcelamento do Solo: de 1.817 para 2.389 municípios
- Transferência de Potencial Construtivo: de 86 para 429 municípios
- Operações Urbanas Consorciadas: de 115 para 395 municípios

Dando continuidade à estratégia para promoção da implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais por meio de ações iniciadas no ano de 2013 e executadas ao longo do ano de 2014, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Iniciou-se a elaboração de cinco Cadernos Técnicos sobre instrumentos do Estatuto da Cidade para distribuição em 2015;
- Realização de reuniões e oficinas técnicas com as equipes das instituições parceiras contratadas para a elaboração dos cinco Cadernos Técnicos e com municípios brasileiros com experiência na utilização desses instrumentos;
- Iniciou-se pesquisa técnica e jurídica sobre regulamentação e implementação de Operações Urbanas Consorciadas, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- Foi finalizada a etapa de produção da série de documentários “Sala de Notícias” com o tema “planejamento e desenvolvimento urbano”, realizados em parceria com o Canal Futura e a Fundação Vale;
- Continuidade das ações de capacitação (presencial e à distância) e de assistência técnica para cidades em processo de elaboração/revisão de Planos Diretores com visitas e trabalhos de assistência técnica nos municípios de Belo Horizonte/MG, Campo Grande/MS, Macaé/RJ, Nova Friburgo/RJ, Canaã dos Carajás/PA, Vitória/ES e Ijuí/RS;
- Discussão da linha programática de apoio aos municípios para elaboração de “Projetos Urbanos Estratégicos” para indução do desenvolvimento urbano, contemplando a elaboração de diagnóstico e levantamentos, de projeto urbanístico (viário, espaços públicos, acessibilidade, parcelamento e uso e ocupação do solo), de projetos de engenharia;
- Foram iniciadas discussões, em parceria com o Conselho Nacional das Cidades, sobre a elaboração e implementação de uma Campanha Nacional pelo cumprimento da Função Social da Propriedade;
- Criação de um Grupo de Trabalho para discutir o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU);
- Continuidade das atividades da Cooperação Técnica junto à Agência de Cooperação Japonesa (JICA), com o objetivo de elaborar proposta metodológica de planejamento territorial para áreas de expansão urbana. A elaboração da metodologia de planejamento da expansão que será aplicada nos municípios pilotos do projeto (Blumenau, Estado de Santa Catarina, Nova Friburgo e Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro), a partir do ano de 2015;
- Capacitação de técnicos e gestores dos Municípios, Estados e União em temas afetos ao planejamento da expansão urbana no Japão (a primeira capacitação em maio de 2014 e a segunda em novembro do mesmo ano);
- Continuidade do debate sobre a instituição de marco legal para planejamento metropolitano e interfederativo, reuniões temáticas com o Conselho das Cidades para elaboração de recomendações e instruções aos municípios para regulamentação e implementação de Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios, IPTU progressivo, desapropriação com títulos da dívida, Zonas Especiais de Interesse Social, Estudo de Impacto de Vizinhança, Transferência do Direito de Construir e IPTU;
- Cooperação via ação Diálogos Setoriais Brasil - União Europeia, 7ª Convocatória do Diálogo Políticas de Integração Regional, para pesquisas em Instrumentos de Planejamento e Governança Metropolitanos na Europa;
- Continuidade da discussão sobre marco jurídico sobre gestão territorial interfederativa. O Ministério vem realizando diálogos para disseminar a nova legislação, traçar entendimentos e qualificar sua provável regulamentação;
- Assinatura do Termo aditivo para execução da Cooperação Técnica com a ONU Habitat para contratação de especialistas, visando a elaboração da metodologia do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado-PDUI's;
- Conclusão da revisão no conteúdo e impressão da publicação “Panorama da Biodiversidade nas Cidades – Ações e

Políticas – Avaliação global das conexões entre urbanização, biodiversidade e serviços ecossistêmicos” que trata das estratégias da Convenção da Diversidade Biológica para ambientes urbanos;

- Análise e ajustes dos estudos contratados, visando o desenvolvimento de metodologias de integração do Plano Diretor Participativo com instrumentos de planejamento e gestão ambiental e territorial;
- Seleção dos indicadores de qualidade ambiental urbana para avaliação de vulnerabilidades e fragilidades ambientais em áreas urbanas que podem ser utilizados pelos Municípios em uma primeira etapa de trabalho;
- Elaboração de "Cartas de Vulnerabilidade Ambiental de Regiões Metropolitanas", com a concepção da metodologia de trabalho a ser utilizada mediante a elaboração de “protótipo” da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RM-RJ). Essas "Cartas de Vulnerabilidade Ambiental de Regiões Metropolitanas" apresentam uma grande diversidade de assuntos envolvidos em sua elaboração, bem como a originalidade do assunto. Foi elaborada uma “minuta” de Termo de Referência, TdR, para contratação de serviços de consultoria – pessoa jurídica;
- Contratação, mediante edital, de pessoa jurídica em parceria com Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para elaboração do conteúdo indutor “Integração de Políticas” do Programa Brasil+20;
- Sistematização dos resultados provenientes do Seminário Nacional Municípios Sustentáveis que reuniu 141 iniciativas para promoção da sustentabilidade;
- Publicação da proposta do Programa Brasil+20, ainda em fase de elaboração;
- Realização do evento “Brasil+20: A collective effort for defining a national policy for sustainable municipalities” em 08 de Abril no Fórum Urbano Mundial em Medellín, Colômbia para discutir com especialistas internacionais a proposta de Programa bem como suas premissas e diretrizes.

Metas 2012-2015

• Construção de subsídios técnicos para formulação de Política Ambiental em Áreas Urbanas.

Análise Situacional da Meta

Conclusão da revisão no conteúdo e impressão da publicação “Panorama da Biodiversidade nas Cidades – Ações e Políticas – Avaliação global das conexões entre urbanização, biodiversidade e serviços ecossistêmicos” que trata das estratégias da Convenção da Diversidade Biológica para ambientes urbanos; consolidação de um “plano de distribuição” da publicação internamente e externamente, abrangendo um total de 900 (novecentos) exemplares; e, disponibilização do conteúdo da publicação em meio digital no sítio eletrônico do MMA.

Implementação de sete serviços de consultoria pessoa física por meio do Projeto BRA/OEA/08/001, no primeiro semestre. No segundo semestre, o trabalho focou na análise e nos ajustes aos estudos contratados com vistas a deixá-los adequados para disponibilização pública. Os 3 estudos concluídos, sobre metodologia de integração de instrumentos de planejamento e gestão ambiental e territorial, foram encaminhados ao Ministério das Cidades para análise. Ainda estamos aguardando um retorno do MCidades para publicização e envio dos estudos para os Estados e Municípios. Com relação ao estudo sobre indicadores ambientais, foi necessária uma análise da equipe técnica no sentido de selecionar os indicadores que podem ser utilizados pelos Municípios em uma primeira etapa de trabalho. Sobre a proposta de diretrizes ambientais, a equipe técnica elaborou uma proposta, ainda não finalizada e que deverá ser avaliada pelos demais setores do MMA e por futuros beneficiários, tais como Estados e Municípios, antes de sua publicação. Para a elaboração do “protótipo” da Carta de Vulnerabilidade Ambiental da RM-RJ, a equipe técnica da GAUTE/DZT/SRHU realizou pesquisas, reuniu informações e dados secundários, articulou e realizou três reuniões com órgãos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, e, por fim, elaborou uma “minuta” de Termo de Referência, TdR, para contratação de serviços de consultoria – pessoa jurídica. Esses esforços resultaram em um entendimento comum (da SRHU e do Governo do Estado do RJ) da complexidade do trabalho e da impossibilidade de a equipe técnica da GAUTE realiza-lo com os próprios esforços. Por este motivo, a complementação/consolidação da minuta do TdR será um trabalho conjunto a ser desenvolvido pelas equipes da GAUTE/DZT/SRHU em parceria com as equipes dos órgãos do Governo do Estado do RJ, que detêm o conhecimento da região e os dados secundários necessários. Os fatores que dificultaram a execução da ação foram:

- Atraso na distribuição da publicação “Panorama da Biodiversidade nas Cidades – Ações e Políticas – Avaliação global das conexões entre urbanização, biodiversidade e serviços ecossistêmicos” em virtude das restrições do período eleitoral.
- A contratação de serviços de consultoria pessoa física não foi considerada adequada em virtude da necessidade de integração entre os produtos. Para futuros trabalhos da mesma natureza, recomenda-se a contratação de pessoa jurídica. Outra dificuldade habitual é o curto prazo estabelecido para realização das ações. Estes prazos reduzidos estão sempre associados à necessidade de uso rápido do recurso, o que impede o planejamento de longo prazo, bem como compromete a qualidade do trabalho.
- Nessa atividade, as dificuldades foram: a originalidade da proposta e a diversidade dos assuntos envolvidos na elaboração de “Carta de Vulnerabilidade Ambiental de Região Metropolitana”; a falta de disponibilidade dos dados secundários necessários e suficientes à elaboração do protótipo da RM-RJ; a ausência de governabilidade da equipe GAUTE sobre os dados secundários necessários à elaboração do protótipo; e a falta de experiência acumulada.
- Com relação a elaboração do PRODOC/UNESCO, a não formalização do ACT em 2014, resultou em um atraso do início das atividades previstas para 2015, entre elas a elaboração da estratégia de nacional de gestão ambiental urbana.

• **Elaboração de Planos de Expansão Urbana em municípios que tenham áreas de expansão urbana previstas no Plano Diretor**

Análise Situacional da Meta

Motivada pela aprovação da Lei nº. 12.608, de 10 de abril de 2012 que, dentre outras determinações, altera as Leis nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e, nº 6.766/1979 (Parcelamento do Solo), inserindo a necessidade de projeto específico para expansão urbana (artigo 42-B do Estatuto da Cidade), foi iniciada tratativa junto à Agência de Cooperação Japonesa (JICA) para o estabelecimento de Cooperação Técnica Internacional (CTI) com o Governo do Japão para concepção de planejamento territorial para áreas de expansão urbana, considerando aspectos de prevenção a riscos de desastres naturais geomorfológicos relacionados a movimentos de massa, uma vez que o governo japonês possui experiência na temática. Firmada em julho de 2013, a CTI com o governo japonês tem como proposta desenvolver uma metodologia para o planejamento da expansão urbana até 2017.

Os trabalhos foram iniciados em agosto daquele ano. Nesta CTI, está prevista a elaboração de três planos de expansão em municípios prioritários para a implementação de ações de gestão de risco (Blumenau-SC, Nova Friburgo-RJ e Petrópolis-RJ). Essa meta é correlata à meta de monitoramento de municípios em áreas de risco (meta do programa 2040).

Além disso, em novembro de 2013 foi realizado workshop internacional para discutir estratégias para o desenvolvimento da metodologia de Planejamento Urbano.

No ano de 2014 foram realizados 02 processos de capacitação de técnicos e gestores dos Municípios, Estados e União em temas afetos ao planejamento da expansão urbana no Japão (a primeira capacitação em maio de 2014 e a segunda em novembro do mesmo ano). Esse processo de capacitação também ocorrerá ao longo do ano de 2015.

A estratégia do Ministério das Cidades para o desenvolvimento da meta foi firmar Cooperação Técnica Internacional (CTI) junto à Agência de Cooperação Japonesa (JICA), com o objetivo de elaborar proposta metodológica de planejamento territorial para áreas de expansão urbana. A cooperação estrutura-se em ações técnicas periódicas (reuniões, workshops, treinamentos internacionais etc.) para aprofundar o entendimento sobre gestão integrada de risco.

Destacam-se como importante avanço o fortalecimento da coordenação horizontal entre os órgãos federais executores da cooperação e a articulação vertical com os governos municipais e estaduais no desenvolvimento de abordagens integradas de políticas de gestão de riscos.

Tal CTI apresenta os seguintes resultados para o ano de 2014:

Técnicos treinados no Japão: 38

Contrapartes do Brasil: 35 especialistas em mapeamento de riscos, planejamento urbano, monitoramento e alerta;
Especialistas enviados do Japão para o Brasil:

Longo prazo: 3 especialistas

Curto prazo: 15 especialistas

Reuniões interministeriais: cerca de 30

Reuniões técnicas: 3 por tema (com mais de 70 especialistas em cada evento e duração de 3 dias cada)

Seminários: 2 (Rio Bousai, 500 especialistas em riscos e técnicos de defesa civil, Brasília Bousai 150 especialistas)

Workshop: 3 (em fase de implementação).

Tais atividades são fundamentais para a elaboração da metodologia de planejamento da expansão que será aplicada nos municípios pilotos do projeto (Blumenau, Estado de Santa Catarina-SC, Nova Friburgo e Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro), a partir do ano de 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

22/01/2015

• Elaboração do Plano Diretor nos municípios com obrigatoriedade legal para sua elaboração, conforme artigo 41 da Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade).

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foi dada continuidade ao processo de capacitação e fortalecimento institucional dos municípios, iniciado em 2012. Foram realizadas visitas e trabalhos de assistência técnica nos municípios de Belo Horizonte/MG, Campo Grande/MS, Macaé/RJ, Nova Friburgo/RJ, Canaã dos Carajás/PA, Vitória/ES e Ijuí/RS para auxiliar processos locais de elaboração e/ou revisão de Planos Diretores. Foi também discutida linha programática de apoio aos municípios para elaboração de “Projetos Urbanos Estratégicos” para indução do desenvolvimento urbano, contemplando a elaboração de diagnóstico e levantamentos, de projeto urbanístico (viário, espaços públicos, acessibilidade, parcelamento e uso e ocupação do solo), de projetos de engenharia: infraestrutura e de modelagem econômica e jurídica para execução das obras. Em 2015 será realizada seleção pública de projeto piloto sobre esse tema.

No 2º semestre de 2014, foram iniciadas discussões, em parceria com o Conselho Nacional das Cidades, sobre a elaboração e implementação de uma Campanha Nacional pelo cumprimento da Função Social da Propriedade. A campanha deverá ser estruturada em 5 eixos: i) mobilização e sensibilização; ii) normatização; iii) capacitação; iv) formação e v) fortalecimento institucional e assistência técnica, sobretudo nos processos de revisão dos Planos Diretores.

Também foi instituído grupo de trabalho interno no Ministério das Cidades para discussão do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU). O grupo, coordenado pela Secretaria Executiva e pela Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos do MCidades, trabalhou ao longo do ano na construção de uma minuta de Projeto de Lei para instituição do SNDU. A minuta, que será finalizada no 1º semestre de 2015, será levada para discussão em Grupo de Trabalho Interministerial a ser criado, também em 2015, para discutir a temática.

• Implementar o Programa Nacional para Cidades Sustentáveis (Brasil + 20).

Análise Situacional da Meta

A meta em questão está sendo implementada por meio das seguintes ações:

- Continuidade do processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico do Programa;
- Continuidade do estabelecimento de parcerias e acordos de cooperação técnica com diversos órgãos, através da realização de diversas reuniões/oficinas com representantes de segmentos sociais nos Conselhos Nacionais do Meio Ambiente e Cidades;
- Organização e realização, nos dias 23 e 24/10/2013, do Seminário Nacional Municípios Sustentáveis, durante a Feira

Nacional de Ciência e Tecnologia (MCTI) em Brasília/DF. O evento contou com a participação de aproximadamente 150 pessoas de 51 instituições governamentais e não governamentais. O Seminário teve como objetivo alinhar entendimentos das organizações participantes acerca do Programa BRASIL+20, identificar e potencializar as convergências entre as agendas em curso nas organizações participantes, articulando-as com os eixos de atuação do Programa BRASIL+20, gerar recomendações para aprimoramento dos eixos de atuação do Programa BRASIL+20 e desencadear o processo de construção de uma rede social pela sustentabilidade municipal;

- Continuidade das discussões do Seminário com a implantação na Rede SISNAMA do Fórum (virtual) de discussão do BRASIL+20, um meio de divulgação e articulação entre as organizações governamentais e não governamentais que participaram do Seminário e suas iniciativas (além de outras que vêm se incorporando ao Programa). A partir deste fórum será feita a formulação e implantação da Plataforma de Conexões Sustentáveis;
- Definição e início do desenvolvimento dos conteúdos indutores para a oferta do Programa BRASIL+20 aos municípios, são estes:

1. Integração de políticas – Estudo que, a partir da análise das possibilidades de articulação, defina subsídios à elaboração e implementação de políticas públicas de C&T, meio ambiente e desenvolvimento urbano para cidades brasileiras mais sustentáveis. Esse processo está em andamento no MCTI.
2. Estudos sobre Tipologia e Indicadores Ambientais – Urbanos
3. Desenvolvimento da Plataforma de Conexões Sustentáveis
4. Metodologia para articulação dos instrumentos de planejamento territorial
5. Conteúdos para Capacitação e Projeto Político Pedagógico (PPP) – desenvolvimento do PPP e dos conteúdos para a implementação dos eixos II e III do Brasil+20 junto aos atores locais a cada ciclo do Programa.

Em 2014 foram realizadas as seguintes atividades:

- Projeto Político Pedagógico do Programa associado ao Projeto Político Pedagógico do MMA que está em elaboração por intermédio de contratação de pessoa física.
 - Sistematização dos resultados provenientes do Seminário Nacional Municípios Sustentáveis que reuniu 141 iniciativas para promoção da sustentabilidade - foi finalizado.
 - Contratação, mediante edital, de pessoa jurídica em parceria com Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para elaboração do conteúdo indutor “Integração de Políticas” do Programa Brasil+20
 - Desenvolvimento dos conteúdos indutores do Programa: “Metodologia para articulação dos instrumentos de planejamento territorial”, “Diretrizes ambientais para o desenvolvimento de municípios sustentáveis” e “Indicadores de Qualidade Ambiental Urbana”. Tais conteúdos foram desenvolvidos em parceria com a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano e atualmente estão na fase de validação interna pelas equipes técnicas.
 - Realização do evento “Brasil+20: A collective effort for defining a national policy for sustainable municipalities” em 08 de Abril no Fórum Urbano Mundial em Medellín, Colômbia, para discutir com especialistas internacionais a proposta de Programa bem como suas premissas e diretrizes.
 - Publicação da proposta do Programa Brasil+20, ainda em fase de elaboração.
 - Em fase de reavaliação do Plano de Trabalho para construção dos conteúdos do processo de capacitação para a implementação dos eixos II e III do Brasil+20 junto aos atores locais a cada ciclo do Programa.
- **Instituição de planos de desenvolvimento urbano integrado em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas com gestão consorciada, selecionadas entre as metrópoles da hierarquização estabelecida pelo estudo Região de Influência das Cidades 2007 (REGIC) realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foi realizada cooperação técnica junto à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por meio do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), para elaboração de estudos nas temáticas metropolitana, tais como indicadores e parâmetros, instrumentos de planejamento e gestão, institutos legais e mecanismos tributários e arranjos políticos-administrativos nas regiões metropolitanas. Naquele ano também foi

realizado o Primeiro Workshop Internacional sobre Política Metropolitana Brasil-União Europeia, como contrapartida nacional no âmbito do Programa de Diálogos Setoriais União Europeia – Brasil, nos dias 7 e 8 de novembro de 2012, para debate e aprofundamento de temas tratados no Substitutivo ao PL nº 3.460, de 2004 (Estatuto da MetrÓpole). Ainda no ano de 2012, realizou-se missão técnica junto a entidades que tratam de planejamento e gestão metropolitanos em Paris (França) e Berlim (Alemanha), no âmbito do Programa de Diálogos Setoriais União Europeia-Brasil para conhecimento "in loco" de experiências relacionadas à política metropolitana.

Em continuidade aos trabalhos iniciados em 2012, no ano de 2013 foram realizadas atividades junto ao Ministério da Integração, ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e à Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados para a concepção do texto Substitutivo ao PL nº 3.460, de 2004. Nos dias 28 e 29 de maio o Ministério das Cidades realizou o Segundo Workshop sobre Política Metropolitana, para definir o posicionamento do Governo Federal frente ao tema. Na sequência, foram realizadas três audiências públicas na Câmara dos Deputados, nos dias 10, 17 e 24 de setembro, para debater com estados, governo federal e outras instituições relevantes, o direcionamento do texto a ser elaborado. Nos dias 17, 18, 31 de outubro e 1º de novembro, foram realizadas reuniões técnicas conduzidas pela Câmara dos Deputados, das quais o Ministério das Cidades participou e contribuiu ativamente, com o objetivo de finalizar a edição do texto substitutivo ao PL nº 3.460, de 2004. Em relação à elaboração de proposta metodológica para o PDUI, foi formalizada Cooperação Técnica Internacional (CTI) com a ONU-HABITAT, que tem como objetivo o desenvolvimento da metodologia do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, dado que se trata de instituto de planejamento ainda não consolidado no país.

No final do ano de 2014 foram necessários ajustes no programa executivo e plano de trabalho da Cooperação técnica com o ONU- Habitat, sendo necessária a elaboração de termo aditivo para continuidade das atividades. A assinatura do termo aditivo ocorreu no início de janeiro de 2015, permitindo continuar os processos de seleção dos consultores que atuarão no projeto. A expectativa é de que a metodologia do plano de desenvolvimento urbano integrado seja gerada até dezembro de 2015.

Desta forma, iniciando o cronograma do programa executivo, o ONU-Habitat está realizando o processo de seleção de especialistas que atuarão na elaboração do da metodologia do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado-PDUI's. Cabe lembrar que tal metodologia é condição "sine qua non" para que o Ministério das Cidades passe a apoiar os governos Estaduais e Municipais na elaboração dos PDUI's.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

22/01/2015

• Regulamentação complementar do Estatuto da Cidade e de marco jurídico sobre gestão territorial interfederativa

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013, foram realizadas as seguintes atividades:

- a) Início da elaboração de proposta de regulação do Art. 26 da Lei Federal 12.608/2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa, que modifica a Lei Federal 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade, instituindo a obrigação do desenvolvimento do Plano de Expansão Urbana para os municípios que queiram expandir seu perímetro urbano;
- b) elaboração, em conjunto com o CONCIDADES, de resolução recomendada que trata da obrigatoriedade de definição de coeficiente de aproveitamento básico nos Planos Diretores Municipais, bem como obrigatoriedade de cobrança de outorga onerosa sobre a concessão de potencial construtivo superior ao básico, buscando complementar e esclarecer os artigos 28 a 31 do Estatuto da Cidade.
- c) Início da discussão da proposta de instituição de Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, com previsão de instituição de Grupo de Trabalho Interministerial para tratar da questão.
- d) Discussão de marco jurídico sobre gestão territorial interfederativa. Foram realizadas atividades junto ao Ministério da Integração, ao IPEA e à Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados para a concepção do

texto Substitutivo ao PL nº 3.460, de 2004, denominado Estatuto da Metrópole. Realiza o de Workshop sobre Política Metropolitana, para definir o posicionamento do Governo Federal frente ao tema, e de duas audiências na Câmara dos Deputados, para debater com estados, governo federal e outras institui es relevantes o direcionamento do texto a ser elaborado. Foram realizadas 4 reuniões técnicas conduzidas pela Câmara dos Deputados, das quais o Ministério das Cidades participou e contribuiu ativamente, com o objetivo de finalizar a edi o do texto substitutivo ao PL nº 3.460, de 2004.

No ano de 2014, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

a) reuniões temáticas com o Conselho das Cidades para elabora o de recomenda es e instru es aos municípios para regulamenta o e implementa o de Parcelamento, Edifica o e Utiliza o Compulsórios, IPTU progressivo, desapropria o com títulos da d vida, Zonas Especiais de Interesse Social, Estudo de Impacto de Vizinhança, Transferência do Direito de Construir e IPTU.

b) Instituído GT do Ministério das Cidades para discussão de proposta de Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. A primeira reunião ocorreu em agosto de 2014.c) Coopera o via a o Diálogos Setoriais Brasil – União Europeia, 7ª Convocatória do Diálogo Políticas de Integra o Regional, para pesquisas em Instrumentos de Planejamento e Governança Metropolitanos na Europa. No âmbito da a o, foi realizada missão técnica em setembro de 2014 para Estocolmo (Suécia) e Berlim (Alemanha), com o objetivo de aprofundar o conhecimento em alguns instrumentos de planejamento dessas regiões.

d) Continuidade da discussão sobre marco jurídico sobre gestão territorial interfederativa. Após aprova o no Senado Federal, o PL sobre o Estatuto da Metrópole foi encaminhado   san o e promulgado em janeiro de 2015. Neste sentido, o Ministério vem realizando diálogos para disseminar a nova legisla o, traçar entendimentos e qualificar sua provável regulamenta o.

- **Regulamenta o de conjunto de instrumentos de gestão do solo urbano - prioritariamente Zonas Especiais de Interesse Social, Outorga Onerosa do Direito Construir, Opera o Urbana Consorciada, Parcelamento, Edifica o ou Utiliza o Compulsória, IPTU Progressivo no Tempo, desapropria o com pagamento de títulos da d vida pública e Estudo de Impacto de Vizinhança - para o cumprimento da fun o social da propriedade em municípios com maiores carências urbanas, integrantes dos Grupos 1 e 2 do Programa de Acelera o do Crescimento e que possuam empreendimento habitacional enquadrado no Programa Minha Casa Minha Vida**
Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, ampliaram-se os trabalhos de pesquisa e regulamenta o de instrumentos, sobretudo a partir de parcerias com outras institui es e com as demais Secretarias Nacionais do Ministério das Cidades.

Iniciou-se a elabora o de 5 Cadernos Técnicos de regulamenta o e implementa o de instrumentos do Estatuto da Cidade, em parceria com institui es selecionadas no âmbito de edital publicado em 2013:

a) Caderno Técnico sobre Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), em coopera o com a Universidade de Brasília (UnB);

b) Caderno Técnico sobre Transferência do Direito de Construir (TDC): em parceria com o Lincoln Institute of Land Policy;

c) Caderno Técnico sobre Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), em coopera o com a Universidade Federal do Pará (UFPA);

d) Caderno Técnico sobre Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), em parceria com o Lincoln Institute of Land Policy; e

e) Caderno Técnico sobre Parcelamento, Edifica o e Utiliza o Compulsórios (PEUC), em coopera o com a Universidade Federal do ABC (UFABC);

No âmbito desse trabalho, foram realizadas em 2014 reuniões e oficinas técnicas com as equipes das institui es parceiras e com municípios brasileiros com experiência na utiliza o desses instrumentos. A conclusão do trabalho está prevista para junho/2015.

Além disso, iniciou-se pesquisa técnica e jurídica sobre regulamenta o e implementa o de Opera es Urbanas Consorciadas, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Também no 2  semestre de 2014

foi finalizada a etapa de produção da série de documentários “Sala de Notícias” com o tema “planejamento e desenvolvimento urbano”, realizados em parceria com o Canal Futura e a Fundação Vale. Os vídeos serão finalizados no início de 2015 e veiculados no 1º semestre de 2015 no Canal Futura.

OBJETIVO: 0324 - Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana, combinando ações de fortalecimento institucional e de implementação de processos de regularização fundiária urbana.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Considerando o papel estratégico da regularização fundiária para o desenvolvimento urbano, para a efetivação do direito constitucional à moradia e para o exercício pleno da cidadania pela população moradora em cidades e assentamentos informais, o Governo Federal instituiu no ano de 2003 o Programa Papel Passado, com o objetivo de fomentar ações de regularização fundiária urbana por todo o país.

Significativos avanços foram alcançados desde então, destacando-se a incorporação da regularização fundiária na agenda de um conjunto expressivo de municípios brasileiros e a aprovação das leis federais nº 11.481 de 2007, que dispõe sobre a regularização fundiária de interesse social nos imóveis da União, nº 11.952 de 2009, que trata da regularização fundiária de terras federais na Amazônia Legal, nº 11.977 de 2009, que versa sobre regularização fundiária de assentamentos urbanos, da Lei 12.424 de 2011, que alterou a lei nº 6.015 de 1973, lei dos registros públicos, para dispor sobre o registro imobiliário na regularização fundiária urbana e da Lei 12.651/2012, que institui o novo Código Florestal Brasileiro, para dispor sobre a regularização fundiária de assentamentos urbanos em áreas de preservação permanente (APP's).

Desde que começou a operar, o Programa Papel Passado vem apoiando atividades de regularização fundiária urbana com a transferência de recursos do Orçamento Federal. Neste contexto foram apoiadas, com recursos do Orçamento Geral da União, ações de regularização fundiária em benefício de cerca de 398 mil famílias, entre 2004 e 2014, tendo como produtos a regularização jurídica do parcelamento do solo ou a entrega de títulos de concessão de uso e de propriedade. Além dessas ações, em seu início o Programa também apoiou ações ligadas à estruturação de programas locais de regularização fundiária urbana, tais como a identificação e o mapeamento de áreas irregulares e a elaboração de planos municipais de regularização fundiária.

A transferência de recursos federais é essencial para aumentar a capacidade financeira dos agentes operadores da política de regularização fundiária no nível local e, dessa forma, possibilitar maior agilidade e escala no enfrentamento do problema do acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda. O último processo de seleção de propostas para o Programa Papel Passado foi realizado em outubro de 2013. Nesse processo foram cadastrados 1.384 municípios, dos quais 425 tiveram suas propostas habilitadas, conforme os critérios estabelecidos para o processo seletivo. Como resultado final do processo de seleção, 66 propostas foram escolhidas, totalizando o valor de repasse de R\$ 21,80 milhões, destinados à regularização fundiária de 111 assentamentos irregulares em 65 municípios do país, em benefício de cerca de 28 mil famílias.

No processo de seleção 2013, a demanda cadastrada foi muito superior à historicamente apresentada nos anos anteriores. Ao lado do aumento no orçamento, avalia-se que esse incremento na demanda é reflexo da presença do tema da regularização fundiária urbana nas políticas de gestão pública dos municípios e estados, bem como da apropriação dos aperfeiçoamentos de legislação obtidos por meio da ação do Governo Federal (destacam-se, entre outras, as Leis Federais 11.977/2009, 12.424/2012, 12.651/2012).

No exercício de 2014, foram realizadas duas operações de descentralização de crédito orçamentário com Universidades Federais. As duas operações visam à implementação de atividades específicas de regularização fundiária urbana em municípios dos estados do Pará e do Rio Grande do Norte, respectivamente.

Complementarmente à transferência de recursos federais (ampliação da capacidade financeira), há esforços em

capacitação técnica, fortalecimento e articulação interinstitucional, já que a regularização fundiária de assentamentos urbanos depende da atuação coordenada de diversos agentes, dentre os quais os cartórios de registro de imóveis, as corregedorias de justiça, municípios, estados e sociedade civil. Esse eixo de atuação é composto por diversas atividades de fomento, destacando-se a produção de material e a promoção de cursos de capacitação e a participação em eventos, oficinas e debates sobre a temática em diversas regiões do país. Com relação aos materiais de capacitação, foi elaborada uma proposta de manual de regularização fundiária de assentamentos urbanos, que aguarda publicação. Além disso, está prevista a disponibilização de curso de capacitação por ensino à distância na Plataforma Capacidades, do Ministério das Cidades, de caráter permanente e a realização de cinco oficinas regionais sobre regularização fundiária urbana no curso "Gestão de Projetos Urbanos", no âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades, das quais uma foi realizada, em maio de 2014, em João Pessoa/PB. No que se refere à articulação institucional, o Ministério das Cidades oferece, como atividade regular, apoio técnico à regularização fundiária no âmbito do PAC/Urbanização de Assentamentos Precários e apoio ao Ministério do Desenvolvimento Agrário na análise dos pedidos de doação de terras federais na Amazônia Legal, vinculados ao Programa Terra Legal. Também apoia os municípios e demais operadores na formulação de propostas de regularização fundiária urbana. Prosseguem as atividades de articulação institucional com estados e poderes legislativo e judiciário, para remoção de obstáculos normativos nos três níveis de governo, particularmente ligados ao licenciamento ambiental e ao registro imobiliário.

Por meio da SPU/MP, o Governo Federal atua em ações de regularização fundiária urbana em imóveis de seu próprio domínio, seja por meio de ações indiretas, de destinação de imóveis da União a entes federativos visando este fim, seja por meio de ações diretas de regularização fundiária, com foco nos assentamentos ocupados por populações de baixa renda, visando o reconhecimento do direito à moradia, e contribuindo para a erradicação da pobreza e para a redução das desigualdades sociais. Nessa atuação direta, o Governo Federal integra ações articuladas com entes federativos parceiros nos diferentes níveis administrativos, contando com a participação da sociedade civil beneficiária, por meio da realização de oficinas, seminários, audiências públicas, reuniões na comunidade, reuniões de grupos de trabalho e comitês gestores instituídos, entre outras atividades inerentes ao processo de regularização fundiária. Destaca-se nessa atividade a destinação de áreas, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, a entidades civis sem fins lucrativos cadastradas junto ao Ministério das Cidades.

Metas 2012-2015

- **Adequação aos novos dispositivos legais das normas de serviços extrajudiciais para o registro da regularização fundiária urbana**

Análise Situacional da Meta

Em dezembro de 2013 foram retomadas as tratativas, iniciadas em 2012, com a Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça que resultaram na produção de uma Minuta de Norma de Serviço Extrajudicial para o Registro da Regularização Fundiária de Assentamentos Urbanos. O documento foi discutido entre as entidades envolvidas. O Ministério das Cidades participou de reuniões, no primeiro semestre de 2014, com a Corregedoria Nacional de Justiça com a finalidade de aprimorar o documento.

Em dezembro de 2014 o CNJ disponibilizou para consulta às entidades envolvidas uma nova minuta do documento. Na avaliação do Ministério das Cidades o último documento disponibilizado para consulta ainda requer aperfeiçoamento. Por este motivo, o Ministério das Cidades encaminhou suas contribuições ao CNJ e aguarda os encaminhamentos. Paralelamente à discussão da Norma Nacional de Serviço Extrajudicial para o Registro da Regularização Fundiária de Assentamentos Urbanos, o Ministério das Cidades participa das discussões de alteração da Lei 11.952/2009, (que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal), conduzida pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário; e da Lei de desapropriações (DECRETO-LEI Nº 3.365/ 1941), conduzida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

- **Ampliação do Programa Papel Passado para intensificar a regularização fundiária urbana em cidades irregulares da Amazônia Legal inseridas no Programa Terra Legal que contenham áreas do INCRA/MDA e da SPU/MPOG e em assentamentos irregulares de baixa renda situados em municípios pertencentes ao Grupo 1 do**

Programa de Aceleração do Crescimento, com presença de favelas e loteamentos irregulares em seus territórios ou que possuam ações de urbanização de assentamentos precários

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Programa Papel Passado foram apoiadas, com recursos do Orçamento Geral da União, ações de regularização fundiária em benefício de cerca de 398 mil famílias, entre 2004 e 2014, tendo como produtos a regularização jurídica do parcelamento do solo ou a entrega de títulos de concessão de uso e de propriedade. Em 2013, houve um incremento significativo no orçamento da Ação 8866 – Programa Papel Passado, que possibilitou a ampliação do apoio financeiro a estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos para implementação de atividades específicas de regularização fundiária em assentamentos urbanos. No total, do orçamento previsto para o exercício de 2013, após o processo de contratação, foram repassados R\$ 21,58 milhões destinados à regularização fundiária de 109 assentamentos irregulares em 63 municípios do país, em benefício de cerca de 25 mil famílias. A maioria desses contratos encontra-se em condição suspensiva, aguardando a aprovação de Termo de Referência para início dos serviços.

Em 2014, foram realizadas duas operações de descentralização de crédito orçamentário:

1 - Universidade Federal do Pará, para fins de regularização fundiária em municípios do Estado do Pará, inseridos no Programa Terra Legal e já contemplados por processos de transferência de terras federais para fins de regularização fundiária urbana, nos termos da Lei 11.952/2009.

2- Universidade Federal da Região do Semi-árido (UFERSA), para a elaboração de atividades específicas de regularização fundiária urbana em assentamentos urbanos de 10 municípios do estado do Rio Grande do Norte. No âmbito do Programa Terra Legal, de regularização fundiária na Amazônia Legal, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, com a participação deste Ministério das Cidades nos casos de regularização fundiária urbana, durante o exercício de 2014, foram analisadas as condições de ocupação de 181 áreas, para verificar se essas atendiam aos requisitos legais para doação aos municípios para fins de regularização fundiária urbana. Salienta-se que, após a doação das terras federais, cabe aos municípios o procedimento de regularização com a consequente titulação dos possuidores dos lotes urbanos, ação que pode ser objeto de apoio financeiro pelo Programa Papel Passado.

• **Elaboração do plano nacional de regularização fundiária urbana**

Análise Situacional da Meta

A elaboração do plano nacional de regularização fundiária urbana não foi iniciada. A discussão do tema ocorre junto ao CONCIDADES, no âmbito do Comitê de Planejamento e Gestão do Solo Urbano, em grupo de trabalho constituído especificamente para esse fim.

Em 2014 a elaboração do Plano Nacional de Regularização Fundiária foi incluída na relação de projetos prioritários do planejamento estratégico do Ministério das Cidades. No entanto, o trabalho ainda não foi iniciado, e se aventa a possibilidade de associar sua elaboração com a revisão do Plano Nacional de Habitação, que também está relacionada como projeto prioritário do planejamento estratégico, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Habitação, deste Ministério das Cidades.

• **Instituição de programas estaduais e municipais de regularização fundiária urbana nos municípios da Amazônia Legal inseridos no Programa Terra Legal que contenham áreas do INCRA/MDA e da SPU/MPOG e aqueles pertencentes ao Grupo 1 do Programa de Aceleração do Crescimento, com presença de favelas e loteamentos irregulares em seus territórios ou que possuam ações de urbanização de assentamentos precários.**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2014, prosseguiu-se com a estratégia de promoção de seminários com o objetivo de fomentar a estruturação de políticas e programas de regularização fundiária de assentamentos urbanos no âmbito dos estados e municípios, que se mostrou bem sucedida em iniciativas anteriores.

No segundo semestre de 2014, foram realizados seminários nos estados de Goiás e Rio Grande do Norte.

Trabalha-se na articulação com diversos estados (Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe, Tocantins) para a organização e realização dos eventos. Salienta-se que a estratégia somente se viabiliza pela parceria dos estados com o Ministério das Cidades.

• **Regularização fundiária urbana em imóveis da União geridos pela Secretaria do Patrimônio da União**

Análise Situacional da Meta

Acerca da execução desta meta, prestamos os seguintes esclarecimentos conceituais:

- Imóveis regularizados - corresponde ao atendimento direto às famílias beneficiárias da ação, tituladas por meio de Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (CUEM) e doação (seja individual, seja coletivo).
- Portarias autorizativas – atos autorizativos de destinação de imóveis da União, por meio de publicação no Diário Oficial da União, onde elencamos os imóveis destinados para fins de:
 - Reforma Agrária (áreas rurais)
 - Provisão habitacional
 - Regularização Fundiária para entes federativos
 - Regularização Fundiária diretamente para as famílias
 - Regularização Fundiária de Comunidades Tradicionais (Quilombolas, Indígenas, Ribeirinhos, Pescadores, etc.)

Nestes casos, as titulações futuras ou individualização das famílias beneficiadas são formalizadas pelo ente intermediário (cessionário) que recebeu o imóvel da União com encargo de promover a regularização fundiária. Em 2014 foram publicadas no Diário Oficial da União portarias autorizativas de destinação de 286 imóveis, além das 4 áreas encaminhadas ao INCRA para regularização de comunidades remanescentes de quilombos como adiante detalhado:

- 29 - Reforma Agrária (áreas rurais) - 3,5 mil hectares para o INCRA, correspondentes a 29 áreas rurais, no DF e nos estados de PE, RS e SC;
- 21 - Provisão habitacional – 21 áreas com cerca de 1,7 milhões de m², para construção de residências, no contexto do Programa Minha Casa, Minha Vida, beneficiando mais de 4,4 mil famílias, nos estados do AC, MA, MG, MT, PB, PI, RJ, RN, RS, SC e SP;
- 18 - Regularização Fundiária com agente intermediário entes federativos – 18 áreas com cerca de 19,7 milhões de m² para regularização fundiária da moradia de 24.065 famílias urbanas, no DF e estados de GO, MS, PI, RJ, RN, SC e SP;
- 217 - Regularização Fundiária diretamente para as famílias – autorizada a titulação direta de 215 famílias de baixa renda por meio de títulos de CUEM e CDRU, nos estados do CE, MA, PE e PI, bem como autorizada a regularização de 2 associações de missionárias capuxinhas em duas áreas de 7.140,00 m² no estado do MA;
- Também foi destinada para a FUNAI área com 10.000,00m² para regularização fundiária de uma comunidade indígena Pankaru, composta por 30 famílias, em Muquém do São Francisco/BA; e, encaminhados ao INCRA processos de destinação de 4 áreas da União que representam 5,3 mil hectares, cujos processo foram encaminhados para titulação direta de 347 famílias de comunidades remanescentes de quilombos que vivem em áreas da União.

OBJETIVO: 0589 - Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Para a realização do objetivo: “Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social” tem-se a necessidade da incorporação de todos os agentes sociais no processo de construção de uma política urbana democrática e descentralizada, integrada e eficiente.

Nesse contexto, é importante o governo federal intervir para o alcance desse objetivo por meio da capacitação de agentes públicos e sociais para as políticas públicas urbanas integradas, o que constitui uma das tarefas importantes do Ministério das Cidades no processo de promoção do direito à cidade e da inclusão social.

Dessa forma, e tendo entre seus princípios e eixos de atuação a construção da igualdade e a melhoria da qualidade de vida nas cidades brasileiras, o Ministério das Cidades, por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC,

promove, coordena e apoia programas de desenvolvimento institucional e de capacitação técnica que tenham como objetivo não apenas atender requisitos de eficácia e eficiência na execução de programas e projetos, mas, principalmente, colaborar na construção de uma cidade democrática e com justiça social.

Na realização do objetivo verifica-se que a baixa capacidade técnica para a elaboração e gestão de projetos urbanos vêm impactando significativamente o desenvolvimento institucional dos municípios brasileiros. Fatos como a baixa execução orçamentária ou a imperícia na execução e monitoramento de obras e programas repercutem igualmente na efetividade das políticas e programas do Ministério das Cidades.

Para tanto, o governo federal vem atuando na capacitação de técnicos e agentes sociais para fortalecer a gestão urbana e territorial, por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades. Destaca-se, o lançamento do Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos, com o objetivo de fomentar entre os técnicos e gestores municipais um conjunto de conhecimentos gerais necessários para a gestão de projetos nas áreas do desenvolvimento urbano, por meio de uma metodologia estruturante, de forma a garantir a efetividade e aplicabilidade imediata de seus resultados.

Além disso, é expressiva a ampliação do número e do alcance nacional das capacitações em função da consolidação do Programa Nacional de Capacitação das Cidades, por meio do Portal Capacidades. No âmbito do PNCC, ocorreram 7.538 capacitações durante os anos de 2012 a 2013 e em 2014 ocorreram 4.922 capacitações. Dessa forma, tem-se um acumulado de 12.460 capacitações no período de vigência do Plano.

Em 2014, deu-se continuidade às atividades do Portal Capacidades, por meio da veiculação de 10 cursos à distância, e ao Programa de Apoio à Extensão Universitária – Proext, com a implementação de 19 projetos e 16 programas em parceria com instituições federais e estaduais para a capacitação de técnicos e gestores municipais. Dando continuidade ao Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos, foi realizada a etapa presencial na região nordeste com a promoção das oficinas sobre projetos urbanos nas áreas de Habitação; Saneamento; Transporte e Mobilidade Urbana; Acessibilidade e Regularização Fundiária, capacitando 91 pessoas.

Outro grande destaque deste objetivo se refere à organização da 5ª Conferência Nacional das Cidades. O Ministério das Cidades organizou em parceria com a CAIXA e governos estaduais, 25 seminários estaduais de Mobilização para a 5ª Conferência Nacional das Cidades. Os encontros foram coordenados por Conselheiros Nacionais do ConCidades e tiveram o objetivo de estimular a realização da Conferências Municipais das Cidades, evento que fortalece a participação social, além de estimular a criação de conselhos locais. Os seminários reuniram no total cerca de 3.000 participantes em 25 estados da federação: Acre, Pernambuco, Goiás, Amazonas, Maranhão, Paraná, Sergipe, Roraima, Santa Catarina, Bahia, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Piauí, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Ceará, Paraíba, Minas Gerais, Amapá, Tocantins, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Como resultado, foram realizadas Conferências Municipais e Estaduais das Cidades em diversas partes do país. As Conferências permitiram conhecer as realidades locais, estaduais e regionais dentro das especificidades socioterritoriais e propiciaram a articulação nacional de diversos segmentos da sociedade civil. Elas ocorreram previamente à 5ª Conferência Nacional das Cidades, que ocorreu entre os dias 20 e 24 de novembro de 2013, em Brasília. A Conferência Nacional tratou da Reforma Urbana e da criação de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, considerando os avanços, as dificuldades, os desafios e as propostas consolidadas nas conferências locais. No âmbito do ConCidades foi desenvolvida uma proposta para a criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, cujo texto aborda quatro grandes temas:

1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

O texto serviu de base para as discussões locais, onde foram apresentadas propostas de modificações e emendas. Além disso, as conferências locais discutiram e apresentaram propostas para as prioridades municipais e estaduais (incluindo o Distrito Federal), bem como para as prioridades do Ministério das Cidades no que se refere à Política de Desenvolvimento Urbano no período 2014-2016. O objetivo foi avaliar a prioridade que está sendo dada à política no

âmbito local, bem como avaliar se ações, programas e projetos eleitos como prioridades pelo Governo Federal no âmbito do Ministério das Cidades atendem às necessidades das políticas locais de desenvolvimento urbano.

Ainda no âmbito da 5ª Conferência foram eleitas as entidades para o 5º mandato do ConCidades com vigência de julho de 2014 a março de 2017.

Metas 2012-2015

• Apoiar a instituição e ações de Conselhos das Cidades nos Estados e nos Municípios brasileiros.

Análise Situacional da Meta

As Conferências das Cidades são os fóruns adequados para criação de conselhos locais. Dessa forma a Secretaria-Executiva do ConCidades organizou, em parceria com a CAIXA e governos estaduais, 25 seminários estaduais de mobilização para a 5ª Conferência Nacional das Cidades. Os encontros foram coordenados pelos Conselheiros Nacionais do ConCidades e tiveram o objetivo de estimular a realização da Conferências Municipais das Cidades, eventos que fortalecem a participação social além de estimularem a criação de conselhos locais. Os seminários reuniram no total cerca de 3.000 participantes nos seguintes estados da federação: Acre, Pernambuco, Goiás, Amazonas, Maranhão, Paraná, Sergipe, Roraima, Santa Catarina, Bahia, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Piauí, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Ceará, Paraíba, Minas Gerais, Amapá, Tocantins, Rio Grande do Sul e São Paulo. Ressaltamos que as informações aqui contidas são referentes ao ano de 2013, e não houve por parte desta Secretária nenhum evento a ser apoiado no ano de 2014.

• Capacitar técnicos e agentes sociais para fortalecer a gestão urbana e territorial por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades

Análise Situacional da Meta

Por meio do Portal Capacidades (www.capacidades.gov.br), e de sua plataforma virtual de cursos à distância foram realizadas as seguintes atividades EAD e presenciais no período de janeiro a dezembro de 2014, no âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades:

- Atividades EAD, por meio do Portal Capacidades:
 - Curso de autoinstrução Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário – 201 pessoas;
 - Curso de autoinstrução Instrumentos do Estatuto da Cidade – 273 pessoas;
 - Curso de autoinstrução Reabilitação Urbana com foco em Áreas Centrais – 312 pessoas;
 - Curso de autoinstrução Introdução à Coleta de Dados 2012 do SNIS - Água e Esgotos – 143 pessoas;
 - Curso de autoinstrução Planos de Saneamento Básico – 560 pessoas;
 - Curso Moderado de Introdução ao Estudo do SNIS - Série Histórica – 106 pessoas;
 - Curso Moderado – Formação de Multiplicadores em Política e Gestão de Serviços de Saneamento Básico – 5 pessoas.
- 1ª Etapa do Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos:
 - Curso I – O Ministério das Cidades: estruturas e políticas sob sua responsabilidade – 489 pessoas;
 - Curso II – Projetos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – 298 pessoas;
 - Curso III – Operações decorrentes de financiamentos – 225 pessoas;
 - Curso IV – Projetos no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – 387 pessoas; Curso V – Transferências voluntárias – 263 pessoas.
- 2ª Etapa do Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos: Oficinas presenciais na Região Nordeste, João Pessoa/PB: 91 pessoas.
- Atividades de capacitação presenciais realizadas com o apoio do Instituto Lincoln, Fundação VALE, e/ou CAIXA:
 - Seminário de Sensibilização para a Política e o Plano de Mobilidade Urbana (Curitiba/PR) – 78 pessoas;
 - Seminários Regionais Planos Municipais de Saneamento Básico (Goiânia/GO, Salvador/BA, Porto Velho/RO, Porto Alegre/RS) – 408 pessoas;
 - Seminários Regionais do Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab (Rio de Janeiro/RJ e Brasília/DF) – 267 pessoas;

- Curso Plano de Mobilidade Urbana (Parauapebas/PA) – 50 pessoas;
- Seminário Regional Norte Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM) - Macapá/AP – 180 pessoas.
- XI Congresso de Cadastro Técnico Multifinalitário e Gestão Territorial (Florianópolis/SC) – 250 pessoas.

Assim, no ano de 2014, por meio do Portal Capacidades no âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades, ocorreram 4.922 capacitações, e nos anos de 2012 a 2013, ocorreram mais 7.538 capacitações. Dessa forma, tem-se um acumulado de 12.460 capacitações no período de vigência do Plano.

Portanto, verifica-se uma ampliação do número de pessoas capacitadas, tendo em vista o lançamento do Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos com cursos de autoinstrução e também maior número de ofertas de cursos moderados (com tutoria) e cursos de autoinstrução realizados pelo Portal Capacidades nos anos de 2013 e 2014.

Para o ano de 2015, tem-se a previsão de 320 capacitações na continuidade do Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos, com a implantação das etapas subsequentes em 4 (quatro) cursos e oficinas regionais, sobre projetos urbanos nas áreas de Habitação; Saneamento; Transporte e Mobilidade Urbana; Acessibilidade e Regularização Fundiária.

Ainda em 2015, se dará continuidade às atividades do Portal Capacidades, por meio da veiculação de 10 cursos a distância, e ao Programa de Apoio à Extensão Universitária – Proext, com a implementação de 16 projetos e 11 programas em parceria com instituições federais e estaduais para a capacitação de técnicos e gestores municipais. Deste modo, resulta para os técnicos e gestores municipais um conjunto de conhecimentos gerais necessários para a gestão de projetos nas áreas do desenvolvimento urbano, por meio de uma metodologia estruturante, de forma a garantir a efetividade e aplicabilidade na elaboração e gestão de projetos urbanos na execução e monitoramento de obras e programas das políticas e programas do Ministério das Cidades.

- **Fomentar a estruturação de Cadastros Territoriais Multifinalitários e o uso e disseminação de geotecnologias voltadas para o planejamento e desenvolvimento urbano**

Análise Situacional da Meta

No Portal Capacidades (www.capacidades.gov.br), ambiente virtual que mantém uma agenda integrada de informações e atividades do PNCC, tais como biblioteca e videoteca virtuais, bate-papos com especialistas, blogs e fóruns temáticos, e uma plataforma virtual de cursos a distância, foram realizadas as seguintes atividades no ano de 2014: 4 edições do Curso EAD de autoinstrução - Diretrizes para o Cadastro Territorial, capacitando 201 pessoas e Seminário Regional Norte Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM) – Macapá/AP, capacitando 180 pessoas. No ano de 2013: 2º Curso a Distância de Autoinstrução - Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário e o 3º Curso a Distância Moderado: Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário, capacitando, no ano de 2013, 265 pessoas por meio do Portal Capacidades. No ano de 2012 foram capacitadas outras 66 pessoas, acumulando um total de 712 pessoas certificadas já capacitadas para estruturação de Cadastros Territoriais Multifinalitários e uso e disseminação de geotecnologias no período de vigência do Plano.

- **Fortalecer e aprimorar o Sistema Nacional de Informações das Cidades (SNIC)**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Nacional de Informações das Cidades (SNIC) foi desenvolvido pelo Ministério das Cidades com objetivo de atender às necessidades de planejamento e gestão do Governo Federal e, principalmente, de disponibilizar para as administrações municipais e para a população em geral informações sobre as cidades brasileiras e ferramentas de apoio à gestão municipal. Voltado para permitir o controle da aplicação dos recursos públicos e apoiar o planejamento do Ministério das Cidades e das prefeituras brasileiras, o SNIC reúne em uma única base dados e informações de diversas fontes, como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), do Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (Datusus), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entre outras, totalizando mais de 1.200 indicadores para cada

município brasileiro, cujas informações são constantemente atualizadas, no qual o Sistema é mantido.

Em 2013 foi realizada a aquisição de imagens de satélite do município de Itaquitinga – PE e no ano de 2012 foram realizadas duas edições do Curso “Brasil em Cidades – Sistema Nacional de Informações das Cidades”. Em 2014 deu-se continuidade à doação de imagens de satélite e no segundo semestre de 2014 está prevista uma atualização do Sistema. Durante o 2º semestre de 2014, foi iniciado um processo de negociação com a FUNCATE para atualização do sistema e instituída uma sala de situação no Departamento de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano/SNAPU.

• **Manter o Conselho Nacional das Cidades e amparar outras ações de participação social relevantes ao desenvolvimento urbano e sustentável**

Análise Situacional da Meta

O Conselho das Cidades se encontra em pleno funcionamento, sendo que no ano de 2012 foram realizadas 4 Reuniões Ordinárias do ConCidades, 5 Reuniões da Coordenação Executiva do ConCidades, 3 Reuniões da Coordenação Executiva da 5ª Conferência Nacional das Cidades (CNC) e 3 Reuniões da Comissão de Mobilização. No ano de 2013 foram realizadas 3 reuniões ordinárias do ConCidades, 4 Reuniões da Coordenação Executiva do ConCidades e 8 Reuniões da Coordenação-Executiva da 5ª CNC. Destaca-se a realização da 5ª Conferência Nacional das Cidades. Ocorreu entre os dias 20 e 24 de novembro de 2013 em Brasília e teve como tema “Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já!”. A conferência debateu sobre os avanços, as dificuldades, os desafios e as propostas consolidadas nas Conferências estaduais. As Conferências municipais, estaduais e a nacional permitiram conhecer as realidades locais, estaduais e regionais dentro das especificidades socioterritoriais e propiciaram a articulação nacional de diversos segmentos da sociedade civil.

Em 2014, o Conselho realizou Reuniões Ordinárias e 1 Extraordinária do ConCidades, 2 reuniões de sua Coordenação-Executiva, e 1 reunião da Coordenação-Executiva da 5ª Conferência Nacional das Cidades. Os membros eleitos na 5ª Conferência Nacional das Cidades eleitos tomaram posse, no dia 23 de julho, durante a 41ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades, do 5º mandato do ConCidades. A 42ª Reunião do ConCidades aconteceu entre os dias 29 e 31/10/2014. Nessa reunião foi aprovada Resolução Administrativa nº 31. A reunião teve como ponto de pauta o seguinte: “Desafios e perspectivas para o desenvolvimento urbano após o processo eleitoral”. Esse tema de conjuntura contou com a participação do Ministro Gilberto Carvalho da Secretaria Geral da Presidência da República.

A 43ª Reunião do ConCidades foi realizada entre os dias 01 e 03/12/2014. Nessa reunião foram aprovadas as seguintes resoluções: Resolução Normativa nº 18 e a Resolução Recomendada nº 172. O tema de conjuntura dessa reunião foi a Estratégia de Desenvolvimento Nacional e o PPA.

Durante o ano de 2014 foram realizadas quatro reuniões da Coordenação Executiva do Conselho, que dentre outras atribuições prepara a pauta das Reuniões do ConCidades. Também foi realizada uma reunião da Coordenação Executiva da 5ª Conferência Nacional das Cidades - CNC, para poder avaliar e dar encaminhamento às discussões/propostas da 5ª CNC. Somando-se a essas, foi realizada uma reunião Extraordinária do Comitê de Acessibilidade e Programas Urbanos.

Além disso, destacam-se algumas resoluções discutidas/aprovadas nas Reuniões do ConCidades, no período de 2012-2014:

- aprovação da proposta de Plano Nacional de Resíduos Sólidos;
- aprovação do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB;
- proposta de constituição de um Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da Implementação do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB;
- recomendação para realização de seminários regionais no ano de 2012 e 2013 para debater a Lei nº 12.587/2012, com ênfase no conceito da Política Nacional de Mobilidade Urbana e do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana, nas atribuições de cada ente federado, nos direitos dos usuários, estimulando, inclusive, o desenvolvimento do planejamento de mobilidade urbana pelos Estados e Municípios brasileiros;
- recomendação de utilização de energia solar fotovoltaica em empreendimentos e unidades habitacionais do Programa

Minha, Casa Minha Vida;

- recomendação de normatização do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, criando modalidade para a realização de estudos preliminares em terrenos indicados pela Entidade Organizadora para o programa;
- recomendação para que o Ministério das Cidades desenvolva nova metodologia participativa na definição de Programa Nacional de Regularização Fundiária, envolvendo: definição de objetivos e estratégias de sua implementação; estabelecimento de critérios para aplicação dos recursos; definição das localidades; sistemática de monitoramento e processo participativo na integralidade do programa;
- recomendação para realização de seminários regionais para a capacitação na elaboração de planos municipais de saneamento;
- recomendando a destinação de recursos para equipamentos públicos no programa Minha Casa Minha Vida Entidades, no sentido de prover ao FDS as mesmas regras que gozam os empreendimentos do FAR;
- recomendação da reabertura de processo de seleção pública para Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários e Assistência Técnica no âmbito do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

OBJETIVO: 1003 - Promover a acessibilidade universal em áreas urbanas e edificações, eliminando barreiras arquitetônicas e urbanísticas, como forma de garantir o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

A promoção da acessibilidade visando efetivar o acesso à cidade em condições isonômicas a todas as pessoas vem sendo construída ao longo desse último PPA com ações voltadas para a elaboração de projetos e execução de obras, seminários e parcerias.

Ao longo de 2013, foram apoiados oito projetos oriundos de seleção pública realizada em dezembro de 2012, com vistas à elaboração de projetos de acessibilidade nas áreas de entorno do PAC Mobilidade Grandes Cidades, beneficiando seis municípios. Também foram contratados 27 projetos/obras de acessibilidade com recursos oriundos de emendas parlamentares em municípios nos estados de AC, BA, CE, GO, MS, PR, RJ, SC, SP e TO.

No ano de 2014, a ação de acessibilidade voltou-se para a contratação de propostas para elaboração de projetos e execução de obras de acessibilidade, a realização de seminários e de cursos à Distância, bem como a continuidade com o trabalho em parceria com outras instituições da federação.

Foram selecionados 37 projetos e/ou obras de acessibilidade, com recursos oriundos de emendas parlamentares, para investimento em municípios nos estados de AL, BA, CE, GO, MG, PA, PE, PR, RJ, RN, RS, SP e TO. Foi divulgado no SICONV o edital de seleção de projetos (arquitetônicos e de engenharia) para calçadas e espaços públicos visando promover condições de acessibilidade prioritariamente em áreas contíguas às obras do PAC 2 – Mobilidade Médias e Grandes Cidades e Capitais de Estado, no qual foram classificadas 44 propostas, que deverão ser objeto de contratação em 2015.

Foram concluídas as atividades de Grupo de Trabalho instituído em 2013 (Portaria nº 450 de 02/10/2013) com intuito de analisar as normas de acessibilidade em projetos e obras financiadas com recursos públicos no âmbito do Ministério das Cidades.

Foi assinado Acordo de Cooperação Técnica com a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (Abea), com vistas ao desenvolvimento de atividades de capacitação para incorporação do tema da acessibilidade em projetos e obras de arquitetura e urbanismo. No âmbito desse acordo, foi realizado, em setembro de 2014 na cidade de São Paulo (SP), um Seminário Técnico sobre Acessibilidade em Projetos de Arquitetura e Urbanismo. Deste seminário foram retirados subsídios para elaboração do check list de acessibilidade e para elaboração de curso EAD Acessibilidade em Projetos e Obras de Arquitetura e Urbanismo.

O Ministério das Cidades apresentou-se na Feira para Reabilitação, Inclusão, Acessibilidade e Esportes Adaptados -

REATECH, manteve representações no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE, Conselho Nacional do Direito do Idoso - CNDI - e no Grupo de Trabalho Interministerial Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo. Ainda, o Ministério das Cidades mantém suas parcerias com instituições governamentais, em especial Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Casa Civil, Ministério do Turismo, Caixa Econômica Federal.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a implantação de 8000 km de calçadas acessíveis em municípios com mais de 20.000 habitantes visando à remoção de barreiras urbanísticas e arquitetônicas e a garantia da acessibilidade universal para pessoas com restrição de mobilidade e deficiência.**

Análise Situacional da Meta

Em julho de 2014 foi divulgado no SICONV o edital de seleção de projetos (arquitetônicos e de engenharia) para calçadas e espaços públicos visando promover condições de acessibilidade prioritariamente em áreas contíguas às obras do PAC 2 – Mobilidade Médias e Grandes Cidades e Capitais de Estado. Após análise técnica da equipe do DEAP/SNAPU, 44 propostas foram selecionadas. Existe a intenção de aproveitar esta seleção para contratação no exercício de 2015.

No primeiro semestre de 2014 foram selecionados 37 projetos e/ou obras de acessibilidade, totalizando R\$ 12,8 milhões em repasse, com recursos oriundos de emendas parlamentares, para investimento em municípios nos estados de AL, BA, CE, GO, MG, PA, PE, PR, RJ, RN, RS, SP e TO. Estima-se que, como este investimento das emendas parlamentares, será possível a execução de obras para produção de aproximadamente 60 Km de calçadas acessíveis. Em fevereiro de 2014 foi concluído o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 450 de 02/10/2013, com intuito de analisar as normas de acessibilidade em projetos e obras financiadas com recursos públicos no âmbito do Ministério das Cidades. A criação deste GT foi decorrência de demanda proveniente da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal. O relatório sugere: 1. Elaboração de curso sobre acessibilidade em obras financiadas com recursos do MCidades; 2. Exigência de itens de acessibilidade (check list) nos Registros e Anotações de Responsabilidade Técnica (RRT e ART); 3. Laudo de Acessibilidade na Prestação de Contas de obras realizadas com recursos públicos.

Para levar a termo as sugestões do relatório, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica com a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (Abea), com vistas ao desenvolvimento de atividades de capacitação para incorporação do tema da acessibilidade em projetos e obras de arquitetura e urbanismo. No âmbito desse acordo, foi realizado, em setembro de 2014 na cidade de São Paulo (SP), um Seminário Técnico sobre Acessibilidade em Projetos de Arquitetura e Urbanismo. Este evento contou também com apoio da Prefeitura Municipal de São Paulo, da Caixa Econômica Federal. Deste seminário foram retirados subsídios para elaboração do check list de acessibilidade e para elaboração de curso EAD “Acessibilidade em Projetos e Obras de Arquitetura e Urbanismo”, que será ofertado pelo Portal Capacidades em 4 turmas ao longo de 2015.

O Ministério das Cidades, por meio do DEAP/SNAPU, apresentou-se novamente na Feira para Reabilitação, Inclusão, Acessibilidade e Esportes Adaptados - REATECH, manteve representações no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE, Conselho Nacional do Direito do Idoso - CNDI - e no Grupo de Trabalho Interministerial Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo.

Ainda, o Ministério das Cidades mantém suas parcerias com instituições governamentais, em especial Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Casa Civil, Ministério do Turismo, Caixa Econômica Federal. Em 2013 a meta alcançada foi de 130 Km de calçadas acessíveis.

Em relação às propostas oriundas da Sistemática 2014, estima-se que serão projetados 830 Km de calçadas acessíveis.

Quantidade alcançada

867

Data de Referência

21/01/2015

PROGRAMA: 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte individual motorizado	%	01/01/2010	28,96	31/12/2010	28,96
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte não motorizado	%	01/01/2010	6,07	31/12/2010	6,07
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte público	%	01/01/2010	64,98	31/12/2010	64,98
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte individual motorizado	%	01/01/2010	38,93	31/12/2010	38,93
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte não motorizado	%	01/01/2010	25,17	31/12/2010	25,17
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte público	%	01/01/2010	35,89	31/12/2010	35,89
Índice de mobilidade	viagens ao dia/habitante	01/01/2009	1,59	31/12/2012	1,76
Índice de vítimas de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	333,1	-	-
Índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	20,18	31/12/2013	20,12
Tempo médio de viagem no sistema de transporte individual motorizado em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	15	31/12/2012	15
Tempo médio de viagem no sistema de transporte não-motorizado em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	16	31/12/2012	16
Tempo médio de viagem no sistema de transporte público coletivo em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	36	31/12/2012	36
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades acima de 1 milhão de habitantes	minuto	31/12/2009	26	31/12/2011	26
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 100 mil e 250 mil habitantes	minuto	31/12/2009	15	31/12/2011	15
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 250 mil e 500 mil habitantes	minuto	31/12/2009	17	31/12/2011	16
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 500 mil e 1 milhão de habitantes	minuto	31/12/2009	19	31/12/2011	19
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 60 mil e 100 mil habitantes	minuto	31/12/2009	15	31/12/2011	15

Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	22	31/12/2011	21
---	--------	------------	----	------------	----

Observações:

- Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte individual motorizado - Pesquisa não foi repetida.
- Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte não motorizado - Pesquisa não foi repetida.
- Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte público - Pesquisa não foi repetida.
- Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte individual motorizado - Pesquisa não foi repetida.
- Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte não motorizado - Pesquisa não foi repetida.
- Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte público - Pesquisa não foi repetida.
- Índice de vítimas de acidentes de trânsito - Mudanças metodológicas têm dificultado a coleta e divulgação deste dado.
- Índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito - DATASUS: Dados preliminares de 2013: Vítimas de acidentes de transporte terrestre: 40.451
- IBGE: Projeção população: 201.054.500
- Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades acima de 1 milhão de habitantes - Não foi publicada atualização do indicador para 2012.
- Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 100 mil e 250 mil habitantes - Não foi publicada atualização do indicador para 2012.
- Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 250 mil e 500 mil habitantes - Não foi publicada atualização do indicador para 2012.
- Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 500 mil e 1 milhão de habitantes - Não foi publicada atualização do indicador para 2012.
- Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 60 mil e 100 mil habitantes - Não foi publicada atualização do indicador para 2012.
- Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades maiores de 60 mil habitantes - Não foi publicada atualização do indicador para 2012.

OBJETIVO: 0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

A consecução deste Objetivo teve início com a seleção pública de propostas inscritas no PAC Mobilidade Grandes Cidades, concluída em abril de 2012, quando começaram as contratações, atingindo, em 2013, mais de 31% do total selecionado, ampliado para quase 50% até o final de 2014. O total selecionado foi de R\$ 22,431 bilhões (OGU 10,208 e FIN 12,163).

Os valores de investimentos, incluindo as contrapartidas dos demais partícipes, são da ordem de R\$ 32,488 bilhões; as fontes de recursos são o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, outras fontes de financiamento como do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o Orçamento Geral da União - OGU.

O recorte populacional desta seleção considerou cidades com população superior a 700 mil habitantes, bem como municípios integrantes das regiões metropolitanas, com vistas a requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Com vistas a suprir a carência de projetos qualificados na área de mobilidade urbana, o Governo Federal disponibilizou no PAC Mobilidade Grandes Cidades recursos orçamentários inclusive para elaboração de estudos e projetos.

A seleção beneficiou 51 municípios, entre os quais, as regiões metropolitanas de Salvador/BA, Fortaleza/CE, Brasília/DF, Belo Horizonte/MG, Recife/PE, Curitiba/PR, Rio de Janeiro/RJ, Porto Alegre/RS, São Paulo/SP, Manaus/AM, Goiânia/GO, São Luís/MA, Belém/PA, Campinas/SP, Guarulhos/SP, Maceió/AL, Campo Grande/MS, João

Pessoa/PB, Teresina/PI, Natal/RN, Nova Iguaçu/RJ e São Bernardo do Campo/SP.

Visando atender à crescente demanda por melhorias da mobilidade urbana nas cidades brasileiras, a partir de junho de 2013 foi dado início à nova pactuação, com proposições do governo federal ao Pacto pela Mobilidade colocando mais recursos para investimentos em transporte público coletivo urbano, com estimativa inicial de R\$ 50 bilhões, incluindo também recursos para elaboração de Estudos de Viabilidade Técnico- Econômica – EVTE e projetos. Estes empreendimentos serão denominados aqui como pertencentes ao Pacto pela Mobilidade.

Na primeira fase de pactuação foram beneficiados os maiores municípios brasileiros, principalmente aqueles com mais de 700 mil habitantes, e as oito maiores regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador e Curitiba, acrescentando maior disponibilização de recursos a estes municípios já selecionados no PAC Mobilidade Grandes Cidades.

A partir de abril de 2014, na segunda parte das pactuações do Pacto pela Mobilidade, foi expandida a consulta de interesse aos municípios com população entre 400 mil e 700 mil habitantes a investir em mobilidade urbana, adicionando possibilidade de acesso desta faixa populacional aos recursos vinculados ao denominado Pacto pela Mobilidade.

Em todas estas seleções os integrantes de regiões metropolitanas puderam apresentar propostas.

Essas pactuações de investimentos em infraestrutura de mobilidade urbana do Pacto pela Mobilidade estão sendo realizadas observando, conforme anúncio inicial, as seguintes características:

- destinação para empreendimentos de transporte público coletivo urbano;
- priorização para transporte de alta e média capacidade e que atendam áreas com população de baixa renda;
- integração da intervenção proposta com:
 - empreendimentos já existentes ou em execução;
 - integração entre modos e serviços de transporte coletivo;
- foco em empreendimentos que:
 - atendam à demanda imediata;
 - apresentem soluções de caráter metropolitano.

Neste sentido, até o final de 2014, foram destinados recursos novos que totalizam R\$ 32 bilhões para atendimento de demandas de mobilidade urbana provenientes de municípios e estados, de fontes de recurso de financiamento e do OGU. No total a pactuação inclui propostas de municípios dos estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins.

No âmbito do PAC tem-se também a categoria PAC Mobilidade Médias Cidades no qual foram selecionados, em 2013, empreendimentos de sistemas de mobilidade urbana para cidades entre 250 a 700 mil habitantes, exclusivamente com recursos de financiamento, do PRÓ-TRANSPORTE e de outras fontes de financiamento, com previsão de contratações no valor total de R\$ 7,032 bilhões, sem considerar os valores de contrapartidas. Em 2014 foi dada continuidade à assinatura dos contratos de financiamento desta seleção.

Também contribuíram para realização deste Objetivo as empresas Trensurb e CBTU que operam os sistemas metroviários e de trens urbanos de Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte, Maceió, João Pessoa e Natal, expandindo e modernizando seus sistemas e ampliando o número de passageiros transportados. Com o PAC Equipamentos em 2012 e em 2014 com a entrada dos sistemas de Natal, João Pessoa e Maceió no PAC Grandes Cidades, tornou-se possível

viabilizar seus Projetos de Modernização. Em 2014 foram entregues em Natal as 2 locomotivas contratadas e os 3 primeiros VLTs dos 12 contratados, e para João Pessoa 2 VLTs da frota de 8 previstos. Em Fortaleza, a Linha Sul do Metrô, no trecho Vila das Flores – João Felipe, está em operação assistida. Em Recife, 15 novos trens foram entregues (TUEs) para a CBTU, reforçando o sistema metroviário, que segue entregando novas estações e terminais de integração. Para BH, estão sendo fabricados mais 10 TUEs, para a Linha 1, sendo o 1º entregue em outubro de 2014, com previsão de início da operação em janeiro/2015. Com relação à Região Metropolitana de Porto Alegre, operada pela Trensurb, as melhorias ocorreram pela expansão do sistema de trens urbanos de passageiros até o município de Novo Hamburgo e também pela implantação do sistema Aeromóvel, que liga a estação Aeroporto da Trensurb ao Aeroporto Internacional Salgado Filho. Em Porto Alegre, pela Trensurb, também estão sendo adquiridos 60 modernos carros de passageiros para renovação da frota atual, quatorze composições foram entregues até dezembro de 2014.

REALIZAÇÕES EM 2014

O total de contratações formalizadas até 31 de dezembro de 2014 no PAC Mobilidade Grandes Cidades foi de R\$ 10,905 bilhões, sendo R\$ 5,635 bilhões de OGU e R\$ 5,270 bilhões de FIN, considerando somente os recursos disponibilizados pelo Governo Federal. Estes valores, acrescidos às contrapartidas dos proponentes Estados e Municípios, chegam a R\$ 14,228 bilhões até esta data, com um total de 44 instrumentos formalizados.

As principais realizações em 2014, no que se refere ao PAC Mobilidade Grandes Cidades, foram a assinatura de oito termos de compromissos com valor de repasse de R\$ 1,969 bilhões e de sete contratos de financiamento, cujo somatório de valores de empréstimo é de R\$ 1,836 bilhões.

No ano de 2014, no âmbito do Pacto pela Mobilidade foram contratados empreendimentos que totalizam R\$ 5,950 bilhões, cumulativamente com 2013 tem-se R\$ 7,990 bilhões, com recursos do OGU. Estes empreendimentos, considerando as contrapartidas dos entes federados, alcançam R\$ 8,306 bilhões contratados.

De forma complementar informa-se que foi empenhado o valor de R\$ 1,211 bilhões e efetuou-se o pagamento de R\$ 418,903 milhões de serviços medidos, de recursos do OGU, em 2014, referentes aos empreendimentos que compõem este Objetivo.

Os recursos empenhados em 2014 referem-se a 99 empreendimentos apresentados a seguir em porcentagem por regiões brasileiras:

Centro Oeste: 1,15% Nordeste: 58,88% Norte: 10,51% Sudeste: 27,30% Sul: 2,16%

O PAC Mobilidade Médias Cidades teve concluída a fase de seleção em 5 de março de 2013, quando foram selecionadas 62 propostas (63 empreendimentos) beneficiando 59 municípios.

Até 31/12/2014, 42 (quarenta e dois) contratos de financiamento do PAC Mobilidade Médias Cidades foram assinados no valor de R\$ 5,510 bilhões de empréstimo, que, somado às contrapartidas dos tomadores, atinge R\$ 6,666 bilhões de valor de investimento.

Ressalta-se que, de uma forma geral, o alcance das metas está relacionado diretamente ao desempenho dos entes federados neste processo de contratação. Sistemas viários mais complexos, como o metroviário, para serem implantados necessitam de arranjos e de parcerias, envolvendo diversas fontes de recursos, aliado ao fato de que o proponente, tomador dos recursos, é também gestor da operação dos sistemas, que envolvem obras de engenharia, cujo prazo de

execução, em muitos casos, é superior a 36 (trinta e seis) meses.

Uma das novidades destes empreendimentos do PAC na área de mobilidade urbana é o interesse de alguns proponentes em utilizarem Parcerias Público Privadas - PPPs nas suas licitações e contratações, incluindo recursos da União na fase preliminar, cuja forma de implementação requer mecanismos novos de execução e controle.

Esses empreendimentos de mobilidade urbana visam a melhoria do transporte público coletivo urbano e intermunicipal/interestadual de caráter urbano, com consequente melhoria da qualidade de vida da população diretamente beneficiada por estes investimentos, conforme preconiza a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Com relação aos sistemas da CBTU, os cinco sistemas operados - Recife, Belo Horizonte, Maceió, João Pessoa e Natal - transportaram até dezembro de 2014 uma média mensal de 15,0 milhões de passageiros, o que significou um aumento de 5,9% em comparação ao resultado no ano anterior. A média mensal de 596,4 mil passageiros por dia útil foi 5,6% maior do que a média apurada em 2013.

Com relação à Trensurb, foram transportados 58.792.721 passageiros até 31/12/2014, com uma média dia útil de 191.251 passageiros.

Metas 2012-2015

• Aumentar a demanda transportada por dia útil nos sistemas metro ferroviários sob a gestão do governo federal **Análise Situacional da Meta**

Os cinco sistemas operados pela CBTU - Recife, Belo Horizonte, Maceió, João Pessoa e Natal - transportaram até dezembro de 2014 uma média mensal de 15,0 milhões de passageiros, o que significou um aumento de 5,9% em comparação ao resultado no ano anterior. A média mensal de 596,4 mil passageiros por dia útil foi 5,6% maior do que a média apurada em 2013. Considerando todos os sistemas da CBTU, o índice médio mensal de regularidade atingiu no ano 95,0%, e de pontualidade 88,6%, não apresentando variação expressiva se comparado ao resultado de 2013.

Com relação à pontualidade, o índice alcançou a média mensal de 88,6%, não apresentando variação comparada ao resultado de 2013. A partir de 2009, a aquisição de novos materiais rodantes (Locomotiva, TUE e VLT), vem contribuindo para o crescimento constante dos índices anuais alcançados de demanda, nos sistemas da CBTU, continuando nos próximos anos após a efetiva conclusão de obras de modernização de todo o sistema. Já foi percebido em Natal um significativo aumento no mês de dezembro, com a entrada em operação de locomotivas e VLTs. Na CBTU, investimentos têm sido realizados ao longo dos anos com a finalidade de se aumentar a demanda transportada por dia útil nos sistemas metroferroviário sob a gestão do governo federal.

Com relação aos sistemas operados pela Trensurb em Porto Alegre e região metropolitana, em 2014, houve um aumento do número de passageiros transportados em relação ao exercício de 2013. Isto se deve a ações na operação dos sistemas realizadas pela Trensurb com relação à implantação da bilhetagem eletrônica, ajustes na grade horária, a entrada em operação comercial das cinco novas estações e a entrada em operação do sistema Aeromóvel. Em 2014, foram transportados 58.792.721 passageiros, um percentual de 8,07% superior a demanda de passageiros transportados em 2013.

Com relação à Iniciativa 283 de implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos da Ação 14TT, no primeiro semestre de 2014, os projetos contratados em 2013, que tiveram seus empenhos inscritos em restos a pagar, seguem com sua execução em andamento. O contrato firmado com a STEMAC

S/A, contempla a substituição de 20 grupos geradores diesel (GGD's) sendo que a fase de instalação já está concluída, restando ainda a instalação do software de supervisão que tornará possível o controle das falhas do equipamento direto do centro de controle operacional - CCO. A cobertura e iluminação da passarela de pedestres da estação Esteio, o contrato encontra-se em fase final, aguardando apenas o termo de encerramento definitivo da obra, que deve ser dar até a primeira metade do semestre de 2015.

Quanto aos projetos a serem realizados com em 2014, foi dada prioridade à contratação de serviços de engenharia para a modernização da prensa de eixamento de rodeiros, utilizada para retirada e colocação do eixo do trem no setor de oficinas.

Complementando as informações com relação à Iniciativa 0283, nas ações sob responsabilidade da CBTU tem-se que em Natal foi contratado: aquisição de projetos complementares de engenharia e redimensionamento de instalações prediais, aquisição de tampa para turboalimentador, recuperação de 2 dois turbo superalimentadores, aquisição de insumos para locomotivas, aquisição de caixas de engrenagem, recuperação de mancais de locos, aquisição de peças para locos e carros de passageiros, recuperação de motores de tração, aquisição de truque/troller, entre outros que totalizaram empenhos de R\$3.067.741,58.

Em João Pessoa foi contratado: aquisição de caminhão caçamba rodoferroviário, aquisição de retroescavadeira motor diesel, aquisição de turboalimentador, recuperação de motores de tração, recuperação de engates e aparelhos de choque tração que totalizaram empenhos de R\$1.894.134,98.

Em Maceió foram feitas as contratações: reforma prédio anexo, construção do refeitório, construção de novo posto de abastecimento, aquisição de pedra britada, remodelação de trecho da via permanente, aquisição de serviço de ultrassom de solda aluminotérmica e aquisição de container habitável que totalizaram empenhos de R\$2.340.897,14.

A quantidade total alcançada 787.604 refere-se ao somatório dos dados dos sistemas da CBTU e da Trensurb.

Quantidade alcançada

787.604

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Belo Horizonte	230.000	peessoas/dia	216.527	01/01/2015
Fortaleza	190.000	peessoas/dia	0	01/01/2015
João Pessoa	33.000	peessoas/dia	5.562	01/01/2015
Maceió	40.000	peessoas/dia	9.550	01/01/2015
Natal	61.000	peessoas/dia	6.026	01/01/2015
Porto Alegre	283.236	peessoas/dia	191.251	01/01/2015
Recife	420.000	peessoas/dia	358.688	01/01/2015
Salvador	200.000	peessoas/dia	0	01/01/2015

- **Investir R\$22,4 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos com população superior a 700 mil habitantes de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível**

Análise Situacional da Meta

Especificamente nesta meta, de forma cumulativa, considerando 2012, 2013 e 2014, atinge-se, até 31 de dezembro de 2014, 29 (vinte e nove) termos de compromisso assinados com recursos do OGU do PAC Mobilidade Grandes Cidades perfazendo em valores de repasse R\$ 5,918 bilhões (R\$ 2,252 bilhões em 2014) e 16 contratos de financiamento com recursos do FGTS, pactuados no Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE, e com recursos do BNDES, no valor de empréstimo de R\$ 5,270 bilhões (R\$ 1,836 bilhão em 2014).

Assim, no cômputo geral, no PAC Mobilidade Grandes Cidades tem-se R\$ 4,088 bilhões contratados em 2014, incluindo as demais contratações do Pacto pela Mobilidade, neste ano, em cidades com população superior a 700 mil habitantes, acresce R\$ 5,337 bilhões de valor de repasse contratado, perfazendo R\$ 9,425 bilhões.

O valor das contratações, incluindo OGU e FIN, PAC Mobilidade Grandes Cidades, Pacto pela Mobilidade e PAC Mobilidade Urbana, somando 2012, 2013 e 2014, é de R\$ 19,96 bilhões, em valores de empréstimo e repasse e, em valores de investimento, R\$ 23,340 bilhões, incluindo as contrapartidas dos entes federados, abrangendo:

PAC Mobilidade Grandes Cidades e PAC Mobilidade Urbana (Extra Pauta): Elaboração de projetos de:

- Corredores e BRTs em Campo Grande, Campinas, Belém, Recife, Teresina, João Pessoa, Natal;
- VLT em Maceió;
- Metrô em Belo Horizonte;
- Trem Urbano em Teresina.

Entre as obras contratadas com recursos do OGU tem-se:

- Metrô em Fortaleza, Salvador e Brasília;
- BRT em Fortaleza, Salvador, Recife, Goiânia e Campinas;
- Corredor de ônibus em Manaus, São Bernardo do Campo, São Paulo, Guarulhos, Recife, João Pessoa e Brasília;
- Transporte fluvial em Recife;
- VLT no Rio de Janeiro;
- Qualificação de vias em Teresina, Belém.

Por outro lado, os contratos de financiamento assinados são de:

- BRT em Brasília, Goiânia e Campinas;
- BRT e Corredor em Belém;
- BRT Transbrasil Rio de Janeiro;
- Metrô em Fortaleza e Salvador;
- Corredores em Belo Horizonte, Manaus Teresina, João Pessoa, Guarulhos, São Bernardo do Campo, Brasília e Campo Grande.

Pacto pela Mobilidade:

Para elaboração de estudos e projetos: Teresina, São Gonçalo, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul.

Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica – EVTE : Teresina, Duque de Caxias, Campinas e Corredores e terminais em São Paulo.

Entre obras contratadas pelo Pacto pela Mobilidade (recursos do OGU) tem-se:

- Metrô e BRT em Curitiba;
- Corredores de ônibus em São Paulo, Goiânia, Teresina e Curitiba;
- VLT e Centro de Controle Operacional em Teresina.

Os demais proponentes devem efetuar a entrega da documentação técnica institucional e jurídica à Mandatária da União, Caixa Econômica Federal – CAIXA para assinatura dos Termos de Compromisso com recursos do OGU e aos

Agentes Financeiros visando efetivar as contratações das operações de crédito dos empreendimentos selecionados.

À medida que estão sendo habilitados passam a assinar os termos de compromisso e os contratos de financiamento possibilitando o início das obras de infraestrutura de mobilidade urbana selecionadas.

No preenchimento da meta foram consideradas as contratações formalizadas, com valores de repasse e de empréstimo.

Conforme apresentado a meta de investir R\$ 22,4 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos com população superior a 700 mil habitantes de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível atingiu 89,11% de execução.

Quantidade alcançada

19,96

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Municípios entre 1 e 3 milhões de habitantes	1,7	R\$ bilhão	1,62	31/12/2014
Municípios entre 700 mil e 1 milhão de habitantes	2,2	R\$ bilhão	1,04	31/12/2014
Municípios-sede de Regiões Metropolitanas acima de 3 milhões de habitantes e Distrito Federal.	18,5	R\$ bilhão	17,3	31/12/2014

- **Investir R\$ 7 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos com população entre 250 a 700 mil habitantes de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível**

Análise Situacional da Meta

A realização desta meta está vinculada ao PAC Mobilidade Médias Cidades que se refere a empreendimentos de sistemas de mobilidade urbana selecionados para cidades entre 250 e 700 mil habitantes, exclusivamente com recursos de financiamento, do PRÓ-TRANSPORTE (FGTS) e de outras fontes de financiamento, como financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor total selecionado de R\$ 7,195 bilhões. O resultado da seleção foi publicado em 5 de março de 2013.

Ao todo, em 2013, foram formalizados 9 contratos de financiamento com os municípios de Feira de Santana/BA, Rio Branco/AC, Contagem/MG, Niterói/RJ, Mogi da Cruzes/SP, Caxias do Sul/RS diretamente e com tomador o Governo do Estado, beneficiando os municípios de: Aracaju/SE, São Vicente/SP, Santos/SP, Carapicuíba/SP, Jandira/SP, Barueri/SP e Osasco/SP.

Nesta mesma linha, em 2014, outros 33 novos contratos de financiamento foram assinados beneficiando os municípios de Aparecida de Goiânia/GO, Anápolis/GO, Vitória da Conquista/BA, Aracaju/SE, Boa Vista/RR, Uberaba/MG, Uberlândia/MG, Juiz de Fora/MG, Campos dos Goytacazes/RJ, Petrópolis/RJ, Volta Redonda/RJ, Jundiá/SP, Piracicaba/SP, Ribeirão Preto/SP, São José dos Campos/SP, Sorocaba/SP, São José do Rio Preto/SP, Praia Grande/SP, Santos/SP, Foz do Iguaçu/PR, Londrina/PR, Maringá/PR, Canoas/RS, Pelotas/RS, Blumenau/SC, Joinville/SC, Florianópolis/SC, Caucaia/CE, Petrolina/PE e Mossoró/RN.

Trata-se de propostas para implantação, reestruturação e ampliação de corredores de ônibus, implantação de BRT e VLT, bem como terminais de integração e ciclovias articuladas a sistemas estruturantes de transporte público coletivo, os quais buscam potencializar a fluidez da mobilidade urbana nas cidades brasileiras de porte médio, corrigindo, minimizando ou prevenindo os problemas de circulação, a partir da priorização dos investimentos nos sistemas de

transporte público coletivo.

Dessa forma, até o fim de 2014 haviam sido contratadas do PAC Mobilidade Médias Cidades 67% das propostas selecionadas, as quais perfazem R\$ 5,510 bilhões em valores de financiamento, sendo R\$ 1,406 bilhão em 2013 e R\$ 4,104 bilhões, em 2014. Incluindo as contrapartidas, os contratos firmados totalizam R\$ 6,666 bilhões em investimentos em sistemas de transporte público coletivo para atender demandas estruturantes nas cidades médias do país.

As demais propostas selecionadas estão em processo de validação e habilitação e verificação das condições de endividamento dos proponentes para a assinatura dos contratos de financiamento.

No âmbito do Pacto pela Mobilidade, para as cidades com população inferior a 700 mil habitantes, foram contratados, até 31 de dezembro de 2014, mais R\$ 0,61 bilhões, e com relação ao Extra Pauta foram contratados mais R\$ 0,043 bilhões, atingindo o total de R\$ 6,17 bilhões, além das contrapartidas.

Assim, esta meta atingiu 88,14% de execução.

A meta está sendo apurada considerando os valores de empréstimo das contratações formalizadas até 31/12/2014.

Quantidade alcançada

6,17

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0577 - Dotar as cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol 2014 de sistemas de mobilidade urbana que conectem os polos geradores de viagens do evento, com ênfase no legado e na integração entre aeroportos, estádios, áreas centrais e de hotelaria.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Os grandes eventos esportivos são reconhecidamente uma oportunidade para catalisar planos de investimentos que tenham por objetivo melhorar a infraestrutura e as condições de vida da sociedade. A Copa do Mundo é, portanto, mais do que organizar jogos de futebol. O país acolheu essa tarefa compreendendo seu caráter estratégico para consolidar uma perspectiva de crescimento econômico de longo prazo. Além do investimento em infraestrutura, os grandes eventos esportivos fortalecem a imagem do país no cenário externo.

ESTRUTURAS DE GESTÃO

Pela complexidade do evento e, em especial, com o objetivo de garantir a formação de um legado alinhado aos interesses estratégicos do país a partir da realização da Copa, foi criada uma estrutura de governança para articulação entre os entes federados, órgãos públicos e parceiros privados envolvidos e com o “Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA 2014” (COL). O objetivo da estrutura de governança é definir, desde o primeiro momento, o planejamento das ações, a função e as responsabilidades de cada ator envolvido, bem como os fluxos de informações, monitoramento de resultados e implementação de ações preventivas e corretivas. No âmbito do Governo Federal o Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA 2014 – CGCOPA é responsável por definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Vinculado ao CGCOPA o Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 – CGCOPA tem o objetivo de coordenar e consolidar as ações, estabelecer metas e monitorar os resultados de implementação e execução do Plano Estratégico para Copa 2014.

MATRIZ DE RESPONSABILIDADES

Um dos principais desafios da organização da Copa no Brasil foi o de coordenar os esforços entre os diferentes entes federativos, preservando a autonomia e a atribuição de cada um e garantindo, ao mesmo tempo, o cumprimento de um único projeto. Assim como o Governo Federal assumiu garantias perante a FIFA, as cidades-sede também assumiram responsabilidades e celebraram compromissos sobre temas específicos, especialmente em relação à mobilidade urbana. Neste contexto foi criado um instrumento de planejamento e pactuação: a Matriz de Responsabilidades. Este protocolo de cooperação federativa assinado entre União, Estados, Municípios e o Distrito Federal define as responsabilidades de cada um dos entes no que se refere às fontes de recursos e execução dos projetos considerados essenciais para a realização da Copa, além de permitir a transparência das ações governamentais. As ações previstas são descritas em anexos temáticos à Matriz de Responsabilidades, discriminando os investimentos, etapas, prazos e responsáveis para cada uma. Tais anexos são dinâmicos, isto é, comportam alterações e adições de projetos. Em janeiro de 2010, o Governo Federal, Governadores e Prefeitos das cidades-sede da Copa assinaram a Matriz de Responsabilidades e os anexos relativos à mobilidade urbana.

MONITORAMENTO DOS PROJETOS

A partir da definição dos projetos e da assinatura dos anexos da Matriz de Responsabilidades, iniciou-se a fase de monitoramento das etapas dos projetos. Com base nas informações fornecidas pelos responsáveis pelos projetos, são realizados ciclos de monitoramento dos compromissos assumidos na Matriz de Responsabilidades sob método similar ao adotado pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e conduzidos pelo GECOPA, com envolvimento das cidades-sede, órgãos de financiamento e outros agentes. Nesses ciclos de monitoramento, as informações recebidas são analisadas e, caso sejam identificados pontos de atenção, são definidas ações preventivas e/ou corretivas. O processo de monitoramento dos projetos prevê atuação local e realização de análise crítica da evolução dos empreendimentos.

MOBILIDADE URBANA

Os projetos de mobilidade urbana para as cidades-sede da Copa foram apresentados pelas Prefeituras e Governos Estaduais ao Governo Federal em setembro de 2009. Os projetos foram priorizados para receber financiamento federal, por meio do Programa Pró-Transporte com recursos do FGTS e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, com exceção do Corredor Transcarioca da cidade do Rio de Janeiro, com financiamento do BNDES, considerando as seguintes diretrizes:

- Ligação entre aeroporto, porto, área hoteleira, terminal rodoviário e o estádio definido para a Copa;
- Legado para a sociedade;
- Sistema de transporte coletivo urbano;
- Projeto básico e executivo existentes;
- Conclusão até o período da Copa 2014.

O Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana – Pró-Transporte atua no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e da Política Setorial de Transporte e Mobilidade Urbana, e tem por finalidade propiciar o aumento da mobilidade urbana, da acessibilidade, dos transportes coletivos urbanos e da eficiência dos prestadores de serviços, de maneira a garantir o retorno dos financiamentos concedidos ao setor público e privado e conferir maior alcance social às aplicações do FGTS. O Pró-Transporte tem 48 meses de prazo de carência e prazo máximo de amortização de até 20 anos, exceto para o sistema de transporte sobre trilhos cujo prazo é de até 30 anos. A taxa de juros nominal é de 6% ao ano, com exceção para o transporte sobre trilhos, que tem taxa de juros nominal de

5,5% ao ano. Os principais projetos de mobilidade envolvem à implantação de corredores exclusivos para transporte coletivo, Bus Rapid Transit – BRT, Veículo Leve sobre Trilhos - VLT, implantação e readequação de vias, estações, terminais e sistemas de monitoramento de controle de tráfego. O BRT prevê vias segregadas para ônibus, embarque pré-pago e estações fechadas. O Corredor consiste em faixas de rolamento preferenciais e exclusivas para ônibus. O VLT é baseado em veículos sobre trilhos na superfície, que possibilita uma convivência harmoniosa em meio urbano.

REALIZAÇÕES DO PERÍODO

No âmbito do Ministério das Cidades foi dada continuidade ao monitoramento dos empreendimentos de mobilidade urbana vinculadas à realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Após a última atualização da Matriz de Responsabilidades, autorizada pela Resolução GECOPA nº 25, de novembro de 2013, permaneceram no âmbito da Copa 32 empreendimentos associados à realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Todos esses empreendimentos tiveram contratos de financiamento assinados e estavam em andamento em dezembro de 2014, com exceção do empreendimento “Implantação da Via Prudente de Moraes”, em Natal, com obra não iniciada, culminando com o distrato do contrato. Doze obras de mobilidade urbana vinculada à COPA 2014 foram concluídas até o final de 2014 e outras três encontram-se com percentual de execução superior a 90%. As obras de mobilidade urbana somam um total de R\$ 7,7 bilhões de investimento, sendo R\$ 4,3 bilhões em financiamento. Em 31/12/2014, os desembolsos dos financiamentos atingiram o valor de R\$ 3,5 bilhões. Foi viabilizada a continuidade das obras de infraestrutura de transporte e de mobilidade urbana, apesar de excluídas da Matriz de Responsabilidade, permanecendo em andamento, porém, com conclusão em período posterior ao prazo de início da Copa, mantendo o legado e o benefício à população.

FATORES QUE CONTRIBUÍRAM E QUE DIFICULTARAM A EXECUÇÃO DO OBJETIVO

Um dos fatores que dificultaram a execução do objetivo foi o reduzido grau de detalhamento dos projetos apresentados pelos entes federados ao Governo Federal. À medida que foram gradualmente maturados surgiram dificuldades tais como: readequação de projetos (devido grande número de desapropriação/reassentamento e alteração de traçado), cumprimento das pendências para o desembolso (apresentação de projeto adequado, planilhas orçamentárias, obtenção de licença de instalação, titularidade do terreno), mudança de mandato na prefeitura e a própria característica das intervenções, realizadas nos grandes centros urbanos exigindo grandes desvios de fluxos de veículos nas principais vias das cidades e desapropriações. Isso culminou em várias alterações da Matriz de Responsabilidades em virtude de ajustes nas obras, união ou divisão de projetos, exclusão de empreendimentos, alteração de valores de investimentos, exigindo mais tempo na reapetuação dos entes envolvidos e reprogramação das atividades a serem executadas.

Por outro lado, entre os fatores que contribuíram para o processo está a Lei nº 12.462, de 05 de agosto de 2011, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), possibilitando novas modalidades de contratações e agilidade nos processos licitatórios, e a Medida Provisória 496/2010 (Lei 12.348, de 15 de dezembro de 2010), que excepcionalizou o limite de endividamento de municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Para o próximo período, considerando que a maioria dos empreendimentos de mobilidade urbana vinculados à Matriz de Responsabilidades, apesar da evolução das obras, tiveram seus prazos de conclusão postergados para o pós-Copa, e considerando que as metas parciais atingidas atenderam ao evento e as etapas ainda não concluídas não impactaram negativamente nos sistemas de trânsito e transportes das cidades-sede durante o evento, os trabalhos subsequentes serão realizados com enfoque a continuidade e finalização das obras de mobilidade urbana priorizando a implantação e melhoria dos sistemas de transporte público coletivo nos deslocamentos diários da população para que esses empreendimentos se constituam em importante legado para a sociedade e para o desenvolvimento urbano das cidades-

sede.

Metas 2012-2015

• Implantar e requalificar sistemas de mobilidade urbana pactuados na Matriz de Responsabilidade

Análise Situacional da Meta

Em virtude das revisões da Matriz de Responsabilidades alguns empreendimentos foram desvinculados do evento esportivo. Atualmente 32 empreendimentos de mobilidade urbana permanecem associados à realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Todos esses empreendimentos têm contrato de financiamento assinados.

Essas obras de mobilidade urbana vinculadas à Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo FIFA 2014 utilizam exclusivamente recursos de financiamento e têm como objetivo melhorar a mobilidade nas cidades que sediarão o evento, beneficiando a população, que usufruirá permanentemente dos novos sistemas de transporte coletivos, sistemas viários e equipamentos.

Em 2013, as obras que saíram da Matriz de Responsabilidades passaram a integrar formalmente o rol de empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em junho de 2013, foi concluída a primeira obra de mobilidade na cidade de Belo Horizonte (MG) – empreendimento denominado Boulevard Arrudas / Tereza Cristina – que requalificou o espaço viário com obras estruturais, viárias e urbanísticas. A cobertura do rio, com estrutura em concreto armado, além do viaduto de transposição da linha férrea, possibilitou a implantação de um sistema viário que melhorou a mobilidade urbana de maneira geral e facilitou a integração do oeste da Região Metropolitana ao Centro. Em Belo Horizonte, até o final de 2014 foram concluídos mais cinco empreendimentos (Corredor Pedro II e Obras Complementares nos BRTs Antonio Carlos/Pedro I e Cristiano Machado, BRT Área Central, Expansão da Central de Controle de Trânsito, Via 210 - Ligação Via Minério/Tereza Cristina e BRT Cristiano Machado) e uma obra finalizou o período com 92% de execução - BRT Antônio Carlos / Pedro I.

Em Brasília (DF), a obra de ampliação do acesso ao aeroporto foi entregue em maio de 2014.

Em Cuiabá (MT), o corredor Mário Andreazza finalizou o período com 100% de execução física e o VLT Cuiabá/Várzea Grande com 73%, incluindo o material rodante adquirido.

Na cidade de Curitiba (PR), estão sendo implementados sete empreendimentos, entre eles um corredor ligando o aeroporto à Rodoferroviária, a modernização do sistema de controle e monitoramento de tráfego, o BRT, a requalificação do Terminal Santa Cândida, Rodoferroviária e do Corredor Marechal Floriano e as obras nas Vias de Integração Radial Metropolitanas, para facilitar o acesso ao centro da cidade. Desses, destaque à requalificação da Rodoferroviária e a implantação do BRT – Linha Verde, ambos com 100% de execução física.

Em Fortaleza (CE), o empreendimento BRT Av. Alberto Craveiro, que liga o Eixo Via Expressa/Raul Barbosa ao estádio, ultrapassou 75% de execução. Também em Fortaleza, a implantação do BRT Av. Paulino Rocha ultrapassou os 70% e o VLT Parangaba/Mucuripe e duas novas estações do Metrô ultrapassam 50% de execução.

No Rio de Janeiro (RJ), o BRT TransCarioca está com 100% de execução. A obra foi inaugurada em 1º de junho de 2014 e já está em operação. O empreendimento interliga bairros do subúrbio carioca, desde a Barra da Tijuca até o aeroporto Internacional Tom Jobim, na Ilha do Governador, passando por Barra da Tijuca, Curicica, Ilha do Governador, Taquara, Tanque, Praça Seca, Campinho, Madureira, Vaz Lobo, Vicente de Carvalho, Vila da Penha,

Penha, Olaria e Ramos. Este é o primeiro corredor de alta capacidade a cortar transversalmente a cidade.

Em Recife (PE), o Corredor Via Mangue tem 99% de execução, enquanto o Terminal Integrado Cosme e Damiano tem 100%. Os outros três empreendimentos previstos estão com execução superior a 80%, dos quais dois BRTs e um corredor.

Em Natal (RN), o Corredor Estruturante – Zona Norte / Estádio Arena das Dunas tem 69% de execução. O acesso ao novo aeroporto de São Gonçalo do Amarante superou os 30% de execução e a implantação da Via Prudente de Moraes foi a única obra não iniciada.

As obras de mobilidade urbana somam um total de R\$ 7,7 bilhões de investimento, sendo 4,3 bilhões em financiamento, e estão em sua maioria em obras. Valores de investimentos conforme as atualizações contratuais efetivadas pela CAIXA:

Belo Horizonte: 7 empreendimentos - Valor de Investimento: 1,4 bilhões

Brasília: 1 empreendimento - Valor de Investimento: 54,22 milhões

Cuiabá: 2 empreendimentos - Valor de Investimento: 1,6 bilhões

Curitiba: 7 empreendimentos - Valor de Investimento: 526,59 milhões

Fortaleza: 6 empreendimentos - Valor de Investimento: 662,69 milhões

Natal: 3 empreendimentos - Valor de Investimento: 472,10 milhões

Recife: 5 empreendimentos - Valor de Investimento: 994,73 milhões

Rio de Janeiro: 1 empreendimento - Valor de Investimento: 1,9 bilhões

Em 31/12/14, os desembolsos dos financiamentos atingiram o valor de R\$ 3,5 bilhões, correspondente a 81% do total financiado.

Obs: A quantificação das metas preenchidas considera os contratos de financiamento assinados que se mantiveram vinculados à Copa.

Quantidade alcançada

32

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Belo Horizonte	8	projeto	7	31/12/2014
Brasília	1	projeto	1	31/12/2014
Cuiabá	2	projeto	2	31/12/2014
Curitiba	8	projeto	7	31/12/2014
Fortaleza	6	projeto	6	31/12/2014
Natal	3	projeto	3	31/12/2014
Porto Alegre	10	projeto	0	31/12/2014
Recife	5	projeto	5	31/12/2014
Rio de Janeiro	1	projeto	1	31/12/2014

OBJETIVO: 0578 - Pavimentar e qualificar vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal, desde 2010, vem alocando recursos para pavimentação e qualificação de vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente. O objetivo é proporcionar à população local beneficiada um ambiente urbano dotado de infraestrutura completa de via e de saneamento, por meio da implantação de pavimentação nova em vias existentes, sistema de drenagem de águas pluviais, redes de água e esgoto, calçadas, sistemas cicloviários, medidas de moderação de tráfego, elementos que promovam a acessibilidade universal e sinalização viária.

Espera-se, assim, melhorar as condições de salubridade e segurança viária local, sobretudo nos deslocamentos a pé e por bicicleta, além de melhorar o acesso dos moradores às vias por onde trafegam as linhas de ônibus que atendem à região beneficiada.

Assim, ao encontro da implementação desta política, foram lançadas três etapas do PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas. A 1ª etapa selecionou 387 propostas perfazendo um montante de R\$ 2,4 bilhões em valores de financiamento, sem incluir as contrapartidas dos entes federados, a 2ª etapa selecionou 488 propostas com valor total de R\$ 8,2 bilhões de financiamento e a 3ª etapa alocou recursos da ordem de R\$ 3 bilhões para 1.222 propostas.

Essas seleções tiveram abrangência nacional beneficiando todas 27 unidades federativas, sendo 26 estados e o Distrito Federal, e 1.509 municípios brasileiros com valor total de R\$ 13,6 bilhões. Os recursos foram distribuídos da seguinte forma no país: 16% na Região Centro Oeste, 22% na Região Nordeste, 11% na Região Norte, 30% na Região Sudeste, 20% na Região Sul.

RESULTADOS

Na 1ª etapa foram contratados 173 empreendimentos de financiamento, assinados no Pró-Transporte, no valor de financiamento de R\$ 1,35 bilhão, aproximadamente 56% do volume de recursos alocados. Foram desembolsados R\$ 764,95 milhões.

Na 2ª etapa foram contratadas 280 operações de crédito, totalizando em valor de empréstimo R\$ 5,62 bilhões, aproximadamente 68% dos recursos selecionados. Foram desembolsados R\$ 145,89 milhões.

Como resultado da 1ª e 2ª etapa, até 31/12/2014, foram executados 1.279 km de vias pavimentadas.

A distribuição deste quantitativo deu-se da seguinte forma: no Grupo 1 tem-se 712 km de vias pavimentadas executadas; no Grupo 2 foram executados 282 km e no Grupo 3 foram executados 285 km. Os recortes populacionais foram definidos da seguinte maneira: Grupo 1 - municípios sedes de regiões metropolitanas, capitais, municípios acima de 70 mil habitantes localizados no Norte, Nordeste e Centro-Oeste e acima de 100 mil habitantes localizados no Sul e Sudeste; Grupo 2 - municípios entre 50 mil e 70 mil habitantes localizados no Norte, Nordeste e Centro-Oeste e entre 50 mil e 100 mil habitantes no Sul e Sudeste; Grupo 3 - municípios abaixo de 50 mil habitantes.

Na 3ª etapa foram contratadas 4 operações de crédito, totalizando em valor de empréstimo R\$ 26,2 milhões, aproximadamente 0,87 % do volume de recursos alocados.

FATORES QUE DIFICULTARAM A EXECUÇÃO DO OBJETIVO

Os recursos alocados para o PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas são de financiamento, desta forma a falta de capacidade de endividamento dos municípios brasileiros prejudica a contratação das propostas selecionadas. Outro

fator que dificulta a execução do objetivo é o fato desta ação ser implementada de forma delegada, através dos estados e municípios, nem sempre com estruturas técnicas suficientes para fazer frente às tarefas de elaboração dos projetos, obtenção de licenças, licitação das obras e serviços, aporte de contrapartidas e gestão da execução das intervenções.

A previsão para o próximo período é de que haja evolução física das obras da 1ª etapa, conclusão de mais obras e consequente entrega à sociedade de áreas totalmente pavimentadas dotadas de infraestrutura completa da via; contratação das demais propostas de operação de crédito selecionadas na 2ª etapa; e finalização do processo das contratações da 3ª etapa das operações habilitadas.

Metas 2012-2015

• Pavimentar e qualificar 5.000 km de vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente

Análise Situacional da Meta

As operações de crédito referentes ao PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, na sua 1ª Etapa, totalizam 173 contratos de financiamento assinados no Pró-Transporte, no valor de financiamento de R\$ 1,35 bilhão, sem incluir as contrapartidas dos entes federados.

Este R\$ 1,35 bilhão está distribuído da seguinte forma no país: 12% na Região Centro Oeste, 15% na Região Nordeste, 21% na Região Norte, 26% na Região Sudeste, 25% na Região Sul.

As operações de crédito referentes ao PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, 3ª Etapa, totalizam 4 contratos de financiamento assinados no Pró-Transporte, no valor de financiamento de R\$ 26,2 milhões, sem incluir as contrapartidas dos entes federados.

Como resultado da 1ª e 2ª etapa, até 31/12/2014 na quantificação da meta tem-se 1.279 Km de vias pavimentadas representando 25% da meta total que foram executadas com os citados recursos de financiamento do Pró-Transporte (FGTS) neste eixo do PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas (quantitativo total dos três grupos de municípios).

A distribuição deste quantitativo deu-se da seguinte forma: no Grupo 1 tem-se 712 km de vias pavimentadas executadas; no Grupo 2 foram executados 282 km e no Grupo 3 foram executados 285 km. Os recortes populacionais foram definidos da seguinte maneira: Grupo 1 - municípios sedes de regiões metropolitanas, capitais, municípios acima de 70 mil habitantes localizados no Norte, Nordeste e Centro-Oeste e acima de 100 mil habitantes localizados no Sul e Sudeste; Grupo 2 - municípios entre 50 mil e 70 mil habitantes localizados no Norte, Nordeste e Centro-Oeste e entre 50 mil e 100 mil habitantes no Sul e Sudeste; Grupo 3 - municípios abaixo de 50 mil habitantes.

Quantidade alcançada

1.279

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Municípios com população entre 50 mil e 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou entre 50 mil e 100 mil habitantes (S e SE)	500	km	282	31/12/2014
Municípios com população menor que 50 mil habitantes	500	km	285	31/12/2014
Municípios de RMs prioritárias ou com mais de 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou com mais de 100 mil habitantes (S e SE)	4.000	km	712	31/12/2014

OBJETIVO: 0580 - Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo agrega realizações de acessibilidade universal nos sistemas de transporte coletivo operados pelo Governo Federal (CBTU e Trensurb). Tem-se apoiado a infraestrutura de transporte não motorizado por meio de ações inseridas no PAC conjuntamente com a implantação de infraestrutura de transporte público coletivo urbano e infraestrutura viária.

Todos os segmentos em desenvolvimento de implantação de sistemas de transporte e de mobilidade urbana estão sendo executados com as premissas de acessibilidade universal.

REALIZAÇÕES EM 2014

Com relação às ações de promoção de acessibilidade universal, a CBTU vem contribuindo para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, na execução de projetos promovendo a integração entre modos de transporte, áreas lindeiras, para crescimento significativo do transporte coletivo urbano.

No sistema de Belo Horizonte, foi concluída a obra na estação de São Gabriel. Foram contratados no final de 2013 serviços para continuidade às obras nas estações de Primeiro de Maio, Waldomiro Lobo e Floramar, os projetos executivos nas estações Lagoinha, Calafate, Gameleira e Cidade Industrial, complementando em junho 50% do volume total. Foi contratado serviço de adaptação às normas de acessibilidade dos elevadores das estações e do edifício sede da STU-BH, das estações Santa Inês, José Cândido da Silveira e Minas Shopping. Em Recife os recursos foram aplicados em obras civis, para instalação de elevadores em estações da Linha Centro e Sul, e na aquisição de elevadores hidráulicos para passageiros.

No que se refere à Trensurb, no exercício de 2014, foram executadas obras de acessibilidade nas estações Farrapos e Rodoviária com vistas ao evento Copa do Mundo FIFA 2014, com os recursos inscritos em restos a pagar no exercício de 2013. Estas obras tiveram como principal foco a reforma, ampliação e acessibilidade das estações com a aquisição de elevador e contratação de serviços de engenharia para a execução da infraestrutura para a instalação de escadas rolantes.

Os investimentos do Governo Federal em mobilidade urbana priorizam a implantação de sistemas de média e alta capacidade, que são os modos de transporte que exigem maior aporte de recursos e que, portanto, os Estados e Municípios necessitam de parceria com a União para lograrem avanços. No entanto, diante da grande demanda, o Ministério das Cidades tem apoiado a infraestrutura de transporte não motorizado (bicicleta e pedestres) por meio de ações inseridas no PAC conjuntamente com a implantação de infraestrutura de transporte público coletivo urbano e infraestrutura viária. Neste sentido tem-se construções de calçadas associadas às pavimentações que estão sendo executadas no PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas e de ciclovias ao longo de eixos de transporte coletivo, como metrô e BRTs.

Este fato positivo de associação pode ser confirmado na possibilidade de financiar infraestrutura cicloviária no PAC Mobilidade Grandes Cidades, Mobilidade Médias Cidades e Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas. Estas estimativas estão demonstradas nas metas específicas.

Registra-se que nos empreendimentos selecionados no Pacto pela Mobilidade estão previstos investimentos em transporte

não motorizado de aproximadamente 650 km de ciclovias ou ciclofaixas e 1.000 km de calçadas nas seguintes cidades: Brasília, Goiânia, Curitiba, Porto Alegre, Belém, Belo Horizonte, Fortaleza, Maceió, João Pessoa, São Luís, Recife, São Paulo, Osasco, Diadema, Rio Grande da Serra, São Bernardo, Santo André, Santos e São Vicente.

Essas implantações de sistemas não motorizados contribuem diretamente com a mitigação das mudanças do clima, pois as transferências modais ocorridas farão com que migrem usuários de outros modos de transporte motorizados para não motorizado, que não emite gases de efeito local e estufa.

Até 31 de dezembro de 2014 foram executadas 1.334 km de calçadas e 35,85 km de ciclovias.

Metas 2012-2015

- **Adequação dos sistemas metroferroviários à Acessibilidade Universal até 2014, conforme Decreto nº 5.296 de 2004**

Análise Situacional da Meta

Foram contratados serviços em Belo Horizonte para adaptação das estações Santa Inês, José Cândido da Silveira e Minas Shopping, e na adaptação às normas de acessibilidade dos elevadores das estações e do prédio sede da Unidade. Em Recife os recursos foram aplicados em comunicação visual e na aquisição de elevadores hidráulicos para passageiros.

No sistema de Belo Horizonte, foi concluída a obra na estação de São Gabriel. Foram contratados no final de 2013 serviços para continuidade às obras nas estações de Primeiro de Maio, Waldomiro Lobo e Floramar, os projetos executivos nas estações Lagoinha, Calafate, Gameleira e Cidade Industrial, complementando em junho 50% do volume total.

Está em andamento o processo para contratação de adaptação às normas de acessibilidade dos elevadores das estações e do edifício sede da STU-BH, das estações Santa Inês, José Cândido da Silveira e Minas Shopping, no âmbito da CBTU. Em Recife os recursos foram aplicados na instalação de elevadores em estações da Linha Centro e Sul. Não houve, nos demais sistemas, de João Pessoa, Maceió e Natal, um avanço físico significativo. As intervenções previstas com os recursos do PAC para suas modernizações já contemplarão os dispositivos para acessibilidade necessários.

- **Implementação de infraestrutura de transporte não motorizado: 2.000 Km de infraestrutura cicloviária**

Análise Situacional da Meta

O Ministério das Cidades tem apoiado a infraestrutura de transporte não motorizado por meio de ações inseridas no PAC conjuntamente com a implantação de infraestrutura de transporte público coletivo urbano e infraestrutura viária.

Neste sentido, tem-se, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 Mobilidade Grandes Cidades, estimativa de investimentos em infraestrutura cicloviária conforme dados a seguir apresentados:

Proponente - Item de Investimento - Valor Previsto:

Governo de Estado da Bahia - ciclovia e bicicletários - R\$ 5.331.388,00

Governo do Estado do Rio Grande do Sul - ciclotrilha - R\$ 907.051,41

Prefeitura de Fortaleza/CE - ciclovia - R\$ 1.272.693,93

Prefeitura de São Luís/MA - ciclovia - R\$ 1.038.786,80

Prefeitura de Campo Grande/MS - ciclovia e bicicletários - R\$ 9.796.200,00

Prefeitura de Recife/PE - bicicletários - R\$ 800.000,00

Prefeitura de Teresina/PI - bicicletários R\$ 316.800,00

Prefeitura de João Pessoa/PB - ciclovia/faixa, paraciclos e bicicletários - R\$ 8.043.328,19

Prefeitura do Rio de Janeiro/RJ - bicicletários - R\$ 50.000,00

Prefeitura de Nova Iguaçu/RJ - bicicletários - R\$ 27.072,00

TOTAL: R\$ 27.583.320,33

Fonte: Quadros de Composição do Investimento (QCI) apresentados pelos proponentes.

Por outro lado, levantamento feito nas propostas selecionadas no PAC Mobilidade Médias Cidades, indica a previsão de implantação de 704 km de ciclofaixas e/ou ciclovias, integradas aos projetos de transporte público.

O PAC Mobilidade Médias Cidades refere-se a projetos de sistemas de mobilidade urbana para cidades entre 250 a 700 mil habitantes, exclusivamente com recursos de financiamento, do PRÓ-TRANSPORTE e de outras fontes de financiamento.

No PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas também possibilitou a inclusão de ciclovias/ciclofaixas a partir da 2ª etapa.

Nesta meta deve-se registrar que nos empreendimentos selecionados no Pacto pela Mobilidade estão previstos investimentos em transporte não motorizado de aproximadamente 650 km de ciclovias ou ciclofaixas nas seguintes cidades: Brasília, Goiânia, Curitiba, Porto Alegre, Belém, Belo Horizonte, Fortaleza, Maceió, João Pessoa, São Luís, Recife, São Paulo, Osasco, Diadema, Rio Grande da Serra, São Bernardo, Santo André, Santos e São Vicente.

RESULTADOS

Até o final de 2014 foram executadas 35,85 km de ciclovias.

A maior parte das ciclovias, 33,30 km, foram executadas nos empreendimentos vinculados a Copa do Mundo de 2014, conforme discriminado abaixo:

Belo Horizonte:

BRT Área Central = 1,3 km de ciclovias realizadas VIA 210 = 1,7 km de ciclovias realizadas

Boulevard Arrudas = 3,5 km de ciclovias realizadas

Fortaleza:

Alberto Craveiro = 2,5 km de ciclovias realizadas

Porto Alegre:

Corredor Padre Cacique (Obra excluída da Matriz de Responsabilidades) = 4,6 km de ciclovias realizadas

Curitiba:

Corredor Aeroporto/Rodoferroviária = 10,0 km de ciclovias realizadas Requalificação do Corredor Marechal Floriano = 4,5 km de ciclovias realizadas

Requalificação da Rodoferroviária (inclusive acessos) = 0,5 km de ciclovias realizadas Extensão linha verde sul = 1,7 km de ciclovias realizadas

Recife:

Ramal Cidade da Copa = 3km de ciclovias realizadas

Outros 2,55 km foram executados nos empreendimentos do PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas.

Quantidade alcançada

35,85

Data de Referência

31/12/2014

• **Implementação de infraestrutura de transporte não motorizado: 8.000 Km de calçadas**

Análise Situacional da Meta

O Ministério das Cidades tem apoiado a infraestrutura de transporte não motorizado por meio de ações inseridas no PAC conjuntamente com a implantação de infraestrutura de transporte público coletivo urbano e infraestrutura viária.

Nesta meta deve-se registrar que serão revitalizados mais de 1.000 km de calçadas nos empreendimentos selecionados no Pacto pela Mobilidade nas seguintes cidades: Brasília, Goiânia, Curitiba, Porto Alegre, Belém, Fortaleza, Maceió, Natal, João Pessoa, São Luís, Recife, Belo Horizonte, São Paulo, Osasco, Diadema, Mauá, Rio Grande da Serra, São Bernardo, Santo André, Ribeirão Pires, Santos, São Vicente e Praia Grande que quando executados virão a contribuir efetivamente nesta meta.

RESULTADOS

Como resultado dessa ação, até 31/12/2014, foram executados 1.334 km de calçadas associadas aos empreendimentos do PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, ou 16,67% da meta total.

Quantidade alcançada

1.334

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Municípios com população entre 50 mil e 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou entre 50 mil e 100 mil habitantes (S e SE)	800	km	306	31/12/2014
Municípios com população menor que 50 mil habitantes	800	km	298	31/12/2014
Municípios de RMs prioritárias ou com mais de 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou com mais de 100 mil habitantes (S e SE)	6.400	km	730	31/12/2014

OBJETIVO: 0581 - Apoiar a implantação de medidas de moderação de tráfego visando a qualificação do sistema viário urbano nos pontos que apresentem conflitos entre os modais de transporte.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal tem optado por atuar por intermédio do Programa de Aceleração do Crescimento, na expansão dos investimentos em sistemas de transporte público coletivo urbano de médio e grande porte.

Orientados pela lógica de integração intermodal e mobilidade em rede, tais intervenções não só ampliam a oferta de transporte de maior qualidade nas cidades, como compreendem melhorias de infraestrutura de transporte não motorizado e medidas de moderação de tráfego, contribuindo para a redução dos conflitos entre os diversos modos de transporte.

Desta forma, ressalta-se que os empreendimentos de mobilidade urbana vinculados ao PAC, como o PAC Mobilidade Grandes Cidades, PAC Mobilidade Médias Cidades e o PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, possuem como diretrizes o tratamento dos conflitos entre os modos de transporte utilizando-se de medidas de moderação de tráfego, reduzindo os conflitos entre os diversos modos de transporte ao longo dos corredores e sistemas de transporte selecionados nos respectivos eixos do PAC.

Assim, apesar da dificuldade de quantificação tem-se empreendimentos em diversas cidades que estão implantando sistemas de transporte público tipo BRTs e VLTs onde estão sendo executadas intervenções de moderação de tráfego, especialmente nas áreas centrais, reduzindo velocidades dos veículos e privilegiando o acesso de pedestres às estações.

Metas 2012-2015

• Apoiar 50 municípios com medidas de moderação de tráfego

Análise Situacional da Meta

Atualmente tem sido priorizado o investimento em sistemas de transporte público coletivo urbano de médio e grande porte. Assim, de forma específica, ficaram prejudicadas as iniciativas voltadas à implantação de medidas de moderação de tráfego visando a qualificação do sistema viário urbano nos pontos que apresentem conflitos entre os diversos modos de transporte.

A implantação de medidas de moderação de tráfego está sendo realizada no âmbito dos projetos selecionados no PAC, de forma complementar às propostas apoiadas.

Neste sentido, apesar de atualmente ainda não ser possível quantificar, vários empreendimentos em diversas cidades que estão implantando sistemas de transporte público tipo BRTs e VLTs estão sendo executadas intervenções de moderação de tráfego, especialmente nas áreas centrais, reduzindo velocidades dos veículos e privilegiando o acesso de pedestres às estações.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0584 - Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

A realização deste Objetivo envolve diversos atores da estrutura organizacional do Ministério das Cidades.

Na esfera de transporte e da mobilidade urbana tem-se a atuação da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, onde estão sendo desenvolvidas as questões relativas à regulação do setor, o sistema de informações da área, a previsão de apoio à elaboração de projetos e planos de mobilidade urbana, de forma descentralizada para execução pelos entes federados municipais e estaduais e a capacitação dos agentes públicos para desenvolvimento dos referidos instrumentos de planejamento.

Do ponto de vista da regulação da mobilidade urbana tem-se a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que vem a definir as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, cuja aplicação requer ação conjunta de todos os níveis de governo. Com a instituição da lei, o arcabouço legal da mobilidade urbana ficou estabelecido, definindo seus objetivos e diretrizes, entre os quais contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para o desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do conjunto organizado e coordenado dos modos de transporte, de serviços e de infraestruturas que garantam os deslocamentos de pessoas e cargas no território urbano.

A Lei também elenca entre seus princípios a acessibilidade universal, o desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais, a equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo, a eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano e na circulação urbana. Trata-se assim de um marco regulatório que consiste em importante avanço na área.

No âmbito do Pacto pela Mobilidade Urbana, em atendimento às demandas da sociedade o Governo Federal apresentou propostas centradas em três principais eixos: redução de tarifa para os usuários; maior controle social e mais qualidade nos serviços de transporte público coletivo.

No quesito redução de tarifa é importante ressaltar que foram desonerados importantes tributos federais do transporte coletivo urbano para baratear ou manter o preço das tarifas de transporte público urbano.

No que se refere ao maior controle social, foi discutido o papel do Conselho das Cidades, a criação de conselhos em níveis estaduais e municipais, além da necessidade de sistema de informações sobre mobilidade urbana.

No quesito mais qualidade, houve o anúncio de mais investimentos para projetos de infraestrutura de mobilidade urbana, e identificação da necessidade de estabelecimento de requisitos mínimos para a elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana, de formas de reestruturação da capacidade de planejamento e de elaboração de projetos pelos entes federados, entre outras iniciativas visando melhorias na qualidade de serviços de transporte público coletivo urbano.

No âmbito da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana foi desenvolvido programa de capacitação, para atendimento à lei que estabeleceu a Política Nacional da Mobilidade Urbana onde há obrigatoriedade de elaboração de Planos de Mobilidade Urbana por todos os municípios com população superior a 20 mil habitantes além dos demais obrigados por lei à elaboração do Plano Diretor e, também, que prevê como atribuição da União prestar assistência técnica e capacitação continuada aos entes federados.

O programa de capacitação em andamento na área de mobilidade urbana consiste em três etapas: Seminário de Sensibilização para a Política e o Plano de Mobilidade Urbana, Cursos de Capacitação e Assistência Técnica.

Com relação às questões de sustentabilidade, destaca-se o Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima (PSTM), desenvolvido pelo Ministério das Cidades no que se refere ao transporte de passageiros, em conjunto com o Ministério dos Transportes, que se ateve ao transporte de cargas. A elaboração de mais este instrumento de planejamento foi realizada em função do Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010, que regulamentou a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Trata-se de importante progresso institucional da área de mobilidade urbana, pois possibilitou identificar as reduções das curvas de emissões advindas das implantações de infraestruturas mais eficientes, verificando as correlações existentes entre o transporte urbano e as mudanças do clima.

A Trensurb, através de empresa de consultoria, está realizando desde 2013 estudos e projetos executivos para a expansão

do sistema. Para a realização deste projeto, foi elaborado o Relatório de caracterização da área de estudo, que consiste numa avaliação da situação atual do transporte coletivo que atende a região, bem como, levantamentos de dados sócio econômicos da população e seus hábitos de deslocamentos, elaborou-se relatório de Estudo de Demanda, com os resultados das pesquisas de campo, nos veículos de transporte coletivo e individual, que circulam pela região e em cruzamentos das principais vias. A partir dos dados de demanda, serão estabelecidos os modos de transporte que melhor atendem a demanda, num horizonte futuro, elaborou-se também relatório de Avaliação Ambiental que consiste em um diagnóstico e a preparação do documento que servirá para a consulta prévia para especificação do instrumento de licenciamento ambiental e proposição de Plano de Trabalho.

No âmbito do DENATRAN, em 2014 o Governo Federal, visando o fortalecimento institucional do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), realizou ações voltadas para a regulação na área de trânsito por meio da edição de 42 Resoluções analisadas e aprovadas pelo Conselho Nacional de Trânsito-CONTRAN, dentre as quais destacam-se a Resolução n°. 473 que altera as normas e os procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos; Resolução n°. 486 que aprova o Volume III do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – Sinalização Vertical de Indicação; Resolução n°. 489 que fixa metodologia de aferição de peso de veículos, estabelece percentuais de tolerância e dá outras providências; Resolução n°. 508 que dispõe sobre os requisitos de segurança para a circulação de veículo de carga ou misto transportando passageiros no compartimento de cargas; Resolução n°. 510 que estabelece o sistema de placas de identificação de veículos no padrão estabelecido para o MERCOSUL; Resolução n°. 511 que regulamenta a produção e expedição da Carteira Nacional de Habilitação e da Permissão para Dirigir; Resolução n°. 512 que altera os modelos e especificações do Certificado de Registro de Veículo – CRV e do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV e sua produção e expedição e a Resolução n°. 514 que aprova a Política Nacional de Trânsito.

A nova PNT tem por objetivos: promover a melhoria da segurança viária, aprimorar a educação para a cidadania no trânsito; garantir a melhoria das condições de mobilidade urbana e viária, a acessibilidade e a qualidade ambiental; fortalecer o Sistema Nacional de Trânsito e incrementar o planejamento e a gestão do trânsito.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a elaboração de projetos de sistemas de mobilidade urbana que priorizem e qualifiquem o transporte público coletivo e não motorizados em 50% dos municípios acima de 100 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta

REALIZAÇÕES EM 2014 E EXPECTATIVAS FUTURAS

Contribuem para atingimento deste objetivo os projetos de sistemas de transporte público coletivo urbano e intermunicipal/interestadual de caráter urbano que estão sendo apoiados no PAC Mobilidade Grandes Cidades e Mobilidade Médias Cidades.

Várias cidades brasileiras estão recebendo recursos para desenvolvimento de projetos, dentre elas, no Pacto pela Mobilidade: Luziânia, Duque de Caxias, Canoas, Florianópolis, São Vicente. Também outras cidades receberam recurso para desenvolver Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica, dentre elas: Rio Branco, Campos dos Goytacazes, Florianópolis, Santos / Cubatão, Guarujá Osasco / Carapicuíba. À medida que estes projetos forem sendo concluídos serão computados nesta meta.

A Trensurb, através de empresa de consultoria, está realizando desde 2013 estudos e projetos executivos para a expansão do sistema. Para a realização deste projeto, foi elaborado o Relatório de caracterização da área de estudo, que consiste numa avaliação da situação atual do transporte coletivo que atende a região, bem como, levantamentos de dados sócio econômicos da população e seus hábitos de deslocamentos, elaborou-se relatório de Estudo de Demanda, com os resultados das pesquisas de campo, nos veículos de transporte coletivo e individual, que circulam pela região e

em cruzamentos das principais vias. A partir dos dados de demanda, serão estabelecidos os modos de transporte que melhor atendem a demanda, num horizonte futuro, elaborou-se também relatório de Avaliação Ambiental que consiste em um diagnóstico e a preparação do documento que servirá para a consulta prévia para especificação do instrumento de licenciamento ambiental e proposição de Plano de Trabalho.

Atualmente, na Trensurb está sendo elaborado o Relatório das Diretrizes Tecnológicas, que consiste no estudo das alternativas de itinerário, localização das estações e definição das tecnologias que podem ser utilizadas para atendimento da demanda de passageiros do sistema.

Cálculo da meta: 10 municípios com projeto contratado/299 municípios (50% dos municípios acima de 100 mil hab) = 0,0334 = 3,34%

Quantidade alcançada

3,34

Data de Referência

31/12/2014

• **Apoiar a elaboração e atualização dos Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade Urbana em 100% dos municípios acima de 500 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta

Foi desenvolvido programa de capacitação, para atendimento à referida obrigatoriedade de elaboração de Planos de Mobilidade Urbana por todos os municípios com população superior a 20 mil habitantes além dos demais obrigados por lei à elaboração do Plano Diretor (Lei nº 12.587/2012) e, também, que prevê como atribuição da União prestar assistência técnica e capacitação continuada aos entes federados.

O programa de capacitação em andamento na área de mobilidade urbana consiste em três etapas: Seminários de Sensibilização para a Política e o Plano de Mobilidade Urbana, Cursos de Capacitação e Assistência Técnica.

Ao mesmo tempo, a efetividade desta meta só poderá ser atingida com ampliação significativa de recursos disponíveis, visto que os Planos de Mobilidade Urbana não são produtos financiados nos eixos do PAC.

São necessárias atualizações dos Manuais e publicações para elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana, configurando como outra ação cuja entrega agregada em desenvolvimento irá contribuir com o atingimento da meta visando adequar à Lei nº 12.587/2012.

Para se garantir a efetividade dos projetos de mobilidade, com sistemas eficientes e de qualidade, é imprescindível que os municípios elaborem tais projetos compatíveis com o planejamento sistêmico da mobilidade urbana. Além disso, a Lei torna obrigatória a elaboração de Plano de Mobilidade Urbana para municípios acima de 20.000 habitantes, além dos demais obrigados por lei à elaboração do Plano Diretor que, atualmente perfaz mais de 3.000 municípios.

Neste sentido, está em andamento a revisão do Caderno de Referência para a Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana visando atender às novas exigências legais. A conclusão do trabalho está prevista para o primeiro semestre de 2015.

Apesar das atividades de apoio citadas houve limitações para atingimento da meta especificamente ao que se refere à elaboração do Plano.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/12/2014

- **Capacitar 6.000 agentes públicos em municípios acima de 60 mil habitantes para implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, fortalecendo a gestão do transporte público coletivo municipal e regional**
Análise Situacional da Meta

O programa de capacitação em andamento na área de mobilidade urbana consiste em três etapas: Seminários de Sensibilização para a Política e o Plano de Mobilidade Urbana, Cursos de Capacitação e Assistência Técnica.

Quanto à capacitação de agentes públicos estão sendo realizados seminários de sensibilização para os municípios voltados às diretrizes estabelecidas na Lei nº 12.587/2012, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, onde está prevista a obrigatoriedade de municípios acima de 20.000 habitantes, além dos demais obrigados por lei à elaboração do Plano Diretor, elaborarem Planos de Mobilidade Urbana.

Foram realizados seminários de sensibilização em Campinas/RJ, Brasília/DF, Parauapebas/PA, Porto Alegre/RS, Corumbá/MS, Curitiba/PR, Rio de Janeiro/RJ e Mogi das Cruzes/SP com os seguintes números de participantes: Campinas: 126; Brasília: 62, Parauapebas: 74, Porto Alegre: 61, Corumbá: 165, Curitiba: 76, Rio de Janeiro: 183 e Mogi das Cruzes: 289, perfazendo 1.036 participantes, com participação de 134 municípios. O seminário de Parauapebas foi realizado em parceria com a Fundação Vale, com base no Acordo de Cooperação Técnica existente desta Fundação com o Ministério das Cidades.

No segundo semestre de 2014 foi realizado de um Curso de Capacitação para elaboração do Plano de Mobilidade na cidade de Parauapebas/PA. Este curso presencial contou com a participação de 48 agentes públicos de 4 diferentes municípios. As aulas ministradas neste curso foram gravadas e, juntamente com o material didático elaborado, irão servir como base para um curso à distância que estará disponível a todos os municípios brasileiros.

A quantificação da meta é cumulativa para atendimento ao previsto no PPA 2012/2015. 1.418 em 2012, 323 em 2013, e 761 em 2014, perfazendo 2.502.

Quantidade alcançada

2.502

Data de Referência

31/12/2014

- **Definir e implantar sistema de coleta, tratamento e análise de informações sobre mobilidade urbana**

Análise Situacional da Meta

REALIZAÇÕES EM 2014

Em 2013, o Ministério das Cidades, através da Portaria nº 114/2013, instituiu Grupo Técnico composto de diversos órgãos e entidades ligadas ao setor de transporte e de mobilidade urbana para elaborar a proposta de um Sistema de Informações em Mobilidade Urbana (SIMU) em conformidade com o artigo 16, inciso III, da Lei nº 12.587/2012.

Os principais objetivos do Sistema de Informações em Mobilidade Urbana são: I - Apoiar a implantação e monitoramento da Política Nacional de Mobilidade Urbana; II - Reunir, em um único ambiente de armazenamento, os principais dados e informações da área de mobilidade urbana; III - Ser referência nacional para coleta, consolidação e disponibilização de informações para formulação de políticas públicas na área de mobilidade urbana; IV - Disponibilizar informações à sociedade sobre o Sistema Nacional de Mobilidade Urbana.

O Grupo de Trabalho desenvolveu suas atividades por seis meses (junho a dezembro/13). Foram realizadas sete

reuniões de trabalho.

Participaram das reuniões as seguintes instituições: SEMOB, IPEA, NTU, ANTP, ANPTrilhos, IEMA, EMBARQ Brasil, SNAPU/MCidades, CGMI/MCidades e ITDP.

Em 19/12/13 foi concluído e entregue o produto final do GT constando de relatório final com a proposta do Sistema Nacional de Informações da Mobilidade Urbana (SIMU) acompanhado de modelo de formulário para coleta de dados.

Para validação desta metodologia, serão realizados projetos pilotos em 10 cidades. Para cinco destas cidades o formulário será enviado para o preenchimento pelos gestores com auxílio de um manual de coleta de dados e com esclarecimento de eventuais dúvidas. Nos outros cinco municípios, o preenchimento do questionário de dados será realizado de forma assistida com a presença de técnicos do Ministério das Cidades e de instituições parceiras atuando no levantamento das informações em conjunto com a gestão local.

A partir do projeto piloto será possível identificar dificuldades encontradas no momento da coleta e produção de dados, além de sugestões dos próprios técnicos e gestores municipais. O projeto piloto orientará possíveis ajustes no questionário e no próprio sistema a ser implantado, como por exemplo, redistribuição de dados dentro dos Blocos Temáticos, reformulação ou eliminação de perguntas, entre outros.

Dessa forma, o processo de planejamento para o alcance da meta está em pleno desenvolvimento.

Em virtude dos avanços de definições do grupo considerou-se que 30% da meta já foi alcançada, sendo entregadas ao produto.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

31/12/2014

• **Instituir o marco regulatório da mobilidade urbana**

Análise Situacional da Meta

Meta alcançada com a publicação da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que instituiu as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

• **Monitorar e atualizar o Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação da Mudança do Clima – PSTM**

Análise Situacional da Meta

O Plano Setorial de Transporte e da Mobilidade Urbana para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima (PSTM) foi concluído em junho de 2013.

A participação do Ministério das Cidades na elaboração do Plano foi referente à mobilidade urbana de passageiros, onde se evidenciou a importância de planejar e investir em modos de transporte mais eficazes, criando condições objetivas para melhorar a eficiência energética dos modos de transporte de passageiros.

O PSTM tem como objetivo contribuir para a mitigação das emissões de GEE no setor, por meio de iniciativas que levam à ampliação da infraestrutura de transporte de cargas e à maior utilização de modos mais eficientes energeticamente e ao aumento do uso de sistemas eficientes de transporte público de passageiros.

O PSTM aborda medidas em implementação e outras complementares, que promovem a melhoria do sistema de

mobilidade urbana, ampliam a acessibilidade das pessoas nas cidades e avaliam a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEEs) e locais (GELs).

Permite estimar a redução das emissões de CO₂ proporcionadas pela implantação de infraestrutura de mobilidade urbana, a partir da adoção de premissas e simplificações, para a realização do cálculo de mitigação.

O monitoramento será realizado com periodicidade bianual por meio da aferição de indicadores definidos, avaliando a implantação dos projetos de mobilidade urbana identificados no PSTM, por quilômetro e por modo. No horizonte máximo estabelecido no PSTM, em 2020, a meta é mitigar 3,7 MtCO₂.

Outras ações realizadas e em andamento com relação às questões ambientais e de mudanças do clima:

1. Plano Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC

Descrição: Atualização do PNMC lançado em dezembro de 2008 que foi elaborado como um instrumento voltado para o desenvolvimento e o aprimoramento de ações de mitigação da mudança do clima no Brasil, colaborando com o esforço mundial de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Foram incluídos os recentes planos setoriais de mitigação e adaptação, como o Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação e Adaptação a Mudança do Clima (PSTM).

Atividades Desenvolvidas:

- Formatação de texto sobre o PSTM para inclusão no PNMC;
- Participação em reuniões do Grupo Executivo do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (Gex) para discussão do PNMC;
- Consulta Pública.

2. Programa de Mobilidade Urbana de Baixo Carbono para Grandes Cidades (BID + GEF)

Descrição: Recursos do Global Environment Facility – GEF para redução de emissões de CO₂: elaboração de manuais técnicos, capacitação de pessoal, promoção de projetos de transporte não motorizado, metodologia de contabilização de GEE mitigados, pesquisas e divulgação do conhecimento aos entes federados.

Atividades Desenvolvidas:

- Apoio ao BID no desenvolvimento do Project Preparation Grant (PPG) para aprovação no GEF;
- Aprovação do PPG pelo BID e GEF .

3. Cooperação Técnica Brasil - Alemanha

• Descrição: Projeto de cooperação técnica na área de eficiência energética em mobilidade urbana a ser desenvolvido com a GIZ no valor de €\$ 2 milhões.

Atividades Desenvolvidas:

- Aprovação do Projeto no âmbito da Cooperação Brasil-Alemanha
 - Missão da GIZ no Brasil para estudo e conhecimento de atividades desenvolvidas no Brasil
 - Assinatura de Ata de Compromisso entre as partes para o desenvolvimento do projeto;
- Missão do Ministério das Cidades na Alemanha para conhecimento da gestão da mobilidade urbana

4. Apoio à Construção da Matriz Energética do Brasil para 2050

Descrição: Construção da matriz energética do Brasil para 2050 pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, com o apoio de órgãos afins.

Atividade Desenvolvida: reunião realizada na EPE para discussão da matriz energética para 2050 na área de transporte público, onde a SeMob apresentou um panorama da divisão modal discutida dentro do PSTM e se colocou à disposição para o prosseguimento das discussões.

5. Agenda Pós-2015

Descrição: A Agenda Pós-2015 abrange um conjunto de programas, ações e diretrizes que vão orientar os trabalhos das Nações Unidas e de seus países-membros em direção ao desenvolvimento sustentável, após 2015. O calendário das negociações sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015 é o seguinte:

- Março de 2014 - iniciam-se as negociações sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável no Grupo de Trabalho Aberto da Assembleia Geral.
- Setembro de 2014 - iniciam-se as negociações sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015, na abertura da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas, incorporando os resultados do Grupo de Trabalho e do Comitê de Peritos sobre Financiamento.
- Setembro de 2015 - lançamento da agenda de desenvolvimento pós-2015 em evento de alto nível da Assembleia-Geral.

Atividade Desenvolvida: Discussão e proposta de minuta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Encaminhamento à Assessoria de Relações Internacionais do MCidades e posteriormente ao Ministério das Relações Exteriores.

• Promover a inovação tecnológica e a produção e disseminação de conhecimento na área de trânsito

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Departamento Nacional de Trânsito DENATRAN em 2014 foram tratados projetos relevantes para promover a inovação tecnológica e a produção e disseminação de conhecimento na área de trânsito, a saber:

O Termo de Cooperação nº. 1/2012 firmado entre o DENATRAN e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) obteve como produto, em 2014, um estudo a nível mundial de tendências existentes no uso de simuladores de direção para a formação de condutores, com a verificação de viabilidade econômica e a adequação a legislação de trânsito. Nesse sentido, as etapas de desenvolvimento do estudo transcorreram de modo a avaliar os produtos existentes no mercado internacional e a desenvolver três protótipos funcionais para apresentação conceitual do produto, de forma a orientar um workshop visando à elaboração de um caderno de requisitos.

Esse estudo definiu as especificações de hardware e software de simulação de direção para os Centros de Formação de Condutores (CFCs) na obtenção de Carteira Nacional de Habilitação. Tais especificações serviram de base para regulamentação do uso de simuladores de direção a nível nacional. Para o ano 2015 está prevista a aplicação das tecnologias de simulação para formação de condutores da categoria Motocicletas, com o propósito de melhorar o processo de treinamento e a qualificação desses condutores e a consequente redução de acidentes com esse tipo de veículo.

Além disso, foi firmado o Termo de Execução Descentralizada nº. 1/2014 entre o DENATRAN e a Universidade de Brasília – UNB para a análise de projeto e vínculo causal na ocorrência de supostos defeitos em veículos, visando atender demanda do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC do Ministério da Justiça, e também, para o desenvolvimento do projeto do Centro de Teste em Segurança Veicular. Foi apresentada pela UNB uma proposta de formatação para os procedimentos de investigação de acidentes de consumo, onde foram fornecidos pareceres para 15 dos 33 processos encaminhados àquela instituição. Com relação ao projeto do Centro de Teste em Segurança Veicular, ficou definida como estratégia inicial a elaboração de um pré-projeto utilizando o instrumento de gestão benchmarking com propósito de analisar e consultar outros laboratórios de mesma natureza.

Com relação ao Prêmio Denatran de Inovação Tecnológica em Segurança Veicular foram iniciadas as discussões internas e estudos para a formalização do prêmio, ou seja, a elaboração do projeto que definirá o que é necessário para a instituição oficial do prêmio. Esse projeto encontra-se em fase de formatação final para implementação em 2015.

OBJETIVO: 0591 - Aprimorar o Sistema Nacional de Trânsito promovendo a melhoria do desempenho de seus órgãos e entidades, estimulando a educação e a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Foram integrados 57 municípios em todo o País ao Sistema Nacional de Trânsito, o que representou um aumento de 3,97% no número de municípios integrados. Contudo, estes municípios integrados ao longo do ano representam apenas 0,81% da população nacional, ou seja, 1.667.162 habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Isto porque os municípios de grande e médio porte já foram integrados ao SNT e muitos municípios de pequeno porte cumpriram as exigências para integração até dezembro de 2014. Vale ressaltar, ainda, que a baixa adesão dos municípios tem relação com o desafio institucional requerido, pois para os municípios se integrarem ao SNT, exercendo plenamente suas competências, precisam criar um órgão municipal executivo de trânsito com estrutura para desenvolver atividades de engenharia de tráfego, fiscalização de trânsito, educação de trânsito e controle e análise de estatística. Conforme o porte do município, o art. 16 do Código de Trânsito Brasileiro prevê, ainda, que junto a cada órgão de trânsito deve funcionar a Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI), órgão colegiado responsável pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades impostas pelo órgão executivo de trânsito. Trata-se, portanto, de um desafio que permeia a política de trânsito, que é de natureza descentralizada, pois apesar do CTB estabelecer que todos devem ser integrados, não está estabelecida uma data limite.

Foram realizadas melhorias e manutenções nos sistemas de Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAM, Registro Nacional de Condutores Habilitados – RENACH, Registro Nacional de Infrações de Trânsito – RENAINF, Restrições Judiciais de Veículos Automotores – RENAJUD e no sistema que registra e acompanha os veículos que possuam chamamento para conserto de falhas de fabricação – RECALL. Também estão em estudos ou em fase de implementação outros sistemas que visam melhorias no setor.

Concernente à fiscalização de Órgãos e Entidade de Trânsito, em 2014, o DENATRAN realizou 99 fiscalizações em Empresas Credenciadas de Vistorias – ECV, sendo 15 na Bahia, 2 no Amazonas, 3 em Rondônia e 79 em São Paulo, e 21 fiscalizações em Instituições Técnicas Licenciadas (ITL), sendo 3 em Alagoas, 1 no Distrito Federal, 2 em Goiás, 4 no Rio Grande do Sul, 10 no Rio de Janeiro e 1 em São Paulo.

Em 18 de dezembro de 2014 foi aprovada e publicada a Política Nacional de Trânsito (PNT) por meio da Resolução CONTRAN nº. 514, de 18 de dezembro de 2014. A nova PNT tem por objetivos: promover a melhoria da segurança

viária, aprimorar a educação para a cidadania no trânsito; garantir a melhoria das condições de mobilidade urbana e viária, a acessibilidade e a qualidade ambiental; fortalecer o Sistema Nacional de Trânsito e incrementar o planejamento e a gestão do trânsito.

Desde 2011 o DENATRAN em conjunto com o INMETRO tem realizado o acompanhamento de Ensaio de Segurança Veicular Passiva nos laboratórios das empresas fabricantes de veículos. Em 2014, foram realizadas duas viagens internacionais, ambas ao Japão, onde foram avaliados os laboratórios de três montadoras: Nissan, Toyota e Suzuki. O ano de 2014 marcou a retomada da participação do governo brasileiro no Fórum Mundial para a Harmonização dos Regulamentos Veiculares (WP.29) da ONU. A delegação brasileira é composta por servidores do DENATRAN e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC, que participaram como observadores de cinco reuniões do WP.29, todas em Genebra, na Suíça, sendo 3 reuniões plenárias e 2 reuniões técnicas do Grupo de Trabalho em Segurança Passiva (GRSP). Algumas dessas reuniões foram acompanhadas por servidores do Ministério das Relações Exteriores – MRE, para onde os Ministros de Estado das Cidades e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior encaminharam solicitação conjunta para verificar a possibilidade do Brasil aderir aos Acordos estabelecidos naquele Fórum, de modo a impulsionar o desenvolvimento da indústria automotiva brasileira e elevar o padrão de segurança dos veículos comercializados no país.

O DENATRAN participou, também, de 2 reuniões do Sub-grupo de Trabalho da Indústria Automotiva (SGT-03) do Mercosul, realizadas na Argentina, onde foi discutido o tema da segurança veicular com os países da região.

Entre os principais avanços nos marcos institucionais regulatórios, destacam-se a obrigatoriedade do uso do equipamento suplementar de segurança passiva (Air Bag), na parte frontal dos veículos, bem como o sistema antitravamento das rodas (ABS) para 100% dos veículos novos nacionais e importados, em atendimento às Resoluções CONTRAN nº 394 e 395, respectivamente.

Vale mencionar, a realização de estudos e projetos pelo DENATRAN para alteração de normas a fim de promover a melhoria da legislação de segurança veicular no Brasil, a exemplo da regulamentação que estabelece a obrigatoriedade de ABS ou CBS para as motocicletas e a obrigatoriedade do Sistema Eletrônico de Estabilidade nos freios de veículos.

O Comitê Gestor do RENAINF (CGRenainf), que tem a finalidade de gerir, integrar, propor alterações normativas e ações concretas para solução de problemas nos aspectos técnicos e financeiros da 1ª e 2ª Fases do Renainf, a fim de garantir o adequado procedimento de repasse dos valores e a completa integração dos órgãos de trânsito e rodoviários do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) ao referido sistema, realizou ao longo de 2014 três reuniões ordinárias, uma diligência ao órgão estadual de trânsito da Bahia, quatro visitas de monitoramento aos órgãos estaduais de trânsito de Goiás, Mato Grosso, Pernambuco e Rio de Janeiro, e uma reunião técnica com o Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF).

Como resultado, o CGRenainf melhorou o fluxo de repasse financeiro entre os órgãos arrecadadores e autuadores no sistema Renainf, reduzindo a inadimplência entre esses órgãos de trânsito no sistema Renainf em 23,20%, passando de R\$ 79.808.151,39 milhões em 31 de janeiro de 2014, para R\$ 61.291.372,44 milhões em 31 de dezembro de 2014, gerando arrecadação suplementar ao DENATRAN, referentes à gestão, administração e prestação de informações e para custeio da infraestrutura de dados do Sistema.

Como apoio ao fortalecimento do SNT, em 2014, as seguintes publicações foram elaboradas: Manual de Sinalização Vertical de Indicação (Volume III) – revisado pela Câmara Temática de Engenharia da Via e aprovado pelo CONTRAN; Manual de Sinalização Semafórica (Volume V) – aprovado pela Câmara Temática de Engenharia da Via e aprovado pelo

CONTRAN; e o Guia Básico para Gestão Municipal que foi atualizado e revisado para publicação e distribuição aos municípios.

Metas 2012-2015

• Aprimorar o padrão de qualidade das informações do Sistema Nacional de Trânsito - SNT

Análise Situacional da Meta

Os sistemas Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAL, Registro Nacional de Condutores Habilitados – RENACH, Registro Nacional de Infrações de Trânsito – RENAINF, Restrições Judiciais de Veículos Automotores – RENAJUD e o sistema que registra e acompanha os veículos que possuam chamamento para conserto de falhas de fabricação – RECALL estiveram em operação e, por conta da robustez de cada um, sofreram melhorias e manutenções. O Sistema de Registro Nacional de Acidentes e Estatística de Trânsito – RENAEST encontra-se em fase de planejamento visando a melhoraria na coleta de dados relativos ao trânsito e a ampliação dos objetos alvo. O novo Sistema de Certificação de Segurança Veicular – SISCSV está em desenvolvimento pelo SERPRO, devendo ser finalizado no primeiro semestre de 2015. O FUNSETNET está com o seu ambiente de produção concluído, aguardando a publicação de atos normativos (portarias de implementação, regulamento do sistema e manual do usuário). O sistema permitirá o gerenciamento da arrecadação de recursos oriundos de 5% das multas de trânsito, destinados a política de segurança e educação no trânsito.

O Sistema Integrado de Monitoramento e Rastreamento Automático de Veículos – SINIAV foi dividido em duas fases para futuramente aplicar-se uma evolução baseada num modelo de negócios mais atualizado, tendo-se por base as constantes evoluções tecnológicas e os benefícios a serem oferecidos aos usuários finais. Além da fiscalização por parte dos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, verificou-se uma tendência no oferecimento de serviços baseados em Identificação por Rádio Frequência - RFID, e assim viabilizar a implantação do sistema sem maiores resistências. O segundo semestre de 2014, foi marcado pela formulação de uma segunda geração do SINIAV e paralelamente a consolidação do modelo atual a ser implantado. Assim como a revisão do módulo de emplacamento eletrônico desenvolvido pelo SERPRO e já disponível para implantação nos Órgão e Entidades Executivas de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal. Ademais, foram verificados alguns erros presentes no mapa de memória publicado pela Resolução CONTRAN nº 412, além de uma duplicidade de interpretações realizadas nos modelos de certificação para os testes de Interoperabilidade realizados pelo Centro de Pesquisas Avançadas Werner Von Braun. Nova minuta de Resolução para correção desses erros foi elaborada e submetida à Assessoria Técnica do CONTRAN – ATEC para apreciação do Conselho Nacional de Trânsito.

• Aumentar em 10% a população atendida pela municipalização do trânsito e dar suporte aos municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT

Análise Situacional da Meta

Em 2013, o Denatran alcançou cerca de 1,94% da população brasileira. Em 2014, foram integrados 57 municípios em todo o País ao Sistema Nacional de Trânsito, o que representou um aumento de 3,97% no número de municípios integrados. Contudo, estes municípios integrados ao longo do ano representam apenas 0,81% da população nacional, ou seja, 1.667.162 habitantes. Isto porque os municípios de grande e médio porte já foram integrados ao SNT e muitos municípios de pequeno porte cumpriram as exigências para integração em 2012.

Dessa forma, no horizonte do PPA 2012-2015 este Departamento alcançou 45,9% da meta estabelecida, ou seja, aumentou em 4,59% o total de população atendida da municipalização do trânsito. Vale ressaltar, ainda, que a baixa adesão dos municípios tem relação com o desafio institucional requerido, pois para os municípios se integrarem ao SNT, exercendo plenamente suas competências, precisam criar um órgão municipal executivo de trânsito com estrutura para desenvolver atividades de engenharia de tráfego, fiscalização de trânsito, educação de trânsito e controle e análise de estatística. Conforme o porte do município, o art. 16 do Código de Trânsito Brasileiro prevê, ainda, que junto a cada

órgão de trânsito deve funcionar a Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI), órgão colegiado responsável pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades impostas pelo órgão executivo de trânsito. Trata-se, portanto, de um desafio que permeia a política de trânsito, que é de natureza descentralizada, pois apesar do CTB estabelecer que todos devem ser integrados, não está estabelecida uma data limite.

Quantidade alcançada

4,59

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	0,3	%	0,14	31/12/2014
Região Nordeste	4,3	%	1,57	31/12/2014
Região Norte	1,3	%	0,42	31/12/2014
Região Sudeste	2,9	%	1,21	31/12/2014
Região Sul	1,2	%	1,26	31/12/2014

• **Capacitar 50.000 profissionais do Sistema Nacional de Trânsito - SNT**

Análise Situacional da Meta

Para capacitar os profissionais do SNT foi firmado entre o DENATRAN e a Universidade de Brasília – UnB um Termo de Execução Descentralizada nº. 2/2013, cujo objeto é implantar uma plataforma educacional composta por um sistema para avaliação de instrutores e examinadores de trânsito e por uma Escola Virtual de Trânsito para capacitar os profissionais que atuam nos órgãos e entidades de trânsito. Como produtos a UNB já entregou ao DENATRAN o Kit-Didático PARADA – Trânsito na Escola e também já realizou a atualização de conteúdos e a reprodução dos materiais educativos do DENATRAN para distribuição nas escolas, a saber:

- a) Diretrizes educacionais do ensino da educação de trânsito (1 milhão de unidades, sendo 500 mil de pré-escola e 500 mil para ensino fundamental);
- b) Viva o Trânsito – histórias infantis (coleção de 6 volumes, impressão de 1 milhão de unidades de cada volume);
- c) Criação do CTB ilustrado para crianças (1 milhão de unidades).

Destaca-se que o projeto de concepção, desenvolvimento e implantação da Plataforma Educacional do DENATRAN é um empreendimento de grande envergadura, que ultrapassa o mero desenvolvimento de um artefato técnico e que avança na direção de questões de pesquisa pertinentes não apenas no que se refere ao uso da Plataforma no ambiente organizacional a que se destina, mas também à sua compreensão enquanto tecnologia educativa e enquanto inovação tecnológica para o campo da educação não formal.

Quantidade alcançada

9.036

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	7.500	peessoas	382	31/12/2014
Região Nordeste	14.000	peessoas	844	31/12/2014
Região Norte	3.000	peessoas	50	31/12/2014
Região Sudeste	16.000	peessoas	6.740	31/12/2014
Região Sul	9.500	peessoas	1.020	31/12/2014

• **Fiscalizar 2.000 Empresas Credenciadas em Vistoria de Veículos - ECV, credenciadas para a inspeção de segurança veicular nos termos da legislação vigente, em todas as Unidades da Federação**

Análise Situacional da Meta

Concernente à fiscalização de Órgãos e Entidade de Trânsito, no horizonte PPA 2012-2015, foram realizadas 279 ações de fiscalizações em Empresas Credenciadas em Vistoria de Veículos – ECV: sendo que 214 fiscalizações foram realizadas no estado de São Paulo, 37 em Santa Catarina, 15 na Bahia, 6 em Mato Grosso do Sul; 2 no Espírito Santo; 3 em Rondônia e 2 em Manaus. O alcance de realização da meta é de 14%.

Outro aspecto que afetou o cenário de fiscalizações, diz respeito à Resolução CONTRAN nº 466, de 11/12/2013, que estabelece novos procedimentos para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular, em que a partir de 1/11/2014 o credenciamento das ECVs passará a ser realizado pelos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, porém o DENATRAN continuará a fiscalizar, quando motivado e a qualquer tempo, essas empresas.

Quantidade alcançada

279

Data de Referência

31/12/2014

- **Fiscalizar 400 Instituições Técnicas Licenciadas - ITLs, credenciadas para a inspeção de segurança veicular nos termos da legislação vigente, em todas as Unidades da Federação**

Análise Situacional da Meta

O alcance da meta no eixo referente à fiscalização das ITL's está aquém do previsto, e tal fato tem se dado principalmente pelas limitações administrativas. Todavia foram realizadas 26 ações de fiscalização em Instituições Técnicas Licenciadas (ITL's): sendo 1 no estado de São Paulo; 1 em Santa Catarina; 4 no Rio Grande do Norte; 3 em Alagoas; 1 no Distrito Federal, 2 em Goiás, 4 no Rio Grande do Sul e 10 no Rio de Janeiro.

Quantidade alcançada

26

Data de Referência

31/12/2014

- **Fiscalizar 96 Órgãos de Trânsito e Entidades credenciadas pelo Denatran**

Análise Situacional da Meta

Concernente à fiscalização de Órgãos e Entidade de Trânsito, o Denatran já realizou 90 fiscalizações, o que representa 93% da meta. Foram realizadas ações de fiscalização da seguinte forma:

a) Em 12 órgãos e entidades do SNT em diferentes estados a saber: Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe e Tocantins;

b) Foram realizados acompanhamentos de Ensaio de Segurança Passiva (Teste de Segurança Veicular) em 18 laboratórios, que envolveram 11 empresas montadoras nos seguintes países: Alemanha, Argentina, Holanda, Inglaterra, Itália, Japão, Suécia, e na cidade de Caxias do Sul/RS, no Brasil;

c) Merece destaque o Comitê Gestor do RENAINF (CGRenainf), que tem a finalidade de gerir, integrar, propor alterações normativas e ações concretas para solução de problemas nos aspectos técnicos e financeiros da 1ª e 2ª Fases do Renainf, a fim de garantir o adequado procedimento de repasse dos valores e a completa integração dos órgãos de trânsito e rodoviários do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) ao referido sistema, realizou ao longo de 2014 três reuniões ordinárias, uma diligência ao órgão estadual de trânsito da Bahia, quatro visitas de monitoramento aos órgãos estaduais de trânsito de Goiás, Mato Grosso, Pernambuco e Rio de Janeiro, e uma reunião técnica com o Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF).

Como resultado, o CGRenainf melhorou o fluxo de repasse financeiro entre os órgãos arrecadadores e autuadores no sistema Renainf, reduzindo a inadimplência entre esses órgãos de trânsito no sistema Renainf em 23,20%, passando de

R\$ 79.808.151,39 milhões em 31 de janeiro de 2014, para R\$ 61.291.372,44 milhões em 31 de dezembro de 2014, gerando arrecadação suplementar ao DENATRAN, referentes à gestão, administração e prestação de informações e para custeio da infraestrutura de dados do Sistema.

Quantidade alcançada

90

Data de Referência

31/12/2014

- **Reformular a Política Nacional de Trânsito e adequar as referências normativas a partir do Plano Nacional de Redução de Acidentes no Trânsito para a Década 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Foi aprovada e publicada a Política Nacional de Trânsito (PNT) por meio da Resolução CONTRAN nº. 514, de 18 de dezembro de 2014. A nova PNT tem por objetivos: promover a melhoria da segurança viária, aprimorar a educação para a cidadania no trânsito; garantir a melhoria das condições de mobilidade urbana e viária, a acessibilidade e a qualidade ambiental; fortalecer o Sistema Nacional de Trânsito e incrementar o planejamento e a gestão do trânsito.

OBJETIVO: 0592 - Promover a educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Dando continuidade à campanha permanente pela redução de acidentes de trânsito lançada em 2012, cuja meta é reduzir pela metade o número de mortes no trânsito até 2020, no ano de 2014, este Departamento desenvolveu ações para reduzir as mortes no trânsito. Foram realizadas duas campanhas publicitárias de utilidade pública, a saber: a) Campanha Carnaval, que teve como tema principal o consumo de álcool aliado ao uso da direção que ainda é o campeão dentre as causas de mortes em acidentes de trânsito durante as comemorações do carnaval, principalmente entre os jovens; b) Campanha Semana Santa, cujo objetivo foi chamar a atenção do público para o risco da imprudência no trânsito. Essas campanhas foram mais um esforço do Pacto Nacional Pela Redução de Acidentes (PARADA), uma iniciativa do Governo Federal, cujo objetivo é reduzir em 50% o número de acidentes entre 2011 e 2020.

De acordo com os dados do Núcleo de Estatística da Polícia Rodoviária Federal (PRF), 63% das vítimas envolvidas em acidentes de trânsito nas rodovias federais têm entre 18 e 30 anos, e se encontram em estado de embriaguez alcoólica. Agravantes como falta dos equipamentos de segurança, excesso de velocidade, desrespeito à sinalização e direção perigosa também contribuem para o crescimento do número de óbitos nesse período.

Dados divulgados pelo Ministério da Saúde e corroborados pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) apontam queda na taxa de mortalidade por acidentes de trânsito nas rodovias federais, em decorrência das campanhas sazonais promovidas pelo PARADA, o que demonstra a efetividade das ações empreendidas.

De acordo com os dados divulgados pelo Ministério da Saúde, as mortes em acidentes de trânsito caíram 10% em todo país no ano de 2013. O número registrado de vítimas em 2013 foi de 40,5 mil, ante 44,8 mil no ano de 2012.

Para capacitar os profissionais do SNT foi firmado entre o DENATRAN e a Universidade de Brasília – UnB um Termo de Execução Descentralizada nº. 2/2013, cujo objeto é implantar uma plataforma educacional composta por um sistema para avaliação de instrutores e examinadores de trânsito e por uma Escola Virtual de Trânsito para capacitar os profissionais que atuam nos órgãos e entidades de trânsito. Como produtos a UNB já entregou ao DENATRAN o Kit-Didático PARADA – Trânsito na Escola e também já realizou a atualização de conteúdos e a reprodução dos materiais

educativos do DENATRAN para distribuição nas escolas, a saber:

- a) Diretrizes educacionais do ensino da educação de trânsito (1 milhão de unidades, sendo 500 mil de pré-escola e 500 mil para ensino fundamental);
- b) Viva o Trânsito – histórias infantis (coleção de 6 volumes, impressão de 1 milhão de unidades de cada volume);
- c) Criação do CTB ilustrado para crianças (1 milhão de unidades).

No que se refere à atividade de gestão das ações específicas de educação foi articulado junto ao Ministério da Educação (MEC) e Casa Civil a concretização da formação de professores, que acontecerá por meio de Educação a Distância - EAD, cujo material encontra-se em processo de análise para disponibilização aos professores. Os eixos principais de discussão foram: art. 76 do Código de Trânsito Brasileiro; Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito no Ensino Fundamental e na Pré-Escola.

Outra etapa importante foi a aprovação pelo MEC do conteúdo das diretrizes educacionais a serem disponibilizadas para as escolas. Entretanto, as escolas possuem autonomia para definir quais conteúdos serão incluídos no Projeto Político Pedagógico, e a própria escola define qual conteúdo será trabalhado como tema transversal. Hoje os órgãos estaduais e municipais de trânsito estão realizando o acompanhamento das escolas quanto ao conteúdo de educação de trânsito. Com relação à meta de desenvolver o curso de “Metodologia do Ensino da Educação de Trânsito”, foi celebrado Termo de Cooperação com a Universidade de Brasília (UnB), para implementação do projeto Plataforma Educacional do DENATRAN – Sistema de Avaliação de Examinadores e Instrutores de Trânsito e a Escola Virtual de Trânsito, que entre as suas etapas inclui a pesquisa e desenvolvimento de estratégias de aplicação da Escola Virtual de Trânsito.

Metas 2012-2015

- **Articular gestão junto ao MEC para a formação de 1.000 professores multiplicadores em Educação de Trânsito e implementar as Diretrizes Nacionais da Educação de Trânsito no Ensino Fundamental e da Pré-escola (Portaria 147/2009 Denatran)**

Análise Situacional da Meta

A capacitação dos professores acontecerá por meio do convênio da UNB. Para implantar o programa “Educação para Cidadania no Trânsito” em 5% dos municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito realizamos reuniões com os órgãos gestores municipais para o apoio regional do projeto. O MEC atendendo a demandas do DENATRAN aprovou e publicou a Resolução no. 7/2010 do CNE, que Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos e reconhece o Trânsito como tema transversal permitindo que as escolas o insiram em sua matriz curricular. Para implementação do “Programa Jovem Consciente” nas escolas públicas, a Resolução CONTRAN 265/07 está passando por alterações a fim de contemplar as escolas de acordo com a Resolução do CNE no 2/2012, que considera o tema trânsito como transversal no ensino médio.

- **Desenvolver, em parceria com universidades, o curso de "Metodologia do Ensino da Educação de Trânsito" para 10.000 professores da Educação Básica**

Análise Situacional da Meta

A implementação da Escola Virtual do Denatran favorecerá a ruptura de paradigmas tradicionais do processo educativo, promoverá ensino e aprendizagem contextualizados, atrativos, dinâmicos, significativos, interessantes, e, acima de tudo, interativos com os alunos e com os profissionais que atuam no SNT.

Esse projeto contempla o programa de atualização dos instrutores de Centros de Formação de Condutores - CFCs e examinadores de trânsito de todo o país, mediante a oferta de 75.000 (setenta e cinco mil) vagas na metodologia à distância.

Nesse curso de capacitação de instrutores e examinadores, a UnB irá disponibilizar todo apoio e suporte de tutoria para garantir todas as condições de realização dos cursos com total qualidade e exigência que o mercado necessita, a fim de atender os preceitos pedagógicos da formação do instrutor e do examinador de trânsito.

Está em análise pelo Ministério da Educação – MEC a proposta do DENATRAN para capacitar jovens para o mercado de trabalho e a formação de motoristas profissionais por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, com a inclusão no guia PRONATEC dos cursos de Instrutor de Trânsito e de Vistoriador Veicular.

- **Implantar o programa "Educação para Cidadania no Trânsito" em 5% dos municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito.**

Análise Situacional da Meta

Esta meta deverá ser alinhada em parceria com os órgãos municipais de trânsito e de educação, porém a implantação do programa depende da anuência da Secretaria Educação de cada município interessado.

Está sendo feita a articulação com o MEC, por meio de diversas reuniões, que já apresentou como resultado a aprovação do conteúdo das Diretrizes Educacionais a serem disponibilizadas para as escolas, bem como a publicação da Resolução do CNE no 07/2010, que define a necessidade dos temas transversais, incluindo-se o Trânsito, a serem trabalhados de forma integrada aos componentes curriculares e as áreas do conhecimento articulando seus conteúdos aos temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global.

- **Implementar "Programa Jovem Consciente" nas escolas públicas, para 40.000 alunos, com a finalidade de educar o jovem para o exercício da cidadania, desenvolvendo comportamentos conscientes e responsáveis**

Análise Situacional da Meta

Para implementação do “Programa Jovem Consciente” nas escolas públicas, a Resolução CONTRAN 265/07 está passando por alterações a fim de contemplar as escolas de acordo com a Resolução do CNE no 2/2012, que considera o tema trânsito como transversal no ensino médio.

A principal alternativa é a parceria com o MEC, por meio do PRONATEC, para capacitação de jovens para o mercado de trabalho e a formação de motoristas profissionais. Outra proposta é a implantação do projeto com base na Resolução do Contran no 265/07.

- **Realizar 60 encontros com educadores de trânsito, com vistas à implementação e fortalecimentos das metas educativas**

Análise Situacional da Meta

Com relação à realização dos encontros de educadores não foi possível ser concluída, pois o Ministério das Cidades não possui contrato com empresa prestadora de serviços para eventos, o que inviabiliza a realização dos encontros nacionais de educadores. Somente um encontro com educadores de trânsito foi realizado no período. A execução da meta está aquém do previsto, e tem sido estudado alternativas para a implementação da meta.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	12	unidade	1	31/12/2014
Região Nordeste	12	unidade	0	31/12/2014
Região Norte	12	unidade	0	31/12/2014
Região Sudeste	12	unidade	0	31/12/2014

- **Realizar, anualmente, o Prêmio DENATRAN de Educação para o Trânsito, para incentivar a sociedade brasileira a produzir 40.000 trabalhos técnicos, científicos e artísticos voltados ao tema Trânsito**

Análise Situacional da Meta

O Prêmio DENATRAN de Educação para o Trânsito não foi realizado no ano de 2014, por motivos de redefinição das categorias a fim de torná-lo mais amplo e contemplar o prêmio Inovação Tecnológica em Segurança Veicular.

- **Realizar cursos de pós graduação em educação e gestão de trânsito para 100 pessoas**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas três reuniões com universidades públicas e privadas, com a participação da Associação Nacional dos Detrans (AND), onde foi verificado que diversas universidades já oferecem cursos de pós-graduações na área de educação e gestão de trânsito. Diante desse cenário, este Departamento está estudando a possibilidade de criar um selo de qualidade para certificar os cursos já existentes no exercício de 2014.

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário**Indicadores**

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Acidentes rodoviários com vítimas fatais em estradas federais	unidade por ano	31/12/2009	7.376	31/12/2014	7.391
Acidentes rodoviários em estradas federais	unidade por ano	31/12/2009	158.893	31/12/2014	181.272
Malha classificada entre bom e ótimo estado de conservação	%	31/12/2010	57	31/12/2014	60
Malha rodoviária federal pavimentada	km	29/10/2010	62.093	31/12/2014	66.712
Percentual de pavimentação das rodovias federais implantadas	%	29/10/2010	81,86	31/12/2014	84
Preço médio das tarifas rodoviárias - concessões	R\$/100 km	25/02/2011	4,8	31/12/2014	5,07
Ranking da Qualidade das Estradas (GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	105	03/09/2014	122
Transações comerciais com países sulamericanos por rodovias	mil toneladas por ano	31/12/2010	11.303,141	31/12/2014	11.271,6586

OBJETIVO: 0129 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, por meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal adotou ações com vistas a assegurar melhores condições de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais. Para tanto, foram contratados serviços de manutenção da malha rodoviária federal, pavimentada e não pavimentada. Do total previsto estão sendo executados serviços em quase a totalidade das vias pavimentadas, com contratos variando de um ano - Conservação Tradicional, até contratos de cinco anos – CREMA (Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas), contemplando ações de recuperação funcional e estrutural do pavimento. Objetiva-se com o uso de contratos de maior duração que as empresas realizem intervenções mais duradouras, de modo a reduzir os seus custos de manutenção e aumentar a vida útil da rodovia. Consequentemente, tais trechos permanecerão em bom estado por mais tempo e ficarão interditados para reparos em menor frequência. Quanto aos trechos rodoviários sem pavimentação, foram cumpridas as metas em 69% para o período 2012-2015, considerando somente os segmentos sob a responsabilidade do Governo Federal.

Quanto à recuperação, adequação e reforço estrutural em 502 pontes e viadutos. Atualmente encontram-se em fase de elaboração os projetos para licitação das obras, sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Planejamento e Programação de Investimentos/DNIT.

Metas 2012-2015

- Realizar a manutenção de 13.462,2 km de rodovias federais não pavimentadas

Análise Situacional da Meta

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT é responsável pela manutenção de 12.474,50 km de

rodovias federais não pavimentadas. A meta estabelecida de 13.462,2 km compreende o total da malha, considerando os segmentos de responsabilidade dos Departamentos Estaduais de Rodagem (DERs), estabelecidos por meio de convênios, trechos em fase de pavimentação, segmentos em fase de implantação e trechos em situação de leito natural.

Quantidade alcançada

8.562,8

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.487	km	1.070,8	31/12/2014
Região Nordeste	2.375,2	km	774,6	31/12/2014
Região Norte	7.728,3	km	5.996	31/12/2014
Região Sudeste	1.315,6	km	452,4	31/12/2014
Região Sul	556,1	km	269	31/12/2014

- **Realizar a manutenção de 52.950,6 km de rodovias federais pavimentadas, de forma permanente**

Análise Situacional da Meta

O Governo Federal tem tomado ações com vistas a assegurar melhores condições de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais. Para tanto, foram contratados serviços de manutenção da malha rodoviária federal, pavimentada e não pavimentada. Do total previsto estão sendo executados serviços em quase a totalidade das vias pavimentadas, com contratos variando de um ano - Conservação Tradicional, até contratos de cinco anos – CREMA (Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas), contemplando ações de recuperação funcional e estrutural do pavimento. Objetiva-se com o uso de contratos de maior duração que as empresas realizem intervenções mais duradouras, de modo a reduzir os seus custos de manutenção e aumentar a vida útil da rodovia. Consequentemente, tais trechos permanecerão em bom estado por mais tempo e ficarão interditados para reparos em menor frequência.

Quantidade alcançada

46.443,5

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	10.673,3	km	8.031,8	31/12/2014
Região Nordeste	18.439,3	km	16.530,8	31/12/2014
Região Norte	7.518	km	7.142,8	31/12/2014
Região Sudeste	9.495,5	km	6.858,7	31/12/2014
Região Sul	6.824,5	km	7.879,4	31/12/2014

- **Recuperar, adequar e reforçar 502 estruturas (pontes e viadutos) em estado crítico**

Análise Situacional da Meta

Quanto à recuperação, adequação e reforço estrutural em 502 pontes e viadutos, atualmente encontram-se em fase de elaboração os projetos para licitação das obras, sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Planejamento e Programação de Investimentos/DNIT.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0130 - Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão, desconcentrando a gestão da malha.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Em meados dos anos 90, o Brasil iniciou o programa de concessões de rodovias federais com o objetivo de oferecer vias de transporte capazes de prestar serviço de melhor qualidade aos usuários. Desse modo, houve a transferência da gestão de parte da malha rodoviária à iniciativa privada como forma alternativa de investimentos.

O programa de concessão rodoviária está estruturado em três etapas.

A Primeira Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais é composta por seis trechos, perfazendo uma extensão total de 1.315,90 km.

Com a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Segunda Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais, em sua Fase I, abrangeu 2624,40 km, englobando sete trechos rodoviários. Já a Fase II compreendeu a concessão de um trecho rodoviário com a extensão de 680,6 km.

Para as concessões da Segunda Etapa foram firmados em 2013 oito Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) (Autopista Planalto Sul, Autopista Litoral Sul, Autopista Regis Bitencourt, Autopista Fernão Dias, Rodovia do Aço, Autopista Fluminense, Transbrasiliana e ViaBahia) para execução das obras com cronogramas em atraso.

A Terceira Etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais, também integrante do PAC, está dividida em três fases, com extensão total de 7.313,3 km.

Atualmente, o Governo Federal administra 21 concessões rodoviárias, perfazendo um total de 9.969,6 km. Dentre estas, destaca-se a concessão da BR-101/RJ, Ponte Rio/Niterói (13,2 km), cujo processo preparatório para licitação de uma nova concessão encontra-se em andamento.

A continuidade da descentralização da malha rodoviária federal, visa ampliar a oferta da prestação de serviços, segurança e qualidade no deslocamento, e evolui por meio do Programa de Investimentos em Logística (PIL).

As principais características do PIL envolvem investimentos concentrados nos primeiros cinco anos da concessão (grandes extensões de duplicações, contornos, travessias e obras de arte), realização de estudos ambientais pelo Governo Federal como forma de agilizar o processo de licenciamento ambiental, seleção do concessionário pela menor tarifa de pedágio ofertada, tráfego urbano não pedagiado e início da cobrança de pedágio após a implantação de 10% das obras de duplicação previstas nos Programas de Exploração de Rodovias (PER).

As empresas concessionárias de rodovias federais devem cumprir uma gama de obrigações previstas nos contratos de concessão e nos PER, bem como devem orientar esforços para atingir parâmetros pré-estabelecidos de desempenho para os elementos físicos e operacionais. Com base nesses parâmetros são obrigatórias intervenções ao longo de todo o período de concessão, tais como: recuperação, operação, manutenção, conservação, monitoramento e melhoramentos. No ano de 2014, foram iniciados os Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI's) com a publicação de cinco Editais de Chamamento Público para empresas interessadas em elaborar os estudos para concessão de novos trechos rodoviários. O Edital de Chamamento nº 1/2014, da Ponte Rio-Niterói, foi publicado em 29/01/2014. Os demais Editais de Chamamento nº 2 a 5/2014 foram publicados em 03/02/2014.

As empresas interessadas devem elaborar os estudos que abrangem atividades como demanda, engenharia, operação, meio ambiente, modelagem econômico-financeira, além de apoio na elaboração de minutas de documentos, em conformidade com o Termo de Referência disponibilizado para cada Edital de Chamamento.

Os estudos visam à concessão de 2.625,40 km de rodovias. Os segmentos rodoviários e a quantidade de empresas autorizadas para a elaboração dos estudos estão apresentados a seguir:

- BR-101/RJ, Ponte Rio/Niterói: extensão de 13,2 km, com um Contrato de Concessão que se encerrará em 31/05/2015. 12 empresas foram autorizadas pela Portaria nº 52, publicada no DOU de 27/02/2014. 3 empresas entregaram os estudos de viabilidade técnico-econômica em 22 de setembro de 2014 e foi escolhido, por meio do Despacho do Ministro dos Transportes de 07 de outubro de 2014, como estudo vencedor o da CCR S.A.. Estes estudos foram em seguida submetidos ao Processo de Participação e Controle Social, por meio das Audiências Públicas nº 012 e 013/2014,

ocorridas entre 10 e 24 de outubro de 2014 e da Reunião Participativa nº 011/2014, ocorrida em 11 de novembro de 2014. Após ajustes, os estudos foram encaminhados ao Tribunal de Contas da União – TCU em 28 de novembro de 2014, em atendimento à Instrução Normativa nº 46 / 2004, a qual dispõe sobre a fiscalização dos processos de concessão para exploração de rodovias federais, inclusive as rodovias ou trechos rodoviários delegados pela União a estado, ao Distrito Federal, a município, ou a consórcio entre eles. O leilão da BR-101/RJ, Ponte Rio/Niterói está previsto para março de 2015;

•BR-476/153/282/480/SC/PR: com extensão de 493,3 km. Sendo o seu trecho entre Lapa (PR) e divisa SC/RS, passando por Chapecó (SC). 18 empresas foram autorizadas pela Portaria nº 58, publicada no DOU de 27/02/2014. A previsão de entrega dos estudos é 15 de janeiro de 2015, de acordo com a Portaria MT nº 396, de 14 de novembro de 2014;

•BR-364/060/MT/GO: com extensão de 703,7 km. Sendo o seu trecho entre Rondonópolis (MT), Jatáí (GO) e Goiânia (GO). 18 empresas foram autorizadas pela Portaria nº 59, publicada no DOU de 27/02/2014;

•BR-163/230/MT/PA: com extensão de 976,0 km. Sendo o seu entre entroncamento com a MT-220 até o Porto de Miritituba (PA). 20 empresas foram autorizadas pela Portaria nº 57, publicada no DOU de 27/02/2014. A previsão de entrega dos estudos é de 15 de janeiro de 2015, de acordo com a Portaria MT nº 396, de 14 de novembro de 2014;

•BR-364/GO/MG: com extensão de 439,2 km. Sendo o seu trecho entre Jatáí (GO) e entroncamento com a BR-153/MG (Comendador Gomes). 19 empresas foram autorizadas pela Portaria nº 56, publicada no DOU de 27/02/2014. A previsão de entrega dos estudos é de 15 de janeiro de 2015, de acordo com a Portaria MT nº 396, de 14 de novembro de 2014;

Metas 2012-2015

• Conceder 8.044 km de rodovias

Análise Situacional da Meta

Meta: Conceder 8.044 km das rodovias

A Meta referente ao Objetivo 0130 do Programa de Transportes Rodoviários abarca todos os trechos pertencentes às três fases da Terceira Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias, conforme a seguir:

•Fase I compreende as rodovias BR-040/DF/GO/MG, no trecho entre Brasília/DF e Juiz de Fora/MG, com extensão de 936,8 km e BR-116/MG, no trecho entre a Divisa dos Estados BA/MG e a Divisa dos Estados MG/RJ, com extensão de 816,7 km.

•Fase II compreende a rodovia BR-101/ES/BA, no trecho entre Divisa RJ/ES ao entroncamento com a BA-698 (acesso a Mucuri), com extensão de 475,9 km.

•Fase III compreende as rodovias BR-163/262/267/MS: BR-163/MS, no trecho entre a Divisa PR/MS a Divisa MS/MT, BR-262/MS, no trecho entre Entroncamento BR-163 a Divisa MS/SP e BR-267/MS, no trecho entre Entroncamento BR-163 a Divisa MS/SP, com extensão total de 1.423,3 km; BR-163/MT, no trecho entre a Divisa MS/MT a Sinop/MT, com extensão 821,6 km; BR-153/GO/TO e TO-080, no trecho entre Entroncamento BR-060 (Anápolis/GO) a Palmas/TO, com extensão de 814,0 km; BR-060/153/262/DF/GO/MG: BR-060/DF, no trecho entre Brasília/DF a Divisa DF/GO, BR-060/GO, no trecho entre Divisa DF/GO a Goiânia/GO, BR-153/GO, no trecho entre Goiânia/GO e Divisa GO/MG, BR-153/MG, no trecho entre Divisa GO/MG a Divisa MG/SP e BR-262/MG, no trecho entre o entroncamento da BR-153/MG a Betim/MG, com extensão total de 1.176,5 km; BR-101/BA, no trecho entre

Feira de Santana/BA e entroncamento com a BA-698, com extensão de 772,3 km; BR-050/GO/MG, no trecho entre Cristalina/GO e a Divisa MG/SP, com extensão de 425,8 km; BR-262/ES/MG, no trecho entre Viana/ES a João Monlevade/MG, com extensão 376,9 km.

Após a conclusão dos estudos de viabilidade, o escopo original anteriormente descrito evoluiu com as seguintes considerações:

- No que se refere à concessão das BR-163/262/267/MS, o Governo Federal concluiu pela retirada dos trechos das BR-262/267/MS (576,1 km);
- Com relação à concessão do trecho BR-163/MT, a extensão inicial foi alterada de 821,6 km para 850,9 km com a inclusão do trecho Sinop/MT ao Entroncamento MT-220;
- Quanto à concessão das BR-153/TO/GO e TO-080, foi realizada audiência pública em dezembro de 2013, concluindo-se pela retirada dos trechos na BR-153/TO, entre o entroncamento com a TO-070 (Aliança do Tocantins) e o entroncamento com a TO-080 (Paraíso do Tocantins) e a TO-080, entre Paraíso de Tocantins a Palmas (189,2 km);
- Em se tratando da concessão do trecho BR-050/GO/MG, a extensão inicial foi alterada de 425,8 km para 436,6 km, em virtude de mudança de traçado com passagem pelo Contorno de Uberlândia;
- No que se refere à concessão do trecho BR-262/ES/MG, houve supressão de 1,3 km devido ao trecho coincidente com a BR-116/MG;
- Com relação às BR-101/BA, BR-262/ES/MG e BR-116/MG, a ANTT aguarda orientações do Ministério dos Transportes sobre os próximos passos a serem seguidos.

Assim, as extensões preliminares referentes aos trechos relativos à terceira Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias foram redefinidas, passando de 8.044 km para 7.313,3 km. Desse total, 5.348,7 km tiveram o processo licitatório consolidado, resultando em expressivos deságios sobre a tarifa máxima estipulada. O desenvolvimento dos projetos de concessão resultou na redução de 730,7 km (9,08%) da meta inicialmente prevista no PPA, sem diminuição dos esperados benefícios à sociedade, dispostos no objetivo 0130. Contribuíram para o avanço de 5.348,7 km, verificados em 2014 e os 912,5 km referentes à assinatura de contratos de leilões realizados em 2013.

O contrato de concessão da BR-101/ES/BA foi assinado em abril de 2013, e o início da concessão se deu em maio do mesmo ano. Atualmente estão em execução intervenções de cunho estrutural nos pavimentos e melhorias funcionais e operacionais nos demais elementos do sistema rodoviário.

Os contratos dos empreendimentos que fazem parte do escopo do PIL estabelecem que, para o início da cobrança de pedágio, há necessidade da implantação de no mínimo 10% das obras de duplicação previstas no PER. Abaixo segue descrição do avanço das obras realizadas em 2014:

- BR-040/DF/GO/MG, duplicação de 557,20 km, com execução de 6,28% em 2014.
- BR-060/153/262/DF/GO/MG, duplicação de 647,80 km, com execução de 5,80% em 2014.
- BR-050/GO/MG, duplicação de 218,90 km, com execução de 9,8% em 2014.
- BR-163/MS, duplicação de 806,30 km, com execução de 2,37% em 2014.
- BR-163/MT, duplicação de 453,60 km, com execução de 4,15% em 2014.

Quantidade alcançada

5.348,7

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
------------------------	-------	---------	-----------------	------

Região Centro-Oeste	3.458	km	2.910,9	31/12/2014
Região Nordeste	772,3	km	0	31/12/2014
Região Norte	368,9	km	179,7	31/12/2014
Região Sudeste	3.445,2	km	2.258,1	31/12/2014

OBJETIVO: 0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

No transporte rodoviário, o Governo Federal tem priorizado os investimentos destinados à melhoria das condições de fluxos de cargas e passageiros, de forma a eliminar pontos de estrangulamento em eixos rodoviários, propiciar o desenvolvimento de regiões, facilitar o escoamento da produção agroindustrial e promover a integração nacional e com os países da América do Sul. Os investimentos realizados no período do PPA voltados às ações de adequação de rodovias constituem prioridade dentre os empreendimentos constantes da carteira do PAC e são acompanhados dentro da estrutura de governança deste Programa, que busca maior eficiência nas entregas do governo e rápida solução de entraves que possam atrasar a conclusão das obras.

O processo de adequação de capacidade refere-se, portanto, à melhora nas condições de tráfego de uma rodovia, que pode vir tanto por meio de uma duplicação como pela construção de terceiras faixas, viadutos e outras obras similares. Com isso, espera-se atender às demandas decorrentes do crescimento populacional, do aumento da frota de veículos, da ascensão na produção agroindustrial e dos decorrentes fluxos de cargas, tanto internamente como para exportação. Adicionalmente, a melhora no fluxo de veículos traz um importante ganho em relação à segurança, ao permitir a melhor segregação do tráfego que segue em diferentes velocidades, reduzindo o risco de acidentes.

Até dezembro de 2014 foram concluídos 1.726,20 km de obras de adequação rodoviária, sendo que o restante está em execução ou em fase de ação preparatória.

Metas 2012-2015

• Adequar 5.103,7 km de rodovias federais

Análise Situacional da Meta

Obras concluídas em 2013, no contexto desta meta:

Ago/2013: BR-101/PE/PB/RN – Duplicação

Set/2013: BR-050/MG – Duplicação Uberlândia – Araguari .

Obras concluídas em 2014, no contexto desta meta:

BR-365/MG – Trevão – Uberlândia

BR-101/SC – Palhoça – Div. SC/RS

BR-060/GO – Goiânia – Jataí

BR-101/SE – Divisa AL/SE – Divisa SE/BA

Quantidade alcançada

1.726,2

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	362,2	km	0	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Norte	26,3	km	0	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1.024,8	km	606,5	31/12/2014
Vetor Logístico Leste	545,2	km	394,1	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	819,5	km	29,6	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	1.362,7	km	366,7	31/12/2014
Vetor Logístico Sul	963	km	329,3	31/12/2014

OBJETIVO: 0132 - Ampliar a capacidade dos acessos terrestres aos portos, por vias federais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Uma das grandes preocupações do Governo Federal, refletida em programas como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e o PIL (Programa de Investimentos em Logística) é aumentar a sinergia entre os diversos modais, o que implica, entre outras coisas, em investimentos nos acessos terrestres aos portos. Pretende-se, com isso, facilitar o escoamento da produção agroindustrial do país, aumentar a competição entre os portos e diminuir a pressão sobre áreas portuárias tradicionais e, indiretamente, fomentar a navegação de cabotagem, ao facilitar a interligação por via marítima das diferentes regiões do país.

O PPA 2012-2015 já previu uma série de empreendimentos nesta linha, que estão em diferentes fases de execução, conforme pode ser visualizado na meta deste objetivo. Em 2014, destaca-se a formalização dos convênios para acesso ao porto de Aratú/BA e porto de Pecém/CE, a liberação ao tráfego do acesso ao porto de Itaguaí/RJ, e a licitação do acesso ao porto de Miritituba/PA como lançamento do edital no início de 2015.

Metas 2012-2015

- Adequar 402,9 km de acesso portuário, por meio de rodovias federais

Análise Situacional da Meta

Esta meta prevê a adequação de acessos a 5 portos: Pecém no Ceará, São Francisco do Sul em Santa Catarina - não licitou, Salvador na Bahia, Pelotas no Rio Grande do Sul e Itajaí em Santa Catarina. A Via Expressa para o porto de Salvador foi concluída em dezembro/2013. Os outros empreendimentos estão em diferentes estágios de execução. São Francisco do Sul, Pelotas e Rio Grande estão com problemas ambientais, sendo tratados com as secretarias de meio ambiente do RS. Em 2014 destaca-se a assinatura dos convênios do acesso ao Porto de Aratu/BA. O acesso ao porto de Pecém/CE tem previsão de conclusão para 2015, assim como a liberação do tráfego das obras do acesso ao porto de Itaguaí/RJ. Além disso, no início de 2015, será publicado o edital do acesso ao porto de Miritituba/PA.

Quantidade alcançada

198,3

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	15	km	0	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	4,3	km	4,3	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	217,7	km	194	31/12/2014
Vetor Logístico Sul	165,9	km	0	31/12/2014

OBJETIVO: 0136 - Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O tráfego rodoviário pode ter sérios impactos negativos nas aglomerações urbanas sob vários aspectos, tais como a segurança de motoristas e pedestres, níveis de ruído e poluição, concorrência entre o tráfego local e o de longa distância, entre outros. Para mitigar tais impactos pode-se tanto optar pela construção de contornos rodoviários, que desviam o tráfego intermunicipal para fora das regiões com maior adensamento populacional, como pela implementação de travessias urbanas, que, embora atravessem os municípios, o fazem de forma segregada, com mecanismos para a redução dos impactos no tráfego local e na qualidade de vida da população.

Dentre os empreendimentos nesta categoria previstos no PPA 2012-2015, destaca-se o rodoanel de São Paulo, uma

rodovia com acesso restrito que contornará a Região Metropolitana num distanciamento de 20 a 40 km do centro do município. A sua extensão total será de 177 km, interligando os grandes corredores de acesso à metrópole: Anhanguera, Bandeirantes, Castelo Branco, Raposo Tavares, Régis Bittencourt, Imigrantes, Anchieta, Ayrton Senna, Dutra e Fernão Dias. O projeto contempla dispositivos e medidas operacionais que visam reduzir as consequências de acidentes com cargas perigosas, controlando e impedindo a contaminação ambiental. Nos túneis, está prevista a implantação de sistemas de ventilação e filtros, facilitando a dissipação dos gases já devidamente filtrados.

Destaca-se no ano de 2014 a conclusão das obras da travessia de Luis Eduardo Magalhães na Bahia e do Contorno de Cuiabá, o começo das obras do trecho Santa Guilhermina - Manilha no Rio de Janeiro, a conclusão do Contorno de Vitória e contratação das obras da travessia urbana de Porto Velho.

Metas 2012-2015

• Construir 19 contornos ou anéis rodoviários

Análise Situacional da Meta

Até 2013, foram concluídos os seguintes contornos ou anéis rodoviários: Cascavel e Maringá no Paraná, Barreiras na Bahia, Vitória no Espírito Santo e Aracajú no Estado de Sergipe.

O contorno de Mossoró (RN) está em fase de conclusão, com entrega prevista para final de 2015.

Vários contornos estão ainda em fase preparatória, com atividades como licenciamento ambiental e preparação para a licitação. Destaca-se o uso do regime diferenciado de contratação (RDC), que busca a aceleração na execução e entrega das obras. O contorno de Recife (PE) já está contratado através de convênio com o Governo do Estado. Do trecho sul do Anel Metropolitano de Belo Horizonte (MG), foram retiradas as Obras de Arte Especiais do convênio e serão licitadas à parte. O restante está com o Governo do Estado em fase preparatória.

Destaca-se, ainda, o início da construção do trecho norte do Rodoanel de São Paulo (SP), com conclusão da obra prevista para junho de 2015. O Anel Rodoviário do Rio de Janeiro (RJ) tem o trecho do convênio concluído. O Trecho Manilha - Santa Guilhermina já foi contratado (RDCi) tendo o projeto executivo em fase de aceitação, com previsão de conclusão da obra em 2017.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	0	31/12/2014
Região Nordeste	6	unidade	2	31/12/2014
Região Norte	1	unidade	0	31/12/2014
Região Sudeste	6	unidade	1	31/12/2014
Região Sul	4	unidade	2	31/12/2014

• **Construir 20 travessias urbanas**

Análise Situacional da Meta

Até 2013, foram concluídas as seguintes travessias urbanas: Sorriso, no Mato Grosso, Colinas do Tocantins, Guaraí e Miranorte, no estado do Tocantins, Ji-Paraná e Pimenta Bueno em Rondônia e Professor Jamil em Goiás. A Travessia Urbana de Porto Velho (RO) está com a obra contratada. As travessias de Campo Grande (MS) e Cuiabá (MT) estão em fase de conclusão. A obra em Luiz Eduardo Magalhães (BA) foi concluída. Em Uberaba (MG), o segmento 2 está concluído. A travessia urbana em Lajes (SC) foi concluída no final de 2014.

Alguns empreendimentos ainda estão em fase preparatória, com atividades de licenciamento e preparação para a licitação, entre outras.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	5	unidade	3	31/12/2014
Região Nordeste	2	unidade	0	31/12/2014
Região Norte	8	unidade	5	31/12/2014
Região Sudeste	2	unidade	0	31/12/2014
Região Sul	3	unidade	1	31/12/2014

OBJETIVO: 0137 - Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O Brasil ainda possui uma malha rodoviária cuja extensão está aquém das necessidades de escoamento de mercadorias e de integração nacional e sul-americana. Assim, o governo federal tem investido na construção de novas rodovias de modo a aumentar a abrangência da rede, reduzindo os custos de transporte e trazendo conforto e bem-estar à população.

Adicionalmente, com a criação, em 2012, da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e o lançamento do Programa de Investimentos em Logística (PIL), objetiva-se uma melhora na capacidade de planejamento do setor, que permitirá a definição mais precisa dos futuros empreendimentos a serem conduzidos.

Ressalta-se em 2014 a contratação para duplicação de 4 lotes na BR-101/BA, 6 Lotes na BR-116/BA, 1 Lote na BR-163/364/MT. Quanto a projetos de implantação destacam-se 4 lotes na BR-235/BA e o início das obras da BR-381/MG, BR-470/SC e BR-280/SC.

Metas 2012-2015

• **Construir 5007,9 km de rodovias**

Análise Situacional da Meta

Fev/2013: BR-235/BA – Construção – Canché – Uauá

Jul/2013: BR-364MG – Implantação e Pavimentação – Gurinhata – Divisa MG/GO Ago/2013: BR-020/PI –

Pavimentação – Div. BA/PI – São Raimundo Nonato/PI Ago/2013: BR-158/MT – Construção – Alô Brasil – Ribeirão Cascalheira

Set/2103: BR-487/PR – Pavimentação Cruzeiro do Oeste – Tuneiras do Oeste

Dez/2013: BR-135/PI – Pavimentação - Bertolínea – Eliseu Martins

Alguns empreendimentos já estão em fase final de construção, tais como:

BR-226/RN, construção e pavimentação do trecho entre Pau dos Ferros (RN) e a divisa RN/CE: conclusão no final de 2014,e, a BR-418/BA, construção do trecho entre Caravelas (BA) e o entroncamento com a BR-101.

Dentre os empreendimentos em fase preparatória, destacam-se:

BR-146/MG, pavimentação do trecho entre Passos (MG) e Bom Jesus da Penha (MG): Construtora já contratada com previsão de conclusão para 2016.

BR-158/PR, construção do trecho entre Campo Mourão (PR) e Palmital (PR): em fase de início das obras.

BR-285/SC, pavimentação do trecho entre Timbé do Sul (SC) e a divisa SC/RS: em fase de licitação (RDC Integrada), com previsão de início das obras em junho de 2014.

BR-487/PR, construção e pavimentação do trecho entre Porto Camargo (PR) e Campo Mourão (PR): Licitação concluída e empresa contratada, obras já iniciadas.

Também é importante mencionar a pavimentação da BR-163, no trecho entre Rurópolis (PA) e Santarém (PA), que, até o presente momento, está com 70% de execução física e conclusão prevista para dezembro de 2015.

Quantidade alcançada

1.229,4

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	1.565,3	km	285	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Norte	885,5	km	174,4	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	646	km	350,8	31/12/2014
Vetor Logístico Leste	245,3	km	105,1	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	573,5	km	74,1	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	404,3	km	124,3	31/12/2014
Vetor Logístico Sul	366,4	km	115,7	31/12/2014

OBJETIVO: 0138 - Aumentar a interligação rodoviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento, criando correntes logísticas na região.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A melhoria das condições de logística é fundamental para uma integração bem-sucedida dos países da América do Sul. No contexto da Unasul – União de Nações Sulamericanas, a IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana) busca a identificação de projetos que possam alcançar o objetivo de melhor interconexão entre as nações da região, sendo que parte deles já está em execução no PPA 2012-2015.

Destacam-se em 2014 a formalização do convênio de um lote da BR-156/AP (Tronco Sul).

Metas 2012-2015

• Construir 1.207,7 km de rodovias fronteiriças

Análise Situacional da Meta

A situação dos empreendimentos previstos no PPA 2012-2015 no contexto desta meta é a seguinte:

Eixo do Escudo Guianês - BR-156/AP: a pavimentação do trecho entre Ferreira Gomes (AP) e Oiapoque (AP) apresenta 70% de execução física, com conclusão prevista para dezembro de 2016, devido à realocação de 8 aldeias, fato este impeditivo para a conclusão de um dos dois lotes remanescentes e que tem exigido especial atenção ao empreendimento. A pavimentação do Subtrecho Calçoene - Oiapoque, relativo ao lote 1 e com extensão de 56 km, foi concluída. O trecho entre Laranjal do Jarí (AP) e o entroncamento com a BR-210/AP encontra-se em fase preparatória, tendo o anteprojeto de engenharia sido aprovado em 4 lotes. O Lote 1 partindo de Laranjal do Jari e finalizando com o Lote 4 no Entroncamento com a BR-210/AP. Os lotes 1 e 2 encontram-se em fase de licenciamento ambiental. Os lotes 3 e 4 estão licenciados e com previsão de publicação do edital em setembro de 2014. Prazo de conclusão da obra em 2017.

Eixo Amazônico - BR-364/AC: a construção e pavimentação do trecho entre Sena Madureira (AC) e Cruzeiro do Sul (AC) está com 100% de execução física. Alguns trechos não foram recebidos pelo DNIT, uma vez que sua qualidade estava em desacordo com as especificações. Em tais casos foi solicitado ao executor da obra a correção das irregularidades; paralelamente o DNIT continua avaliando a qualidade do pavimento, com previsão de conclusão dos serviços até Janeiro de 2015. Alguns trechos já têm contratos de manutenção de forma preventiva.

Eixo Peru-Brasil-Bolívia - BR-429/RO: no trecho entre Alvorada d'Oeste (RO) e São Miguel (RO) já foram pavimentados 78,3 km, no entanto o DNIT detectou problemas na qualidade do pavimento e estabeleceu uma comissão para analisá-los. A finalização desta obra tem como fato impeditivo principal a liberação da questão ambiental (geoglifos). Ainda há quinze obras de arte especial (pontes, viadutos entre outras) em construção. Para essas, a expectativa de conclusão é dezembro de 2015.

Quantidade alcançada

56

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Eixo Amazônico	349	km	0	31/12/2014
Eixo do Escudo-Guianês	553,2	km	56	31/12/2014
Eixo Peru-Brasil-Bolívia	305,5	km	0	31/12/2014

• Construir 3 pontes internacionais

Análise Situacional da Meta

A situação dos empreendimentos previstos no PPA 2012-2015 no contexto desta meta é a seguinte: No Eixo de Capricórnio, na BR-116/RS, são as obras de restauração da antiga ponte e construção de uma nova parte entre Brasil e Uruguai, Jaguarão (RS). A fase preparatória da ponte em Jaguarão/RS foi superada, com previsão de início da obra em janeiro de 2015.

No Eixo do Escudo Guianês, na BR-156/AP, a obra de construção da ponte internacional sobre o rio Oiapoque está concluída.

Finalmente, no Eixo Hidrovia do Paraguai-Paraná, na BR-277/PR, a construção da segunda ponte internacional de Foz do Iguaçu (PR) foi contratada em maio de 2014 e tem previsão de conclusão em 2016.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná	1	unidade	0	31/12/2014
Eixo de Capricórnio	1	unidade	0	31/12/2014
Eixo do Escudo-Guianês	1	unidade	1	31/12/2014

OBJETIVO: 0139 - Ampliar a malha rodoviária federal, de forma a promover a ligação entre todos os estados brasileiros, rompendo com o isolamento regional.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O bioma amazônico apresenta particularidades em relação ao restante do País, especialmente no que tange aos transportes. O aproveitamento do potencial hidroviário, com maior compatibilidade e adequação às características e a sustentabilidade local, deve ser orientador da política. Contudo, não se pode relegar a complementação modal necessária ao desenvolvimento da região. Rodovias de integração nacional, como a BR-210 e BR-230, conhecidas como Perimetral Norte e Transamazônica, permitirão as interligações terrestres entre os estados do Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Amapá e Acre, abrangendo grande parte da região Norte do País.

Destacam-se em 2014, a conclusão de 2 lotes na BR-230/PA, a publicação de do edital para contratação de 7 pontes remanescentes na BR-163/PA e a formalização do convênio para o tronco sul da BR-156/AP.

Metas 2012-2015

• **Construir 1.816,2 km de rodovias**

Análise Situacional da Meta

A situação dos empreendimentos previstos no PPA 2012-2015 no contexto desta meta é a seguinte:

BR-230/PA, construção e pavimentação do trecho entre a divisa PA/TO e Rurópolis (PA): 40,3% de execução física, conclusão prevista para julho de 2019. No trecho entre Medicilândia e Rurópolis foram detectados, durante o licenciamento ambiental, alguns ajustes a serem efetuados no projeto, decorrentes do fato de a rodovia passar próxima a terras indígenas. Em 2015 serão licitadas 64 pontes por RDC Integrado.

BR-317/AM, construção e pavimentação do trecho entre Boca do Acre (AM) e a divisa AM/AC: 70 km concluídos. Restam trinta em terras indígenas e outros dez ainda a serem licitados. Para a área no interior de terras indígenas é necessária a elaboração de um PBA (Projeto Básico Ambiental) indígena, atualmente em fase de contratação. Será elaborado um anteprojeto pelo DNIT para os 40 km, e assim, viabilizar a licitação via RDC Integrado.

BR-319/AM, restauração e pavimentação do trecho entre Manaus (AM) e Porto Velho (RO): a maior parte dos trechos está em fase preparatória. A relevância ambiental do trecho, que atravessa a floresta amazônica, demanda uma atenção especial do ponto de vista do licenciamento ambiental e do respeito às populações indígenas ao redor da rodovia. Note-se ainda que, para vários dos trechos construídos ou recuperados, adotou-se o Exército como executor, uma vez que este possui grande experiência com obras de engenharia na região.

BR-432/RR, construção do trecho entre Vila Nova Paraíso (RR) e o entroncamento com a BR-401: as obras foram iniciadas recentemente, sendo que alguns trechos serão licitados em 2015. A conclusão prevista é para agosto de 2017.

Quantidade alcançada

329,4

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	1.816,2	km	329,4	31/12/2014

OBJETIVO: 0140 - Adequar as interseções das rodovias federais pavimentadas que apresentem travessias fluviais ou cruzamento de vias, de forma a garantir a continuidade do tráfego.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

As dimensões das Obras de Arte Especial – OAE (pontes) normalmente têm suas larguras vinculadas às dimensões das rodovias. Em muitos casos, os vãos mínimos (largura entre pilares) e os calados aéreos (altura livre entre a parte inferior da plataforma e a linha d’água) dessas pontes não foram dimensionados de modo a permitir a navegação no curso d’água transposto, impedindo a passagem de “embarcações-tipo” (embarcações padrões) e prejudicando a logística nacional. Assim, os empreendimentos em realização no contexto deste objetivo buscam adequar tais construções de modo a aumentar a trafegabilidade das hidrovias brasileiras, objetivando a redução nos custos de logística para o país e reduzindo seu impacto ambiental. Neste caso pode-se destacar a construção da Ponte do Rio Abunã na BR-364/RO prevendo o gabarito de navegação, a conclusão dos dolphis da ponte sobre o Rio Madeira na BR-319/RO que permitirá a navegação mais segura, a contratação da ponte de Foz do Iguaçu e da Ponte do Guaíba.

Metas 2012-2015

• **Construir 11 pontes sobre travessias fluviais**

Análise Situacional da Meta

Vetor Centro-Norte:

BR-153/PA/TO, ponte sobre o rio Araguaia – Xambioá (TO): em fase preparatória, será licitada por RDC.

Vetor Centro-sudeste:

BR-158/SP/MS, construção do acesso do lado do estado de São Paulo: concluído em março de 2012.

BR-262/SP/MS, ponte sobre o rio Paraná – Três Lagoas (MS) a Castilho(SP): 90% de execução física da ponte. Os acessos têm previsão de conclusão prevista para junho de 2015. BR-153/GO, ponte sobre o rio Paranaíba – Itumbiara (GO): em fase preparatória, licitação prevista para junho de 2015.

Vetor Amazônico:

BR-319/RO, ponte sobre o rio Madeira: 98% de execução física, aguarda conclusão das obras de realocação das famílias para construção do acesso na margem de Porto Velho. Previsão de conclusão das obras de realocação das famílias em fevereiro de 2015.

BR-364/RO, ponte sobre o rio Madeira em Abunã: obra iniciada em dezembro de 2013, com previsão de conclusão para novembro de 2016.

Vetor Leste:

BR-080/GO, ponte sobre o rio Araguaia: em fase de licitação.

Vetor Sul:

BR-285/RS, ponte sobre o Rio das Antas: Em fase de licitação.

BR-116/290/RS, 2ª ponte sobre o rio Guaíba: previsão de início das obras para o primeiro semestre de 2015.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	2	unidade	1	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Norte	2	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3	unidade	1	31/12/2014
Vetor Logístico Leste	1	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Sul	2	unidade	0	31/12/2014

OBJETIVO: 0280 - Propiciar maior segurança ao usuário e a conservação da infraestrutura rodoviária, por meio da fiscalização e da utilização de sistemas e equipamentos de controle dos limites de velocidade e de pesagem contínua.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, que criou a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT estabelece em seu artigo 22 a esfera de atuação da ANTT. Entre os aspectos elencados no referido artigo constam como atuação o transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e o transporte rodoviário de cargas. De acordo com o inciso VIII do artigo 24 do mesmo instrumento legal, cabe à ANTT fiscalizar a prestação dos serviços e a manutenção dos bens arrendados, cumprindo e fazendo cumprir as cláusulas e condições avençadas nas outorgas e aplicando penalidades pelo seu descumprimento. Destaca-se também o inciso XVII do artigo 24 que estabelece que a ANTT tem atribuição para exercer, diretamente ou mediante convênio, as competências expressas no inciso VIII do art.21 da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, nas rodovias federais por ela administradas, a saber; fiscalizar, autuar, aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis, relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar.

No Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (TRIIP) são fiscalizados pela ANTT o serviço de transporte regular e o serviço de transporte mediante fretamento. Tais fiscalizações podem ocorrer em terminais rodoviários de passageiros, em rodovias, em viagens embarcadas, em garagens e em locais específicos, propiciando maior segurança e qualidade no serviço prestado aos passageiros e à sociedade.

Por sua vez, no Transporte Rodoviário de Cargas (TRC) são fiscalizados pela ANTT o excesso de peso, dimensões e lotação de veículos (EP), o pagamento eletrônico de frete (PEF), o Registro Nacional do Transportador Rodoviário de Cargas (RNTRC), o transporte rodoviário de produtos perigosos (TRPP), o transporte rodoviário internacional de cargas (TRIC) e as exigências quanto o Vale Pedágio Obrigatório (VP). As fiscalizações do TRC podem ocorrer nas rodovias, dependências de empresas e locais específicos conforme demandas judiciais, a fim de assegurar o cumprimento das exigências normativas referentes a autorização para o transporte de carga.

Ainda com relação à fiscalização por parte da ANTT, com o intuito de ampliar a atuação da Agência em todo território nacional, a ANTT desenvolve convênios e termos de cooperação com diversos órgãos, visando abranger a maior quantidade possível de locais a serem fiscalizados.

Metas 2012-2015

- **Implantar e operar 220 equipamentos de medição de peso**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional de Pesagem – PNP foi elaborado pelo DNIT em parceria com o Centro de Excelência em Engenharia

de Transportes – CENTRAN no ano de 2006, e visa fiscalizar o excesso de peso transportado na malha rodoviária federal. Atualmente, o DNIT está efetuando a transição para um novo modelo de fiscalização, com a introdução dos Postos Integrados Automatizados de Fiscalização – PIAFs. Para tal, foram publicados editais para a contratação de 35 postos nesse modelo, com previsão de assinatura dos contratos em 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar e operar 2.696 equipamentos de controle de velocidade e fluxo**

Análise Situacional da Meta

O Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade (PNCV) tem como objetivo principal a redução do número de acidentes e o aumento dos níveis de segurança dos usuários das rodovias federais. Este programa tem como previsão a instalação de 2.696 equipamentos de controle de velocidade para o monitoramento de 5.392 faixas de trânsito. No período do PPA 2012-2015, foi autorizada a instalação de 3.342 equipamentos eletrônicos de controle de velocidade. Destes, 2.756 encontram-se instalados e em operação. Encontram-se em fase de instalação 586 equipamentos.

Quantidade alcançada

2.756

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	596	unidade	460	31/12/2014
Região Nordeste	788	unidade	907	31/12/2014
Região Norte	195	unidade	206	31/12/2014
Região Sudeste	715	unidade	654	31/12/2014
Região Sul	402	unidade	529	31/12/2014

OBJETIVO: 0281 - Estruturar o planejamento e a gestão da infraestrutura rodoviária federal de transportes.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Diversas ações, projetos e estudos estão sendo executados no âmbito do Ministério dos Transportes e de seus órgãos vinculados no sentido de promover o adequado aproveitamento da infraestrutura de transporte existente, bem como avaliar a necessidade de ampliação dos modos segundo os critérios de eficiência e economia. A visão estratégica estabelecida pelo Ministério, a partir do Plano Nacional de Logística em Transporte - PNLT, e que terá continuidade com o Programa de Investimentos em Logísticas – PIL, realinou as iniciativas dos órgãos como Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT e a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, responsáveis respectivamente pela infraestrutura e operações de transportes rodoviários. Destaca-se, ainda, a criação da EPL (Empresa de Planejamento e Logística), que objetiva realizar o planejamento de longo prazo do setor, não apenas para o modal rodoviário, mas pensando uma visão integrada de logística de transportes, buscando a redução nos custos dos transportes e um contínuo aumento da qualidade dos serviços prestados. Entre os trabalhos desenvolvidos até 2014, podemos destacar:

- Com o objetivo de melhorar o escoamento de produção e integração multimodal, reduzindo os custos de transportes, foi elaborado pelo DNIT o Plano de Avaliação Socioeconômica de Projetos de Infraestrutura de Transportes – PAS, sendo este um planejamento de médio e longo prazo para a realização de estudos técnicos e de viabilidade socioeconômicos para o período de 2012-2016. Os empreendimentos de infraestrutura contemplados pelo PAS fazem parte da carteira de investimentos compostos pelo PPA e pelo PNLT, bem como os localizados em áreas de expansão produtivas e com um

expressivo volume de tráfego que não foram atendidos pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Com a implementação do PAS é possível obter informações para o desenvolvimento das atividades técnicas de gestão, possibilitando uma visão aprimorada da necessidade de expansão, adequação e integração de vias de transportes, além da sistematização do processo de obtenção dos dados.

- Contratação de Serviços de contagem de Tráfego em pontos específicos da malha Rodoviária Federal, para atender a necessidade da retomada do Plano Nacional da Contagem de Tráfego, no qual o DNIT em parceria com o IPR – Instituto de Pesquisas Rodoviárias e UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, desenvolveram um estudo que resultou na identificação da necessidade de implantação de 320 Postos de Contagem Permanente, com objetivo de representar a Sazonalidade na Malha Rodoviária Federal pavimentada em 3.676 subtrechos homogêneos de tráfego.

- Calibração e aferição do Modelo HDM-4 para as Condições da Rede Rodoviária do Brasil. O HDM-4 (Highway Development and Management Model), ferramenta difundida pelo Banco Mundial e utilizada em mais de 40 países, é um modelo matemático que simula as condições físicas e econômicas do modo de transporte rodoviário para alternativas de intervenções e cenários de investimentos especificados pelos usuários considerando determinado período de análise.

- Aprimoramento da Gerência de Pavimentos – o sistema de Gerência está sendo remodelado para que o DNIT possa planejar de modo mais eficiente as intervenções de manutenção da Malha rodoviária federal.

- Estudos iniciais para o Planejamento Estratégico de Geoinformações em Transportes - PEGEO, em conjunto com as entidades vinculadas ao Ministério dos Transportes e com a Secretaria Especial de Portos, ANTAQ e Secretaria de Aviação Civil. O projeto tem por finalidade estabelecer missão, visão, valores, objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas para o uso de geoinformação no Setor de Transportes, com qualidade tal que o torne um plano exequível, contínuo, atual e representativo.

- Elaboração de um estudo para a definição das Diretrizes Socioambientais do Ministério dos Transportes (MT), partindo-se de uma revisão do documento “Política Ambiental do Ministério dos Transportes, através de Contrato celebrado entre o MT e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para prestação de serviços técnicos especializados para realização desse estudo. O resultado deste trabalho deverá permitir a elaboração de diretrizes e ações socioambientais com vistas a subsidiar a formulação de políticas públicas do setor.

- Estudos para Desenvolvimento de Metodologia para Implementação de Documentos Eletrônicos aplicados aos Processos Logísticos com vista a agilizar as Operações do Transporte de Carga Conteneirizada. Este estudo objetiva a análise dos atuais procedimentos documentais e operacionais utilizados nas diversas modalidades de transporte, simplificando a burocracia, no sentido de propor processos com maior segurança, celeridade e confiabilidade com ênfase na utilização do contêiner como equipamento de transporte. A importância do trabalho proposto pode ser medida pelas vantagens obtidas com o emprego de processos da Tecnologia da Informação e da Comunicação – TIC, de modo a proporcionar benefícios às operações com carga conteneirizada, reduzindo o chamado “Custo Brasil”. Esse estudo foi formalizado em 2014 com a Universidade Federal Fluminense – UFF, por meio de Termo de Execução Descentralizada, com início previsto para janeiro de 2015 e conclusão prevista para junho de 2016.

- A EPL, visando a realização de estudos para traçar as características da demanda de transporte de cargas no Brasil, contratou uma empresa especializada em maio de 2014, com previsão de encerramento em fevereiro de 2015, que através de formulário estruturado para aplicação via internet, apresentará os dados que serão utilizados para uma segunda contratada, que tem como objetivo o planejamento, execução, supervisão, codificação, tabulação e geração de resultados da Pesquisa Origem e Destino do transporte rodoviário de carga e de veículos de passeio e pesquisas de contagem volumétrica classificatória de veículos nas rodovias brasileiras.

Metas 2012-2015

- **Elaborar o relatório de avaliação anual das condições de qualidade e trafegabilidade da malha rodoviária federal**

- Análise Situacional da Meta**

- O DNIT executa, anualmente, levantamentos para avaliação funcional da malha rodoviária federal com a finalidade de

identificar as condições de qualidade e trafegabilidade. Os resultados obtidos por meio desses levantamentos visam subsidiar no planejamento da Autarquia, no que tange, principalmente, as intervenções de manutenção sob sua administração.

Nos exercícios de 2012 a 2014 a condição da malha rodoviária federal apresentou os seguintes resultados: Bom, Regular e Ruim, respectivamente.

- Condição da malha no exercício de 2012 – Bom 60%, Regular 19%, Ruim 20%.
- Condição da malha no exercício de 2013 – Bom 60%, Regular 24%, Ruim 16%.
- Condição da malha no exercício de 2014 – Bom 60%, Regular 24%, Ruim 16%.

• **Implantar o Sistema Gerencial Único com todo o banco de dados de infraestrutura de transportes centralizada**
Análise Situacional da Meta

O planejamento do projeto de Levantamento, Documentação e Categorização dos Metadados* de Bases de Dados Georreferenciados existentes no Ministério dos Transportes (MT) e nos órgãos vinculados foi iniciado em 2012. O Projeto visava efetuar o levantamento e documentação dos metadados de todos os sistemas desenvolvidos com tecnologias de geoprocessamento existentes no ministério e órgãos vinculados (DNIT, ANTT, ANTAQ e VALEC), a fim de subsidiar o estabelecimento das diretrizes e padrões para a implantação de banco de dados georreferenciados do MT observando o estabelecido pela infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE, instituída pelo Decreto nº 6.666/2008, e as normas relativas à Cartografia Nacional criadas pela Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR. A importância do trabalho proposto pode ser medida pelas vantagens a obter com o emprego de padrões de metadados, tais como:

- diminuição nos custos tecnológicos na produção e utilização de dados georreferenciados;
- aumento na comunicação e integração de dados georreferenciados;
- aumento na quantidade de produtores potenciais da informação;
- aumento de dados produzidos.

Ao final de 2013, com a finalidade de uma melhor adequação entre os órgãos vinculados e órgãos afins ou de objetivos colimados, a proposta inicial evoluiu para uma estratégia mais abrangente, de sorte que se desenvolveu o Planejamento Estratégico de Geoinformações em Transportes - PEGEO, em conjunto com as entidades vinculadas ao Ministério dos Transportes e com a Secretaria Especial de Portos, ANTAQ e Secretaria de Aviação Civil.

Como previsto, no ano de 2014, o PEGEO foi concluído e atingiu a objetivo de estabelecer missão, visão, valores, objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas para o uso de geoinformação no setor de transportes, com qualidade tal que o tornou um plano exequível, contínuo, atual e representativo.

A estratégia estabelecida pelo PEGEO busca padronizar as informações, mantendo-as atualizadas e prevenindo riscos de duplicidade de informações produzidas internamente ou solicitadas de outras entidades. Prima, ainda, pela diminuição dos riscos de contratações de levantamento de informações repetidas, o que geraria gastos desnecessários; uso de informações desatualizadas; ambiguidades e atraso nas demandas internas e externas.

No segundo semestre de 2014, foi implantada a versão inicial da Infraestrutura de Dados Espaciais em Transportes (IDE-T), iniciativa oriunda do PEGEO. A IDE-T consiste em um sistema gerencial único e centralizado do banco de dados de infraestrutura de transporte. Com a implantação da IDE-T, os resultados esperados são: padronização, governança, atualização, acessibilidade e disponibilização eficientes e eficazes.

Tal projeto visa aprimorar a disponibilidade, qualidade e integração das informações para o setor transportes e público externo, atendendo ao Decreto nº 6.666/2008 referente à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE.

Dentre os produtos já desenvolvidos no projeto, em fase de implantação, está o Portal da IDE-T que proporcionará acesso interativo aos dados de transportes atualizados, integrados, interoperáveis e consistentes, visto que poderão ser

acessados de forma dinâmica e confiável: mapas, gráficos, planilhas, dentre outros produtos.

Após a conclusão das iniciativas do PEGEO, será elaborado o PDGEO (Plano Diretor de Geoinformação) do Ministério dos Transportes que, baseado em levantamento/diagnóstico do fluxo de informações das secretarias do MT, identificará onde e como o geoprocessamento deverá otimizar os processos existentes.

(*) METADADOS: Conjunto de informações descritivas sobre os dados, incluindo as características do seu levantamento, produção, qualidade e estrutura de armazenamento, essenciais para promover a sua documentação, integração e disponibilização, bem como possibilitar a sua busca e exploração (Decreto 6.666/08, Art. 2º, inciso II).

PROGRAMA: 2074 - Transporte Marítimo**Indicadores**

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Movimentação anual de carga geral nos portos organizados e TUPs	milhões de toneladas	31/12/2010	119,538	31/12/2013	142,05
Movimentação anual de granéis líquidos nos portos organizados e TUPs	milhões de toneladas	31/12/2010	208,458	31/12/2013	219,99
Movimentação anual de granéis sólidos nos portos organizados e TUPs	milhões de toneladas	31/12/2010	505,887	31/12/2013	569,01
Movimentação de carga por tipo de navegação - Cabotagem	milhões de toneladas	31/12/2010	188,011	31/12/2013	204,66
Movimentação de carga por tipo de navegação - Longo Curso	milhões de toneladas	31/12/2010	616,398	31/12/2013	685,84
Movimentação geral de contêineres, nos portos organizados e terminais de uso privativo	milhões de toneladas	31/12/2010	74,631	31/12/2013	98
Número de passageiros de cruzeiros marítimos no Brasil	unidade	31/12/2010	720.621	31/12/2014	596.352
Ranking do Índice de Competitividade Global	posição em listagem de países	30/08/2010	58	31/12/2014	57
Ranking do Índice de Desempenho Logístico (LPI)	posição em listagem de países	31/12/2010	41	31/12/2014	65
Tempo médio de desembarço de cargas - Índice de Desempenho Logístico (LPI)	dia	31/12/2010	5,47	31/12/2014	8

Observações:

Movimentação anual de carga geral nos portos organizados e TUPs - Em 31/12/2014 ainda não havia dados disponíveis.

Movimentação anual de granéis líquidos nos portos organizados e TUPs - Em 31/12/2014 ainda não havia dados disponíveis.

Movimentação anual de granéis sólidos nos portos organizados e TUPs - Em 31/12/2014 ainda não havia dados disponíveis.

Movimentação de carga por tipo de navegação - Cabotagem - Em 31/12/2014 ainda não havia dados disponíveis.

Movimentação de carga por tipo de navegação - Longo Curso - Em 31/12/2014 ainda não havia dados disponíveis.

Movimentação geral de contêineres, nos portos organizados e terminais de uso privativo - Em 31/12/2014 ainda não havia dados disponíveis.

Tempo médio de desembarço de cargas - Índice de Desempenho Logístico (LPI) - O relatório apresenta dois resultados para o tempo de desembarço aduaneiro no Brasil (com e sem inspeção física das cargas). Para esse indicador utiliza-se a informação que contempla o tempo médio de desembarço aduaneiro com inspeção física.

OBJETIVO: 0177 - Assegurar condições adequadas de profundidade aos portos marítimos brasileiros.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

Um eficiente sistema de portos é fundamental para o desenvolvimento de um país. No Brasil, aproximadamente 95% do volume total das importações e exportações são provenientes de portos.

Atento ao fato, o Governo Federal contempla, em suas políticas e diretrizes para o desenvolvimento do Setor Portuário,

medidas que fomentam a melhoria da gestão portuária e a promoção de programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura e superestrutura dos portos e terminais portuários marítimos, a fim de compatibilizá-los com a nova ordem econômica e política internacional.

Nesse cenário, destacam-se as obras de dragagem nos portos, que são fundamentais para garantir a manutenção do calado operacional, de forma a permitir que os grandes navios frequentem a costa brasileira sem riscos à segurança da navegação, ademais proporcionam confiabilidade ao porto. Como resultante, entre outros, ocorre à diminuição dos custos dos produtos brasileiros, devido ao fato do país ter se tornado mais competitivo na exportação.

O Governo Federal, respondendo as demandas do Comércio Internacional, implantou o Programa Nacional de Dragagem –PNDI, por meio da Lei nº 11.610/2007, como objetivo de desassorear os Portos Brasileiros.

Com a publicação da Lei nº 12.815/2013, novo marco regulatório dos Portos, foi instituído o Programa Nacional de Dragagem II – PNDII, cujo objetivo é manter as condições de profundidade e segurança estabelecidas no projeto implantado. O PNDII estabelece o conceito de “Dragagem por Resultado”, compreendendo, em síntese, o que se segue:

- Aprofundamento, alargamento ou expansão de áreas portuárias, inclusive canais de navegação, bacias de evolução e de fundeio e berços de atracação;
- Serviços de sinalização e balizamento;
- Serviços de monitoramento ambiental;
- Contratação em Blocos (mais de um porto, em um mesmo contrato);
- Duração dos contratos de até 10 anos, improrrogável;
- As Licitações poderão ser internacionais e utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), de que trata a Lei nº 12.462, de 04/08/11.

Metas 2012-2015

• Intervir em 17 portos marítimos brasileiros de forma a assegurar condições adequadas de profundidade

Análise Situacional da Meta

Durante a vigência do PPA 2012/2015, obtivemos os seguintes resultados na respectiva meta;

No ano de 2012 houve execução de obras de dragagem em 06 Portos Marítimos: Fortaleza, CE / Natal, RN / Santos, SP / São Francisco do Sul, SC / Itajaí, SC / Rio Grande, RS.

Já no ano de 2013 a Secretaria de Portos executou obras de dragagem em 03 portos marítimos, entre eles: Suape, PE / Santos, SP / Vitória, ES.

Em 2014, tivemos execução de obras de dragagem em 03 portos marítimos, dentre eles: Imbituba, SC / Itaguaí, RJ / Vitória, ES.

A seguir a análise situacional desses empreendimentos:

- Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Vitória/ES – Obra de dragagem em execução. Derrocamento - 92% das rochas detonadas e 35% de remoção do material fragmentado.
- Porto de Itaguaí, RJ (Ilha das Cabras) - Obra de dragagem concluída. Derrocagem em andamento, com previsão de conclusão em fevereiro de 2015.
- Porto de Imbituba, SC - Dragagem de Aprofundamento concluída.

Movimentações levadas a cabo em 2014 para execução de obras em 2015:

- Porto de Santos/SP – Adequação da navegabilidade no Porto de Santos (manutenção). Duas licitações fracassadas. Novo Edital e Abertura de propostas previstos para o primeiro trimestre de 2015, levando em consideração as novas diretrizes adotadas pela SEP, como a diminuição do escopo da obra e a consideração da taxa de assoreamento estimada para o período de execução do empreendimento.
- Porto de Paranaguá/PR – Adequação da navegabilidade no Porto de Paranaguá, PR (aprofundamento). Novos Anteprojeto e Termo de Referência concluídos. O Edital será relançado em janeiro/2015, e o processo terá andamento no 1º semestre de 2015.
- Porto de Rio Grande/RS – Dragagem de Manutenção. O Edital será relançado em fevereiro/2015, e o processo terá

andamento no 1º semestre de 2015.

- Porto de Itaguaí/RJ – Canal Preferencial – Dragagem de Aprofundamento. Anteprojeto concluído; Projeto Básico revisado pelo INPH. Aguarda-se análise do EIA RIMA enviado ao INEA (Instituto Estadual do Ambiente/RJ), para análise.

- Porto de Maceió/AL (Canal Preferencial – Dragagem de Aprofundamento) e Porto de Mucuripe/CE (Dragagem de aprofundamento). Anteprojeto concluído. Publicação do Edital, de contratação em bloco, prevista para até 30 de abril de 2015.

- Porto do Rio de Janeiro/RJ – Dragagem de Aprofundamento - 2ª fase – Contrato para execução da obra assinado em dezembro de 2014, entre o Consórcio Van Oord/Boskalis e a SEP/PR.

- Ressaltamos que desde o início da gestão do PPA 2012-2015 a Secretaria de Portos alcançou o total de 10 portos marítimos até o final de 2014. Lembrando que a meta refere-se a 17 portos marítimos e devido a recorrência de obras num mesmo Porto, consideramos apenas uma intervenção.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	1	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2	unidade	1	31/12/2014
Vetor Logístico Leste	4	unidade	2	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	5	unidade	3	31/12/2014
Vetor Logístico Sul	2	unidade	4	31/12/2014

OBJETIVO: 0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

O Brasil possui um setor portuário que movimenta anualmente cerca de 900 milhões de toneladas, das mais diversas mercadorias, e responde, sozinho, por mais de 90% das exportações (Fonte: Anuários Estatístico Portuário e Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ / 2012). Segundo a mesma fonte, houve um acréscimo de aproximadamente 70% na quantidade de cargas movimentadas, em toneladas, nos últimos dez anos.

Ainda segundo a ANTAQ, a movimentação total de cargas nas instalações portuárias brasileiras no ano de 2014 foi de 969 milhões de toneladas, apresentando um incremento relativo de 4,25% em relação ao ano de 2013.

A saturação da capacidade é um dos principais obstáculos que afligem os portos brasileiros, tratando-se de importante ponto a ser enfrentado para o aumento da eficiência do sistema de transporte nacional,. Para enfrentar esse desafio, a carteira de empreendimentos do Governo Federal é ampla, contemplando intervenções em instalações de acostagem, armazenagem, proteção à atracação, circulação e operação de navios, tanto nos portos delegados ou administrados diretamente.

O Sistema Portuário atual é composto por 37 portos organizados (34 marítimos e 3 fluviais) sob atuação da SEP/PR, dos quais 19 encontram-se delegados ou tem sua operação autorizada aos governos estaduais ou municipais e outros 18 são administrados diretamente pelas 7 Companhias Docas – sociedades de economia mista, que têm como acionista majoritário a União e são diretamente vinculadas à SEP/PR.

No que diz respeito aos empreendimentos de adequação da infraestrutura nos portos delegados, são seis as ações de melhoria na infraestrutura que compõem este objetivo, distribuídas em três portos delegados (Porto do Rio Grande/RS,

Porto de Itajaí/SC e Porto do Itaqui/MA) e um porto autorizado (Porto de Suape/PE). Foram concluídas as melhorias previstas no Porto de São Francisco do Sul/SC (porto delegado). Esse investimento proporcionou ao Porto de São Francisco do Sul condições de ampliação de sua capacidade de movimentação de cargas em 2 milhões de toneladas/ano. Os demais empreendimentos encontram-se na seguinte situação: três em obras (Reforço e alinhamento do Berço 4 no Porto de Itajaí/SC, Construção do Berço 108/MA-Terminal de Graneis Líquidos II do Porto do Itaqui, e, Modernização do cais público do Porto Novo do Porto do Rio Grande/RS) e dois em fase preparatória (Restauração do leito marítimo em área adjacente ao molhe leste do Porto do Rio Grande/RS, e, Terminal de Graneis Sólidos e Dragagem, no Porto de Suape).

Já com relação aos portos organizados marítimos administrados pelas Cias Docas são 18 empreendimentos dentro desse mesmo Objetivo distribuídos em Iniciativas de adequação de infraestrutura viária e de infraestrutura de acostagem e de operação de cargas. Esses empreendimentos estão assim distribuídos: 2 na Cia Docas do Pará (CDP); 1 na Cia Docas do Ceará (CDC); 2 na Cia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN); 1 na Cia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA); 3 na Cia Docas do Espírito Santo (CODESA); 1 na Cia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ); e 8 na Cia Docas do Estado de São Paulo (CODESP). Esses empreendimentos se encontram no seguinte estágio: 3 concluídos; 6 em execução; 2 em fase de contratação e 7 ainda a serem licitados.

A Ação de Ampliação do Píer Principal, Alargamento do Berço 302 e Duplicação da Ponte de Acesso, no Porto de Vila do Conde (PA) foi concluída em agosto/2012.

A Recuperação, Alargamento e Ampliação do Cais Comercial em 456 m, no Porto de Vitória (ES) foi concluída em junho/2013; e Implantação da primeira fase da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos, no município de Guarujá foi concluída em setembro/2013. Foi contratado o projeto executivo da 2ª fase, com previsão de conclusão no 1º semestre de 2015

Encontram-se em fase de execução os seguintes empreendimentos: 1. Porto de Fortaleza/CE-Construção de Terminal de Contêineres-1ª Fase, 2. Porto de Salvador/BA - Ampliação do Quebramar, 3. Porto de Vitória/ES - Construção de berço nos dolphins do Atalaia com retroárea, 4. Porto de Santos/SP - Reforço de cais para aprofundamento dos berços entre os Armazéns 12A ao 23, 5. Porto de Santos/SP – Reforços dos Píeres de Acostagem na Alamoia, e, 6. Porto de Santos/SP – Construção de 2 píeres de atracação na Ilha de Barnabé, com suas respectivas pontes de acesso.

A descrição de cada empreendimento em fase de execução encontra-se no anexo da presente análise situacional.

Metas 2012-2015

- **Adequar instalações portuárias de acostagem, de proteção à atracação e operação de navios, de movimentação e armazenagem de cargas, de circulação e das instalações gerais e de suprimento em 21 portos organizados marítimos**

Análise Situacional da Meta

Dentre os portos organizados delegados ou concedidos, 5 constam da presente meta intervenções nos seguintes portos: 1-Porto de Suape; 2-Porto do Rio Grande; 3-Porto de Itajaí; 4-Porto de São Francisco do Sul; e 5-Porto do Itaqui .

Dentre os portos organizados administrados pelas Companhias Docas, constam da presente meta intervenções nos seguintes portos: 1-Cia Docas do Pará (CDP): Porto de Santarém, e Porto de Vila do Conde (concluído em ago/2012); 2-Cia Docas do Ceará (CDC): Porto de Fortaleza; 3-Cia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN): Porto de Natal; 4-Cia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA): Porto de Salvador; 5-Cia Docas do Espírito Santo (CODESA): Porto de Vitória; 6-Cia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ): Porto do Rio de Janeiro; e 7-Cia Docas do Estado de São Paulo (CODESP): Porto de Santos.

Informações mais detalhadas sobre a análise da meta encontram-se em arquivo em anexo, devido à limitação de caracteres deste campo.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	1	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Norte	3	unidade	1	30/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2	unidade	0	30/12/2014
Vetor Logístico Leste	3	unidade	0	30/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3	unidade	0	30/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	5	unidade	0	30/12/2014
Vetor Logístico Sul	4	unidade	1	30/12/2014

OBJETIVO: 0188 - Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração porto-cidade por meio da revitalização de áreas portuárias.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

As intervenções na infraestrutura portuária visaram garantir leitos em navios para a Copa 2014 e, como legado, atenderão à demanda do turismo marítimo por meio da implantação de terminal marítimo de passageiros e de acessos marítimo e terrestre, para atendimento adequado à operação de embarque e desembarque.

Dos portos delegados ou concedidos, apenas o Porto do Recife foi contemplado com a construção de terminal de passageiros (concluída em agosto/2013). O Terminal Marítimo de Passageiros (TMP), como foi denominado, consiste na adaptação do armazém 7, construção de anexo, chamado de “Sala Pernambuco”, além da pavimentação e urbanização para implantação de estacionamento na área portuária. No período da Copa do Mundo/2014 atracaram 2 navios neste Porto, como demanda do evento esportivo, sendo possível verificar a operação do TMP atendendo às necessidades à que foi proposto.

Quanto aos Portos Administrados pelas 7 Cias Docas, 5 foram contemplados com Ações deste Objetivo: Cia Docas do Ceará; Cia Docas do Rio Grande do Norte; Cia das Docas do Estado da Bahia; Cia Docas do Rio de Janeiro; e Cia Docas do Estado de São Paulo, cada uma com 1 Terminal Marítimo de Passageiros. Com exceção da Cia Docas do Rio de Janeiro, as 4 demais integraram a Matriz de Responsabilidade para a Copa 2014.

O Terminal Marítimo para Passageiros no Rio de Janeiro não foi implantado. O município do Rio de Janeiro pediu o cancelamento do empreendimento, por possíveis interferências nas ações do Porto Maravilha.

Dessas Ações vinculadas às Cias Docas, três foram concluídas até o final de 2014. No entanto, todas elas proporcionaram condições operacionais para o evento Copa do Mundo 2014.

No Porto de Fortaleza, o investimento consistiu na implantação de Terminal Marítimo de Passageiros (TMP), construção de cais com 1 berço para múltiplo uso; e pavimentação e urbanização de via interna de acesso e estacionamento e pátio. Para o evento esportivo, apenas o primeiro pavimento do TMP esteve operacional, mas atendeu sem dificuldades à demanda, uma vez que ocorreu a atracação de uma única embarcação. A construção do cais e a pavimentação e urbanização foram concluídas no prazo previsto, atendendo ao objetivo proposto.

No Porto de Natal, o investimento consistiu na adaptação de antigo armazém frigorífico e construção de terminal marítimo de passageiros (TMP); ampliação do cais, de 209m para 236m; recuperação estrutural do cais; retroárea e dolfim de amarração. Para o evento esportivo, apenas o primeiro pavimento do TMP esteve operacional, mas não houve demanda. A razão da falta de demanda nesse Porto, para o evento esportivo, deveu-se à dificuldade para embarque e desembarque dos passageiros, uma vez que os navios de passageiros que frequentaram os portos brasileiros possuíam altura superior à permitida para passagem sob a Ponte Newton Navarro, impossibilitando atracação no TMP de Natal. A recuperação e ampliação do cais, bem como as melhorias na retroárea e dolfim foram concluídas no prazo previsto, atendendo ao objetivo proposto. O empreendimento como um todo foi concluído em julho/2014.

No Porto de Salvador, o investimento consistiu na implantação de Terminal Marítimo de Passageiros (TMP) e urbanização da área portuária. Para o evento esportivo, apenas o primeiro pavimento do TMP esteve operacional, mas

atendeu sem dificuldades à demanda, uma vez que ocorreu a atracação de uma única embarcação. A urbanização foi concluída no prazo previsto, atendendo ao objetivo proposto.

No Porto de Santos, o investimento consiste na execução de obras para a construção de 1.283m de cais com larguras variáveis para promover o alinhamento de cais existente em frente às instalações da Marinha do Brasil, terminal de grãos e de passageiros, a fim de otimizar a atracação de embarcações de grande porte. Para o evento esportivo, foi prevista a necessidade de construção de 512 dos 1.283 metros do cais. A obra foi concluída no prazo proposto e ocorreu a atracação de duas embarcações demandadas pelo evento, com atendimento das expectativas. O empreendimento terá continuidade até agosto de 2015, quando serão concluídos os 267m da primeira fase da obra, com 779m de extensão. A segunda fase da obra, 504m, será concluída até dezembro de 2016.

Metas 2012-2015

• Implantar 6 terminais de passageiros em portos organizados marítimos

Análise Situacional da Meta

1- Porto do Recife - Construção do terminal marítimo de passageiros, no Porto do Recife(concluída em agosto/2013). Para o evento esportivo, dois navios atracaram no Porto, demandando o TMP, que atendeu sem dificuldades, uma vez que já se encontrava operacional.

2- Cia Docas do Ceará (CDC) - Porto de Fortaleza: Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros com a construção de cais para um berço de múltiplo uso, além de pavimentação e urbanização de via interna de acesso, com estacionamento e pátio de armazenagem. Sua conclusão está prevista para o 1º semestre de 2015.

3- Cia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN) - Porto de Natal: Construção de Terminal Marítimo de Passageiros, Ampliação de Cais do Berço 1 de 209m para 236m; recuperação do cais; retroárea e dolfim de amarração(concluído em julho/2014).

4- Cia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA) - Porto de Salvador: Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros e urbanização de área portuária (concluído em dezembro/2014).

5- Cia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) - Porto do Rio de Janeiro: Implantação de pier em formato de Y (350x30m; 400x30m e 400x30m), oferecendo 6 berços exclusivos para navios de passageiros. A obra foi excluída da carteira do PAC.

6- Cia Docas do Estado de São Paulo (CODESP) - Porto de Santos: Adequação do Cais para Terminal de Passageiros. Consiste na execução de obras para a construção de 1.283 metros de cais com larguras variáveis para promover o alinhamento do cais existente em frente às instalações da Marinha do Brasil, Terminal de Grãos e de Passageiros, a fim de otimizar a atracação de embarcações de grande porte. A primeira fase, cujo escopo integra a Matriz de Responsabilidade para a Copa, foi concluída em abril/2014.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

30/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1	unidade	1	28/04/2014
Vetor Logístico Leste	1	unidade	0	30/06/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1	unidade	1	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	3	unidade	2	31/12/2014

OBJETIVO: 0198 - Aprimorar a gestão e a operação da infraestrutura portuária brasileira por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e pela implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de portos marítimos.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

Dos cinco projetos que sustentam o objetivo em tela – (i) modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR); (ii) Sistema de Atendimento Portuário Unificado - Porto Sem Papel – PSP; (iii) Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS); (iv) Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária e (v) Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente, verifica-se que a maior parte dos projetos encontra-se em fase de desenvolvimento.

Exceção feita ao PSP que cumpriu sua meta estipulada no presente PPA, de implantação em 35 portos, no 1º semestre de 2013. Com a implantação do PSP, os portos públicos brasileiros têm condições de promover a desburocratização dos procedimentos de estadia dos navios nos portos brasileiros, de forma a otimizar os processos de importação e exportação. Para contribuir nesse esforço, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 7.861/2012, criou a Comissão Nacional das Autoridades nos Portos - CONAPORTOS, com o objetivo de harmonizar as atividades dos órgãos e entidades públicos nos portos organizados e nas instalações portuárias. Esses trabalhos de harmonização tiveram início em fevereiro de 2013. Ao longo de 2013 e 2014, o projeto PSP avançou nas integrações com sistemas de informação dos órgãos anuentes, tendo o CONAPORTOS como fórum de negociação e monitoramento desse trabalho, destacando-se a implantação do tramite eletrônico dos formulários da Autoridade Marítima utilizando-se de assinatura digital no Porto sem Papel pela Marinha do Brasil e as agências de navegação, além do início da integração com os sistemas da Vigiagro. O Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária foi implantado no início de 2014 com acompanhamento de operação assistida durante o primeiro semestre, sendo que, a partir do segundo semestre, o sistema passou a estar disponível para todas as companhias docas. Em relação ao projeto Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente, cujas implementações dependem de sistemas de informação contratados pela SEP/PR, estavam em processo de desenvolvimento de sistemas no período em 2013. Em 2014, o sistema entrou em fase de homologação e treinamento com os terminais portuários para experimentação e verificação de ajustes a serem feitos.

O modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR), por sua vez, avançou de forma satisfatória no projeto piloto feito na Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN. Foram executadas ainda ações pontuais na Companhia Docas do Estado da Bahia – CODEBA e Companhia Docas do Ceará – CDC até 2013. No primeiro semestre de 2014, iniciou-se o trabalho na CODESP, CDRJ e CDP, denominado projeto Modernização da Gestão Portuária, que complementa o modelo anterior. Dentre as ações empreendidas em 2014 estão o estabelecimento de reuniões preliminares com superintendentes para identificação, análise e planejamento dos processos internos das DOCAS e seus respectivos responsáveis.

Já o projeto Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS) teve sua fase licitatória lançada no 1º semestre de 2013, porém, revogada. No primeiro semestre de 2014 a fase licitatória nos portos de Santos e Vitória foi retomada com sucesso, avançando para a fase de implantação. Ainda em 2014, foi feita a republicação do edital do Rio de Janeiro, em licitação pela CDRJ e realizadas análises pela Marinha do Brasil dos portos de Aratu/BA e Itaguaí/RJ, sendo este último já aprovado pela autoridade marítima.

Metas 2012-2015

- **Implantar o modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas 7 companhias docas vinculadas à Secretaria de Portos da Presidência da República**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR), por intermédio do convênio firmado com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina (SENAI/SC), atuou na implantação de ações para desenvolver a gestão de Companhias Docas vinculadas à Secretaria, por meio da implantação da reorganização de suas estratégias, gestão e processos internos. As companhias contempladas foram: Companhia Docas do Rio grande do Norte (CODERN), Companhia Docas do Ceará (CDC) e Companhia Docas da Bahia (CODEBA).

Tais medidas foram adotadas conforme o inciso IV, art. 2º, do Anexo I do Decreto nº. 7.262/2010, visando ao fiel

cumprimento do Decreto nº 6.413/2008, que no seu art. 2º determinou a implantação do novo modelo de Gestão Portuária Por Resultados (GPPR), operacionalizado pela SEP/PR por meio da Portaria SEP/PR nº 214/2008.

No âmbito desse convênio, foi desenvolvido trabalho de implementação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) na CODERN como projeto piloto. Além disso, SEP/PR e SENAI/SC desenvolveram atividades pontuais na CDC e CODEBA. O mencionado instrumento foi finalizado em dezembro/2013.

Os principais resultados alcançados foram: 1) Finalizado o Plano de Desenvolvimento de Pessoas dos portos de Areia Branca/RN e Natal/RN em abril/2013; 2) Finalizado o Planejamento Estratégico dos portos de Areia Branca/RN e Natal/RN em julho/2013 e de Maceió/AL em outubro/2013; 3) Finalizado o Mapeamento de Processo dos portos de Areia Branca/RN e Natal/RN em agosto/2013; 4) Finalizado a Gestão Financeira e de Custos dos portos de Areia Branca/RN e Natal/RN em agosto/2013; 5) Finalizado o Mapa Estratégico/Balanced Scorecard – BSC dos portos de Fortaleza (CDC) em setembro/2013 e de Maceió/AL em outubro/2013; e 6) Finalizada avaliação do Plano de Cargos e Salários da CODEBA em outubro/2013.

Nesse cenário, busca-se alternativa de continuação dos trabalhos do projeto GPPR para a realização de atividades específicas na CDC, CODEBA e Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA).

Compete informar que as outras 3 Companhias Docas - Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP), Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e Companhia Docas do Pará (CDP) encontram-se como beneficiárias do Programa Modernização da Gestão Portuária, que derivou do Novo Marco Regulatório do setor – em especial dos artigos 3º, 22º e 64º, da Lei nº 12.815/2013, e do conjunto de medidas anunciados para o setor portuário pela Presidenta da República em dezembro/2012.

Ressalte-se que o Programa Modernização da Gestão Portuária (CODESP, CDP e CDRJ) e o GPPR (CODERN, CDC, CODESA, CODEBA) são ações complementares. A diferença entre os projetos mencionados reside no escopo mais abrangente do Programa Modernização da Gestão Portuária, que contempla a modernização de processos logístico-portuário, isto é, envolvendo outras autoridades que interferem na atividade portuária.

O Programa Modernização da Gestão Portuária (CODESP, CDP e CDRJ) teve edital de licitação publicado para contratação de empresa de consultoria em 27/12/2013. A licitação foi homologada e adjudicada em 11/04/2014, sendo o Contrato SEP/PR nº 06/2014 celebrado em 28/04/2014. A execução do contrato foi iniciada em 02/05/2014, bem como realizada a reunião de kick-off do projeto na CODESP, em 05/06/2014.

Dentre as ações já empreendidas no 1º semestre de 2014, estão o estabelecimento de reuniões preliminares com superintendentes para identificação dos processos e seus respectivos responsáveis, a realização de entrevistas para mapeamento dos processos de infraestrutura e operação de terminais e a realização de entrevistas com representantes CODESP / MP-DEST/ MP-SEPAC/TESOURO NACIONAL / ANTAQ/ SEP/ para priorização dos processos internos. No segundo semestre de 2014, ainda no âmbito do projeto de consultoria para o desenvolvimento e implementação de melhorias na gestão portuária nas Docas, foi concluída a Etapa 1, que compreendeu o planejamento e análise geral dos processos atuais nas referidas Docas, bem como iniciada a Etapa 2, de revisão de seus processos.

A Etapa 1 possui, dentre outras, as seguintes atividades: apresentação do Plano de Trabalho detalhado à Contratante acompanhado dos diagnósticos dos processos e validação dos processos elencados e definição das prioridades para revisão. A Etapa 2 compreende: crítica dos processos específicos, identificação de lacunas frente às melhores práticas nacionais e internacionais; e consolidação de propostas de melhorias através da elaboração do Mapa dos Processos analisados e apresentação à Contratante.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	1	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Leste	2	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	2	unidade	1	31/12/2014

• **Implantar o Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS) em 06 portos**

Análise Situacional da Meta

O VTMIS, sigla em inglês para Vessel Traffic Management Information System, consiste em um sistema de auxílio eletrônico à navegação, com capacidade de prover monitoração ativa do tráfego aquaviário, cujo propósito é ampliar a segurança da vida humana no mar, a segurança da navegação e a proteção ao meio ambiente nas áreas em que haja intensa movimentação de embarcações ou risco de acidente de grandes proporções. Além disso, com a implantação do sistema, espera-se a melhora na eficiência nas manobras de embarcações, diminuindo, de forma significativa, os tempos de espera dos navios para atracação, os tempos de tráfego dentro da área portuária e alcança, até mesmo, os tempos de carga e descarga de mercadorias.

A primeira fase do projeto, iniciada em dezembro de 2011, visa à implantação do sistema em 6 portos brasileiros, quais sejam: Salvador/Aratu/BA, Vitória/ES, Itaguaí/RJ, Rio de Janeiro/RJ, e Santos/SP.

Por se tratar de um assunto absolutamente inovador no país, algumas definições iniciais foram os principais entraves ao projeto VTMIS. Uma vez que o Brasil não possui uma força de segurança voltada para vigilância e salvaguarda da costa do país, assim como a guarda-costeira em alguns países do mundo, a modelagem dos requisitos mínimos para implantação do sistema e a definição do modelo de exploração e responsabilidade de operação compuseram as principais dificuldades.

Em 2012 foram elaborados os projetos básicos de implantação dos portos do Rio de Janeiro/RJ e Vitória/ES e iniciados os projetos para os portos de Salvador/BA e Aratu/BA. Destaque-se que a SEP/PR está apoiando as Autoridades Portuárias na fase preparatória de implantação do projeto até a etapa de formalização da documentação necessária ao processo licitatório, por meio do Regime Diferenciado de Contratação – RDC. Quanto à implantação do VTMIS no Porto de Santos, a Autoridade Portuária local está conduzindo integralmente o processo de implementação do projeto. Quanto ao financiamento do projeto, à exceção do Porto de Santos, a totalidade dos recursos de implantação provém do Orçamento Geral da União – OGU, no âmbito do PAC. No Porto de Santos, a Autoridade Portuária local arca com parte da quantia necessária para o financiamento do projeto, sendo o restante complementado pelo OGU no âmbito do PAC.

Em 2012, iniciando a segunda fase do projeto, foi celebrada parceria com a UFSC para o desenvolvimento das ações preparatórias necessárias à implantação do sistema VTMIS, sendo os principais produtos: (i) estudo conceitual do projeto a ser submetido à análise da Marinha do Brasil e (ii) anteprojeto de engenharia para permitir a licitação por RDC. Nessa segunda fase, mais 12 portos serão contemplados no projeto: Manaus/AM; Belém/PA; Vila do Conde/PA; Itaquí/MA; Suape/PE; Fortaleza/CE; Paranaguá/PR; Antonina/PR; São Francisco do Sul/SC; Itajaí/SC; Imbituba/SC e Rio Grande/RS.

Com relação aos resultados, os editais de licitação do VTMIS dos portos de Vitória/ES, Santos/SP e Rio de Janeiro/RJ foram publicados entre maio e junho de 2013, porém revogados para adequação dos instrumentos convocatórios, e republicados em 2014. Vitória/ES adjudicou ao licitante vencedor em julho/2014 e assinou Ordem de Serviço em agosto/2014. Santos/SP assinou contrato em outubro/2014. Quanto aos portos de Salvador/Aratu/BA, os estudos conceituais foram submetidos à Marinha do Brasil em março (1ª versão) e novamente em outubro de 2014, respectivamente. O projeto de implantação no Porto de Itaguaí/RJ foi aprovado pela Marinha em julho de 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar o Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária nas 07 companhias docas**

vinculadas à Secretaria de Portos da Presidências da República.

Análise Situacional da Meta

O projeto objetiva fornecer um sistema de apoio aos gestores da Secretaria de Portos e das Autoridades Portuárias, por meio de aquisição e implantação de um Sistema Corporativo Integrado Governamental nas respectivas Autoridades Portuárias, denominado atualmente como Infracport.

O projeto, iniciado em fevereiro de 2012, visa à implementação do referido sistema nas 7 Companhias Docas vinculadas à SEP/PR: CDP, CDC, CODERN, CODEBA, CODESA, CDRJ e CODESP. Para desenvolvimento do sistema e implantação nas Companhias Docas, foi contratado o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Destaca-se que a celebração do contrato com o fornecedor após a data programada – firmada em fevereiro de 2012 ao invés de outubro de 2011 – levou ao atraso no cronograma do projeto.

O resultado esperado do projeto é a otimização do fluxo de informações – indispensáveis ao planejamento, à gestão, à tomada de decisão, ao controle e à supervisão das atividades e das operações portuárias de modo sustentável – inclusive com a disseminação, de forma eficaz, de informações entre SEP/PR e Autoridades Portuárias.

Em 2012, os resultados alcançados pelo projeto no exercício foram as entregas pelo SERPRO do relatório da situação dos processos nas Companhias Docas, dos relatórios de detalhamento da solução e o início do desenvolvimento do sistema. Em setembro de 2013, o sistema foi homologado. O treinamento dos usuários e a colocação do sistema em produção foram concluídos em novembro de 2013.

No primeiro semestre de 2014, houve operação assistida do sistema Infracport nas Companhias Docas. A partir do segundo semestre de 2014, o sistema passou a estar disponível para uso por todas as Companhias Docas. Em complemento à implementação do sistema de informação nas empresas, o projeto prevê aquisições dos equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicações pelas Companhias Docas. Tal contratação foi realizada pela CODESP e CDC ainda no primeiro semestre, enquanto CDP, CODEBA, CDRJ, CODESA e CODERN fizeram seus Termos de Referência para suas aquisições no segundo semestre de 2014. A orientação às Companhias Docas é que as referidas aquisições sejam realizadas até o final do primeiro semestre de 2015.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	1	unidade	1	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1	unidade	1	31/12/2014
Vetor Logístico Leste	2	unidade	2	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1	unidade	1	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	2	unidade	2	31/12/2014

• Implantar o Sistema de Atendimento Portuário Unificado - Porto Sem Papel em 35 portos

Análise Situacional da Meta

O projeto Porto Sem Papel – PSP tem a finalidade de desenvolver um sistema capaz de permitir a troca eletrônica de dados entre as entidades intervenientes na atividade portuária por meio de uma janela única, a padronização de documentos e a consequente redução do tempo para as anuências nos portos do Brasil. O resultado desse projeto será a diminuição dos custos e a racionalização da burocracia dos processos portuários, estabelecendo um documento virtual único que processa e distribui, em tempo real, as informações necessárias ao funcionamento do setor, beneficiando assim os usuários e as entidades intervenientes.

O projeto foi iniciado em dezembro de 2009. A primeira fase, concluída em 2011, representou sua implantação nos portos de Santos/SP, Rio de Janeiro/RJ e Vitória/ES. A segunda fase tratou da difusão da ferramenta tecnológica para os demais 32 portos marítimos brasileiros a partir de novembro de 2011.

Em 2012, a meta de implantação do sistema em 26 portos foi cumprida, conforme segue: Pecém/CE, Fortaleza/CE,

Areia Branca/RN, Natal/RN, Suape/PE, Recife/PE, Aratu/BA, Salvador/BA, Ilhéus/BA, Barra do Riacho/ES, Forno/RJ, Niterói/RJ, Itaguaí/RJ, Angra dos Reis/RJ, Cabedelo/PB, Maceió/AL, São Sebastião/SP, Paranaguá/PR, Antonina/PR, São Francisco do Sul, Itajaí/SC, Imbituba/SC, Laguna/SC, Porto Alegre/RS, Pelotas/RS e Rio Grande/RS.

Em 2013, o projeto alcançou sua meta de ser implementado em 35 portos, uma vez que passou a funcionar em mais 6 portos: Itaqui/MA, Belém/PA, Santarém/PA, Vila do Conde/PA, Macapá/AP e Manaus/AM.

Concomitante à implantação do PSP nos portos, foram iniciados os trabalhos da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos – CONAPORTOS, instituída pelo Decreto nº 7.861, de 06/12/2012, que visa a harmonização das atividades dos órgãos e entidades públicos nos portos organizados e nas instalações portuárias. Esse fórum institucional caracteriza-se como o local de tomada de decisão para aperfeiçoamentos e ajustes tanto da implantação como na gestão do PSP.

Em março de 2013, a primeira reunião específica de integração de sistemas de informação do CONAPORTOS foi realizada e, desde então, SEP/PR e os demais órgãos envolvidos – Receita Federal, Marinha, ANVISA, VIGIAGRO e Polícia Federal – vem trabalhando em uma agenda de integrações entre o PSP e os sistemas dos anuentes. Destaque-se que o primeiro nível de integração do PSP com o sistema Siscomex Mercante (Receita Federal) ocorreu em agosto de 2013.

No primeiro semestre de 2014, continuaram os trabalhos da agenda de integrações entre o PSP e os demais sistemas dos Órgãos Intervenientes. Com isso, foram realizados desenvolvimento, testes e homologação do segundo nível de integração entre o PSP e o sistema Siscomex Mercante (Receita Federal); a integração entre os sistemas DATAVISA e Peticionamento (da ANVISA) com o PSP. No segundo semestre do ano, foi implantada a tramitação eletrônica dos formulários da Autoridade Marítima utilizando-se de assinatura digital no PSP pela Marinha do Brasil e as Agências de Navegação. Ademais, deu-se início às atividades de integração do PSP com os Sistemas da Vigiagro.

Quantidade alcançada

35

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	3	unidade	3	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Norte	3	unidade	3	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	4	unidade	4	31/12/2014
Vetor Logístico Leste	7	unidade	7	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3	unidade	3	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	8	unidade	8	31/12/2014
Vetor Logístico Sul	7	unidade	7	31/12/2014

• Implantar o Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente em 12 portos

Análise Situacional da Meta

O projeto Cadeia Logística Portuária Inteligente consiste em um sistema para o rastreamento e monitoramento da carga com destino final aos portos, sequenciamento e ordenamento do acesso terrestre de veículos, atendimento das exigências e regulamentações internacionais de segurança e disponibilização de informações com antecedência para a comunidade portuária e anuentes.

Para tanto, faz necessário um sistema de informação para esse propósito, hoje denominado Portolog, e a adaptação ou construção de infraestruturas físicas que permitam o uso das ferramentas tecnológicas previstas no escopo do projeto. O sistema será alimentado por dados coletados a partir de sensoriamento digital, utilizando-se das tecnologias de “Identificação por Rádio Frequência (RFID – Radio Frequency Identification)”, “Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR – Optical Character Recognition)”, “Selos Eletrônicos (e-seal)” e “Reconhecimento Biométrico”,

além de trocar informações eletronicamente com outros sistemas governamentais.

O parceiro da SEP/PR no desenvolvimento do sistema de informação é o SERPRO, contratado em dezembro de 2011. Com relação ao aspecto de infraestrutura física necessária à implantação do projeto, especificamente o estudo dos layouts dos “gates” de acesso dos portos, a SEP/PR firmou parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

O sistema será desenvolvido e implantado em 12 portos nacionais: Santarém/PA; Itaqui/MA; Pecém/CE; Fortaleza/CE; Suape/PE; Salvador/BA; Vitória/ES; Itaguaí/RJ; Rio de Janeiro/RJ; Santos/SP; Paranaguá/PR e Rio Grande/RS.

Em 2012, pelo contrato com o SERPRO, foi iniciada uma prova de conceito no Porto de Santos/SP, com o objetivo de se validar os processos e tecnologias. Além disso, foram entregues o Documento de Visão Global do Projeto e o Projeto Lógico e foi iniciado o desenvolvimento do sistema. Além disso, foram realizadas visitas técnicas pela equipe da UFSC e da SEP/PR para coleta de dados e definição de layouts dos gates de acesso dos portos de Santos/SP e Vitória/ES.

Em julho de 2013, houve a conclusão da Prova de Conceito no Porto de Santos/SP; entrega e validação do Projeto Conceitual do Porto de Fortaleza/CE, Pecém/CE e Paranaguá/PR em agosto; entrega da versão preliminar do Termo de Referência e edital do Porto de Santos/SP e Vitória/ES em agosto; homologação do sistema em setembro; treinamento dos usuários e a colocação do sistema em produção, concluídos em novembro.

Em 2014 o projeto evoluiu significativamente, tendo como resultados mais expressivos a implantação em Santos/SP e Vitória/ES, em estágios mais avançados. No porto de Santos/SP foi concluído o anteprojeto e publicado o edital para aquisição dos equipamentos, adequação dos “gates” públicos e construção dos “pré-gates”. Além disso, foi iniciada a operação assistida do sistema de agendamento de caminhões (Portolog) em novembro de 2014, com o objetivo de que a operação plena do sistema, para os grãos vegetais seja iniciada após a safra de grãos, no segundo semestre de 2015. Para o porto de Vitória/ES foi concluído o anteprojeto para construção das portarias automatizadas das margens de Capuaba e Vitória, em dezembro de 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0218 - Fomentar a implantação de portos secos e de zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas, de forma a suprir a deficiência de retroárea e desafogar a zona portuária utilizada para armazenagem.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

À exceção do contrato para permissão para exploração dos serviços de armazenagem de mercadoria em zona secundária, fora das instalações portuárias, no perímetro urbano do Porto de Suape, não houve outorga por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil para instalações de novos recintos alfandegados fora das instalações portuárias, sob a forma de porto seco ou Centro Logístico Industrial Aduaneiro (CLIA).

Com a edição de Medida Provisória nº 612, de 2 de abril de 2013, que criou um novo marco regulatório para exploração dos serviços de terminal alfandegado de uso público, do tipo Centro Logístico Industrial Aduaneiro (CLIA), cujo modelo baseia-se no sistema de licenciamento, dispensada a licitação na modalidade concorrência, 22 (vinte e dois) terminais já autorizados a operar, por concessão, autorização ou medida judicial, solicitaram a conversão do antigo modelo de Porto Seco em CLIA. Não houve expansão de terminais, mas tão somente alteração no modelo de exploração.

A Medida Provisória nº 612, de 2013, vigente de 3 de abril a 31 de julho de 2013, não foi convertida em Lei. O Congresso Nacional, por sua vez, não editou ato normativo disciplinando as relações jurídicas nascidas na sua vigência. Assim sendo, 83 (oitenta e três) solicitações, dessas a maioria para criação de novos terminais restaram prejudicadas,

devido à falta de amparo legal.

A Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP/PR) contratou, em dezembro de 2013, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para realizar estudos para implantação de Áreas de Apoio Logístico Portuário (AAPL) nos portos brasileiros, que se encontram em sua fase inicial e se estenderão até março de 2015.

À exceção do contrato para permissão para exploração dos serviços de armazenagem de mercadoria em zona secundária, fora das instalações portuárias, no perímetro urbano do Porto de Suape, não houve outorga por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil para instalações de novos recintos alfandegados fora das instalações portuárias, sob a forma de porto seco ou Centro Logístico Industrial Aduaneiro (CLIA).

Com a edição de Medida Provisória nº 612, de 2 de abril de 2013, que criou um novo marco regulatório para exploração dos serviços de terminal alfandegado de uso público, do tipo Centro Logístico Industrial Aduaneiro (CLIA), cujo modelo baseia-se no sistema de licenciamento, dispensada a licitação na modalidade concorrência, 22 (vinte e dois) terminais já autorizados a operar, por concessão, autorização ou medida judicial, solicitaram a conversão do antigo modelo de Porto Seco em CLIA. Não houve expansão de terminais, mas tão somente alteração no modelo de exploração.

A Medida Provisória nº 612, de 2013, vigente de 3 de abril a 31 de julho de 2013, não foi convertida em Lei. O Congresso Nacional, por sua vez, não editou ato normativo disciplinando as relações jurídicas nascidas na sua vigência. Assim sendo, 83 (oitenta e três) solicitações, dessas a maioria para criação de novos terminais restaram prejudicadas, devido à falta de amparo legal.

A Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP/PR) contratou, em dezembro de 2013, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para realizar estudos para implantação de Áreas de Apoio Logístico Portuário (AAPL) nos portos brasileiros, que se encontram em sua fase inicial e se estenderão até março de 2015.

A despeito da existência de dois projetos para implantação da denominada Zona de Apoio Logístico no Porto de Santos, bem como de um conjunto de articulações interinstitucionais da SEP/PR com Governo do Estado de São Paulo e Prefeituras Municipais da Baixada Santista, não houve avanço para o incremento das zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas, no período analisado.

Metas 2012-2015

• Elaborar 17 estudos para implantação de Áreas de Apoio Logístico Portuário - AAPLs em portos brasileiros.

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013, a SEP/PR adotou a seguinte estratégia com relação a essa meta: contratar estudos para 16 AAPLs (menos o Porto de Santos) e tratar o estudo conceitual da AAPL-Santos como um projeto específico.

Com relação aos estudos a serem contratados, a SEP/PR formulou o respectivo Termo de Referência, bem como prospectou o parceiro para a realização do estudo: a UFSC. O estudo foi contratado em dezembro de 2013 e o prazo de execução do trabalho está previsto para março de 2015.

Quanto ao projeto do estudo conceitual da AAPL-Santos, compete contextualizar que, antes do Governo Federal decidir pela política de implementação de Áreas de Apoio Logístico Portuário (AAPLs) nos portos brasileiros, o Porto de Santos já contava com dois projetos diferentes para implantação de sua denominada Zona de Apoio Logístico. Nesse sentido, a elaboração do estudo da AAPL-Santos nos termos dessa meta representa a integração dos conceitos preconizados nesses projetos à atual conjuntura logística e de geografia do entorno do Porto de Santos.

Dessa forma, no período em análise, a SEP/PR fez um conjunto de articulações interinstitucionais com Governo do Estado de São Paulo e Prefeituras Municipais da Baixada Santista com vistas a eleger uma área para o empreendimento que, uma vez definida e assegurada, possibilitará o avanço do estudo conceitual da AAPL-Santos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Elaborar 2 estudos para identificação de demanda pela instalação de portos secos**

Análise Situacional da Meta

1 - Após acompanhamento por parte do Tribunal de Contas da União (TCU), Acórdão 3012/2012 – TCU – Plenário, de 8/11/2012, inclusive consoante à representação de empresa Yolanda Logística Armazém, Transportes e Serviços Gerais Ltda, acerca de irregularidades na Concorrência Pública SRRF 4/2012, Acórdão 3.679/2013 – TCU – Plenário, de 10/12/2013, o Tribunal manifestou-se favorável a continuidade do processo licitatório para a contratação da permissionária para exploração dos serviços de armazéns gerais (Porto Seco).

Após assinatura do contrato de permissão, a Superintendência Regional da Receita Federal da 4ª Região Fiscal expediu e publicou no Diário Oficial da União (DOU) o Ato Declaratório Executivo nº 17, de 9 de setembro de 2014, em que declara alfandegada, com fiscalização aduaneira em horários determinados, a área que menciona.

2 - No que se refere à EADI Empório na Região Metropolitana de Salvador - BA, com a entrada em vigor da MP 612, de 3 de abril de 2013, que criou os Centros Logísticos Industrias Aduaneiros (CLIA) a empresa desistiu do processo administrativo para a concessão de autorização para exploração dos serviços de armazéns gerais, e solicitou a transformação em CLIA. O pleito da interessada (transformação para CLIA) foi atendido por meio da publicação do Ato Declaratório Executivo nº 7, de 29 de julho de 2013, da Superintendência Regional da Receita Federal da 5ª Região Fiscal.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0232 - Promover a regularização ambiental dos portos organizados, adequando suas necessidades de operação, manutenção e ampliação às normas ambientais e de saúde vigentes, de modo a assegurar a operação legal e sustentável no setor portuário.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012, houve um avanço nas questões ambientais portuárias com a finalização de estudos para regularização de 3 portos dos 10 previstos a partir da edição da Portaria SEP/MMA nº 445/2011, consolidando, assim o Programa Nacional de Apoio a Regularização e Gestão Ambiental Portuária (PRGAP) e dando prosseguimento aos processos de licenciamento dos portos que não o possuem.

Em paralelo foram revistos regulamentos federais que resultaram em uma nova resolução do CONAMA redefinindo as diretrizes e parâmetros para licenciamento de dragagens portuárias.

No tratamento dos resíduos sólidos e efluentes líquidos foram dados os primeiros passos com a consolidação de uma rede de 14 universidades que darão apoio ao projeto, e do diagnóstico da situação de portos brasileiros quanto ao tratamento de resíduos.

Na questão de saúde, deu-se continuidade no relacionamento com as Companhias Docas para instalação dos sistemas de sala de situação de monitoramento de pandemias e dos equipamentos de esterilização de resíduos (autoclaves) nos portos. No campo legal e institucional, ocorreu a adesão de atores para discussões específicas sobre saúde do trabalhador em cada porto.

Em 2013, a finalização do Guia e dos 22 Manuais de Boas Práticas Portuárias no âmbito do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos, colocou em evidência ações a serem tomadas nos diversos portos, havendo avanço nas discussões deste tema porto a porto.

Além disso, houve o acompanhamento dos licenciamentos de diversas obras do PAC, tais como, Quebra-Mar do Porto de Salvador, dragagem de aprofundamento do Porto de Paranaguá e dragagem de aprofundamento/derrocamento do Porto de Vitória.

Foi firmado, em dezembro de 2013, novo Termo de Cooperação para dar continuidade ao processo de Regularização dos portos de Maceió e Areia Branca, cujos estudos estão com conclusão prevista para dezembro de 2015.

Avançaram também as discussões no sentido de modificar o modo de licenciamento dos portos organizados de forma que esses licenciamentos tenham abrangência sobre as operações do porto de forma geral, evitando a necessidade de constantes avaliações ambientais específicas para cada atividade ou obra específica a ser realizada nos portos.

Os dispositivos de controle de saúde continuam a ser instalados e deverão ser tratados sob uma visão integrada de gestão de resíduos sólidos.

Nos próximos anos, espera-se uma maior incorporação da consciência de gestão sustentável nos portos brasileiros por meio do aprofundamento dessas ações e disseminação para os portos ainda não atingidos.

Em 2014, foi dada continuidade à Fase 2 do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos (PGRS), que destina-se a elaborar projetos de implementação das ações e detalhamento dos procedimentos previstos nos Manuais de Boas Práticas Portuárias.

No âmbito do PRGAP, foram protocolados, em 2014, os Estudos de Regularização Ambiental dos Portos de Itaguaí – RJ e Rio de Janeiro – RJ no órgão ambiental competente.

Metas 2012-2015

• Implantação de dispositivos de controle de saúde em 22 portos organizados marítimos

Análise Situacional da Meta

A implantação de dispositivos de controle de saúde nos portos organizados marítimos é vinculada ao Plano Brasileiro de Prevenção a Epidemia de Influenza, coordenado pelo Ministério da Saúde. Ele consiste na aquisição de autoclaves e equipamentos de vídeo conferência que possam ser usados em situações de crise. Em anos anteriores, foram adquiridas 22 autoclaves (equipamentos para esterilização de resíduos sólidos), sendo finalizadas as instalações em 2 portos: Belém/PA com 2 equipamentos e Fortaleza/CE com 1. Tais equipamentos encontram-se prontos para operação.

Em 2012, buscou-se atuar junto às Companhias Docas a fim de que fossem realizadas as obras civis a encargo delas para que os equipamentos pudessem ser instalados e se tornassem operacionais.

Em 2013, a SEP/PR deu continuidade às ações de gestão junto aos portos organizados no sentido de viabilizar a instalação e operacionalização das autoclaves.

Em 2014, 6 portos estavam com 12 autoclaves instaladas e aptas ao funcionamento: Belém/PA com 2 unidades, Fortaleza/CE com 1 unidade, Recife/PE com 3 unidades, Paranaguá/PR com 2 unidades e Rio Grande/RS com 2 unidades e Vitória/ES com 2 unidades. Os portos que ainda não tinham instalado as autoclaves não o fizeram por estarem aguardando o projeto básico de Área de Transbordo de Resíduos Sólidos, que incorpora a operação de estrutura de inertização de resíduos orgânicos – autoclave. Este projeto está em fase final de elaboração no âmbito do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos Brasileiros, objeto de Cooperação Técnico-financeira entre a SEP/PR e a UFRJ, por intermédio da COPPE/UFRJ.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	3	unidade	1	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3	unidade	1	30/12/2014
Vetor Logístico Leste	3	unidade	1	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3	unidade	0	30/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	6	unidade	2	31/12/2014
Vetor Logístico Sul	4	unidade	1	31/12/2014

• **Implantar o Programa Nacional de Regularização Ambiental Portuária (PRGAP) em 10 portos organizados marítimos**

Análise Situacional da Meta

O Programa Federal de Apoio à Regularização e Gestão Ambiental Portuária – PRGAP, instituído pela Portaria Interministerial MMA/SEP nº 425/2011, consiste na elaboração de estudos ambientais, visando à emissão pelos órgãos competentes da licença ambiental de operação a portos administrados pelas Companhias Docas vinculadas à SEP/PR. Busca-se com esse projeto promover e apoiar os portos marítimos beneficiados, de forma continuada, para permitir a compatibilização das necessidades de sua operação e manutenção às normas ambientais vigentes. A implementação do programa é feita em parceria com as Universidades Federais da Bahia – UFBA e de Santa Catarina – UFSC.

O programa contempla 10 portos: Areia Branca/RN, Natal/RN e Maceió/AL, vinculadas à CODERN; Aratu/BA, Salvador/BA e Ilhéus/BA, vinculados à CODEBA; Vitória/ES, vinculado à CODESA; Rio de Janeiro/RJ e Itaguaí/RJ, vinculados à CDRJ, e Santos/SP, vinculado à CODESP, porém este Porto utiliza recursos próprios para a obtenção da Licença.

A partir da adesão das Companhias Docas ao Programa, por meio de assinatura de Termo específico, foram apresentados os Termo de Referência que nortearam a elaboração dos estudos ambientais. Em 2012, foram finalizados os estudos dos portos de Natal/RN, Vitória/ES, Aratu/BA e Ilhéus/BA, que foram encaminhados para os órgãos ambientais licenciadores competentes. Em outubro daquele ano, inclusive, foi emitida a licença de operação provisória do Porto de Natal/RN, denominada CERTIDÃO AMBIENTAL, informando que consta nos arquivos protocolares daquele Instituto, em tramitação, o processo n.º 2011.042500/TEC/LRO-0036, referente ao requerimento da Licença de Regularização de Operação – LRO para Porto de Natal.

Em 2013, o IEMA emitiu a Licença Ambiental de Regularização-LAR n.º 17/2013 com validade de 2 anos para o Porto de Vitória/ES. Em outros três portos (Ilhéus/BA, Rio de Janeiro e Itaguaí/RJ) foram concluídos os estudos, dos quais o do porto baiano foi protocolado no órgão ambiental em fevereiro de 2013.

Em maio de 2014, foram protocolados no órgão ambiental os Relatórios de Controle Ambiental - RCA's do Porto do Rio de Janeiro e Porto de Itaguaí, os quais não tiveram a análise concluída pelo órgão ambiental ao final de 2014.

Apesar de os estudos dos portos de Ilhéus e Aratu terem sido elaborados com base em Termos de Referências do Órgão Ambiental, a emissão das respectivas Licenças de Operação depende ainda de complementações dos estudos protocolados, que foram solicitados durante a análise dos documentos.

Os estudos relativos ao Porto de Salvador encontram-se em análise pela CODEBA e deverão ser entregues ao IBAMA no 1º semestre de 2015.

Os estudos relativos ao Porto de Santos estão em análise no órgão ambiental (IBAMA) aguardando manifestação daquele Instituto.

Em 2014, foram discutidos junto aos órgãos ambientais competentes a Regularização dos Portos de Areia Branca e Maceió, para os quais foram apresentados os respectivos Termos de Referência. A previsão de conclusão dos estudos é até Dezembro de 2015, os quais serão remetidos posteriormente aos órgãos ambientais competentes.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Leste	3	unidade	1	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	3	unidade	1	31/12/2014

• **Implantar o Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos em 22 portos organizados**

marítimos**Análise Situacional da Meta**

O Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos Brasileiros compreende um conjunto de ações que visam a promover a conformidade legal dos portos marítimos frente às exigências ambientais, das vigilâncias sanitária e agropecuária, relacionadas ao gerenciamento de resíduos sólidos, efluentes líquidos e o manejo da fauna sinantrópica nociva.

O objetivo do programa é implantar um sistema integrado de gestão de resíduos sólidos, efluentes líquidos e controle de fauna sinantrópica nociva, inicialmente, em 22 portos marítimos brasileiros, quais sejam: Belém/PA; Vila do Conde/PA; Itaqui/MA, Fortaleza/CE, Natal/RN, Cabedelo/PB, Recife/PE, Suape/PE, Maceió/AL, Aratu/BA, Salvador/BA, Ilhéus/BA; Vitória/ES, Rio de Janeiro/RJ, Itaguaí/RJ, Santos/SP, São Sebastião/SP; Paranaguá/PR, São Francisco do Sul/SC, Imbituba/SC, Itajaí/SC e Rio Grande/RS.

O programa é desenvolvido em três fases.

A primeira, iniciada em julho de 2011 e desenvolvida por meio de parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, consiste na elaboração de inventário e diagnóstico da situação atual de geração e movimentação de resíduos e efluentes, resultando em 22 Manuais de Boas Práticas, que contêm perspectivas de gestão sustentável dos resíduos e efluentes e apresentação de uma proposta de mitigação da fauna sinantrópica nociva presente nesses portos. A segunda fase caracteriza-se pela elaboração de projetos específicos à implantação das práticas indicadas nos manuais. A terceira fase corresponde a implantações das ações e obras projetadas na segunda fase, de acordo com as características de cada porto.

Com relação aos resultados alcançados pelo Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos dos portos marítimos brasileiros, durante o ano de 2012, na primeira fase do projeto, foram realizados os diagnósticos necessários para a elaboração dos manuais de boas práticas nos 22 portos.

No decorrer de 2013, foram elaborados 22 manuais de boas práticas para os portos selecionados bem como o Guia de Boas Práticas Portuárias baseado nas melhores práticas ambientais conduzidas em portos no exterior. Além disso, foi dado início a segunda fase do programa que corresponde ao detalhamento das ações, identificadas na primeira fase, como necessárias para tratamento de resíduos em cada porto.

Ao longo dos primeiros seis meses do ano de 2014, foram lançados os manuais de boas práticas anteriormente elaborados. Já no âmbito do trabalho da segunda fase do programa, foram apresentados produtos intermediários, quais sejam: Planejamento da Segunda Fase para o ano de 2014; Modelo de Tomada de Decisão para Localização de Área de Transbordo (resíduos); Metodologia Multi-critério para Selecionar Projetos Básicos de Efluentes Líquidos; Modelo Centralizado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; Métodos para Avaliação do Potencial de Geração de Energia. Ao final da Segunda Fase serão entregues aos 22 Portos projetos básicos/conceituais e notas técnicas relativas a soluções para o aperfeiçoamento da gestão de resíduos, efluentes e fauna sinantrópica nociva, considerando-se o atendimento do crescimento das operações portuárias em um horizonte de até 20 anos.

No segundo semestre de 2014, em continuidade à segunda fase do PGRS, foram priorizados os Portos de Salvador, Belém e Vitória para a elaboração do Projeto Básico do tema efluentes líquidos, no qual foram entregues pela UFRJ versão preliminar do anteprojeto da rede de esgotamento sanitário para o Porto de Salvador, Porto de Vitória (Cais de Capuaba) e Porto de Belém (Terminal de Miramar); e o Projeto Básico das Estações de Tratamento de Esgoto para o Porto de Belém (Terminal de Miramar) e Porto de Vitória (Cais de Capuaba).

O cumprimento gradual da meta será considerado à medida que os portos completem a terceira fase do programa.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0233 - Aprimorar a gestão e a formulação de políticas para o setor portuário marítimo de forma a contribuir com um planejamento logístico integrado para o país.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

Com a publicação do novo marco regulatório do setor portuário, inicialmente pela Medida Provisória - MP nº 595, em dezembro de 2012, e posteriormente com a Lei nº 12.815/2013, em junho de 2013, o papel da SEP/PR como órgão planejador e formulador de políticas para o setor ficou definido de forma mais precisa.

Em 2012, a SEP/PR havia elaborado e entregue à sociedade o Plano Nacional de Logística Portuária – PNLP e os 15 Planos Diretores Estratégicos – Master Plans dos principais portos públicos nacionais, bem como firmado parceria para elaboração do plano de investimentos e desenvolvimento para os demais 19 portos e a integração do PNLP e dos 15 Planos Mestres já realizados com os demais planos de governo e dos portos. Nesse contexto, em 2013 e até o presente momento, o trabalho de planejamento de longo prazo iniciado pela SEP/PR em 2010 passou a contar, além do respaldo institucional da Secretaria e da Presidência da República, com o respaldo legal proveniente do novo marco regulatório. O mesmo marco regulatório definiu como responsabilidade das Autoridades Portuárias a competência para a elaboração dos seus respectivos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento – PDZs, cabendo a SEP/PR a aprovação dos mesmos. A concatenação entre o planejamento nacional, a cargo da SEP/PR, e o planejamento local, de responsabilidade das Autoridades Portuárias, é mediada por meio de regulamentação infralegal, em nível de portaria ministerial, materializada na Portaria/SEP nº 3/2014, de 07 de janeiro de 2014.

Com relação às políticas de cabotagem, destaque-se que o novo marco regulatório não alterou a competência do tema, que permanece a cargo do Ministério dos Transportes – MT. Dessa forma, o principal fórum para a discussão de políticas desse assunto, o Procabotagem, está sob coordenação do MT.

Mesmo com a competência em relação às hidrovias e, em decorrência, à cabotagem permanecendo no MT, a SEP/PR tem papel relevante na formulação de políticas públicas para o tema e, por conta disso, já concluiu 2 estudos sobre o assunto - Estudo para a Implantação do Sistema para Desenvolvimento Logístico de Cabotagem (em parceria com o Porto de Cingapura) e Estudo de Viabilidade para Implantação de Linhas Regulares de Cabotagem no Brasil (em parceria com a UFSC) e tem contratado mais um estudo sobre o tema - Estudo para o Desenvolvimento do Setor de Cabotagem no Brasil (em parceria com o Banco Mundial).

Metas 2012-2015

- **Elaborar 3 estudos para simplificar procedimentos e reduzir o custo de movimentação nos portos organizados marítimos no transporte de mercadorias por cabotagem**

Análise Situacional da Meta

Os 3 estudos que esta meta trata são:

1. Estudo de Viabilidade para Implantação de Linhas Regulares de Cabotagem no Brasil, em parceria com a UFSC: concluído em 2012 com a entrega do estudo de viabilidade;
2. Estudo para a Implantação do Sistema para Desenvolvimento Logístico de Cabotagem, em parceria com o Porto de Cingapura: estudo concluído na forma de relatório final em 2012; e
3. Estudo para o Desenvolvimento do Setor de Cabotagem no Brasil, em parceria com o Banco Mundial: ações

preparatórias em andamento.

Com relação ao Estudo para a Implantação do Sistema para Desenvolvimento Logístico de Cabotagem, foi finalizada, em 2012, a etapa programada relativa ao acordo de assistência técnica firmado em outubro de 2011 entre a SEP/PR e a Agência de Desenvolvimento de Informática e Telecomunicações de Singapura – IDA International, com a entrega do relatório final contendo a modelagem e as recomendações para implementação de um moderno sistema de informações voltado à integração e gestão dos processos relativos à cabotagem nos portos brasileiros.

Já o Estudo para o Desenvolvimento do Setor de Cabotagem no Brasil, parceria entre SEP/PR e Banco Mundial, denominado “Desenvolvimento da Cabotagem no Brasil” é um projeto financiado, com recursos não reembolsáveis, pelo Fundo Espanhol para América Latina e Caribe (Spanish Fund for Latin America and Caribbean - SFLAC), com igual contrapartida da União (ambos com valor equivalente de 300 mil dólares). O referido projeto visa à realização de um diagnóstico sobre a cabotagem no país, com a finalidade de subsidiar a proposição de políticas públicas para o setor no médio e longo prazos.

Em 2012, desenvolveram-se as ações preparatórias, tendo sido desenvolvido e aprovado pelo Banco Mundial o Termo de Referência do projeto. Em 2013, em decorrência de alguns problemas relacionados ao procedimento licitatório, houve atraso na contratação.

O terceiro e último estudo planejado, denominado “Estudo sobre o Desenvolvimento do Setor de Cabotagem no Brasil”, foi celebrado em abril 2014, com trabalhos iniciados em setembro. A previsão de encerramento do estudo é para o segundo semestre de 2015.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	3	unidade	2	31/12/2014

• Elaborar o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário (PDZ) para 34 Portos Organizados Marítimos

Análise Situacional da Meta

Com o advento do Novo Marco Regulatório do setor, por meio da edição da Medida Provisória - MP nº 595, de 06/12/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.815, de 05/06/2013, e com o Decreto nº 8.033, de 27/06/2013, a elaboração dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário - PDZs é de responsabilidade das Autoridades Portuárias, cabendo a SEP/PR, com base em regulamentação infralegal, a aprovação dos mesmos. Esta regulamentação foi publicada em janeiro de 2014, pela Portaria nº 03, alterada pela Portaria nº 206/2014. Em 2014 foram concluídas as elaborações dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário nos portos de Santarém, Vila do Conde, Belém, Paranaçuá, Antonina e Imbituba. Está em fase de análise para publicação de nova portaria, a qual estabelecerá novos prazos para os demais PDZs em desenvolvimentos.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	3	unidade	1	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Norte	3	unidade	2	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	4	unidade	2	31/12/2014
Vetor Logístico Leste	7	unidade	0	31/12/2014

Vetor Logístico Nordeste Meridional	3	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	7	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Sul	7	unidade	1	31/12/2014

• **Elaborar o Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP)**

Análise Situacional da Meta

Com relação ao planejamento de longo prazo do setor portuário brasileiro, foram recebidos e aprovados o Plano Nacional de Logística Portuária – PNLN e os 15 Planos Diretores Estratégicos – Master Plans, dos principais portos públicos nacionais.

Na fase seguinte, as ações propostas foram: a definição de plano de investimentos e desenvolvimento para os demais 19 portos – Master Plans, e a Integração do Plano Nacional de Logística Portuária/PNLN e dos 15 Planos Mestres já realizados com os demais planos de governo e planos dos portos.

Em 2012, foram concluídas as versões finais dos seguintes Planos Mestres:

- Porto de São Francisco do Sul/SC, em dezembro/2012;
- Porto de Imbituba/SC, em dezembro/2012; e
- Porto de Ilhéus/BA, em dezembro/2012;

Em 2013, foram concluídas as versões finais dos seguintes Planos Mestres:

- Porto de Manaus, em abril/2013;
- Porto de Belém/PA, Santarém/PA e Vila do Conde/PA, em agosto/2013;
- Porto de Paranaguá/PR e Antonina/PR, em agosto/2013;
- Porto de Santana/AP, em agosto/2013;
- Porto de Porto Alegre/RS, em setembro/2013;
- Porto de Pelotas/RS, em setembro/2013;
- Porto de Cabedelo/PB, em outubro/2013; e
- Porto de Rio Grande/RS, em outubro/2013.

Em 2014, foram concluídas as versões finais dos seguintes Planos Mestres:

- Rio de Janeiro, em março/2014
- Forno, em abril/2014
- Itaguaí, em março/2014
- Porto Velho, em setembro/2014
- Estrela, em outubro/2014

• **Implantar o Projeto de Incentivo à Cabotagem (PIC)**

Análise Situacional da Meta

A SEP/PR desenvolve, desde o Projeto de Incentivo à Cabotagem – PIC iniciado em 2010, um conjunto de projetos com o objetivo de estabelecer políticas diretamente voltadas para o incentivo da navegação de cabotagem. Tais políticas buscam promover a transferência de cargas dos modais terrestres para o aquaviário de cabotagem, modelando soluções para viabilizar a implantação de linhas de cabotagem, interligar os portos nacionais, contribuir para a redução de custos logísticos, de implantação e conservação de infraestrutura viária, reduzir os impactos ambientais e acidentes em rodovias e ampliar a competitividade da economia nacional.

Devido ao caráter multidisciplinar do tema, em 2012 decidiu-se por estabelecer uma agenda comum entre SEP/PR, Ministério dos Transportes - MT e Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ resultando na criação de um Grupo de Trabalho - GT, expandindo assim a abrangência do projeto, que evoluiu para um programa de

desenvolvimento do setor. Assim, com o objetivo de estimular o aumento da participação da navegação de cabotagem no Brasil, a SEP/PR e o MT estabeleceram as tratativas e institucionalizaram no último trimestre de 2012, por intermédio da Portaria Interministerial SEP/PR-MT nº 01/2012 o programa “Pró Cabotagem”. O programa criou GT interinstitucional, coordenado pelo MT, para propor ações de curto, médio e longo prazo para os níveis institucional, operacional e de infraestrutura, com indicação de estudos para integração da rede de transportes, ampliação da infraestrutura, adequação da legislação, melhoria da operação e proposição de incentivos fiscais, encaminhando-as no âmbito do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte - CONIT.

Compete destacar que o alcance da meta apenas será atingido quando o programa “Pró Cabotagem”, Grupo de Trabalho composto por SEP/PR, Ministério dos Transportes - MT e Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ apresentarem diretrizes nacionais para as políticas públicas atinentes à cabotagem. Esta meta se relaciona diretamente com o estudo denominado “Estudo sobre o Desenvolvimento do Setor de Cabotagem no Brasil”, o qual, ao seu final, subsidiará a realização do Projeto.

OBJETIVO: 0453 - Ampliar a capacidade portuária por meio da reestruturação e da implantação de novos portos organizados marítimos.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

Com o advento do Novo Marco Regulatório do setor, por meio da edição da Medida Provisória - MP nº 595, de 06/12/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.815, de 05/06/2013, e do conjunto de medidas anunciadas para o setor portuário pela Presidenta da República em 06/12/2012, o Governo Federal visa ao aumento da competitividade da economia brasileira pela eliminação de barreiras ao fluxo de comércio brasileiro.

Com base nesse objetivo, as ações estão orientadas para o aumento da movimentação portuária, redução do custo e aumento da eficiência, a partir de uma maior participação da iniciativa privada no setor. O montante de recursos privados estimados para serem investidos nos portos brasileiros é da ordem de R\$ 50 bilhões.

Nesse arcabouço, a SEP/PR, em parceria com a ANTAQ, conduz três ações complementares para a ampliação de capacidade do sistema portuário nacional: o Programa de Arrendamentos Portuários, Anúncios Públicos para Autorizações de Exploração de Terminais de Uso Privado (TUPs), e o Programa de Reequilíbrio e Prorrogação de Contratos.

O Programa de Arrendamentos Portuários visa à celebração de contratos de arrendamentos, sempre precedida de licitação, em áreas localizadas dentro dos Portos Organizados. Na primeira fase do programa, incorporada ao Programa de Investimentos de Logística (PIL) – Portos, SEP/PR e ANTAQ estão desenvolvendo Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA para 159 áreas passíveis de serem arrendadas nos portos públicos brasileiros - contratos de arrendamento vencidos ou a vencer até 2017, com a previsão de investimentos de aproximadamente R\$ 17 bilhões.

Com relação aos Anúncios Públicos para Autorizações de exploração de TUPs, prevê-se que, mediante autorização, sempre precedida de chamada ou de anúncio públicos, instalações portuárias localizadas fora das áreas dos portos organizados possam ser exploradas pelos agentes econômicos habilitados no processo de autorização. A partir de julho de 2013, foi dado início ao processo de anúncios públicos relativos à implantação de novos TUPs, e até dezembro de 2014, 38 contratos foram assinados.

Outra linha de ação da SEP/PR para alcançar o objetivo do Governo Federal é concessão de portos organizados. Para

tanto, está sendo estudada a concessão de 4 portos organizados, a saber: Manaus/AM; Ilhéus/BA; Águas Profundas/ES e Imbituba/SC. Os portos de Ilhéus/BA e Imbituba/SC estão em funcionamento e administrados pela Companhia Docas do Estado da Bahia – CODEBA e SCPar Porto de Imbituba S/A, respectivamente. Já os portos de Manaus/AM e Águas Profundas/ES precisam ser construídos e implementados.

Em decorrência de aprovação do novo marco regulatório do setor portuário, Lei 12.815 de 2013, e previsão expressa em seu artigo 57, instituiu-se Programa de Reequilíbrios Econômico-Financeiros de Contratos e Prorrogações Antecipadas, que objetiva impulsionar os investimentos portuários por parte dos arrendatários já em operação e que não têm seus arrendamentos enquadrados no Programa de Arrendamentos Portuários.

Foram formulados, na SEP/ANTAQ, 46 pleitos, dos quais 20 são relativos a Prorrogações Antecipadas, assim dispostos:

- 1 pleito já assinado – R\$ 187 milhões;
- 5 pleitos já assinados pela ANTAQ e em análise pela SEP – R\$ 6,7 bilhões; e
- 14 pleitos em análise pela SEP/ANTAQ – R\$ 2,7 bilhões.

Os 26 restantes correspondem a Reequilíbrios, Prorrogações ordinárias, Unificações de Contratos, somando R\$ 1,7 bilhão.

Metas 2012-2015

• Conceder dois portos organizados marítimos

Análise Situacional da Meta

Os dois portos que constituem o objeto dessa meta são Ilhéus/BA e Imbituba/SC, ambos já existentes e em operação. O Porto de Ilhéus/BA permanece sob administração da Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA, que também administra os portos de Salvador/BA e Aratu/BA, não havendo, no momento, nenhuma diretriz para realização de estudos no sentido de conceder o Porto. Já o Porto de Imbituba/SC encontra-se delegado ao Estado de Santa Catarina - SCPar Porto de Imbituba S/A, com recente Termo Aditivo assinado, estabelecendo prazo de duração deste de 25 anos, a contar de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado por mais 25 anos. Assim, sugere-se a exclusão da meta.

A execução dessa meta depende do cumprimento da meta "Elaborar 4 estudos e projetos para outorga de novos portos organizados e terminais portuários marítimos".

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• Dotar de infraestrutura adequada as instalações portuárias do Porto de Pecém (CE)

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a SEP/PR não recebeu do Porto de Pecém o projeto/estudo para ampliação da capacidade do porto. Tal situação só foi parcialmente resolvida em 2013. Entretanto, os estudos e projetos recebidos não foram suficientes para a implantação das obras. Em 2014, até a presente data, nenhum estudo adicional foi apresentado pelo Porto.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• Elaborar 4 estudos e projetos para outorga de novos portos organizados e terminais portuários marítimos

Análise Situacional da Meta

Os 4 estudos de que tratam essa meta e o status de cada um deles segue abaixo:

- Porto de Manaus/AM: os estudos e o projeto básico estão finalizados, porém como esses documentos eram anteriores à mudança do marco regulatório, atualmente eles estão em processo de atualização;
- Porto de Águas Profundas/ES: os estudos e projetos foram entregues. Trata-se de um investimento vultoso, a princípio público, da ordem de R\$ 4,0 bilhões, e após debate acerca da matéria no âmbito desta SEP/PR, orientou-se o sobrestamento da análise.
- Porto de Ilhéus/BA: estudos e projetos ainda não foram iniciados e não há, nesse momento, diretriz nesse sentido;
- Porto de Imbituba/SC: estudos e projetos ainda não foram iniciados e, a princípio, diante da recente delegação, provavelmente não serão realizados.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar as diretrizes de outorgas para os Portos Organizados Marítimos**

Análise Situacional da Meta

Parte das diretrizes para outorgas nos portos organizados foi definida como advento do Novo Marco Regulatório do setor, por meio da edição da Medida Provisória -MP nº595, de 06/12/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.815, de 05/06/2013, e com o Decreto nº 8.033, de 27/06/2013. Com base nesse novo marco regulatório, estão sendo elaborados os editais e contratos para realização dos arrendamentos nos portos organizados.

Para o cumprimento integral da meta, resta pendente a atualização do normativo referente ao Plano Geral de Outorgas - PGO, em fase de concepção nesta SEP/PR, no âmbito da regulamentação dos Instrumentos de Planejamento do Setor Portuário.

Aguarda-se orientação do Gabinete da Secretaria de Políticas Portuárias/SPP acerca da previsão de conclusão e publicação do Plano Geral de Outorgas.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 2 novos portos organizados marítimos**

Análise Situacional da Meta

Houve mudança nessa meta durante o período de revisão do PPA em 2013. Anteriormente, a meta era: "Implantar 1 novo porto organizado marítimo". Com o advento do Novo Marco Regulatório do setor, por meio da edição da Medida Provisória - MP nº 595, de 06/12/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.815, de 05/06/2013, e do conjunto de medidas anunciadas para o setor portuário pela Presidenta da República em 06/12/2012, a meta foi redefinida para 2 novos portos organizados marítimos, quais sejam: Porto de Manaus/AM e Porto de Águas Profundas/ES.

Cabe ressaltar que a execução dessa meta depende do cumprimento da meta "Elaborar 4 estudos e projetos para outorga de novos portos organizados e terminais portuários marítimos", que ainda não foi implementada.

Registre-se que os Portos de Manaus/AM e o de Águas Profundas/ES encontram-se, respectivamente, nos Vetores Logísticos Amazônico e Leste;

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Realizar 159 arrendamentos em portos organizados marítimos.**

Análise Situacional da Meta

Dentre os investimentos privados previstos no conjunto de medidas anunciados para o setor portuário em 6/12/12 da ordem de R\$50 bilhões, boa parte desses investimentos (cerca de R\$17 bilhões) se refere à celebração de arrendamentos nas áreas de portos organizados com contratos vencidos ou a vencer até 2017. Esse pacote de investimentos consiste no Programa de Arrendamentos Portuários.

Compete contextualizar que SEP/PR e ANTAQ, juntamente com outros parceiros no âmbito do Governo Federal (Casa Civil, Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda e Empresa de Planejamento e Logística), estão desenvolvendo Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA para as 159 áreas passíveis de serem arrendadas, que representa o universo da meta proposta. A execução desses estudos está a cargo da Estruturadora Brasileira de Projetos S/A – EBP, instituição autorizada pela SEP/PR, por meio da Portaria SEP/PR 38, de 14/3/13.

A referida autorização foi concedida conforme previsão do art. 21 da Lei nº 8.987/95, e sem caráter de exclusividade, possibilitando que outras pessoas, físicas ou jurídicas, pudessem oferecer, a critério de seu interesse, os projetos ou estudos técnicos especificados na portaria.

Isto permitirá avaliar de maneira sistêmica a vocação dos terminais portuários, com respaldo no que prevê o Plano Nacional de Logística Portuária - PNLP, inclusive para definição do objeto das áreas que serão licitadas.

Os referidos estudos foram divididos em quatro blocos, conforme segue:

- Bloco 1: Santos/SP e do Estado do Pará: Belém, Miramar, Outeiro, Santarém e Vila do Conde;
- Bloco 2: Salvador/BA, Aratu/BA, Paranaguá/PR e São Sebastião/SP;
- Bloco 3: Maceió/AL; Suape/PE; Recife/PE; Cabedelo/PB; Fortaleza/CE; Itaqui/MA e Santana/AP;
- Bloco 4: Rio Grande/RS; Porto Alegre/RS; Imbituba/SC; Itajaí/SC; São Francisco do Sul/SC; Rio de Janeiro/RJ; Niterói/RJ; Itaguaí/RJ; e Vitória/ES.

Para a fase de análise dos estudos entregues, foi constituída Comissão Mista composta por membros da SEP/PR e da ANTAQ, que tem se manifestado de forma unificada quanto ao conteúdo técnico dos estudos, além de propor minutas de editais e contratos para as licitações.

Nesse contexto, os EVTEAs referentes aos Blocos 1 e 2 foram entregues em 15/7/13 e 9/9/13, respectivamente. Versões preliminares dos demais blocos, além de atualizações daqueles dois primeiros blocos foram entregues no último bimestre de 2013. Com relação ao quantitativo, após as últimas atualizações, no Bloco 1 foram confeccionados 29 EVTEAs, relativos a 52 áreas denominadas "passíveis de licitação"; no Bloco 2, 18 EVTEAs, de um total de 39 áreas; no Bloco 3, 22 EVTEAs, de um total de 36 áreas; e no Bloco 4, 20 EVTEAs, de um total de 32 áreas.

Ressalte-se que uma das diretrizes do programa é o adensamento de áreas a serem licitadas nos portos organizados, isto é, um menor número de áreas com tamanhos maiores. Por conta disso, verifica-se que o número de EVTEAs entregues para compor o Programa de Arrendamentos Portuários é menor do que o número de áreas com contratos vencidos ou a vencer até 2017, conforme resultados apresentados nos quatro blocos de arrendamento.

Os editais de licitação e minutas de contratos referentes aos arrendamentos dos 4 blocos serão objeto de consulta e audiência públicas, com o objetivo de colher subsídios junto à sociedade, e em especial ao setor produtivo. Feito isso, os EVTEAs e demais documentos que comporão o edital seguem para análise do TCU. Encerrada essa etapa, têm-se as condições para a publicação do edital de cada bloco de arrendamento e, mais adiante, da realização do certame licitatório pelo procedimento de leilão.

Com base nesse fluxo, para os portos inclusos no Bloco 1, a Consulta Pública foi realizada entre os dias 12/8/13 e 6/9/13, enquanto a Audiência Pública do Porto de Santos ocorreu em 30/8/13 e a dos Portos do Estado do Pará em

2/9/2013. A entrega dos estudos do Bloco 1 de arrendamentos para análise do TCU aconteceu em 11/10/13. Em 10/12/13, com a publicação do Acórdão 3661/13, o TCU concluiu a análise do Bloco 1, sugerindo 19 correções. Dos 19 itens, 15 foram atendidos (conforme Acórdão 1555/14, de 11/6/14) e 4 foram alvo do Pedido de Reexame em 24/1/14. Quanto ao Bloco 2 de arrendamentos, o período de Consulta Pública foi realizado entre os dias 30/9/13 e 25/10/13. Já as Audiências Públicas para os portos de São Sebastião, Salvador/Aratu e Paranaguá ocorreram nos dias 17/10/13, 18/10/13 e 21/10/13, respectivamente. Conforme análise do TCU feita do Bloco 1, este órgão solicitou que sejam refeitas as audiências seguindo novos moldes estabelecidos na análise feita. Até o final do 2º semestre de 2014, não houve publicação dos editais de licitação para o primeiro bloco de arrendamentos. Deve-se destacar que, até dezembro de 2014, foi assinado um contrato de prorrogação antecipada entre a SEP/PR e uma arrendatária de terminal do Porto de Santos, conforme dispõe art. 57 da Lei 12.815/2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

PROGRAMA: 2073 - Transporte Hidroviário

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Malha hidroviária navegável comercialmente	km	01/12/2012	20.956	-	-
Total de autorizações para transporte longitudinal de passageiros e misto	unidade	31/12/2010	22	31/12/2013	11
Volume de cargas transportado por navegação interior	tonelada	31/12/2010	21.746	31/12/2013	35.213
Volume do comércio exterior entre Brasil e outros países - volume transportado por via fluvial e lacustre	tonelada	31/12/2010	14.777	31/12/2014	18.005

Observações:

Malha hidroviária navegável comercialmente - Indicador não apurado em 2013.

Em Dez/2014 ainda não haviam dados disponíveis.

Total de autorizações para transporte longitudinal de passageiros e misto - Em Dez/2014 ainda não haviam dados disponíveis.

Volume de cargas transportado por navegação interior - Em Dez/2014 ainda não haviam dados disponíveis.

OBJETIVO: 0234 - Fortalecer os corredores hidroviários garantindo condições de navegabilidade.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento do transporte hidroviário é fundamental para tornar a matriz de transporte de cargas do país mais equilibrada e eficiente economicamente e ambientalmente sustentável. De modo a propiciar a migração de cargas por longas distâncias, para o modo hidroviário, é necessário garantir as condições de navegabilidade dos principais corredores durante todo o ano.

Visando alcançar esse objetivo, os empreendimentos do governo federal para as principais hidrovias do País se distribuem em intervenções em trechos específicos, como derrocamento de pedrais, e intervenções de adequação ao longo dos corredores, como dragagens, sinalização, balizamento e retirada de toras e galhadas. Vale ressaltar que boa parte da carteira de investimentos tem sido executada com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento e os empreendimentos encontram-se em estágios distintos de execução.

Para o biênio 2014-2015, prosseguem as ações localizadas, as manutenções estruturadas de longo prazo e os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEAs) para as adequações das Hidrovias Araguaia-Tocantins, Amazonas e São Francisco. Também estão em fase de execução as intervenções nas Hidrovias do Tietê, Paraná, Madeira e Mercosul.

Metas 2012-2015

- Eliminar 2 pontos críticos em hidrovias

Análise Situacional da Meta

A existência de pontos críticos, tais como pedrais, bancos de areia e travessões nos cursos d'água, impede ou restringe a navegação durante todo o ano ou em determinados períodos. A meta de eliminar pontos críticos consiste em realizar intervenções nestas vias ou em pontos específicos onde, frequentemente, há restrições à navegação das embarcações de maior dimensão, de modo a aproveitar melhor o potencial de navegação das hidrovias brasileiras.

Um dos pontos críticos constante nessa meta é o derrocamento do Pedral do Lourenço, localizado no km 360 do rio Tocantins. Em 2014, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) contratou a Universidade Federal do Paraná (UFPR) para revisar o anteprojeto de derrocamento do Pedral do Lourenço, visando a realização de licitação na modalidade RDC, mas a única proponente acabou desistindo. Para 2015, a expectativa é que após uma revisão do orçamento, nova licitação seja feita até meados de abril/2015.

Já o segundo ponto crítico é o derrocamento do Pedral localizado no km 2150 do Rio Paraná. Essa intervenção enfrenta oposição do Ministério Público e o DNIT está buscando formas de viabilizá-la.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Garantir manutenção e melhorias nos corredores hidroviários em 9.785 km**

Análise Situacional da Meta

O DNIT apresenta uma ampla carteira de empreendimentos para garantir a manutenção e melhorias nos corredores hidroviários brasileiros.

Quanto aos empreendimentos que estão em fase de estudos, alguns EVTEAs já foram finalizados, com entrega de seus produtos, tais como: rio Madeira, Brasil-Uruguai, rio Parnaíba e Paraná-Tietê. Ainda estão em elaboração os estudos do São Francisco, Tapajós/Teles-Pires, Araguaia-Tocantins, Paraguai e Amazonas. Assim que concluídos os estudos e formulados os projetos, novas obras terão início. Em relação aos empreendimentos que estão em fase de execução, as intervenções previstas para a Hidrovia do Madeira, as dragagens do rio Taquari, a sinalização da Hidrovia do Paraná e do tramo norte da Hidrovia do Paraguai já apresentam bons índices de execução.

Ainda há obstáculos a contornar, como as ações de meio ambiente, que tiveram seus custos multiplicados. A fim de superar esses obstáculos, está em andamento uma reestruturação administrativa do setor hidroviário no DNIT, que tem por objetivo melhorar a capacidade de gestão especialmente nas regiões em que estão as Hidrovias.

Quantidade alcançada

9.445

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	4.534	km	4.062	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Norte	500	km	1.449	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2.608	km	2.246	31/12/2014
Vetor Logístico Leste	455,7	km	0	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	915,3	km	1.371	31/12/2014
Vetor Logístico Sul	772	km	317	31/12/2014

OBJETIVO: 0236 - Aumentar a integração hidroviária com países da América do Sul fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O fortalecimento da integração sulamericana passa pela implantação de uma infraestrutura de transportes coesa e eficaz, que favoreça a circulação de bens e serviços e o desenvolvimento econômico e social dos países envolvidos. Para aumentar a integração hidroviária com países da América do Sul, o Brasil pretende firmar acordos bilaterais, desenvolver

estudos hidroviários e consolidar os empreendimentos da carteira da IIRSA - Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, que estão, em sua maioria, vinculados ao objetivo 0234, de manutenção da navegabilidade das hidrovias brasileiras.

No que diz respeito aos acordos bilaterais, em 2012, o Brasil e o Uruguai assinaram o Acordo de Navegação com objetivo de consolidar uma hidrovia com uma malha fluvial entre os portos de La Charqueada, às margens do rio Cebollati no Uruguai e Estrela, no rio Taquari, abrangendo 5 eclusas e os portos de Santa Vitoria do Palmar (Lagoa Mirim), Pelotas (canal de São Gonçalo), Rio Grande (rio Guaíba), Porto Alegre (Lagoa dos Patos) e Cachoeira do Sul (rio Jacuí). Esse acordo está em tramitação no Congresso Nacional Brasileiro para aprovação. Já em relação aos estudos de integração hidroviária, o Brasil desenvolverá os projetos da futura hidrovia Uruguai-Brasil. Passo importante para a efetivação dos termos do acordo, o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental, finalizado em dezembro de 2014, irá embasar a contratação dos projetos e obras necessárias para a implantação da hidrovia. Além disso, também já foi contratado, com previsão de término para dezembro de 2015, o estudo sobre a hidrovia Paraguai-Paraná, importante elo de integração do Brasil com os vizinhos Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Metas 2012-2015

• Elaborar 2 estudos de integração hidroviária sulamericana

Análise Situacional da Meta

Os dois estudos previstos nessa meta são: 1. prática regulatória, vantagens competitivas e oferta e demanda de carga entre os países signatários do Acordo da Hidrovia Paraguai-Paraná (Paraná entre Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai); e 2: transposição da Usina Hidrelétrica de Itaipu. O primeiro estudo está sendo realizado pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, por meio do Termo de Execução Decentralizada – TED, TERM-SAF-ANTAQ/Nº 01/2015, assinado no dia 11/02/2015. O estudo tem como objetivos gerais: a) fomentar o desenvolvimento da hidrovia por meio de informações técnicas a respeito da via; b) constituição de uma base de dados que possa servir de matriz para estudos de eixos estratégicos envolvendo a hidrovia; c) subsidiar as decisões governamentais na formulação de política de apoio à indústria de construção naval e de afretamento de embarcações estrangeiras; d) gerar conhecimento técnico e científico sobre a demanda de transporte aquaviário relativa à hidrovia do Paraguai-Paraná; e) subsidiar o governo brasileiro no acompanhamento do Acordo da Hidrovia; e f) prover a Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ) de informações detalhadas para subsidiar possível revisão normativa. O TED terá duração de quatorze (14) meses, com todos os produtos entregues até o mês de dezembro de 2015.

Quanto ao segundo estudo, em 2014 o Ministério dos Transportes reanalisou o estudo de Análise de Pré-Viabilidade da Transposição e Conexão Intermodal das Hidrovias Tietê-Paraná e Paraná-Prata realizado pelo Instituto ILOS, e entende que os dados levantados atendam satisfatoriamente a necessidade de informações. O trabalho foi resultado da Cooperação Técnica Não-Reembolsável ATN/OC-11621-BR, firmada entre a ITAIPU Binacional e o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, em 14 de agosto de 2009. Entre outros tópicos, o estudo avaliou a viabilidade das obras de navegação previstas no ponto III.11 do Anexo B do Tratado de Itaipu, mediante uma avaliação comparativa das diversas opções logísticas de integração das hidrovias, no que se refere à competitividade em custo, à viabilidade técnica, ao investimento em obras de engenharia e ao risco socioambiental, considerando os aspectos técnicos, econômico-financeiros, os custos da cadeia logística, as restrições socioambientais e as intervenções de engenharia. Segundo o ofício E/FE/024884/14, de 30 de junho de 2014, endereçado ao Diretor- Geral da ANTAQ pela Diretoria Financeira Executiva de ITAIPU BINACIONAL, o estudo está sob apreciação das áreas da Casa Civil, transporte, energia e obras públicas e Relações Exteriores do Brasil e do Paraguai. Dessa forma, a meta passaria a ser composta por apenas um estudo.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0278 - Desenvolver o transporte aquaviário de passageiros e misto (passageiros e cargas) na Região Norte.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Na região Norte do Brasil existe grande concentração de rios e uma rede rodoviária reduzida, fazendo com que o transporte hidroviário seja a principal forma de locomoção e abastecimento entre as comunidades da região. O transporte hidroviário de passageiros nessa região é um serviço relevante para as comunidades locais no acesso a serviços básicos de saúde, educação, emprego, lazer e abastecimento. Além disso, a referida atividade tem impacto significativo na economia local, incluindo a pesca, o turismo e os produtos da floresta. A melhoria da navegação e da infraestrutura hidroviária aumentará, portanto, a acessibilidade e a mobilidade dessas comunidades ribeirinhas, além de melhorar a qualidade do serviço prestado, garantindo maior conforto, confiabilidade e segurança, aumentando a interconexão entre os municípios da região.

Nesse sentido, para se atingir o objetivo de desenvolver o transporte aquaviário de passageiros e misto na Região Norte, há que se desenvolver a rede de portos fluviais e adequar o Porto de Manaus para atender um volume ainda maior de navios de cruzeiros. Além disso, há que se implementar ações governamentais que permitam o desenvolvimento, a ampliação e a modernização do serviço de navegação na Região Norte, com o objetivo de oferecer à população local condições adequadas de utilização do transporte aquaviário, sobretudo no que tange à segurança, ao conforto e à disponibilidade dos serviços prestados.

No que concerne à construção da rede de portos fluviais, consta na carteira de empreendimentos do Governo Federal a construção de 52 (cinquenta e duas) instalações portuárias, sendo que 24 instalações já foram implantadas. Vale ressaltar que mesmo após a edição da MP nº 595/2012, posteriormente transformada na Lei nº. 12.815/2013, que transferiu os portos fluviais para a SEP, essas ações continuaram a ser executadas pelo DNIT, uma vez que, na citada lei, as responsabilidades relativas às Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte permaneceram com essa autarquia.

Quanto à adequação do Porto de Manaus, a SEP celebrou com o DNIT o Convênio de Descentralização (mai/2013) do Porto Organizado de Manaus - POM e o Termo de Cooperação nº 02/2013 (abr/2013) com vistas à realização das ações de adequação do Porto, sendo que o DNIT já efetivou o devido processo licitatório e as obras estão em execução, sendo a conclusão prevista para o primeiro semestre de 2015.

Metas 2012-2015

• **Adequar a infraestrutura do Porto de Manaus**

Análise Situacional da Meta

A adequação do Porto Organizado de Manaus contempla uma série de intervenções na infraestrutura do porto. Atualmente, está em execução o Contrato nº. 861/2013/DAQ/DNIT, cujo objeto é a elaboração dos projetos básico e executivo e a execução das obras de recuperação estrutural das pontes de acesso, cais flutuantes de atracação das Torres e do Roadway, bem como das obras de restauração, adequação e modernização da área retroportuária. Parte do empreendimento já foi concluído para a Copa do Mundo de 2014 e, atualmente, o percentual executado da obra está em 32,25%. A obra teve seu ritmo de execução reduzido em função de dificuldades relacionadas ao atraso de pagamento de medições, bem como decisões judiciais que atrasaram o andamento dos serviços.

Quantidade alcançada

0,32

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	1	unidade	0,32	31/12/2014

• **Estruturar plano para a implantação, ampliação e modernização do transporte aquaviário de passageiros na Região Norte**

Análise Situacional da Meta

A estruturação de um plano para o transporte de passageiros na Região Norte deve ser precedida do desenvolvimento de estudos e levantamentos que possibilitem o diagnóstico do setor e a proposição de ações. Em 2012, a ANTAQ coordenou o Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Pará – UFPA, cuja parceria tem por objetivo o desenvolvimento de Estudo para a Caracterização da Oferta e da Demanda do Transporte Fluvial de Passageiros na Região Amazônica, contendo uma análise detalhada das linhas Belém/PA-Manaus/AM e Santarém/PA-Manaus/AM. O estudo foi concluído em dezembro de 2012 e servirá de apoio para a estruturação do plano constante desta meta.

Nesse sentido, a ANTAQ está desenvolvendo os seguintes projetos:

- a) Pesquisa de satisfação com os usuários do serviço de transporte de passageiros e de serviço de transporte misto na navegação interior de percurso longitudinal interestadual e internacional: minuta de edital para pregão eletrônico em análise na Procuradoria da ANTAQ;
- b) Monitoramento da Oferta e da Demanda do Transporte Fluvial de Passageiros na Região Amazônica: termo de execução descentralizada assinado com a Universidade Federal do Pará – UFPA em setembro de 2014, com duração de 2 anos;
- c) Composição de Custos e Receitas para Proposição de Metodologia de Cálculo de Preço de Equilíbrio Econômico Financeiro na Prestação de Serviço de Transporte Aquaviário Longitudinal de Passageiros e Misto na Navegação Interior: termo de execução descentralizada assinado com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com previsão de término para dezembro de 2015;
- d) Análise de modelo regulatório mais adequado para exploração do serviço de transporte de travessia: projeto em desenvolvimento pela equipe da Gerência de Regulação da Navegação Interior – GRI;
- e) Sistema de Desenvolvimento da Navegação – SDN: em desenvolvimento na ANTAQ, módulo de transporte longitudinal de passageiros e misto servirá para que as empresas de navegação possam encaminhar regularmente informações sobre suas operações.

Entende-se que os resultados destes projetos poderão gerar subsídios suficientes para a formatação de um Plano para o transporte de passageiros na Região Norte.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar 52 Instalações Portuárias Públicas, na Região Norte**

Análise Situacional da Meta

A construção de instalações portuárias públicas de pequeno porte – IP4's, concentrada nos municípios da Região Norte, onde o modal hidroviário é preponderante, visa impulsionar o desenvolvimento do mercado regional e consequentemente melhorar a qualidade de vida da população por meio do acesso seguro, ordenado e controlado do fluxo de embarcações, passageiros e cargas das cidades contempladas.

Na carteira de empreendimentos do Governo Federal, tanto na carteira do PAC quanto fora dela, há tanto a confecção de estudos e projetos quanto a implantação de IP4's.

1) 42 IP4's constantes no PAC:

11 em licitação para contratação de projeto e obras: Envira – AM, Silves – AM, Parintins (Vila Amazônia) – AM, Tefé

(Iago) – AM, Alvarães – AM, Anamá – AM, Anori – AM, Guajará-Mirim - RO, Conceição do Araguaia - PA, Tucuruí - PA, Altamira – PA;

09 em elaboração de projeto: Manaus Moderna – AM, Viseu - PA, São Miguel do Guamá - PA, Oriximiná - PA, Augusto Correa (novo) - PA, Juruti - PA, Cametá - PA, Belém - PA, Abaetetuba - PA

06 com obras em andamento: Apuí – AM, Japurá – AM, Itacoatiara (novo) – AM, Eirunepé – AM, São Gabriel da Cachoeira – AM, Satarém - PA

17 concluídos: Manicoré – AM, Canutama – AM, Codajás – AM, Tapauá – AM, Beruri – AM, Careiro da Várzea – AM, Itapiranga – AM, Boa Vista do Ramos – AM, Barreirinha – AM, Iranduba – AM, Monte Alegre – PA, Augusto Correa – PA, Humaitá - AM, Urucará - AM, Urucurituba - AM, Nova Olinda do Norte – AM, Santa Izabel do Rio Negro - AM.

04 em estudo de aperfeiçoamento: Ipixuna – AM, Itamarati – AM, Carauari – AM e Guajará – AM

2) 27 empreendimentos que não fazem parte do PAC e estão previstos para serem entregues à sociedade durante o período do PPA:

07 em obras: Novo Aripuanã – AM, São Paulo de Olivença – AM, Benjamin Constant – AM, Tonantins – AM, Fonte Boa – AM, Borba – AM, Autazes – AM

03 concluídas: Coari, Caracaraí - RR, Cai N'Água - RO

04 em fase de licitação de obras: Itacoatiara – AM, Tabatinga – AM, Manacapuru – AM, Lábrea – AM

01 paralisada: Barcelos – AM

02 em revisão de Projeto: Santo Antônio do Içá – AM e Jutai – AM

08 em elaboração de projetos: Tabatinga (Belém do Solimões) – AM, Amaturá – AM, Maraã – AM, Juruá – AM, Caapiranga – AM, Pauini – AM, Atalaia do Norte – AM, Coari (novo) – AM

02 em fase interna de licitação para contratação de projetos: Uarani – AM, Careiro Castanho – AM

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	47	unidade	24	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Norte	5	unidade	0	31/12/2014

OBJETIVO: 0283 - Estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário, dando continuidade à regulação do setor e garantindo a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

Diversos estudos e projetos estão sendo idealizados pelo Ministério dos Transportes por meio da SPNT e pela ANTAQ, que embasarão melhor o planejamento do transporte hidroviário. Dentre esses estudos podemos destacar o Plano Nacional de Integração Hidroviária, já entregue a todos os interessados, e o Plano Hidroviário Estratégico, cujas diretrizes foram divulgadas em outubro de 2013. O portfólio do Plano Nacional de Logística em Transportes – PNLT se refere a esses estudos como importantes para reavaliação e perenização do processo de planejamento, na medida em que propõe integrar o setor à rede viária em condições mais adequadas de operação e em melhores condições de competitividade.

Metas 2012-2015

- **Definir classes de hidrovias**

Análise Situacional da Meta

A definição de classe de hidrovias faz parte da estratégia do Plano Hidroviário Estratégico - PHE. Portanto, os estudos que definem as diretrizes do Plano fazem referência também à classificação das hidrovias como forma de determinar sua capacidade, embarcação tipo, regime, enfim, todo o seu potencial de utilização. Informações sobre o andamento do PHE podem ser vistas nas metas de elaboração de 7 Planos, deste mesmo Objetivo (0283).

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

- **Definir comboios tipo para os corredores hidroviários**

Análise Situacional da Meta

A definição e a classificação de comboios para os corredores hidroviários foram atendidas pelos estudos do Plano Hidroviário Estratégico - PHE, já concluído e divulgado. Assim, considera-se que a meta foi alcançada. Os comboios tipos associados às hidrovias comercialmente utilizadas, ou que venham a ser utilizadas, serão importantes para a melhoria das operações de transportes, visto que será determinante para a manutenção hidroviária, bem como, para a implantação e a ampliação de terminais hidroviários de cargas. Mais detalhes sobre o PHE estão descritos na Meta dos 7 Planos, relativa a este mesmo objetivo.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar 07 Planos para consolidar e estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário**

Análise Situacional da Meta

Em relação aos Planos:

1. Plano Hidroviário Estratégico – PHE - O estudo para elaboração do Plano PHE está concluído e sua divulgação se deu na primeira quinzena de Outubro de 2013, em evento específico, estando planejado, para os períodos seguintes, apresentações em fóruns que suscitem seu conhecimento. O estudo analisou a situação do transporte hidroviário no país e tem como objetivo geral o estabelecimento de um plano com vistas a inserir o Transporte Hidroviário Interior no contexto do Planejamento Nacional de Transportes, com propostas de investimentos necessários para o desenvolvimento.

2. Plano Nacional de Integração Hidroviária-PNHI incluindo o Plano Geral de Outorgas de Terminais Fluviais e Lacustres - O PNIH, lançado no dia 19 de fevereiro de 2013, foi concebido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) visando dois objetivos centrais: um estudo detalhado sobre as hidrovias brasileiras e a indicação de áreas propícias para instalações portuárias. Um dos objetos do PNIH foi analisar diferentes cenários logísticos, buscando avaliar a criação de terminais hidroviários e alternativas de escoamento utilizando as hidrovias nacionais. São apresentados, para seis bacias hidrográficas, a potencialidade de utilização do modal hidroviário, terminais e vias, para o transporte de cargas, delimitados pelos cenários de 2015, 2020, 2025 e 2030.

3. Plano Geral de Outorgas de Transportes Hidroviário de Passageiros e Cargas - A ANTAQ finalizou em fevereiro de 2013 os estudos do Plano Nacional de Integração Hidroviária, no qual o volume 14 era referente ao Plano Geral de Outorgas para Terminais Hidroviários. Em relação ao Plano Geral de Outorgas para Serviços de Transporte Aquaviário referente à Navegação Interior o mesmo está em processo de planejamento. Para tanto, a ANTAQ está desenvolvendo os seguintes projetos para obtenção de subsídios:

a) Pesquisa de satisfação com os usuários do serviço de transporte de passageiros e de serviço de transporte misto na navegação interior de percurso longitudinal interestadual e internacional: pesquisa realizada durante o ano de em 2014, com a aplicação de 14.703 entrevistas, em 80 embarcações de 64 empresas e que operam 21 linhas.

- b) Composição de Custos e Receitas para Proposição de Metodologia de Cálculo de Preço de Equilíbrio Econômico Financeiro na Prestação de Serviço de Transporte Aquaviário Longitudinal de Passageiros e Misto na Navegação Interior: termo de execução descentralizada assinado com a UFSC em agosto de 2014, com previsão de término para dezembro de 2015;
- c) Monitoramento da Oferta e da Demanda do Transporte Fluvial de Passageiros na Região Amazônica: termo de execução descentralizada assinado com a UFPA em setembro de 2014, com duração de 2 anos;
- d) Análise de modelo regulatório mais adequado para exploração do serviço de transporte de travessia: projeto em desenvolvimento pela equipe da Gerência de Regulação da Navegação Interior – GRI;
- e) Sistema de Desenvolvimento da Navegação Interior e Marítima – SDN: em construção pela ANTAQ, receberá, das empresas de navegação, informações operacionais. O primeiro módulo, Travessias, está em fase de testes. Os demais módulos estão em desenvolvimento.

O PGO será desenvolvido em três etapas, referentes às modalidades de serviços de transporte aquaviário de navegação interior: Travessias, Passageiros e Cargas (Misto) e Cargas.

4. Programa de Incentivo a Renovação da frota de embarcações de transporte de passageiros - Foi elaborado o “Estudo sobre Transporte Fluvial na Amazônia” cujo relatório foi apresentado ao conhecimento público em 20/06/2013. O estudo aborda os principais temas que orientam as tomadas de decisões para melhoria do transporte fluvial de passageiros, caracterização da oferta e da demanda e as características do transporte fluvial hoje existente.

5. Plano de Fomento à Cabotagem – Foram retomadas as atividades do Grupo de Trabalho sobre Cabotagem (Pro Cabotagem), coordenado pelo Ministério dos Transportes e Secretaria de Portos, criado com o objetivo de propor medidas e soluções visando a melhoria e o incremento da movimentação de carga por cabotagem. A agenda do Grupo incluiu a discussão de um Plano Estratégico. Ao final de 2013, as atividades do Pro Cabotagem foram ampliadas e transformadas em uma iniciativa estratégica, constante do Mapa Estratégico do Sistema Transportes. Essa iniciativa contribui para o alcance do objetivo estratégico de “incrementar a navegação de longo curso, de cabotagem e interior”. Foi elaborado um estudo preliminar de Diagnóstico da Cabotagem e de estruturação da Iniciativa.

6. Plano Nacional de Fomento ao Transporte aquaviário - Os estudos, já concluídos, que orientarão a elaboração do PHE, também servirão de base para a proposta do Plano de Fomento ao Transporte Aquaviário.

7. Plano de corredores Hidroviários - Os estudos, já concluídos, que servirão de base para a elaboração do PHE, incluem também base de informações que nortearão o Plano de Corredores Hidroviário.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0798 - Desenvolver rede de instalações portuárias de navegação interior para transporte de carga considerando a integração multimodal.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

Com a publicação da Medida Provisória nº 595/2012, convertida na Lei nº 12.815/2013, a Secretaria de Portos passou a deter a responsabilidade por todas as ações e atividades relacionadas aos portos fluviais e lacustres, com exceção das Instalações Portuárias de Pequeno Porte.

As ações que estavam em curso pelo Ministério dos Transportes, por meio do DNIT, quando da assunção dos portos fluviais pela SEP em dez/2012, relacionadas com o transporte de cargas, eram a adequação do Porto Organizado de Porto Velho/RO, a implantação do Terminal Multimodal de Marabá/PA. O porto novo de Itacoatiara está sendo licitado pelo DNIT e, para a readequação do porto de Porto Velho, a SEP/PR celebrou o Termo de Compromisso nº003/2014 com a Sociedade de Portos e Hidrovias de Rondônia - SOPH. A expectativa é licitar o projeto executivo das obras em 2015,

bem como concluir a aquisição de equipamentos.

Metas 2012-2015

• Adequar 2 Instalações Portuárias Públicas

Análise Situacional da Meta

A adequação do Porto Organizado de Porto Velho visa modernizar a instalação portuária, sendo composto pela execução de obras e aquisição de equipamentos. A SEP/PR celebrou o Termo de Compromisso nº003/2014 com a Sociedade de Portos e Hidrovias de Rondônia - SOPH, com a Interveniência do Governo do Estado de Rondônia. A expectativa é licitar o projeto executivo das obras em 2015, bem como concluir a aquisição de equipamentos. Do ponto de vista histórico, cite-se que ao final de 2012, as ações em curso pelo DNIT com vistas à adequação do Porto Organizado de Porto Velho foram suspensas devido às alterações decorrentes da Medida Provisória nº 595/2012, convertida na lei 12.815/2013, que entre outras coisas transferiu os portos fluviais para a SEP.

Outra ação relacionada com o transporte hidroviário de cargas visando à integração multimodal é a implantação do Terminal Intermodal de Marabá. O Projeto executivo desse porto foi contratado mediante convênio celebrado entre o governo do Estado do Pará e o DNIT. Porém, o referido convênio venceu e não foi renovado. A SEP está estudando a conveniência de celebrar Termo de Compromisso com o Estado para contratação de revisão do EVTEA e do Projeto Básico do Terminal.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

PROGRAMA: 2072 - Transporte Ferroviário

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de acidentes ferroviários	acidentes/(milhão.trens.km)	31/12/2010	15	31/12/2014	12
Malha ferroviária	km	31/12/2010	29.785	31/12/2014	27.509
Malha ferroviária inoperante ou subutilizada	km	31/12/2010	18.900	31/12/2014	7.048
Número de acidentes ferroviários	quantidade	31/12/2010	951	31/12/2014	831
Percentual de carga ferroviária movimentada pelo tráfego mútuo e direito de passagem	%	31/12/2010	7,36	31/12/2014	8,5
Produto médio anual do transporte ferroviário	R\$/mil TKU	31/12/2010	50	31/12/2014	42,34
Ranking de Qualidade das Ferrovias (GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	87	05/09/2014	95
Total da produtividade ferroviária	bilhões de tku	31/12/2010	279	31/12/2014	307
Total de carga geral transportada	milhão de tu	31/12/2010	103,1	31/12/2014	30,2
Total de movimentação de cargas por ferrovias	milhão de tu	31/12/2010	497	31/12/2014	465
Total de movimentação de passageiros por ferrovias	quantidade	31/12/2010	2.484.930	31/12/2014	2.016.359
Transações comerciais entre o Brasil e os demais países sulamericanos, via ferrovia	tonelada por ano	31/12/2010	818.844	31/12/2014	463.654,62
Velocidade média comercial dos trens	km/h	31/12/2010	25	31/12/2014	16,3

Observações:

Malha ferroviária inoperante ou subutilizada - Alteração da metodologia de cálculo do indicador.

Total de carga geral transportada - Alteração da metodologia de cálculo do indicador.

OBJETIVO: 0141 - Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O modo de transporte ferroviário responde por aproximadamente 21% da atual matriz de transporte de cargas nacional. Concentra-se em corredores de transporte orientados para os principais portos das Regiões Sul e Sudeste do Brasil, perfazendo, em 30/06/2014, uma extensão de 29.031 quilômetros. Assim, a ampliação do sistema ferroviário nacional é uma oportunidade para a consolidação da política de investimentos públicos e privados que fortaleça nosso desenvolvimento econômico e socioambiental, apoiado na exploração sustentável de nossas fronteiras minerais e agrícolas.

Os novos investimentos visam ao aumento da competitividade de nossa economia. O desempenho das ferrovias está limitado, atualmente, por fatores como as diferentes bitolas: métrica, padrão e larga. Esta última tem 1,6 metros de distância entre trilhos e permite mais carga e velocidade. Pode assim configurar um sistema de alta capacidade, contribuindo para o aumento da produtividade, com maior integração aos demais modos de transporte.

O Governo Federal tem adotado estratégias para a ampliação da malha ferroviária nacional, com destaque para os empreendimentos já em execução no PAC, como a Ferrovia Norte-Sul, trecho entre Palmas (TO) e Anápolis (GO), a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), trecho entre Ilhéus (BA) e Barreiras (BA) e a Transnordestina, trecho entre Missão Velha (CE) e Salgueiro (PE). Espera-se ainda que o uso do Regime Diferenciado de Contratação (RDC) leve a maior celeridade na execução das novas obras. A outra frente de ampliação da malha se daria por meio do Programa de Investimentos em Logística (PIL), lançado em 2012, que consiste na concessão de 15 novos trechos ferroviários, perfazendo 10.327 mil km, a serem construídos em bitola de 1,6 m, de maior capacidade.

Almeja-se a exploração da malha ferroviária nacional por meio do Modelo Aberto, que consiste na compra integral da capacidade de transporte da ferrovia diretamente do contratado (responsável pela construção e manutenção da ferrovia) para depois ofertá-la publicamente aos operadores ferroviários independentes. A adoção de tal modelo, a continuada aplicação do modelo de concessão vertical ou adoção de soluções alternativas ainda estão em avaliação por parte do Governo Federal.

Metas 2012-2015

• Expandir em 4.546 km a malha ferroviária do país

Análise Situacional da Meta

No que diz respeito à Ferrovia Norte-Sul, o trecho Palmas (TO) – Anápolis (GO) foi inaugurado em 22/05/2014, sendo a Licença de Operação com liberação dos serviços da superestrutura (linha principal) emitida em 28/04/2014. Foi realizada 100,0% da execução física do Pátio de Anápolis até 31/12/2014. Em 29/12/2014 foi assinado o contrato para manutenção preventiva, corretiva e preditiva da via permanente, da faixa de domínio, dos pátios de cruzamento, dos pátios de cargas e demais pátios, do trecho entre Porto Nacional e Alvorada (TO). Também foi assinado o contrato para atendimento de acidentes ferroviários e ambientais ao longo do trecho e para atendimento específico na área da Barragem de Gurupi (TO), quanto à prevenção de acidentes ambientais e adequação da via permanente para inclusão de contratrilho. Em relação ao trecho entre Ouro Verde (GO) a Estrela d'Oeste (SP), a previsão de entrega é dezembro de 2015, sendo que o trecho tinha 76,5% de execução física em 20/12/2014. Em dezembro de 2014, a execução física, em percentual, na Extensão Sul estava distribuída da seguinte forma: Lote 1 (Ouro Verde de Goiás – GO a GO-0156), 77,9%; Lote 2 (GO-0156 a Rio Verdão), 83,8%; Lote 3 (Rio Verdão a Córrego Cachoeirinha), 95,4%; Lote 4 (Córrego Cachoeirinha a Rio Arantes), 68,4% e Lote 5 (Rio Arantes a Estrela d'Oeste – SP), 86,0%. O investimento previsto para o período 2011-2015 é de 4,25 bilhões de reais. Foi aprovado em 26/02/2014 o projeto executivo da Ponte sobre o Rio Paranaíba, no Lote 4 e liberadas as obras da Ponte Sobre o Rio Grande junto à Marinha do Brasil em 31/01/2014, sendo concluído o projeto em 24/03/2014, com a infraestrutura aprovada. Em 24/04/2014, ocorreu a emissão da Ordem de Serviço para o fornecimento dos trilhos, com entrega da primeira remessa em 05/09/2014 e a previsão de entrega da última para 31/03/2015. Também foram assinados os contratos para a aquisição de AMV – Aparelhos de Mudança de Via e de dormentes especiais para aplicação nos AMV, com valor total contratado de R\$ 30,6 milhões, para a execução de obras remanescentes no Lote 3 e de obras e serviços no trecho de ligação com a ALL, no Lote 5.

Em relação à Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), o trecho de Ilhéus (BA) a Caetitê (BA) apresentava em 20/12/2014 execução física de 60,1%, estando liberada 97,7% da frente de desapropriação. Em dezembro de 2014, o avanço físico dos lotes no trecho era a seguinte: no Lote 1 (Terminal de Ilhéus ao Rio da Preguiça), 26,9%; Lote 2 (Rio da Preguiça ao Riacho Jacaré), 75,1%; Lote 3 (Riacho Jacaré ao Rio de Contas), 72,8% e Lote 4 (Rio de Contas ao Riacho da Barroca), 65,8%. As obras do Lote 1 foram retomadas com a emissão da Ordem de Serviço em 07/02/2014. O Túnel de Jequié (Lote 2A) encontra-se com 37,9% de avanço físico na execução das obras, estando na fase escavação do emboque Oeste e Leste, com 350,25 metros executados. Foram realizadas 86,8% das sondagens complementares até 30/12/2014. Assinado o contrato de fornecimento dos trilhos em 15/04/2014. Foram assinados os contratos para a aquisição de AMV – Aparelhos de Mudança de Via e de dormentes especiais para aplicação nos

AMV, para os lotes de 1 a 3, com valor total contratado de R\$ 26,7 milhões.

O trecho da mesma ferrovia que vai de Caetité (BA) a Barreiras (BA) possui um avanço físico total de 4,8% até 20/12/2014, tendo a frente liberada para desapropriação em 79,0% até 31/12/2014 e 100% das sondagens indiretas (geofísica) e convencionais realizadas. A Licença de Instalação tem validade até novembro/2015. As obras do Lote 5 (Riacho da Barroca – Final da Ponte do Rio São Francisco) foram retomadas com a assinatura de um novo contrato e a emissão da Ordem de Serviço em 07/02/2014. Encontrava-se com 10,4% de avanço físico em 20/12/2014, estando em estudo a alteração do projeto da Barragem Ceraíma (BA), que é condicionante do IBAMA. As obras dos Lotes 6 (Início da Ponte do Rio São Francisco até a Estrada Vicinal Acesso BR-153) e 7 (Estrada Vicinal Acesso BR-153 ao Rio das Fêmeas) foram liberadas pelo Acórdão 1022/2014 do TCU, sendo que para o Lote 6 foi assinada Ordem de Serviço em 16/06/2014 e para o Lote 7, a assinatura da Ordem de Serviço deu-se em 25/08/2014. A nova data para a conclusão do trecho é setembro de 2016.

As ordens de fornecimento dos trilhos, para os dois trechos da FIOI, foram emitidas em 09/06/2014, para o Lote A, em 19/05/2014, para o Lote B e 11/06/2014, para o Lote C e as entregas foram realizadas em 11/08/2014 e 07/11/2014 para o Lote A, 24/11/2014 para o Lote B e 08/10/2014 para o Lote C. Novas entregas estão previstas para o primeiro semestre de 2015, inclusive as primeiras dos Lotes D e E, sendo a última prevista para 09/07/2014. A nova previsão para conclusão das obras no trecho é dezembro/2015 para os Lotes 1, 3 e 4, julho/2015 para o Lote 2 e junho de 2015 para o Túnel de Jequié (Lote 2A).

Quantidade alcançada

2.744

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	855	km	855	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	941	km	772	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1.022	km	362	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	1.728	km	755	31/12/2014

• Realizar estudos de implantação de 9.513 km da malha ferroviária do país

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a Valec concluiu o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA - do trecho Barcarena (PA) a Açailândia (MA) da Ferrovia Norte-Sul (EF-151), que será complementado por meio da execução do Edital de Chamamento Público de Estudos nº 6/2014, do Ministério dos Transportes, publicado no D.O.U. de 10/06/2014 e do trecho Estrela d'Oeste (SP) a Panorama (SP) e de Panorama (SP) a Porto Murtinho (MS), na chamada Ferrovia do Pantanal, que será complementado pelo Edital de Chamamento Público de Estudos nº 9/2014, também publicado no D.O.U. de 10/06/2014, porém até Dourados (MS).

Iniciou, ainda, o processo de licitação para a contratação do EVTEA dos segmentos da FNS de Panorama (SP) a Chapecó (SC) e de Chapecó (SC) a Rio Grande (RS). O resultado das propostas técnicas foi publicado em 30/04/2014. Das três alternativas definidas no estudo, o menor trajeto passou a contar com a seguinte extensão: Lote 01: de 650km para 897 km e Lote 02: de 550km para 834 km, extensão essa a ser confirmada no relatório final do estudo. Pretende-se concluir o EVTEA até 30/01/2015 nos dois trechos. Adicionalmente, foram concluídos os Estudos referentes à ligação da Ferrovia Norte-Sul com a Transnordestina, de Porto Franco (MA) a Eliseu Martins (PI), no total de 596 km e ao Ramal de ligação de Itumbiara (GO) à Ferrovia Norte-Sul.

Em 15/10/2014 foi celebrado contrato para elaboração do EVTEA, do Levantamento Aerofotogramétrico e do Projeto Básico do Corredor Ferroviário de Santa Catarina, de Dionísio Cerqueira a Itajaí (SC).

O trecho ferroviário entre Maracaju (MS) e Paranaguá (PR), inicialmente chamado de Corredor Ferroviário do Paraná, passou a integrar o Programa de Investimentos em Logística do Governo Federal e foi dividido nos segmentos

Maracaju(MS) – Lapa(PR) e Lapa – Paranaguá (PR), que são objetos das Tomadas de Subsídios nº 009/2013 e 016/2013 – ANTT.

O Programa de Investimentos em Logística do Governo Federal, coordenado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) também possui publicados os seguintes Editais de Chamamento Público de Estudos: 7/2014, para o trecho ferroviário entre Anápolis(GO) e Corinto(MG); 8/2014, para o trecho Belo Horizonte(MG) – Guanambi(BA), 10/2014 para o do trecho Sapezal(MT) – Porto Velho(RO) da EF-354 e 11/2014, para o trecho entre Sinop(MT) e Itaituba(PA) e Editais de Tomadas de Subsídios para estudos dos trechos: Lucas do Rio Verde(MT) – Campinorte (GO), Rio de Janeiro(RJ) – Vila Velha(ES), Feira de Santana(BA) – Ipojuca(PE), Uruaçu(GO) – Campos dos Goytacazes(RJ), Mairinque(SP) – Rio Grande(RS) e Belo Horizonte(MG) – Candeias(BA).

Quantidade alcançada

9.205

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	2.571	km	170	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Norte	1.076	km	1.427	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2.456	km	2.306	31/12/2014
Vetor Logístico Leste	928	km	3.434	31/12/2014
Vetor Logístico Sul	2.482	km	1.868	31/12/2014

OBJETIVO: 0142 - Viabilizar trechos inoperantes ou subutilizados por meio de conexões ferroviárias e acessos até regiões demandantes de cargas, tornando-os mais competitivos.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Trechos ferroviários inoperantes são aqueles em que não há tráfego de trens cargueiros ou de passageiros, e os subutilizados são aqueles onde o tráfego de trens está muito abaixo da real capacidade da via férrea, em geral menor do que uma composição ferroviária (ou trem) por dia.

Conexões ferroviárias são linhas ferroviárias construídas para a ligação de trechos de ferrovias que antes não se interligavam. Já os acessos ferroviários são pequenos trechos de linhas férreas que visam a expansão de um ramal ferroviário até um polo concentrador de cargas, capaz de integrar ainda mais os demais modos de transporte.

Parte da malha encontra-se inoperante ou subutilizada por falta de conexões e acessos ferroviários. Isto faz com que o percurso ferroviário fique superior, em alguns trechos, se comparado a outras alternativas de transporte de cargas ou de passageiros. Assim, complementando-se a malha viária, para que se conecte a polos concentradores e/ou consumidores de cargas, busca-se tornar trechos ferroviários antes inoperantes ou subutilizados, em atrativos e potenciais polos indutivos para os investimentos públicos e privados.

Para o alcance do objetivo, o primeiro esforço do governo é o de elaboração dos projetos de conexão dos trechos ferroviários em questão.

Metas 2012-2015

- **Construção de 434 Km de conexões e acessos ferroviários à malha ferroviária existente**

Análise Situacional da Meta

Está em fase final a aprovação de dois projetos:

- EF-116 entre as cidades de Juazeiro (BA) e Salgueiro (PE), com 217,8 km de extensão, e a ligação na - EF - 225 entre

Crateús/CE e Piquet Carneiro/CE, com 186,2 km de extensão. Sobre estes projetos tem-se a seguinte posição: EF-116: o projeto do trecho ferroviário já foi aprovado, sendo que a obra foi dividida em dois subtrechos.

O subtrecho 1, entre Salgueiro (PE) e Parnamirim (PE), com a extensão de 54 Km, já foi executado integralmente pela Transnordestina Logística S/A, empresa concessionária da malha ferroviária do nordeste brasileiro. Para o subtrecho entre Parnamirim (PE) e Juazeiro (BA), o projeto está em fase final de aprovação e EVTEA, sendo atualizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico -SDEC (PE).

EF-225: o projeto entregue pela Secretaria de Estado de Infraestrutura do Ceará, encontra-se em fase final de análise no DNIT, aguarda obtenção da Licença Prévia. Estes dois projetos totalizam 404 km.

Quantidade alcançada

54

Data de Referência

30/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Sudeste	30	km	0	30/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	217	km	54	30/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	186	km	0	30/12/2014

• Elaborar estudos e projetos de 434 km de conexões e acessos ferroviários à malha ferroviária

Análise Situacional da Meta

Está em fase final a aprovação de dois projetos:

- EF-116 entre as cidades de Juazeiro (BA) e Salgueiro (PE), com 217,8 km de extensão, e a ligação na - EF - 225 entre Crateús/CE e Piquet Carneiro/CE, com 186,2 km de extensão. Sobre estes projetos tem-se a seguinte posição:

EF-116: o projeto do trecho ferroviário já foi aprovado, sendo que a obra foi dividida em dois subtrechos.

O subtrecho 1, entre Salgueiro (PE) e Parnamirim (PE), com a extensão de 54 Km, já foi executado integralmente pela Transnordestina Logística S/A, empresa concessionária da malha ferroviária do nordeste brasileiro. Para o subtrecho entre Parnamirim (PE) e Juazeiro (BA), o projeto está em fase final de aprovação e EVTEA, sendo atualizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico -SDEC (PE).

EF-225: o projeto entregue pela Secretaria de Estado de Infraestrutura do Ceará encontra-se em fase final de análise no DNIT, aguarda obtenção da Licença Prévia. Estes dois projetos totalizam 404 km.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/12/2014

OBJETIVO: 0143 - Promover a adequação e construção de variantes e acessos ferroviários aos portos.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A economia globalizada exige o transporte de maiores volumes de cargas com maior competitividade. Tal cenário pressiona nossos portos e vias de acessos nacionais. A adequação e construção de variantes e acessos ferroviários aos portos contribuem, portanto, para a eliminação de restrições operacionais agravadas pela idade da malha ferroviária existente e qualidade de seu material rodante.

O cenário é de oportunidade para a promoção de obras adequadamente dimensionadas, capazes de atender aos atuais e futuros fluxos de transporte. Melhores variantes e acessos ferroviários aos portos nacionais podem ser obtidos por meio da melhoria das condições técnicas das vias (rampas, curvas), bem como a duplicação de linha, transformação do acesso

de bitola única para mista, construção de variante e acesso, adequação dos gabaritos da via e adequação das rampas.

No PPA 2012-2015, foi especificado apenas um acesso ferroviário a uma instalação portuária, mais especificamente o trecho de linha férrea que ligará o pólo petroquímico de Camaçari (BA) ao Porto de Aratu (BA), com diminuição do tempo da viagem de 67 para 19 minutos. A obra desviará a linha férrea, que hoje passa dentro do município, para fora do ambiente urbano, encurtando o trajeto em 15 quilômetros.

Cabe ressaltar que o empreendimento definido para este objetivo foi objeto de estudo preliminar por meio do Programa Nacional de Segurança Ferroviária em Áreas Urbanas – PROSEFER, que avaliou 17 corredores ferroviários, este em especial é o corredor 11 – Belo Horizonte – Montes Claros – Salvador, tem 1.641 Km de extensão, operado pela concessionária FCA – Ferrovia Centro Atlântica.

Esse Corredor movimenta uma grande diversidade de produtos, o que ocorre devido as diferentes características das regiões que atravessa. Assim as cargas variam de bens de consumo, produtos agrícolas, minerais e petroquímicos, produtos transportados em contêineres e até combustíveis. As mercadorias mais transportadas no Corredor são as de minério de ferro, de calcário, de cimento, de ferro gusa, de escória, de soja, de coque, de Magnesita, de contêineres e outros.

Metas 2012-2015

• Construir 18 km de acessos a portos

Análise Situacional da Meta

O empreendimento referente à meta é a ligação entre o pólo petroquímico de Camaçari com o porto de Aratu (BA). Tal projeto está em fase de atendimento de condicionantes sociais e de tribunais de contas. Além disso, será necessária uma nova licitação para completar a execução da obra, a ser realizada pelo DNIT assim que as condicionantes forem atendidas.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/12/2014

OBJETIVO: 0144 - Aumentar a interligação ferroviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A redução dos custos de logística é um importante fator de estímulo para o comércio entre os países da América do Sul. O modal ferroviário é relevante para se alcançar este objetivo. No contexto da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana)/COSIPLAN/UNASUL foi elencado um conjunto de projetos relevantes para a integração da região, dentre eles a ligação ferroviária entre os portos de Paranaguá, no Brasil, e Antofagasta, no Chile.

Especificamente para este projeto, o Brasil elaborou estudo de viabilidade denominado “Corredor Bioceânico Ferroviário” abrangendo pesquisas e estudos técnico, econômico, financeiro, jurídico-regulatório de distintas alternativas do sistema logístico ferroviário de carga entre os portos no Sul/Sudeste do Brasil e os portos no Chile. Tal estudo foi financiado pelo Fundo de Estruturação de Projetos – FEP do BNDES e realizado por um consórcio de empresas brasileiras, sob a supervisão de uma Comissão Quadripartite (Brasil, Paraguai, Argentina e Chile) criada em nível das Chancelarias de cada país. O Relatório Consolidado em 14 de setembro de 2011 foi submetido e aprovado no âmbito da II Reunião Ordinária de Ministras e Ministros do Conselho de Infraestrutura e Planejamento - COSIPLAN/UNASUL, realizada em Brasília, em 30 de novembro de 2011, adotado como justificativa e referencial para a instituição do GT de Integração Ferroviária, presidido pela República Oriental do Uruguai.

A última reunião do referido GT de Integração Ferroviária ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 12 de setembro de 2014. Na ocasião, foi apresentada a situação da infraestrutura ferroviária e planos de cada país. Outras reuniões de cunho multilateral e bilateral foram realizadas no decorrer de 2014. A definição de uma estratégia de financiamento e implementação do trecho brasileiro está em discussão pelos órgãos envolvidos.

Metas 2012-2015

- **Elaborar estudo de viabilidade do Corredor Ferroviário Bioceânico**

Análise Situacional da Meta

O estudo, realizado pelo BNDES, foi concluído em outubro de 2011. Optou-se pelo chamado “eixo capricórnio”, iniciando-se em Paranaguá (PR) e passando (entre outras) por Araucária, Guarapuava e Cascavel no Paraná, Pirapóno Paraguay, J.V.Gonzales e Salta na Argentina e Augusta Victoria no Chile.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar estudos de implantação de 350 km de ferrovias para a integração sulamericana**

Análise Situacional da Meta

Uma vez que à época da elaboração do PPA o estudo de viabilidade do Corredor Ferroviário Bioceânico não havia sido finalizado, foram inseridos na meta possíveis trechos e ramais até a fronteira com o Paraguai, no caso a EF-277 – Cascavel (PR) a Foz do Iguaçu (PR) (150 km), que permitiria a integração ferroviária regional.

Tais iniciativas ainda não foram implementadas, uma vez que aguardam diretrizes do Programa de Investimento em Logística (PIL).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0145 - Fomentar o transporte ferroviário de passageiros.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Há uma grande oportunidade logística e comercial no desenvolvimento do transporte de passageiros com composições de trens de alto e médio desempenho, considerando velocidade, conforto e segurança no deslocamento, garantindo-se agilidade comercial competitiva com o transporte rodoviário. Em função disso, o Ministério dos Transportes desenvolveu o “Projeto de Trens Regionais de Passageiros”, cujo objetivo é resgatar o uso das estradas de ferro brasileiras em benefício direto de seus cidadãos, com a reimplantação dos trens de passageiros em várias regiões do País, buscando-se aproveitar linhas férreas existentes em operação de cargas, com capacidade ociosa e possibilidade de compartilhar tais linhas com o transporte de passageiros.

Os projetos de Trens Regionais, Trens Turísticos e Trem de Alta Velocidade foram concebidos a partir do Programa de Resgate dos Transportes Ferroviários de Passageiros, vinculado ao Plano de Revitalização das Ferrovias, lançado pelo Ministério dos Transportes - MT em 2003, no Governo Lula.

Os estudos iniciais sobre os Trens Regionais de Passageiros datam de 1996 e foram originalmente concebidos pelo BNDES, que contratou a COPPE/UFRJ para desenvolver estudos que identificassem trechos viáveis à sua implantação. No Brasil, consideráveis extensões de vias férreas apresentam níveis muito reduzidos de utilização e alguns trechos estão sendo devolvidos pelas concessionárias, pois não são viáveis para o transporte de cargas.

Com o advento do Projeto Trens Regionais do MT, os trabalhos desenvolvidos utilizaram alguns princípios adotados nos estudos desenvolvidos pela COPPE/UFRJ, entre os quais:

- Porte ou relevância dos Municípios: trechos que contassem com pelo menos um município com mais de 100.000 habitantes;
- Extensão da linha: extensão máxima de cada trecho de 200 km, podendo ser implantado em etapas;
- Ociosidade da linha: trechos com baixa densidade de cargas, com tráfego compartilhado na mesma linha e, naqueles adensados, em linha independente;
- Apoio institucional manifestado em respostas a questionários encaminhados aos executivos dos governos municipais e a órgãos dos Estados que tratam do setor de Transportes;
- Desempenho dos serviços: por trens modernos, seguros, confortáveis e com velocidade e tarifas competitivas com o transporte rodoviário.

Junto à manifestação de interesse local/regional, foi também avaliada a condição da infraestrutura e da concessão, por intermédio de informações solicitadas à ANTT, RFFSA e DNIT.

Segundo tais critérios, foram selecionados pelo MT quatorze trechos para possível implantação, localizados em todas as regiões providas de estradas de ferro, conforme a seguir: SE (São Cristóvão-Aracaju-Laranjeiras); PR (Londrina – Maringá); RS (Bento Gonçalves – Caxias do Sul e Pelotas – Rio Grande); PE (Recife Caruaru); RJ (Campos – Macaé e Santa Cruz – Mangaratiba); MG (Belo Horizonte – Ouro Preto – Conselheiro Lafaiete e Bocaiúva – Montes Claros – Janaúba); SC (Itajaí – Blumenau – Rio do Sul); SP (Campinas – Araraquara e São Paulo – Itapetininga); BA (Conceição da Feira - Salvador – Alagoinhas) e MA/PI (Codó – Teresina). A esses se acrescenta, ainda, a ligação São Luís a Itapecuru-Mirim no Estado do Maranhão, passando por Bacabeiras/MA, onde ocorrerá a implantação de um polo industrial de grande porte, acarretando um incremento nos fluxos de deslocamentos da força de trabalho entre a Capital e Itapecuru-Mirim, para atender ao mercado gerado no polo.

Os estudos de viabilidade, já concluídos, contemplaram os seguintes trechos:

No Estado do Rio Grande do Sul: Bento Gonçalves – Caxias do Sul e Pelotas – Rio Grande. No Estado do Paraná: Londrina – Maringá.

No Estado da Bahia: Conceição da Feira - Salvador – Alagoinhas.

Nos Estados do Piauí e do Maranhão: Codó (MA) - Teresina (PI) - Altos (PI) e Itapecuru-Mirim (MA) - São Luiz (MA).

O Ministério dos Transportes, por intermédio da Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT, continua mantendo entendimentos com os ministérios das Cidades e do Planejamento, visando a criar um grupo de trabalho composto de especialistas das três pastas para elaborar uma portaria conjunta com vistas ao equacionamento técnico e econômico para a implantação e a operacionalização dos Trens Regionais, bem a sua integração com os outros modais. Pretende-se iniciar levantamentos e estudos para atualizar a situação da malha ferroviária nacional, suas disponibilidades e potencialidades, aliados a uma análise do marco regulatório existente, bem como a continuação de estudos para determinados trechos, objetivando avaliar a viabilidade técnica, econômica, financeira e jurídica e os benefícios sociais advindos com a implantação de sistemas ferroviários de transporte de passageiros de interesse regional. Nesse sentido, pretende-se, com base em dados disponíveis e levantamentos de campo, estabelecer, definir e identificar os elementos intervenientes e de apoio à tomada de decisão, avaliando a atratividade do investimento, seja do ponto de vista do interesse privado ou do público.

Cabe destacar que a ANTT contratou a UFSC para desenvolver estudos relativos ao contexto jurídico e legal necessários para o Marco Regulatório do Transporte Ferroviário de Passageiros, cujo trabalho tem prazo de entrega estipulado em 36 meses, dos quais oito meses já são transcorridos.

Metas 2012-2015

- **Realizar estudos e projetos para implantação de 511 km de Trem de Alta Velocidade**
Análise Situacional da Meta

A ideia inicial acerca dos trens regionais foi gestada pelo BNDES, nos anos 90, e teve sua concepção e primeiros estudos realizados pela COPPE/UFRJ. A proposta era aproveitar as linhas existentes promovendo adequações nos traçados, com o objetivo de possibilitar maior velocidade operacional, utilizando-se trens modernos para o transporte de passageiros. Muitos desses trens poderão desenvolver velocidades médias acima dos 100 km/h, mesmo em linhas antigas, desde que devidamente adequadas para a tecnologia veicular utilizada.

Em 2012, foi aprovada a modelagem econômico financeira da concessão do Trem de Alta Velocidade - TAV, realizadas as audiências públicas e publicada a licitação da fase 1 para seleção da tecnologia e da responsável pela montagem da superestrutura, operação e manutenção do sistema.

O Edital de Concessão nº 001/2012 para o Leilão de Exploração de Serviço Público de Transporte Ferroviário de Passageiros por Trem de Alta Velocidade – TAV, na EF-222 – Campinas – São Paulo – Rio de Janeiro foi publicado inicialmente em 13 de dezembro de 2012 e novamente, com alterações, em primeiro de julho de 2013, com previsão de realização do leilão para 19 de setembro de 2013.

Apesar dos procedimentos adotados e da atuação dos agentes econômicos envolvidos no projeto de implantação do TAV, o procedimento estava se encaminhando de forma a haver apenas um consórcio participando do leilão. Para evitar tal situação, foi publicado no D.O.U. de 16 de agosto de 2013 pela Comissão de Acompanhamento do processo de licitação do TAV o Comunicado Relevante nº 12/2013, que postergou “sine die” a realização do leilão, para dar oportunidade a outros grupos interessados de se adaptarem às regras estabelecidas.

Em relação a outros trechos com potencial para o transporte de passageiros, ressalta-se a contratação, por parte do governo federal, de um estudo de viabilidade técnica, econômica e socioambiental (EVTEA) para a implantação de um trem de média velocidade entre Brasília (DF), Anápolis e Goiânia (GO). Além disso, já há estudos em execução para trechos ligando Belo Horizonte (MG) a São Paulo (SP), Curitiba (PR) a São Paulo (SP) e Luziania (GO) a Brasília (DF).

A Implementação do TAV tem sua relevância sedimentada no desenvolvimento da região compreendida entre o Rio e SP conhecida como o maior eixo industrial e científico do território nacional. Para que isso ocorra faz-se necessário o levantamento de dados espaciais e digitais os quais auxiliarão na definição do traçado do TAV. Para tanto, foi firmado acordo com a Fundação Universidade de Brasília - FUB com o propósito de realizar estudos acerca do traçado, com o propósito de modelar as bases de dados em um sistema de informação geográfica e de sensoriamento remoto.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0146 - Conectar as Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZPTM) e as Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIM) aos polos industriais e comerciais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A integração física e econômica de regiões menos favorecidas (porém aptas ao desenvolvimento econômico sustentável) às mais desenvolvidas é fundamental para a mitigar as desigualdades sociais e econômicas em nosso país.

A grande diversidade de recursos naturais nacionais disponíveis (inclusive minerais) tanto no Sertão Nordeste quanto na Região Amazônica pode ser utilizada em favor de maior desenvolvimento e melhoria dessas regiões com reflexos positivos esperados em seus Índices de Desenvolvimento Humano – IDH locais.

A região nordeste pode se beneficiar de sistemas de transporte que atendam às suas necessidades de abastecimento, integração e comércio a menores preços.

O desenvolvimento de novas regiões de mineração, viabilizado pela atual política exportadora de minérios brutos, pode ser fortalecido, com a agregação de maior valor à cadeia produtiva mineradora. O beneficiamento de recursos naturais em áreas estratégicas do país, para posterior comercialização, tem potencial para a manutenção do desejado saldo positivo de nossa Balança Comercial. Busca-se no processo a integração e o desenvolvimento sócio-econômico em regiões atualmente deprimidas.

Assim, a consolidação das Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZTPM) cresce em importância. Neste contexto, a vocação do modal ferroviário se destaca como solução de transporte mais indicada para o acesso econômico às Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIM) nacionais com conexão a pólos industriais e comerciais, por meio da construção de novos ramais ferroviários.

De modo a diminuir os custos de logística e aumentar o valor agregado do setor de mineração nacional, planeja-se o estabelecimento de ramais ferroviários ligando as Zonas de Processamento e Transformação Mineral – ZPTM às Áreas de Relevante Interesse Mineral – ARIM, por meio da criação de novos ramais às ferrovias Norte-Sul (EF-151), de Integração Oeste Leste (FIOL – EF-334) e Transnordestina. Os seguintes trechos ferroviários foram identificados como relevantes para tal objetivo:

1. Ramal na EF-151 – Rio Tocantins a Imperatriz/MA com 40,0 km;
2. Ramal na EF-151 – Araguaína (TO) a Xinguara/PA com 200,0 km;
3. Ramal na EF-151 – Barro Alto/GO a Uruaçu/GO com 50,0 km;
4. Ramal na EF-334 – Brumado (BA) a Salinas/MG com 200,0 km;
5. Ramal na Região de Influência da Nova Transnordestina com 75,0 km.

O foco atual do governo tem sido em concluir as obras dos trechos principais dessas ferrovias, de modo que a introdução dos ramais necessários para a integração ZPTM-ARIM foi adiada para momento mais oportuno.

Metas 2012-2015

• Realizar estudos para a implantação de 365 Km de conexão ferroviária nas ARIMs e ZPTMs

Análise Situacional da Meta

O foco atual do governo tem sido em concluir as obras dos trechos principais das ferrovias Norte-Sul, FIOL e Transnordestina, de modo que a introdução dos ramais necessários para a integração ZPTM-ARIM foi adiada para momento mais oportuno.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0147 - Ordenar o tráfego ferroviário nos perímetros urbanos das cidades, de forma a reduzir os riscos de acidentes, melhorar a operação ferroviária e reduzir os impactos socioambientais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O fluxo de trens e a movimentação de veículos e pedestres podem ser comprometidos em algumas áreas urbanas ou conurbadas em função do crescimento desordenado de algumas de nossas cidades. Congestionamentos, lentidão do tráfego rodoviário e ferroviário, acidentes e problemas de travessias de veículos e pedestres são efeitos esperados e devidos a imprevisões no planejamento urbano integrado. Tudo isso contribui para uma queda do nível de serviço dos modais de transporte integrados.

A inserção histórica dos aglomerados urbanos ao longo do sistema ferroviário nacional tem impactado negativamente o resultado da velocidade média comercial verificada nas ferrovias brasileiras.

Apesar de o país ter observado um aumento do movimento de cargas pelo modal ferroviário ao longo dos últimos anos (a modernização gradual do Sistema ferroviário nacional permite aos trens atingirem velocidade média de até 40 km/h nos trechos não urbanos do país), baixas velocidades são verificadas em áreas urbanas, já que para se evitar acidentes, a velocidade das composições ferroviárias tem que ser bastante reduzida em trechos urbanos.

Isto concorre para a redução da velocidade operacional média final do sistema ferroviário de cargas nacional. A Média de velocidade, apurada pela ANTT para todos os trens formados, encontra-se próxima a 16 km/h (para composição de trem e vagão em efetivo deslocamento para transporte de carga, onde se excetuam as operações de manobra).

A busca por maior competitividade econômica nacional passa pela mudança deste cenário. Nos EUA, por exemplo, as velocidades médias estão em torno de 80 km/h.

Um conjunto de intervenções diferenciadas para cada tipo de tráfego ferroviário é necessário. A solução mais conveniente é a construção de contornos ou anéis ferroviários (uma ferrovia que circunda a zona urbana de uma cidade e à qual se ligam vias diversas com o objetivo de otimizar a função transporte).

Consegue-se, assim, retirar o fluxo de trens de carga de dentro das áreas urbanas, aumentando a velocidade das composições, com melhoria da operação ferroviária e redução dos impactos socioambientais com ganhos econômicos significativos.

As metas do Objetivo são construir contornos e adequações ferroviárias em perímetro urbano: Contorno de Araraquara (SP), Adequação de Barra Mansa (RJ), Contorno de Joinville (SC), Contorno de São Francisco do Sul (SC), Contorno de São Félix (BA), Rebaixamento Ferroviário de Maringá (PR), Contorno de Três Lagoas (MS), Contorno de Divinópolis (MG), Adequação Ferroviária em Mogi das Cruzes (SP), Adequação Ferroviária em São Carlos (SP) e Adequação Ferroviária em Paverama (RS).

Sobre as obras de adequações ferroviárias registraram-se os seguintes resultados:

Em 2012, foi concluída a obra de Rebaixamento da Linha Férrea no município de Maringá (PR); em 2014 foi concluída a obra em Paverama (RS).

Os contornos ferroviários têm o seguinte cenário:

Em 2014 foram concluídos os empreendimentos em Araraquara (SP) e Três Lagoas (MS).

Foram aprovados 10 projetos de contornos e adequações ferroviários (Araraquara (SP), Joinville (SC), São Francisco do Sul (SC), Três Lagoas (MS), Divinópolis/MG, Barra Mansa/RJ, Maringá (PR), Mogi das Cruzes (SP), São Carlos (SP) e Paverama (RS))

Metas 2012-2015

• 11 projetos para construção de contornos e variantes ferroviárias

Análise Situacional da Meta

Esta meta está com 90% de sua execução atendida, conforme os projetos aprovados abaixo:

Contorno de Araraquara (SP) - Portarias DNIT n. 1767 e 1568;

Adequação de Barra Mansa/RJ - Portaria DNIT n.495; Contorno de Joinville (SC) - Portaria DNIT n.1302;

Contorno de São Francisco do Sul (SC) - Portaria DNIT n. 45; Rebaixamento de Maringá (PR) - Portaria DNIT n.055;

Contorno de Três Lagoas (MS) - Portaria DNIT n.442; Contorno de Divinópolis - Portaria DNIT n.1545;

Adequação Ferroviária de Mogi das Cruzes - Portaria DNIT n. 1609; Adequação Ferroviária de Paverama (RS) - Portaria DNIT 630;

Adequação Ferroviária de São Carlos (SP) - Portarias DNIT n. 1231, 1255, 1282 e 1283.

O projeto de Contorno de São Félix (BA) está em análise, aguarda definições do Programa de Investimento e Logística (PIL).

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

30/12/2014

• **Construir 7 contornos ferroviários**

Análise Situacional da Meta

Ao analisar os resultados obtidos registram-se 28,5% de execução. O DNIT busca a solução dos entraves que estão impedindo a plena execução da meta, e desta forma atingir o objetivo do programa, ordenando o tráfego ferroviário nos perímetros urbanos.

Os principais desafios são:

- resolução das desapropriações, para liberação de frentes de serviço;
- obtenção de licenças prévias, de instalação, e de operação para execução e entrega final das obras.

Quanto à primeira dificuldade, a alternativa encontrada é a realização de força tarefa com os diversos atores envolvidos no processo para agilizar os procedimentos, assistir as famílias afetadas e, desta forma, abrir frentes de trabalho.

Para obtenção das licenças ambientais há um esforço de todo governo para realizar os empreendimentos de forma sustentável, inserido no estreitamento dos canais de comunicação com IBAMA.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

30/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2	unidade	2	30/12/2014
Vetor Logístico Leste	1	unidade	0	30/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	2	unidade	0	30/12/2014
Vetor Logístico Sul	2	unidade	0	30/12/2014

• **Realizar 5 adequações ferroviárias em perímetro urbano**

Análise Situacional da Meta

Com base nos resultados apresentados a meta encontra-se com 40% de execução. No entanto, para concluir os empreendimentos previstos neste PPA, será necessário intensificar a gestão sobre os principais fatores que prejudicam o cumprimento das metas, quais sejam:

- desapropriação: buscar o consenso com relação aos valores indenizatórios por região.
- projeto executivo desatualizado: está em análise revisão do projeto apresentado pelo ente federado conveniado. Neste cenário o DNIT tem intensificado suas estratégias ao realizar reuniões de busca de soluções.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

30/06/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sul	1	unidade	1	30/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3	unidade	1	30/12/2014
Vetor Logístico Leste	1	unidade	0	30/12/2014

OBJETIVO: 0148 - Fomentar a adequação dos trechos ferroviários existentes, os quais limitam a integração da malha e o crescimento da capacidade, por meio de alteração de bitola, mudança de geometria ou

duplicação de linhas.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A malha ferroviária brasileira se desenvolveu ao longo do tempo com características distintas, o que prejudica a integração de trechos ferroviários e de regiões do país e reduz o número potencial de rotas que clientes e operadores poderiam utilizar.

Diferentes padrões e alternativas de traçado, raios de curvatura e principalmente bitolas foram adotados (a bitola é um termo ferroviário para designar a distância entre as faces internas dos trilhos sobre os quais os trens trafegam), para que se viabilizassem, à época, novas ferrovias pela iniciativa privada e governamental, a partir de cenários econômicos restritivos para o investimento em infraestrutura ferroviária.

Com a mudança para um cenário econômico mais favorável no início da década de 70, optou-se por padronizar a expansão da nossa malha férrea em bitola larga. Este novo conceito ganhou força devido à aptidão desta bitola para a maior produtividade do transporte ferroviário. Com a implantação de um terceiro trilho, tornando a via férrea em bitola mista; com a mudança de geometria ou a duplicação de linhas e ampliação de trechos em bitola larga, fortalecem-se as ligações entre as regiões brasileiras.

A globalização pressiona por maior produtividade no transporte de cargas e passageiros.

Existe um plano de investimentos e/ou recuperação de ativos, o qual visa ao aumento de capacidade e melhoria na segurança operacional dos trechos ferroviários, embasado pela pactuação de metas de desempenho, dentre as quais, o aumento no volume de transporte e a redução no índice de acidentes. Neste contexto as concessionárias estão implementando os seguintes projetos:

1. Malha concedida à TLISA: as obras da ferrovia Nova Transnordestina foram subdivididas em vários trechos, as quais se encontram em diferentes estágios de execução. A previsão de entrega para a obra completa é janeiro de 2017. Até o momento registra-se 45% de execução física do total do empreendimento. O Trecho Missão Velha – Salgueiro, com 96 km de extensão, está em fase de conclusão. O Trecho Missão Velha – Pecém, com 526 km de extensão, já iniciou as obras. O Trecho Eliseu Martins - Trindade, com 423 km de extensão, está com as obras em andamento. O Trecho Trindade – Salgueiro, com 163 km de extensão, está com as obras em andamento. O Trecho Salgueiro-Suape, com 544 km de extensão, está com as obras em andamento no Lote SPS 04 e 05.

2. Malha concedida à ALLMS: a Concessionária desenvolve projetos no Estado do Rio Grande do Sul para a reativação do tráfego ferroviário comercial, no âmbito da Deliberação ANTT nº 302/2012, entre os pátios de: Dilermando de Aguiar e Santiago, Santiago e São Luiz Gonzaga, Cruz Alta e Passo Fundo, Maringá e Cianorte, Santiago e São Borja, Marques dos Reis e Joaquim Murtinho, Mafra e Porto União, Porto União e Passo Fundo, Ramal de Cachoeira do Sul, Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga e entre Entroncamento e Livramento. Os serviços de reativação estão em atraso e a ANTT já iniciou a aplicação das sanções contratuais cabíveis.

3. Malha concedida à ALLMN: a Ferrovia no trecho Alto Araguaia - Rondonópolis encontra-se com serviços pendentes de superestrutura.

4. Malha concedida à FCA: segue em implantação o projeto de modernização da ligação ferroviária entre Horto Florestal(Belo Horizonte/MG) e General Carneiro (Sabará/MG).

5. Malha concedida à EFVM: em andamento as obras de melhoria operacional e capacitação da ferrovia em implantação entre Barão de Cocais e Santa Bárbara, em Minas Gerais.

6. Malha concedida à EFC: em implantação a obra de duplicação do projeto de Capacitação Logística Norte, entre o Porto de Madeira (MA) e Parauapebas (PA).

As obras se desenvolvem em conformidade com os projetos autorizados pela ANTT. O trecho 1 (km 000 ao 265) encontra-se com aproximadamente 16% das obras concluídas; O trecho 2 (km 265 ao 633) e o trecho 3 (km 633 ao 892), apresentam, cada um, um avanço físico de 14%.

7. Malha concedida à MRS: encontra-se concluída a obra de duplicação entre Valongo (SP) e Perequê (SP). As obras da Segregação Leste, entre Manoel Feio (SP) e Suzano (SP), com 12km de extensão, encontram-se em fase de conclusão.

Metas 2012-2015

• Adequar 150 km de trechos ferroviários

Análise Situacional da Meta

Foi alcançado 89% da meta, com a execução (até dezembro de 2014) de um total de 133,4 km de via, considerando todos os segmentos do CLN S11D (CLN 150 e S11D Expansão EFC).

Quantidade alcançada

133,45

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	150	km	133,45	31/12/2014

OBJETIVO: 0149 - Aumentar a competitividade no transporte ferroviário, induzindo a entrada de novos operadores de transporte multimodal, proporcionando uma redução no custo do frete.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, o Governo Federal anunciou o Programa de Investimentos em Logística – PIL. Pretendia-se a implantação de um novo modelo de concessão ferroviária, que traria ferrovias em bitola larga, com alta capacidade de transporte de cargas, traçado geométrico otimizado e velocidade elevada. Almeja-se o resgate do transporte ferroviário como alternativa logística, com quebra de monopólio na oferta de serviços e redução de tarifas.

Operacionalmente, a Valec, cujo papel institucional foi reestruturado através do Decreto nº 8129, de 23/10/2013, compraria a capacidade integral de transporte da ferrovia diretamente da empresa construtora e mantenedora dos trechos. Em seguida, faria a oferta pública da capacidade de transporte da malha, assegurando o direito de passagem dos trens dos diversos operadores em todas as malhas concedidas sob o Modelo Aberto.. O PIL-Ferrovias estabeleceu, ainda, dois grupos de trechos ferroviários, perfazendo cerca de 10 mil km de extensão.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres, responsável pelo Programa de Investimentos em Logística – PIL, publicou editais de Chamamento Público de Estudos e de Tomada de Subsídios, detalhados na Meta 2 do Objetivo 0141. A Agência realizou Audiências Públicas com o objetivo de colher subsídios para aprimorar as Minutas de Edital, de Contrato e dos Estudos Preliminares que se prestarão a disciplinar as condições em que se dará a concessão à iniciativa

privada (trecho compreendido entre Porto Nacional (TO) - Estrela D'Oeste (SP), projeto integrante do PIL).

Metas 2012-2015

• Construção de 9 integrações intermodal e intramodal

Análise Situacional da Meta

A Valec é responsável pela construção de nove pátios na Ferrovia Norte-Sul, sendo sete no Trecho Palmas (TO) - Anápolis/GO e dois na Extensão Sul, no trecho Ouro Verde de Goiás/GO - Estrela D'Oeste (SP). Porém, os recursos para construção foram ou serão alocados nas ações da própria ferrovia, conforme abaixo:

- Pátio multimodal de Porto Nacional com execução de 100%, recursos alocados na Ação 116X;
- Pátio multimodal de Gurupi, com execução de 100%, faltando apenas os ramais privativos, de responsabilidade dos terminais. Recursos alocados na Ação 116X;
- Pátio de Porangatu, perdeu o título de pátio, será desvio de cruzamento, recursos alocados na Ação 116X;
- Pátio de Uruaçu, obra iniciada em 2013, com 40% de execução, recursos alocados na Ação 116E;
- Pátio de Santa Izabel/GO, com execução de 50%, recursos alocados na Ação 116E;
- Pátio de Jaraguá/GO, com execução de 80%, recursos alocados na Ação 116E;
- Pátio Multimodal de Anápolis, obra iniciada em 2013, com 45% de execução, recursos alocados na Ação 116E;
- Pátio de São Simão/GO, obra iniciada em 2013, com 62% de execução, recursos alocados na Ação 11ZH;
- Pátio de Estrela D'Oeste (SP), obra ainda não iniciada, os recursos serão alocados na Ação 11ZD;

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

20/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	2	unidade	2	30/06/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	5	unidade	0	30/06/2014
Vetor Logístico Leste	2	unidade	0	30/06/2014

OBJETIVO: 0484 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e eficiência aos operadores da malha ferroviária nacional, por meio da manutenção contínua da infraestrutura, da superestrutura e dos sistemas das vias férreas.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A adequação e manutenção da malha ferroviária brasileira estão ligadas diretamente aos investimentos realizados em infraestrutura. Atualmente, cerca de 1.500 km de trechos ferroviários onde existe a prestação de serviço público de transporte ferroviário mediante concessão estão executando obras de melhorias como expansão, modernização, duplicação e construção de vias. Para os novos trechos a serem licitados no modelo do Programa de Investimentos em Logística – PIL, almeja-se a adoção do Modelo Aberto de exploração, no qual a construtora da malha, gestora da infraestrutura, seria responsável pela manutenção.

Metas 2012-2015

• Realizar a manutenção permanente em 1.536 km de ferrovias federais

Análise Situacional da Meta

A extensão de manutenção prevista nessa meta se refere unicamente à ferrovia Norte-Sul, que atualmente ainda está em construção. Em 29/12/2014 foi assinado o contrato para manutenção preventiva, corretiva e preditiva da via

permanente, da faixa de domínio, dos pátios de cruzamento, dos pátios de cargas e demais pátios da Ferrovia Norte-Sul, no trecho entre Porto Nacional e Alvorada (TO) e, também, para atendimento de acidentes ferroviários e ambientais ao longo do trecho e para atendimento específico na área da Barragem de Gurupi (TO), quanto à prevenção de acidentes ambientais e adequação da via permanente para inclusão de contratrilho.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/06/2014

OBJETIVO: 0492 - Estruturar o planejamento e a gestão da infraestrutura do Sistema Ferroviário Federal.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) é uma empresa estatal que tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no país, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. A empresa, vinculada ao Ministério dos Transportes e criada pela Lei 12.743/2012, foi inicialmente denominada Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. (ETAV) e passou a ser Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL), ampliando as suas competências.

À EPL cabe exercer a função de Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (CONIT), reformulado pelo Decreto 7.789 (15/08/2012) para incorporar em sua composição representantes da iniciativa privada. Além de estruturar e executar o planejamento integrado da logística no país, a EPL atua como sócia na concessão do Trem de Alta Velocidade (TAV), com o objetivo de absorver e difundir novas tecnologias no setor. Sob demanda, e mediante contratação, a EPL planejará e estruturará projetos logísticos e poderá celebrar contratos e convênios com instituições científicas e tecnológicas voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, absorção e transferência de tecnologias e licenciamento de patentes. A empresa assumirá também a função de empreendedora, para efeito de licenciamento ambiental, nos projetos de rodovias e ferrovias.

Ainda não foram desenvolvidos estudos e/ou projetos para a estruturação do planejamento e gestão da infraestrutura do sistema ferroviário federal por parte da EPL.

Metas 2012-2015

- **Elaborar o relatório de avaliação anual das condições de qualidade e trafegabilidade da malha ferroviária federal**

Análise Situacional da Meta

O relatório de avaliação anual das condições de qualidade e trafegabilidade da malha ferroviária federal ainda não foi realizado por parte da EPL. Os projetos e estudos referentes a essa meta serão inicializados a partir de 2015 quando dos avanços das concessões ferroviárias.

- **Implantar o Sistema Gerencial Único com todo o banco de dados de infraestrutura de transportes centralizada**

Análise Situacional da Meta

O planejamento do projeto de Levantamento, Documentação e Categorização dos Metadados* de Bases de Dados Georreferenciadas existentes no Ministério dos Transportes - MT e nos Órgãos Vinculados foi iniciado em 2012. O Projeto visava efetuar o levantamento e documentação dos metadados de todos os sistemas desenvolvidos com tecnologias de geoprocessamento existentes no MT e órgãos vinculados (DNIT, ANTT, ANTAQ e VALEC), a fim de subsidiar o estabelecimento das diretrizes e padrões para a implantação de banco de dados georreferenciados do MT observando o estabelecido pela Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE, instituída pelo Decreto nº 6.666/2008, e as normas relativas à Cartografia Nacional criadas pela Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR. A importância do trabalho proposto pode ser medida pelas vantagens a obter com o emprego de padrões de metadados,

tais como:

- diminuição nos custos tecnológicos na produção e utilização de dados georreferenciados;
- aumento na comunicação e integração de dados georreferenciados;
- aumento na quantidade de produtores potenciais da informação;
- aumento de dados produzidos.

Ao final de 2013, com a finalidade de uma melhor adequação entre os órgãos vinculados e órgãos afins ou de objetivos colimados, a proposta inicial evoluiu para uma estratégia mais abrangente, de sorte que se desenvolveu o Planejamento Estratégico de Geoinformações em Transportes - PEGEO, em conjunto com as entidades vinculadas ao Ministério dos Transportes e com a Secretaria Especial de Portos, ANTAQ e Secretaria de Aviação Civil.

Como previsto, no ano de 2014, o PEGEO foi concluído e atingiu a objetivo de estabelecer missão, visão, valores, objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas para o uso de geoinformação no setor de transportes, com qualidade tal que o tornou um plano exequível, contínuo, atual e representativo. Sendo ainda, apresentado em eventos ligados a transportes, de renome nacional.

A estratégia estabelecida pelo PEGEO busca padronizar as informações, mantendo-as atualizadas e prevenindo riscos de duplicidade de informações produzidas internamente ou solicitadas de outras entidades. Prima, ainda, pela diminuição dos riscos de contratações de levantamento de informações repetidas, o que geraria gastos desnecessários; uso de informações desatualizadas; ambiguidades e atraso nas demandas internas e externas.

No segundo semestre de 2014, foi implantada a versão inicial da Infraestrutura de Dados Espaciais em Transportes (IDE-T), iniciativa oriunda do PEGEO. A IDE-T consiste em um sistema gerencial único e centralizado do banco de dados de infraestrutura de transporte. Com a implantação da IDE-T, os resultados esperados são: padronização, governança, atualização, acessibilidade e disponibilização eficientes e eficazes.

Tal projeto visa a aprimorar a disponibilidade, qualidade e integração das informações para o setor transportes e público externo, atendendo ao Decreto nº 6.666/2008 referente à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE. Dentre os produtos já desenvolvidos no projeto, em fase de implantação, está o Portal da IDE-T que proporcionará acesso interativo aos dados de transportes atualizados, integrados, interoperáveis e consistentes, visto que poderão ser acessados de forma dinâmica e confiável: mapas, gráficos, planilhas, dentre outros produtos.

Após a conclusão das iniciativas do PEGEO, será elaborado o PDGEO (Plano Diretor de Geoinformação) do Ministério dos Transportes que, baseado em levantamento/diagnóstico do fluxo de informações das secretarias do MT, identificará onde e como o geoprocessamento deverá otimizar os processos existentes.

(*) METADADOS: Conjunto de informações descritivas sobre os dados, incluindo as características do seu levantamento, produção, qualidade e estrutura de armazenamento, essenciais para promover a sua documentação, integração e disponibilização, bem como possibilitar a sua busca e exploração (Decreto 6.666/08, Art. 2º, inciso II).

OBJETIVO: 1002 - Ampliar a oferta da prestação de serviço aos usuários das ferrovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Na década de 90, em busca de alternativas para aumentar a oferta e a melhoria dos serviços no setor, o Governo Federal decidiu pela concessão das operações ferroviárias. Por meio do Decreto nº 473, de 9 de março de 1992, foi incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND) a transferência à iniciativa privada da operação da malha ferroviária pelo período de 30 anos, prorrogáveis por igual período.

O PND, no que se refere ao modal ferroviário, teve como objetivos básicos a desoneração do Estado, a melhoria da

alocação de recursos, o aumento da eficiência operacional, o fomento ao desenvolvimento do mercado de transportes e a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Para o acompanhamento da evolução do setor são considerados quatro parâmetros: o desempenho operacional, o desempenho econômico-financeiro, as metas contratuais de produção e a redução dos acidentes.

No contexto do Programa de Investimentos em Logística (PIL), seriam lançados 15 novos trechos ferroviários, perfazendo 10.327 mil km a serem construídos em bitola de maior capacidade. A intenção inicial era de explorar a malha ferroviária por meio do Modelo Aberto, no qual a Valec compra a capacidade integral de transporte da ferrovia diretamente do contratado (responsável pela manutenção da ferrovia) para depois ofertá-la publicamente aos operadores. Neste modelo, conhecido como de Acesso Aberto, vários operadores teriam acesso ao trecho, bastando a aquisição da capacidade de transporte. A adoção de tal modelo, a continuada aplicação do modelo de concessão vertical ou adoção de soluções alternativas ainda estão em avaliação por parte do Governo Federal.

Em 2014, no âmbito do PIL Ferrovias, destaca-se a inclusão de projeto piloto para a implantação de sistemas de controle e operação ferroviária, tendo sido selecionado o trecho da Ferrovia Norte-Sul situado entre Porto Nacional (TO) – Estrela D’Oeste (SP). Cabe ressaltar que o segmento Porto Nacional (TO) – Anápolis (GO) foi concluído e o segmento Estrela D’Oeste (SP) – Anápolis (GO) encontra-se ainda em fase de construção.

Metas 2012-2015

• Implantar novo modelo de concessão ferroviária

Análise Situacional da Meta

A implantação do novo modelo de concessão ferroviária enseja, por parte da ANTT, regulamentação no que se refere à atuação dos agentes envolvidos na prestação do serviço, bem como das relações que se estabelecerão entre eles. Parte dessa regulamentação consiste em estabelecer as regras para a atuação do OFI – Operador Ferroviário Independente, posto que no novo modelo de concessão ferroviária a manutenção/construção da infraestrutura é separada da operação. Em 05 de março de 2014, a Deliberação nº 34 submeteu à Audiência Pública a proposta de Resolução que dispõe sobre o Regulamento do Operador Ferroviário Independente.

Em 05 de junho de 2014 a Deliberação nº 129-A aprovou as Atas e o Relatório Final da Audiência Pública nº 003/2014 e a Resolução que Regulamenta o Operador Ferroviário Independente - OFI para a Prestação do Serviço de Transporte Ferroviário de Cargas Não Associado à Exploração da Infraestrutura Ferroviária.

Os temas a serem regulamentados foram identificados por meio do instrumento de planejamento adotado pela ANTT, qual seja sua Agenda Regulatória. Após validação dos temas junto à Diretoria da Agência, a coordenação e gestão da Agenda Regulatória é feita diretamente pela área técnica no desenvolvimento da regulamentação.

No momento estão em andamento análises relacionadas ao novo modelo de concessão, embora não restrito apenas a ele, quais sejam: a) O Regulamento de Segurança na Circulação de Trens; b) A Caracterização do Serviço Adequado de Transporte Ferroviário de Cargas; c) A Definição dos Elementos Básicos de Projeto para Novas Outorgas; d) A Padronização dos Sistemas de Sinalização de Comunicações Ferroviárias.

Foi realizada, também, a Audiência Pública nº 007/2014, com o objetivo de colher subsídios para o aprimoramento das Minutas de Edital, de Contrato e dos Estudos Preliminares que disciplinarão a concessão à iniciativa privada dos trechos compreendidos entre Porto Nacional (TO) – Estrela D’Oeste (SP). Além disso, acompanham-se simulações realizadas pelo Labtrans/UFSC – Laboratório de Transporte e Logística da Universidade de Santa Catarina do trecho Lucas do Rio Verde – Campinorte, com o objetivo de testar o sistema (RTC) adquirido pela ANTT para simular fluxos de transportes e capacidade da malha.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar estudos para concessão de 10.417km em trechos ferroviários federais.**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Investimento em Infraestrutura Logística – PIL tem como objetivo dotar o país de um sistema de transporte adequado, após décadas de baixo investimento. Este programa deverá restabelecer a capacidade de planejamento integrado dos sistemas de transporte, promover a integração de ferrovias, rodovias, hidrovias, portos e aeroportos além de articular os modais logísticos as cadeias produtivas.

No primeiro semestre de 2013, foram realizados estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA) para 13 trechos contemplados no PIL, de forma a verificar a viabilidade técnica, econômica e ambiental de uma determinada obra de infraestrutura de transportes, ou conjunto delas, nos segmentos considerados, dentre as diversas alternativas propostas.

A ANTT acompanha a entrega dos produtos pelas empresas projetistas, efetuando a análise de qualidade e adequabilidade dos estudos apresentados. No ano de 2013, a equipe GPFER analisou Estudos de Engenharia para os 13 trechos, e atualmente realiza revisão e ajustes nos documentos técnicos necessários para a concessão.

Até o momento, foram realizados estudos de viabilidade em 10.838 km, ultrapassando em 421 km o total inicialmente proposto no Plano Plurianual (PPA 2012-2015). Vale ressaltar que os trechos Ouro Verde - Estrela d'Oeste (681 km) e Porto Nacional – Anápolis (855 km), pertencentes à Ferrovia Norte Sul, apesar de já terem seus estudos realizados anteriormente à criação do Programa de Investimentos em Logística (PIL), foram reestudados visando a sua readequação ao novo programa.

É importante destacar que se encontram em andamento outros estudos que, após conclusão, poderão compor o mencionado Programa.

Quantidade alcançada

10.327

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	480	km	1.427	16/01/2015
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3.327	km	2.306	16/01/2015
Vetor Logístico Leste	3.959	km	3.434	16/01/2015
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1.101	km	1.357	16/01/2015
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	400	km	446	16/01/2015
Vetor Logístico Sul	1.150	km	1.868	16/01/2015

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Corrente de comércio exterior pelo modo aéreo	bilhões de US\$ FOB	31/12/2010	45,8	31/12/2014	52,6
Corrente de comércio exterior pelo modo aéreo	milhões de toneladas	31/12/2010	1,4	31/12/2014	1,26
Índice de acidentes com fatalidade por milhão de decolagens	unidade	31/12/2007	1,48	31/12/2014	0,19
Movimentação de aeronaves nos terminais administrados pela Infraero + Concedidos	milhões de unidades	31/12/2010	2,6	31/12/2014	3,03
Movimentação de carga aérea nos terminais administrados pela Infraero + Concedidos	milhões de toneladas	31/12/2010	1,14	31/12/2014	1,1
Movimentação de passageiros nos terminais administrados pela Infraero + Concedidos	milhões de unidades	31/12/2010	155	31/12/2014	227,94
Passageiro-quilômetros transportado no mercado doméstico	bilhões de pax.km	31/12/2010	70,2	31/12/2014	92,75
Passageiro-quilômetro transportado por empresa brasileira no mercado internacional	bilhões de pax.km	31/12/2010	23,5	31/12/2014	28,88
Percentual de Atrasos superiores a 30 minutos	%	31/12/2010	13,7	31/12/2014	7,95
Percentual de Atrasos superiores a 60 minutos	%	31/12/2010	5,2	31/12/2014	3,36
Percentual de Cancelamento	%	31/12/2010	10,3	31/12/2014	11,95
Quantidade de aeroportos com voos regulares	unidade	31/12/2011	130	31/12/2014	109
Ranking da Qualidade da Infraestrutura Aeroportuária (Índice de Competitividade Global - GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	93	31/12/2014	113
Ranking do Índice de Competitividade Global (GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	58	31/12/2014	57
Tarifa aérea média nominal	R\$	31/12/2009	315,43	30/06/2014	319,76
Taxa de ocupação (load factor)	%	31/12/2009	62,5	31/12/2014	80,3
Tonelada quilômetro de carga transportada	milhões de toneladas	31/12/2010	1.110,79	31/12/2014	1.661,168
Yield tarifa aérea nominal	R\$	31/12/2009	0,4677	30/06/2014	0,3035

Observações:

Passageiro-quilômetros transportado no mercado doméstico - Dados de Dez/2014 não disponíveis. Foram utilizados os últimos 12 meses (dez/13 a nov/14).

Passageiro-quilômetro transportado por empresa brasileira no mercado internacional - Dados de Dez/2014 não disponíveis. Foram utilizados os últimos 12 meses (dez/13 a nov/14).

Tarifa aérea média nominal - Dados ref. ao 1º sem/2014.

Taxa de ocupação (load factor) - Dados de Dez/2014 não disponíveis. Foram utilizados os últimos 12 meses (dez/13 a nov/14).

Tonelada quilômetro de carga transportada - Dados de Dez/2014 não disponíveis. Foram utilizados os últimos 12

meses (dez/13 a nov/14).

Yield tarifa aérea nominal - Dados ref. ao 1º sem/2014.

OBJETIVO: 0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014, o Brasil seguiu ampliando a capacidade da rede de aeroportos no transporte de passageiros e cargas, com expansão dos investimentos em obras de construção, reforma, ampliação e modernização. A capacidade anual de processamento de passageiros no ano de 2014 foi 303.127.500, o que representa 99% da meta para o período do Plano. A capacidade de processamento de cargas da rede de aeroportos para o ano de 2014 foi de 1.798.519 toneladas e alcançou 75% da meta para o período do plano.

O Brasil sediou a Copa do Mundo FIFA 2014. Entre 10 de junho e 15 de julho passaram pelos 21 principais aeroportos brasileiros 17,8 milhões de passageiros. A demanda foi atendida dentro dos padrões esperados; por exemplo, a média de atrasos acima de 30 minutos foi de 6,9%, inferior ao da União Européia, que foi de 7,6% em 2013.

Para permitir a expansão do setor aeroportuário do país, o Governo Federal estabeleceu critérios para definir a política de outorgas dos aeroportos, definindo os aeroportos que ficarão sob o controle da União, os que devem ser administrados por estados ou municípios e, por fim, os que poderão ser concedidos à iniciativa privada. O novo Plano Geral de Outorgas - PGO - foi aprovado e publicado por meio da Portaria nº 183, de 14 de agosto de 2014. O PGO estabelece políticas, critérios e diretrizes gerais para definição do modelo de exploração de infraestrutura aeroportuária mais adequado para os aeródromos civis públicos. A partir disso estão sendo elaborados Planos de Outorga Específicos - POE - para cada aeródromo público, definindo o modelo a ser adotado para a sua exploração. No decorrer do ano de 2014, foram celebrados 59 novos convênios de delegação da exploração de aeródromos civis públicos, sendo: 51 outorgas para aeródromos até então sem instrumento de exploração da União e 8 outorgas para novos aeródromos. Também, foram realizadas 11 renovações de outorgas (modernização de convênios já existentes) e 2 transferências de delegatário (repasse do Estado para o Município ou vice e versa).

O ano de 2014 foi marcado pela entrega de grandes obras nos primeiros aeroportos concedidos à iniciativa privada: a inauguração do novo Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte; a entrega das ampliações e melhorias de estacionamentos, áreas de terminais de passageiros, pátios e pistas, com destaque para o novo Terminal Internacional de Guarulhos e para os Píeres Norte e Sul do Aeroporto Internacional de Brasília, concluídos em maio. No segundo semestre, houve a entrega do novo Terminal do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas - SP.

Dando continuidade ao processo de concessão, em abril de 2014, foram assinados os contratos de concessão de outros dois grandes aeroportos brasileiros concedidos à iniciativa privada: o Aeroporto Internacional do Galeão/RJ e o Aeroporto Internacional de Confins/MG. Com a assinatura dos contratos, deu-se início à fase de transição das operações desses aeroportos. Até agosto de 2014, a Infraero continuou operando os aeroportos, assistida pelas respectivas concessionárias. Após essa fase, a concessionária passou a ser responsável pelas operações, assistida pela Infraero. No início de 2015, a gestão dos aeroportos do Galeão/RJ e Confins/MG será definitivamente transferida às concessionárias. No âmbito do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – PROFAA, destinado à construção, reforma e ampliação de infraestrutura aeroportuária de interesse regional e estadual, em parceria com os estados da Federação, no ano de 2014, foi aprovado o projeto do convênio de Vitória da Conquista/BA. Anteriormente já haviam sido aprovados os projetos de Cabo Frio/RJ, Cascavel/PR, Dourados/MS, Fernando de Noronha/PE e Santo Ângelo/RS. As obras dos aeroportos de Cascavel/PR e Vitória da Conquista/BA foram iniciadas no primeiro semestre de 2014 e os aeroportos de Fernando de Noronha/PE e Santo Ângelo/RS continuam em obras. Para a adequação de aeroportos regionais, existem também convênios para aquisição de 39 Caminhões Contraincêndio de Aeródromos. Em 2014 foram entregues 57 caminhões, 21

deles de convênios do Governo Federal com Estados, 13 aquisições diretas e 23 aquisições pela Infraero.

Já o Programa para a Aviação Regional, lançado em 2012, constitui-se um novo paradigma de investimentos no âmbito da administração pública federal, cujo escopo de execução é inédito em comparação com outros programas de aviação civil regional de outros países no mundo. A implantação do Programa demandou a estruturação da execução e a realização dos atos normativos no 1º semestre de 2013, além de ajustes na legislação para permitir que o Banco do Brasil passasse a ser o gestor do Fundo Nacional da Aviação Civil - FNAC. Assim, o principal enfoque do 2º semestre de 2013 foi a realização dos procedimentos licitatórios para a contratação de estudos (de engenharia e ambiental), projetos, e serviços de engenharia em campo (topografia, perfilamento a laser, ensaios e sondagens de solo), com vistas a viabilizar a realização das obras e aquisição dos equipamentos para os aeroportos regionais. Em 2014, 219 Estudos de Viabilidade Técnica foram analisados pela equipe da SAC (cada um contendo no mínimo 4 cenários de investimento). Desses, até dezembro de 2014, 181 tiveram cenário escolhido para o Estudo Preliminar. Os demais necessitaram de revisão pela empresa projetista, ou foram solicitados novos cenários para análise. Ressalta-se que 117 Estudos Preliminares tiveram sua análise concluída.

Metas 2012-2015

- **Aumentar a capacidade da rede de aeroportos do Brasil de modo a possibilitar o processamento de 305 milhões de passageiros, observadas as normas regulamentares de prestação de serviço adequadas expedidas pela ANAC**

Análise Situacional da Meta

A capacidade de movimentação de passageiros, que agrega embarques, desembarques e conexões, para o exercício de 2014 foi de 303.127.500, dos quais 36.464.000 refere-se à Região Sul, 139.471.500 à Região Sudeste, 31.305.500 à Região Norte, 65.659.000 à Região Nordeste e 30.227.500 à Região Centro-Oeste.

- Região Norte: Reforma, ampliação e modernização do Terminal de Passageiros - TPS - do aeroporto de Manaus, ampliando sua capacidade para 13,5 milhões de passageiros/ano. Reforma e ampliação do Terminal de Passageiros do aeroporto de Rio Branco, ampliando sua capacidade para 3,0 milhões de passageiros/ano;

- Região Nordeste: Reforma e ampliação do Terminal de Passageiros – TPS - do aeroporto de Fortaleza, aumentando sua capacidade para 14,3 milhões de passageiros/ano; Reforma e adequação do Terminal de Passageiros – TPS - do aeroporto de Salvador, ampliando sua capacidade para 13,0 milhões de passageiros/ano. Ampliação do Terminal de Passageiros com Módulos Operacionais de Desembarque, Embarque e Saguão do aeroporto de São Luis, expandindo sua capacidade para 5,9 milhões de passageiros/ano;

- Região Centro-Oeste: Reforma e ampliação do Terminal de Passageiros – TPS - do aeroporto de Cuiabá, ampliando sua capacidade para 5,7 milhões de passageiros/ano. Retomada das obras de construção do novo Terminal de Passageiros – TPS - do aeroporto de Goiânia, ampliando sua capacidade para 9,8 milhões de passageiros/ano;

- Região Sudeste: Reforma, modernização e ampliação do Terminal de Passageiros – TPS - do aeroporto de Confins, ampliando sua capacidade para 17,1 milhões de passageiros/ano. Reforma do Terminal de Passageiros – TPS 1 e 2 do aeroporto do Rio de Janeiro/Galeão, ampliando sua capacidade para 43,2 milhões de passageiros/ano. Construção do novo Terminal de Passageiros – TPS - do aeroporto de Vitória, ampliando sua capacidade para 10,7 milhões de passageiros/ano;

- Região Sul: Ampliação do Terminal de Passageiros – TPS - do aeroporto de Curitiba, ampliando sua capacidade para 14,8 milhões de passageiros/ano. Reforma e ampliação do Terminal de Passageiros – TPS 1 do aeroporto de Porto Alegre, ampliando sua capacidade para 18,9 milhões de passageiros/ano. Construção do novo Terminal de Passageiros – TPS - do aeroporto de Florianópolis, ampliando sua capacidade para 10,8 milhões de passageiros/ano. Reforma e ampliação do Terminal de Passageiros – TPS - do aeroporto de Foz do Iguaçu, ampliando sua capacidade para 3,9

milhões de passageiros/ano;

Quantidade alcançada

303.127.500

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	40.166.680	unidade	30.227.500	31/12/2014
Região Nordeste	51.575.690	unidade	65.659.000	31/12/2014
Região Norte	19.221.206	unidade	31.305.500	31/12/2014
Região Sudeste	158.208.606	unidade	139.471.500	31/12/2014
Região Sul	35.827.818	unidade	36.464.000	31/12/2014

• **Aumentar a capacidade de processamento de cargas dos terminais de carga aérea para 2,4 milhões de toneladas**

Análise Situacional da Meta

A capacidade de processamento de cargas dos Terminais de Carga, no ano de 2014, foi de 1.798.519 toneladas, das quais 129.483 referem-se à Região Sul, 1.157.154 à Região Sudeste, 265.751 à Região Norte, 124.155 à Região Nordeste e 121.976 à Região Centro-Oeste.

No período de janeiro de 2013 a dezembro de 2014, a média do indicador Tempo de Processamento de Carga - TPC, da Infraero, caiu de 76 horas, 15 minutos e 34 segundos para 54 horas e 37 minutos. Contribuíram mais fortemente para a redução das médias dos tempos de processamento as ações desenvolvidas pela Rede Teca junto aos clientes estratégicos (grandes importadores) que, por meio dos Programas de Visitas e de Fidelização e, sobretudo, do Programa Infraero de Eficiência Logística - PIEL - sensibilizaram estes clientes para a melhoria de suas operações e retirada de cargas no menor tempo possível, com ganhos significativos para toda a cadeia produtiva. Tais ações buscaram ainda estreitar as relações e o entendimento entre os clientes e órgãos anuentes para liberação de cargas de forma cada vez mais ágil, segura e com menores custos para todos os envolvidos.

A projeção de movimentação de cargas para o exercício de 2015, excluídos os aeroportos concedidos, é estimada em 0,39 milhão de toneladas, com ocupação média próxima de 49%. Até 2016, estima-se que a movimentação de cargas pelos Tecas da Rede Infraero alcance 0,41 milhão de toneladas mantendo a ocupação dentro dos limites operacionais desejáveis.

Os investimentos previstos para inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, para o período 2015/2018, são da ordem de R\$ 417,8 milhões e voltados para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos logísticos. Tais investimentos, somados às constantes melhorias de processos implementadas, têm como prioridade o aumento da capacidade de processamento de cargas pelos Terminais de Logística da Infraero.

Os Aeroportos da Rede Infraero têm obtido desempenho satisfatório quanto à meta relativa ao Objetivo 0083 - Aumentar a capacidade de processamento de cargas dos terminais de carga aérea para 2,4 milhões de toneladas até 2015, do Programa 2017 - Aviação Civil - PPA 2012/2015. Em 2010, a capacidade de processamento de carga da Rede de Terminais de Logística de Carga da Infraero, incluindo os Aeroportos concedidos (Guarulhos, Campinas, Brasília, Galeão, Confins e Natal) correspondia a 52% da meta, ou 1,25 milhão de toneladas. Ao término de 2014, e após as necessárias revisões ocorridas em função das concessões aeroportuárias, a capacidade de processamento de carga dos Tecas da Infraero é equivalente a 33% da meta estabelecida, ou cerca de 0,80 milhão de toneladas por ano.

Quantidade alcançada

1.798.519

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	39.000	TON	121.976	31/12/2014
Região Nordeste	164.000	TON	124.155	31/12/2014
Região Norte	393.000	TON	265.751	31/12/2014
Região Sudeste	1.621.000	TON	1.157.154	31/12/2014
Região Sul	183.000	TON	129.483	31/12/2014

• **Instituir o Plano de Outorgas da Infraestrutura Aeroportuária**

Análise Situacional da Meta

O Departamento de Outorgas da Secretaria de Política Regulatória de Aviação Civil trabalhou no decorrer de 2014, na revisão do Plano Geral de Outorgas – PGO, buscando alinhar a política pública de outorga de aeródromos ao programa de incentivo à aviação regional, recentemente anunciado pelo Governo Federal, por meio do qual estão sendo realizados investimentos na infraestrutura de aeroportos regionais, com o objetivo de universalizar o acesso da população ao transporte aéreo regular. O programa prevê a utilização de recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC - para a reforma e construção de pistas, melhorias em terminais de passageiros, ampliação de pátios, revitalização de sinalizações e de pavimentos, entre outros.

A atualização do PGO considera que o setor aéreo é estruturado em rede. Assim, para que haja equilíbrio de todo o sistema, deve-se encontrar alternativas que permitam a viabilidade de aeroportos grandes, médios e pequenos, de modo que os passageiros sejam tratados com mesmo padrão de qualidade em todas as regiões do país.

O novo Plano tem por objetivo definir e divulgar as diretrizes de política pública que nortearão as decisões da SAC-PR no processo de seleção do modelo de exploração mais adequado a cada aeródromo civil público, instituindo um conjunto de regras para o planejamento das instituições federais, estaduais e municipais responsáveis pelo desenvolvimento da aviação civil brasileira. A proposta foi colocada em consulta pública e recebeu 52 sugestões de aprimoramento. O novo Plano Geral de Outorgas foi aprovado e publicado por meio da Portaria nº 183, 14 de agosto de 2014.

OBJETIVO: 0084 - Ampliar a oferta de transporte aéreo regular de passageiros e cargas.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Análise Situacional do Objetivo

Em 31/12/2011, o total de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas era de 130 e o número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas era de 848, de acordo com dados da contextualização do Programa Temático Aviação Civil e com dados do sistema Horário de Transporte - HOTRAN, da ANAC, respectivamente. Durante o ano de 2012, chegou-se a 124 aeroportos e ao fim do ano de 2013 esse número foi reduzido para 120. Já a quantidade de rotas era de 789 ao fim de 2012 e em dezembro de 2013 registrou-se 663 rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas. Em 31/12/2014, 109 aeroportos e 636 rotas eram servidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas. Entre os motivos para justificar a queda no número de rotas está a busca por readequação de custos como a otimização da malha, de forma a melhorar a taxa de ocupação dos assentos. E para entender a redução no número de aeroportos, dentre outras razões, verifica-se que houve uma maior concentração do mercado imposta pelas aquisições realizadas no ano de 2012 e 2014.

O “Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos (PIL)”, anunciado pelo Governo Federal em dezembro de 2012,

prevê a ampliação da oferta de transporte aéreo à população brasileira e a reconstrução da rede de aviação regional por meio de investimentos no valor de R\$ 7,3 bilhões em 270 aeroportos, bem como parcerias com Estados e Municípios para a gestão dos aeroportos.

Assim, com fundamento no § 1º do art. 63-A da Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011, a SAC-PR, em 2013, firmou contrato com o Banco do Brasil S/A, que tem prestado serviços ao Governo Federal para realização de investimentos em logística nos aeroportos regionais. Os recursos alocados para os investimentos são oriundos do Fundo Nacional da Aviação Civil – FNAC - e são destinados à modernização, construção, ampliação ou reforma dos aeródromos regionais integrantes do PIL.

Além disso, com o intuito de fortalecer a aviação regional, de 1º/2 a 3/3/2013 foi submetido à consulta pública modelo de subsídio para rotas aéreas de baixa e média densidade de tráfego, inicialmente intitulado “Programa de Subsídio de Rotas Regionais”. A partir das contribuições obtidas na consulta pública e após inúmeras discussões sobre o assunto com a Casa Civil e o MF, chegou-se ao texto que deu origem à MP nº 652, de 25 de julho de 2014, que cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional – PDAR. Entretanto, tal MP perdeu eficácia por decurso de prazo, nos termos do art. 62, § 3º da CRFB/88. As disposições contidas na MP nº 652 foram então inseridas na MP nº 656, de 7 de outubro de 2014, a qual foi convertida na Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, em seu Capítulo VIII (“Da Legislação Relativa aos Transportes”), Seção I (“Da Legislação Relativa ao Transporte Aéreo”), artigos 114 a 121.

O PDAR tem como objetivos aumentar o acesso da população brasileira ao sistema aéreo de transporte; integrar comunidades isoladas à rede nacional de aviação civil, no intuito de facilitar a mobilidade de seus cidadãos e o transporte de bens fundamentais, como alimentos e medicamentos; facilitar o acesso a regiões com potencial turístico; aumentar o número de municípios e rotas atendidos por transporte aéreo regular de passageiros; e aumentar o número de frequências das rotas regionais operadas regularmente. A implementação do referido programa dependerá de regulamentação da Lei nº 13.097/2015 pelo Poder Executivo Federal.

Com vistas a efetivar mecanismos de financiamento de aeronaves, já no ano de 2012 realizou-se articulação junto ao Ministério da Fazenda, que informou estar o Fundo Garantidor regulamentado pelo Decreto nº 7.333, de 19/10/2010. Tais informações foram repassadas às empresas, pois consideravam que o Fundo Garantidor não estava operacional para a aquisição de aeronaves.

Em relação às medidas de estímulo à concorrência entre os prestadores de serviço de transporte aéreo, o Projeto de Lei nº 6.716/09 e apensos, que alteram a Lei nº 7.565/1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), com vistas a atualizar o referido código, continuaram sem movimentação na Câmara dos Deputados durante o ano de 2014, a despeito dos requerimentos para inclusão e votação.

Quanto à redução de barreiras à entrada de novas companhias aéreas em aeroportos coordenados, como continuidade às tratativas iniciadas em 2013, após a realização de duas audiências públicas sobre o tema (Consulta Pública nº 1/2013 SAC e Audiência Pública nº 02/2013 ANAC), foi publicada a Resolução CONAC nº 3, de 8 de julho de 2014, específica

para o Aeroporto de Congonhas (SBSP), com um conjunto de diretrizes para implantação de uma sistemática de redistribuição periódica dos slots perdidos pelas companhias aéreas em decorrência de critérios de regularidade e pontualidade, bem como para alocação de novos slots, que venham a surgir no aeroporto, em decorrência de uma expansão da sua capacidade declarada.

Em sequência, a ANAC publicou a Resolução nº 336, de 9 de julho de 2014, por meio da qual regulamentou o procedimento de alocação de slots em Congonhas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONAC. O normativo da ANAC com regras gerais para todos os aeroportos coordenados, por sua vez, foi editado em 22 de julho de 2014, por meio da Resolução nº 338.

Promoveu-se em 2014, a celebração de novos Acordos de Serviços Aéreos, bem como a atualização de Acordos já vigentes com diferentes países.

Dentre os Acordos negociados e atualizados no período, tem-se:

- Brasil/Japão: atualização do Memorando de Entendimentos com avanços no que concerne ao regime tarifário e à consolidação de cláusula de código compartilhado com empresas de terceiros países;
- Brasil/Panamá – acordado aumento faseado da capacidade, com liberação total prevista para dezembro de 2016;
- Brasil/Rússia – atualizado o projeto de Acordo, rubricado por ocasião da visita presidencial russa ao Brasil;
- Brasil/Sri Lanka: rubrica de acordo “céus abertos”.

Durante o ano, foram alocadas 87 frequências mistas, 18 frequências exclusivamente cargueiras e devolvidas 10 frequências mistas em diversos mercados, representados por 14 países.

Metas 2012-2015

• Ampliar para 1.000 o número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas

Análise Situacional da Meta

Em 31/12/2011, o número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas era de 848, de acordo com dados do sistema Horário de Transporte - HOTRAN, da ANAC. Ao fim dos anos de 2012 e 2013, chegou-se a 789 e 663 rotas, respectivamente, e o HOTRAN do dia 31/12/2014 registrou 636 rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas.

Os motivos para a redução no número de operações são diversos, pois as empresas concessionárias de serviços aéreos possuem liberdade para operar voos para os destinos que as convier, de acordo com o §1º do Art. 48 da Lei 11.182/2005. Ressalte-se que, após um período de forte concorrência, as empresas vêm readequando seus custos, por meio de diversas ações, tais como otimização da malha, de forma a melhorar o aproveitamento (taxa de ocupação dos assentos) das aeronaves.

Contudo, as dificuldades decorrentes do aumento dos custos operacionais se destacam. Tais custos foram especialmente afetados pelo aumento do preço do Querosene de Aviação e pelo aumento do valor do dólar norte-

americano frente ao real.

É importante registrar que a participação do combustível nos custos operacionais da indústria de transporte aéreo, em decorrência do aumento de preços, é da ordem de 40%. Além do combustível, há uma série de itens influenciados pela variação cambial, como por exemplo, os custos com arrendamento, compra e manutenção de aeronaves.

Por fim, a maior concentração do mercado, devido a aquisições realizadas no ano de 2012 (GOL/WEBJET) e a fusão das empresas aéreas TRIP e AZUL em 2014, impactaram diretamente a oferta de voos.

No âmbito das competências da SAC-PR, têm sido objeto de análise medidas que possam contribuir para a redução do custo operacional da indústria de transporte aéreo. Tais medidas deverão impactar de imediato no aumento da oferta de novas rotas.

A Lei nº 13.097/2015 autoriza a subvenção econômica para voos que tenham origem ou destino em um aeroporto classificado como regional a partir da movimentação anual de passageiros – inferior a 600 mil passageiros em aeroportos que não estejam situados na região da Amazônia Legal e 800 mil naqueles localizados nessa região.

Nesse sentido, voos regulares com origem ou destino nessa localidade deverão ser passíveis de receber a subvenção econômica. Cabe destacar que, para tanto, é necessário que empresas aéreas estejam dispostas a atender o aeroporto com voos regulares ou ligações aéreas sistemáticas. Lembrando que a implementação do PDAR, conforme comentado anteriormente, dependerá de regulamentação da Lei nº 13.097/2015 pelo Poder Executivo Federal, cujo decreto está em fase de elaboração.

Quantidade alcançada

636

Data de Referência

31/12/2014

• Ampliar para 150 o número de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas

Análise Situacional da Meta

Em 31 de dezembro de 2011, o total de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas era de 130, de acordo com dados da contextualização do Programa Temático Aviação Civil. Ao fim dos anos de 2012 e 2013, chegou-se a 124 e 120 aeroportos, respectivamente, sendo que em 31 de dezembro de 2014 esse número foi reduzido para 109 aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas.

De dezembro de 2012 a dezembro de 2014, o número de aeroportos variou da seguinte forma: a Região Centro-Oeste perdeu 2 dos 15 aeroportos; a Região Nordeste teve um incremento de 5 aeroportos, totalizando 24 aeroportos; no Norte a variação foi de 35 para 30; no Sudeste de 31 para 27 e no Sul, de 24 para 15 aeroportos. A única região que apresentou aumento do número de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas foi a Nordeste. Entretanto todas as regiões necessitam de mais aeroportos para que a meta seja atingida.

A otimização da malha aérea para evitar possíveis prejuízos e a maior concentração do mercado, devido a aquisições

realizadas no ano de 2012 e 2014, são alguns dos fatores relacionados a esse cenário de diminuição do número de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas. Assim, o Governo Federal por meio de iniciativas como, por exemplo, o Programa de Investimentos em Logística, tem procurado reativar esse panorama.

Quantidade alcançada

109

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	19	unidade	13	31/12/2014
Região Nordeste	28	unidade	24	31/12/2014
Região Norte	46	unidade	30	31/12/2014
Região Sudeste	30	unidade	27	31/12/2014
Região Sul	27	unidade	15	31/12/2014

OBJETIVO: 0085 - Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Análise Situacional do Objetivo

A segurança do transporte aéreo pode ser dividida em dois tipos: segurança operacional ou de voo (safety) e proteção contra atos de interferência ilícita (security). A segurança de voo (safety) é o estado no qual o risco de ocorrência de acidentes ou incidentes aeronáuticos é reduzido ou mantido em um nível aceitável por meio de um processo contínuo de identificação de perigos e gerenciamento dos riscos. As ações relativas a safety – certificação e fiscalização – alcançam as empresas aéreas, os tripulantes, os operadores de aeródromos e os fabricantes de produtos aeronáuticos. Já security é a combinação de medidas, recursos humanos e materiais destinados a proteger a aviação civil contra atos de interferência ilícita em aeroportos e aeronaves que possam colocar em risco a operação aérea – como, por exemplo, os atentados terroristas. As ações relativas a security são principalmente focadas nos aeroportos, por ser o local a partir do qual os atos de interferência ilícita podem atingir as aeronaves, mas também alcançam as empresas aéreas.

No que tange a security, a ANAC tem mantido sua rotina de fiscalização, com 562 itens fiscalizados no ano de 2014.

No que se refere a safety, em termos quantitativos, a Agência fiscalizou, no ano de 2014, 15.216 itens relativos à segurança operacional, infraestrutura aeroportuária, regulação econômica e aeronavegabilidade. A quantidade de ações rotineiras de fiscalização de 2014 diminuiu em relação a de 2013 devido ao esforço empreendido na operação da Copa do Mundo e em outras iniciativas da Agência.

Além disso, essas ações também contribuem para a redução do índice anual de acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens. No ano de 2007, o índice Brasil estava em 1,48, atingiu 0,21 no ano de 2012 e obteve 0,19 no ano de 2014.

Outra ação realizada no sentido de promover a segurança da aviação civil foi a edição e revisão de normas e requisitos relacionados à infraestrutura aeroportuária e aeronáutica, operações aéreas e aeronavegabilidade. No decorrer de 2014 foram editados e revisados 62 normativos. Além disso, destaca-se que foram realizadas 21 audiências públicas que possibilitaram a participação da sociedade no processo de aperfeiçoamento do arcabouço jurídico da Agência.

Metas 2012-2015

- Realizar 1224 auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita no período de abrangência do PPA 2012-2015

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014 foram fiscalizados 562 itens referentes a auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil

contra atos de interferência ilícita, de forma a totalizar o valor de 4.448 itens fiscalizados nos anos de 2012, 2013 e 2014. Cabe ressaltar que a metodologia de apuração das inspeções foi alterada no ano de 2013, assim, a meta está em processo de readequação.

Quantidade alcançada

4.448

Data de Referência

31/12/2014

- **Reduzir, até 2015, o índice anual de acidentes aeronáuticos para nível igual ou melhor que a média mundial, com referência ao ano de 2011 (índice 0,46), considerando acidentes aeronáuticos com fatalidade de passageiros em operações regulares, por 1 milhão de decolagens**

Análise Situacional da Meta

A Agência alcançou no primeiro semestre de 2014 o índice de 0,19.

Quantidade alcançada

0,19

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0086 - Desenvolver a aviação civil mediante o planejamento e coordenação de atividades ligadas à indústria aeronáutica, à formação de profissionais e à sustentabilidade ambiental.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo possui amplo escopo visando, dentre outros aspectos, à elaboração do planejamento estratégico de longo prazo para o setor, à revisão do marco legal, à elaboração de estudos para o planejamento e gestão do transporte aéreo, à elaboração de diagnósticos e à capacitação de profissionais para a atuação no sistema de aviação civil, bem como ao desenvolvimento de requisitos para novas tecnologias da indústria aeronáutica.

A SAC-PR tem trabalhado na concepção do planejamento estratégico de longo prazo para o setor, por meio de um Plano de Ação que tem por objetivo integrar e harmonizar o desenvolvimento das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, considerando os aspectos relacionados com o controle e o gerenciamento do espaço aéreo e a infraestrutura aeroportuária nacional, de acordo com as diretrizes emanadas pela Política Nacional de Aviação Civil (PNAC).

Dando continuidade aos trabalhos iniciados em 2013, a SAC-PR participou de processo para constituição de duas atas de registro de preços, no âmbito do MPOG, relativas à eventual contratação, sob demanda, de i) empresa especializada na prestação de serviço de consultoria para realização de serviços de modelagem de processos organizacionais; e ii) empresa especializada para apoio ao processo de planejamento e gestão estratégica, utilizando como referência a metodologia do Balanced Scorecard – BSC. Como resultado dos processos, venceram os respectivos pregões eletrônicos as empresas Totvs S.A. e GD – Gestão e Desenvolvimento Empresarial Ltda. Em junho de 2014, foi assinado contrato com essa última para elaboração de Planejamento Estratégico e para a Diretoria do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (DPROFAA/SEAP/SAC-PR). A expectativa é de que, ao fim dos trabalhos, o DPROFAA tenha aperfeiçoadas suas capacidades e possa executar de maneira mais eficiente o PIL: Aeroportos, buscando resultados superiores especialmente no que se refere aos investimentos em infraestrutura dos Aeroportos Regionais.

De 2012 a 2014, foram realizados sete estudos para planejamento e gestão do transporte aéreo.

Em 2012, a ANAC desenvolveu o Estudo de Regionalização da Agência, e durante o ano de 2014, adotou medidas para a prospecção de parcerias com Instituições de Ensino Superior, como forma de aprimorar a atividade regulatória e também

fomentar o desenvolvimento de novas pesquisas relativas à aviação civil que sejam de interesse do País. Dos 36 temas de estudos identificados, quatro foram priorizados e os documentos necessários à contratação estão em fase de desenvolvimento. O projeto básico relativo à contratação de estudo de “Percepção sobre Ruído Aeronáutico” foi concluído em 2014 e está em fase de licitação.

Em 2013, a SAC-PR realizou cinco estudos voltados para o estabelecimento de diagnósticos sobre a aviação civil: (1) Indicadores de desempenho de aeroportos brasileiros; (2) Estimativa de demanda para os aeroportos brasileiros; (3) Modelos alternativos para estimar demanda para aeroportos regionais; (4) Estimativa de movimentação na hora pico para os aeroportos regionais e (5) Estimativa de mix e movimentação de aeronaves para os aeroportos regionais (DPE/SEAP).

Em 2014, a SAC-PR realizou estudo em conjunto com a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), cujo objeto é conjunção de esforços, conhecimentos, dados e apoio técnico necessários à realização de pesquisa de Dimensionamento e Caracterização da Matriz Origem Destino do Transporte Aéreo no Brasil. Com os dados da pesquisa será possível aprimorar, em futuros estudos, o sistema de informações da Aviação Civil no Brasil, em particular no que tange à demanda por transporte aéreo e aos modais associados de apoio às viagens aéreas, fornecendo elementos essenciais aos planejadores do setor.

Também foi dado andamento ao Termo de Cooperação nº 04/2013, celebrado entre a SAC/PR e a Universidade Federal de Santa Catarina, que contempla a realização de estudos e pesquisas visando ao apoio no diagnóstico e planejamento do sistema aeroportuário do país.

Visando à ampliação da capacitação dos profissionais da aviação civil, foram capacitadas 4.853 pessoas de 2012 a 2014.

A ANAC formou, em 2012, mecânicos de manutenção aeronáutica por meio de convênios celebrados em 2010. A Agência também realizou, de 2012 a 2014, cursos e seminários por meio da “Ação Nacional de Aviação Civil”, conjunto de eventos promovidos conforme a demanda dos regulados, a fim de reduzir a assimetria de informações e contribuir para a redução de não-conformidades durante as inspeções realizadas pela Agência. Tais eventos divulgam boas práticas de segurança, esclarecimentos sobre normas, leis e procedimentos próprios do setor aeronáutico e apresentação do rol de serviços disponibilizados pela ANAC.

No âmbito da SAC-PR, foram capacitados, durante o ano de 2013, bombeiros de aeródromo, gestores e/ou administradores de aeroportos regionais e gerentes de seções contra incêndio de aeroportos regionais.

Em 2014, a SAC-PR nomeou as ações voltadas à formação e capacitação de recursos humanos para o setor de aviação civil de “Programa de Treinamento para Profissionais de Aeroportos Regionais – TREINAR”, que reúne ações de formação e capacitação de profissionais envolvidos com a gestão e a operação de aeroportos de médio e pequeno porte situados fora dos grandes centros urbanos.

Essa iniciativa resulta da integração das políticas públicas de desenvolvimento de infraestruturas aeroportuárias e de fomento ao desenvolvimento do setor aéreo civil e complementa o “Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos”, um conjunto de medidas para melhorar a qualidade dos serviços e expandir a infraestrutura aeroportuária, em especial, a malha de aeroportos regionais.

Nesse sentido, as ações do TREINAR têm o intuito de colocar os aeroportos regionais em condições de operarem voos de linhas aéreas regulares, por meio do potencial conferido pelas novas infraestruturas aeroportuárias, como também por meio da capacitação de profissionais de aeroportos regionais, a fim de que eles possam proporcionar às populações

atendidas qualidade nos serviços prestados, o que pode vir a trazer grandes benefícios aos usuários e ao país.

As ações foram compostas por cursos oferecidos pela SAC-PR em diversas áreas de conhecimento relacionadas à aviação civil, tais como: operações aéreas com aeronaves; operações em solo com aeronaves; serviços de prevenção, salvamento e combate a incêndios em aeródromos civis; controle de eventos que possam gerar atos de interferência ilícita; e a sustentabilidade do negócio “aeroporto”.

Quanto à identificação de novas tecnologias que estão sendo desenvolvidas na indústria aeronáutica e estabelecimento de requisitos para a sua homologação, a ANAC realizou, durante o ano de 2014, estudos internos e contatos com autoridades aeronáuticas estrangeiras para uma normatização harmonizada acerca da tecnologia das aeronaves pilotadas remotamente. Essa providência atenderá ao interesse da sociedade na utilização de aeronaves pilotadas remotamente nas mais diversas áreas, como segurança pública, inspeção de linhas de transmissão e dutos, fotografia aérea e agricultura, dentre outras.

Também foram emitidas normas relativas à utilização de assentos transversais em aviões da categoria transporte, à proteção dos sistemas eletrônicos contra acessos não autorizados que possam ocorrer externamente e também no interior do avião, normas relativas a extintores de incêndio portáteis, em resposta às restrições de fabricação e utilização de gases que agridem a camada de ozônio (protocolo de Montreal de 1987), instruções para uso de equipamentos dispersores com novas tecnologias em aviões agrícolas, dentre outras.

Com o intuito de revisar o marco legal do setor de aviação civil, foi publicada a Resolução CONAC nº 1, de 28 de fevereiro de 2014, que tratou da operação do Aeroporto de Congonhas durante a Copa do Mundo, a Resolução CONAC nº 2, de 29 de maio de 2014, que revoga a restrição à alocação, nos novos acordos bilaterais e multilaterais, de pontos relativos a frequências de voos internacionais no Aeroporto de Guarulhos, e a Resolução CONAC nº 3, de 8 de julho de 2014, específica para o Aeroporto de Congonhas (SBSP), com um conjunto de diretrizes para implantação de uma sistemática de redistribuição periódica dos slots perdidos pelas companhias aéreas em decorrência de critérios de regularidade e pontualidade, bem como para alocação de novos slots que venham a surgir no aeroporto em decorrência de uma expansão da sua capacidade declarada.

A SAC-PR procedeu à revisão do Plano Geral de Outorgas, com o objetivo de alinhar a política pública de outorga de aeródromos ao programa de incentivo à aviação regional, recentemente anunciado pelo Governo Federal, por meio do qual serão realizados investimentos na infraestrutura de aeroportos regionais, com o objetivo de universalizar o acesso da população ao transporte aéreo regular.

A Portaria SAC-PR nº 301, de 11 de dezembro de 2014, que estabelece critério para conversão cambial do adicional tarifário instituído pela Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, foi editada tendo em vista a necessidade de padronização e uniformização do recolhimento da cobrança efetuada pelos operadores aeroportuários junto ao FNAC.

O Projeto de Lei nº 6.716/09 e apensos, que alteram a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), com vistas a atualizar o referido código, ainda se encontra no Congresso Nacional, a despeito dos requerimentos para inclusão e votação.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 1.900 profissionais para atuação no sistema de aviação civil**
Análise Situacional da Meta

De 2012 a 2014 foram capacitados 4.853 profissionais da aviação civil.

Em 2012, a ANAC formou 391 profissionais no âmbito do projeto de bolsas para formação de mecânicos de manutenção aeronáutica, por meio de três convênios celebrados em 2010.

No início do ano de 2013, por meio de uma adequação no perfil da execução da Ação Orçamentária 20SW, foi possível ampliar o público-alvo e também o rol de iniciativas realizadas no âmbito daquela Ação, que estava focada, anteriormente, na concessão de bolsas de estudos para a formação de profissionais detentores de licença para a aviação civil, a exemplo de pilotos e mecânicos de manutenção. A partir da readequação, foi possível realizar cursos e seminários no âmbito da “Ação Nacional de Aviação Civil” – conjunto de eventos realizados em diversas capitais do país, que tem como objetivo disseminar conhecimentos sobre a segurança no transporte aéreo, esclarecimentos sobre normas, leis e procedimentos próprios do setor aeronáutico e apresentação do rol de serviços disponibilizados pela ANAC, aumentando assim a proximidade da Agência com parte de seu público: pilotos, comissários, mecânicos, despachantes de voo, alunos de escolas de aviação civil, proprietários de aeronaves, representantes de empresas aéreas, oficinas, administração aeroportuária e entidades do setor. Dessa forma, busca-se reduzir a assimetria de informações e contribuir para a redução de não-conformidades durante as inspeções. Assim, no âmbito da “Ação Nacional de Aviação Civil”, a ANAC capacitou, em 2013, 993 profissionais.

Ainda em 2013, a Meta começou a ser compartilhada entre ANAC e SENAV/SAC-PR, que, por sua vez, planejou as seguintes ações: (1) a formação de bombeiros de aeródromos para aeroportos regionais brasileiros; e (2) a capacitação de profissionais aeroportuários de aeroportos regionais brasileiros.

Assim sendo, a SAC-PR capacitou, durante o ano de 2013, 607 profissionais do setor aéreo civil, os quais podem ser distribuídos nas seguintes áreas profissionais: 386 bombeiros de aeródromo; 155 gestores e/ou administradores de aeroportos regionais; e 66 gerentes de seções contra incêndio de aeroportos regionais.

Durante o ano de 2014, a ANAC realizou, no âmbito da "Ação Nacional de Aviação Civil", 51 eventos, tendo sido capacitados 2.128 profissionais da área.

No mesmo período, a SAC-PR, através do Programa de Treinamento para Profissionais de Aeroportos Regionais – TREINAR, capacitou 734 profissionais em diversas áreas, sendo 433 bombeiros de aeródromo; 175 gestores e/ou administradores de aeroportos; 36 gerentes de seções contra incêndio de aeroportos; 38 fiscais de pátio e pista; 20 gestores de operações aeroportuárias e 32 gestores de manutenção aeroportuária.

Resultados alcançados:

Número de vagas cedidas: 1.124

Número de vagas preenchidas: 999

Número de aprovados: 734 capacitados

Regiões atendidas: Todas.

Número de capacitados por região:

Norte: Amazonas 64; Pará 13; Rondônia 27 e Tocantins 15. Total = 119 capacitados.

Nordeste: Bahia 71; Ceará 22; Maranhão 12; Paraíba 02; Pernambuco 44; Piauí 59; Sergipe 02; Total = 212.

Centro Oeste: Goiás 11; Mato Grosso 39; Mato Grosso do Sul 14. Total = 64.

Sudeste: Espírito Santo 40; Minas Gerais 92; Rio de Janeiro 28; São Paulo 56. Total = 216.

Sul: Paraná 67; Santa Catarina 39; Rio Grande do Sul 17 = Total 123.

Os resultados alcançados proporcionarão aos aeroportos regionais atendidos a possibilidade de operação de voos regulares, haja vista os requisitos obrigatórios de números mínimos de bombeiros de aeródromo em exercício no aeroporto. Além disso, as capacitações em nível gerencial têm o fito de proporcionar a melhoria dos serviços prestados nos aeroportos do interior do país e de qualificar profissionais que possam contribuir para o crescimento sustentável da rede de aeroportos regionais brasileiros.

Em 29/12/2014, foi celebrado Termo de Execução Descentralizada para que o Programa de Concessão de Bolsas para Formação de Pilotos (iniciativa que representa 95% da despesa da ação orçamentária 20SW) fosse transferido da ANAC para a SAC-PR. Assim sendo, os recursos alocados na Ação 20SW destinados à formação de pilotos serão

descentralizados por meio do SIAFI. Para 2015, está prevista a oferta de 65 bolsas para formação prática de pilotos, sendo: 50 pilotos privados de avião e 15 pilotos comerciais de avião

Dessa forma, a meta de capacitar, até o ano de 2015, 1.900 profissionais para atuação no sistema de aviação civil foi alcançada em 2013 e superada, em 2014, em 155%.

Quantidade alcançada

4.853

Data de Referência

31/12/2014

• Desenvolver 8 estudos para planejamento e gestão do transporte aéreo

Análise Situacional da Meta

Em 2012 a ANAC desenvolveu o Estudo de Regionalização da Agência, por meio de modelagem e simulação, de interações com as Superintendências finalísticas e de discussões no âmbito estratégico da Agência. Foi elaborado modelo direcionador para definição da disposição geográfica ótima da ANAC, que poderá atender ao perfil de demanda por atividades predominantemente finalísticas da Agência, e subsidiar o processo de tomada de decisões de negócios de atores do setor, contribuindo, dessa forma, para o planejamento e a gestão com qualidade da aviação civil brasileira.

Durante o ano de 2014, a Agência adotou medidas para a prospecção de parcerias com Instituições de Ensino Superior como forma de aprimorar a atividade regulatória e também fomentar o desenvolvimento de novas pesquisas relativas à aviação civil que sejam de interesse do País. Foram identificados 36 temas para desenvolvimento de estudos e pesquisas, contudo, dada a impossibilidade de realização simultânea de todos, quatro temas foram priorizados e os documentos necessários à contratação estão em fase de desenvolvimento. O projeto básico relativo à contratação de estudo de “Percepção sobre Ruído Aeronáutico” foi concluído em 2014 e está em fase de licitação.

A partir de 2013, a meta começou a ser compartilhada com a SEAP/SAC-PR, que realizou cinco estudos voltados para o estabelecimento de diagnósticos sobre a aviação civil, a saber:

1 - Indicadores de desempenho de aeroportos brasileiros (DGA/SEAP):

Consistiu na coleta presencial de dados, distribuição e geração de resultados de indicadores de desempenho das operações aeroportuárias do lado terra dos aeroportos. Com a obtenção desses resultados de indicadores de desempenho aeroportuário é possível a criação de um banco de dados da percepção, perfil e tempos de processamento do passageiro e, assim, a proposição de políticas públicas para o setor e ações visando a melhoria da gestão nos aeroportos brasileiros.

2 - Estimativa de demanda para os aeroportos brasileiros (DPE/SEAP):

Estudo para estimativa de demanda de passageiros dos aeroportos brasileiros que operam voo regular, considerando curto, médio e longo prazos e utilizando modelos estatísticos. O trabalho é de fundamental importância para subsidiar o planejamento da rede de infraestrutura aeroportuária do país.

3 - Modelos alternativos para estimar demanda para aeroportos regionais (DPE/SEAP):

Em 2013 desenvolveram-se estudos que balizaram modelos alternativos para estimativa de demanda de passageiros em aeroportos regionais, em especial naqueles com baixa disponibilidade de uma base de informações sobre movimentação de passageiros.

4 - Estimativa de movimentação na hora pico para os aeroportos regionais (DPE/SEAP):

Estudo com estimativas de movimentação de passageiros na hora pico, para os terminais aeroportuários contemplados no programa de fomento à aviação regional do Governo Federal. O estudo subsidiará os trabalhos de dimensionamento dos terminais aeroportuários supracitados.

5 - Estimativa de mix e movimentação de aeronaves para os aeroportos regionais (DPE/SEAP):

Para auxiliar o planejamento dos aeroportos regionais, foi desenvolvido estudo propondo estimativas de movimentação

e mix de aeronaves para todos os aeroportos contemplados no programa de fomento à aviação regional do Governo Federal.

Em razão de dados recebidos acerca da movimentação de passageiros e aeronaves durante o ano de 2013, a SAC-PR realizou, em 2014, atualização das estimativas de demanda para os aeroportos brasileiros, bem como das estimativas de movimentação de passageiros em hora-pico e mix de aeronaves.

Em 2014, a SAC-PR também realizou estudo em conjunto com a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), por meio de Acordo de Cooperação Técnica publicado no Diário Oficial da União, de 27 de agosto de 2013, Seção 3, página 145, cujo objeto é conjunção de esforços, conhecimentos, dados e apoio técnico necessários à realização de pesquisa de Dimensionamento e Caracterização da Matriz Origem Destino do Transporte Aéreo no Brasil. Ao total foram realizadas quatro rodadas de pesquisa em 65 aeroportos brasileiros. Com os dados da pesquisa será possível aprimorar, em futuros estudos, o sistema de informações da Aviação Civil no Brasil, em particular no que tange à demanda por transporte aéreo e aos modais associados de apoio às viagens aéreas, fornecendo elementos essenciais aos planejadores do setor.

Também foi dado andamento ao Termo de Cooperação nº 04/2013, celebrado entre a SAC/PR e a Universidade Federal de Santa Catarina, que contempla a realização de estudos e pesquisas visando ao apoio no diagnóstico e planejamento do sistema aeroportuário do país.

Assim, no acumulado dos anos de 2012 a 2014, foram realizados 7 estudos para planejamento e gestão do transporte aéreo, o que corresponde a 87,5% da meta.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2014

• Elaborar o planejamento estratégico de longo prazo para o setor

Análise Situacional da Meta

Atualmente encontra-se em fase de concepção o planejamento estratégico de longo prazo para o setor, por meio de um Plano de Ação que tem por objetivo integrar e harmonizar o desenvolvimento das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, considerando os aspectos relacionados com o controle e o gerenciamento do espaço aéreo e a infraestrutura aeroportuária nacional, de acordo com as diretrizes emanadas pela Política Nacional de Aviação Civil (PNAC). Com o lançamento, pela Presidência da República, do Programa de Investimento em Logística: Aeroportos (PIL), em dezembro de 2012, instrumento que reúne os principais eixos de atuação da SAC-PR, observou-se a necessidade de alteração da estrutura organizacional da Secretaria. A proposta de decreto de nova estrutura já se encontra em análise no âmbito dos órgãos responsáveis - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Presidência da República.

No âmbito da melhoria dos processos de gestão, foi assinado em dezembro de 2013 o termo de cooperação junto à Universidade Federal de Santa Catarina para fornecimento, dentre outros, de pessoal qualificado em áreas de Tecnologia da Informação para implementação de sistema de gerenciamento e acompanhamento de projetos. Como resultado está em fase final de desenvolvimento o sistema Hórus, que será utilizado inicialmente para auxílio no armazenamento de dados e na gestão do PIL: Aeroportos.

Dando continuidade aos trabalhos iniciados em 2013, a SAC-PR participou de processo para constituição de duas atas de registro de preços, no âmbito do MPOG, relativas à eventual contratação, sob demanda, de i) empresa especializada na prestação de serviço de consultoria para realização de serviços de modelagem de processos organizacionais envolvendo mapeamento, análise, desenho e redesenho de processos, implementação e monitoramento de ações propostas para melhoria, suporte técnico e transferência de conhecimento; e ii) empresa especializada para apoio ao processo de planejamento e gestão estratégica, utilizando como referência a metodologia do Balanced Scorecard – BSC. Como resultado dos processos, venceram os respectivos pregões eletrônicos as empresas Totvs S.A. e GD –

Gestão e Desenvolvimento Empresarial Ltda. Em junho de 2014, foi assinado contrato com essa última para elaboração de Planejamento Estratégico e para a Diretoria do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (DPROFAA/SEAP/SAC-PR). No âmbito deste contrato foram realizados, até o final de 2014, cinco produtos: i) Mapa Estratégico, ii) Definição de Indicadores e Metas, iii) Definição e Composição da Carteira de Projetos Estratégicos, iv) Estruturação da Área de Gestão da Estratégia, e v) Desenho do Processo de Monitoramento da Estratégia. Logo, resta apenas a implementação do Acompanhamento do Processo de Monitoramento da Estratégia. A expectativa é de que, ao final dos trabalhos, o DPROFAA tenha aperfeiçoadas suas capacidades e possa executar de maneira mais eficiente o PIL: Aeroportos, buscando resultados superiores especialmente no que se refere aos investimentos em infraestrutura dos Aeroportos Regionais.

- **Revisar o marco legal do setor de aviação civil**

- Análise Situacional da Meta**

- Tendo em vista a realização da Copa do Mundo de 2014 e frente à expectativa de 600 mil visitantes estrangeiros no país, publicou-se a Resolução CONAC nº 1/2014, de 28 de fevereiro de 2014, ad referendum, que tratou da operação do Aeroporto de Congonhas durante o evento. A Resolução determinou que a ANAC, para o período de 6 de junho a 20 de julho de 2014, estendesse o raio de cobertura das operações de voos do Aeroporto de Congonhas e regulamentasse a autorização de voos charter e de fretamento no aeroporto, observadas exclusivamente as limitações de ordem técnica e operacional.

- Considerando as concessões para exploração da infraestrutura aeroportuária e o aumento da capacidade prevista nos planos de exploração aeroportuária, especialmente no que se refere ao Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, o CONAC também aprovou, ad referendum, a Resolução nº 2/2014, de 29 de maio de 2014, que revoga a restrição à alocação, nos novos acordos bilaterais e multilaterais, de pontos relativos a frequências de voos internacionais no Aeroporto de Guarulhos.

- Em continuidade às tratativas iniciadas em 2013 visando a redução de barreiras à entrada de novas companhias aéreas em aeroportos coordenados, após a realização das duas audiências públicas sobre o tema (Consulta Pública nº 1/2013 SAC e Audiência Pública nº 02/2013 ANAC), foi publicada a Resolução CONAC nº 3, de 8 de julho de 2014, específica para o Aeroporto de Congonhas (SBSP), com um conjunto de diretrizes para implantação de uma sistemática de redistribuição periódica dos slots perdidos pelas companhias aéreas em decorrência de critérios de regularidade e pontualidade, bem como para alocação de novos slots que venham a surgir no aeroporto em decorrência de uma expansão da sua capacidade declarada.

- No decorrer de 2014, o Plano Geral de Outorgas – PGO foi revisado, buscando alinhar a política pública de outorga de aeródromos ao programa de incentivo à aviação regional – Programa de Investimento em Logística: Aeroportos (PIL: Aeroportos) – por meio do qual estão sendo realizados investimentos na infraestrutura de aeroportos regionais, com o objetivo de universalizar o acesso da população ao transporte aéreo regular. O programa prevê a utilização de recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC para a reforma e construção de pistas, melhorias em terminais de passageiros, ampliação de pátios, revitalização de sinalizações e de pavimentos, entre outros.

A Lei nº 9.825/1999 atribui, em seu art. 1º, ao Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC, a parcela correspondente ao aumento concedido pela Portaria nº 861/GM2, de 9 de dezembro de 1997, do Ministério da Aeronáutica, às tarifas de embarque internacional vigentes naquela data, incluindo o seu correspondente adicional tarifário, previsto no art. 1º da Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989.

Como a referida Lei fazia menção a um aumento dado à Tarifa de Embarque Internacional que, à época, era cobrada em dólar norte-americano, os valores destinados ao FNAC também eram cobrados em dólar norte-americano e careciam de uma regra de conversão que padronizasse as cobranças efetuadas por diferentes agentes arrecadadores no

país.

Tal regulamentação se justificava pela necessidade de padronização e uniformização do recolhimento da cobrança efetuada pelos operadores aeroportuários junto ao FNAC a partir da conversão do Adicional Tarifário referente à Lei nº 9.825, de 1999 para a moeda nacional. De fato, o que se verificava é que a taxa de câmbio (valor do dólar norte-americano em Reais) praticada era definida por cada aeroporto, resultando em valores diferentes, em Reais, devidos a título do Adicional Tarifário em tela. Tal disparidade gerava transtornos às empresas aéreas, que recolhiam o Adicional dos passageiros e, posteriormente, o repassavam aos operadores aeroportuários.

Dessa forma, em 11 de dezembro de 2014 foi editada a Portaria SAC-PR nº 301, que estabelece critério para conversão cambial do adicional tarifário instituído pela Lei n. 9.825, de 23 de agosto de 1999.

OBJETIVO: 0087 - Formular, coordenar e supervisionar as políticas para o desenvolvimento da infraestrutura aeronáutica civil, com vistas ao atendimento da demanda por transporte aéreo, de forma segura e eficiente.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Análise Situacional do Objetivo

No que se refere à implantação de novas tecnologias de comunicação, navegação e vigilância para o gerenciamento do tráfego aéreo que visam à otimização da infraestrutura aeronáutica civil, a SAC-PR vem coordenando as ações institucionais do COMAER, da ANAC, da Infraero e/ou operador aeroportuário privado e das Prefeituras Municipais envolvidas para a implantação e operação dos equipamentos para aproximação e pouso por instrumentos - ILS (Instrument Landing System) CAT III - nos aeroportos de Galeão (RJ), Curitiba (PR) e Guarulhos (SP), ILS CAT II nos aeroportos de Porto Alegre (RS), Curitiba (PR) e Manaus (AM) e ILS CAT I nos aeroportos de Joinville (SC), Londrina (PR), Uberlândia (MG), Vitória (ES) e Campina Grande (PB).

No primeiro semestre de 2014, os seguintes ILS foram colocados em operação: aeroporto de Uberlândia (MG) – CAT I, aeroporto de Joinville (SC) – CAT I e Porto Alegre (RS) – CAT II, fato que causou uma sensível melhora da acessibilidade das aeronaves aos referidos aeroportos, que continuam a operar mesmo na presença de condições meteorológicas desfavoráveis.

No segundo semestre de 2014, entrou em operação, sob a coordenação da SAC-PR, o ILS CAT I do aeroporto de Vitória (ES) que também melhorou, sensivelmente, as condições de aproximação e pouso no referido aeródromo.

Em relação à formulação do Plano Nacional para o Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica Civil Brasileira (PNDIA), esta Secretaria objetiva, ainda, consolidar uma linha de ação para atuar junto ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo do Comando da Aeronáutica para o desenvolvimento em conjunto do referido Plano.

A Secretaria de Navegação Aérea Civil, em 2014, trabalhou na proposição das diretrizes para a implantação da infraestrutura aeronáutica dos aeroportos regionais do Programa de Investimentos em Logística (PIL). Para tal, executou um modelamento para o desenvolvimento da navegação aérea dos 270 aeroportos elencados no Programa, por meio da indicação da infraestrutura aeronáutica a ser implantada, o que envolve equipamentos, órgãos de controle e de informação de voo. Além disso, vem trabalhando na realização de um diagnóstico das necessidades de treinamento dos recursos humanos para as Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA).

Metas 2012-2015

- **Formular o Plano Nacional para o Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica Civil Brasileira**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional para o Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica Civil Brasileira - PNDIA - continua em fase de formulação e conterá as diretrizes que nortearão o desenvolvimento dos demais planos que se relacionam com a infraestrutura aeronáutica brasileira. Atualmente, busca-se desenvolver uma metodologia alinhada com as normas preconizadas pelos organismos internacionais da aviação civil que se adapte à realidade nacional e deverá conter indicadores e metas para a consecução de objetivos estratégicos para o setor, inclusive a melhoria da eficiência dos serviços prestados. A partir da consolidação desta metodologia, serão iniciadas as tratativas junto às demais organizações nacionais responsáveis pela infraestrutura aeronáutica civil brasileira para o desenvolvimento do PNDIA. Ressalta-se que este Plano tem por objetivo o desenvolvimento integrado da infraestrutura aeronáutica brasileira, considerando os aspectos relacionados com o controle do espaço aéreo e a infraestrutura aeroportuária nacional, de acordo com as diretrizes emanadas na Política Nacional de Aviação Civil – PNAC. De forma complementar, trabalha-se na proposição de uma interface do PNDIA com o Programa de Investimentos em Logística – Aeroportos Regionais.

PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Déficit anual da balança comercial do setor eletroeletrônico na área de telecomunicações	US\$ milhão	31/12/2010	1.529	31/12/2014	2.589
Minutos médios mensais de uso por usuário de telefonia móvel	minuto	31/12/2010	114	31/12/2014	200,6
Número de domicílios com TV por assinatura	unidade	31/07/2011	11.295.511	31/12/2014	19.756.156
Número de usuários de Internet acesso banda larga e discado	unidade	31/12/2009	67.900.000	22/12/2014	103.852.931
Número médio reclamações por mês - Serviço de Comunicação Multimídia	unidade	30/04/2011	18.481	31/12/2014	38.988
Número médio reclamações por mês - Serviço Móvel Pessoal	unidade	30/04/2011	69.934	31/12/2014	106.074
Número médio reclamações por mês - Serviço Telefonia Fixa Comutada	unidade	30/04/2011	44.473	31/12/2014	79.261
Número médio reclamações por mês - Serviço TV por Assinatura	unidade	30/04/2011	6.915	31/12/2014	30.243
Percentual da população com acesso à radiodifusão pública terrestre	%	30/06/2011	25	31/12/2014	85,69
Percentual da população com cobertura de telefonia móvel	%	31/07/2010	75	26/06/2014	82
Percentual de domicílios com acesso à Internet	%	30/11/2010	27	26/06/2014	43
Percentual de domicílios com acesso fixo à Internet Banda Larga - Área Rural	%	31/12/2008	3	26/06/2014	15
Percentual de domicílios com acesso fixo à Internet Banda Larga - Área Urbana	%	31/12/2008	23,4	26/06/2014	48
Percentual de domicílios com telefone fixo	%	31/12/2009	43,1	26/06/2014	35
Percentual de escolas públicas com Internet Banda Larga	%	31/12/2011	37,24	31/12/2014	42,86
Percentual de municípios atendidos com sinal de TV Digital	%	14/04/2011	9	31/12/2014	37,61
Percentual de municípios com mais de uma emissora de radiodifusão outorgada, exceto rádio comunitária	%	30/04/2011	46,59	31/12/2014	51,39
Percentual de municípios com pelo menos uma rádio comunitária outorgada	%	30/04/2011	57,6	31/12/2014	69,83
Percentual populacional com distribuição postal	%	31/12/2010	82,62	31/12/2014	84,77
Preço mensal médio do acesso à internet em relação à renda média no país	%	31/03/2011	5	31/12/2014	1,42

Proporção de conexões de Banda Larga dentre o total de domicílios com acesso à Internet	%	30/11/2010	68	26/06/2014	88
Proporção de domicílios com computador	%	30/11/2010	35	26/06/2014	49
Proporção de municípios em que o principal provedor de acesso à Internet tem participação no mercado acima de 90%	%	31/12/2009	80	22/12/2014	46,88
Satisfação com os serviços postais	%	31/07/2010	95,5	31/12/2014	93,2
Taxa de distritos com população igual ou superior a 500 habitantes com atendimento postal básico	%	31/12/2010	75,48	31/12/2014	86,25

Observações:

Déficit anual da balança comercial do setor eletroeletrônico na área de telecomunicações - Fonte: ABINEE (Janeiro a Dezembro 2014)

Minutos médios mensais de uso por usuário de telefonia móvel - Fonte: Anatel

Número de domicílios com TV por assinatura - Dados: Anatel

Número de usuários de Internet acesso banda larga e discado - Fonte:STE-MC/Cetic

Número médio reclamações por mês - Serviço de Comunicação Multimídia - Dados: Anatel

Número médio reclamações por mês - Serviço Móvel Pessoal - Dados: Anatel

Número médio reclamações por mês - Serviço Telefonia Fixa Comutada - Dados: Anatel

Número médio reclamações por mês - Serviço TV por Assinatura - Dados: Anatel

Percentual da população com acesso à radiodifusão pública terrestre - Dados: EBC

Percentual da população com cobertura de telefonia móvel - Fonte: STE-MC/Cetic.br

Percentual de domicílios com acesso à Internet - Dados: STE-MC/Cetic.br

Percentual de domicílios com acesso fixo à Internet Banda Larga - Área Rural - Fonte: STE-MC/Cetic.br

Percentual de domicílios com acesso fixo à Internet Banda Larga - Área Urbana - Fonte: STE-MC/Cetic.br

Percentual de domicílios com telefone fixo - Fonte: STE-MC

Percentual de escolas públicas com Internet Banda Larga - Fonte: Microdados do Censo Escolar Inep/MEC.

Em relação à abrangência do conceito “escolas públicas”, delimita-se que se trata de ensino básico municipal, estadual e federal, com dados apurados a partir do Censo Escolar do INEP”

Percentual de municípios atendidos com sinal de TV Digital - Fonte: SCE/MC

Percentual de municípios com mais de uma emissora de radiodifusão outorgada, exceto rádio comunitária - Fonte: SCE/MC - Anatel

Percentual de municípios com pelo menos uma rádio comunitária outorgada - Fonte: SCE/MC - Anatel

Percentual populacional com distribuição postal - Fonte: ECT

Preço mensal médio do acesso à internet em relação à renda média no país - Fonte:STE-MC

Indicador base da UIT que tem como referência um plano pós pago fixo mais plano de dados com velocidade de 255 Kbps dividido pela renda bruta em dólar.

Proporção de conexões de Banda Larga dentre o total de domicílios com acesso à Internet - Fonte: STE-MC/Cetic.br

Proporção de domicílios com computador - Fonte: STE-MC/Cetic.br

Proporção de municípios em que o principal provedor de acesso à Internet tem participação no mercado acima de 90% - Fonte:STE-MC

Satisfação com os serviços postais - Fonte: ECT

Taxa de distritos com população igual ou superior a 500 habitantes com atendimento postal básico - Dados: ECT

OBJETIVO: 0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério das Comunicações tem atuado nas seguintes frentes: expansão dos serviços de comunicação social através

da radiodifusão; expansão da infraestrutura e dos serviços de telecomunicações e regulação e fiscalização dos serviços de comunicações.

RADIODIFUSÃO

Os serviços de radiodifusão compreendem a transmissão de sons (radiodifusão sonora) e a transmissão de sons e imagens (televisão), a serem direta e gratuitamente recebidas pelo público em geral. Uma das iniciativas na busca da expansão dos serviços é a definição do padrão de rádio digital brasileiro.

A radiodifusão sonora (rádio) utiliza as tecnologias analógica e digital em suas transmissões. A tecnologia digital possibilita padrão de qualidade bem superior, reduzindo interferências e/ou ruídos. Ademais, permite a disponibilização de serviços de dados e de mais de uma programação por canal, além do uso mais eficiente do espectro eletromagnético. Para atender às diretrizes previstas no Decreto nº 8.139, de 2013 e na Portaria MC nº 127, de 2014, teve início, em março desse ano, o recebimento dos pedidos das emissoras de rádio que operam na faixa AM interessadas em migrar para a faixa FM.

A definição do padrão para os serviços de radiodifusão sonora digital no Brasil é fundamental para a continuidade da expansão dos serviços de comunicação eletrônica. Os estudos realizados até o momento demonstraram a necessidade de adequações dos sistemas à realidade brasileira. Uma dessas adequações diz respeito à área de cobertura do sinal digital, com atenção especial para as recepções em mobilidade, para usuários em movimento, e em ambientes internos. Em Dezembro de 2014 3.886 dispunham ao menos, de um serviço de Radiodifusão Comunitária.

Outra iniciativa é o desligamento da TV analógica no País. O cronograma de transição da transmissão analógica tem sua conclusão prevista para novembro de 2018, conforme definido pelo MC na Portaria nº477, de 20/6/2014. Em complemento, a Portaria MC nº 481, de 9/7/2014, estabeleceu premissas e condições para a efetivação do referido desligamento. Para isso, faz-se necessário que, pelo menos, 93% dos domicílios do município que acessem o serviço por transmissão terrestre estejam aptos à recepção da televisão digital. Em Dezembro de 2014 1.644 municípios contavam, ao menos com um serviço de TV Digital. Outra condição prevista na Portaria é que a Anatel distribua um set-top-box para recepção da televisão digital terrestre às famílias cadastradas no Programa Bolsa Família. Como benefício, a digitalização da TV liberará a faixa de 700 MHz.

Essa faixa será usada para expandir o serviço de telefonia e internet 4G, que possibilitará cobertura de grandes áreas com o uso de menos antenas, o que permitirá levar os serviços de telecomunicações inclusive às áreas rurais, a um custo menor.

EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA E DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

O Programa Nacional de Banda Larga – PNBL tem o objetivo de expandir a infraestrutura e os serviços de telecomunicações, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade. Para tanto, foram executadas diversas ações, dentre elas: os incentivos fiscais para a implantação de novas redes privadas de telecomunicações, por meio do Regime Especial de Tributação do PNBL e o investimento da Telebrás na expansão da rede pública de fibra óptica, de 16 mil km, para 21 mil km de extensão, no exercício de 2014.

Nos últimos anos, a difusão da Internet, foi favorecida pelo serviço de banda larga popular, com velocidade de 1 Mbps ao preço máximo de R\$ 35,00 mensais, resultado de acordo firmado em 2011 entre as operadoras, o MC e a Anatel. Em 2014, houve o acréscimo de 569 novos municípios, o que resultou em 46 mil novas conexões de um total de 2,6 milhões, em cinco mil municípios atendidos.

A Anatel realizou, em 2012, a licitação da faixa de 2,5GHz para o serviço de banda larga móvel 4G, cuja conexão atenderá, até 2017, a todos os municípios com mais de 30 mil habitantes. Em 2014 o serviço já estava disponível em 147 municípios. Além disso, o edital determina que, até 2019, todos os municípios brasileiros sejam cobertos pelo serviço 3G, que em dezembro de 2014, abrangia 3.805 municípios.

Adicionalmente, previu-se na mesma licitação, o atendimento de serviços de voz e dados em áreas rurais, em um raio de 30 km a partir da sede de cada município do país. As ações do PNBL não se concentraram somente em ampliar e democratizar o acesso à Internet, mas também em garantir a qualidade do serviço prestado.

Desde 2012, a Anatel instituiu regulamento de gestão da qualidade nos serviços de comunicação, exigindo a entrega

gradativa de velocidade e, desde outubro de 2014, as empresas estão obrigadas a entregar, em média, 80% da velocidade contratada pelo cliente. A Anatel publicou, em março de 2014, o Regulamento dos Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações, que representou um marco na busca por mais transparência nas relações de consumo, ampliação dos direitos do consumidor e aumento da competitividade no setor.

Em janeiro de 2014, foi iniciada a construção do Satélite Geoestacionário Brasileiro de Defesa e Comunicações Estratégicas operado pela Telebras, provendo conectividade em banda larga a todo o Brasil, principalmente em regiões não atendidas por fibra óptica ou rádio micro-ondas, por meio da banda Ka. Outra função do satélite é servir de suporte a comunicações estratégicas relacionadas à defesa nacional. Nesse caso, a operação será realizada por meio da banda X, de uso exclusivo militar, e gerenciada pelo Ministério da Defesa. A previsão é que o satélite seja lançado no final de 2016.

Como reflexo desse conjunto de ações, os serviços de telecomunicações vêm evoluindo significativamente. De dezembro de 2013 a novembro 2014, o número de acessos de TV por Assinatura cresceu 10%, ou seja, 1,8 milhão de novos assinantes do total de 19,8 milhões. A banda larga fixa aumentou 8% no exercício, correspondendo a 1,7 milhão de novos acessos. Em novembro de 2014 chegou a 23,9 milhões de acessos. A telefonia fixa cresceu em 2014, 0,3%, alcançando uma base de 45 milhões de acessos. Em relação aos serviços móveis (pessoal e especializado), o incremento em 2014, foi de 3%, equivalentes a 8,5 milhões de acessos e chegando à base de 283,3 milhões de acessos. A banda larga móvel (acessos 3G e 4G) aumentou 48%, com 49,2 milhões novos acessos do total de 152,3 milhões.

De outubro de 2013 a outubro de 2014, os principais serviços de interesse coletivo contaram com aumento de mais de 368 milhões de acessos, ou seja, o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) com 8% de expansão, os serviços de TV por assinatura, com 10,6% e o número de acessos ao Serviço Móvel Pessoal (SMP) com 3,5% de crescimento. A regulamentação do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), em março de 2012, no âmbito dos serviços de TV por assinatura, promoveu a simplificação do processo de prestação do serviço por meio da uniformização das regras, tanto para as prestadoras já consolidadas como para as novas entrantes.

No que se refere ao SCM, a nova regulamentação, aprovada em maio de 2013, promoveu a simplificação dos procedimentos necessários à obtenção de outorga, bem como a redução do seu valor. Desse modo, a oferta triple play (oferta tripla de acessos a serviços: banda larga, telefonia fixa e TV por assinatura) tornou-se mais viável, ampliando a competição, força motriz da expansão da prestação dos serviços.

Nesse viés, o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC) continua produzindo resultados, com suas medidas assimétricas para as prestadoras com Poder de Mercado Significativo (PMS), com destaque ao aprimoramento do Sistema de Negociação de Ofertas de Atacado (SNOA), plataforma por meio da qual são negociados insumos de telecomunicações, contribuindo para o aumento da competição na oferta de serviços e ganho de transparência nas relações comerciais de produtos do setor.

De dezembro de 2013 a novembro de 2014, o número de acessos de banda larga evoluiu de 125,3 milhões para 176,6 milhões, um crescimento de 40,9%. Já a banda larga fixa, no mesmo período, evoluiu de 22,2 milhões para 23,9 milhões, ou seja, 7,66%. Crescimento que refletiu, especialmente, nas regiões Norte e Nordeste.

Os dados de banda larga móvel (3G e 4G) são ainda mais expressivos. Em novembro de 2014, os acessos nessa categoria somaram 152,3 milhões, representando uma evolução de 57,97%, desde o final de novembro de 2013, quando somavam 96,4 milhões. Nesse caso, evidencia-se redução das desigualdades regionais, pois a quantidade de acessos de banda larga móvel cresceu mais nas regiões Norte (65,34%) e Nordeste (62,83%) do que no restante do país. Além disso, no mesmo período, o número de cidades com banda larga móvel cresceu de 3.106 para 3.796. Um avanço de 22,22%.

Em setembro de 2014, a Anatel realizou leilão da faixa de 700 MHz para otimizar a cobertura de serviços 4G, diminuir o custo de investimento e possibilitar o avanço da banda larga móvel de alta capacidade, inclusive em regiões de baixa densidade populacional.

REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES

Em 2014, avanços importantes foram alcançados na implementação das políticas públicas instituídas pelo Decreto nº 7.175/2010, em especial ao uso do espectro de radiofrequências, à universalização e ampliação do acesso aos serviços, à promoção da competição e à massificação do acesso a serviços de conexão à internet em banda larga, além de outros

benefícios aos consumidores. Neste ano, foram aprovadas 17 Resoluções pela Agência, além de dois Editais de Licitação e vários outros atos de caráter normativo.

A Anatel inaugurou, em 2014, o Centro de Monitoramento de Redes de Telecomunicações, espaço onde será realizada a gestão de risco das redes e, no Rio de Janeiro (RJ), a primeira estação terrena da Agência, no hemisfério sul, para monitoração e fiscalização das comunicações por satélites. Somente oito países têm esse tipo de infraestrutura operada pelo órgão regulador.

Metas 2012-2015

• 90% de emissoras de televisão analógicas já digitalizadas (geradora ou retransmissora)

Análise Situacional da Meta

Até 31 de dezembro de 2014, o Ministério das Comunicações autorizou 37,61% das emissoras de TV e RTV, com outorga para a execução de serviços de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia analógica, a veicular sua programação em tecnologia digital. Esse percentual corresponde a 4.173 consignações de um universo de 11.094 estações outorgadas.

Para atingir a meta de 90% dessas emissoras será necessário consignar mais 5.812 entidades, perfazendo um total de 9.985 emissoras aptas a operarem com a tecnologia digital. Cumpre esclarecer que, de acordo com a legislação aplicável à espécie, o Poder Concedente somente poderá consignar o canal às entidades que o requereram e atenderem aos requisitos legais exigidos.

Vale ainda ressaltar que do montante de 11.094 estações outorgadas, 4.826 são retransmissoras secundárias, ou seja, 43,50% do total. Analisando a evolução dessas consignações, percebe-se que houve um enorme salto quantitativo de emissoras autorizadas a operar na nova tecnologia. Entre 2006 e 2011 aproximadamente 280 emissoras foram consignadas pelo MC, nos anos subsequentes, 3.893 portarias de consignações foram publicadas.

Quantidade alcançada

37,61

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	90	%	46,91	31/12/2014
Região Nordeste	90	%	34,38	31/12/2014
Região Norte	90	%	43,21	31/12/2014
Região Sudeste	90	%	38,22	31/12/2014
Região Sul	90	%	32,35	31/12/2014

• Alcançar 100% de satisfação com os serviços postais

Análise Situacional da Meta

A pesquisa de imagem e satisfação com os Correios é realizada bianualmente, sendo que a última foi realizada em 2014. No total foram realizadas 13.445 entrevistas pessoais em 177 municípios, abrangendo todos os Estados e as 28 diretorias regionais. Comparando-se com a última pesquisa, nota-se um avanço de 90% em 2012, para 93,2% em 2014.

Quantidade alcançada

93,2

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	%	94,72	31/12/2014
Região Nordeste	100	%	88,38	31/12/2014
Região Norte	100	%	88,8	31/12/2014
Região Sudeste	100	%	94,12	31/12/2014
Região Sul	100	%	97,93	31/12/2014

- **Alcançar, em média, 190 minutos por mês trafegados por usuário de telefonia móvel**

Análise Situacional da Meta

Em atendimento à premissa legal de estímulo a competição, a Anatel tem adotado diversas medidas que buscam incrementar a concorrência no setor de telefonia móvel (Serviço Móvel Pessoal – SMP). Entre tais ações destacamos os Editais de Licitação para Autorização de uso de novas faixas de radiofrequências (1,9 / 2,1 GHz, por meio do Edital 002/2007/SPV-Anatel e Edital 002/2010/PVCP/SPV, e 450 MHz e 2,5 GHz, por meio do Edital 004/2012/PVCP/SPV), o Regulamento para Exploração de SMP por meio de Rede Virtual – RRV-SMP e o Plano Geral de Metas de Competição – PGMC.

O valor alcançado no terceiro trimestre de 2014 foi de 200,6 minutos, valor menor do que o atingido em 2013 (seguindo tendência de queda verificada em todas as prestadoras de SMP), mas ainda assim acima da meta. Convém destacar que o alcance da meta desde o 1º ano de vigência do PPA se deve pelas ações descritas acima, que resultaram em um incremento na competição do mercado com o surgimento de novas ofertas de serviço, mais aderentes e customizadas às necessidades de cada usuário, o que impactou no aumento do uso do serviço. Além disso, o Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP) definiu um cronograma de redução do valor da interconexão de redes fixas com móveis (VC) e do valor de remuneração de uso de rede do SMP (VU-M), potencializando as prestadoras introduzirem novas ofertas de serviço com redução nos valores praticados e, conseqüentemente, aumento no uso dos celulares pelos usuários.

Os dados do indicador não foram atualizados relativos ao 4º trimestre de 2014 uma vez que as prestadoras precisam consolidar suas demonstrações contábeis anuais. O prazo estipulado em regulamento para a entrega destas informações contábeis é até 30 de abril. Como as informações de tráfego estão atreladas as informações de receitas, somente a partir desta data as informações estarão disponíveis.

Quantidade alcançada

200,6

Data de Referência

30/09/2014

- **Ampliar as ações de comunicação e inclusão digital voltadas para as comunidades tradicionais, considerando as suas especificidades históricas e culturais**

Análise Situacional da Meta

O MC estabeleceu diversas parcerias com universidades e organizações da sociedade civil para a inclusão digital de crianças e jovens, com destaque para atividades de formação envolvendo comunidades de agricultores familiares, por meio das quais foi possível capacitar, no período de 2011 a 2014, aproximadamente 16,4 mil jovens de comunidades rurais, dentre as quais 45 assentamentos da Reforma Agrária de 13 estados; e comunidades indígenas das etnias Guarani, Pataxó, Macuxi, Aticum, Piratapuia, Potiguara e Fulni-ô, localizadas em sete Unidades da Federação.

Destaca-se também o projeto Computadores para Inclusão que tem por objetivo capacitar jovens em recondicionamento de computadores por meio do apoio a iniciativas da sociedade civil na implantação dos chamados Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC). Esses Centros recuperam e promovem a reutilização de equipamentos de informática que, de outra forma, iriam transformar-se em lixo eletrônico. A iniciativa é modesta, tendo envolvido de 2011 a 2014 convênios com CRC de 10 Unidades da Federação. Em 2014 foram apoiados 5 CRC, tendo sido capacitados neste ano 1.180 jovens até dezembro, totalizando 4,7 mil jovens ao longo de todo o período de 2011 a 2014.

- **Atender 100% dos distritos, com população igual ou superior a 500 habitantes, com atendimento postal básico**

Análise Situacional da Meta

Tendo por base a determinação do Ministério das Comunicações, por meio da Portaria nº 566/2011, quanto ao estabelecimento de metas para a universalização do atendimento dos serviços postais básicos no período de 2012 a

2015, estava previsto para o ano de 2014 o atendimento em mais 450 distritos com população igual ou superior a 500 (quinhentos) habitantes.

Em 2014, a ECT propiciou atendimento a 263 (duzentos e sessenta e três) distritos cuja população atendida perfaz um total de 897.999 habitantes, conforme informações do Censo do IBGE 2010, atingindo um percentual anual de 58,44% e acumulado de 86,25%, com relação à meta global de 4.261 distritos a ser alcançada até dezembro/2015.

Além dos 263 distritos atendidos em 2014, a ECT atendeu outros 668 no período de 2012 a 2013, consideradas as localidades supridas por Agência de Correios Comunitária – AGC e pela forma de atendimento Alternativo ou Compartilhado, totalizando 919 distritos.

Para 2015, considerando o alcance da meta em 2014, está prevista a expansão do atendimento a mais 586 distritos, de modo a atingir a meta global na prestação de serviço de atendimento postal básico a 4.261 distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.

Entre os fatores dificultadores para o alcance das metas de universalização de atendimento dos serviços postais básicos, por meio de parceria para operação de Agências de Correios Comunitárias, tiveram destaque a não obrigatoriedade dos entes públicos em estabelecer uma parceria, considerando o contexto e a inclusão social inerentes a esse serviço público, cabendo apenas à ECT garantir o estabelecimento da parceria.

Quantidade alcançada

86,25

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	%	85,33	31/12/2014
Região Nordeste	100	%	82,68	31/12/2014
Região Norte	100	%	55,12	31/12/2014
Região Sudeste	100	%	94,86	31/12/2014
Região Sul	100	%	85,25	31/12/2014

• **Atender 85% da população com distribuição postal**

Análise Situacional da Meta

A meta estipulada para os Correios, pelo Ministério das Comunicações, foi de 84% para 2014 e o resultado alcançado foi de 84,77% dos domicílios atendidos. Dentre as principais realizações destaca-se o atendimento por distribuição domiciliar em áreas de expansão e por meio de instalação de Caixa Postal Comunitária - CPC nas localidades onde não há distribuição domiciliar. Com relação às expectativas para o próximo período, estipula-se uma meta de 85,35% para 2015. A população atendida, em relação ao Censo 2010, foi de 161.695.738. O principal desafio de implementação é a ampliação do efetivo de carteiros e a compra de novos Módulos de Caixa Postal Comunitária.

Quantidade alcançada

84,77

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	88,3	%	86,43	31/12/2014
Região Nordeste	73,6	%	74,55	31/12/2014
Região Norte	76,9	%	75,51	31/12/2014
Região Sudeste	93,1	%	91,06	31/12/2014
Região Sul	86,1	%	90,97	31/12/2014

- **Atender os pedidos de instalação de Telefone de Uso Público nas comunidades remanescentes de quilombos ou quilombolas, devidamente certificadas; populações tradicionais e extrativistas fixadas nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; assentamentos de trabalhadores rurais; aldeias indígenas; organizações militares das Forças Armadas; postos da Polícia Rodoviária Federal; e, aeródromos públicos**

Análise Situacional da Meta

O atendimento aos locais em questão se dá mediante solicitação dos respectivos órgãos competentes, definidos pela Resolução Anatel nº 598, de 23/10/2012, que aprovou o Regulamento de Obrigações de Universalização.

Conforme o §1º do Art. 16 do Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU, a responsabilidade pelo cumprimento desta meta para os locais situados na distância geodésica igual ou inferior a trinta quilômetros de uma localidade atendida com acesso individual do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC é da concessionária do serviço na modalidade Local. Nesse caso, a meta é exigível em até noventa dias a partir da correspondente cobertura, pela prestadora detentora da respectiva outorga de autorização de uso de radiofrequência, por sistema de radiocomunicação operando nas subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz. A primeira etapa, referente ao cumprimento das obrigações de cobertura para as subfaixas de radiofrequência em comento, se encerrou em junho de 2014.

Nos locais situados numa distância geodésica superior a trinta quilômetros de uma localidade atendida com acessos individuais do STFC (§2º do Art. 16 do PGMU), a responsabilidade pelo cumprimento desta meta é da concessionária do serviço nas modalidades LDN (Longa Distância Nacional) e LDI (Longa Distância Internacional), sendo exigível desde a publicação do Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011.

Até dezembro de 2014, foram atendidas 408 solicitações pelas concessionárias locais e de longa distância. O elevado crescimento das instalações justifica-se pela inclusão dos dados das concessionárias locais, que tiveram suas obrigações iniciadas em junho de 2014.

Quantidade alcançada

408

Data de Referência

31/12/2014

- **Atender todas as escolas públicas rurais com Internet Banda Larga**

Análise Situacional da Meta

A licitação da Faixa de 450 MHz (Edital da Licitação nº 004/2012/PVCP/SPV-Anatel), realizada em 12/6/2012, incluiu entre as suas obrigações o compromisso de conectar à Internet todas as escolas públicas rurais dentro da área de abrangência da faixa (30 km a partir dos limites do distrito-sede de município), em todos os municípios brasileiros. As metas de cobertura impostas aos detentores da faixa de 450 MHz estabelecem o atendimento progressivo com serviços de voz e dados dos municípios presentes dentro da área de autorização, de modo a cobrir no mínimo 30% dos municípios até 30/6/2014, 60% até 31/12/2014 e 100% até 31/12/2015. Estudos do Ministério das Comunicações indicam que 96% das escolas públicas rurais estão dentro desse raio de cobertura. Entretanto, dado que a distribuição de escolas públicas rurais não é uniforme em todos os municípios, o avanço da meta de escolas rurais não necessariamente acompanhará o avanço da cobertura imposta aos detentores da faixa de 450 MHz.

Na primeira fase de cumprimento das metas de cobertura, as empresas vencedoras do Edital declararam o atendimento a 7.231 escolas rurais, total que representa 11% (onze por cento) do total de escolas rurais constantes do Censo Escolar do INEP. Ainda não foram divulgados os dados referentes ao compromisso de 31/12/2014.

Vale ressaltar que, se restringirmos o universo de escolas rurais àquelas que, segundo o INEP, dispõem de energia elétrica e recursos de informática, o percentual de atendimento sobe para 20% (vinte por cento).

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

15/07/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	%	7	15/07/2014
Região Nordeste	100	%	11	15/07/2014
Região Norte	100	%	10	15/07/2014
Região Sudeste	100	%	17	15/07/2014
Região Sul	100	%	5	15/07/2014

• **Atingir uma densidade de 32 assinaturas de televisão por assinatura por 100 domicílios no Brasil**

Análise Situacional da Meta

Em 31/12/2013 a densidade de assinaturas de TV por 100 domicílios alcançou o patamar de 28,9 assinaturas, um pequeno acréscimo em relação a 2012, quando havia 27,2 assinaturas por 100 domicílios. A projeção utilizada para o cálculo da densidade em tela era a projeção populacional de 2008.

A partir de janeiro de 2014, passou-se a utilizar a projeção de habitantes do IBGE – a projeção populacional de 2013, conforme fonte a seguir: “IBGE, Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção 2013 da População por Sexo e Idade para o Período 2000 – 2030”.

No decorrer do primeiro semestre de 2014, a densidade alcançou 29,02 assinaturas por 100 domicílios. Em 31/12/2014, a densidade alcançou 29,8 assinaturas por 100 domicílios. Nessas proporções, se a taxa de crescimento média for mantida, a meta estimada poderá ser alcançada em 2015.

Quantidade alcançada

29,8

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	25,4	%	27,6	31/12/2014
Região Nordeste	18,6	%	13,6	31/12/2014
Região Norte	20,6	%	17,1	31/12/2014
Região Sudeste	45,1	%	42,3	31/12/2014
Região Sul	30,7	%	29,5	31/12/2014

• **Chegar a 42 milhões de domicílios com Internet Banda Larga de qualidade por meio do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)**

Análise Situacional da Meta

Segundo a PNAD 2013 (IBGE), 27,62 milhões de domicílios particulares permanentes possuíam acesso à Internet em setembro 2013. Esse indicador é o melhor disponível, mas tem duas limitações: considera domicílios que possuem somente conexões discadas e não contempla aqueles em que o acesso em banda larga é feito exclusivamente por meio de telefone celular e tablet. Como resultado de colaboração entre o Ministério das Comunicações e o IBGE, essas inconsistências serão corrigidas a partir da publicação do suplemento “Acesso à televisão, à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal” da PNAD 2013, prevista para 2015. Desse modo, será possível obter resultados mais atualizados e precisos referentes à quantidade alcançada para a meta.

Observação: O suplemento da PNAD 2013, denominado pelo IBGE de PNAD 2013(1) a que se refere o texto acima já foi publicado em 2015 pelo IBGE em: (ftp://ftp.ibge.gov.br/Acesso_a_internet_e_posse_celular/2013/pnad2013_tic.pdf). As inconsistências foram corrigidas e na mesma foram considerados também os acessos em banda larga por meio de celulares e tablets, sendo esse valor total de 31,2 milhões de domicílios.

de Internet por meio
de microcomputador = 27,6 milhões de domicílios.

*Domicílios com utilização

de Internet somente por meio

de outros equipamentos (celulares e tablets) = *3,6 milhões de domicílios

*Quantitativo considerado pelo suplemento da PNAD 2013(1) publicado em 2015

Total de domicílios = 31,2 milhões de domicílios

Quantidade alcançada

27,62

Data de Referência

28/09/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2,8	milhão	2,15	28/09/2013
Região Nordeste	10	milhão	4,68	28/09/2013
Região Norte	4	milhão	1,13	28/09/2013
Região Sudeste	18,7	milhão	14,83	28/09/2013
Região Sul	6,5	milhão	4,83	28/09/2013

• **Cobrir 91,5% da população brasileira com o serviço de telefonia móvel**

Análise Situacional da Meta

Dados coletados entre setembro de 2013 e fevereiro de 2014 pelo NIC.br, e publicados em 7 de outubro de 2014, mostram que a proporção de indivíduos que possuem telefone celular está em torno de 82%, numa base de 168,3 milhões de pessoas. Um ano antes, no início de 2013, a proporção apurada por essa mesma instituição foi de 80%, numa base de 166,6 milhões de pessoas. A região Norte foi a que mais evoluiu, passando de 71% para 82%, com aumento de 11 pontos percentuais. É esperada uma nova publicação da pesquisa para meados de 2015.

Quantidade alcançada

82

Data de Referência

07/10/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	93,1	%	89	07/10/2014
Região Nordeste	85,9	%	74	07/10/2014
Região Norte	85	%	82	07/10/2014
Região Sudeste	95,6	%	84	07/10/2014
Região Sul	90	%	87	07/10/2014

• **Contratar o desenvolvimento do primeiro satélite do Sistema Geostacionário Brasileiro (SGB)**

Análise Situacional da Meta

O Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) é um projeto estratégico para as comunicações civis e militares brasileiras com vistas a garantir a soberania nacional e será usado para prestação de serviços de telecomunicações para o Ministério da Defesa (MD), especificamente para o Sistema Brasileiro de Comunicação Militar por Satélite - SISCOMIS e para o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), o que inclui as comunicações estratégicas do Governo Federal. O SGDC levará conexão de alta velocidade aos municípios mais remotos, aonde não chega a rede de fibra óptica da Telebras. Estima-se que o satélite servirá para atender a mais de 2 mil municípios, em especial na região Norte do País. O satélite vai garantir a segurança das comunicações na área do pré-sal, a chamada Amazônia Azul.

O projeto envolve a aquisição, pela Telebras, e lançamento de um satélite geoestacionário, cujo desenvolvimento, construção e testes estão sendo acompanhados por uma empresa integradora nacional. Com esse objetivo, no dia 29/5/12 a Embraer e a Telebras criaram a Visiona Tecnologia Espacial S.A., uma joint-venture controlada pela Embraer Defesa e Segurança (51%) e com a participação da Telebras (49%). A constituição da Visiona, no lugar de uma simples aquisição de satélite no mercado internacional, visa possibilitar também a absorção e a transferência de tecnologia para o setor espacial brasileiro, criando condições para o País construir seus próprios satélites, no futuro. O satélite será de propriedade da Telebras, que controlará as comunicações em banda Ka. A gestão do projeto é instruída pelo Decreto 7.769/12 e participam do projeto o Ministério das Comunicações - com a atribuição da governança do projeto -, da Defesa (MD) - o qual participará da operação do satélite junto com a Telebras, e irá operar a carga em banda X - e da Ciência, Tecnologia e Integração (MCTI) - o qual irá conduzir o Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia, elaborado pela Telebras e pela Agência Espacial Brasileira - AEB.

Em 15/2/13 a Visiona lançou o Request for Proposal (RFP, Requisição Formal de Proposta) para a contratação do SGDC. Trata-se de contratação de “solução completa”, incluindo o satélite, equipamentos de solo necessários para seu controle e o serviço de lançamento.

Em 6/8/13, como resultado do RFP, a Visiona definiu que a francesa Thales Alenia Space será a fornecedora do artefato satelital e que a Arianespace será a companhia que lançará o satélite ao espaço. A escolha foi referendada pelas duas empresas que controlam a Visiona: a Telebras e a Embraer.

Em 14/11/13 a Anatel aprovou as outorgas de direito de exploração do SGDC e o uso de radiofrequências associadas para a Telebras e o MD. Os direitos de exploração têm prazo de validade de 15 anos.

Em 11/9/14, a Telebras e o MD assinaram contrato de cessão de direito de uso futuro de infraestrutura do Satélite Geoestacionário para a Banda X, instrumento a partir do qual o MD poderá fazer uso da Banda X a partir do início da operação do satélite.

Ainda em setembro/2014 a Telebras lançou a licitação do projeto arquitetônico do Centro de Operações (COPE) do satélite com sedes em Brasília e no Rio de Janeiro.

A Telebras prepara a licitação dos gateways, que são os equipamentos responsáveis pelo tráfego de dados até o satélite e ficam instalados em terra. A expectativa é que empresas nacionais participem desse processo, que será concluído em 2015, como fornecedoras dos terminais para atendimento aos usuários (CPEs).

O projeto prevê uma série de condições que possibilitam alavancar a indústria aeroespacial brasileira. Espera-se que a base industrial nacional seja fortalecida de forma a estar apta a fornecer partes e peças para a construção dos próximos satélites brasileiros.

A preocupação com a segurança e o bloqueio de possíveis espionagens é um ponto importante no projeto. As comunicações serão encriptadas entre os gateways e as CPEs.

O SGDC já está sendo construído há 12 meses e tem lançamento previsto para setembro/2016, do centro espacial de Kourou, na Guiana Francesa. O satélite e os sistemas de solo estão sendo produzidos na França. O artefato pesará aproximadamente 5,6 toneladas, terá vida útil nominal de 15 anos e será operado de dois centros: do Centro de Controle (COPE) localizado em Brasília, pela Telebras em conjunto com o MD, e do backup no Rio de Janeiro. A fabricação do SGDC terá a duração de 32 meses, período durante o qual serão definidos os equipamentos utilizados nas estações terrenas (CPEs, gateways e sistemas), assim como possibilitará, além de outras implementações, o planejamento comercial e técnico da migração de clientes de outros satélites para o SGDC.

- **Disponibilizar conexões de dados do Serviço Móvel Pessoal - SMP em alta e média capacidade, nas faixas de 1,9 / 2,1 GHz, em pelo menos 75% dos Distrito-Sede de Município do Brasil**

Análise Situacional da Meta

Há de se destacar, dos Editais de Licitação nº 002/2010/PVCP/SPV (“Banda H”) e nº 004/2012/PVCP/SPV (“banda larga rural e urbana”), que a obrigação de cobertura foi estendida a todos os municípios brasileiros até o ano de 2019, sendo que cerca de 80% serão atendidos até o final de 2016.

Até dezembro de 2014, foram disponibilizadas conexões de dados do Serviço Móvel Pessoal - SMP de alta e média

capacidade a 3.805 municípios (68,3% do total).

O crescimento acelerado do valor do indicador no período entre setembro e dezembro de 2013 justifica-se pela inserção, no cálculo da meta, dos municípios onde as prestadoras utilizam outras faixas de radiofrequências, além de 1,9 GHz e 2,1 GHz, para fornecimento de conexões de dados em alta e média velocidade.

Quantidade alcançada

68,3

Data de Referência

31/12/2014

• **Instalar Telefone de Uso Público em todos os postos de saúde públicos e escolas públicas, ambos localizados em área rural**

Análise Situacional da Meta

O atendimento aos locais em questão se dá mediante solicitação dos respectivos órgãos competentes, definidos pela Resolução Anatel nº 598, de 23/10/2012, que aprovou o Regulamento de Obrigações de Universalização.

Conforme o §1º do Art. 16 do PGMU, a responsabilidade pelo cumprimento desta meta para os locais situados na distância geodésica igual ou inferior a trinta quilômetros de uma localidade atendida com acesso individual do STFC é da concessionária do serviço na modalidade Local. Nesse caso, a meta é exigível em até noventa dias a partir da correspondente cobertura, pela prestadora detentora da respectiva outorga de autorização de uso de radiofrequência, por sistema de radiocomunicação operando nas subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz. A primeira etapa, referente ao cumprimento das obrigações de cobertura para as subfaixas de radiofrequência em comento, se encerrou em junho de 2014.

Nos locais situados numa distância geodésica superior a trinta quilômetros de uma localidade atendida com acessos individuais do STFC (§2º do Art. 16 do PGMU), a responsabilidade pelo cumprimento desta meta é da concessionária do serviço nas modalidades LDN (Longa Distância Nacional) e LDI (Longa Distância Internacional), sendo exigível desde a publicação do Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011.

Até dezembro de 2014, foram instalados 123 Telefones de Uso Público pelas concessionárias locais e de longa distância. O elevado crescimento das instalações em área rural justifica-se pela inclusão dos dados das concessionárias locais, que tiveram suas obrigações iniciadas em junho de 2014.

Quantidade alcançada

123

Data de Referência

31/12/2014

• **Ofertar banda larga fixa a 10 Mbps e móvel em redes 4G nas cidades-sede da Copa das Confederações de 2013, da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, bem como atender aos requisitos de qualidade necessários à realização dos eventos**

Análise Situacional da Meta

A licitação da Faixa de 2,5 GHz (Edital da Licitação nº 004/2012/PVCP/SPV - Anatel), em 12/06/2012, incluiu entre as suas obrigações o compromisso de oferta de serviços de banda larga móvel de quarta geração até abril de 2013 nas cidades-sede da Copa das Confederações 2013 e até dezembro de 2013 nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014.

Desta forma, o serviço móvel de quarta geração foi implantado ao longo do ano de 2013 nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 (Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Cuiabá, Brasília, Salvador, Recife, Fortaleza, Natal e Manaus).

Em relação à banda larga fixa, pesquisa de mercado realizada pelo Departamento de Banda Larga indica que a meta de oferta de pacote de banda larga fixa à velocidade de 10 Mbps já está atendida. Por fim, a qualidade do serviço prestado nas cidades-sede dos eventos internacionais está sendo monitorada pela Anatel (que recebeu recursos adicionais para aquisição de equipamentos e sistemas direcionados a esse fim).

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Cidades-sede	100	%	100	31/12/2014

- **Ofertar o acesso individual de telefonia fixa na área rural, nas condições definidas em regulamento específico a ser editado pela Anatel**

Análise Situacional da Meta

A meta está prevista no PGMU – Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado em Regime Público, aprovado pelo Decreto 7.512, de 30/6/2011. A meta é exigível no prazo de noventa dias a partir da cobertura da região pela prestadora detentora das obrigações decorrentes da licitação para uso de radiofrequências nas subfaixas de 450-470 MHz, nos termos do Edital nº 004/PVCP/SPV, de 17/04/2012, cuja primeira Etapa para a oferta de capacidade de rede para a concessionária do STFC na modalidade Local ofertar o acesso individual na área rural se encerrou em junho de 2014. Nesse sentido, as concessionárias já deveriam ofertar o acesso individual na área rural desde 1º de outubro de 2014, mas o prazo máximo de instalação é de 90 dias contados da data de solicitação de adesão do usuário ao Plano de Atendimento Rural.

Os dados da meta relacionados ao mês de dezembro não foram atualizados devido à necessidade de ajustes pelas prestadoras para validação dos dados.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

07/10/2014

- **Pelo menos 2% dos habitantes com acesso à Internet Banda Larga em 95% dos municípios**

Análise Situacional da Meta

Em 91,02% dos municípios a quantidade de assinaturas do serviço de acesso à Internet em banda larga fixa corresponde a pelo menos 2% do número de domicílios particulares permanentes. Esse cálculo considera a quantidade de assinaturas do Serviço de Comunicação Multimídia – SCM em outubro de 2014, divulgado pela Anatel, e o número de domicílios particulares permanentes em 2010, conforme o Censo (IBGE). Esse indicador não abrange assinaturas do serviço de banda larga móvel (3G e 4G) e, por isso, subestima a disponibilidade do acesso à Internet em banda larga. Ainda não existem dados mais recentes disponíveis devido ao tempo necessário para que a Anatel processe todos os dados recebidos das operadoras.

Quantidade alcançada

91,02

Data de Referência

31/10/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	97	%	99,14	31/10/2014
Região Nordeste	97	%	84,39	31/10/2014
Região Norte	60	%	67,56	31/10/2014
Região Sudeste	99	%	98,62	31/10/2014
Região Sul	99	%	96,05	31/10/2014

OBJETIVO: 0752 - Promover o uso de bens e serviços de comunicações, com ênfase nas aplicações, serviços e conteúdos digitais criativos para potencializar o desenvolvimento econômico e social do País.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

A última pesquisa disponível ainda é a TIC Domicílios 2013 do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.br), com entrevistas realizadas entre setembro de 2013 e fevereiro de 2014 em uma amostra de 350 municípios, 1.810 setores censitários e 16.887 domicílios. De acordo com os resultados dessa pesquisa, a proporção de pessoas que teriam utilizado a internet nos três meses anteriores à pesquisa teria aumentado de 39% em 2009 para 51% em 2013 e a proporção de domicílios com acesso à internet, de 24% em 2009 para 43% em 2013.

O aumento do acesso à internet em domicílios próprios, pelos celulares e em centros de acesso gratuito tem relação com as medidas regulatórias, de desoneração de tributos e de investimento direto do governo federal na implantação de telecentros e disponibilização de mais de 13.000 pontos de presença, via programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), para conexão de espaços públicos em áreas rurais, remotas e excluídas.

Como exemplo de medidas regulatórias e de desoneração, destaca-se a desoneração de tributos para aquisição de computadores, bem como tablets e telefones celulares do tipo smartphones. Além disso, também se pode destacar a desoneração de tributos federais e de ICMS, no caso de alguns estados, que viabilizou a implementação da internet popular permitindo a oferta de pacotes de conexão à internet a preços que variam de R\$ 29,00 a R\$ 35,00. A abertura de canais para novos mercados consumidores acabou por abrir espaço para a concorrência possibilitando a redução de preços para patamares ainda mais baixos e a melhoria da qualidade dos serviços prestados em valores iguais ou inferiores aos da internet popular.

A criação da Secretaria de Inclusão Digital – SID, em abril de 2011, incorporou as ações de telecentros e de promoção de acesso à internet implementadas pelo governo federal — os Telecentros Comunitários, o Gesac e o Telecentros.BR —, possibilitando uma melhoria na eficiência da gestão dessas políticas. No caso dos dois programas de telecentros, destacam-se, a repactuação com os proponentes do Telecentros.BR para garantir a instalação dos telecentros já distribuídos; a conclusão dos trabalhos da Rede Nacional de Formação e estabelecimento de uma parceria com a UNEB para reformulação da metodologia de formação para agentes de Inclusão Digital; e a publicação das novas portarias dos programas dos Telecentros.BR e dos Telecentros Comunitários, buscando estabelecer uma maior coordenação entre esses dois programas. Até dezembro de 2014 já eram contabilizados 8.166 telecentros em funcionamento e que cotavam com o apoio direto do governo federal.

De acordo com a pesquisa TIC Domicílios 2013 do Comitê Gestor da Internet (CGI), cerca de 5% da população brasileira recorre a tais espaços de uso público para acessar a internet e, de acordo com a Pesquisa TIC Centros Públicos de Acesso 2013, realizada também pelo CGI em parceria com o Ministério das Comunicações, 62% dos usuários são adolescentes e jovens na faixa etária de 16 a 24 anos e 80% são das classes C, D e E. Do total de usuários, 69% declararam utilizar os telecentros para realizar atividades e pesquisas para a escola.

O programa Gesac é um projeto estratégico que viabiliza a conexão à internet dos telecentros implantados, escolas públicas e demais espaços de uso público localizados em áreas rurais, remotas e de zonas urbanas de periferia com alta concentração de populações de baixa renda, com dificuldades de acesso aos serviços prestados pelas operadoras atuantes no mercado. De 2008 até julho de 2014, foram mantidos pelo Ministério das Comunicações contratos diretos de conexão, a maior parte via satélite, para mais de 13 mil pontos de presença.

Um novo contrato foi assinado em agosto de 2014, fruto de uma licitação que tomou por base uma Ata de Registro de Preços. A opção por uma Ata de Registro de Preços foi para permitir que cada órgão federal interessado em conexão de espaços públicos em áreas remotas tivesse a oportunidade de aderir a essa ata e ao mesmo tempo formalizar e gerir seus próprios contratos. Pelo contrato que vigorava até julho de 2014 a gestão o orçamento era exclusivo do MC. A partir de agora, existe a possibilidade de adesão à Ata para contratação de até de 30 mil pontos de presença. Houve também um aumento da velocidade de conexão média que passou de 512kB para 1MB.

Até o momento, somente o Ministério da Saúde aderiu à Ata, tendo contratado até dezembro 11.424 pontos de presença destinados à conexão de Unidades Básicas de Saúde (UBS). Vale ressaltar que o Ministério da Saúde passa a gerir e se responsabilizar por esses contratos.

O Ministério das Comunicações contratou até dezembro 7.918 pontos de presença a serem mantidos em telecentros,

bibliotecas, postos de fronteira e espaços diversos uso público que desenvolvem ações de inclusão digital em áreas remotas ou em áreas de exclusão social com problemas de acesso à internet. Destaca-se que a demanda por esse tipo de conexão ainda é bastante elevada, especialmente, por parte de órgãos públicos, gestores de telecentros e de comunidades tradicionais.

O projeto das Cidades Digitais tem como meta contribuir para aperfeiçoar os instrumentos de gestão, dotando as prefeituras de infraestrutura de conexão à internet, de aplicativos na área de TIC, e de ferramentas de transparência e de participação da sociedade civil, viabilizando a formação de uma rede digital voltada para a troca de experiências e de conteúdos entre níveis de governo e entre o governo e a sociedade. A criação de uma rede digital interligando as cidades digitais é uma oportunidade de viabilizar em escala nacional a experiência de compartilhamento da gestão pública por meio da transferência de uma parcela do poder de decisão das ações do governo. Por outro lado, também é um canal importante para integração de outras políticas de governo que têm a inclusão digital como foco ou que dependem da inclusão digital para melhorar a sua eficiência e os seus respectivos resultados.

Em 2012 foram selecionados 80 projetos por meio de chamadas públicas e, com a desistência de três dos municípios, 77 firmaram acordo com o MC. Desse total, foram implantados, até dezembro/2014, 33 Cidades Digitais.

Como em 2013 o projeto de Cidades Digitais foi incluído no PAC 2, uma nova chamada pública foi lançada tendo sido selecionados 262 municípios. A licitação para seleção das empresas responsáveis pela implantação da infraestrutura foi concluída em julho e homologada em agosto de 2014. O processo de implantação dessas cidades foi iniciado a partir daí com a elaboração de 91 projetos executivos, dos quais 11 foram finalizados e 80 encontravam-se em processo de finalização, em dezembro de 2014.

Metas 2012-2015

• 40% das populações das classes D e E fazendo uso da internet (acesso em banda larga e discado)

Análise Situacional da Meta

O último dado disponível é da pesquisa da TIC Domicílios 2013 do CETIC/CGI, realizada entre setembro de 2013 e fevereiro de 2014. A proporção de pessoas das classes D e E que declararam ter utilizado a internet aumentou de 14% em 2012 para 17% em 2013. Não foi possível regionalizar o alcance da meta, pois o Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação - CETIC.br, que fornece o indicador utilizado para a presente aferição, não faz a apuração com esse detalhamento.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2014

• 70% da população fazendo uso da internet banda larga e discado (seja em casa, no trabalho, em telecentros etc), levando em consideração desigualdades regionais e socioeconômicas

Análise Situacional da Meta

Não houve alterações. O último dado disponível é da pesquisa da TIC Domicílios 2013 do CETIC/CGI, realizada entre setembro de 2013 e fevereiro de 2014. A proporção de pessoas que declararam ter utilizado a internet aumentou de 49% em 2012 para 51% em 2013.

Quantidade alcançada

51

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	69	%	58	31/12/2014
Região Nordeste	65	%	42	31/12/2014
Região Norte	65	%	39	31/12/2014
Região Sudeste	75	%	56	31/12/2014
Região Sul	67	%	56	31/12/2014

- **70% das populações da classe C fazendo uso da internet (acesso em banda Larga e discado)**

Análise Situacional da Meta

O último dado disponível é da pesquisa da TIC Domicílios 2013 do CETIC/CGI, realizada entre setembro de 2013 e fevereiro de 2014. A proporção de pessoas da classe C que declararam ter utilizado a internet aumentou de 47% em 2012 para 49% em 2013. Não foi possível regionalizar o alcance da meta, pois o Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação - CETIC.br, que fornece o indicador utilizado para a presente aferição, não faz a apuração com esse detalhamento.

Quantidade alcançada

49

Data de Referência

31/12/2014

- **Poder público de 3.700 municípios, dentre aqueles de menor índice de desenvolvimento humano (IDH-M abaixo de 0,800) usando e oferecendo aplicações e serviços de comunicação digital**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas duas chamadas públicas de Cidades Digitais (uma em 2012 e outra em 2013) e selecionados 342 municípios para serem beneficiários do projeto. A implantação efetiva foi iniciada em 2014, com um total de 33 cidades digitais instaladas até dezembro de 2014. Ainda não há estatísticas conclusivas de usuários e benefícios diretos para as populações, mas já se pode observar que essa ação vem tendo um grande impacto na melhoria da conexão e do atendimento em escolas e em postos de saúde nas cidades digitais em funcionamento. Além disso, os pontos de acesso público acabam atraindo uma grande quantidade de crianças e jovens que aproveitam a boa velocidade de conexão e a gratuidade do acesso para utilizar dispositivos móveis de acesso à internet como computadores portáteis, tablets e celulares. A partir de 2015 será possível obter os primeiros dados da efetividade da política para a melhoria do bem-estar das populações beneficiadas.

Quantidade alcançada

33

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	315	município	0	31/12/2014
Região Nordeste	1.337	município	18	31/12/2014
Região Norte	336	município	7	31/12/2014
Região Sudeste	1.083	município	1	31/12/2014
Região Sul	629	município	7	31/12/2014

OBJETIVO: 0753 - Estimular a diversidade, a pluralidade e a competição entre meios e agentes da área das comunicações por meio da revisão do arcabouço regulatório e de ações que busquem oferecer o maior número possível de fontes de informação aos brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

De forma a estimular a diversidade, a pluralidade e a competição no setor, o MC desde 2012 tem empenhado esforços na revisão das normas e regulamentos de radiodifusão simplificando os procedimentos administrativos em praticamente todos os serviços. Nesse quesito, merece destaque a revisão dos critérios de outorga de radiodifusão educativa e dos serviços de retransmissão de televisão, com a implementação de melhorias para a seleção das entidades e a adoção do modelo de avisos de habilitação para apresentação de propostas. Também foi publicada a Norma Regulamentar do Canal da Cidadania. Além disso, a revisão da Norma do Serviço de Radiodifusão Comunitária e a publicação do Decreto que

altera as regras para a licitação dos serviços de radiodifusão comercial permitiram a modernização dos procedimentos de análise processual, bem como dirimiram as dúvidas existentes em relação a esses procedimentos.

Ademais, visando à massificação dos serviços de radiodifusão, seja por meio do rádio ou da televisão, disponibilizando o acesso ao maior número de municípios brasileiros, foram implementados os planos nacionais de outorga (PNO). Além de estabelecer os critérios dos processos de seleção, o PNO fixa o cronograma acerca da periodicidade de publicação dos avisos de habilitação, de modo que todos os interessados tenham conhecimento prévio das datas e de todas as exigências para cada etapa do processo. Assim, as entidades dispõem de maior prazo para preparar a documentação necessária para entrega das propostas.

Em julho/2011, o Ministério das Comunicações publicou os PNOs para emissoras de TV e rádios FM educativas. Esses PNOs estabeleceram a realização de 13 avisos de habilitação para FMs educativas e outros 4 avisos de habilitação para TVs educativas. No que se refere ao Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, foi publicado o PNO de RTV 2012, que estabeleceu um cronograma com 4 avisos de habilitação para retransmissoras de televisão em caráter primário, contemplando 91 localidades a serem atendidas com o serviço. O Serviço de Radiodifusão Comunitária já foi objeto de dois PNOs. O primeiro, no ano de 2011, contemplou 431 municípios distribuídos por onze avisos de habilitação. O segundo, nos anos de 2012 e 2013, atendeu 1.425 cidades em 26 avisos. Os PNOs lançados buscaram contemplar as localidades com canais disponíveis no Plano Básico da Anatel e a demanda registrada no Ministério das Comunicações.

Não obstante a implantação dos PNOs, o Ministério das Comunicações instituiu em 2013 uma Força Tarefa com o objetivo de possibilitar maior oferta dos sinais de televisão no interior do País mediante procedimento específico para outorga do Serviço de RTV, em caráter secundário. Como resultado desses trabalhos, já realizados nos Estados de Minas Gerais, Paraná, Bahia, Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Sergipe, foram recebidos, diversos pedidos de entidades interessadas em executar esses serviços. Sendo que até o final de 2014, muitos desses pedidos já haviam sido analisados e 566 autorizações publicadas no Diário Oficial da União.

No exercício de 2014 não houve lançamento de PNO e de edital para obtenção de novas outorgas comerciais, uma vez que o MC aguarda a aprovação do estudo de viabilidade econômico-financeira, pelo Tribunal de Contas da União. A metodologia para realização do cálculo do preço mínimo das outorgas já foi realizado pela empresa contratada pelo Ministério das Comunicações e encontra-se em análise pelo TCU.

Com a publicação do Decreto nº 8.139, em 7 de novembro de 2013, e da Portaria MC nº 127, em 13 de março de 2014, mais de 70% das entidades que atualmente executam o serviço de radiodifusão sonora em ondas médias (OM), manifestaram interesse em adaptarem suas emissoras a prestarem seus serviços em frequência modulada (FM). Os pedidos estão sendo analisados à medida que os estudos de viabilidade de cada localidade são aprovados pela Anatel. Já estão sob análise os pedidos referentes aos estados de Rio Grande do Norte, Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima, Tocantins, Acre, Mato Grosso, Alagoas, Maranhão, Piauí, Pará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Ceará e Sergipe. Contudo, a conclusão desses processos depende da aprovação, pelo TCU, do estudo de viabilidade para cálculo do preço mínimo das Outorgas, o qual foi submetido à apreciação daquele Tribunal em Outubro/2014.

Metas 2012-2015

• 100% de entidades radiodifusoras fiscalizadas em um intervalo de 4 anos

Análise Situacional da Meta

Situação em 31/12/2014: 77,70% das emissoras de radiodifusão fiscalizadas.

Inicialmente, cabe esclarecer que a meta refere-se às entidades autorizadas a executar os serviços principais de radiodifusão, a saber: sonora (em ondas médias, curtas, tropicais e frequência modulada); radiodifusão de sons e imagens; e radiodifusão comunitária. Estão excluídas deste grupo, portanto, as entidades detentoras apenas de outorgas para execução de Serviços Auxiliares (SARC), tendo em vista que esses foram reconhecidos como serviços de telecomunicações pela Portaria MC nº 252/2013; e de Serviço de Retransmissão de TV, já que este é serviço ancilar ao serviço de radiodifusão. Para efeito de cumprimento da meta estão sendo consideradas as emissoras executantes dos

serviços citados que já tenham licença definitiva ou possam funcionar em caráter provisório (fases 2, 3 e P, no caso de radiodifusão comunitária). As fiscalizações poderão ser de natureza técnica (competência exclusiva da Anatel), de conteúdo (competência compartilhada entre MC e Anatel) e/ou de legalidade (competência exclusiva do MC).

No intuito de alcançar a meta prevista de fiscalizar 100% das emissoras autorizadas a executar os serviços de radiodifusão, o Ministério das Comunicações já efetivou ações de fiscalização em todas as capitais do país. Ainda, deu continuidade aos Sorteios para o Acompanhamento da Radiodifusão – SAR estabelecidos pela Portaria SCE nº 1613/2012, que definirão os municípios nos quais todas as entidades executantes de serviços de radiodifusão, licenciadas ou autorizadas a funcionar em caráter provisório, nos termos da Portaria nº 159, de 11 de junho de 2013, serão fiscalizadas. Os Sorteios são realizados em intervalos de no máximo dois meses, contemplando pelo menos um município de cada macrorregião brasileira. Já foram realizados 21 Sorteios para o Acompanhamento da Radiodifusão - SAR, sendo 10 no ano de 2014.

Como resultado do fortalecimento da ação fiscalizatória, até dezembro de 2014, foram publicadas 591 portarias de sanções administrativas. As sanções de multa aplicadas totalizam mais de R\$ 2 milhões em valores potencialmente arrecadáveis. Além das sanções de multa (565 registros), foram aplicadas 52 advertências; e 7 suspensões. Esses totais não incluem a aplicação de sanções referentes a infrações de aspectos técnicos, que são de competência da Anatel.

Quantidade alcançada

77,7

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	%	84	31/12/2014
Região Nordeste	100	%	79	31/12/2014
Região Norte	100	%	82	31/12/2014
Região Sudeste	100	%	73	31/12/2014
Região Sul	100	%	79	31/12/2014

• **20% dos municípios com pelo menos uma emissora de radiodifusão outorgada com fins exclusivamente educativos**

Análise Situacional da Meta

Situação em 31/12/2014: 8,25% dos municípios brasileiros contém pelo menos uma emissora de radiodifusão outorgada com fins exclusivamente educativos. Este percentual traduz a relação entre o número de outorgas e o número de municípios brasileiros, sendo considerado o total de municípios existentes no momento da fixação da meta que, segundo dados do IBGE, em 2012, totalizavam 5565 municípios. Assim, perfizeram 705 outorgas em 459 municípios, valor este que corresponde a 8,25% dos municípios atendidos. Para mensuração dos dados regionais, a quantidade alcançada traduz a relação entre o número de outorgas e o número de municípios naquela região.

Em 2011, foi publicado o Plano Nacional de Outorgas (PNO) de TVE e FME para 2011/2012. Estes PNOs estabeleceram a realização de 13 Avisos de Habilitação para FME e outros 4 Avisos de Habilitação para TVE. Com o cumprimento do plano, pode-se alcançar, potencialmente, o número de 884 municípios atendidos por FME e 243 municípios atendidos por TVE. No entanto, o atendimento desses municípios depende da existência de entidades interessadas na execução do serviço e no encaminhamento correto da documentação necessária.

Cabe ressaltar que, além dos 459 municípios já outorgados, encontra-se em fase avançada de análise (homologação de resultados) avisos de habilitação para outorgas de radiodifusão educativa em 24 localidades, além de um total envolvendo 198 outros municípios, cujos processos estão em fase de análise inicial e em fase recursal.

Além disso, com o advento do Decreto nº 8.061, de 2013, não é mais possível, desde 31 de agosto de 2013, a outorga de televisão em tecnologia analógica. Porém, a Consultoria Jurídica deste Ministério já se pronunciou por meio do Parecer n.º 272/2014/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/AGU, pela viabilidade do prosseguimento das seleções públicas em tecnologia analógica, que estavam participando de Avisos de Habilitação, para outorgas do serviço de radiodifusão de

sons e imagens com fins exclusivamente educativos, de modo que, depois de instruídos, aguardassem a consignação do canal com tecnologia digital pela Agência Nacional de Telecomunicações. Assim, foi dado prosseguimento à análise desses processos, ressalvando a necessidade de indicação por parte da Anatel do canal digital a ser outorgado. Essa indicação depende da finalização dos estudos de reconfiguração do plano básico de canalização realizado pela Agência, com a participação do Ministério das Comunicações. Somente após a reconfiguração do espectro radioelétrico de frequências será possível publicar o cronograma de desligamento e, conseqüentemente, programar novos avisos de habilitação para outorga de serviços de televisão educativos já na tecnologia digital.

Quantidade alcançada

8,25

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	25	%	6,01	31/12/2014
Região Nordeste	18	%	6,97	31/12/2014
Região Norte	30	%	9,35	31/12/2014
Região Sudeste	20	%	11,93	31/12/2014
Região Sul	18	%	5,47	31/12/2014

- **4,5% dos municípios com pelo menos uma geradora de televisão outorgada, exceto aquelas com fins exclusivamente lucrativos**

Análise Situacional da Meta

Situação em 31/12/2014: Até 31 de dezembro de 2014, o Ministério das Comunicações possibilitou 3,07% dos Municípios brasileiros a disporem de pelo menos uma geradora de televisão outorgada a executar os serviços de radiodifusão de sons e imagens com fins não comerciais. Este percentual corresponde a 171 municípios, dos 251 municípios objeto da meta, e nele não estão inseridas as emissoras comerciais.

Cabe ressaltar que, devido à complexidade do processo seletivo do serviço em questão, que prevê diversas possibilidades e instâncias recursais, a maioria dos Avisos de Habilitação ainda encontra-se em andamento, fazendo com que o percentual de atingimento da meta restasse prejudicado devido a este quesito.

A redução na meta alcançada de 3,09% em 2013, para 3,07% em 2014, foi devido o único canal de TVE existente no município de Porto Velho/RO, ter sua consignação extinta à pedido da Empresa Brasil de Comunicação S. A. Conseqüentemente houve redução no percentual da Região Norte de 1,56% para 1,34%.

Quantidade alcançada

3,07

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4,5	%	1,5	31/12/2014
Região Nordeste	4,5	%	1,39	31/12/2014
Região Norte	4,5	%	1,34	31/12/2014
Região Sudeste	4,5	%	6,12	31/12/2014
Região Sul	4,5	%	2,61	31/12/2014

- **48% dos municípios com pelo menos uma emissora de radiodifusão sonora outorgada, exceto aquelas com fins exclusivamente educativos ou comunitários**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, as outorgas concedidas não impactaram significativamente no incremento de novos municípios com emissoras de radiodifusão comercial sonora, uma vez que o estudo de viabilidade econômico-financeira, visando à fixação da metodologia de cálculo do preço mínimo das outorgas de serviços de radiodifusão, requisito necessário ao lançamento de editais para obtenção de novas outorgas, apesar de concluído e já apresentado ao TCU, ainda encontra-

se em análise por aquele Tribunal.

A redução na meta alcançada de 40,43% em 2013, para 40,41% em 2014, foi devido à anulação do ato de outorga de FM em Santa Adélia/SP. Consequentemente houve redução no percentual da Região Sudeste de 42,75% para 42,69%.

Quantidade alcançada

40,41

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	60	%	55,15	31/12/2014
Região Nordeste	40	%	29,71	31/12/2014
Região Norte	55	%	48,78	31/12/2014
Região Sudeste	50	%	42,69	31/12/2014
Região Sul	50	%	44,44	31/12/2014

• **51% dos municípios brasileiros com mais de uma emissora de radiodifusão outorgada, exceto rádio comunitária**

Análise Situacional da Meta

Até 31 de dezembro de 2014, 51,39% dos municípios brasileiros já dispunham de mais de uma emissora de radiodifusão outorgada. Este percentual corresponde a 2.860 e nele não estão inclusas as rádios comunitárias. Isto significa que o MC já excedeu esta meta Brasil em 21 municípios.

Este percentual traduz a relação entre o número de municípios brasileiros com mais de uma emissora de radiodifusão (exceto RADCUM) e o número de municípios que, segundo dados do IBGE em 2012, totalizavam 5.565. Para mensuração dos dados regionais, a quantidade alcançada traduz a mesma relação, considerando, no entanto, o número de municípios naquela região. Desta forma, na região Centro-Oeste, por exemplo, há 308 outorgas em relação aos 466 municípios, o que indica que 66,09% dos municípios já foram alcançados até o momento.

No que se refere às novas outorgas de Televisão, apesar do Decreto nº 8.061/2013 estabelecer que a partir de 31/8/2013 não seria mais possível a outorga de canais de televisão em tecnologia analógica, impondo-se a revogação das concorrências de TV que previam outorgas nessa tecnologia, diante da perda do objeto, o Ministério, mediante consultoria à CONJUR/MC, com o intuito de não prejudicar os processos em andamento, alterou o canal dessas licitações, o que possibilitou dar sequência aos procedimentos licitatórios já iniciados, que ainda se encontram em andamento. Além disso, a publicação de novos editais está condicionada à aprovação, pelo TCU, da metodologia para realização de estudos de viabilidade econômico-financeira das novas outorgas. Ressalte-se que o estudo já foi apresentado e encontra-se em análise por aquele Tribunal.

Quantidade alcançada

51,39

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	65	%	66,09	31/12/2014
Região Nordeste	45	%	41,97	31/12/2014
Região Norte	60	%	65,03	31/12/2014
Região Sudeste	52	%	56,71	31/12/2014
Região Sul	50	%	47,22	31/12/2014

• **60% dos municípios com pelo menos uma emissora de TV digital outorgada (geradora ou retransmissora)**

Análise Situacional da Meta

Até 31 de dezembro de 2014, 29,54% dos municípios já possuíam ao menos uma emissora de TV Digital outorgada (geradora ou retransmissora). Esse percentual traduz a relação entre o número de municípios com oferta de, ao menos,

um serviço de televisão em codificação digital (geradora + retransmissora) e o número de municípios brasileiros que, segundo dados do IBGE em 2012, totalizavam 5.565. Para mensuração dos dados regionais, a quantidade alcançada traduz a mesma relação, considerando, no entanto, o número de municípios naquela região. Dessa forma, na região Centro-Oeste, por exemplo, há 244 municípios outorgados de um total de 466, o que indica que 52,36% dos municípios já foram contemplados até o momento.

A Portaria MC nº 477, de 20 de junho de 2014 e a Portaria MC nº 481, de 9 de julho de 2014 estabeleceram respectivamente o cronograma de desligamento do sinal analógico de televisão e as condições para o desligamento da transmissão analógica dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão, que tiveram como objetivo principal a garantia do acesso à tecnologia digital pela população, bem como a diminuição do impacto causado pela transição para o sistema digital, com o permanente foco no desenvolvimento e inclusão sociais, com o escopo de acelerar e aperfeiçoar a implantação do SBTVD-T no Brasil.

Quantidade alcançada

29,54

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	70	%	52,36	31/12/2014
Região Nordeste	50	%	23,91	31/12/2014
Região Norte	70	%	44,54	31/12/2014
Região Sudeste	65	%	30,16	31/12/2014
Região Sul	58	%	22,56	31/12/2014

• **65% dos municípios com pelo menos uma emissora de televisão outorgada (geradora ou retransmissora)**

Análise Situacional da Meta

Até 31 de dezembro de 2014, 58,98% dos Municípios brasileiros já dispunham de pelo menos uma emissora de televisão outorgada analógica. Este percentual corresponde a 3.282 de um total de 5.565 municípios, segundo dados do IBGE de 2012. Para mensuração dos dados regionais, a quantidade alcançada traduz a relação entre o número de municípios com oferta de, ao menos, um serviço de televisão (geradora + retransmissora) e o número total de municípios naquela região. Desta forma, na região Centro-Oeste, por exemplo, há 330 outorgas em relação aos 466 municípios, o que indica que 70,82% dos municípios foram alcançados até o momento.

No que se refere às novas outorgas de Televisão, apesar do Decreto nº 8.061/2013 estabelecer que a partir de 31/8/2013 não seria mais possível a outorga de canais de televisão em tecnologia analógica, impondo-se a revogação das concorrências de TV que previam outorgas nessa tecnologia, diante da perda do objeto, o Ministério, mediante consultoria à CONJUR/MC, com o intuito de não prejudicar os processos em andamento, alterou o canal dessas licitações, o que possibilitou dar sequência aos procedimentos licitatórios já iniciados, que ainda se encontram em andamento. Além disso, a publicação de novos editais está condicionada à aprovação, pelo TCU, da metodologia para realização de estudos de viabilidade econômico-financeira das novas outorgas. Ressalte-se que o estudo já foi apresentado e encontra-se em análise por aquele Tribunal.

Quantidade alcançada

58,98

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	75	%	70,82	31/12/2014
Região Nordeste	58	%	49,89	31/12/2014
Região Norte	80	%	71,49	31/12/2014
Região Sudeste	69	%	68,47	31/12/2014
Região Sul	60	%	50	31/12/2014

• **80% dos municípios com pelo menos uma rádio comunitária outorgada**

Análise Situacional da Meta

Situação em 31/12/2014: 69,83% dos municípios cobertos com pelo menos uma entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Após a conclusão do Plano Nacional de Outorgas 2012/2013, por meio do qual foram publicados 26 avisos de habilitação, contemplando 1.425 municípios e atendendo a demanda reprimida registrada no Ministério e os municípios brasileiros que ainda não possuíam outorga, a Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária (CGRC) trabalhou para reduzir o estoque processual.

Até dezembro de 2014, foram concluídos 1.584 processos de outorgas, resultando em 51 novas autorizações.

Nesse sentido, o MC avança no alcance da meta constante do PPA 2012-2015, de que 80% dos municípios brasileiros tenham pelo menos uma emissora de radiodifusão comunitária em cada município, tendo em vista que 69,83% dos municípios estão cobertos pelo serviço, havendo 4.655 emissoras de RadCom devidamente autorizadas no Brasil.

Quantidade alcançada

69,83

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	80	%	72,96	31/12/2014
Região Nordeste	80	%	66,56	31/12/2014
Região Norte	80	%	63,92	31/12/2014
Região Sudeste	80	%	73,98	31/12/2014
Região Sul	80	%	69,95	31/12/2014

• **Pelo menos um canal da cidadania implantado em cada unidade da federação**

Análise Situacional da Meta

Situação em 31/12/2014: 1(um) canal da cidadania implantado no município de Salvador/BA.

Ressalte-se que 325 municípios já solicitaram autorização para exploração do canal da cidadania e os processos estão em análise. Do total, 23 pedidos foram da região Norte, 90 da região Nordeste, 39 da região Centro-oeste, 120 da região Sudeste e 53 da região Sul.

Os pedidos de outorga podem ser feitos por municípios, estados, Distrito Federal e fundações e autarquias a eles vinculadas. Visando acelerar a implantação do Canal da Cidadania nos municípios brasileiros, foi publicada a Portaria nº 57, de 13 de março de 2013, permitindo que as emissoras educativas que já possuem outorga para transmitir o sinal de TV digital, desde que vinculadas a governos estaduais e municipais, possam solicitar autorização do ministério para utilizar o recurso da multiprogramação, funcionando nos moldes do Canal da Cidadania. Após a conclusão dos processos de outorga, o MC vai abrir avisos de habilitação para selecionar as associações comunitárias, que ficarão responsáveis pela programação em cada localidade.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	0	31/12/2014
Região Nordeste	9	unidade	1	31/12/2014
Região Norte	7	unidade	0	31/12/2014
Região Sudeste	4	unidade	0	31/12/2014
Região Sul	3	unidade	0	31/12/2014

OBJETIVO: 0754 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva brasileira das comunicações e sua inserção internacional a partir do fomento à pesquisa, desenvolvimento, inovação e do estímulo ao uso de bens e serviços com tecnologia nacional.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

O Regime Especial do Programa Nacional de Banda Larga – REPNBL-Redes, criado pela Lei nº 12.715, de 2012, foi regulamentado, em 2013, por meio do Decreto nº 7.921, da Portaria MC nº 55 e da Instrução Normativa nº 1.355, da SRFB. Com o objetivo de promover o desenvolvimento tecnológico e a produção local, a lei do REPNBL-Redes estabeleceu que os projetos devem cumprir percentuais mínimos de equipamentos e componentes de redes produzidos e desenvolvidos no país. Até o final de 2014, foram submetidos 1.198 projetos, totalizando R\$ 15,3 bilhões em propostas de investimento.

Até o final de 2014, 584 projetos foram aprovados, totalizando R\$ 7,8 bilhões em investimentos. Além disso, ainda existem 614 projetos, totalizando R\$ 7,4 bilhões de investimento em processo de aprovação. A Lei nº 13.043/2014 prorrogou o prazo de apresentação de projetos para 30/6/2015 e a execução dos projetos continua até 31/12/2016.

Além dessa ação, o Ministério das Comunicações trabalhou na inclusão dos terminais móveis do tipo smartphones e tablets na Lei do Bem. Por meio dessa ação, a venda a varejo de equipamentos que se enquadram nas características técnicas determinadas na Portaria MC nº 87, de 10 de abril de 2013 fica desonerada das contribuições para o PIS/COFINS. A estimativa de redução no preço final desses dispositivos pode chegar a 30%, considerando a sinergia com os outros instrumentos vigentes – Lei de Informática – e pelo fato do mercado ser altamente competitivo.

A Portaria MC nº 87/2013 definiu obrigação de que cada fabricante de equipamentos beneficiados disponibilize nos smartphones um pacote mínimo de aplicativos desenvolvidos no país, como condição para usufruir da isenção fiscal. Tal obrigação foi regulamentada pela Portaria nº 2/2013 da Secretaria de Telecomunicações, que estabeleceu as regras de comprovação de origem nacional e os prazos para a inclusão dos aplicativos desenvolvidos no Brasil.

Com essa medida, o Ministério das Comunicações pretende destacar os aplicativos desenvolvidos no Brasil e, assim, fortalecer o desenvolvimento de aplicativos com soluções voltadas às características específicas de nossa população e criação de renda para os desenvolvedores de aplicativos em um dos mercados mais promissores da atualidade.

Até o fim de 2014 foram aprovados 332 aplicativos nacionais, distribuídos em 32 categorias diferentes, desenvolvidos por 120 pessoas jurídicas e 44 pessoas físicas. Os fabricantes declararam que 284 modelos de smartphones cumprem as características técnicas mínimas determinadas na Portaria MC nº 87, de 10 de abril de 2013.

Outras medidas para o desenvolvimento da cadeia produtiva foram as licitações em junho de 2012, pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, de frequências em 2,5 GHz, e da faixa de 700 MHz em setembro de 2014, ambas para a implantação de redes 4G. As empresas que adquiriram estas frequências foram: Vivo, Tim, Claro, Oi, Sky e Sunrise. Foram incluídos entre as exigências requisitos de investimentos em equipamentos com desenvolvimento tecnológico nacional e com equipamentos produzidos no Brasil de acordo com o respectivo Processo Produtivo Básico - PPB.

O Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL) é um fundo de natureza contábil, instituído pelo governo brasileiro com o objetivo de estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital para ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações, conforme previsto pela Lei Geral de Telecomunicações. É um dos principais meios de acesso a recursos para a realização de pesquisa, desenvolvimento e inovação na cadeia produtiva do setor.

Sua atuação impacta as metas para o segmento na geração de inovação, nas exportações e contribui para um índice maior de nacionalização de equipamentos e aparelhos de telecomunicação usados pela indústria do segmento no país. Entre os projetos de relevante interesse para o setor e, por conseguinte, para o país, pode se mencionar o desenvolvimento da tecnologia LTE (4G), em especial operando na radiofrequência de 450 MHz, para atendimento de áreas rurais e urbanas

com baixa densidade populacional e o desenvolvimento de tecnologias de vanguarda em tecnologias ópticas.

Em 2013, o fundo aportou valores da ordem de R\$ 252 milhões em projetos nas quatro áreas prioritárias do fundo: comunicações ópticas, comunicações digitais sem fio, redes de transporte de dados e comunicações estratégicas. Também foram realizados gastos de R\$ 50 milhões no estímulo à criação de tecnologias inovadoras visando a melhoria, eficiência e competitividade do setor de telecomunicações por meio do apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que possam aproveitar as oportunidades geradas pelas transições e pelo processo de convergência nas comunicações, para ampliar o domínio nacional no setor. Ademais, cerca de R\$ 2 milhões foram investidos por meio de Termo de Cooperação firmado com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq para a capacitação de profissionais de diversos níveis de qualificação em TIC, apoiando programas governamentais como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - PIBITI (graduação) e o Ciência sem Fronteiras (pós-graduação).

Em 2014, o Fundo aplicou cerca de R\$ 50 milhões do orçamento de fomento no apoio a projetos de pesquisa, inovação, desenvolvimento e capacitação de recursos humanos em telecomunicações e disponibilizou R\$ 176 milhões em recursos de capital para empresas nacionais do setor. Iniciou também a contratação dos projetos aprovados pelo edital do Inova Telecom, chamamento público conjunto formado pelo Ministério das Comunicações, Ministério da Saúde, BNDES, Finep, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), com previsão de investimentos da ordem de R\$ 1,5 bilhão em quatro anos.

Além do exposto, destaca-se que os resultados de todos esses investimentos vêm sendo mensurados por meio de indicadores de resultado dos projetos que no último período avaliativo, que se estendeu de 2001 a 2011, demonstrou que a cada R\$ 1,00 investido pelo FUNTTEL, em projetos cujos resultados foram transferidos para a indústria nacional, gerou um faturamento para o mercado nacional de R\$ 4,88, o que evidencia a eficiência da estratégia de investimentos definida pelo Conselho que gerencia o FUNTTEL.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a geração de inovação pela indústria nacional de telecomunicação e de serviços, por meio do aumento de 50% (R\$1,71 bilhão) no dispêndio do Setor Privado em atividades inovativas**

Análise Situacional da Meta

Segundo as Pesquisas de Inovação (PINTEC) 2008 e 2011 publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o dispêndio em atividades inovativas reduziu no período 2006-2011, conforme tabela abaixo. Ainda não há informações sobre o período 2012-2014.

Taxas de inovação, dispêndios realizados e incidência sobre a receita líquida de vendas dos dispêndios realizados, nas atividades inovativas e internas de P&D, segundo as atividades da indústria, do setor de eletricidade e gás e dos serviços selecionados - Brasil

Atividades da indústria, do setor de eletricidade e gás e dos serviços selecionados
Taxas de inovação
Dispêndios realizados nas atividades (1.000 R\$)
Incidência sobre a receita líquida de vendas dos dispêndios realizados nas atividades

Inovativas Internas de P&D
Inovativas Internas de P&D

Telecomunicações (2009-2011) 32,65 | 179.264 | 044.0013,660,74

Telecomunicações (2006-2008) 46,65 | 567.746 | 208.3064,580,99

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar em 40% as exportações de equipamentos e componentes eletroeletrônicos de telecomunicação**

Análise Situacional da Meta

O setor de eletroeletrônico de telecomunicações é um mercado altamente globalizado e dinâmico, em que as tecnologias assumem padrão mundial, com equipamentos lançados em escala global e em períodos cada vez menores. As estações rádio base e os celulares, principalmente, têm sido impactados pela rápida dinâmica do setor, que demanda mudanças expressivas em suas características tecnológicas, alcançadas por meio de investimentos constantes. A queda na exportação destes equipamentos pode ser atribuída a uma concentração de modelos com tecnologias já estabelecidas sendo produzidos no Brasil.

Desta maneira, as exportações de equipamentos e componentes eletroeletrônicos de telecomunicação são diretamente influenciadas por aspectos macroeconômicos, como taxa de câmbio, nível de investimento, nível de consumo e taxa de juros. As ações do MC estão inseridas nesse contexto, no sentido de mitigar possíveis efeitos deletérios ao setor. Nesse sentido, os investimentos no mercado interno estão sendo ampliados devido às demandas por tecnologia nacional na rede 4G, bem como as metas agressivas de cobertura móvel e o aumento do acesso aos dispositivos de comunicação celular, o que deve levar a uma atualização tecnológica da cadeia produtiva do setor.

As exportações de produtos de telecomunicações no período de janeiro a novembro de 2013 e 2014 reduziram 39,5%, com projeção de encerrar o ano de 2014 com redução de 37,7%, se comparado com 2013. Destacou-se a queda expressiva de 77% nas vendas externas de telefones celulares, que diminuíram de US\$ 147 milhões, para US\$ 33 milhões no período citado. Importante destacar que os componentes eletrônicos de telecomunicação estão incluídos na rubrica Equipamentos de Telecomunicações detalhada abaixo. As exportações, no exercício de 2014, somaram US\$ 263,1 milhões (FOB), o que corresponde a uma retração de 70,54%, se comparada com 2011.

Exportações Equipamentos de Telecomunicações (US\$ FOB milhões)

2011 - 893,1

2012 - 569,0

2013 - 432,0

2014 - 263,1

Quantidade alcançada

-70,54

Data de Referência

31/12/2014

- **Desenvolver pelo menos dois terminais móveis de baixo custo para acesso à Internet Banda Larga**

Análise Situacional da Meta

O Ministério das Comunicações assinou memorando de entendimentos com empresa do setor de telecomunicações e deram andamento ao processo de desenvolver equipamentos móveis brasileiros. A empresa já criou o reference design (desenho de referência) do equipamento que será produzido pela indústria nacional. Informou ainda que já está transferindo o reference design para as indústrias nacionais que produzirão tablets nacionais com alta tecnologia e custos reduzidos para o mercado interno.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Elevar para 70% a participação da produção nacional no mercado nacional de equipamentos e aparelhos de telecomunicação**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 a participação da produção de equipamentos de telecomunicações nacionais passou a representar 76% das aquisições no mercado nacional. A fórmula utilizada para calcular o índice é a seguinte:

$$IPN = \left\{ \frac{(\text{Faturamento/Taxa de Câmbio}) - \text{Exportações}}{(\text{Faturamento/Taxa de Câmbio}) - \text{Exportações} + (1+k) \times \text{Importações}} \right\}$$

Onde:

Taxa de câmbio = Taxa de Câmbio (R\$/US\$) média

Faturamento = Faturamento dos fabricantes de equipamentos de Telecom em R\$

Exportações = Valor das Exportações (FOB) em US\$

Importações = Valor das Importações (FOB) em US\$

k = coeficiente de ajuste das importações

Observação: veja anexa a metodologia de cálculo.

Em março de 2013, o Ministério das Comunicações publicou a Portaria MC nº 55/2013 que definiu as regras necessárias para a submissão de projetos para o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga – REPUBL. Dentre as contrapartidas exigidas para o enquadramento dos projetos de investimento em redes de telecomunicações em banda larga está a necessidade de aquisição de equipamentos que são produzidos no Brasil, segundo o Processo Produtivo Básico – PPB, e de equipamentos que foram desenvolvidos no país, conforme a Portaria MCTI nº 950/2006.

Outra ação de incentivo a produção nacional foi a desoneração dos smartphones. Em abril de 2013, a Portaria MC nº 87 regulamentou as características técnicas para que os telefones portáteis que possibilitam o acesso à internet em alta velocidade do tipo smartphone pudessem usufruir dos benefícios fiscais da “Lei do Bem”. Desde então, todos os equipamentos que cumprirem essas características de hardware e possuam PPB passam a ter a desoneração de seu PIS/COFINS em sua venda no varejo.

Essas duas ações do MC pretendem atrair investimentos com o intuito de reduzir a dependência nacional na produção de equipamentos de telecomunicações em território brasileiro e, conseqüentemente, gerar produção suficiente para o aumento das exportações desses produtos.

Quantidade alcançada

76

Data de Referência

22/12/2014

OBJETIVO: 0964 - Ampliar e fortalecer o Sistema Público de Comunicação e Radiodifusão, buscando universalizar o acesso da população à programação complementar e diversificada de natureza educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora da cidadania.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

O exercício de 2014 foi marcado pela continuidade dos avanços realizados nos anos de 2012 e 2013. A EBC, por meio de seus macroprocessos finalísticos (operacionais), dedicou-se a dar sustentabilidade às ações e políticas voltadas para sua missão primordial, que é a de prestar serviços de radiodifusão pública, visando à garantia do direito à comunicação e à promoção da cidadania e da diversidade.

Nos últimos três anos a Empresa consolidou a estratégia definida para a Rede Nacional de Comunicação Pública, formada por sete geradoras próprias, 10 retransmissoras próprias, 48 geradoras de parceiros e 728 retransmissoras de TV aberta terrestre, que alcançam 1.787 municípios de 24 estados brasileiros mais o Distrito Federal que abrigam 118,6 milhões de pessoas. Está disponível para 19 milhões de assinantes de TV fechada e 20 milhões de domicílios que recebem o sinal por antena parabólica.

De 2012 a 2014, o novo modelo de produção e distribuição de conteúdos de rádio, televisão e web foi responsável pela difusão de mais de 420 mil horas de conteúdos informativos, educacionais, artísticos, culturais, científicos e de cidadania, produzidos com o propósito de contribuir com a formação crítica do cidadão brasileiro.

A EBC em 2014 avançou no aprimoramento da gestão com a concentração de esforços na atualização da sua estratégia para os próximos oito anos. Foram identificadas as principais tendências mundiais que impactam o setor da comunicação e a correlação de cenários com a atuação da EBC. Esses estudos possibilitaram a definição dos direcionadores estratégicos da empresa e reorientaram a atualização da sua estratégia. Os resultados dessas ações foram a atualização do

mapa estratégico da EBC, indicadores e metas, bem como o detalhamento de 15 projetos estratégicos.

A metodologia utilizada para o ciclo do planejamento anual e elaboração do Plano de Trabalho em 2014 também foi aprimorada para focar a gestão por resultados. Sua construção foi estruturada sob a definição dos projetos operacionais, com a definição de indicadores e metas que evidenciaram as entregas e a análise situacional trimestral, assim como a definição de medidas de gestão.

Durante o ano de 2014 foram distribuídas 140.160 horas de conteúdos informativos, educacionais, artísticos, culturais, científicos e de cidadania, por meio de seus veículos.

A fim de garantir a produção de conteúdos próprios e de parceiros, para a programação da TV Brasil, emissoras de rádio e para o portal da EBC, a Empresa planejou, produziu e distribuiu nas três plataformas – TV, Rádio e Web - novos programas, campanhas e peças de serviços e utilidade pública, bem como conteúdos especiais em múltiplas plataformas. Além disso, realizou coberturas e transmissões ao vivo de importantes eventos, como a Copa do Mundo e as Eleições Gerais.

As pesquisas de audiência realizadas em seis das principais capitais brasileiras, em 2014 indicaram que 32 milhões de pessoas nessas localidades assistiram, por TV aberta, à programação da TV Brasil. A programação direcionada ao público infantil e jovem foi assistida por aproximadamente sete milhões de telespectadores.

A Plataforma web é composta pelo Portal EBC e sites da TV Brasil, Rádios, Agências de Notícia e Central de Conteúdos. Em 2014, em termos de visibilidade o Portal e os sites da TV Brasil e Rádios apresentaram a audiência de 27,6 milhões de visitantes únicos. Já as Agências e a Central de Conteúdos tiveram 8,4 milhões de visitantes únicos. O Portal EBC trabalhou na perspectiva de convergência de conteúdos, integrando a produção das plataformas – TV, rádio e web e possibilitando o aproveitamento do potencial de difusão do conteúdo pela internet, para mais pessoas.

A Copa do Mundo no Brasil, as Eleições Gerais, os 50 anos do Golpe de 1964 e a Comissão da Verdade foram destaques do ano de 2014 na cobertura do jornalismo em todos os veículos EBC.

O jornalismo consolidou e concluiu projetos iniciados em 2013, como a unificação da identidade visual em todos os telejornais locais com os telejornais da rede parceira e a integração do radiojornalismo.

Considerado como evento de grande relevância foi a transferência da emissora geradora de rede do Rio de Janeiro para Brasília. Pela primeira vez uma emissora geradora de rede de TV aberta com emissoras espalhadas por todo o país deixou o eixo Rio-São Paulo. A programação da TV Brasil passou a ser distribuída a partir de Brasília, sede da Empresa com ganhos de qualidade e controle técnico. Em 2014, foram exibidos 18.775 programas. Destes, 4.400 inéditos. Para permitir o acesso de pessoas com deficiência visual e auditiva à programação da TV Brasil, 8.693 horas da programação foram ao ar com o recurso de closed caption e aproximadamente 468 horas com audiodescrição.

Nas Rádios, as ações desenvolvidas em 2014 foram direcionadas ao alinhamento da programação por eixos temáticos, elencou também como prioridades: o aumento, a diversificação e a fidelização do ouvinte; a ampliação do alcance e distribuição dos conteúdos radiofônicos; a consolidação da rede pública de rádio, o oferecimento de conteúdo diversificado e atrativo de forma integrada, interativa e colaborativa e a utilização do acervo das rádios MEC e Nacional. Com base nos novos eixos temáticos, a programação das sete rádios foi reposicionada possibilitando melhor segmentação dos conteúdos, redução da competitividade entre emissoras, otimização de recursos técnicos e de equipes.

Em 2014, a EBC alcançou a receita de venda de R\$ 93,08 milhões com a comercialização de produtos e serviços distribuídos em seis linhas de captação. Por meio de contrato de prestação de serviços, a EBC produziu e distribuiu conteúdos em múltiplas plataformas de atos e fatos do Governo Federal, monitoramento e análise de mídia, distribuição de publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal. O serviço de distribuição de publicidade legal auferiu a receita total de R\$ 22 milhões, a o apoio institucional de anunciantes, destinado a programas da TV Brasil foi de R\$ 12,8 milhões. Além disso, a receita obtida pela prestação de serviços técnicos de tv e áudio e de radiodifusão foi R\$ 47,8 milhões em 2014.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura da TV Brasil Internacional.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, a EBC encerrou o ano com presença em 65 países dos quatro continentes. A redução relativamente ao ano de 2012, de 2 países (Costa Rica e Honduras), foi ocasionada pela não aceitação dos operadores Latinos Americanos de oferecer em sua grade programas dublados e legendados em Espanhol. Além disso, os valores em algumas negociações se mostraram inviáveis para o orçamento da TV Brasil Internacional que decidiu buscar outras possibilidades de distribuição na Europa a partir de 2014.

A EBC encerrou o ano de 2014 com a cobertura de 66 países de quatro continentes, com a inclusão da Nicaraguá em dezembro desse ano, atendendo à demanda de informação dos brasileiros que residem no exterior e de países de língua portuguesa. A TV apresentou como destaques o projeto “Temas Capitais” que produziu os documentários “Na Proa do Barco Hacker”, “Teia da Diversidade”, “Mobilidade Urbana”, “Refugiados na América Latina” (ganhador de dois prêmios: ONU e OAB) e “São Jorge, Cavaleiro das Tradições”. Os programas “Brasileiros no Mundo”, “Conexão Internacional” e “Brasil Hoje” passaram por reformulação e a programação internacional lançou o “Aqui tem Brasil”, programa com vídeos gravados por emigrantes brasileiros que vivem em outros países.

Ao longo do exercício foram realizadas negociações dos contratos de intercâmbio de conteúdos com TVs públicas, Universidades e Produtores de conteúdo na América Latina para a faixa especial da programação da TV Brasil Internacional. Destaque para a Universidade de Medellín e Telemedellín (Colômbia), UNTREF (Argentina), Canal Once (México), TNU (Uruguai) e Casa de Cultura Ecuatoriana (Equador). A EBC recebeu 75 horas de conteúdo dos parceiros que será exibido na TV Brasil Internacional em 2015.

Nas atividades relacionadas à expansão do sinal da TV Brasil Internacional, as negociações se concentraram nas renovações com os distribuidores na América Latina. Ao mesmo tempo foram realizadas negociações com operadores no exterior, com o objetivo de chegar a países com maior presença de emigrantes brasileiros.

Quantidade alcançada

66

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	80	unidade	66	31/12/2014

- **Ampliar a cobertura do sinal terrestre de radiodifusão (rádio e televisão), por meio de geração própria ou da Rede Nacional de Comunicação Pública, para garantir disponibilidade de acesso à população brasileira.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a EBC redefiniu sua estratégia de distribuição para a TV Brasil por meio do fortalecimento da rede parceira, presente em 24 estados, além do Distrito Federal o que permitiu, naquele ano, o acesso a 126,4 milhões de pessoas (66,27%) da população brasileira distribuída em 3.121 municípios (56% dos municípios brasileiros). Nos anos de 2013 e 2014, a EBC possibilitou disponibilização do acesso a 163,4 milhões de pessoas, que representam 85,69% da população brasileira distribuída em 3.582 municípios (64% dos municípios brasileiros, exceto os municípios de interseção) considerando a geração, emissão e retransmissão com rede própria de rádio e televisão terrestre.

A área de cobertura dos sinais das emissoras de rádio e televisão da EBC não foi alterada em 2014. É importante ressaltar que 2014 foi um ano de transição na estratégia do fortalecimento da Rede Pública de Rádio e Televisão. Antes voltada para a ampliação quantitativa de sua abrangência, a Rede vem alterando seus propósitos em direção à qualificação das parcerias, com maior aprofundamento do relacionamento e troca de conteúdos, resultando em melhor aproveitamento de produções regionais na programação dos veículos da Empresa.

Essa transição ocorre principalmente na área de televisão porque há pouco espaço para ampliação quantitativa, uma vez que os sinais das emissoras de rádio e televisão da EBC atingem praticamente todos os estados, com exceção de Amapá e Rondônia, onde não existem emissoras públicas. Nesses estados não houve avanços nas negociações para que as universidades federais assumissem o compromisso de estruturar e operar televisões públicas.

Ainda na área de rádio, foi realizado em 2014, significativo avanço no processo de formalização da construção da Rede

Pública de Rádio. Foi realizado em Brasília, encontro com emissoras parceiras para discussão da Norma de Rede de Rádio, primeiro passo para a elaboração de contratos de adesão e formalização da associação de emissoras parceiras. Este é um objetivo para 2015.

A Rede Nacional de Radiodifusão Pública é formada por 55 geradoras e 728 retransmissoras da TV Brasil de TV aberta terrestre e pelas sete emissoras de Rádios da EBC e duas retransmissoras operadas diretamente. A rede de TV está presente em 24 estados mais o Distrito Federal, alcançando 1.787 municípios e a de Rádios em 3.103 municípios. Na Região Centro-Oeste a EBC conta com cinco geradoras e 34 retransmissoras de televisão e três emissoras (AM e FM), uma (FM) retransmissora e uma repetidora (AM) de rádio, em Brasília. Na região Norte, a EBC possui cinco geradoras e 98 retransmissoras de televisão, e a Rádio, disponibiliza uma emissora (AM) e uma retransmissora (FM) em Alto Solimões – Amazonas. As Regiões Centro-Oeste (98,34%) e Norte (100%) são as regiões que apresentam maior disponibilização de acesso ao sinal de TV e Rádio às populações.

A Região Sudeste (96,71%) conta com disponibilidade de acesso das Rádios (MEC – FM/AM e Nacional do RJ/AM) e também da TV Brasil, onde a empresa tem 26 geradoras e 256 retransmissoras (próprias e parceiras), consolidando a maior parte da rede de transmissão de televisão pública entre as regiões brasileiras. Esta parcela da rede cobre os Estados do RJ, MG e SP.

Na Região Nordeste (74,28%), a EBC possui 11 geradoras e 249 retransmissoras (próprias e parcerias) de televisão e nenhuma emissora própria de Rádio instalada na Região. Em 2014, foram incorporadas as geradoras: TV Sinal da cidade de Aracati (CE) e a TV Mossoró da cidade de Mossoró (RN) com a disponibilidade do sinal para mais de 340 mil pessoas.

Com relação à disponibilidade de acesso ao sinal da TV Brasil na Região Sul (60,71%), onde a empresa possui seis geradoras (própria e parceira), a EBC ampliou sua cobertura com a incorporação das TVs Educativas do Rio Grande do Sul – TVE/RS e do Paraná – TVE/PR.

Quantidade alcançada

85,69

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	90	%	98,34	31/12/2014
Região Nordeste	80	%	74,28	31/12/2014
Região Norte	100	%	100	31/12/2014
Região Sudeste	90	%	96,71	31/12/2014
Região Sul	70	%	60,71	31/12/2014

- **Ampliar a cobertura geográfica dos sinais de radiodifusão em Ondas Curtas (OC) da EBC para assegurar a recepção radiofônica às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, não alcançadas por outras frequências.**

Análise Situacional da Meta

A EBC ao concentrar suas metas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, priorizou o acesso a populações de regiões carentes da radiodifusão pública em ondas curtas (OC) e ondas tropicais (OT), onde a iniciativa privada não opera. Encontra-se em discussão no Brasil o padrão digital para o rádio, que poderá alterar o rumo dos investimentos da EBC nos próximos anos, o que contribui, também, para a redução da velocidade da expansão prevista na meta.

A ampliação da cobertura das emissoras de Rádios de Ondas Curtas (OC) da EBC em operação nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste está condicionada a investimentos em novos transmissores, sobretudo na definição da tecnologia do padrão digital para rádios.

A indefinição do padrão digital para o rádio influenciou a decisão estratégica da EBC de adiar os investimentos nesses transmissores.

Nas Regiões Norte (99,23%) e Centro-Oeste (39,51%) a meta já se encontra bem próximo do programado. Com relação à Região Nordeste (10,66%), os equipamentos disponíveis não apresentam capacidade técnica para fazer a

cobertura de grande parte dos municípios dessa Região, sendo necessária sua substituição para a cobertura pretendida.

Quantidade alcançada

49,28

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	40	%	39,51	31/12/2014
Região Nordeste	25	%	10,66	31/12/2014
Região Norte	100	%	99,23	31/12/2014

ANEXO I

EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS

PROGRAMA: 2049 - Moradia Digna**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	15.728.765	17.284.760	11.184.827
Despesas Correntes	2.234.533	2.230.533	812.704
Despesas de Capital	13.494.232	15.054.227	10.372.123
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	15.728.765	17.284.760	11.184.827

OBJETIVO: 0382 - Melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura e inclusão socioambiental.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **015M - Apoio à urbanização de assentamentos precários, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura, regularização fundiária e inclusão sócio ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10S3	581.306.200	217.301.240	96.337.235	9.197.535	9.197.535
10S6	165.490.000	135.490.000	26.552.074	7.033.043	7.033.043
Total	746.796.200	352.791.240	122.889.309	16.230.579	16.230.579

OBJETIVO: 0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **015S - Provisão ou reforma de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais em articulação com o setor público e privado**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00CW	612.000.000	612.000.000	612.000.000	0	0
0E64	223.000.000	393.000.000	393.000.000	142.981.961	142.981.961
00CY	100.000.000	10.000.000	10.000.000	0	0
10SJ	273.570.710	223.570.710	19.263.644	206.008	206.008
00AF	12.500.000.000	14.500.000.000	14.500.000.000	10.355.699.453	10.355.699.453
00CX	1.255.000.000	1.175.000.000	1.175.000.000	669.520.201	669.520.201
Total	14.963.570.710	16.913.570.710	16.709.263.644	11.168.407.624	11.168.407.624

OBJETIVO: 0385 - Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social para implementação da política habitacional sob os princípios de descentralização, articulação intergovernamental e intersetorial, participação e controle social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 015Y - Apoio à elaboração de Planos e Projetos para Habitação de Interesse Social

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8875	2.096.000	2.096.000	0	0	0
Total	2.096.000	2.096.000	0	0	0

• 015Z - Fortalecimento da Política Nacional de Habitação - PNH e implantação de monitoramento e avaliação dos Programas e Ações do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Z0	261.225	261.225	0	0	0
Total	261.225	261.225	0	0	0

• 0163 - Promoção de ações de Desenvolvimento Institucional dos agentes integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8873	15.564.000	15.564.000	1.711.300	189.103	189.103
Total	15.564.000	15.564.000	1.711.300	189.103	189.103

OBJETIVO: 0755 - Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02ZV - Promoção da Qualidade, produtividade e sustentabilidade do Habitat, integrando todos os atores públicos e privados por meio da implantação do Sistema Nacional para Capacitação Profissional e Certificação Profissional (SiCaP), consolidação do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC), do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC) e do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Z9	176.959	176.959	0	0	0
Total	176.959	176.959	0	0	0

OBJETIVO: 0756 - Contribuir para a elevação de qualidade da inserção urbana dos empreendimentos habitacionais, assim como, para a inserção socioeconômica das famílias beneficiadas por programas habitacionais e para a sustentabilidade social dos empreendimentos e articulação com as demais políticas públicas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02ZY - Apoio aos agentes do SNHIS para cadastramento e acompanhamento de beneficiários, operação e manutenção das ações de habitação de interesse social

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20NX	300.000	300.000	0	0	0
Total	300.000	300.000	0	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2068 - Saneamento Básico

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.129.237	2.490.821	358.402
Despesas Correntes	42.026	47.991	4.225
Despesas de Capital	3.087.211	2.442.830	354.177
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	3.129.237	2.490.821	358.402

OBJETIVO: 0355 - Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, indígenas, dentre outras), e população rural dispersa, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **011Q - Implantação, ampliação ou melhorias de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas, ribeirinhos, dentre outras)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
116F	50.388.250	54.201.582	54.183.715	15.749.021	12.774.431
7656	120.476.000	120.471.966	107.875.557	14.457.073	8.985.088
Total	170.864.250	174.673.548	162.059.272	30.206.093	21.759.520

OBJETIVO: 0353 - Implantar medidas estruturantes que visem à melhoria da gestão em saneamento básico, compreendendo a organização, o planejamento, a prestação dos serviços, a regulação e fiscalização, e a participação e controle social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **011L - Implantação de medidas estruturantes de apoio à gestão e à prestação de serviços, inclusive de capacitação e assistência técnica, e de desenvolvimento científico e tecnológico**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20NV	2.126.571	2.126.571	2.126.571	0	0
6908	5.000.000	4.300.000	1.404.083	414.915	414.915
1P95	21.576.423	27.976.423	23.667.134	6.430.123	6.389.854
20AG	38.665.000	38.665.000	28.846.983	3.391.078	1.241.078
8871	4.600.000	4.600.000	1.937.899	784.074	784.074
20AF	4.940.000	4.940.000	1.042.005	267.315	267.315
12MH	100.000	100.000	0	0	0
20Z5	424.483	424.483	0	0	0
20NW	100.000	100.000	0	0	0
Total	77.532.477	83.232.477	59.024.675	11.287.506	9.097.237

OBJETIVO: 0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02DO - Ampliar a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos com prioridade para os municípios operados mediante mecanismos de gestão associada**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
116I	8.100.000	8.100.000	78.334	0	0
10GG	103.744.418	108.944.418	36.700.000	0	0
10RP	11.726.720	1.676.162	1.673.550	25.693	16.775
Total	123.571.138	118.720.580	38.451.885	25.693	16.775

- **02DP - Implantação, ampliação ou melhorias estruturais nos sistemas públicos de abastecimento de água**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10SC	577.071.839	373.771.839	305.398.945	60.683.028	60.683.028
10GD	202.930.000	202.930.000	162.880.000	50.160.164	50.144.188
Total	780.001.839	576.701.839	468.278.945	110.843.192	110.827.216

- **02DQ - Implantação, ampliação ou melhorias nos sistemas públicos de esgotamento sanitário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10GE	501.626.526	514.151.526	260.940.000	81.365.738	81.336.593
1N08	1.040.254.959	513.154.959	384.693.384	32.290.221	32.290.221
141J	4.580.750	10.380.750	10.380.565	190.487	190.487
10RM	165.786.504	215.416.504	211.592.922	89.775.678	62.049.068
Total	1.712.248.739	1.253.103.739	867.606.872	203.622.125	175.866.369

- **02DR - Implantação de soluções integradas de saneamento, com ênfase na promoção das condições de salubridade, habitabilidade e infraestrutura de populações com carência simultânea de serviços**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1162	4.563.344	4.563.344	0	0	0
7652	160.550.000	145.340.462	99.367.672	999.854	999.854
10S5	88.105.295	123.105.295	85.158.149	1.417.424	1.417.424
Total	253.218.639	273.009.101	184.525.821	2.417.278	2.417.278

- **02DS - Promover a gestão sustentável da drenagem e o manejo de águas pluviais urbanas com ações estruturais para minimização dos impactos provocados por cheias e alagamentos em áreas urbanas e ribeirinhas vulneráveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3883	11.800.000	11.380.000	6.874.378	0	0
Total	11.800.000	11.380.000	6.874.378	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2067 - Resíduos Sólidos

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	82.321	84.596	8.997
Despesas Correntes	57.655	56.061	7.627
Despesas de Capital	24.666	28.536	1.370
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	82.321	84.596	8.997

OBJETIVO: 0319 - Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00ZE - Apoio e fomento às associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis por meio de formação, assessoria técnica, infraestrutura e logística em unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de resíduos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8274	62.750.000	62.750.000	60.379.910	7.998.463	7.998.463
20AM	11.375.000	13.650.000	13.284.358	254.910	254.910
Total	74.125.000	76.400.000	73.664.268	8.253.373	8.253.373

- **00ZH - Implementação de sistemas de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MG	500.000	500.000	0	0	0
Total	500.000	500.000	0	0	0

OBJETIVO: 0342 - Promover a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com ênfase na reestruturação das cadeias produtivas, na integração das associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores, na estruturação do planejamento do setor, no gerenciamento de áreas contaminadas e na inovação tecnológica respeitando as peculiaridades regionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **010H - Elaboração, implementação e monitoramento da Política Nacional de Resíduos Sólidos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20W5	1.400.000	1.400.000	0	0	0
20W6	6.105.670	6.105.670	1.219.691	729.127	729.127
Total	7.505.670	7.505.670	1.219.691	729.127	729.127

- 010L - Promoção de monitoramento de áreas contaminadas por resíduos e recuperação de áreas órfãs contaminadas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10TT	190.460	190.460	148.925	14.326	0
Total	190.460	190.460	148.925	14.326	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.921.761	4.398.365	1.780.662
Despesas Correntes	176.262	2.021.112	1.374.960
Despesas de Capital	2.745.499	2.377.253	405.702
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	2.921.761	4.398.365	1.780.662

OBJETIVO: 0173 - Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00FM - Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12QB	91.200.000	91.200.000	33.293.261	14.291.020	14.215.884
Total	91.200.000	91.200.000	33.293.261	14.291.020	14.215.884

- **00FQ - Operação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais e a expansão da infraestrutura observacional e computacional para monitoramento e modelagem de áreas de risco**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20L9	2.860.000	2.860.000	1.825.578	1.310.643	798.918
20GB	8.000.000	8.200.000	7.650.815	7.176.296	7.166.853
Total	10.860.000	11.060.000	9.476.393	8.486.938	7.965.770

OBJETIVO: 0602 - Expandir e difundir o mapeamento geológico-geotécnico com foco nos municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos para orientar a ocupação do solo.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02CR - Levantamento e divulgação de informações geológicas-geotécnicas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LA	29.720.000	29.720.000	27.635.675	24.919.142	16.350.095
Total	29.720.000	29.720.000	27.635.675	24.919.142	16.350.095

OBJETIVO: 0172 - Induzir a atuação em rede dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil em apoio às ações de defesa civil, em âmbito nacional e internacional, visando a prevenção de desastres.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00FF - Implementação e estruturação de órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil e capacitação de técnicos e integrantes da sociedade nas atividades de defesa civil.**

- **00FF - Implementação e estruturação de órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil e capacitação de técnicos e integrantes da sociedade nas atividades de defesa civil.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8172	35.348.700	35.348.700	8.866.130	3.495.064	3.482.814
14LJ	12.000.000	12.000.000	0	0	0
152P	100.000	100.000	0	0	0
Total	47.448.700	47.448.700	8.866.130	3.495.064	3.482.814

- **00FG - Modernização e estruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14UX	20.186.280	20.186.280	1.920.496	605.600	605.600
Total	20.186.280	20.186.280	1.920.496	605.600	605.600

OBJETIVO: 0174 - Promover ações de pronta resposta e reconstrução de forma a restabelecer a ordem pública e a segurança da população em situações de desastre em âmbito nacional e internacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00FT - Socorro e assistência às populações vitimadas, reabilitação do cenário de desastres e reconstrução de infraestruturas danificadas por desastres**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0A01	0	512.640.000	512.639.917	487.015.692	487.015.692
22BO	0	1.600.000.000	1.123.110.695	900.693.490	886.497.721
Total	0	2.112.640.000	1.635.750.613	1.387.709.182	1.373.513.413

OBJETIVO: 0587 - Expandir o mapeamento de áreas de risco com foco em municípios recorrentemente afetados por inundações, erosões marítimas e fluviais, enxurradas e deslizamentos, para orientar as ações de defesa civil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02B2 - Mapeamento de áreas de risco, com foco em inundações, enxurradas e deslizamentos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20N2	77.400.000	77.400.000	4.016.771	1.414.667	1.282.173
Total	77.400.000	77.400.000	4.016.771	1.414.667	1.282.173

OBJETIVO: 0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00EN - Construção da Barragem Serro Azul (PE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
140M	100.000	0	0	0	0
Total	100.000	0	0	0	0

- **00ER - Execução de estudos e intervenções para prevenção de riscos de deslizamentos de encostas, enxurradas, erosões marítimas e fluviais, enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas por meio de obras de engenharia e recuperação ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8865	369.000.000	369.000.000	62.594.877	0	0
10SG	1.497.202.300	987.202.300	664.726.114	291.489.253	291.489.253
14RL	378.678.087	302.735.183	108.156.438	46.926.779	39.888.819
126X	100.000	0	0	0	0
127A	243.750.000	243.750.000	2.750.000	0	0
Total	2.488.730.387	1.902.687.483	838.227.429	338.416.033	331.378.073

- **00ET - Execução de obras emergenciais em situações de risco iminente**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8348	95.027.270	95.466.007	11.342.472	228.404	159.273
Total	95.027.270	95.466.007	11.342.472	228.404	159.273

- **00EV - Obras de Macrodrenagem em Salvador (BA)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
127D	100.000	0	0	0	0
Total	100.000	0	0	0	0

- **00EW - Planejamento e monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20NN	10.600.000	10.556.568	2.792.664	1.095.741	1.095.741
Total	10.600.000	10.556.568	2.792.664	1.095.741	1.095.741

- **04HD - Construção da Barragem Castelo (PI)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10GW	50.388.250	0	0	0	0
Total	50.388.250	0	0	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	95.911	93.945	42.555
Despesas Correntes	87.577	85.612	39.728
Despesas de Capital	8.333	8.333	2.827
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	95.911	93.945	42.555

OBJETIVO: 0032 - Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **0016 - Implantação da Rede de Laboratórios de Análises Mineraias - LAMIN**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B53	4.360.000	4.360.000	4.056.173	3.550.984	2.274.650
Total	4.360.000	4.360.000	4.056.173	3.550.984	2.274.650

• **0018 - Promoção da gestão e difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B51	14.440.000	14.440.000	13.236.529	9.727.668	5.055.521
8890	426.459	426.459	165.761	165.761	165.761
Total	14.866.459	14.866.459	13.402.290	9.893.429	5.221.282

• **001C - Realização de levantamentos geológicos, geofísicos e de recursos mineraias**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2398	9.930.000	9.930.000	8.854.455	6.445.466	5.222.408
4872	27.610.000	27.610.000	11.217.043	2.514.984	1.188.730
Total	37.540.000	37.540.000	20.071.498	8.960.449	6.411.139

• **001H - Realização de levantamentos hidrogeológicos, geoquímicos e da geodiversidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D84	1.090.200	1.090.200	258.150	215.910	170.750
2D62	1.090.200	1.090.200	532.246	442.771	373.573
2397	7.459.996	7.459.996	5.429.146	3.698.441	2.667.242
Total	9.640.396	9.640.396	6.219.541	4.357.122	3.211.565

OBJETIVO: 0038 - Promover a ampliação das reservas e da produção de minerais estratégicos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **002I - Estudos de minerais estratégicos por meio de levantamentos específicos em escala de detalhe**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2399	10.960.000	10.960.000	10.428.722	7.016.940	6.284.710
Total	10.960.000	10.960.000	10.428.722	7.016.940	6.284.710

- **002M - Produção de minerais estratégicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2489	7.066.110	6.566.110	4.916.690	3.979.989	3.947.742
Total	7.066.110	6.566.110	4.916.690	3.979.989	3.947.742

OBJETIVO: 0042 - Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs associadas às Áreas de Relevante Interesse Mineral, nos polos de desenvolvimento, voltadas à integração mineral sul-americana, à industrialização de base da América do Sul e ao desenvolvimento equilibrado do território.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **002U - Realização de estudos e projetos de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
211G	1.320.000	1.320.000	208.626	0	0
Total	1.320.000	1.320.000	208.626	0	0

OBJETIVO: 0044 - Fortalecer as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação e articular com a indústria mineral para promover a cultura e a prática da inovação tecnológica no setor mineral.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **002X - Consolidação do centro de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de geologia, recursos minerais e hídricos (CEDES/CPRM)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LB	100.000	100.000	63.288	61.398	11.398
Total	100.000	100.000	63.288	61.398	11.398

OBJETIVO: 0046 - Otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e promover mecanismos para o desenvolvimento das atividades, visando o presente e o futuro, por meio de regulação, fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **003D - Estudos e projetos para otimização do aproveitamento dos recursos minerais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4396	519.472	519.472	95.217	75.167	68.367
Total	519.472	519.472	95.217	75.167	68.367

• **003E - Fiscalização da atividade minerária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WT	7.328.295	5.862.636	3.821.679	3.727.840	3.600.652
Total	7.328.295	5.862.636	3.821.679	3.727.840	3.600.652

• **003G - Gestão dos direitos minerários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2377	1.200.000	1.200.000	847.114	688.163	684.132
Total	1.200.000	1.200.000	847.114	688.163	684.132

OBJETIVO: 0481 - Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01LR - Consolidação, ampliação, fortalecimento e incentivo a programas de extensionismo mineral, formalização, capacitação e financiamento de micro e pequenas empresas de mineração, de cooperativas, associações e distritos mineiros**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TZ	910.000	910.000	218.972	214.072	213.249
Total	910.000	910.000	218.972	214.072	213.249

OBJETIVO: 0039 - Estabelecer cooperação em exploração, processamento e transformação mineral com foco nos países da América do Sul e da África a fim de ampliar a troca comercial e o desenvolvimento equilibrado entre os países.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **002R - Fortalecimento e ampliação da atuação internacional da CPRM**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LD	100.000	100.000	29.821	29.821	29.821
Total	100.000	100.000	29.821	29.821	29.821

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2051 - Oferta de Água

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.899.901	3.996.186	1.448.535
Despesas Correntes	28.350	28.350	102
Despesas de Capital	3.871.551	3.967.836	1.448.433
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	3.899.901	3.996.186	1.448.535

OBJETIVO: 0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **04FL - Implantação do Sistema Adutor do Pajeú (PE e PB)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1N64	58.175.525	78.175.525	78.167.665	38.700.579	14.404.795
Total	58.175.525	78.175.525	78.167.665	38.700.579	14.404.795

• **01L5 - Implantação da Barragem Congonhas (MG)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3735	18.323.000	3.000	0	0	0
Total	18.323.000	3.000	0	0	0

• **01L7 - Implantação da Barragem Fronteiras (CE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11AA	22.170.830	22.170.830	22.128.813	265.848	98.813
Total	22.170.830	22.170.830	22.128.813	265.848	98.813

• **01L8 - Implantação da Barragem Oiticica (RN)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10DC	55.518.690	73.018.690	70.000.000	28.000.000	28.000.000
Total	55.518.690	73.018.690	70.000.000	28.000.000	28.000.000

• **01LA - Implantação do Canal da Vertente Litorânea (PB)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12G7	200.000.000	235.000.000	135.983.952	35.983.512	35.983.512
Total	200.000.000	235.000.000	135.983.952	35.983.512	35.983.512

• 01LB - Implantação do Canal do Sertão Alagoano (AL)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10CT	289.988.758	510.493.171	509.942.219	281.280.002	281.280.002
Total	289.988.758	510.493.171	509.942.219	281.280.002	281.280.002

• 01LC - Implantação do Canal do Sertão Pernambucano (PE)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
141H	13.742.250	5.812.250	5.776.151	2.213.090	1.690.921
Total	13.742.250	5.812.250	5.776.151	2.213.090	1.690.921

• 01LF - Implantação do Cinturão das Águas (CE)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7L29	210.714.500	210.714.500	139.000.000	45.000.000	45.000.000
Total	210.714.500	210.714.500	139.000.000	45.000.000	45.000.000

• 01LG - Implantação do Eixão das Águas (CE)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10GJ	916.150	0	0	0	0
10E9	100.000	0	0	0	0
Total	1.016.150	0	0	0	0

• 01LH - Implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5900	638.842.158	1.104.585.969	969.821.713	563.854.955	401.935.245
12EP	379.600.000	265.010.000	255.892.488	69.954.490	64.110.185
Total	1.018.442.158	1.369.595.969	1.225.714.201	633.809.445	466.045.430

• 01LJ - Implantação do Sistema Adutor do Agreste (PE)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10F6	201.553.000	236.553.000	236.553.000	171.983.784	124.483.168
Total	201.553.000	236.553.000	236.553.000	171.983.784	124.483.168

• 01LL - Implantação do Sistema Jequitaiá (MG)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5308	36.646.000	32.498.491	19.256.982	103.057	90.089
Total	36.646.000	32.498.491	19.256.982	103.057	90.089

• 01LM - Implantação e ampliação de sistemas de infraestruturas hídricas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14SN	100.000	100.000	0	0	0
14S6	100.000	100.000	0	0	0
1167	100.000	100.000	0	0	0
14SC	100.000	100.000	0	0	0
14RV	5.310.404	5.310.404	0	0	0
109J	12.000.000	12.000.000	0	0	0
5910	100.000	0	0	0	0
14ST	22.531.313	42.531.313	37.365.333	26.531.313	26.531.313
109I	1.250.000	1.250.000	500.000	0	0
14VJ	100.000	100.000	0	0	0
14SK	100.000	100.000	0	0	0
14SB	100.000	100.000	0	0	0
14RU	23.205.546	0	0	0	0
14SG	13.742.250	100.250	0	0	0
14SP	100.000	100.000	0	0	0
14RS	5.214.283	6.639.010	5.214.283	326.496	326.496
14VI	226.577.931	292.837.276	255.410.336	116.360.591	93.117.194
14SS	100.000	4.100.274	4.100.224	100.000	100.000
1K44	7.329.200	0	0	0	0
124L	916.150	0	0	0	0
7M10	12.093.180	0	0	0	0
14S8	802.692	947.902	0	0	0
14S5	13.796.107	23.796.107	20.996.107	8.058.118	8.058.118
14S7	100.000	100.000	0	0	0
1851	458.990.225	477.883.825	34.395.430	2.504.687	180.357
14RW	100.000	0	0	0	0
14SR	100.000	0	0	0	0
109H	37.500.000	37.500.000	500.000	0	0
14SF	11.369.369	11.369.369	0	0	0
14S9	100.000	1.213.704	1.213.704	0	0
7I31	100.000	1.700.000	1.520.710	520.245	520.245
14RM	9.292.211	0	0	0	0
14SE	100.000	100.000	0	0	0
12G4	18.323.000	18.323.000	10.000.000	0	0
14RZ	100.000	100.000	0	0	0
14LA	15.317.505	2.565.372	2.564.270	104.478	104.478
14VL	100.000	10.100.000	9.600.000	100.000	100.000
1161	9.161.500	24.161.500	5.000.000	0	0
1160	18.323.000	24.323.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000
14RR	5.929.276	10.467.276	5.929.276	0	0
14SV	100.000	3.100.000	0	0	0
14SD	13.742.250	13.742.250	12.322.496	2.145.826	2.145.826
11NF	2.438.494	2.438.494	0	0	0
12FV	3.343.948	0	0	0	0
12G5	10.642.401	1.732.401	1.054.308	1.049.319	17.066
3445	100.000	0	0	0	0

140S	13.742.250	18.742.250	12.318.379	0	0
7G88	3.768.675	3.768.675	0	0	0
14RQ	2.059.865	2.248.865	2.244.405	49.138	49.138
Total	980.713.025	1.055.992.517	432.249.262	167.850.212	141.250.230

• 04AL - Implantação da Adutora de Campo Alegre de Lourdes/BA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14RX	22.903.750	40.803.750	40.631.902	24.838.410	22.363.415
Total	22.903.750	40.803.750	40.631.902	24.838.410	22.363.415

• 04CS - Construção da Barragem Berizal no Rio Pardo em Minas Gerais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3715	100.000	100.000	0	0	0
Total	100.000	100.000	0	0	0

• 04D0 - Construção da Barragem dos Milagres no Estado do Piauí

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14RY	22.903.750	0	0	0	0
Total	22.903.750	0	0	0	0

• 04EM - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Oeste (PE)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14SH	100.000	10.935.912	8.853.912	0	0
Total	100.000	10.935.912	8.853.912	0	0

• 04H6 - Implantação da Barragem Lontras (CE)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
151Q	82.453.500	0	0	0	0
Total	82.453.500	0	0	0	0

• 04H9 - Implementação do Ramal do Apodi (CE, PB e RN)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
152F	174.984.650	5.846.891	5.846.891	0	0
Total	174.984.650	5.846.891	5.846.891	0	0

• 04HA - Implantação do Ramal do Entremontes (PE)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
152E	91.615.000	4.520.276	4.520.276	199.807	64.445
Total	91.615.000	4.520.276	4.520.276	199.807	64.445

• 04HB - Implantação do Ramal do Agreste (PE)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
152D	290.266.500	1.585.172	1.585.172	350.745	333.384
Total	290.266.500	1.585.172	1.585.172	350.745	333.384

OBJETIVO: 0480 - Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01LO - Operação e manutenção de infraestruturas hídricas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20N4	1.740.000	1.740.000	1.177.947	1.080.226	1.077.449
Total	1.740.000	1.740.000	1.177.947	1.080.226	1.077.449

• 01LP - Recuperação e adequação de sistemas de infraestruturas hídricas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14S0	100.000	200.000	200.000	100.000	100.000
14SL	100.000	100.000	0	0	0
14RP	458.352	4.458.352	0	0	0
14VK	100.000	100.000	0	0	0
12G6	18.323.000	17.323.000	8.904.533	4.507.795	2.439.895
Total	19.081.352	22.181.352	9.104.533	4.607.795	2.539.895

OBJETIVO: 0549 - Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do Estado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 023J - Elaboração de planos e estudos no âmbito da infraestrutura hídrica

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13RU	10.993.800	17.809.453	9.000.000	8.897.303	8.897.303
8062	50.000	50.000	30.642	27.458	27.458
10GM	75.704.948	60.584.948	11.801.817	3.343.888	1.592.267
Total	86.748.748	78.444.401	20.832.459	12.268.650	10.517.029

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2033 - Energia Elétrica

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.086.331	1.086.079	195.836
Despesas Correntes	1.034.005	1.032.732	195.836
Despesas de Capital	52.326	53.346	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	9.723.616	8.953.706	6.597.644
Totais	10.809.946	10.039.784	6.793.480

OBJETIVO: 0019 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **000M - Implantação da Usina Hidrelétrica Simplicio (MG/RJ)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1G98	62.995.812	43.028.206	20.139.593
Total	62.995.812	43.028.206	20.139.593

• **000R - Implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10D7	116.074.372	43.760.633	5.525.566
Total	116.074.372	43.760.633	5.525.566

• **000S - Implantação de Usinas Hidrelétricas**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14N8	33.633.600	300.000	0
14L2	100.000	100.000	0
14NB	1.000.000	1.000.000	0
10D6	368.800	0	0
Total	35.102.400	1.400.000	0

• **04A9 - Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha (GO/MG)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1G96	26.169.684	29.706.852	20.929.283
Total	26.169.684	29.706.852	20.929.283

OBJETIVO: 0023 - Utilizar as fontes térmicas para geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz elétrica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 000U - Implantação da Usina Termonuclear Angra III (RJ)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
5E88	2.110.817.554	2.038.168.595	1.776.520.209
Total	2.110.817.554	2.038.168.595	1.776.520.209

• 000W - Implantação de Usinas Termelétricas

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14LC	179.155.000	148.600.000	139.912.482
151G	84.119.000	1.740.000	1.786.713
10WI	88.740.000	147.956.000	145.111.256
14LB	112.770.000	9.707.000	7.714.792
15BF	0	3.998.000	2.691.848
Total	464.784.000	312.001.000	297.217.091

• 04EQ - Implantação da Usina Termelétrica Mauá 3 em Manaus (AM)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
151B	276.629.248	276.629.248	26.736.957
Total			

OBJETIVO: 0025 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 000X - Implantação de Parques Eólicos

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12OR	86.356.677	201.856.677	57.336.062
15BB	0	200.000.000	194.114.428
14L5	100.000	28.840.836	0
146A	42.266.983	55.266.983	2.168.596
Total	128.723.660	485.964.496	253.619.086

• 000Y - Implantação de Plantas para Geração de Energia Elétrica a partir de Outras Fontes Alternativas

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14NC	1.602.345	1.602.345	104.950
13FD	316.380	3.869.670	3.856.568
14LF	2.249.000	2.249.000	657.034
Total	4.167.725	7.721.015	4.618.552

• 000Z - Implantação de usinas termelétricas a biomassa

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14L6	100.000	100.000	0
Total	100.000	100.000	0

OBJETIVO: 0029 - Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política tarifária em todo o território nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0010 - Coordenar as ações de integração elétrica com os países vizinhos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20L6	60.000	60.000	27.416	14.389	14.389
Total	60.000	60.000	27.416	14.389	14.389

- **0014 - Monitorar a expansão e o desempenho dos sistemas elétricos em apoio ao Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico (CMSE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20L7	210.000	210.000	138.368	138.368	138.368
Total	210.000	210.000	138.368	138.368	138.368

- **0015 - Monitorar as ações de comercialização de energia e da política tarifária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20L8	50.000	50.000	20.676	8.550	8.550
Total	50.000	50.000	20.676	8.550	8.550

OBJETIVO: 0034 - Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **001Q - Realização de Estudos e Projetos do Setor Elétrico**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LF	11.100.000	11.100.000	8.722.887	6.509.431	4.778.039
6907	200.000	200.000	50.000	50.000	50.000
20LG	100.000	100.000	99.997	0	0
Total	11.400.000	11.400.000	8.872.885	6.559.431	4.828.039

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6508	26.883.638	26.883.638	15.883.638	15.883.638	5.489.166
Total	26.883.638	26.883.638	15.883.638	15.883.638	5.489.166

OBJETIVO: 0036 - Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações**

• 0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
121X	11.921.841	21.717.886	20.478.751
1G97	17.148.649	23.968.376	21.947.774
5107	629.144.814	629.144.814	418.833.362
14XC	51.439.728	173.663.248	168.573.400
11ZY	1.000.000	1.000.000	500.703
151C	31.500.000	47.739.494	40.432.624
126T	27.000.000	57.000.000	31.284.368
1O50	153.773.157	80.713.821	42.980.348
14NA	30.195.277	22.257.391	18.538.845
14L3	23.448.495	45.058.633	26.718.574
14XD	123.565.169	407.087.604	420.920.569
12DB	54.043.954	30.294.939	16.424.317
7V16	40.061.000	83.000.000	38.679.299
Total	1.194.242.084	1.622.646.206	1.266.312.934

OBJETIVO: 0037 - Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 002C - Ampliação da capacidade de geração de energia elétrica das usinas em operação

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3414	61.851.859	75.000.000	19.588.559
1H05	1.085.460	1.085.460	160.201
10WL	0	39.000	20.858
1H19	5.000.000	1.500.000	754.641
1H18	1.500.000	1.500.000	688.675
14LE	100.000	100.000	0
Total	69.537.319	79.224.460	21.212.934

• 002D - Implantação de reforços e melhorias do sistema de transmissão e subestações

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
200J	358.304.214	320.769.676	223.025.259
2C49	16.410.000	19.110.000	15.593.907
125W	200.000	200.000	0
14MI	0	35.000.000	6.195.796
14MJ	0	35.000.000	6.195.796
2D94	5.866.086	3.965.778	1.542.732
1891	5.000.000	5.000.000	4.763.162
2C47	312.728.023	296.304.623	245.980.487
2D61	433.056.133	433.056.133	341.431.892
Total	1.131.564.456	1.148.406.210	844.729.031

- 04DJ - Ampliação da capacidade de geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga em Itaparica (BA)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado Energia Elétrica
	LOA	LOA+Créditos	
14ND	625.000	625.000	0
Total	625.000	625.000	0

OBJETIVO: 0045 - Universalizar o acesso à energia elétrica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0035 - Ampliação do Acesso à Energia Elétrica na Área Rural (Luz para Todos)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00NY	961.323.061	961.323.061	159.480.021	155.573.637	45.250.867
Total	961.323.061	961.323.061	159.480.021	155.573.637	45.250.867

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
11X8	46.058.254	7.134.000	6.941.395
11YL	112.125.000	67.040.000	39.982.143
11XI	100.000.000	10.000.000	6.999.807
11XE	41.709.660	2.487.507	1.640.855
10WO	8.808.985	800.000	109.258
11XU	173.438.524	130.000.000	125.261.355
7V31	5.305.000	0	0
Total	487.445.423	217.461.507	180.934.813

- 0036 - Coordenação das providências para o cumprimento das metas de universalização do acesso à energia elétrica

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7V36	41.076.000	41.076.000	0	0	0
1379	17.306.132	17.306.132	847.457	7.469	7.469
Total	58.382.132	58.382.132	847.457	7.469	7.469

- 0037 - Fomentar ações de desenvolvimento social e geração de emprego e renda e o uso eficiente, racional e produtivo da energia elétrica

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20A9	2.642.000	2.642.000	57.188	39.680	39.680
Total	2.642.000	2.642.000	57.188	39.680	39.680

OBJETIVO: 0047 - Aprimorar a qualidade do fornecimento e zelar pela modicidade dos preços dos serviços de energia elétrica para a sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 003Q - Regulação do Setor Elétrico

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2993	14.098.032	13.678.426	12.996.527	10.539.641	10.539.641

4703	2.900.000	2.900.000	2.823.444	2.059.674	1.997.920
4880	26.437.332	28.170.499	26.176.880	17.510.151	16.645.040
4699	2.759.854	2.207.884	1.780.910	1.464.507	1.328.926
2C42	5.068.300	4.054.640	3.351.074	1.920.422	1.831.634
Total	51.263.518	51.011.449	47.128.835	33.494.395	32.343.161

OBJETIVO: 0048 - Estimular medidas de eficiência energética, que contribuam para a otimização da transmissão, da distribuição e do consumo de energia elétrica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **003W - Promover a Conscientização Sobre o Uso Eficiente de Energia Elétrica**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
4394	85.982.000	16.671.000	12.094.620
Total	85.982.000	16.671.000	12.094.620

OBJETIVO: 0436 - Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica, incluindo a geração nos sistemas isolados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **01FS - Ampliar, manter e reforçar as redes de distribuição de energia elétrica**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
4881	38.732.000	38.732.000	38.729.704
20P3	101.457.261	53.671.855	51.058.932
14L1	51.809.397	13.075.988	14.789.912
6749	42.244.394	24.197.232	19.344.005
20PA	5.796.944	6.755.444	4.006.770
20P0	21.308.400	37.474.172	12.172.553
20P2	30.145.177	7.458.400	15.271.809
3375	63.979.584	14.041.000	11.748.965
20PI	90.638.928	60.484.737	38.223.686
2D89	76.575.832	57.396.177	37.901.773
20PD	150.169.020	55.923.261	31.207.609
20P7	89.766.321	43.087.000	19.304.340
14L7	319.111.717	110.872.323	106.943.067
14KY	125.931.076	58.820.306	20.016.343
14L0	14.880.000	16.500.000	6.806.663
14KZ	268.023.679	86.584.645	84.944.976
20P5	78.414.911	63.249.284	30.429.266
20PC	25.990.394	8.726.000	4.978.406
Total	1.594.975.035	757.049.824	547.878.779

• **01FU - Prover a geração de energia elétrica necessária aos Sistemas Isolados**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
20PE	8.000.000	3.000.000	4.290
3267	4.100.000	8.340.000	1.348.719
Total	12.100.000	11.340.000	1.353.009

OBJETIVO: 0437 - Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01G1 - Manutenção do parque gerador de energia

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
4467	24.038.182	24.038.182	9.349.499
4477	405.743.678	275.811.930	193.275.595
212U	60.450.000	32.194.078	24.405.471
20OG	17.311.992	19.546.403	7.375.811
4476	151.590.007	151.590.007	98.569.054
4493	74.000.000	74.000.000	13.617.586
3372	113.370.005	18.000.000	3.284.610
20OM	74.253.260	59.175.224	47.154.268
3292	50.442.140	56.816.722	44.136.306
3380	50.237.000	50.237.000	9.098.885
6556	232.121.000	382.044.500	374.953.321
1C63	1.400.000	0	0
Total	1.254.957.264	1.143.454.046	825.220.406

• 01G2 - Manutenção do sistema de transmissão

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
4462	35.000.000	45.000.000	32.138.539
2D63	190.502.302	190.502.302	146.267.225
4471	6.070.000	15.213.442	1.831.016
4478	376.541.720	432.497.984	297.709.533
212V	5.500.000	0	0
Total	613.614.022	683.213.728	477.946.313

OBJETIVO: 0439 - Pesquisar fontes e tecnologias para o desenvolvimento e inovação no setor de energia elétrica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01GD - Realização de pesquisas no setor elétrico

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20AA	200.000	200.000	33.000	0	0
20L5	800.000	800.000	0	0	0
Total	1.000.000	1.000.000	33.000	0	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
2745	26.125.000	19.250.000	9.165.461
Total	26.125.000	19.250.000	9.165.461

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2022 - Combustíveis

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	122.243	124.743	57.483
Despesas Correntes	119.943	121.043	56.408
Despesas de Capital	2.300	3.700	1.075
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	22.694.932	22.423.462	19.386.209
Totais	22.817.175	22.548.206	19.443.692

OBJETIVO: 0054 - Expandir e modernizar o parque nacional de refino e adequar a infraestrutura industrial no exterior, de modo a buscar atender integralmente o mercado interno de combustíveis com padrões de qualidade adequados e possibilitar seu comércio internacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **004D - Desenvolvimento de mercados de combustíveis no exterior**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
4864	109.861.000	454.990.000	345.281.289
Total	109.861.000	454.990.000	345.281.289

• **004E - Implantação da Refinaria Abreu e Lima (PE)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1P65	4.814.646.000	6.947.626.000	5.796.227.806
Total	4.814.646.000	6.947.626.000	5.796.227.806

• **004F - Implantação da Refinaria do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1209	6.584.381.000	5.540.737.000	5.437.790.835
Total	6.584.381.000	5.540.737.000	5.437.790.835

• **004G - Implantação da Refinaria Premium I (MA)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
117R	1.263.071.000	162.227.000	144.882.262
Total	1.263.071.000	162.227.000	144.882.262

• **004H - Implantação da Refinaria Premium II (CE)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
119J	165.483.000	126.450.000	103.368.598
Total	165.483.000	126.450.000	103.368.598

• 004I - Implantação de Refinarias

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
125M	102.095.000	300.439.000	240.171.313
Total	102.095.000	300.439.000	240.171.313

• 004M - Manutenção, modernização e ampliação do parque de refino

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1188	13.044.000	985.000	965.558
4108	1.189.464.000	1.124.638.000	1.121.407.883
2767	293.042.000	134.110.000	130.682.667
1C60	86.909.000	67.839.000	65.951.975
146C	278.521.000	832.058.000	817.351.800
3157	0	2.000.000	1.927.708
Total	1.860.980.000	2.161.630.000	2.138.287.591

• 004R - Modernização e ampliação da Refinaria Duque de Caxias - REDUC (RJ)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3135	279.000.000	122.734.000	122.254.175
Total	279.000.000	122.734.000	122.254.175

• 004S - Modernização e ampliação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR (PR)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3161	1.261.000	65.464.000	44.894.065
Total	1.261.000	65.464.000	44.894.065

• 004T - Modernização e ampliação da Refinaria de Paulínia - REPLAN (SP)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3155	220.114.000	468.814.000	284.082.093
Total	220.114.000	468.814.000	284.082.093

• 004U - Modernização e ampliação da Refinaria Landulpho Alves - RLAM (BA)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3129	150.661.000	131.630.000	124.931.096
Total	150.661.000	131.630.000	124.931.096

• 004V - Modernização e ampliação da Refinaria Presidente Bernardes - RPBC (SP)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3125	553.964.000	517.492.000	415.099.334
Total	553.964.000	517.492.000	415.099.334

• **04A6 - Modernização e ampliação da Refinaria Gabriel Passos - REGAP (MG)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3143	345.181.000	183.290.000	153.397.490
Total	345.181.000	183.290.000	153.397.490

• **04A7 - Modernização e ampliação da Refinaria do Vale do Paraíba - REVAP (SP)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3151	214.218.000	224.224.000	218.220.725
Total	214.218.000	224.224.000	218.220.725

OBJETIVO: 0185 - Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **00L5 - Implantação e ampliação da capacidade de unidades produtoras de biodiesel, etanol e unidades esmagadoras**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
124N	7.910.000	7.689.000	4.610.263
124J	3.090.000	17.318.000	9.699.101
124I	4.940.000	9.378.000	9.264.293
Total	15.940.000	34.385.000	23.573.657

OBJETIVO: 0186 - Otimizar a logística referente a petróleo e combustíveis, de forma a reduzir custos e favorecer sua comercialização e seu adequado fornecimento aos consumidores.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **00L8 - Expansão da frota marítima e hidroviária para transporte de petróleo, derivados, gás natural, biocombustíveis e petroquímicos e apoio logístico off-shore**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
125Q	91.750.000	78.474.000	26.782.970
1063	1.583.508.000	1.669.351.000	989.906.191
Total	1.675.258.000	1.747.825.000	1.016.689.161

• **00LA - Implantação e expansão da malha dutoviária e de ativos logísticos para ampliação da capacidade de escoamento de petróleo, derivados e biocombustíveis**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1192	51.327.000	34.178.000	30.393.251
152G	740.191.000	340.195.000	278.811.968
11SW	27.261.000	16.953.000	14.170.526
11UN	4.730.000	2.877.000	2.527.059
111S	11.880.000	11.656.000	7.672.910

111R	10.966.000	75.216.000	57.635.490
152H	264.200.000	373.366.000	304.776.562
1C22	3.868.000	9.754.000	9.410.595
Total	1.114.423.000	864.195.000	705.398.361

- **00LC - Modernização, ampliação e adequação da infraestrutura logística de petróleo, derivados e biocombustíveis**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
2B38	101.962.000	71.748.000	56.538.788
4107	1.803.605.000	1.171.742.000	907.405.227
2D37	39.500.000	33.876.000	32.939.900
4451	238.191.000	108.928.000	102.287.370
Total	2.183.258.000	1.386.294.000	1.099.171.285

- **00LD - Modernizar e ampliar a capacidade logística de distribuição para atender, de forma otimizada, ao crescimento dos diversos mercados e às demandas legais e regulatórias, primando pela segurança, meio ambiente e saúde pública**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14UI	35.000.000	31.300.000	31.299.838
2787	539.043.000	512.009.000	509.951.106
2799	127.506.000	62.383.000	61.607.784
2B44	1.702.000	2.641.400	2.639.773
2B43	84.633.000	87.350.100	87.345.898
3348	677.000	0	0
2809	33.795.000	36.675.000	35.891.959
2797	173.043.000	218.302.000	215.898.463
Total	995.399.000	950.660.500	944.634.821

- **04A8 - Reformulação da malha dutoviária da grande São Paulo**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1C59	45.738.000	32.356.000	27.853.120
Total	45.738.000	32.356.000	27.853.120

OBJETIVO: 0553 - Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **023X - Regular e fiscalizar o setor de derivados de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10TP	1.000.000	1.300.000	1.299.382	431.472	431.472
00EI	62.706.948	62.706.948	16.543.000	0	0
212J	58.436.292	60.636.292	60.511.294	57.051.312	49.242.904
Total	122.143.240	124.643.240	78.353.676	57.482.784	49.674.376

OBJETIVO: 0797 - Monitorar e incentivar o uso sustentável de biocombustíveis de origem florestal (lenha e carvão) para fins energéticos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 037M - Apoiar e fomentar o desenvolvimento de estratégias empresariais de uso sustentável da biomassa florestal como fonte primária de energia

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LY	100.000	100.000	0	0	0
Total	100.000	100.000	0	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2053 - Petróleo e Gás**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	151.338	149.338	73.738
Despesas Correntes	149.438	147.438	72.798
Despesas de Capital	1.900	1.900	939
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	56.909.779	63.742.667	58.201.660
Totais	57.061.117	63.892.005	58.275.397

OBJETIVO: 0053 - Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **004B - Realização de estudos geológicos e geofísicos para aumentar o conhecimento das bacias sedimentares brasileiras, bem como para a prospecção de petróleo e gás natural, incluindo a área do Pré-Sal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2050	100.000.000	100.000.000	58.999.451	33.704.713	33.704.713
Total	100.000.000	100.000.000	58.999.451	33.704.713	33.704.713

OBJETIVO: 0057 - Implantar sistemas coordenados de exploração, produção e processamento de petróleo e gás natural, em terra e mar, com conteúdo local, bem como de transporte de gás natural, orientados ao desenvolvimento equilibrado do território e para atender, agregando valor, aos mercados doméstico e internacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0053 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção II**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
1172	105.413.000	806.790.000		782.229.068
Total	105.413.000	806.790.000		782.229.068

- **0054 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção III**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
117Q	99.734.000	717.630.000		379.747.958
Total	99.734.000	717.630.000		379.747.958

- **0057 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção V**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
146Q	5.951.927.000	5.265.930.000		5.135.651.816
Total	5.951.927.000	5.265.930.000		5.135.651.816

- **0058 - Desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural, através da instalação de novos sistemas de produção e manutenção e melhorias dos sistemas atualmente existentes**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
4237	746.048.000	572.303.000	535.602.726
213U	0	34.487.000	23.626.324
2851	2.946.700.000	1.779.381.000	1.479.409.150
2751	390.333.000	472.834.000	460.037.477
2D01	260.692.000	131.180.000	176.899.005
8055	13.021.000	64.150.000	61.957.227
213V	0	41.532.000	22.947.125
4109	5.223.041.000	4.769.476.000	4.363.304.671
8019	1.196.146.000	3.403.507.000	3.183.531.732
2761	2.335.084.000	3.171.100.000	2.989.771.659
2D00	188.624.000	79.780.000	76.921.625
Total	13.299.689.000	14.519.730.000	13.374.008.721

- **005A - Desenvolvimento e implantação de instalações de GNL (Gás Natural Liquefeito), dominando a tecnologia e operação, inserindo o Brasil no conjunto dos países que detém tecnologia, processos e operação de GNL**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
20T7	17.672.000	21.226.000	20.327.266
14UG	19.253.000	2.304.000	1.045.137
146K	55.376.000	202.564.000	189.826.892
Total	92.301.000	226.094.000	211.199.295

- **005C - Desenvolvimento da Produção da Bacia de Santos**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
20OP	261.201.000	367.910.000	332.670.024
Total	261.201.000	367.910.000	332.670.024

- **005D - Desenvolvimento da Produção da Cessão Onerosa**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
20OR	3.184.117.000	2.760.997.000	2.587.417.728
Total	3.184.117.000	2.760.997.000	2.587.417.728

- **005E - Desenvolvimento da Produção do Espírito Santo e Bacia de Campos**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
20OU	5.487.631.000	9.459.080.000	8.944.260.574
Total	5.487.631.000	9.459.080.000	8.944.260.574

- **005F - Desenvolvimento da Produção do Pré-Sal**

• 005F - Desenvolvimento da Produção do Pré-Sal

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
200S	7.560.407.000	6.928.745.000	6.519.808.903
Total	7.560.407.000	6.928.745.000	6.519.808.903

• 005H - Implantação, adequação e manutenção da malha de gasodutos de transporte de gás natural

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
150Z	34.219.000	5.062.000	2.144.171
4867	121.000	216.000	192.580
8020	28.303.000	8.490.000	9.130.415
4861	192.967.000	160.706.000	129.044.745
146S	128.581.000	59.253.000	55.946.865
152I	1.037.000.000	1.409.740.000	1.401.992.223
146R	185.914.000	216.888.000	184.355.497
Total	1.607.105.000	1.860.355.000	1.782.806.496

• 005P - Manutenção da Produção das Bacias de Campos e do Espírito Santo

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
200Q	3.991.497.000	4.496.710.000	4.557.509.013
Total	3.991.497.000	4.496.710.000	4.557.509.013

• 005Q - Manutenção da Produção das Bacias de Santos e da Região Sul

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
200T	370.863.000	892.930.000	887.074.846
Total	370.863.000	892.930.000	887.074.846

• 005S - Realização de levantamentos sísmicos e perfuração de poços - Exploração de Bacias Sedimentares Marítimas I

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146F	10.230.665.000	11.668.144.000	9.224.972.730
Total	10.230.665.000	11.668.144.000	9.224.972.730

• 005T - Realização de levantamentos sísmicos e perfuração de poços - Exploração de Bacias Sedimentares Terrestres I

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146G	1.172.839.000	1.264.030.000	1.202.214.645
Total	1.172.839.000	1.264.030.000	1.202.214.645

• 04DD - Ampliar a capacidade de processamento de Gás Natural do Terminal de Cabiúnas (RJ).

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10TF	12.000.000	18.189.000	18.109.674
14KK	482.303.000	485.341.000	471.910.800
Total	494.303.000	503.530.000	490.020.474

• **04H4 - Implantação de Unidades de Processamento de Gás Natural do Pólo Pré-Sal da Bacia de Santos**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
151A	511.166.000	245.882.000	216.809.724
Total	511.166.000	245.882.000	216.809.724

• **04H7 - Implantação de Unidade de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural em Barra do Riacho (ES)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14VS	28.970.000	646.000	2.548
Total	28.970.000	646.000	2.548

• **04HC - Implantação de Gasoduto de escoamento de Gás Natural do Pré-Sal para processamento no COMPERJ**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
152J	419.050.000	95.419.000	74.668.800
Total	419.050.000	95.419.000	74.668.800

OBJETIVO: 0063 - Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **0066 - Realização de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento para petróleo e gás natural**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
2D83	180.000.000	78.159.000	57.133.377
20LE	1.074.174.000	981.808.000	924.835.747
20OW	324.094.000	231.191.000	191.687.150
20OV	462.633.000	370.957.000	324.930.099
Total	2.040.901.000	1.662.115.000	1.498.586.373

OBJETIVO: 0064 - Aprimorar a gestão dos recursos de petróleo e gás natural por meio de estudos, regulação e fiscalização.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **006N - Regulação (incluindo fiscalização e autorização) da implementação dos contratos, projetos e normas socioambientais da indústria do petróleo e gás natural**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
212L	14.958.661	13.958.661	13.851.051	11.693.159	8.699.157
212K	35.579.646	34.579.646	32.664.365	28.339.721	20.146.236
Total	50.538.307	48.538.307	46.515.416	40.032.880	28.845.392

OBJETIVO: 0529 - Planejar a expansão da infraestrutura de gás natural de forma a atender e ampliar o abastecimento interno e contribuir para maior segurança energética do país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0203 - Elaboração e acompanhamento do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LH	800.000	800.000	0	0	0
Total	800.000	800.000	0	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2054 - Planejamento Urbano**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.503.843	2.997.304	3.340
Despesas Correntes	69.279	59.485	3.027
Despesas de Capital	2.434.564	2.937.819	313
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	2.503.843	2.997.304	3.340

OBJETIVO: 0321 - Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00ZN - Reabilitação de áreas urbanas centrais, áreas subutilizadas ou áreas de especial interesse de preservação cultural ou ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20NR	29.025.000	29.025.000	5.740.000	190.000	190.000
Total	29.025.000	29.025.000	5.740.000	190.000	190.000

OBJETIVO: 0322 - Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00ZP - Instituição do planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento sustentável com redução de desigualdades sociais e melhoria da qualidade ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8874	2.000.000	1.600.000	238.684	152.551	152.551
20W3	2.125.000	2.125.000	166.548	10.762	10.762
Total	4.125.000	3.725.000	405.232	163.313	163.313

OBJETIVO: 0324 - Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana, combinando ações de fortalecimento institucional e de implementação de processos de regularização fundiária urbana.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00ZT - Promoção da regularização fundiária urbana, incluindo adequações de normas pertinentes, o fortalecimento e a articulação interinstitucionais, como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8866	47.321.155	43.906.155	7.137.184	1.047.674	1.047.674
Total	47.321.155	43.906.155	7.137.184	1.047.674	1.047.674

OBJETIVO: 0589 - Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02B4 - Fortalecimento da gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1D73	2.390.976.578	2.891.356.042	1.222.279.049	122.925	122.925
8872	583.383	583.383	79.366	49.366	49.366
4055	486.152	486.152	449.002	389.792	389.792
20NP	1.750.147	1.468.584	0	0	0
4420	1.507.071	1.707.071	1.393.896	1.376.491	1.376.491
Total	2.395.303.331	2.895.601.232	1.224.201.313	1.938.574	1.938.574

OBJETIVO: 1003 - Promover a acessibilidade universal em áreas urbanas e edificações, eliminando barreiras arquitetônicas e urbanísticas, como forma de garantir o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **04FB - Apoiar a promoção da acessibilidade universal em áreas urbanas e edificações**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10T2	28.068.154	25.046.586	740.000	0	0
Total	28.068.154	25.046.586	740.000	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.112.905	2.508.894	602.629
Despesas Correntes	163.765	173.190	71.235
Despesas de Capital	2.949.140	2.335.703	531.394
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	3.112.905	2.508.894	602.629

OBJETIVO: 0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **027W - Apoiar implantação, modernização e complementação de sistemas de transporte público coletivo, incluindo a aquisição de veículos e equipamentos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10SS	2.668.409.000	1.954.462.812	1.224.300.815	418.903.279	418.903.279
Total	2.668.409.000	1.954.462.812	1.224.300.815	418.903.279	418.903.279

- **027Z - Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5176	100.000	100.000	0	0	0
Total	100.000	100.000	0	0	0

- **0280 - Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10SX	1.000.000	446.293	0	0	0
Total	1.000.000	446.293	0	0	0

- **0281 - Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife-Jaboatão, Coqueiral-Rodoviária e Recife-Cabo do sistema de Trens Urbanos de Recife - PE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5754	54.981.684	54.981.684	22.935.879	2.763.530	2.451.673
Total	54.981.684	54.981.684	22.935.879	2.763.530	2.451.673

- **0282 - Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10SY	138.000.000	138.000.000	138.000.000	107.700.000	0
Total	138.000.000	138.000.000	138.000.000	107.700.000	0

- **0283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
152U	1.000.000	37.524.259	32.212.125	0	0
152T	1.000.000	54.387.950	35.067.701	0	0
14TT	15.150.000	12.150.000	7.408.899	1.304.845	1.304.845
152S	1.000.000	25.587.686	17.408.647	13.804	0
Total	18.150.000	129.649.895	92.097.371	1.318.649	1.304.845

OBJETIVO: 0580 - Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **029W - Apoiar a implantação e adequação de infraestrutura urbana para propiciar acessibilidade às pessoas com restrição de mobilidade e deficiência**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14TS	5.100.000	5.100.000	2.383.245	677.522	677.522
Total	5.100.000	5.100.000	2.383.245	677.522	677.522

- **029X - Implantação, reforma ou ampliação de infraestrutura de transportes públicos não motorizados e intervenções que contribuam para a minimização dos conflitos do transporte a pé e de bicicleta no espaço urbano**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10ST	62.543.000	62.463.000	3.043.000	0	0
Total	62.543.000	62.463.000	3.043.000	0	0

OBJETIVO: 0581 - Apoiar a implantação de medidas de moderação de tráfego visando a qualificação do sistema viário urbano nos pontos que apresentem conflitos entre os modais de transporte.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **029Y - Apoiar projetos de alteração ou adequação de vias para limitar a velocidade dos veículos, ordenar fluxos ou restringir e, implantar sinalização de trânsito e dispositivos de redução de velocidade dos veículos, aliados a melhoria do ambiente urbano**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D47	155.977	124.782	0	0	0
Total	155.977	124.782	0	0	0

OBJETIVO: 0584 - Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02AS - Apoiar a capacitação e o desenvolvimento institucional para gestão de sistemas de mobilidade urbana e de transporte sobre trilhos, o fomento à elaboração de Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade Urbana, e a elaboração de projetos de infraestrutura da mobilidade urbana, trânsito e transporte sobre trilhos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D49	4.000.000	3.200.000	0	0	0
10SR	5.500.000	5.400.000	4.096.911	0	0
20YB	100.000	100.000	0	0	0
123N	100.000	100.000	0	0	0
Total	9.700.000	8.800.000	4.096.911	0	0

- 02AV - Desenvolvimento de estudos, pesquisas e soluções técnicas, promovendo a produção e disseminação de conhecimento e a inovação tecnológica nas áreas de mobilidade urbana, trânsito e transporte sobre trilhos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4398	5.000.000	5.000.000	4.623.098	203.271	203.271
Total	5.000.000	5.000.000	4.623.098	203.271	203.271

OBJETIVO: 0591 - Aprimorar o Sistema Nacional de Trânsito promovendo a melhoria do desempenho de seus órgãos e entidades, estimulando a educação e a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02BB - Aprimoramento do Sistema Nacional de Trânsito promovendo a melhoria do desempenho de seus órgãos e entidades, estimulando a educação, a fiscalização, a engenharia e a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8487	1.500.000	1.500.000	0	0	0
20YZ	126.135.244	126.135.244	75.842.823	60.934.771	60.934.771
Total	127.635.244	127.635.244	75.842.823	60.934.771	60.934.771

OBJETIVO: 0592 - Promover a educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02BC - Promoção de ações de educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito, por meio das diversas mídias e peças, e sensibilização dos profissionais da educação para o tema trânsito

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	10.000.000	10.000.000	9.092.125	8.883.649	8.689.664
4414	12.130.000	12.130.000	1.803.489	1.244.277	1.244.277
Total	22.130.000	22.130.000	10.895.614	10.127.927	9.933.942

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	12.610.465	12.183.403	4.259.402
Despesas Correntes	467.151	168.233	67.272
Despesas de Capital	12.143.315	12.015.169	4.192.130
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	12.610.465	12.183.403	4.259.402

OBJETIVO: 0129 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, por meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **009J - Manutenção da malha rodoviária Região Centro-Oeste**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VI	797.436.676	820.039.196	752.825.460	417.142.217	295.736.055
Total	797.436.676	820.039.196	752.825.460	417.142.217	295.736.055

• **009K - Manutenção da malha rodoviária Região Nordeste**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VJ	1.211.612.000	1.281.234.217	1.158.378.450	484.398.070	307.340.803
2E65	12.000.000	12.000.000	0	0	0
Total	1.223.612.000	1.293.234.217	1.158.378.450	484.398.070	307.340.803

• **009L - Manutenção da malha rodoviária Região Norte**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VK	1.007.825.400	1.353.226.462	1.202.538.680	587.996.024	425.588.659
Total	1.007.825.400	1.353.226.462	1.202.538.680	587.996.024	425.588.659

• **009M - Manutenção da malha rodoviária Região Sudeste**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VL	759.458.000	755.509.000	719.855.707	367.370.749	281.054.372
Total	759.458.000	755.509.000	719.855.707	367.370.749	281.054.372

• **009N - Manutenção da malha rodoviária Região Sul**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VM	549.753.000	1.005.918.428	895.546.999	514.508.295	324.684.166
Total	549.753.000	1.005.918.428	895.546.999	514.508.295	324.684.166

OBJETIVO: 0130 - Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão, desconcentrando a gestão da malha.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 009T - Fiscalização e regulação de concessões no transporte rodoviário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2907	23.578.018	23.718.018	23.660.755	17.415.364	17.353.004
Total	23.578.018	23.718.018	23.660.755	17.415.364	17.353.004

OBJETIVO: 0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 009V - Adequação da Rodovia BR-060/GO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7140	34.400.000	84.400.000	84.400.000	32.703.247	22.894.834
Total	34.400.000	84.400.000	84.400.000	32.703.247	22.894.834

• 009W - Adequação da Rodovia BR-101/AL

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7624	240.000.000	190.000.000	182.650.491	111.671.786	95.423.052
Total	240.000.000	190.000.000	182.650.491	111.671.786	95.423.052

• 009X - Adequação da Rodovia BR-101/BA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
105S	234.500.000	234.500.000	154.499.999	1.193.686	1.193.686
13X9	129.000.000	0	0	0	0
Total	363.500.000	234.500.000	154.499.999	1.193.686	1.193.686

• 009Z - Adequação da Rodovia BR-101/PB

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
105T	24.100.000	24.100.000	23.720.647	600.647	600.647
Total	24.100.000	24.100.000	23.720.647	600.647	600.647

• 00A0 - Adequação da Rodovia BR-101/PE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7435	86.000.000	16.000.000	7.499.745	2.042.400	761.241
Total	86.000.000	16.000.000	7.499.745	2.042.400	761.241

• 00A1 - Adequação da Rodovia BR-101/RJ

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13XP	860.000	0	0	0	0
Total	860.000	0	0	0	0

• 00A3 - Adequação da Rodovia BR-101/RS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3766	1.000.000	1.500.000	1.500.000	0	0
7V08	3.000.000	3.000.000	0	0	0
Total	4.000.000	4.500.000	1.500.000	0	0

• 00A4 - Adequação da Rodovia BR-101/SC

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1208	258.000.000	417.934.589	374.184.119	251.217.587	220.960.567
Total	258.000.000	417.934.589	374.184.119	251.217.587	220.960.567

• 00A6 - Adequação da Rodovia BR-101/SE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
110Q	128.400.000	190.400.000	165.399.616	74.965.554	61.635.762
110R	70.000.000	35.000.000	23.270.737	8.567.326	6.103.702
Total	198.400.000	225.400.000	188.670.353	83.532.880	67.739.464

• 00A8 - Adequação da Rodovia BR-116/RS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1K53	60.000.000	13.900.000	13.900.000	7.653.029	6.210.752
10KV	10.000.000	0	0	0	0
7L04	192.900.000	467.369.930	451.950.000	256.921.963	215.636.771
Total	262.900.000	481.269.930	465.850.000	264.574.992	221.847.523

• 00A9 - Adequação da Rodovia BR-163/MT

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10L1	150.000.000	250.000.000	222.000.000	64.613.589	41.555.210
7M76	4.000.000	4.000.000	800.000	239.486	239.486
14L8	1.000.000	500.000	0	0	0
Total	155.000.000	254.500.000	222.800.000	64.853.075	41.794.696

• 00AB - Adequação da Rodovia BR-262/MG

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13XJ	23.400.000	13.400.000	10.800.000	0	0
Total	23.400.000	13.400.000	10.800.000	0	0

• 00AF - Adequação da Rodovia BR-381/MG

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10IX	275.200.000	205.200.000	200.935.783	68.145.292	46.937.885
Total	275.200.000	205.200.000	200.935.783	68.145.292	46.937.885

• 00AH - Adequação da Rodovia BR-470/SC

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7530	146.200.000	78.530.062	68.438.062	16.537.010	7.606.143
Total	146.200.000	78.530.062	68.438.062	16.537.010	7.606.143

• 00AI - Adequação de capacidade dos eixos rodoviários

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13XL	30.000.000	0	0	0	0
12KF	25.800.000	93.799.634	52.104.830	22.623.366	19.313.049
7S72	21.038.000	21.038.000	0	0	0
150H	6.000.000	6.000.000	0	0	0
7R82	36.076.000	37.576.000	1.424.044	1.279.168	1.279.168
1K23	30.100.000	22.100.000	22.100.000	5.427.356	1.283.096
7S66	860.000	860.000	860.000	631.705	437.252
1304	21.500.000	18.464.388	13.424.319	9.363.798	7.584.278
7M83	860.000	0	0	0	0
13NC	6.000.000	44.524.967	39.616.393	14.728.111	11.265.187
7S90	6.000.000	6.000.000	2.350.000	2.198.088	2.198.088
7L94	5.000.000	5.000.000	2.000.000	0	0
7V23	26.646.000	26.646.000	0	0	0
7V32	4.244.000	4.244.000	0	0	0
7542	1.000.000	0	0	0	0
127H	51.600.000	220.422.669	201.600.000	155.768.298	117.309.037
14UV	30.100.000	100.000	0	0	0
7V03	7.500.000	7.500.000	0	0	0
7U43	42.869.526	44.969.526	2.100.000	209.109	209.109
7V35	3.000.000	3.000.000	0	0	0
7626	25.800.000	42.550.472	22.172.510	951.496	500.000
7M88	20.000.000	5.000.000	0	0	0
1558	8.600.000	10.482.267	22.561	22.561	22.561
13YM	12.040.000	5.040.000	0	0	0
13X6	21.500.000	29.205.302	0	0	0
7E90	1.000.000	13.400.000	13.400.000	0	0
14K8	1.000.000	1.000.000	935.000	0	0
7V02	6.000.000	6.000.000	0	0	0
14OW	26.038.000	26.038.000	0	0	0
13Y2	17.200.000	0	0	0	0
7V26	56.625.000	0	0	0	0
7S73	15.480.000	15.480.000	15.480.000	0	0

12IW	68.800.000	68.800.000	7.800.000	7.668.428	7.668.428
7M69	860.000	0	0	0	0
123U	93.600.000	80.600.000	45.000.000	1.706.709	0
Total	730.736.526	865.841.225	442.389.658	222.578.195	169.069.254

• **00A7 - Adequação da Rodovia BR-116/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13X7	116.186.000	116.186.000	106.101.581	0	0
Total	116.186.000	116.186.000	106.101.581	0	0

• **00AA - Adequação da Rodovia BR-262/ES**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7M71	25.800.000	15.800.000	15.800.000	0	0
Total	25.800.000	15.800.000	15.800.000	0	0

• **04AY - Adequação da Rodovia BR-364/RO**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7M63	5.000.000	28.820.755	21.999.999	0	0
Total	5.000.000	28.820.755	21.999.999	0	0

• **04BL - Adequação da Rodovia BR-155/PA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13Y5	17.200.000	7.200.000	0	0	0
Total	17.200.000	7.200.000	0	0	0

• **04BS - Adequação da Rodovia BR-163/PR**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7U22	17.200.000	17.200.000	12.000.000	0	0
12JL	43.000.000	64.500.000	64.500.000	50.445.254	42.509.308
Total	60.200.000	81.700.000	76.500.000	50.445.254	42.509.308

• **04BV - Adequação da Rodovia BR-343/PI**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7J07	5.500.000	4.400.000	0	0	0
Total	5.500.000	4.400.000	0	0	0

• **04BY - Adequação da Rodovia BR-304/RN**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7S75	31.390.000	43.152.972	9.436.064	1.753.108	1.719.270
14YC	8.600.000	0	0	0	0
Total	39.990.000	43.152.972	9.436.064	1.753.108	1.719.270

• 04C2 - Adequação da Rodovia BR-386/RS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10M9	20.000.000	20.000.000	20.000.000	14.119.484	11.242.233
Total	20.000.000	20.000.000	20.000.000	14.119.484	11.242.233

• 04CQ - Adequação da Rodovia BR-153/GO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1310	20.554.000	2.554.000	500.000	362.872	352.702
Total	20.554.000	2.554.000	500.000	362.872	352.702

• 04D7 - Adequação da Rodovia BR-110/RN

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12JT	12.212.000	31.127.566	16.167.028	5.555.779	5.227.808
Total	12.212.000	31.127.566	16.167.028	5.555.779	5.227.808

• 04DK - Adequação da Rodovia BR-104/PB

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7G66	38.500.000	0	0	0	0
Total	38.500.000	0	0	0	0

• 04DO - Adequação da Rodovia BR-230/PB

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7T98	15.500.000	15.500.000	0	0	0
Total	15.500.000	15.500.000	0	0	0

• 04GT - Adequação da Rodovia BR-423/PE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14X0	30.000.000	17.000.000	0	0	0
Total	30.000.000	17.000.000	0	0	0

OBJETIVO: 0132 - Ampliar a capacidade dos acessos terrestres aos portos, por vias federais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00AL - Adequação do acesso ao Porto de Rio Grande - BR-392/RS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1214	99.000.000	40.000.000	15.000.000	0	0
Total	99.000.000	40.000.000	15.000.000	0	0

• 00AM - Adequação do acesso ao Porto de São Francisco do Sul - BR-280/SC

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10JQ	146.200.000	52.885.856	45.933.450	7.556.481	7.508.415
Total	146.200.000	52.885.856	45.933.450	7.556.481	7.508.415

• 00AN - Construção e adequação de acessos rodoviários a portos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7U25	7.826.000	7.826.000	0	0	0
12JU	25.198.000	10.198.000	8.898.000	0	0
7U28	6.880.000	6.880.000	6.880.000	3.331.751	3.331.751
7U29	860.000	860.000	0	0	0
7U27	13.760.000	38.408.286	29.016.000	0	0
10KT	860.000	42.060.000	0	0	0
10L3	39.646.000	146.000	0	0	0
7U30	860.000	0	0	0	0
3E56	17.200.000	5.000.000	0	0	0
Total	113.090.000	111.378.286	44.794.000	3.331.751	3.331.751

• 04HL - Construção do acesso ao Terminal Portuário de Capuaba - BR-447/ES

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7U06	6.880.000	6.880.000	6.880.000	0	0
Total	6.880.000	6.880.000	6.880.000	0	0

• 04HM - Adequação do acesso ao Porto de Itaguaí - BR-101/RJ

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3E49	23.220.000	33.220.000	21.694.306	7.048.209	2.097.054
Total	23.220.000	33.220.000	21.694.306	7.048.209	2.097.054

OBJETIVO: 0136 - Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00AT - Construção do Anel de Belo Horizonte - BR-381/MG e BR-040/MG

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10UL	860.000	0	0	0	0
Total	860.000	0	0	0	0

• 00AX - Construção do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro - BR-101/RJ e BR-493/RJ

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7630	860.000	5.860.000	4.822.485	0	0
1K17	60.200.000	60.200.000	60.200.000	60.200.000	0
3E50	129.000.000	42.540.756	42.540.756	33.380.287	96.301
Total	190.060.000	108.600.756	107.563.241	93.580.287	96.301

• 00B1 - Construção do Rodoanel de São Paulo - SP-021/SP

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12JP	129.000.000	129.000.000	129.000.000	129.000.000	129.000.000
Total	129.000.000	129.000.000	129.000.000	129.000.000	129.000.000

• 00B2 - Construção e adequação de contornos ou anéis rodoviários

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7I71	47.576.000	46.076.000	9.855.902	746.263	746.263
15CU	0	1.800.000	0	0	0
7M91	860.000	0	0	0	0
7V17	49.936.600	49.936.600	0	0	0
151V	60.200.000	20.200.000	0	0	0
7S51	34.400.000	900.000	0	0	0
12JV	860.000	6.271.700	4.860.000	4.365.980	2.647.609
7T10	0	1.000.000	0	0	0
7T99	12.000.000	12.000.000	0	0	0
7L03	25.198.000	84.020.669	76.838.000	44.465.573	0
7V27	25.000.000	25.000.000	0	0	0
12ER	860.000	2.500.000	2.500.000	2.036.390	2.036.390
123S	1.462.000	1.462.000	0	0	0
11WB	12.900.000	0	0	0	0
7T95	9.000.000	9.000.000	0	0	0
7M92	860.000	0	0	0	0
7N37	1.000.000	15.662.000	0	0	0
7V15	28.861.000	28.861.000	0	0	0
7N84	40.860.000	40.000.000	0	0	0
13XZ	17.800.000	2.800.000	0	0	0
7V29	60.907.526	60.907.526	0	0	0
113X	9.000.000	9.000.000	8.981.200	0	0
7V25	162.339.000	162.339.000	0	0	0
113V	860.000	6.360.000	2.533.300	946.692	946.692
12KB	12.900.000	12.900.000	0	0	0
12MK	1.000.000	1.000.000	700.000	216.588	22.473
7V01	25.000.000	25.000.000	0	0	0
12KY	95.000.000	0	0	0	0
7I74	3.440.000	8.840.000	0	0	0
Total	740.080.126	633.836.495	106.268.402	52.777.486	6.399.428

• 00B4 - Construção e adequação de travessias urbanas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14OB	3.000.000	3.000.000	3.000.000	0	0
13X5	13.760.000	14.760.000	14.760.000	590.873	0
14P2	1.000.000	1.000.000	0	0	0
11ZK	2.000.000	2.000.000	0	0	0
12IX	3.784.000	784.000	0	0	0
14LV	17.286.000	7.286.000	7.286.000	0	0
12KG	81.800.000	42.800.000	24.750.000	449.241	449.241
7R27	10.000.000	0	0	0	0
127L	860.000	860.000	860.000	0	0
13SQ	2.500.000	2.500.000	0	0	0
14P4	1.000.000	1.000.000	0	0	0
11Z7	5.000.000	0	0	0	0
7P87	1.000.000	1.200.000	1.200.000	0	0
12H0	8.000.000	0	0	0	0
13ZD	1.000.000	1.000.000	841.542	0	0
7N81	1.000.000	1.000.000	0	0	0
11ZC	860.000	0	0	0	0
13OP	3.000.000	2.400.000	0	0	0
13Y0	21.500.000	0	0	0	0
13XW	2.064.000	17.564.000	16.785.608	5.311.200	2.714.594
12HH	5.000.000	0	0	0	0
7S96	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	0
Total	186.414.000	100.154.000	70.483.149	6.351.314	3.163.834

• 04ER - Adequação do Anel Rodoviário de Belo Horizonte - BR-040/MG, BR-262/MG e BR-381/MG

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7M95	19.100.000	40.125.000	19.125.000	2.275.446	2.275.446
Total	19.100.000	40.125.000	19.125.000	2.275.446	2.275.446

• 04F4 - Construção do Arco Rodoviário Metropolitano de Recife/PE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14X3	76.000.000	44.600.000	0	0	0
Total	76.000.000	44.600.000	0	0	0

• 04H2 - Construção do Anel Rodoviário de Uberaba/MG - BR-262/MG

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
150T	860.000	0	0	0	0
Total	860.000	0	0	0	0

OBJETIVO: 0137 - Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00B6 - Construção da BR-135/BA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1C09	86.000.000	86.000.000	76.480.473	0	0
Total	86.000.000	86.000.000	76.480.473	0	0

• 00B9 - Construção da BR-163/PA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1490	201.756.000	201.756.000	178.822.743	63.569.486	45.104.227
Total	201.756.000	201.756.000	178.822.743	63.569.486	45.104.227

• 00BB - Construção da BR-235/BA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7F51	200.600.000	170.600.000	154.838.412	57.592.183	36.304.936
Total	200.600.000	170.600.000	154.838.412	57.592.183	36.304.936

• 00BE - Construção de rodovias federais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7V07	2.250.000	2.250.000	0	0	0
7E87	12.900.000	0	0	0	0
13XG	11.360.000	10.500.000	0	0	0
13XQ	20.000.000	500.000	0	0	0
7U21	9.460.000	14.673.349	3.250.000	0	0
7M66	18.900.000	4.590.000	4.590.000	0	0
7S78	8.527.000	7.977.000	6.427.000	0	0
7E79	57.600.000	16.250.000	6.817.603	3.594.426	2.445.414
7G16	17.200.000	17.200.000	17.200.000	0	0
7N22	15.200.000	39.905.189	35.200.000	18.747.234	18.747.234
111J	8.600.000	4.000.000	0	0	0
7S59	48.994.000	48.994.000	48.994.000	24.569.465	11.598.092
7M81	8.600.000	8.600.000	8.600.000	842.592	666.920
128W	64.500.000	10.500.000	500.000	0	0
7H16	1.000.000	1.000.000	0	0	0
7T74	10.000.000	10.000.000	0	0	0
13SL	20.000.000	5.000.000	0	0	0
13WQ	860.000	0	0	0	0
10KK	82.800.000	27.800.000	10.010.391	4.774.402	4.774.402
12L0	6.880.000	0	0	0	0
7J39	500.000	500.000	0	0	0
1B99	1.000.000	6.250.000	6.250.000	0	0
12JG	56.932.000	36.932.000	15.000.000	2.378.443	0
7V28	10.898.371	10.898.371	0	0	0

7441	30.000.000	6.990.611	6.849.083	661.907	609.948
7474	8.600.000	8.600.000	8.591.322	2.920.857	1.377.212
12JW	12.900.000	0	0	0	0
7M32	5.000.000	4.000.000	0	0	0
13UW	6.000.000	6.000.000	6.000.000	0	0
7N85	25.800.000	5.000.000	0	0	0
13R0	1.000.000	1.000.000	0	0	0
7U07	3.000.000	3.000.000	0	0	0
7V18	97.405.200	97.405.200	0	0	0
7152	860.000	0	0	0	0
10IW	21.500.000	21.500.000	20.500.000	0	0
7V00	32.000.000	32.000.000	0	0	0
1D70	860.000	6.740.000	6.739.999	2.747.795	1.487.665
7V19	97.405.200	97.405.200	0	0	0
7K23	64.950.000	1.600.000	1.600.000	1.174.980	833.184
Total	902.241.771	575.560.920	213.119.399	62.412.101	42.540.072

• 00B8 - Construção da BR-158/MT

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11VA	50.000.000	17.000.000	16.999.999	9.548.653	8.570.935
Total	50.000.000	17.000.000	16.999.999	9.548.653	8.570.935

• 00BD - Construção da BR-242/TO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5E15	60.200.000	6.147.000	3.000.000	0	0
Total	60.200.000	6.147.000	3.000.000	0	0

• 04AE - Construção da BR-448/RS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10L7	30.000.000	12.000.000	12.000.000	5.210.037	3.230.521
14YA	9.000.000	0	0	0	0
Total	39.000.000	12.000.000	12.000.000	5.210.037	3.230.521

• 04F7 - Construção da BR-392/RS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14YB	9.000.000	0	0	0	0
Total	9.000.000	0	0	0	0

• 04FA - Construção da BR-422/PA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7V04	4.500.000	4.500.000	0	0	0
Total	4.500.000	4.500.000	0	0	0

• 04HN - Construção da BR-174/MT

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7T97	15.200.000	15.200.000	10.200.000	0	0
Total	15.200.000	15.200.000	10.200.000	0	0

OBJETIVO: 0138 - Aumentar a interligação rodoviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento, criando correntes logísticas na região.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00BG - Construção da BR-364/AC

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1422	860.000	60.000	0	0	0
Total	860.000	60.000	0	0	0

• 00BH - Construção da BR-429/RO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
113Y	22.800.000	69.821.816	55.800.000	17.938.322	12.192.068
Total	22.800.000	69.821.816	55.800.000	17.938.322	12.192.068

• 00BI - Construção de pontes internacionais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
112N	30.000.000	5.000.000	0	0	0
7V33	28.648.000	28.648.000	0	0	0
110O	34.400.000	5.000.000	5.000.000	0	0
126R	1.000.000	13.000.000	4.373.830	3.850.277	873.830
14Y4	1.300.000	1.300.000	0	0	0
Total	95.348.000	52.948.000	9.373.830	3.850.277	873.830

• 00BJ - Construção de rodovias fronteiriças

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1418	33.500.000	8.500.000	0	0	0
13YK	50.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	83.500.000	9.500.000	0	0	0

OBJETIVO: 0139 - Ampliar a malha rodoviária federal, de forma a promover a ligação entre todos os estados brasileiros, rompendo com o isolamento regional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00BM - Construção da Rodovia BR-230/PA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

111D	12.900.000	6.180.000	6.171.552	1.388.377	532.358
110I	124.700.000	24.700.000	24.700.000	6.859.097	4.127.175
10KR	163.400.000	133.400.000	128.400.000	57.133.440	12.473.342
Total	301.000.000	164.280.000	159.271.552	65.380.914	17.132.875

• **00BN - Construção da Rodovia BR-319/AM**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1248	40.000.000	9.011.000	7.386.368	5.851.432	3.548.738
Total	40.000.000	9.011.000	7.386.368	5.851.432	3.548.738

• **00BP - Construção de rodovias de integração nacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7242	68.263.000	48.263.000	27.011.127	0	0
1428	25.000.000	200.000	156.945	0	0
7N44	37.076.000	37.076.000	0	0	0
Total	130.339.000	85.539.000	27.168.072	0	0

• **04BP - Construção da BR-308/PA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7S62	54.114.000	54.114.000	0	0	0
Total	54.114.000	54.114.000	0	0	0

• **04C1 - Construção da BR-470/RS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7M65	1.000.000	1.500.000	1.500.000	0	0
7V09	3.000.000	3.000.000	0	0	0
Total	4.000.000	4.500.000	1.500.000	0	0

OBJETIVO: 0140 - Adequar as interseções das rodovias federais pavimentadas que apresentem travessias fluviais ou cruzamento de vias, de forma a garantir a continuidade do tráfego.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **00BR - Construção e adequação de pontes sobre interseções fluviais em rodovias federais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7L92	17.200.000	1.200.000	0	0	0
14Y0	2.000.000	1.600.000	0	0	0
7V21	21.646.000	21.646.000	0	0	0
7K18	21.242.000	11.242.000	11.186.590	104.921	0
14O2	5.000.000	4.000.000	0	0	0
113K	860.000	8.060.000	7.423.655	0	0
7184	75.000.000	35.000.000	21.817.000	17.623.335	17.443.335
Total	142.948.000	82.748.000	40.427.245	17.728.256	17.443.335

• 00BS - Construção e adequação de viadutos sobre interseções de vias terrestres em rodovias federais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14Y1	5.000.000	2.200.000	0	0	0
7P68	6.000.000	17.990.033	0	0	0
7V30	39.261.526	39.261.526	0	0	0
7V20	41.076.000	41.076.000	0	0	0
7N46	11.000.000	11.000.000	0	0	0
14X2	5.000.000	18.320.406	0	0	0
7V24	31.832.000	31.832.000	0	0	0
14OD	1.000.000	1.000.000	0	0	0
14X1	5.000.000	17.000.000	0	0	0
7V05	2.300.000	2.300.000	0	0	0
7S88	6.880.000	11.880.000	7.531.144	0	0
Total	154.349.526	193.859.965	7.531.144	0	0

• 04CB - Construção de ponte sobre o Rio Madeira - na BR-364

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1D02	50.000.000	5.000.000	1.061.083	0	0
Total	50.000.000	5.000.000	1.061.083	0	0

• 04ES - Construção da 2ª ponte sobre o Rio Guaíba - na BR-116/RS e BR-290/RS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14PC	74.200.000	74.200.000	74.200.000	17.824.539	2.616.371
Total	74.200.000	74.200.000	74.200.000	17.824.539	2.616.371

OBJETIVO: 0280 - Propiciar maior segurança ao usuário e a conservação da infraestrutura rodoviária, por meio da fiscalização e da utilização de sistemas e equipamentos de controle dos limites de velocidade e de pesagem contínua.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00WD - Fiscalização de serviços de transporte rodoviário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UB	44.716.236	44.716.236	42.682.603	21.944.888	20.725.879
Total	44.716.236	44.716.236	42.682.603	21.944.888	20.725.879

• 00WH - Instalação e operação de equipamentos de controle de velocidade e fluxo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2036	300.000.000	65.530.000	58.780.000	4.705.003	4.356.880
4482	2.000.000	2.000.000	922.083	686.220	648.565
Total	302.000.000	67.530.000	59.702.083	5.391.223	5.005.445

• 00WI - Instalação e operação de postos de controle de pesagem

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2325	96.856.371	33.769.002	32.129.999	22.520.664	22.088.905
108X	80.037.629	48.565.966	23.625.000	0	0
Total	176.894.000	82.334.968	55.754.999	22.520.664	22.088.905

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2074 - Transporte Marítimo

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	633.203	632.454	51.994
Despesas Correntes	77.426	101.436	30.142
Despesas de Capital	555.777	531.018	21.852
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	1.243.495	1.384.955	492.871
Totais	1.876.698	2.017.409	544.865

OBJETIVO: 0218 - Fomentar a implantação de portos secos e de zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas, de forma a suprir a deficiência de retroárea e desafogar a zona portuária utilizada para armazenagem.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 000M - Implantação de Áreas de Apoio Logístico nos Portos Organizados

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7U41	2.940.000	0	0	0	0
Total	2.940.000	0	0	0	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
7U39	28.560.000	28.560.000		0
7U31	2.940.000	0		0
7U35	11.000.000	8.060.000		0
7U36	340.000	0		0
7U34	2.940.000	0		0
7U33	2.940.000	0		0
7U32	2.940.000	0		0
7U38	2.940.000	0		0
7U37	2.940.000	0		0
Total	57.540.000	36.620.000		0

OBJETIVO: 0177 - Assegurar condições adequadas de profundidade aos portos marítimos brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00II - Adequação da navegabilidade em Portos Marítimos Brasileiros

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14UD	2.000.000	0	0	0	0
122O	79.099.062	29.291.126	0	0	0
122K	13.135.500	0	0	0	0
12IV	2.000.000	0	0	0	0
122I	2.000.000	22.000.000	22.000.000	1.026.272	1.026.272
12Y0	2.000.000	500.000	0	0	0

212A	157.555.500	139.639.500	0	0	0
122H	2.000.000	0	0	0	0
12DG	2.000.000	500.000	500.000	0	0
11XL	2.000.000	0	0	0	0
131L	2.000.000	0	0	0	0
Total	265.790.062	191.930.626	22.500.000	1.026.272	1.026.272

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
143N	6.000.000	6.000.000	0
Total	6.000.000	6.000.000	0

• **00IJ - Adequação da navegabilidade no Porto de Itaguaí (RJ)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
122L	2.000.000	0	0	0	0
Total	2.000.000	0	0	0	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
7376	1.155.309	790.388	0
Total	1.155.309	790.388	0

• **00IL - Adequação da navegabilidade no Porto de Santos (SP)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
122E	2.000.000	1.185.000	1.033.869	160.712	0
Total	2.000.000	1.185.000	1.033.869	160.712	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3E66	13.140.150	28.137.521	7.128.179
Total	13.140.150	28.137.521	7.128.179

• **04DS - Adequação da navegabilidade no Porto do Rio de Janeiro (RJ)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
122A	97.300.000	97.300.000	60.665.000	0	0
Total	97.300.000	97.300.000	60.665.000	0	0

OBJETIVO: 0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **00JJ - Adequação da infraestrutura viária em Portos Organizados Marítimos**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
147D	100.000	200.000	0

144H	1.100.000	7.801.889	3.092.411
143F	1.300.000	18.974.526	14.329.033
143L	5.000.000	5.000.000	0
14WO	10.000.000	26.000.000	447.759
144Z	12.319.125	12.319.125	0
144Y	3.650.000	3.650.000	0
144E	1.000.000	3.700.000	2.430.649
Total	34.469.125	77.645.540	20.299.852

• 00JK - Adequação da infraestrutura viária no Porto de Santos (SP)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
122T	5.753.846	7.081.758	4.373.460
14U5	36.000.000	9.534.691	0
1C67	16.739.478	14.613.717	2.458.919
1C66	9.195.496	8.100.000	3.449.887
Total	67.688.820	39.330.166	10.282.266

• 00JN - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas em portos Organizados Marítimos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
122Z	9.730.000	31.235.309	31.235.309	15.730.000	15.730.000
14XM	1.000.000	0	0	0	0
7L25	58.380.000	63.500.000	53.755.000	4.934.982	4.934.982
12K7	49.623.000	49.623.000	49.623.000	0	0
Total	118.733.000	144.358.309	134.613.309	20.664.982	20.664.982

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12LN	35.000.000	11.000.000	0
142Z	1.000.000	1.623.046	16.670
12LM	17.100.000	19.889.195	1.176.040
143J	9.500.000	12.100.000	9.063.320
143I	500.000	500.000	0
144X	9.500.000	10.569.000	7.277.903
144A	4.100.000	2.881.118	652.521
7V13	44.860.266	44.860.266	0
12L8	69.400.000	39.332.000	0
12L7	500.000	1.654.003	417.600
12LG	117.820.000	1.000.000	0
Total	309.280.266	145.408.628	18.604.054

• 00JS - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Santos (SP)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
153M	0	142.544.124	162.130.207
12LS	6.000.000	0	0
12LQ	44.190.000	81.174.104	1.149.801

12NK	24.000.000	17.400.000	0
12NJ	22.000.000	28.600.000	21.779.126
Total	96.190.000	269.718.228	185.059.134

• **00JT - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de São Francisco do Sul (SC)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10NP	1.000.000	0	0	0	0
Total	1.000.000	0	0	0	0

• **00JU - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Suape (PE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
138S	9.730.000	0	0	0	0
Total	9.730.000	0	0	0	0

• **00JV - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Vitória (ES)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3E79	0	11.755.776	11.755.776
143D	55.000.000	57.682.536	20.347.943
14RJ	0	2.000.000	0
143B	0	1.840.000	0
14RG	10.000.000	8.000.000	0
Total	65.000.000	81.278.312	32.103.719

• **00JW - Adequação de estruturas de segurança a operação de navios em Portos Organizados Marítimos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
128N	9.730.000	0	0	0	0
153G	2.000.000	67.000.000	67.000.000	0	0
Total	11.730.000	67.000.000	67.000.000	0	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
144K	1.600.000	3.500.000	3.477.909
147E	1.500.000	1.600.000	831.570
143R	100.000	100.000	0
144J	245.000	116.815	105.857
144L	297.798	600.000	0
12LK	29.067.500	44.766.720	0
143Q	5.000.000	5.000.000	0
7390	1.760.000	2.130.000	0
Total	39.570.298	57.813.535	4.415.336

• 00KR - Adequação de instalações gerais e de suprimentos em Portos Organizados Marítimos

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
145H	5.720.000	10.710.596	2.256.277
145U	6.150.000	16.533.305	7.605.381
144T	2.400.000	2.900.000	410.087
143Y	6.000.000	8.544.694	2.990.805
143A	3.600.000	3.291.759	1.815.062
10IO	2.750.000	5.000.000	0
143S	1.350.000	927.000	0
143V	3.500.000	3.400.000	0
143G	1.200.000	1.700.000	530.387
145D	4.563.045	4.553.045	1.001.904
14N0	0	1.000.000	0
144R	1.700.000	2.065.913	927.887
144V	5.100.000	5.525.577	4.572.116
144W	800.000	740.000	387.293
145B	18.701.780	17.119.034	366.650
144U	2.400.000	800.000	60.000
Total	65.934.825	84.810.923	22.923.849

• 00KT - Estudos para infraestrutura portuária

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
20HL	12.300.000	14.819.871	3.013.009
11WH	2.200.000	3.279.600	550.894
Total	14.500.000	18.099.471	3.563.903

• 048C - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Vila do Conde (PA)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
11X0	8.300.000	8.336.940	0
Total	8.300.000	8.336.940	0

OBJETIVO: 0188 - Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração porto-cidade por meio da revitalização de áreas portuárias.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00LN - Implantação de terminais de passageiros em Portos Organizados Marítimos

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12LO	26.700.000	89.300.000	64.600.959
12LL	3.675.401	21.579.427	14.896.440
12LP	11.177.000	71.672.841	24.469.656
Total	41.552.401	182.552.268	103.967.055

• 00LR - Implantação de terminal de passageiros no Porto do Rio de Janeiro (RJ)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
12LI	214.936.023	19.289.395	974.834	
Total	214.936.023	19.289.395	974.834	

• 04DV - Adequação de terminal de passageiros no Porto de Santos (SP)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
12LR	38.459.820	123.152.301	80.352.230	
Total	38.459.820	123.152.301	80.352.230	

OBJETIVO: 0198 - Aprimorar a gestão e a operação da infraestrutura portuária brasileira por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e pela implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de portos marítimos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00NQ - Estudos e projetos para o aprimoramento da logística, segurança, gestão e operação dos Portos Organizados Marítimos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
122X	22.500.000	30.590.000	30.590.000	19.027.774	17.291.663
12KP	29.679.907	23.169.907	0	0	0
12KQ	5.300.000	5.300.000	5.300.000	820.000	0
Total	57.479.907	59.059.907	35.890.000	19.847.774	17.291.663

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
14KL	9.000.000	10.400.000	2.337.419	
14KM	12.000.000	20.000.000	0	
Total	21.000.000	30.400.000	2.337.419	

• 00NZ - Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12KR	2.300.000	0	0	0	0
Total	2.300.000	0	0	0	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
14KJ	97.250.000	114.206.960	706.960	
Total				

OBJETIVO: 0232 - Promover a regularização ambiental dos portos organizados, adequando suas necessidades de operação, manutenção e ampliação às normas ambientais e de saúde vigentes, de modo a assegurar a operação legal e sustentável no setor portuário.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12KS	8.700.000	8.700.000	4.439.719	0	0
138Y	1.500.000	1.500.000	0	0	0
Total	10.200.000	10.200.000	4.439.719	0	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
14RC	40.100.000	42.000.000		75.100
Total	40.100.000	42.000.000		75.100

OBJETIVO: 0233 - Aprimorar a gestão e a formulação de políticas para o setor portuário marítimo de forma a contribuir com um planejamento logístico integrado para o país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 00Q1 - Estudos para o planejamento e gestão do setor portuário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20B9	29.000.000	27.420.000	14.350.296	3.605.217	2.242.177
210I	2.000.000	2.000.000	2.000.000	0	0
8785	17.000.000	30.000.000	25.835.961	6.689.375	6.689.375
Total	48.000.000	59.420.000	42.186.257	10.294.592	8.931.552

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
20HM	9.427.876	11.678.107		77.183
Total	9.427.876	11.678.107		77.183

OBJETIVO: 0453 - Ampliar a capacidade portuária por meio da reestruturação e da implantação de novos portos organizados marítimos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01H9 - Reestruturação de instalações portuárias

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7V37	2.000.000	2.000.000	0	0	0
Total	2.000.000	2.000.000	0	0	0

- 01HA - Estudos e projetos de implantação de novos portos organizados e terminais portuários marítimos

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
12LJ	2.000.000	7.686.569		0
Total	2.000.000	7.686.569		0

• 01HB - Implantação de novos portos organizados

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7L86	2.000.000	0	0	0	0
Total	2.000.000	0	0	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2073 - Transporte Hidroviário

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	296.971	326.448	37.585
Despesas Correntes	17.092	32.652	21.829
Despesas de Capital	279.879	293.796	15.756
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	296.971	326.448	37.585

OBJETIVO: 0234 - Fortalecer os corredores hidroviários garantindo condições de navegabilidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **00Q3 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio Madeira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12HL	4.386.000	18.386.000	18.386.000	0	0
Total	4.386.000	18.386.000	18.386.000	0	0

• **00Q5 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio São Francisco**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12J1	4.300.000	14.342.575	14.342.575	2.533.227	2.212.885
Total	4.300.000	14.342.575	14.342.575	2.533.227	2.212.885

• **00Q7 - Adequação da navegabilidade de corredores hidroviários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7M52	11.200.000	4.339.425	4.339.425	0	0
13LJ	4.774.000	1.592.000	1.234.894	927.246	232.135
12HY	3.440.000	3.440.000	3.440.000	0	0
Total	19.414.000	9.371.425	9.014.319	927.246	232.135

• **00Q8 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio Tietê e afluentes**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14KV	135.020.000	135.020.000	135.020.000	909.631	909.631
Total	135.020.000	135.020.000	135.020.000	909.631	909.631

• **00QA - Adequação da navegabilidade das Hidrovias dos Rios Paraná e Paraguai**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
110S	8.600.000	13.600.000	13.747.579	2.312.429	1.119.639
Total	8.600.000	13.600.000	13.747.579	2.312.429	1.119.639

• 00QE - Gestão, manutenção e operação de eclusas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LO	4.500.000	4.500.000	4.500.000	2.233.077	2.233.077
Total	4.500.000	4.500.000	4.500.000	2.233.077	2.233.077

• 04DL - Adequação da Navegabilidade da Hidrovia Tocantins-Araguaia

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
123M	860.000	860.000	0	0	0
Total	860.000	860.000	0	0	0

OBJETIVO: 0278 - Desenvolver o transporte aquaviário de passageiros e misto (passageiros e cargas) na Região Norte.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00VW - Adequação de Infraestrutura Portuária Pública na Região Norte

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14MZ	500.000	500.000	0	0	0
13LF	9.000.000	12.000.000	12.000.000	3.792.288	608.276
Total	9.500.000	12.500.000	12.000.000	3.792.288	608.276

• 00W3 - Implantação de Infraestruturas Portuárias Públicas na Região Norte

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
127G	45.446.000	56.052.889	25.696.073	2.207.939	2.207.939
7V22	13.715.000	13.715.000	0	0	0
151H	2.000.000	400.000	0	0	0
Total	61.161.000	70.167.889	25.696.073	2.207.939	2.207.939

• 00W4 - Implantação do Porto de Manaus Moderna/AM

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13LO	9.730.000	0	0	0	0
Total	9.730.000	0	0	0	0

• 00W8 - Operação e manutenção da Infraestruturas Portuárias Públicas na Região Norte

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LN	10.500.000	10.500.000	10.500.000	10.500.000	10.500.000
124E	0	7.500.000	2.385.953	0	0
211X	11.000.000	17.460.000	14.743.155	8.169.169	8.169.169
Total	21.500.000	35.460.000	27.629.108	18.669.169	18.669.169

OBJETIVO: 0798 - Desenvolver rede de instalações portuárias de navegação interior para transporte de carga considerando a integração multimodal.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **037R - Adequação de Infraestruturas Portuárias Públicas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
151N	6.000.000	1.240.000	0	0	0
14XR	4.000.000	0	0	0	0
1210	4.000.000	7.000.000	7.000.000	4.000.000	4.000.000
Total	14.000.000	8.240.000	7.000.000	4.000.000	4.000.000

• **037S - Construção de Infraestruturas Portuárias Públicas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
150L	4.000.000	4.000.000	0	0	0
Total	4.000.000	4.000.000	0	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2072 - Transporte Ferroviário

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.212.733	3.288.158	2.014.775
Despesas Correntes	41.873	34.873	9.181
Despesas de Capital	2.170.860	3.253.285	2.005.594
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	2.212.733	3.288.158	2.014.775

OBJETIVO: 0141 - Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **00BU - Construção de Ferrovia - EF 151 - Ferrovia Norte-Sul**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
116X	63.080.000	60.391.597	58.114.879	47.798.821	33.552.408
11ZD	252.840.000	190.446.558	189.215.501	116.543.508	114.954.630
5E83	860.000	0	0	0	0
13E8	860.000	0	0	0	0
11ZH	404.200.000	831.287.133	762.949.173	644.523.166	643.420.483
11ZI	202.100.000	304.388.852	276.627.396	209.507.464	192.729.668
14X6	860.000	129.860.000	0	0	0
116E	42.140.000	145.184.718	145.184.718	121.315.828	118.885.445
Total	966.940.000	1.661.558.858	1.432.091.668	1.139.688.789	1.103.542.634

• **00BV - Construção de Ferrovia - EF 232/116 - Ferrovia Nova Transnordestina**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11ZT	860.000	0	0	0	0
10MK	4.472.000	4.472.000	707.181	0	0
Total	5.332.000	4.472.000	707.181	0	0

• **00BW - Construção de Ferrovia - EF 267 - Ferrovia do Pantanal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13EB	860.000	0	0	0	0
Total	860.000	0	0	0	0

• **00BZ - Construção de Ferrovia - EF 334 - Ferrovia de Integração Oeste-Leste**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11ZE	617.835.203	918.465.944	888.007.430	715.256.057	713.279.223
124G	256.000.000	292.630.401	240.039.752	148.949.550	148.124.034
Total	873.835.203	1.211.096.345	1.128.047.182	864.205.607	861.403.257

• 00C1 - Construção de Ferrovia - EF 354 - Ferrovia de Integração Centro-Oeste

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13ED	860.000	0	0	0	0
Total	860.000	0	0	0	0

• 00C4 - Construção de Ferrovia - EF 484 - Ferroeste

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7V12	100.000.000	100.000.000	0	0	0
Total	100.000.000	100.000.000	0	0	0

• 00C7 - Construção de ferrovias federais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7V34	79.579.000	79.579.000	0	0	0
Total	79.579.000	79.579.000	0	0	0

OBJETIVO: 0143 - Promover a adequação e construção de variantes e acessos ferroviários aos portos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00CN - Construção de ferrovias de acesso aos portos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1K25	26.144.000	26.817.793	24.702.415	793.668	588.453
Total	26.144.000	26.817.793	24.702.415	793.668	588.453

OBJETIVO: 0145 - Fomentar o transporte ferroviário de passageiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00D7 - Estudos para o Transporte Ferroviário de Alta Velocidade

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
128D	11.600.000	4.600.000	0	0	0
Total	11.600.000	4.600.000	0	0	0

OBJETIVO: 0147 - Ordenar o tráfego ferroviário nos perímetros urbanos das cidades, de forma a reduzir os riscos de acidentes, melhorar a operação ferroviária e reduzir os impactos socioambientais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00DF - Adequação ferroviária em perímetro urbano

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13EK	26.038.000	24.838.000	0	0	0

7V11	6.000.000	6.000.000	0	0	0
7V10	6.000.000	6.000.000	0	0	0
13KH	0	3.906.000	0	0	0
11H1	4.300.000	4.300.000	2.220.000	821.149	622.114
153S	0	56.625.000	0	0	0
13L9	0	65.000	65.000	0	0
14TL	5.800.000	5.800.000	5.800.000	0	0
10HH	6.000.000	0	0	0	0
7T02	12.000.000	12.000.000	0	0	0
7V06	15.000.000	17.000.000	2.000.000	0	0
14MM	700.000	700.000	174.285	84.883	84.883
15CV	0	4.000.000	0	0	0
Total	81.838.000	141.234.000	10.259.285	906.032	706.996

• **00DI - Construção de contornos, variantes e anéis ferroviários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10H8	26.611.000	22.705.000	0	0	0
1K24	10.320.000	10.320.000	0	0	0
10HE	500.000	435.000	435.000	0	0
1D69	0	500.000	0	0	0
1276	10.320.000	9.146.207	0	0	0
Total	47.751.000	43.106.207	435.000	0	0

OBJETIVO: 0484 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e eficiência aos operadores da malha ferroviária nacional, por meio da manutenção contínua da infraestrutura, da superestrutura e dos sistemas das vias férreas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **01M0 - Manutenção da malha ferroviária federal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
869U	1.293.824	1.293.824	1.099.081	471.212	471.212
20LJ	4.300.000	2.000.000	0	0	0
Total	5.593.824	3.293.824	1.099.081	471.212	471.212

OBJETIVO: 1002 - Ampliar a oferta da prestação de serviço aos usuários das ferrovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **04EV - Fiscalização das concessões ferroviárias.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2348	12.400.000	12.400.000	12.302.457	8.709.323	8.644.118
Total	12.400.000	12.400.000	12.302.457	8.709.323	8.644.118

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	832.281	820.582	177.509
Despesas Correntes	128.173	127.923	71.703
Despesas de Capital	704.108	692.659	105.806
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	1.658.582	1.835.635	1.366.028
Totais	2.490.863	2.656.217	1.543.537

OBJETIVO: 0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **006Z - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Campinas**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
7H34	1.000.000	28.600.000	3.584.800
Total	1.000.000	28.600.000	3.584.800

- **0070 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Confins**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10ZA	189.614.549	199.245.057	121.329.483
Total	189.614.549	199.245.057	121.329.483

- **0071 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Fortaleza**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10ZB	148.565.644	146.718.611	10.902.804
Total	148.565.644	146.718.611	10.902.804

- **0074 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Porto Alegre**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12LF	344.773.828	183.952.373	88.237.102
Total	344.773.828	183.952.373	88.237.102

- **0075 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional do Galeão**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
7J01	126.461.285	152.685.867	77.294.178
Total			

• 0076 - Construção e Adequação das Infraestruturas Aeronáutica Civil e Aeroportuária de Interesse Federal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14UC	135.323.509	135.323.509	135.484.027	72.590.207	67.014.466
Total	135.323.509	135.323.509	135.484.027	72.590.207	67.014.466

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
1J95	152.562.498	36.847.454		17.211.202
1F53	90.900.091	1.104.207		42.704
12LD	16.014.606	39.067.741		38.738.110
7U24	12.980.940	7.583.097		6.391.652
1J98	32.109.043	40.742.840		38.632.503
145V	500.000	963.798		167.742
4099	29.803.645	546.019.030		537.612.282
1F54	1.000.000	1.000.000		0
145X	18.440.908	12.700.000		11.655.824
1F56	181.446.632	34.821.873		34.802.416
1F52	164.978.461	215.263.278		192.936.949
10Z9	8.756.444	102.390.644		100.560.696
Total	709.493.268	1.038.503.962		978.752.080

• 0078 - Construção e Adequação dos Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8785	43.212.198	43.212.198	41.929.720	23.925.931	23.785.344
14UB	554.307.802	546.358.552	143.805.177	34.177.841	34.177.841
Total	597.520.000	589.570.750	185.734.897	58.103.772	57.963.185

• 04BT - Adequação da Capacidade do Aeroporto Internacional Afonso Pena

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
1J93	129.396.469	80.904.053		80.902.012
Total	129.396.469	80.904.053		80.902.012

• 04DW - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
1F55	9.276.554	5.025.450		5.025.450
Total	9.276.554	5.025.450		5.025.450

OBJETIVO: 0085 - Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **007V - Promoção de programas, vigilância continuada e fiscalização dos requisitos de regulação junto aos provedores de serviço de aviação civil e órgãos envolvidos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2912	69.332.259	65.582.259	60.683.361	40.428.142	40.428.142
Total	69.332.259	65.582.259	60.683.361	40.428.142	40.428.142

OBJETIVO: 0086 - Desenvolver a aviação civil mediante o planejamento e coordenação de atividades ligadas à indústria aeronáutica, à formação de profissionais e à sustentabilidade ambiental.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **007W - Ampliação da capacitação dos profissionais da aviação civil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SW	17.963.546	17.963.546	10.229.938	6.387.164	4.572.729
Total	17.963.546	17.963.546	10.229.938	6.387.164	4.572.729

- **007Z - Elaboração de estudos e projetos para a aviação civil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6640	500.000	500.000	0	0	0
2111	11.642.000	11.642.000	9.974.202	0	0
Total	12.142.000	12.142.000	9.974.202	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	740.036	856.332	425.925
Despesas Correntes	496.642	524.658	240.400
Despesas de Capital	243.393	331.674	185.525
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	517.603	1.003.548	775.248
Totais	1.257.639	1.859.880	1.201.173

OBJETIVO: 0964 - Ampliar e fortalecer o Sistema Público de Comunicação e Radiodifusão, buscando universalizar o acesso da população à programação complementar e diversificada de natureza educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora da cidadania.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0449 - Ampliar e aprimorar a infraestrutura de produção e transmissão, a qualidade dos sinais e da programação, a acessibilidade, interatividade, alcance e abrangência dos veículos do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20B5	134.813.001	171.775.601	126.654.487	75.722.589	68.040.308
Total	134.813.001	171.775.601	126.654.487	75.722.589	68.040.308

- **044B - Implantar o Sistema Operador da Rede Nacional de Televisão Pública Digital**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
128Z	400.000	400.000	400.000	0	0
Total	400.000	400.000	400.000	0	0

OBJETIVO: 0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02Y9 - Ampliação de Redes e Serviços de Telecomunicações por meio de outorgas, certificação de produtos e gestão econômica e de recursos escassos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZE	1.701.419	1.701.419	0	0	0
Total	1.701.419	1.701.419	0	0	0

- **02YA - Ampliar a capacidade dos serviços postais para a sociedade, por meio do desenvolvimento da infraestrutura de distribuição**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
146X	27.200.396	27.200.396		1.846.623

- **02YB - Ampliar o acesso aos serviços postais para a sociedade, por meio do desenvolvimento da infraestrutura de atendimento**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
146W	4.976.000	4.976.000	4.258.012	
Total	4.976.000	4.976.000	4.258.012	

- **02YE - Coordenar os investimentos em comunicações necessários para Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016 com as demandas futuras de desenvolvimento do setor**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14WM	145.710.450	124.710.450	124.446.879	102.009.572	102.009.572
Total	145.710.450	124.710.450	124.446.879	102.009.572	102.009.572

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
147A	58.730.000	58.730.000	21.449.566	
Total	58.730.000	58.730.000	21.449.566	

- **02YK - Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
12OF	156.066.648	156.066.647	76.006.433	
Total	156.066.648	156.066.647	76.006.433	

- **02YT - Lançamento de satélite para comunicações**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
146Z	270.630.005	756.574.791	671.687.562	
Total	270.630.005	756.574.791	671.687.562	

OBJETIVO: 0752 - Promover o uso de bens e serviços de comunicações, com ênfase nas aplicações, serviços e conteúdos digitais criativos para potencializar o desenvolvimento econômico e social do País.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02YY - Apoio a projetos de conteúdos e aplicações**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14U7	59.354.000	59.354.000	14.675.992	1.388.465	1.388.465
Total	59.354.000	59.354.000	14.675.992	1.388.465	1.388.465

- **02YZ - Estímulo à inclusão digital com base em modelos criativos e inovadores e em arranjos institucionais federativos de fomento para massificação do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20V8	17.996.200	18.766.721	12.446.725	626.105	626.105
Total	17.996.200	18.766.721	12.446.725	626.105	626.105

- **02Z1 - Formação e capacitação de agentes e prestadores dos serviços de comunicações visando o atendimento de demandas dos cidadãos e de comunidades locais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
212H	100.000	100.000	100.000	0	0
Total	100.000	100.000	100.000	0	0

- **02Z3 - Implantação de espaços e equipamentos públicos para dar acesso à internet banda larga, com oferta de serviços eletrônicos, no campo e na cidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZB	74.583.000	74.583.000	49.785.889	20.060.988	20.060.988
Total	74.583.000	74.583.000	49.785.889	20.060.988	20.060.988

- **02Z6 - Integração das ações de inclusão digital às políticas sociais do governo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZP	2.957.200	2.957.200	171.901	143.430	143.430
Total	2.957.200	2.957.200	171.901	143.430	143.430

- **02Z2 - Implantação de Cidades Digitais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
212N	1.000.000	101.000.000	37.418.879	0	0
Total	1.000.000	101.000.000	37.418.879	0	0

OBJETIVO: 0753 - Estimular a diversidade, a pluralidade e a competição entre meios e agentes da área das comunicações por meio da revisão do arcabouço regulatório e de ações que busquem oferecer o maior número possível de fontes de informação aos brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02ZA - Fortalecimento da ação fiscalizatória**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2424	45.314.611	40.277.937	24.128.333	18.611.949	18.611.949
Total	45.314.611	40.277.937	24.128.333	18.611.949	18.611.949

- **02ZF - Modernização do ambiente regulatório em comunicações**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZD	25.943.570	30.543.570	27.606.164	23.690.043	23.690.043
Total	25.943.570	30.543.570	27.606.164	23.690.043	23.690.043

OBJETIVO: 0754 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva brasileira das comunicações e sua inserção internacional a partir do fomento à pesquisa, desenvolvimento, inovação e do estímulo ao

OBJETIVO: 0754 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva brasileira das comunicações e sua inserção internacional a partir do fomento à pesquisa, desenvolvimento, inovação e do estímulo ao uso de bens e serviços com tecnologia nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02ZK - Estímulo à promoção de estudos relativos a novas tecnologias que possibilitem a ampliação da oferta de serviços**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZQ	2.200.000	2.200.000	2.190.000	1.350.000	1.350.000
Total	2.200.000	2.200.000	2.190.000	1.350.000	1.350.000

- **02ZO - Fomentar o desenvolvimento de equipamentos e terminais de Tecnologias de Informação e Comunicação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZR	51.653.000	51.653.000	18.347.009	6.012.689	1.991.112
0505	176.309.153	176.309.153	176.309.153	176.309.153	176.309.153
Total	227.962.153	227.962.153	194.656.162	182.321.842	178.300.265

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Secretaria de
Planejamento e Investimentos
Estratégicos

Ministério do
Planejamento

